VOLUME 1

MUITOS CAMINHOS, UMA ESTRELA



MEMÓRIAS DE MILITANTES DO PT

Organizadores
Marieta de Moraes Ferreira
Alexandre Fortes

FUNDAÇÃO Perseu Abramo

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Fundação Perseu Abramo
Diretoria
Ricardo de Azevedo – presidente
Nilmário Miranda – vice-presidente
Selma Rocha – diretora
Flávio Jorge Rodrigues da Silva – diretor

Centro Sérgio Buarque de Holanda
Documentação e Memória Política

Coordenação
Dainis Karepovs

Fundação Getúlio Vargas
Presidente
Carlos Ivan Simonsen Leal

Centro de Pesquisa e Documentação
em História Contemporânea do Brasil
(CPDOC)

Coordenação
Celso Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 Muitos caminhos, uma estrela : memórias de militantes do PT / organização Marieta de Moraes Ferreira, Alexandre Fortes. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
v. 1

ISBN 978-85-7643-050-6

1 1. Partido político – história. 2. Partido dos Trabalhadores. 3. Política – Brasil. 4. Movimento social. 5. Classes populares. 6. Transformação social. 7. Memórias. I. Ferreira, Marieta de Moraes. II. Fortes, Alexandre.
2

CDU 329.055.4(81)(091)
CDD 329.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

VOLUME 1

MUITOS CAMINHOS, UMA ESTRELA



MEMÓRIAS DE MILITANTES DO PT

■ APOLONIO DE CARVALHO ■ ANTONIO CANDIDO ■ MANOEL DA CONCEIÇÃO ■ DJALMA BOM
■ OLÍVIO DUTRA ■ PAULO ROCHA ■ AVELINO GANZER ■ LUIZ DULCI ■ RAUL PONT
■ HAMILTON PEREIRA ■ BENEDITA DA SILVA ■ IRMA PASSONI

Organizadores
Marieta de Moraes Ferreira
Alexandre Fortes

PROJETO HISTÓRIA ORAL DO PT

Coordenação
Marieta de Moraes Ferreira
Alexandre Fortes

Transcrição das gravações
Lia Carneiro da Cunha

Assistente de pesquisa e iconografia
Melissa Lourenço Machado

Edição dos depoimentos
Alexandre Fortes

Pesquisa para Notas biográficas e *Glossário de organizações partidárias*
Alexandre Fortes, Dainis Karepovs, Flamarion Maués,
Melissa Lourenço Machado, Caio Figueiredo de Oliveira,
Carlos Henrique Menegozzo, Gláucia Fraccaro,
Vinícius Ghizini, Maia Gonçalves Fortes

Tratamento de imagens
Gláucia Fraccaro
Vinícius Ghizini

Revisão final de conteúdo
Alexandre Fortes

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial
Sandra Brazil

Editor assistente
Claudemir D. de Andrade

Assistente editorial
Raquel Maria da Costa

Edição de texto e *Índice remissivo*
Flamarion Maués

Revisão
Luciene Ruzzi Brocchi

Capa, projeto gráfico e diagramação
Caco Bisol
Márcia Helena Ramos

Copyright © 2008 Fundação Perseu Abramo/FGV-CPDOC

Copyright © 2008 desta edição Editora Fundação Perseu Abramo

1ª edição: agosto de 2008

Todos os direitos reservados à Editora Fundação Perseu Abramo.

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234
04117-091 - São Paulo/SP
Tel.: (11) 5571-4299
fpabramo@fpabramo.org.br
www.fpabramo.org.br

Editora Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234
04117-091 - São Paulo/SP
Tel.: (11) 5571-4299 - Fax: (11) 5571-0910
editorial@fpabramo.org.br
www.efpa.com.br

A Editora Fundação Perseu Abramo é associada à LIBRE
Liga Brasileira de Editoras

Das utopias

Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A mágica presença das estrelas!

Mário Quintana, *in Espelho mágico.*

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 9
Ricardo de Azevedo

INTRODUÇÃO 11
Marieta de Moraes Ferreira
Alexandre Fortes

ENTREVISTAS
Apolonio de Carvalho 17
Antonio Candido 35
Manoel da Conceição 55
Djalma Bom 79
Olívio Dutra 105
Paulo Rocha 141
Avelino Ganzer 157
Luiz Dulci 183
Raul Pont 209
Hamilton Pereira 237
Benedita da Silva 285
Irma Passoni 309

NOTAS BIOGRÁFICAS 333

GLOSSÁRIO DE ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS 413

ÍNDICE REMISSIVO 433

BIBLIOGRAFIA 445

CRÉDITOS DAS IMAGENS 447

APRESENTAÇÃO

Quando foi criada em 1996, uma das tarefas atribuídas à Fundação Perseu Abramo foi a da organização dos arquivos e da memória do Partido dos Trabalhadores. A dimensão do esforço era enorme, pois o PT já existia havia dezesseis anos e até então não tinha nenhuma estrutura encarregada dessa função. Eram caixas e caixas acumuladas sem nenhuma organização no porão da sede do partido, na rua Conselheiro Nébias, no centro de São Paulo. Montada nossa primeira equipe de trabalho, mangas arregaçadas, demos início à abertura das caixas, num processo interminável, pois se trata de uma instituição viva que cotidianamente produz novos documentos. Avançamos bastante naquele período, e hoje podemos dizer que, ainda que reste muito por fazer, a situação está sob controle, e boa parte do material documental, catalogado e à disposição dos interessados em nossa sede.

Ao longo dos anos, o projeto Memória cresceu e ganhou outra dimensão, passando a se chamar Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política. Mas desde o início, e por muita insistência do primeiro coordenador do projeto, o professor Marco Aurélio Garcia, tínhamos a clareza de que não se tratava apenas de um trabalho de arquivo e catalogação de documentos. A memória viva de uma instituição percorre também uma série de outras dimensões, como a memória iconográfica e a oral.

Assim, um dos projetos que vêm sendo desenvolvidos pelo Centro Sérgio Buarque de Holanda diz respeito a este último aspecto, a memória oral. Trata-se de recuperar uma importante dimensão: a história como foi vivida e como é evocada na memória de seus protagonistas.

Muitos caminhos, uma estrela – memórias de militantes do PT oferece pela primeira vez ao público uma parte desse trabalho. Nossa concepção é de que esse projeto não deve se limitar apenas às grandes figuras de projeção nacional, já que a história é também construída por milhares de militantes, muitas vezes anônimos, que se dedicaram à construção de uma nova proposta política. Muitos, inclusive, deram sua vida a esta causa. Mas optamos por começar pelos líderes que tiveram um protagonismo central na fundação do Partido. Não foi tarefa fácil organizar a lista de pessoas a serem entrevistadas. Elaboramos uma lista com cinqüenta nomes, buscando abranger todos os setores representados no momento fundacional e todas as regiões do país. Entre estes, já foram realizadas mais de vinte entrevistas. Daí decorreu um segundo problema: impossível publicar todas as entrevistas num mesmo volume. Depois de muita conversa, chegamos à lista dos doze nomes que figuram neste primeiro volume. As outras entrevistas serão divididas em dois outros volumes a ser lançados pela Fundação Perseu Abramo. Procuramos ainda contemplar as diversidades de origem social,

de gênero e de raça, as distintas vertentes políticas que vieram a compor o PT e a representação das várias regiões do país. No entanto, como em toda lista, sempre haverá ausências a serem cobradas. Duas lacunas são evidentes neste primeiro volume: a da principal figura da fundação do PT, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja entrevista ainda não foi realizada devido a seus problemas de agenda; e a de José Dirceu de Oliveira e Silva que, mesmo tendo sido entrevistado, não autorizou a publicação.

Esperamos que nos próximos volumes estas e outras lacunas venham a ser preenchidas.

Ricardo de Azevedo
Presidente da Fundação Perseu Abramo

INTRODUÇÃO

Este livro resulta dos trabalhos desenvolvidos na primeira fase do Projeto de História Oral do Partido dos Trabalhadores, parceria estabelecida desde 2004 entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo, e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas (CPDOC-FGV). Os depoimentos aqui reunidos oferecem um extraordinário instrumento de reflexão sobre as origens e o percurso de construção do PT. Pela própria riqueza das trajetórias de vida dos entrevistados, tomadas em conjunto elas constituem também um instigante painel altamente representativo das múltiplas transformações econômicas, sociais, políticas e culturais pelas quais o Brasil passou ao longo do século XX, sobretudo na sua segunda metade.

A situação de precariedade vivida pela maioria das instituições dedicadas a atividades de preservação histórica no Brasil e as duras condições em que se travam as lutas pelo desenvolvimento de uma legislação e de uma cultura de acesso democrático à documentação histórica no país são bastante conhecidas. Nesse contexto, o PT, como um dos maiores partidos políticos do país, vem oferecendo um exemplo salutar por meio de várias iniciativas voltadas à preservação e à ampliação do acesso a diversos tipos de fontes relevantes para o estudo de sua história[1]. Elas envolveram primeiramente a produção de cartilhas e a realização de aulas sobre o partido nos cursos promovidos pela Secretaria Nacional de Formação Política no começo dos anos 1990. Tiveram um significativo impulso com a publicação da seção "Memória" na revista *Teoria e Debate*[2], criada pelo Diretório Estadual de São Paulo em 1987 – e, a partir de 1997, incorporada à Fundação Perseu Abramo (FPA), seu órgão cultural oficial. A FPA, por sua vez, estabeleceu como uma de suas áreas de atuação permanentes o Projeto História e Memória, depois rebatizado Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política, cuja atribuição é organizar e disponibilizar ao público o arquivo histórico do partido. Para a troca de experiências com vistas à orientação técnica da implementação desse projeto, foi firmado convênio com o Arquivo Edgar Leuenroth da Universidade Estadual de Campinas (AEL-Unicamp), órgão pioneiro na preservação de acervos da esquerda brasileira.

Com esta nova estrutura, viabilizada pela parcela dos recursos do fundo partidário destinada compulsoriamente à criação de fundações ou institutos culturais, formou-se pela primeira vez um conjunto de profissionais remunerados que se dedicam em tempo integral à história do partido, gerando uma série de produtos, tais como um livro contendo as resoluções de encontros e congressos do PT[3] (posteriormente atualizado e reeditado no formato CD-Rom[4]), uma exposição fotográfica criada no aniversário de 20 anos do partido, também revista, atualizada e editada em forma de livro[5], além de páginas eletrônicas especiais comemorativas a eventos da história partidária ou correlatos, tanto no sítio do PT[6] como no da própria Fundação[7]. Os arquivos do partido passaram a ser visitados e estudados por pesquisadores de várias origens e perfis a partir

de sua abertura ao público, em 2001, e começaram a ser microfilmados em 2002, com recursos da Fundação Mellon obtidos junto ao Program for Latin American Libraries and Archives, do David Rockefeller Center for Latin American Studies, da Universidade de Harvard[8].

A possibilidade de complementar o trabalho de preservação, catalogação e microfilmagem da documentação textual com um projeto de história oral, bem como as ações semelhantes levadas a cabo com muito mais dificuldade no âmbito da documentação iconográfica e audiovisual, foi debatida por diversos anos pela Fundação Perseu Abramo. Dois projetos pilotos foram realizados entre 2002 e 2004, um deles tomando o depoimento de militantes de base no Rio de Janeiro, em parceria com o Laboratório de História Oral e Iconografia da Universidade Federal Fluminense (Labhoi-UFF), envolvendo as equipes do professor Daniel Aarão Reis Filho e da professora Ana Maria Mauad; o outro tomou o depoimento das principais lideranças do PT no Rio Grande do Sul para a produção de um livro, em parceria com o Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a coordenação do professor Benito Bisso Schmidt.

Essas duas experiências, ademais do relevante conjunto de depoimentos produzidos – incorporados aos acervos do Centro Sérgio Buarque de Holanda –, foram fundamentais para o amadurecimento dos contornos do Projeto de História Oral do PT. Entretanto, foi a confluência de interesses e perspectivas entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea da Fundação Getulio Vargas (CPDOC-FGV), constatada a partir de contatos estabelecidos no início de 2004, que veio a criar as condições para transformar o projeto em realidade. Do ponto de vista da Fundação Perseu Abramo, a parceria com o CPDOC dava continuidade à busca por incorporar ao seu trabalho na área de história a *expertise* e a isenção de centros de excelência, como já ocorrera nas iniciativas relacionadas à documentação física. Já do ponto de vista do CPDOC, tratava-se de uma oportunidade para atualizar a sua linha de acervos de história oral, que tem como um de seus elementos centrais os depoimentos de integrantes das elites políticas brasileiras, às quais o PT passava a se integrar após a eleição de Lula para a presidência da República em 2002.

Nos seus 35 anos de existência, o CPDOC tem desenvolvido trabalhos nas áreas de pesquisa e documentação, caracterizando-se como instituição pioneira no país pela atuação integrada nesses dois domínios. Seu trabalho vem sendo amplamente reconhecido, o que resulta em um número crescente de convites de instituições públicas e privadas para a prestação de assessorias técnicas. Além disso, o CPDOC serve de modelo para a implantação de centros de memória e de documentação em diversas regiões do país.

Investindo fortemente na história do país do período pós-1930, o CPDOC possui um acervo de cerca de 190 arquivos pessoais de homens públicos de destacada atuação no cenário nacional e reúne mais de 1,5 milhão de documentos textuais, fotografias, discos e filmes. Após as doações, os arquivos são organizados, preservados e divulgados, tornando-se preciosas fontes para pesquisadores nacionais e estrangeiros.

O CPDOC vem, ainda, desenvolvendo esforços a fim de localizar e divulgar acervos de arquivos relevantes para a história do país. Mais recentemente, tem investido nas áreas de novas tecnologias, buscando ampliar e otimizar a consulta a seu acervo documental.

Sempre com o intuito de resgatar a história contemporânea brasileira, o CPDOC iniciou, ainda em 1975, um programa de História Oral até então inédito no país. Desde aquela data, vem recolhendo depoimentos de personalidades que atuaram no cenário nacional. Atualmente, o acervo de História Oral compreende cerca de 5.300 horas de gravação, correspondendo a mais de 1.515 entrevistas – boa parte das quais abertas à consulta. Esse rico material é ponto de partida de diversas produções, como textos de análise, publicações de depoimentos editados, livros sobre temas tratados em conjuntos de entrevistas e teses acadêmicas.

O Programa de História Oral do CPDOC teve início especializando-se em história política, recolhendo depoimentos de homens públicos de papel destacado na vida brasileira. Entre as obras publicadas nessa linha,

podem ser mencionados os livros *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*[9], *O salão dos passos perdidos*, do jurista Evandro Lins e Silva[10]. Merece ser citado ainda todo um conjunto de depoimentos sobre a história política carioca e fluminense, que deu origem a várias publicações, com destaque ao livro *Vozes da oposição*[11], que retrata atuação de lideranças de esquerda no Rio de Janeiro na vigência do regime militar.

Em fins dos anos 1980, a gravação de entrevistas de caráter histórico e documental passou a direcionar-se também para o estudo de instituições públicas e privadas. Em um primeiro momento, foram postas sob o foco entidades atuantes em variados setores da economia, o que resultou em um grande número de entrevistas produzidas a partir de convênios firmados como Banco Central do Brasil, com a Petrobrás, com a Eletrobrás, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a Fundação Companhia Siderúrgica Nacional.

Posteriormente, o foco de atenção foi se abrindo de modo a contemplar outros setores, como o da educação, objeto de vários depoimentos decorrentes de convênios com a Fundação Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) do Ministério de Educação, o da ciência, tema de entrevistas que vêm sendo realizadas com pesquisadores do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), e o do trabalho, com o projeto Memória Institucional do Ministério do Trabalho e Emprego. De maneira geral, é importante destacar, esses convênios envolveram desde a constituição de acervos de depoimentos orais, passando pela publicação de entrevistas, até a elaboração de livros sobre a história das instituições estudadas[12].

Não há que se deixar de mencionar, finalmente, que essa abertura do CPDOC, nos últimos anos, resulta também na inclusão de entrevistas de representantes da sociedade civil e de setores populares em seu acervo de História Oral. Dirigentes de ONGs, de associações de moradores, líderes de comunidades carentes, entre outros, estão prestando extensos e ricos depoimentos que estarão disponíveis aos pesquisadores e ao público interessado, consolidando ainda mais a posição do CPDOC como um dos mais importantes centros de memória do país.

Um dos compromissos fundamentais do CPDOC, sua marca característica, é a qualidade e a fineza do seu trabalho, o que é garantido pela estreita articulação que nele se promove entre ensino, documentação, história oral e pesquisa. Seus projetos procuram, portanto, aliar a *expertise* técnica à excelência acadêmica de seus quadros. Se o CPDOC pode, hoje, gozar do prestígio que tem, isso se deve à competência intelectual que soube acumular em longos anos de pesquisa séria sobre elites, instituições e políticas públicas; sobre pensamento social e cultura nacional; sobre história da educação; sobre justiça e cidadania.

É preciso destacar, contudo, que o reconhecimento acadêmico não levou o CPDOC a uma opção pelo isolamento, pela busca de diálogo tão somente com seus pares. Pelo contrário, fortaleceu-se ainda mais o seu compromisso com o público e a sociedade de maneira geral, com ampla difusão do acesso à informação e ao conhecimento. Não é outra a razão pela qual o CPDOC vem, ao longo do tempo, investindo firmemente na disponibilização progressiva do seu acervo e de sua produção acadêmica.

As entrevistas para o Projeto de História Oral do PT começaram a ser realizadas no início de 2005 e, como é natural num projeto desta natureza, as marcas da evolução da conjuntura estão presentes, tanto no ritmo de implementação do projeto a partir de então, quanto na forma como os depoentes estabeleceram as relações entre passado e presente no momento em que suas falas foram registradas. Ainda no primeiro ano de desenvolvimento das atividades do projeto, o Partido dos Trabalhadores atravessou a mais grave crise da sua história. O primeiro governo Lula, que tinha no PT sua principal força de sustentação política, foi submetido a um intenso desgaste. Ainda assim, o fundador do partido e principal líder logrou se reeleger em 2006 e, no momento em que trazemos a público os resultados dos depoimentos, desfruta de altos índices de popularidade. Durante todo esse período, em situações de angústia e de otimismo, de perplexidade e de esperança renovada, entrevistamos 22 militantes que tinham em comum o fato de serem expressões significativas da diversidade

política, social e regional, que é um elemento constitutivo fundamental do PT. Além disso, todos eles, de algum modo, desempenharam papel relevante nos primeiros anos de construção partidária. Por outro lado, suas vidas, tanto antes da conjuntura do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 – na qual o PT foi concebido e organizado – a partir de então, trilharam caminhos muito diferentes.

Eles chegaram ao partido pela análise crítica das experiências de militância comunista ou socialista de muitas décadas, do engajamento na luta armada ou dos limites da luta institucional contra a ditadura militar. Conceberam um partido de novo tipo como um instrumento necessário para dar continuidade, em outras frentes, às lutas sociais das quais brotou sua consciência política. Vislumbraram a possibilidade de construção de uma nova sociedade pelo contato com as mais variadas correntes do marxismo, com a Teologia da Libertação, ou pura e simplesmente por serem herdeiros e portadores de tradições históricas, nacionais e internacionais, de luta por justiça e igualdade. Se a diversidade de origens entre os entrevistados é tão grande, o mesmo pode se dizer de suas inserções atuais. Alguns ocupam ou ocuparam importantes posições na estrutura do partido ou do Estado brasileiro, no Parlamento e no Executivo, em âmbito municipal, estadual ou federal. Outros deslocaram suas energias para novas frentes de atuação, mas permanecem vinculados política e emocionalmente ao PT. Um deles, o mitológico Apolonio de Carvalho, faleceu poucos meses depois de ser entrevistado. Há ainda aqueles que deixaram o partido, mas não deixaram a sua história.

Doze entrevistas foram incluídas neste primeiro volume. Elas estão organizadas da seguinte forma:

1. militantes que tiveram atuação política significativa antes do golpe de 1964 ou que expressam tradições de militância predominantes naquele período histórico (Apolonio de Carvalho, Antonio Candido, Manoel da Conceição);

2. sindicalistas de diferentes categorias profissionais que foram lideranças expressivas do "novo sindicalismo" em âmbito nacional ou regional (Djalma Bom, Olívio Dutra, Luiz Dulci, Paulo Rocha, Avelino Ganzer);

3. militantes de organizações políticas clandestinas criadas após o golpe de 1964 (Raul Pont e Hamilton Pereira);

4. mulheres vinculadas a movimentos populares das principais metrópoles do país, com trajetórias fortemente marcadas pela experiência religiosa evangélica e católica (Benedita da Silva e Irma Passoni).

As outras dez entrevistas já realizadas se encontram em fase de processamento e se somarão a novos depoimentos nos próximos volumes. O projeto também se propõe a produzir um acervo reunindo o conjunto das versões integrais dos depoimentos (gravações e transcrições), que será catalogado e colocado à disposição de pesquisadores no Centro Sérgio Buarque de Holanda e no CPDOC.

É importante traçar algumas considerações sobre a forma como o material gerado pelas entrevistas foi trabalhado para resultar neste livro. Após a transcrição do conteúdo integral das gravações, os depoimentos foram editados, visando produzir um texto que, ao mesmo tempo, preservasse ao máximo a espontaneidade e o caráter interativo da entrevista e, por outro lado, tivesse a fluência necessária a uma boa leitura. Desse modo, foram suprimidas repetições, erros gerados por lapsos de memória, interjeições e hesitações próprias da linguagem oral etc. Foi também assegurada aos entrevistados a possibilidade de suprimir da versão publicada trechos que fossem considerados sensíveis ou inadequados para publicação, assim como de estabelecer prazos para a abertura do acesso às versões integrais dos depoimentos. Essas supressões, entretanto, foram bastante raras, podendo-se dizer que as versões publicadas – apesar das mudanças formais significativas – reproduzem com grande fidelidade a maior parte do conteúdo do material bruto.

Em cada entrevista foi incluído um verbete introdutório com dados biográficos relevantes do entrevistado, com a finalidade de apresentá-lo ao leitor menos familiarizado. Foram também incluídos subtítulos identificando a passagem entre diferentes momentos no interior de cada narrativa. As informações sobre organizações de caráter partidário, várias delas mencionadas recorrentemente em diferentes depoimentos, foram agrupadas em um glossário – denominado "Glossário de organizações partidárias" –, localizado no final

do livro. Foi ainda elaborada uma grande quantidade de notas com o objetivo de fornecer informações sobre pessoas, figuras históricas, políticas e sindicais, que foram reunidas também no final deste volume na seção "Notas biográficas". Ao longo das entrevistas há notas sobre instituições, eventos, além de notas explicativas sobre alguns comentários realizados pelos entrevistados. O objetivo geral da elaboração das notas e do glossário foi possibilitar a ampliação do público-alvo do livro e do grau de compreensão em relação ao conteúdo das entrevistas. Desse modo, o leitor que possua um alto nível de informação prévia sobre a história do Brasil no século XX e a história da esquerda internacional, por exemplo, poderá dispensar o seu uso em muitas ocasiões.

Por questões de praticidade, diante do grande volume de notas a serem elaboradas, houve um abundante uso de informações disponíveis na internet, conforme indicado nas referências. Cabe ressaltar, entretanto, que tanto essas fontes virtuais quanto as mais tradicionais fontes impressas foram submetidas a um olhar crítico, visando incorporar as informações objetivas mais relevantes e suprimir as irrelevantes, assim como os comentários valorativos. Informações de origem ou teor duvidosos foram submetidas à análise, à luz do cruzamento de diferentes fontes, sempre que possível. Em relação a personalidades e organizações, sempre que possível recorremos a informações disponíveis em páginas eletrônicas ou publicações impressas oficiais. Quando foi necessário pesquisar duas ou três fontes para a elaboração de uma nota, isso está indicado, mas quando esse processo envolveu o acesso a grande diversidade de informações fragmentadas em grande número de fontes, sem que um volume expressivo de informações tenha sido extraído de uma delas em particular, não houve inclusão de referências. Evidentemente, esses procedimentos não são capazes de eliminar integralmente falhas ou omissões, mas pretendem reduzi-las ao máximo, na esperança de que os problemas que possam eventualmente persistir não comprometam as finalidades mencionadas anteriormente nem venham a gerar qualquer espécie de dano a quem quer que seja.

Resta perguntar qual a contribuição fundamental que esperamos oferecer com este trabalho. Não cabe aqui qualquer ilusão de que publicar esses depoimentos possa trazer à luz automaticamente uma nova compreensão sobre a história do PT. Sem dúvida, o potencial desses relatos como fontes de pesquisa somente se realiza plenamente quando eles são cruzados com outros tipos de documentos e cotejados com a vasta produção bibliográfica já existente sobre diferentes aspectos da trajetória do partido. Porém, a leitura das entrevistas aqui reunidas constitui uma forma de acesso privilegiado ao modo como essa construção foi vivenciada por vários dos seus protagonistas. Possibilita também compartilharmos do processo de reelaboração do sentido das suas experiências pessoais e coletivas, à medida que foram confrontados com novas realidades, muitas das quais absolutamente imprevisíveis quando seus destinos se cruzaram para dar origem a uma organização que, com prazer, amargura ou indiferença, qualquer observador é hoje obrigado a reconhecer que transformou a história política do país.

Nesse perspectiva, ao reunir numa mesma obra depoimentos de militantes com origens e inserções tão significativas, consideramos que este trabalho pode ser de grande interesse não apenas para os militantes e simpatizantes petistas, mas para todos aqueles que acreditam que a construção de um futuro melhor para a sociedade brasileira passa necessariamente pela reflexão crítica sobre a sua história. Muitos dos nossos depoentes tiveram aqui a primeira oportunidade de realizar um registro abrangente da sua trajetória. Outros, mais expostos à vida pública, puderam reexaminar suas experiências num novo momento, ou iluminar aspectos relevantes da sua vida relacionados à sua opção pelo PT e ao seu engajamento na construção do partido. Só nos cabe agradecer pela generosidade de todos entrevistados, bem como pelo empenho de todos que vêm tornando possível a realização deste projeto, e desejar que a leitura deste livro seja tão gratificante quanto a sua elaboração.

Marieta de Moraes Ferreira
Alexandre Fortes

Notas

1 A relação entre essas iniciativas institucionais voltadas à memória por parte do PT e o novo contexto histórico gerado pela democratização e pela chegada de partidos de esquerda aos governos por via eleitoral na América Latina foi analisada mais detalhadamente por Alexandre Fortes, em "O Partido dos Trabalhadores na voz de seus fundadores: História oral, memória coletiva e institucionalização" (*Perseu*, nº 1, ano 1, p. 13-35), de onde foi extraída parte dos parágrafos seguintes.

2 A coleção da revista até o número 66 pode ser acessada via internet. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=241>. Acesso em 15 out. 2007. A maior parte das entrevistas publicadas na seção "Memória" foi compilada em: AZEVEDO, Ricardo de; MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX.* São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

3 *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos – 1979-1998.* Organização: Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política e Fundação Perseu Abramo/Projeto Memória. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

4 *Partido dos Trabalhadores: Resoluções de encontros e congressos – 1979-2002 & Programas de Governo – 1989-2002.* Organização: Diretório Nacional do PT/Secretaria de Organização e Fundação Perseu Abramo/Centro Sérgio Buarque de Holanda. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Rosa Luxemburg Stiftung, 2005.

5 *Partido dos Trabalhadores: Trajetórias*. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

6 Ver, por exemplo, a linha do tempo ilustrada e comentada. Disponível em <http://www.pt.org.br/pt25anos/>. Acesso em 15 out. 2007.

7 Ver, por exemplo, a versão virtual da exposição *Trajetórias – das origens à vitória de Lula*. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=381>. Acesso em 15 out. 2007.

8 Os microfilmes são hoje comercializados internacionalmente pela empresa holandesa IDC (www.idc.nl). Uma página especial foi dedicada aos microfilmes pelo Instituto Internacional de História Social de Amsterdã. Disponível em <http://www.iisg.nl/collections/ptbrasil.php>. Acesso em 15 out. 2007.

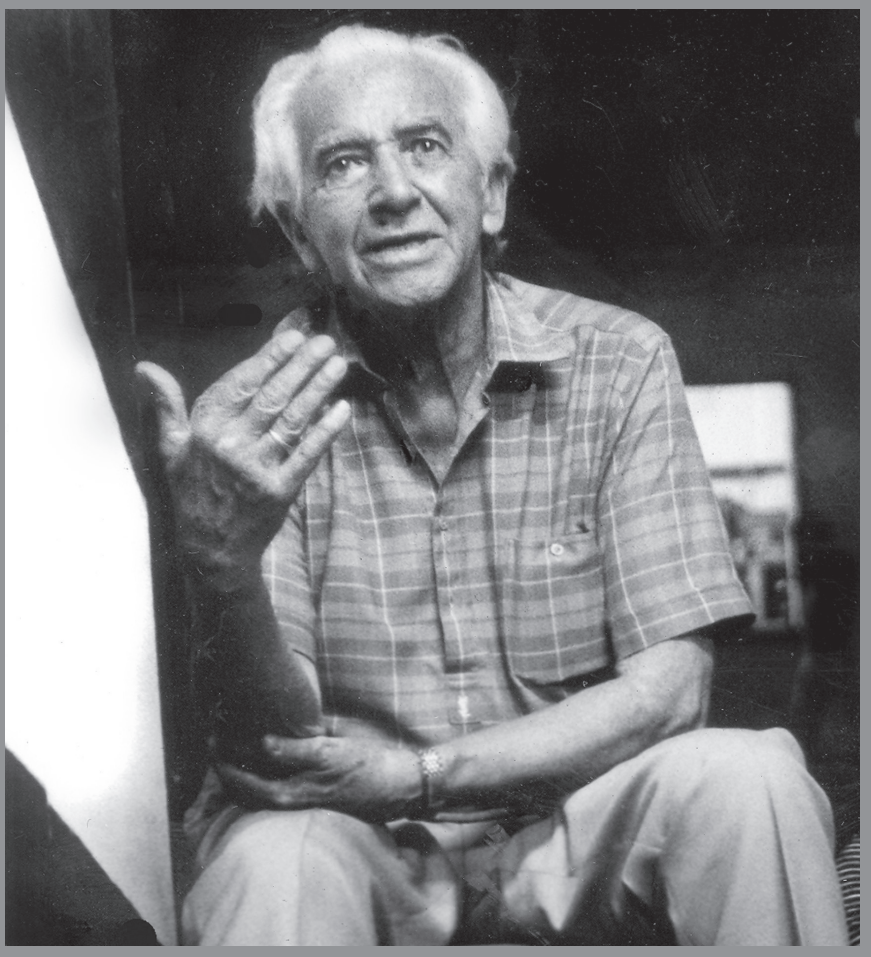
9 *O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos*. CAMARGO, Aspásia; MARIANI, Maria Clara; TEIXEIRA, Maria Tereza Teixeira (orgs.). Brasília/Rio de Janeiro: Senado Federal/Dom Quixote/CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, 1983. (Brasil-memória política, v. 2).

10 *O salão dos passos perdidos: depoimento ao CPDOC*. [Entrevistas e notas: Marly Silva da Motta, Verena Alberti; Edição de texto Dora Rocha]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Ed. Fundação Getulio Vargas, 1997.

11 *Vozes da oposição*: depoimentos de Lysâneas Maciel, Heloneida Studart, Modesto da Silveira, Iramaya de Queiroz Benjamin, Raymundo de Oliveira, Arlindenor Pedro de Souza, Francisco Amaral, Jo Rezende. Organizadores: Marieta de Moraes Ferreira, Dora Rocha e Américo Freire. Rio de Janeiro: Rafline Ed., 2001.

12 *Capes, 50 anos: depoimentos ao CPDOC/FGV*. Organizadoras Marieta de Moraes Ferreira e Regina da Luz Moreira. Brasília: Capes, 2002; *Ministério do Trabalho: Uma história vivida e contada*. Ângela de Castro Gomes (Coordenadora). Rio de Janeiro: CPDOC/Ministério do Trabalho e Emprego, 2007 (Patrocínio da Companhia Vale do Rio Doce).

Muitos Caminhos, uma Estrela



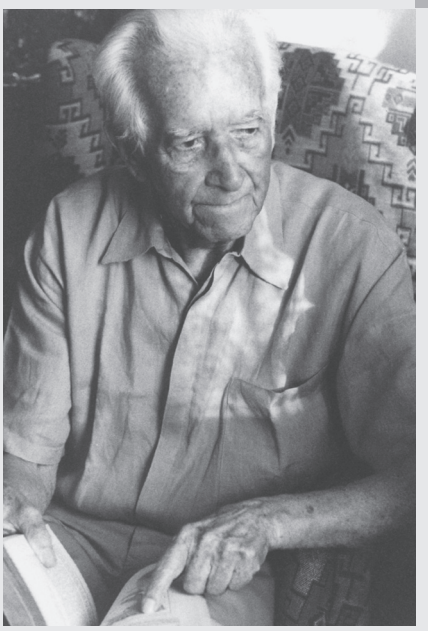
Memórias de Militantes do PT

Apolonio de Carvalho

Entrevista realizada no Rio de Janeiro (4 de março de 2005)

Página anterior:
Apolonio em campanha
pelo PT (Sergipe, 1985).

Página seguinte:
Apolonio em entrevista
à revista *Atenção!*
(Rio de Janeiro, 1996).



Apolonio de Carvalho nasceu na cidade de Corumbá (então pertencente ao Mato Grosso, atualmente ao Mato Grosso do Sul) em 1912. Forma-se em 1934 pela Escola Militar do Realengo. Em 1935, ingressa na Aliança Nacional Libertadora (ANL)[1] e participa do levante armado ocorrido em novembro do mesmo ano contra o governo de Getúlio Vargas[2]. Preso em 1936 e expulso do Exército, viaja à Espanha, participando das Brigadas Internacionais que lutam em defesa da República Espanhola contra as tropas do general Francisco Franco, que era apoiado pela Alemanha de Hitler e pela Itália de Mussolini, chegando a assumir o comando de unidades republicanas antifascistas.

Com a derrota do movimento republicano, Apolonio atravessa a fronteira com a França, onde é preso e enviado a um campo de concentração de refugiados, do qual foge em 1942. Passa a lutar na Resistência Francesa contra a ocupação alemã nazista. Sua colaboração na luta de resistência fez com que o governo francês, após a libertação do país, o nomeasse coronel e lhe conferisse a condecoração "Legião de Honra".

Casa-se com Renée, então uma jovem militante da Resistência Francesa, com quem voltará para o Brasil em 1945 e terá dois filhos. Integra-se ao Partido Comunista do Brasil (PCB), tornando-se presidente da União da Juventude Comunista (UJC). Vive na clandestinidade desde 1947, quando é cassado o registro do PCB, até 1953, quando parte para um curso de quatro anos na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Após o golpe de 1964, Apolonio, como diversos outros militantes e dirigentes, diverge das posições políticas predominantes no PCB e desliga-se do partido. Em 1967, lidera, juntamente com Mário Alves e Jacob Gorender, a fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), uma das organizações comunistas dissidentes criadas no período. Em 1970, é preso pelo regime militar durante alguns meses, sendo libertado com mais 39 presos políticos em troca do embaixador alemão, que havia sido seqüestrado numa ação dirigida pela Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Exila-se na Argélia e

posteriormente na França, onde continua a denunciar a ditadura militar brasileira e a contribuir com a articulação das lutas pela democratização do país.

Com a Anistia, em 1979, volta para o Brasil e participa da fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980, sendo homenageado pelas novas gerações de militantes que lhe reservaram a ficha de filiação número um no novo partido. De 1980 a 1988, Apolonio assumiu diversos cargos na estrutura do PT, até se afastar da direção por orientação médica. Permaneceu contribuindo com sua experiência para a reflexão do partido sobre diversos temas até os seus últimos anos de vida, como pode ser verificado na entrevista que se segue. Faleceu no Rio de Janeiro em 2005[3].

DOS PRIMEIROS CONTATOS À FUNDAÇÃO DO PT

Apolonio, como diversos outros aspectos da sua vida e da sua militância já estão muito bem documentados em entrevistas, livros e mesmo no documentário Vale a pena sonhar[4]*, nós vamos nos concentrar um pouco mais no seu envolvimento com o PT. Quer dizer, desde a volta do exílio, como é que vocês entraram em contato com as discussões que levaram à criação do PT. E também a participação efetiva, porque você tem essa particularidade de ser, dos militantes que tinham uma trajetória anterior a 1964, o único que teve um papel de dirigente na construção do PT.*

Inicialmente, foi mais um apoio. Como eu vinha da esquerda, do PCB, as novas lideranças sindicais e outras, que criaram o PT, tinham interesse em dar um certo lugar ao que representávamos, à esquerda tradicional anterior.

Mas, quando o senhor vem para o Brasil em 1979, como é que foi o contato com o movimento sindical do ABC, com essas lideranças que aqui estavam e que já começavam a pensar na criação do partido?

Eu estava na Europa, antes que a Anistia permitisse a volta dos exilados e dos expulsos. Nós não éramos exilados, nós éramos banidos[5], com a imposição de jamais voltarmos ao Brasil. Era muito dura a ditadura militar. Nós acompanhávamos com muito carinho o que se passava no Brasil, através dos meios possíveis, porque a correspondência das famílias e dos amigos vinda do Brasil era controlada. Os jornais de fora não falavam muito do Brasil. Mas, de vez em quando, podíamos passar, por exemplo, por uma agência de viagens ligada ao Brasil, e lá havia sempre jornais brasileiros, a gente procurava acompanhar os acontecimentos. Nós estávamos com um acompanhamento limitado mas contínuo, das coisas do Brasil. Também houve um congresso de anistia, em setembro de 1979[6], em Lisboa, e aí tivemos contato com o Comitê da Anistia[7], com figuras ligadas à luta pela Anistia e que tinham condições de viajar até Portugal. Fui convidado porque estava ligado aos comitês de anistia da França e de outros lugares próximos. Então eu fui lá como um dos componentes dos comitês de anistia europeus. Foi muito interessante porque eu conheci os parlamentares do MDB [Movimento Democrático Brasileiro], que seriam os primeiros parlamentares do PT, nascente logo depois. Lá também tive contato com figuras da esquerda brasileira que estavam esparsas, expulsas do país, em outros países da Europa que não a França. Então pude conhecer a situação brasileira um pouco melhor. E nós já tínhamos o empenho e a alegria de acompanhar algumas coisas novas que vinham do movimento operário, do movimento parlamentar, do movimento estudantil, em resistência à ditadura. Já tínhamos notícia de que as grandes lideranças sindicais procuravam criar forças novas para derrubar a ditadura e, ao chegar, nos beneficiamos dos efeitos imediatos das grandes greves gerais de um ABC paulista que se tornava, quase de um momento para outro, a capital social do Brasil. Aí eu passei a buscar mais de perto um contato com os dirigentes sindicais, em particular com o Lula.

Como isso aconteceu?

Um jovem companheiro, Sérgio Sister, que é um pintor muito querido, veio ao Rio para uma reunião, nossa sobre as perspectivas do trabalho para forçar a anistia etc. e tal. Depois da reunião, eu fui acompanhá-lo até o aeroporto Santos Dumont, a pé, porque a reunião tinha acontecido num dos palácios do largo da Glória, e conversamos muito sobre essa situação. Ele me disse: "Olhe, eu estou ligado com o Lula, em São Bernardo. Se você quiser ir...". Eu disse: "Eu quero conhecê-lo. Eu gostaria muito de conhecê-lo". Então ele disse assim: "Ah, eu vou ajeitar isso". E a um momento dado me disse: "Venha aqui. Nós vamos visitá-lo depois de amanhã". Então eu cheguei lá, fui com o Sister a São Bernardo, à sede do sindicato, e conheci o Lula, aberto, simples, tranqüilo e já me senti envolto pela confiança irradiante desses dirigentes sindicais, que não conheciam absolutamente nada das teorias políticas, das filosofias, mas estavam decididos a reunir forças sempre maiores para a derrota da ditadura militar. Assim, pouco a pouco, fui acompanhando as iniciativas que precederam a fundação do partido, seja certas reuniões para debates sobre o que seria o programa do novo partido, o que seria o nome do novo partido. Porque havia uma pressão muito grande para que o PT não se chamasse Partido dos Trabalhadores, mas sim Partido Popular. A Ação Popular [AP] antiga, das lutas e vigílias, era uma força muito preciosa e muito presente nessa pressão para que o nome fosse Partido Popular. Porque, ao nascer, o PT não era somente o partido dos trabalhadores. Claro que havia a presença imponente da repercussão das grandes greves gerais do final de 1978 e 1979, não é? Elas e a imensa caravana, afluente desse canal nascente, que eram as forças sociais e políticas interessadas na derrota da ditadura – aí você tinha desde a CNBB[8] até uma boa parte dos parlamentares do MDB, você tinha o movimento universitário, o mundo da cultura, o mundo do jornalismo, o mundo do funcionalismo –, você tinha muitas áreas, que se conjugaram para criar esse partido; que não é apenas dos trabalhadores, é, digamos, dos cidadãos que, depois de vinte anos de ditadura militar, sonhavam com liberdade, justiça social e correção, gradual e progressiva, dos contrastes sociais existentes no país. Eu achava que era muito bom que tivéssemos essa visão abrangente. Eu me baseava na própria história do Brasil; na própria história da sociedade: nenhum partido político, nenhuma classe social chegou, até hoje, ao poder de Estado isoladamente. O problema das alianças políticas em torno de um programa comum representa o eixo das lutas por transformações sociais que marcam todos os séculos que nos precederam. Então eu tinha muito respeito por essa capacidade nova. Eu que vinha do PCB, e o PCB sempre foi muito duro, muito ligado à sua condição de dono das verdades definitivas, o que feria profundamente os sentimentos, uma arrogância típica da Igreja, não é? Então, eu achava uma coisa muito boa.

O senhor foi à reunião de fevereiro de 1980, quando o PT é fundado, no Colégio Sion....

Sim, eu já ia a certas reuniões do partido.

Lá em São Paulo?

Lá em São Paulo. O PT é um pouco audacioso, com os seus dirigentes sindicais ciosos da sua capacidade de assumir iniciativas um pouco à margem daquilo que seriam as concessões da ditadura. Então, havia, por exemplo, um comício especial em tal cidade dentro do ABC ou próximo, eu ia assistir. Aí passei a conhecer o Jacob Bittar, que era o número dois no partido em formação, e outras figuras também. Passei a ir a certas reuniões no Colégio Sion, o que me permitia admirar profundamente, ou mais profundamente, a imagem envelhecida, aparentemente, mas tão radiosa, tão jovem, tão cheia de vida, da diretora do colégio[9], que abrigava o empenho de formação de um novo partido popular dentro do seu colégio tradicionalmente ligado às camadas sociais mais altas do país. Então eu conheci nesse momento, por exemplo, a grande figura de Mário Pedrosa, e outras figuras altas, como Sérgio Buarque de Holanda, e outros que...

Freqüentavam essas reuniões também.

Talvez, não tão assiduamente como eu, mas de vez em quando. Mário Pedrosa estava sempre comigo ali.

Então eu passei a viver os problemas da formação do PT, sem ter um contato direto com o conhecimento das realidades brasileiras que se discutiam, mas muito identificado com os objetivos: o final da ditadura militar, o início de um modelo novo de democracia, fora desses modelos viciados que nós conhecemos na era republicana. Esses são, digamos, os primórdios da ligação com o PT. Como centro, havia, de um lado, o Lula, de outro lado, esporadicamente, o Jacob Bittar. Mas, sobretudo, uma admiração muito grande pela figura do Lula, que era uma figura central na propaganda que se fazia em torno do partido que ia nascer. Isso fez com que, desde fevereiro, estivéssemos entre a massa dos fundadores, os candidatos a criar um partido, reunidos no Colégio Sion para criar o PT. E que eu fosse participar também da fundação.

O senhor foi um dos homenageados nessa reunião.

Não homenageado diretamente, mas... era a velha guarda [ri]. Prefiro atribuir aos cabelos brancos essa situação muito privilegiada. Com ou sem razão, com ou sem méritos especiais, ou mesmo dentro da visão de méritos, digamos assim, médios, acessíveis, os cabelos brancos sempre ajudam, não é? [ri]. Então, Mário Pedrosa e eu, o Sérgio Buarque de Holanda e outros estávamos entre os primeiros; era uma deferência também. O que era importante, porque era o respeito dos líderes sindicais à cultura, à sabedoria, à "visão da arte". Isso mostrava também quanto o povo, através de suas forças organizadas, traz estímulos e sugestões de renovação da visão da sociedade e da natureza com um colorido novo, sem os velhos tabus das doutrinas anteriores, mas sob a influência das mais antigas utopias que querem uma sociedade nova, uma sociedade diferente. Então, dentro desse quadro, eu sou incorporado ao PT. Renée estava comigo lá, na fundação. É fundadora também, não é? [ri].

PARTICIPAÇÃO NA DIREÇÃO DO PT E DEBATE SOBRE AS TENDÊNCIAS INTERNAS

Aqui no Rio o senhor também participava de reuniões do movimento pelo PT?

Bom. Até esse momento, não. Mas a partir daí eu passei a participar do que seria o diretório regional, estadual, do PT aqui no Rio. Havia um deputado estadual, da Ação Popular, o José Eudes. Ele era, digamos assim, o inovador da criação do PT entre as forças que saíram de outras organizações mais... eu não diria radicais, mas mais apressadas na visão dos objetivos finais, que formavam também o núcleo de criação do PT em cada estado e também aqui no Rio. Então trabalhamos na criação e fortalecimento do diretório regional do PT no Rio. E dentro dessa visão da presença necessária dos cabelos brancos eu fui também convidado para ser membro do Diretório Nacional, quando ele foi criado, em abril. E passei, inclusive, a receber uma homenagem muito especial, que me deixou profundamente aturdido por suas dimensões: passei a ser membro da Comissão Executiva[10] do novo partido que nascia. Eu passei a ser, primeiro, o terceiro vice, depois, o segundo vice. O primeiro vice era Jacob Bittar. Era inalienável, não é? [ri]. Mas eu não me encantava, como nunca me encantei na vida, com o problema dos postos de direção. Nós nos demos – não é, Renée? – inteiramente ao trabalho de criação, de formação do PT. E era um PT inteiramente novo como partido político. Eu penso que há uma coisa a destacar, e que é soberanamente esquecida, inclusive, no interior do PT, que foi a presença quase dominadora dos núcleos de base, nessa fase inicial de criação do projeto do PT, com a presença popular, com o colorido de camadas sociais e de níveis de consciência e de cultura que formavam o PT. O PT foi (e é sobre isso que eu queria insistir, porque é muito esquecido) a mais bela forma e o mais belo modelo de democracia interna partidária que já tinha existido nesse meio milênio de existência do nosso país.

Por quê?

Porque, primeiro, o PT não tinha ainda um plano, um projeto político definido, até hoje ele tem certas falhas no seu projeto político; segundo, porque vinham para o PT não somente as forças dos trabalhadores nos seus vários ramos, mas as forças populares. A Igreja, com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)[11], já tinha certa margem de pensamentos voltados para a discussão de problemas que olhavam para o presente e para o futuro, por exemplo, qual seria o tipo de regime político, num futuro imediato e num futuro mediato, qual seria a relação entre o partido e os antigos partidos ou os partidos adjacentes etc. Dentro desse colorido de influências, de níveis de cultura e de níveis de... digamos assim, de debate interno, os núcleos populares foram de uma riqueza extraordinária.

E você participava da organização dos núcleos aqui no Rio?

Não. Eu era ligado à Direção Nacional. Vivíamos no Rio, mas constantemente eu era chamado a São Paulo. E quando ia a São Paulo, ficava uma semana discutindo as coisas.

Quais eram os grandes debates que a Comissão Executiva travava nesse momento?

Bom, começamos por criar, digamos assim, um projeto político. Muito amplo e sem definições mais precisas quanto a suas raízes e quanto a seus desdobramentos futuros, mas um projeto político profundamente democrático e profundamente apoiado nas forças populares. Com, naturalmente, certas marcas de abuso de influência das faixas populares. Porque, nesse momento, em 1978, 1979 mas, sobretudo, às vésperas de 1980, ou já em 1980, a criação do PT é marcada por uma presença muito grande não só de forças populares, mas também das novas instituições mais apressadas na busca dos objetivos finais; quer dizer, aquilo que chamávamos, de maneira muito conciliadora, as tendências internas[12]. E essas tendências internas queriam o socialismo, não amanhã de manhã, o que seria muito cedo, mas até ao meio-dia [risos]. De maneira que os sindicalistas, um pouco apavorados com isso, mas senhores da sua força, se apoiavam também nas figuras que eram mais equilibradas, mais moderadas. Então, dentro desse quadro, passamos a trabalhar por um projeto político que tinha a visão longínqua do socialismo, mas que não se animava – e aí entrava o imenso poderio e a imensa influência do mundo sindical, predominante – a falar ainda em socialismo. O resultado é que o PT, no seu manifesto original, a 10 de fevereiro de 1980, ele sonha, chama a sonhar por uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Só em setembro ou outubro de 1981[13] é que o PT se anima a colocar, dentro da sua visão e dos seus horizontes de amanhã, o objetivo de socialismo. Portanto, após mais de um ano e meio de discussões internas, sob uma pressão extremamente presente e contínua das organizações mais impregnadas da pressa humana e justa, mas ainda de olhos fechados quanto às possibilidades da realidade.

Em relação a essa questão das tendências, encontramos um artigo seu na revista Teoria e Debate *de 1990[14]. Quer dizer, o senhor já tinha se afastado da direção a partir de 1987, mas ainda em 1990 o senhor publica um artigo, defendendo o desligamento de algumas tendências que estavam rompendo, digamos assim, o pacto de convivência interna do partido. Essa questão da democracia interna que o PT trazia, da relação entre diferentes grupos, de diferentes visões, uns mais apressados, como o senhor diz, outros mais moderados, ela também trouxe algumas tensões, e o senhor participou muito ativamente desse debate, não é?*

Eu iria mais longe no convite à lembrança feito por vocês. É que nos anos 1978, 1979, 1980, circulava um jornal de esquerda chamado *Em Tempo*[15], muito sob a influência das organizações mais apressadas quanto às soluções finais. Eu dei uma entrevista ao *Em Tempo*, em que falei do problema das tendências com uma confiança um pouco exagerada. Eu achava que era uma coisa muito interessante, porque eu levava em conta que o PT não tinha raízes de visão profunda da realidade e de conhecimento das teorias políticas e sociais; e pensava que esses setores muito ligados a faixas revolucionárias européias e que discutiam muito os

problemas de hoje e de amanhã, esses setores iriam, naturalmente, ajudar, no debate interno, a abrir mais as consciências, a estimular a reflexão sobre doutrinas, sobre problemas políticos, sociais e ideológicos, sobre utopias etc. e tal. Inicialmente, eu defendi, portanto, essa perspectiva, que a vida não iria endossar, porque, em geral, essas instituições não são apenas bastante apressadas na visão dos seus horizontes; elas são também profundamente voltadas para a tentativa de ganhar forças e impor sua visão de ritmo de mudanças da sociedade, no interior dos partidos.

E o interessante é que uma das organizações que o senhor aponta, em 1990, como sendo uma das que estão indo além dos limites da democracia do PT é exatamente o PCBR, do qual o senhor tinha sido um dos fundadores originalmente.

Porque eu não só vi que essas chamadas tendências disputavam ardorosamente os postos de mando e de influência no interior da organização, na estrutura interna partidária, como veria depois, nos dias de hoje, com a última crise ligada à presidência da Câmara dos Deputados[16], que elas passaram também a disputar, de maneira aberta, já não apenas postos de comando partidários, mas postos de comando no poder de Estado. Então eu fui chamado, numa outra entrevista, a lembrar o que me parecia justo, não aceitar a intransigência e a intolerância. Nós de esquerda primamos muito pela intolerância. É uma das heranças que trazemos do velho e querido (na época) PCB. Mas eu achava que devíamos, primeiro, preservar a identidade do PT e o caminho que ele tinha escolhido ao nascer: um caminho profundamente marcado pela confiança no povo, pela busca de liberdade e pela visão das realidades e das possibilidades reais de mudanças sucessivas correspondentes. Essas tendências se chocavam muito diretamente com o ritmo previsto de mudanças. O grande problema é o ritmo, é o tempo. O tempo é o grande juiz. Então, a partir de um momento dado, eu senti que o choque era demasiado forte com uma das tendências mais combativas nessa época, que deixou de existir com nome próprio porque daria nascimento a dois outros partidos políticos, que estão hoje na arena nacional. Eram a Convergência Socialista e a Causa Operária[17]. E a Convergência Socialista era extremamente dura no julgamento dos elementos que tinham a liderança maior do PT e que não coincidiam com seus ritmos e seus horizontes. Aí eu achei que havia muita tendência à expulsão da Convergência. Eu pedia que não houvesse expulsão; que convidássemos a tendência a se transformar num partido. O PT, com sua influência já crescente (isso já foi em 1985, 1987), deveria ajudar muito, tanto quanto possível, à criação desses novos partidos. E então as divergências seriam feitas no quadro de uma aliança de forças políticas; mas não quebrando a inteireza, a identidade de um partido nascente que precisava ter essa imagem mais precisa e mais unificada para dirigir seu povo e ganhar mais forças no povo. É disso que você fala?

Exatamente.

Inclusive eu convidava a que fosse afastado do PT e se transformasse num partido, o PCBR...

É interessante isso. O senhor tinha sido o primeiro secretário-geral desse partido, mas, quando retorna do exílio, o senhor já está afastado, acredito que não só do PCBR, mas de qualquer organização de esquerda, não é?

Talvez você se exprimisse melhor se dissesse: "e com boas relações com outras organizações de esquerda".

O senhor conta no livro Vale a pena sonhar *que durante um tempo havia ainda a idéia, por parte de alguns grupos do PCBR, de que o senhor retornasse ao Brasil para continuar a luta, não é?*

Nós sentíamos, uma boa parte do PCBR que estava no exterior, pensávamos voltar aqui para discutir com os companheiros da *nossa* organização (ainda era a nossa organização). Nosso filho mais velho, René, estava exilado no Chile e uma delegação veio até o Chile, escala para chegar ao Brasil, para discutir com os companheiros que queriam continuar a rebelião armada, o protesto armado. Achávamos que havia uma realidade diferente. E que era necessário olhar para ela. Mas a direção nacional do PCBR não aceitava essas ponderações nossas.

Nós achávamos que não podíamos continuar estimulando essa situação de rebeldia, diante daquilo que era o nível de consciência do povo e também o modelo de regime político que começava a ser instaurado, com todas as deficiências e todas as anomalias que marcaram sempre o modelo de uma democracia na era republicana. Então, dentro deste quadro, nós deixamos o PCBR em 1979.

Quer dizer, até 1979...

Lutávamos pela anistia. E, ao mesmo tempo, preparávamos a nossa volta. Voltamos em outubro de 1979. A Anistia tinha sido em agosto de 1979. Então, muitos dos companheiros achavam que Renée e eu fazíamos a incursão no caminho do suicídio, porque achavam que não haveria condescendência da ditadura em relação aos banidos. E havia uma época nova, a crise final do regime de ditadura. De maneira que o PT, eu tenho a alegria de lembrar que foi a pá de cal do regime militar, com as suas grandes greves do ABC etc.

Quer dizer que, quando vocês voltam, vocês também já estão procurando um novo modelo, uma nova forma de organização política...

É. E olhando o novo que estava surgindo, através das grandes centrais sindicais, os metalúrgicos, os petroleiros, os bancários, não é. Daí três figuras enormes da direção do PT, que são Jacob Bittar de um lado, o Lula de outro, e o nosso Dutra, Olívio Dutra, entre os bancários.

A TRAJETÓRIA DO PT: DOS MOVIMENTOS SOCIAIS À INSTITUCIONALIDADE

Na verdade, o senhor foi um caso bem especial. Porque daquelas antigas, tradicionais lideranças reconhecidas ligadas ao PCB, ao PCdoB, ao PCBR, ninguém foi para o PT naquele momento.

É. Porque acontece o seguinte. O velho PCB foi profundamente cioso de suas qualidades "excepcionais": dono das verdades definitivas, único entre os partidos conhecedor das realidades e capaz de abrir caminho para outras instâncias e para outros regimes e tal. O desprezo da direção do PCB pelas alianças, pela força dos demais partidos, a absoluta condição de portador do presente e do futuro, isso marcou muito o PCB. De maneira que se olhava o PT como uma instituição "pequeno burguesa", no sentido pejorativo, incapaz de abrir caminhos e, portanto, passageira.

Mas eu me lembro muito bem das eleições de 1982 aqui no Rio, quando todo mundo dizia: isso é uma loucura! Vocês estão jogando voto fora. O PT não tem nenhuma chance de se consolidar como um partido. Falava-se na época no voto útil. Tem que se votar no PMDB [Partido do Movimento Democrático Brasileiro], que é o partido da Frente, que vai ter condição de derrotar efetivamente a ditadura. E o PT era visto como uma aventura divisionista.

É claro. Digamos assim, o mito interno, internamente aceito no PC, tradicionalmente, é o de um partido único e insubstituível. Mas devemos lembrar o seguinte: não é só o PC brasileiro. Era o PC de cada país, sob a égide desse centro de tabus e de definições falsas que foi a Internacional Comunista. Então... Nós falávamos?

Da eleição de 1982.

Ah, 1982. Em 1982, o partido é convidado, naturalmente, a enfrentar o problema das eleições. É verdade que eu era muito verde ainda na análise das realidades, dos caminhos etc. e tal. Eu tinha uma boa



Apolonio e sua irmã Maria de Carvalho (1924).

capacidade, que era a busca sincera do que devia ser justo. Só isso. Isso me ajudava muito. Mas tinha um cabedal muito pequeno de cultura política, de cultura teórica. Eu me lembro que o Lula me perguntou: "Olha, eu vou ser candidato a governador do estado de São Paulo. O que é que você acha? Podemos ganhar?". Eu disse a ele: "Olha, Lula, eu acho difícil. Eu acho difícil, mas... não é mau tentarmos" [ri]. Era, para mim, uma concessão retirada sem dores, porque eu não tinha uma visão clara do que era bom ou do que seria mau. Agora, mais tarde, eu veria o seguinte, que as eleições que aparecem, sobretudo depois... Em 1982 e 1985, nós ganhamos duas prefeituras: Diadema e Fortaleza. Fortaleza, enfeitada pela bela figura de mulher da candidata, não é[18]? Em 1982, elegemos os primeiros deputados federais, além daqueles que o MDB, na sua decomposição [antes de 1982], nos tinha dado de presente. Então passamos a ser um partidozinho que começava já com oito deputados federais[19], dava uma certa importância. E também houve as eleições para as assembléias legislativas e para as câmaras municipais. E eu tenho a impressão que isso representa um elemento de influência na diluição da imagem inicial do PT – isto é, nessa imagem profundamente democrática, de partido profundamente integrado no povo, com que ele aparece ao se tornar um partido legal em fevereiro de 1980. Nós saímos do quadro do movimento social já com o nome de partido, já saímos do quadro inicial, em que o PT representa várias vozes conjugadas. Entre 1980 e 1983-1984, o partido traz consigo várias vozes convergentes e muito sonoras: a voz dos comícios nas portas das fábricas, a voz dos *campi* das universidades, a voz das ruas, com as grandes manifestações que se fizeram...

É a campanha das Diretas[20].

Pois é. E como coroamento, já em 1984, temos a campanha das Diretas. Então, são várias vozes. Mas faltava, a partir de 1983-1985, uma outra voz, que, verdadeiramente, seria uma mudança particular de qualidade. Quando se fala de nós da história, são momentos de estancamento do surto de avanço. Quando se superam esses nós, há o salto do nó, o salto nodal. O novo salto nodal seria, naturalmente, a voz das urnas, as eleições. E com as eleições temos o seguinte: um partido que está feliz de chegar a esse novo nível, porque deixa de ter as limitações clássicas do movimento social, que, ao lado do que tem de bonito, de abrangente, de profundamente social, é muito ligado às contingências, no caráter isolado de suas faixas de ação: mulheres, sexo, negros, raças etc. Os movimentos são capazes de despertar e mobilizar faixas isoladas da população, e o partido político é que tem a visão do que são forças amigas e forças inimigas, e tem, sobretudo, a visão das relações entre a sociedade e o Estado. Então há o processo político, o poder de Estado. Só os partidos políticos podem unir forças num projeto político comum para transformar a sociedade. O movimento social não pode, de maneira nenhuma, ser subestimado na sua imensa credencial de força mobilizadora, mas não basta olhar as mudanças da sociedade e agir por ela. E esse é o novo salto nodal que marca o partido. É um avanço extraordinário, que ele faz ainda um pouco tateando, não trôpego, mas ainda hesitante nos seus passos iniciais, porque é algo muito novo para ele; mas, ao mesmo tempo, este salto vai ter profundas repercussões na imagem original do PT: um partido profundamente democrático, apoiado nas bases. Porque as câmaras municipais, as assembléias legislativas, a Câmara Federal, os prefeitos municipais e governadores de estados, com seus secretariados e seu corpo de auxiliares, roubam dos núcleos o que havia de mais avançado e deixam os núcleos despovoados de suas lideranças. E o partido não tem forças nem consciência da necessidade de provar quadros novos, estabelecer as bases de uma formação política constante, de estabelecer debates políticos para ajudar os seus militantes.

O senhor não pensou em ser candidato alguma vez?

Nunca quis ser. Nunca quis ser nem vereador, nem deputado, nem senador. Foi uma batalha muito grande. Eu já estava profundamente preocupado, nesse momento, com o esvaziamento da base popular do PT. Já em...

Mas o senhor acha que em 1982 existia isso?

Não, 1982 é apenas o rastilho inicial. Mas a partir de 1985... Eu lembro a vocês, as assembléias legislativas dos estados, os conselhos municipais... São milhares de municípios, não é? Você tem as secretarias de cada deputado federal e de cada deputado estadual, então...

Claro. Que drenam essas pessoas para essas atividades.

Justamente. E esvaziam o que há de mais ativo, de mais mobilizador, quer dizer, aquilo que eram as faixas de lideranças dos núcleos populares. E depois, há um certo pendor para as eleições, que contamina também a nossa militância. Eu nunca quis ser candidato a isso ou aquilo. Eu fiquei sempre muito preocupado em localizar o alcance da fluidez nova dos núcleos de base.

E o senhor também não se envolveu mais, diretamente, em campanha de...

Ah, não. Posso ter, aqui ou ali, esporadicamente, por estar passando em tal lugar ou ser mobilizado, participado das campanhas eleitorais, mas muito pouco. E jamais quis ser candidato. Como jamais quis ter qualquer posto de mando no partido. Me dei sempre muito bem com o trabalho comum, de base etc., e, ao mesmo tempo, com a pesquisa da realidade. Eu participei sempre das lutas internas, dos confrontos internos, dos debates etc., sempre participei, com muita alegria, mas como um porta-voz de faixas da militância, nada mais que isso.

Eu ouvi relatos de militantes do PT do Nordeste dizendo que, nos primeiros anos, o senhor também teve o papel de ajudar a organização do partido em alguns estados da região.

A um momento dado, eu estava ainda na Comissão Executiva Nacional do partido, mas eu já estava um pouco enfermo e, antes de pedir ao partido que me permitisse renunciar à direção – porque eu não tinha condições físicas de cumprir meus trabalhos –, eu consegui da direção do partido, com mais dois militantes muito aguerridos, a possibilidade de visitar as direções do PT em todo o país para saber até que ponto decrescia a presença dos núcleos populares na estrutura partidária e até que ponto decrescia a faixa dos debates políticos, das conferências políticas para discutir sobre as questões gerais do país e do partido. Então eu visitei o Rio Grande do Sul, passei em São Paulo, que eu já conhecia um pouco, no Rio, mas visitei o Nordeste, a Bahia, e verifiquei o seguinte: o vazio crescente da base popular do partido; o esvaziamento contínuo da faixa ocupada até então pelos núcleos de base do partido. E senti, portanto, o quanto decrescia o modelo de partido baseado na democracia interna. Isso foi uma constatação muito séria.

O senhor ficou muito tempo fazendo essas viagens?

Ah, eu passei dezesseis dias viajando. Consegui isso da direção. Eu participava também de certos debates, porque eu já estava preocupado com o caráter pouco construtivo da luta interna partidária. Então eu fui muito seguidamente a Minas. Como eu era membro da Comissão Executiva Nacional do PT, eu chegava em Minas, nas vésperas de uma conferência regional, e dizia que vinha em nome da direção regional. Os companheiros de direção eram muito amigos meus, nunca veriam um mal particular nisso, se soubessem, e mais tarde eu contaria, mas era para participar também das lutas, porque havia choques muito duros e muito profundos, e eu queria participar dentro desse quadro.

O GOVERNO LULA E OS NOVOS DESAFIOS COLOCADOS PARA O PT

Uma última pergunta. Essa característica de participação do PT na política institucional, ela foi-se aprofundando cada vez mais, a ponto de o partido chegar hoje à presidência da República. Então, por um lado, é um momento histórico, totalmente novo...

Sem dúvida.

Mas há esses problemas também, que o senhor já identificava, em relação à dificuldade do partido para manter a sua identidade original e ao mesmo tempo avançar. Eu queria que o senhor falasse um pouco sobre isso, como é que o senhor vê o PT hoje, nessa nova situação, com o Lula na presidência.

Eu pediria a vocês que aceitassem uma pequena pergunta: "E agora?". Estamos na mais profunda crise que abalou as esquerdas nos últimos tempos, e, em particular, que afetou o PT[21]. Eu queria lembrar que, apesar de toda a sua profundidade e do fato, também, agravante, de que nós do PT não soubemos abrir os olhos a tempo para as raízes da crise e para seus efeitos, a crise é, ao mesmo tempo, um choque e uma surpresa, mas eu queria lembrar que não é nenhuma tragédia assustadora, pelo contrário. Porque a crise, como a vida se encarregou de mostrar, menos de três semanas depois do seu desencadeamento, praticamente ruiu em sua base inicial. Os grandes vencedores de 15 de fevereiro[22] amargam uma derrota sombria[23]. Isso significa que há uma realidade nova na consciência do povo, porque o povo, com seu protesto, está começando a estabelecer marcos sucessivos de presença, na recusa a essa ousada projeção do predomínio das mordomias; e está, inclusive, muito chocado com a parceria entre o Judiciário e a nova presidência da Câmara, em desacordo, inclusive, com o que seria o respeito ao Parlamento. Porque houve a tentativa de que as mesas das casas do Parlamento decidissem pela urgência do decreto de aumento dos salários, sem passar pelo plenário. Quer dizer, não apenas

um desdém, mas um insulto à democracia, por parte de certas faixas dominantes desse país; e em particular da primeira casa do Congresso. Felizmente o Senado interpôs-se de maneira positiva. Eu queria lembrar que há, portanto, um mal-estar imenso, com a voracidade de certas faixas do Parlamento.

Quais foram, na sua opinião, as causas desta crise?

Nós tivemos um governo dividido, um PT dividido e também um Parlamento dividido. Houve uma posição unitária no Senado, dentro de uma posição marcada pelo espírito de ética e de respeito à democracia e ao Parlamento em si; mas uma situação de fluidez e uma demonstração clara de divisão no conjunto dos partidos políticos, no conjunto das casas do Parlamento, sobretudo na primeira casa, e em particular dentro do PT. Eu acho que a divisão do PT é algo que marca sua trajetória desde o primeiro dia. Se vocês relerem trabalhos da Fundação Perseu Abramo, inclusive o relato da sessão de fundação do PT, a 10 de fevereiro de 1980, por Perseu Abramo[24], vocês vão ver como o choque das tendências apressadas já modificava a visão original do PT e procurava impor, de um lado, a limitação das forças interessadas nas mudanças, para dar aos trabalhadores mais ligados à produção a situação primordial no jogo das mudanças; e, de outro lado, a pressa pela profundidade das mudanças. Vocês encontram isso, inclusive, em documentos da Fundação. Eu lembraria o artigo de Perseu Abramo. Falem com a nossa querida Zilah [Wendel Abramo], ela mostrará para vocês. Mas ao mesmo tempo eu queria lembrar que, ao lado desse mal-estar, o Parlamento tem também um bom contingente de cidadãos ciosos de democracia e de respeito ao povo. O Parlamento tem forças que estão mostrando agora que não podem aceitar a degenerescência da instituição e o abandono do sentimento e do pensamento do povo. A minha namorada insiste muito em que eu sou um otimista barato [risos]. Sem cair nesse otimismo barato, mas olhando a realidade como está, é necessário enaltecer essa imagem dos poderes, divididos, mas com uma parte sensível. E, ao lado disso, as forças vivas, também ciosas do povo, que estão dentro de cada partido político, apesar da degenerescência do troca-troca, de olhos fechados, abominável, dos últimos tempos, ter jogado muito cisco sobre a imagem dos partidos políticos. Eu acho que é preciso olhar com otimismo, sem receio de parecer demasiado otimista, como os níveis de consciência popular a se revelar através de manifestações próprias, através do apoio e do estímulo às reações positivas dentro do Parlamento e, inclusive, dentro do PT...

Voltar a ter confiança, não é?

Não só isso. Não só voltar a ter confiança. Voltar a sentir e estimular a imagem original do PT, corrigir as ausências que determinaram a sua situação secundária, ultimamente, através dos debates políticos e dos confrontos políticos, da vida política interna, através de conferências políticas, abrindo as consciências. Avivar a alegria e o orgulho de ser militante de um partido que, ao nascer, foi o mais democrático dos partidos de nossa história e tem tudo para ser de novo, por um esforço de debate político, formação política, abrangência e respeito às alianças políticas, abrangência e respeito às instituições democráticas, à visão clara e apaixonada dos direitos humanos, das liberdades civis, inserir novamente a presença popular no seu pensamento, nas suas propostas e na sua condução de prática coletiva dentro da arena política. Eu acho que voltar a essa imagem sadia, promissora e rica do período original e dos primeiros anos é um elemento extremamente considerável. Porque o PT é o partido mais forte das esquerdas, é o partido predominante de um governo que eu chamaria de um governo plural. Acho que vamos, agora, ter um governo sob o título de governo de coalizão, mais amplo, possivelmente, mais seguro; e aí, dentro dessas condições, temos que olhar a confusão que começa a reinar na parceria das mordomias que envolvem pedaços do Judiciário e da Câmara, mas impor, naturalmente, a presença do povo, a pressão popular, a unidade das forças interessadas em um presente e um futuro de liberdade, de justiça e de alegria de viver nas mãos do nosso partido [ri].

Muito bem.

Desculpe o que eu fiz. Me senti no palanque. E, da próxima vez que vierem, me chamem de você [risos][25].

Notas

1 As organizações partidárias mencionadas ao longo do livro são descritas na seção "Glossário de organizações partidárias", na página 413 deste volume.

2 Todas as figuras históricas, políticas, sindicais, mencionadas ao longo das entrevistas, constam da seção "Notas biográficas" que se encontra na página 333 deste volume.

3 Cf. CARVALHO, Apolonio de. *Vale a pena sonhar*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997; e GORENDER, Jacob. "Trajetória de um herói". *Teoria e Debate*, nº 64, nov./dez. 2005.

4 *Vale a pena sonhar* é a autobiografia de Apolonio de Carvalho. Sua publicação pela Editora Rocco data de 1997. O livro serviu de base para um documentário homônimo em 2003, dirigido por Stella Grisotti e Rudi Böhm e produzido pela Superfilmes. Disponível em <http://www.piratininga.org.br/artigos/2005/76/apolonio-vale-a-pena.html>. Acesso em 25 fev. 2008.

5 A pena de banimento foi reintroduzida no Brasil pela ditadura de 1964, por meio do AI-13, após o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969. O AI-13 instituía o "banimento do território nacional de pessoas perigosas para a segurança nacional". Com a intenção de transformar os banidos em apátridas, o governo os obrigava a deixar o país sem passaporte. Seus filhos, nascidos no exterior, não podiam ser registrados nas embaixadas brasileiras e não recebiam a cidadania brasileira. No total, houve 130 banidos durante a ditadura. Cf. FARIA, Cátia. *Revolucionários, bandidos e marginais: presos políticos e comuns sob a ditadura militar*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005, p. 24; TELES, Janaina de Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação de mestrado em História, FFLCH-USP, 2005, p. 10.

6 Não foi possível confirmar a que evento Apolonio se refere. Houve um Congresso Internacional de Anistia no Brasil, realizado em Roma, em junho de 1979, do qual ele certamente participou. Já em agosto de 1979, ocorreu em Lisboa uma reunião que marcou a refundação do PTB, da qual participaram várias lideranças brasileiras, algumas das quais, como Airton Soares, viriam posteriormente a integrar o PT. E em setembro de 1977 o Comitê Pró Amnistia Geral no Brasil (CAB), de Portugal, havia reunido em Lisboa grupos de exilados brasileiros residentes na França, Holanda, Dinamarca, Suécia, Guiné-Bissau, Polônia, Angola e Alemanha Federal. Disponível em <http://www.pdt-sc.org.br/historia5.php>. Acesso em 26 fev. 2005; GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado em História, FAFICH/UFMG, 2003, p. 155.

7 Os Comitês Brasileiros de Anistia (CBAs) começaram a se articular em 1977 e entraram em cena em 1978. O do Rio de Janeiro, lançado oficialmente em 1º de fevereiro de 1978, foi o primeiro a ser criado, seguido pelos de Goiás e da Bahia (abril/1978); em maio foram criados os de São Paulo, Londrina (PR) e Rio Grande do Norte; em junho os de Santos, São Carlos (SP) e Brasília. Foram organizados por familiares de presos políticos e setores democráticos da sociedade. Desempenharam importante papel na luta pelo fim da ditadura e pela redemocratização do país. Cf. GRECO, Heloísa Amélia. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado em História, FAFICH/UFMG, 2003, p. 59-60.

8 A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi fundada em 1952. Nos anos 1970, teve importante papel na denúncia das arbitrariedades do governo ditatorial e de torturas contra presos políticos, além de atuar na defesa dos direitos humanos de forma ampla.

9 Segundo a administração do Colégio Sion, a diretora em questão é Henriqueta Furtado Nunes, irmã Geralda de Nossa Senhora de Sion. Fundado em 1901, o Colégio Sion, localizado no bairro de Higienópolis, sempre foi freqüentado pela elite da cidade de São Paulo. O fato de que tenha aberto suas portas para sediar a fundação do Partido dos Trabalhadores, em 1980, é emblemático das transformações vividas pela Igreja Católica brasileira durante a ditadura militar.

10 Apolonio refere-se à Comissão Diretora Nacional Provisória eleita na reunião nacional de fundação do PT realizada na sede do Instituto Sedes Sapientiae em 31 de maio e 1º de junho de 1980. Faziam parte desta direção: Lula (SP), Jacob Bittar (SP), José Ibrahim (SP), Olívio Dutra (RS), Apolonio de Carvalho (RJ), Joaquim Arnaldo (RJ), Wanderley Farias

de Souza (PB), Antonio Carlos (MS), Luiz Soares Dulci (MG), Domingos de Freitas Diniz Neto (MA) e Manoel da Conceição (MA). O mandato dessa direção durou até a eleição da Comissão Executiva Nacional, em 9 de agosto de 1981, da qual Apolonio também fazia parte como 3º vice-presidente do PT. Cf. *Resoluções de Encontros e Congressos: Partido dos Trabalhadores*. Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política/Fundação Perseu Abramo (orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

11 As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são comunidades ligadas à Igreja Católica que, incentivadas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965), se espalharam principalmente nos anos 1970 e 1980 no Brasil. Localizam-se em geral na zona rural e na periferia das cidades. Segundo Frei Betto, as CEBs são uma nova forma de organizar a pastoral. Tradicionalmente, a pastoral da Igreja Católica é organizada em torno das paróquias. As CEBs permitem que a organização paroquial se dê através de comunidades menores, onde os membros podem estabelecer laços comunitários entre si. Bingemer destaca que como as pessoas se reúnem por proximidade geográfica, isso facilita a discussão e reinvindicação por serviços básicos (água, saneamento ou melhorias no bairro). As CEBs organizam círculos bíblicos, nos quais os grupos se reúnem para leitura e reflexão da *Bíblia* e confrontam os relatos bíblicos com a vida cotidiana. A partir da reflexão sobre os problemas da família, do trabalho e do bairro, as CEBs ajudaram a criar diversos movimentos sociais. Sua origem se deu no começo dos anos 1960, como resultado da experiência de catequese popular em Barra do Piraí (RJ), em 1956, ou do Movimento da Diocese de Natal (RN), ou ainda do Movimento de Educação de Base. As conferências católicas de Medellín (1968) e de Puebla (1979) colaboraram decisivamente para sua evolução. Por suas características ecumênicas, o movimento extrapolou os limites da Igreja Católica e as comunidades passaram contar com representantes também de igrejas como Metodista, Luterana e Presbiteriana. Os membros das CEBs no Brasil se encontram periodicamente nos chamados Encontros Intereclesiais, reunindo membros de todo o Brasil. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Comunidades_Eclesiais_de_Base>. Acesso em 17 maio 2008. Ver também: BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. 2a edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

12 Um dos debates que mais teve destaque na primeira década de construção do PT dizia respeito às tendências internas do partido. O PT, por sua própria natureza, abrigava diferentes organizações, movimentos e até mesmo pequenos partidos políticos que tinham trajetórias anteriores à fundação do novo partido. Algumas dessas organizações consideravam o PT apenas uma frente eleitoral, ou um espaço a ser ocupado taticamente, com vistas à construção posterior de um partido revolucionário. O debate acabou por se resolver no 5º Encontro Nacional, realizado em 1987, quando o direito de tendência foi regulamentado. O desrespeito à regulamentação estabelecida, por outro lado, levou à exclusão de alguns desses grupos, como será mencionado posteriormente. Cf. CARVALHO, Apolonio de. "Aqueles que devem ser excluídos do PT". *Teoria e Debate*. São Paulo, Diretório Regional PT-SP, nº 9, jan./mar. 1990; "Resolução sobre tendências". In: *Resoluções de Encontros e Congressos*, *op. cit.*, p. 356-58; e SILVA, Antonio Ozai da. *História das tendências no Brasil*. São Paulo: Proposta Editorial, 1985.

13 Apolonio refere-se a um discurso feito por Luiz Inácio Lula da Silva na 1ª Convenção Nacional do Partido dos Trabalhadores, realizada em 27 de setembro de 1981, em Brasília, em que ele, ao discursar sobre a ideologia do partido, faz afirmações quanto aos rumos para o socialismo democrático. Cf. "Discurso de Luiz Inácio Lula da Silva". In: *Resoluções de Encontros e Congressos*, *op. cit.*, p. 105-14.

14 CARVALHO, Apolonio de. "Aqueles que devem ser excluídos do PT". *Teoria e Debate*. São Paulo, Diretório Regional PT-SP, nº 9, jan./mar. 1990.

15 Jornal de âmbito nacional criado em 1977 por uma ampla frente de militantes e jornalistas de esquerda a partir da divisão ocorrida no interior do jornal *Movimento*. Seu objetivo era ser referência aos setores de esquerda sobreviventes ao regime militar que haviam feito a ruptura com a esquerda tradicional nos anos 1960. O jornal foi logo hegemonizado por setores trotskistas que formaram, em seguida, o grupo Democracia Socialista (DS). *Em Tempo* participou desde o início do movimento pró-PT e, dentro deste partido, tornou-se o principal porta-voz da tendência Democracia Socialista. Parte de sua coleção completa e de seu acervo fotográfico estão guardados no Centro Sérgio Buarque de Holanda – Documentação e Memória Política, da Fundação Perseu Abramo. Para mais detalhes, ver a entrevista de Raul Pont, neste volume. Cf. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Edusp, 2003, 2ª edição, p. 403-06; PONT, Raul. "Trinta anos de uma trajetória jornalística e política da esquerda revolucionária". In: *Inprecor América Latina*, nº 429, nov. 2007. Disponível em <http://www.democraciasocialista.org.br/ds/index.php?option=content&task=view&id=649&Itemid=36>. Acesso em 25 fev. 2008.

16 A entrevista foi realizada no contexto da crise deflagrada pela existência de duas candidaturas de parlamentares petistas (Luís Eduardo Greenhalgh e Virgílio Guimarães) à Câmara dos Deputados, em 2005.

17 Organizações trotskistas que integraram o PT desde as origens até se desligarem do partido, em 1992, por se recusarem a aceitar a regulamentação adotada sobre o direito de tendência. Deram origem, respectivamente, aos atuais Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Partido da Causa Operária (PCO).

18 O entrevistado refere-se à primeira vitória eleitoral do PT numa disputa de prefeitura municipal, ocorrida em Diadema, em 1982, com o candidato Gilson Menezes, e a Maria Luiza Fontenelle, eleita pelo PT para a prefeitura de Fortaleza em 1985.

19 Os oito deputados federais eleitos pelo PT em 1982 foram: Airton Soares, Bete Mendes, Djalma Bom, Eduardo Suplicy, Irma Passoni, José Genoino (todos de São Paulo), Luiz Dulci (MG) e José Eudes (RJ).

20 A campanha das Diretas Já foi um movimento político suprapartidário em defesa do retorno de eleições diretas para a presidência da República. Tendo se iniciado em 1983, o movimento ganhou dimensões políticas e sociais mais amplas, culminando numa série de grandes comícios, nos primeiros meses de 1984, que mobilizaram milhões de brasileiros. No entanto, a Câmara dos Deputados rejeitou, em 25 de abril de 1984, a emenda que propunha as Diretas Já. Precisando de 320 votos para ser aprovada, de um total de 479 deputados, a emenda Dante de Oliveira recebeu a maioria dos votos (298), todavia insuficientes para atingir o quórum necessário para a aprovação. Cf. ABREU, Alzira A. *et al. Dicionário histórico-biográfico brasileiro.* Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. 5 vols.

21 Conforme indicado anteriormente, no momento da entrevista a crise política estava na verdade apenas no seu primeiro momento, em função do impasse na eleição da presidência da Câmara dos Deputados, em fevereiro de 2005.

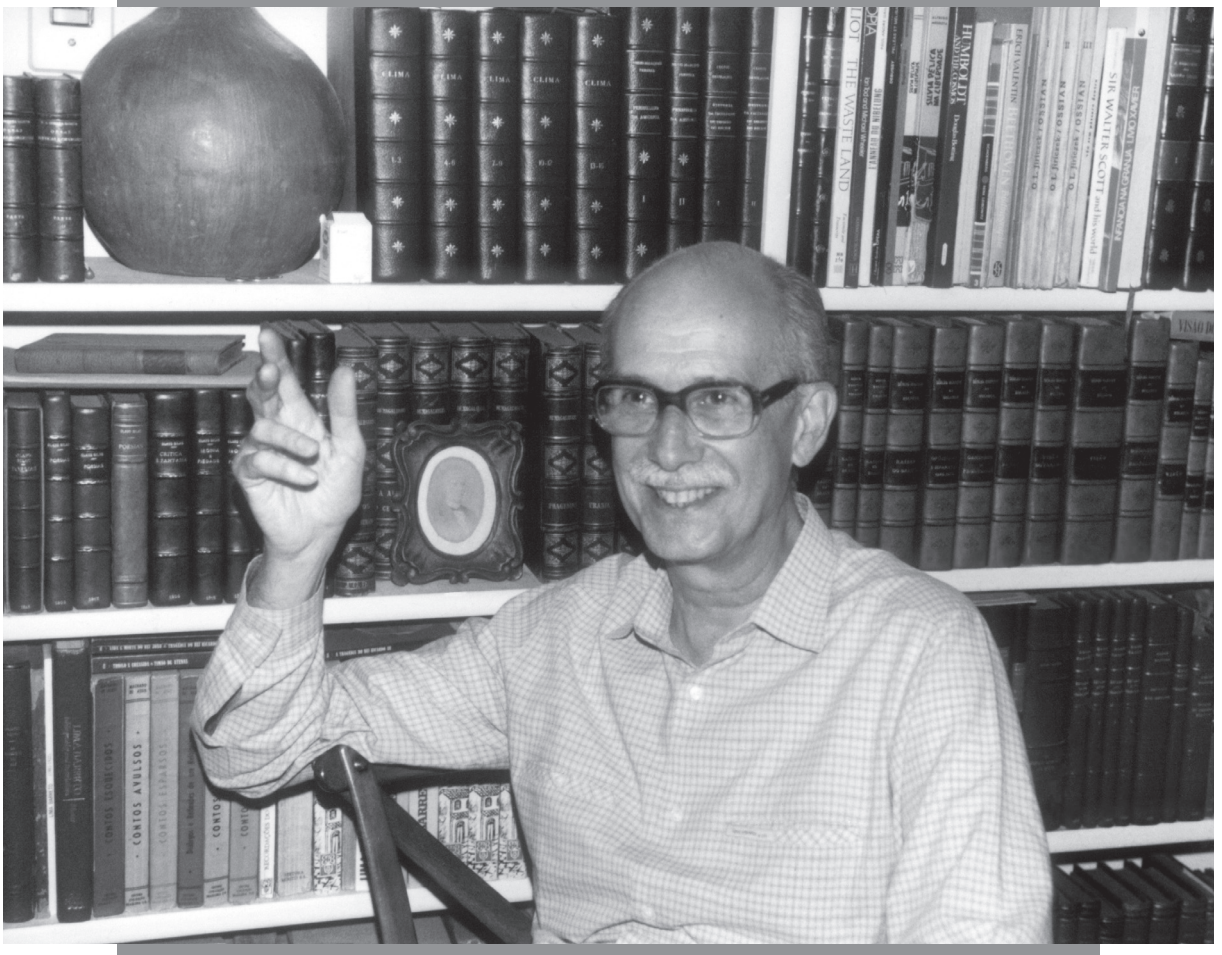
22 Refere-se à data da eleição de Severino Cavalcanti (PP-PE) para a presidência da Câmara dos Deputados, derrotando o candidato petista, Luís Eduardo Greenhalgh.

23 Refere-se à mobilização da opinião pública e de diversas entidades da sociedade civil contra o aumento salarial para os parlamentares federais, capitaneado pelo deputado Severino Cavalcanti.

24 Trata-se do artigo "Divergências na fundação do PT", publicado originalmente no jornal *Movimento* (nº 242, 18-24 fev. 1980, p. 8). O artigo está reproduzido no livro *Um trabalhador da notícia: textos de Perseu Abramo* (Editora Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 183-85) e na revista *Perseu* (Centro Sérgio Buarque de Holanda, n. 1, dez. 2007, p. 123-25).

25 Infelizmente não houve condições de realizar a planejada segunda sessão de entrevista. Apolonio de Carvalho faleceu em 23 de setembro de 2005.

Muitos Caminhos, uma Estrela



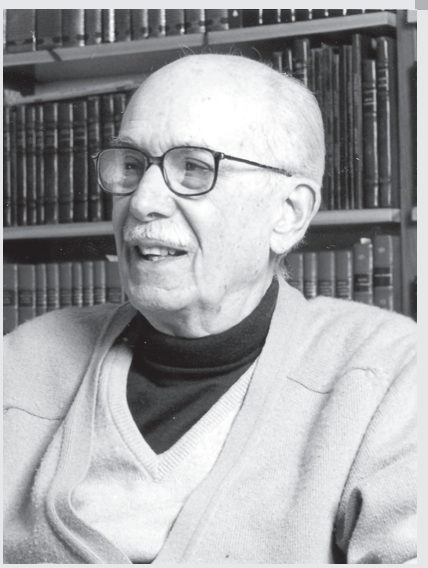
Memórias de Militantes do PT

Antonio Candido

ENTREVISTA REALIZADA EM SÃO PAULO (25 DE FEVEREIRO DE 2005)

Página anterior:
Antonio Candido
em sua residência.

Página seguinte:
Foto de 1999.



Antonio Candido de Mello e Souza nasceu em 1918 no Rio de Janeiro, mas viveu desde os oito meses no Sul de Minas Gerais, de onde é a sua família, primeiro em Cássia, depois, a partir de 1930, em Poços de Caldas, onde seu pai foi diretor dos Serviços Termais e, em seguida, médico clínico. Fez o curso secundário, concluído em 1935, nessa cidade e na vizinha São João da Boa Vista, São Paulo, e o curso complementar no Colégio Universitário da Universidade de São Paulo (1937 e 1938), ingressando em 1939 na Faculdade de Direito (que abandonou no último ano) e na Faculdade de Filosofia (seção de Ciências Sociais). Formado em 1942, foi nomeado assistente de Sociologia, matéria na qual se doutorou em 1954 e da qual se desligou em 1958. Em 1941, foi um dos fundadores da revista *Clima*, onde começou a exercer a crítica literária, que teve continuidade nos jornais *Folha da Manhã* e depois *Diário de São Paulo*, de 1943 a 1947. Em 1945 tornou-se livre-docente por concurso à cadeira de Literatura Brasileira da Universidade de São Paulo (USP), matéria que passou a ensinar em 1958 na Faculdade de Filosofia de Assis, atualmente parte da Universidade Estadual Paulista. Em 1961 retornou à Faculdade de Filosofia da USP como professor colaborador da disciplina de Teoria Literária e Literatura Comparada, na qual se tornou titular por concurso em 1974, quatro anos antes de se aposentar, mas até 1992 continuou a orientar dissertações de mestrado e teses de doutorado na pós-graduação. No exterior foi professor associado de Literatura Brasileira da Universidade de Paris (1964-1966) e professor visitante de Literatura Brasileira e Comparada na Universidade de Yale (1968).

Militou contra a ditadura do Estado Novo na Frente de Resistência de 1943 a 1945, ano em que participou da efêmera União Democrática Socialista, aderindo a seguir à Esquerda Democrática, fundada naquele ano e denominada, a partir de 1947, Partido Socialista Brasileiro, ao qual pertenceu até o seu fechamento pela ditadura militar em 1965. No âmbito da política universitária, militou na Associação Paulista de Professores do Ensino Superior (Appes) em 1968 e 1969, e mais tarde na Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp), da qual foi vice-presidente de 1977 a 1979. Em 1980 aderiu ao Partido dos Trabalhadores. Foi casado

com Gilda Rocha de Mello e Souza, professora de Estética no Departamento de Filosofia da USP, falecida em 2005, com a qual teve três filhas. Publicou diversos livros, entre os quais: *Formação da literatura brasileira*, 1959; *Os parceiros do Rio Bonito*, 1964; *Literatura e sociedade*, 1965; *O discurso e a cidade*, 1993.

O DESPERTAR DO INTERESSE PELA POLÍTICA[1]

Quando começou a sua preocupação com os problemas sociais e políticos?

Foi em Poços de Caldas, onde nós morávamos. Nos anos 1930, a minha geração se preocupou muito com os estudos sobre a sociedade brasileira. Eu comecei por historiadores e pensadores de tipo conservador, como Oliveira Vianna. Depois me interessei pelos estudos sobre o socialismo, sem ser socialista e mesmo sem ter qualquer preocupação prática. Apenas interesse intelectual. Convivi muito com um colega cujo pai era anarco-sindicalista e ele comentava comigo livros anarquistas e comunistas, mas eu polemizava com ele. A maior amiga de minha mãe em Poços era uma senhora italiana que tinha militado em São Paulo no movimento socialista no começo do século XX, antes de mudar para lá. Chamava-se Teresina Carini Rocchi[2] e tinha grande cultura política, sendo antifascista exaltada. Ela deve ter contribuído para a minha orientação. Mas creio que é preciso destacar dois amigos e um livro, que foram decisivos. Os amigos foram dois rapazes de São Paulo que em 1933 mudaram para Poços, de onde era a mãe deles: Antonio Carlos e Jose Bonifácio de Andrada e Silva, ambos de esquerda, como era a sua família. Um tio deles, comunista militante, chegou a ser preso em 1935 depois da chamada "intentona". Eles me falavam de Caio Prado Júnior, comentavam as memórias de Trotski e me levaram a ler o tal livro que foi uma revelação: *História do socialismo e das lutas sociais*, de Max Beer, em dois volumes na tradução brasileira. Isso foi em 1934. Em 1935, li outro livro revelador: *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior, que me mostrou a história do Brasil em perspectiva marxista. Nesse processo a biblioteca de meu pai ajudou, porque era cheia de livros políticos, inclusive sobre a Revolução Russa de 1917 publicados no calor da hora. Livros de Kautski, livros sobre Lenin e Trotski, resumo de *O Capital* etc. Havia também muitos sobre a União Soviética, e eu li alguns. Este foi o começo, que foi me levando a adquirir "sentimentos" de tipo socialista, a me opor ao fascismo, inclusive a sua manifestação local, o integralismo. Mas tudo não passava de interesse intelectual sem nenhuma participação efetiva. Aliás, devo dizer que tenho interesse político mas não tenho aptidão para a política. E por temperamento sou antes conservador. Sem querer me comparar a um grande homem, eu diria como Antero de Quental, um dos fundadores da I Internacional em Portugal: "Em mim, só as idéias são revolucionárias. O temperamento é conservador"... Em 1936, vim estudar em São Paulo e me desinteressei completamente desses assuntos. Só a partir de 1939 voltei a me preocupar um pouco, devido a duas influências: a de um dos meus professores franceses da Faculdade de Filosofia da USP, Jean Maugüé, que era simpatizante comunista, e Paulo Emilio Salles Gomes, rapaz que conheci naquele ano, quando voltou da Europa, onde tinha-se refugiado em 1937 depois de fugir do presídio político onde foi encarcerado no fim de 1935, na onda de repressão que sucedeu a tal "intentona". Ele foi o instrumento que me fez passar aos poucos do interesse à atividade. Posso dizer que só na altura dos 24 anos comecei a me comportar como alguém politizado.

Como foi isso?

Para dar uma idéia de como pensava o meu grupo de amigos, conto que fundamos em 1941 a revista *Clima*, e um dos nossos pontos de honra era que ela devia ser apolítica, voltada apenas para o debate de idéias, as artes, a literatura. Aliás, não só não estávamos interessados em política, como havia a pesada censura do Estado Novo, que impedia qualquer vislumbre de esquerdismo ou de crítica ao regime. Chegamos a ter colaboradores integralistas, apesar de sermos contra o integralismo, porque queríamos ser abertos. Paulo Emilio combatia a nossa neutralidade, dizendo a mim e a Décio de Almeida Prado: "É melhor ser integralista do que não ser nada. Os integralistas pelo menos têm posição definida, e quem é como vocês não é nada".

É um alienado...

É isso. Paulo achava que a tarefa da nossa geração era política, e que era um dever tomar posição.

Como o conheceu?

Ele era amigo fraternal de Décio de Almeida Prado, seu colega de ginásio. Quando voltou da França no fim de 1939, Décio o apresentou ao nosso grupo. Na revista, ele se encarregou da seção de cinema e em 1940 tinha fundado o Clube de Cinema. Muito mais tarde, em 1954, depois de uma segunda estadia na França, fundou a Cinemateca Brasileira e começou aqui o grande movimento das cinematecas.

Foi um período em que as vozes contra a ditadura de Vargas começaram a se intensificar.

Foi, mas relativamente pouco, porque, como disse, a censura era terrível. A vantagem é que naquele tempo os estudantes eram presos, mas não torturados.

Era também o momento da Segunda Guerra Mundial, que tornou um imperativo moral a participação...

Exatamente. A entrada do Brasil na guerra em 1942 fez a revista mudar de posição. Paulo Emilio sugeriu que nos manifestássemos e escreveu uma declaração que apareceu no número 11, julho-agosto de 1942, assinada por toda a equipe. Ela causou certo barulho e muitos disseram que era mais negativa do que afirmativa: contra isso, contra aquilo, mas a favor do quê? Então Paulo escreveu para o número seguinte, que saiu com muito atraso por falta de dinheiro em abril de 1943, um "Comentário" longo, dado sem assinatura como coisa da Redação, mas concebido, pensado e redigido por ele. É um documento no qual penso até hoje e foi uma das minhas bússolas políticas. Nele Paulo pôs a essência da sua transformação pessoal, e ele serviu de inspiração a muitos.

Como?

Quando foi preso em dezembro de 1935, com 19 anos, Paulo era tacitamente stalinista, pois simpatizava com o Partido Comunista. Na França, para onde foi depois da fuga em fevereiro de 1937, mudou completamente. Teve conhecimento das atas dos infames Processos de Moscou[3], se relacionou com dissidentes como Victor Serge, com exilados espanhóis do POUM (Partido Obrero de Unificación Marxista), com militantes do PSOP (Parti Socialiste Ouvrier Paysan) dirigido por Marceau Pivert, quer dizer, com uma esquerda que não era stalinista nem trotskista, embora fosse de inspiração marxista. Então pôs de lado a doutrina oficial soviética e começou a pensar numa esquerda independente, nem stalinista nem trotskista, mas de base marxista e intuito revolucionário, ajustada à realidade do Brasil. Foi esta a orientação que nos trouxe e eu comecei a levar em conta. Ela correspondia às aspirações de muitos jovens que tinham sido da Juventude Comunista, que tinham alguns deles passado algum tempo no trotskismo[4], mas desejavam algo diverso. Paulo Emilio teve papel importante nesse contexto, porque era uma personalidade magnética e generosa. Foi o amigo mais fascinante que tive. Não lembro bem se no fim de 1942, mais provavelmente no começo de 1943, ele aglutinou um pequeno grupo de debate e eventualmente ação, que denominamos pomposamente de brincadeira Grupo Radical de Ação Popular (Grap)... Éramos seis e nos reuníamos domingo de manhã na casa de um tio meu, onde eu morava. Queríamos debater política para esclarecer

as idéias e também militar contra o Estado Novo. Fazíamos documentos, alguns panfletos, que distribuíamos. Por sorte, só um de nós, Paulo Zingg, foi preso nessa tarefa e ficou quinze dias na cadeia. Gilda [de Mello e Souza], que era minha noiva e com quem casei pouco depois, colaborava na datilografia e na difusão dos panfletos.

Quem eram esses seis?

Um grupo diversificado. Além de Paulo Emilio e eu, Antonio Costa Correia, que militara na Juventude Comunista e a tinha abandonado por causa do Pacto Germano-Russo[5] de 1939. Estava-se formando em Direito e era cunhado de outro companheiro, Germinal Feijó, meu colega de turma na Faculdade de Direito, na qual eu cursava o 5° ano, já formado na de Filosofia. Germinal era um grande líder estudantil, um dos pilares da resistência universitária ao Estado Novo, de uma combatividade intemerata que o levava a ser preso freqüentemente. Havia também o referido Paulo Zingg, que tinha sido integralista, como tantos rapazes à busca de uma solução diferente da política oligárquica que predominava, mas se desiludira logo e viera para a esquerda. Ele simpatizara com o tenentismo e tinha uma posição curiosa: dizia que brasileiro não tinha nada a ver com o marxismo, coisa feita para a Europa, e que o importante era descobrir as nossas formas de radicalidade, desde as lutas do período regencial. Vinha depois um operário litógrafo austríaco de mãe russa, que tinha vivido na Rússia em menino, era marxista internacionalista, mas dissidente, influenciado por certos lideres anti-stalinistas do Partido Comunista Alemão, como Brandler e Thalheimer. Trabalhava numa livraria.

Esse gráfico era o Eric?

Sim, era Eric Czaskes, que muitos anos depois fundou a Polop [Política Operária]. Eu o tenho visto referido como Sachs, ou Sharf, talvez porque tenha alterado o nome por motivos de segurança, talvez para facilitar a difícil pronúncia, que é "Tchaskes". Mais tarde, usou o pseudônimo político de Henrique Martins, não é?

Exatamente.

Esses companheiros tinham experiência política anterior. Eu não tinha nenhuma e estava numa fase de leituras intensas de marxismo, história social, Revolução Russa, fascinado sobretudo pelos livros de Trotski, que me influenciaram muito. E aprendendo com os amigos do Grap. Este durou poucos meses, porque logo formamos com estudantes liberais e socialistas, sobretudo da Faculdade de Direito, um grupo bem maior e mais ativo, a Frente de Resistência (FR). Fizemos muitas manifestações e publicamos um jornalzinho clandestino no qual colaborei. Eric não quis fazer parte desse grupo.

E as manifestações eram de que tipo?

Por exemplo: a FR atuou contra a concessão do título de doutor honorário da USP ao ditador, que acabou tendo o bom senso de desistir da honraria. Apoiou organismos de oposição disfarçada, como a Sociedade dos Amigos da América. Aproveitava qualquer oportunidade como bailes, reuniões, cerimônias para atacar o Estado Novo. Fez muita agitação pela entrada do Brasil na guerra, fez documentos e manifestos, participou de passeatas. Uma delas, no fim de 1943, foi dissolvida a tiro pela polícia, com a morte de um rapaz, vários feridos e muitos presos, inclusive um de meus irmãos. A FR procurou também se articular com a oposição liberal.

A UNIÃO DEMOCRÁTICA SOCIALISTA E A ESQUERDA DEMOCRÁTICA

E como surge a União Democrática Socialista?

Em fevereiro de 1945, quando a ditadura já estava afrouxando bastante, estourou a famosa entrevista de

José Américo de Almeida com Carlos Lacerda e acabou o arrocho da imprensa. Aí deu-se a inevitável decantação: os rapazes liberais foram para a então fundada UDN (União Democrática Nacional), e nós fundamos a UDS (União Democrática Socialista), para a qual vieram muitos rapazes liberais da FR, "convertidos" ao socialismo devido ao convívio conosco. A UDS foi um agrupamento efêmero mas muito vivo, que atraiu gente interessada como nós em tentar um tipo de socialismo independente. Eram elementos de valor que formaram conosco a partir de então, como Arnaldo Pedroso d'Horta, Febus Gikovate, Fúlvio Abramo e outros. Vieram também alguns membros do antigo Partido Socialista de 1933, como Azis Simão, um grupo de operários metalúrgicos e um grupo de militantes negros. A UDS durou apenas alguns meses, mas para nós foi um momento importante, pela qualidade das discussões e a formulação de idéias.

E como era a ligação desta UDS com a Esquerda Democrática (ED)?

A UDS foi fundada creio que em março de 1945. A ED ainda não existia e só apareceu em agosto. Nós estávamos meio desanimados com as dificuldades de ação concreta e achamos que a UDS não tinha futuro. Paulo Emilio foi ao Rio e assinou o manifesto de lançamento da ED, e o mesmo fizemos em São Paulo... Germinal Feijó, Paulo Zingg e eu quando Domingos Velasco veio lançá-la aqui. Muitos companheiros não concordaram e foram embora, como os metalúrgicos. Pouco depois, a UDS se dissolveu.

E vocês, nesse período, tinham algum contato com o Partido Comunista?

O Partido Comunista estava-se encaminhando para a legalidade e nós éramos muito críticos em relação a ele, que tinha duas alas: a oficial, regida pela CNOP, isto é, Comissão Nacional de Organização Provisória, que preconizava o apoio ao governo Vargas, porque, ao entrar na guerra contra o fascismo, este ficara aliado da União Soviética. E um grupo de inconformados, que não admitiam o apoio à ditadura. Com estes tivemos não apenas contatos, mas esboçamos em 1944 uma ação comum, discutida em diversas reuniões, geralmente na casa de Caio Prado Júnior, estando sempre presentes, do lado comunista, além dele, Mario Schemberg e Artur Neves. Do nosso, Paulo Emilio, Germinal e eu. Sei que no Rio Astrojildo Pereira estava entre esses dissidentes. A tentativa de ação comum não foi longe, mas trabalhamos juntos no preparo do I Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em São Paulo em janeiro de 1945. Os comunistas nos consideravam em geral trotskistas, o que não éramos, e só mais tarde, a partir da UDS, alguns ex-trotskistas se juntaram a nós. Mas, para os stalinistas, "trotskista" era uma designação pejorativa aplicada a todos os esquerdistas que não aceitavam a orientação soviética.

O Congresso lançou um manifesto...

Lançou um manifesto que não pôde ser publicado nos jornais devido à censura e foi impresso em volantes distribuídos no dia do encerramento. Visto de hoje parece água com açúcar, mas naquele momento era considerado subversivo porque falava em liberdades democráticas, o que implicava o fim da ditadura. Logo depois, começou o debate que acabou com a queda de Getúlio em outubro de 1945. O grupo de comunistas dissidentes estava articulado com os liberais para formar uma frente ampla de oposição, à qual foi dado o nome de União Democrática Nacional.

Caio Prado Júnior me disse que o nome foi proposto por ele, mas segundo outros foi por Virgílio de Melo Franco. Talvez tenha havido convergência. Mas logo o Partido Comunista começou a atuar como se já fosse legal e os dissidentes quiseram voltar ao aprisco. Aí tiveram que publicar duras autocríticas na grande imprensa. Eu tinha as de Caio, Schemberg e Astrojildo. Eram impressionantes.

"Mea-culpa, mea-culpa, mea maxima culpa..."

Exatamente. Paulo Emilio e Germinal também participaram de conversas com os liberais no preparo da tal frente ampla, mas não entramos nela e fundamos a UDS, como disse. Só Germinal foi para a UDN por

algum tempo, voltando para a nossa companhia já na Esquerda Democrática, pela qual foi candidato a deputado federal, não conseguindo ser eleito.

Como foi o posicionamento de vocês nas eleições de 1945?

Depois do período de ditadura, para nós o fundamental era a volta das liberdades civis, então nos aliamos aos liberais.

À UDN. Votaram em Eduardo Gomes.

Sim. Mas pelo menos em São Paulo a Esquerda Democrática não foi "ala esquerda da UDN", como tenho visto dito e escrito, sobretudo por companheiros do Rio. Nós nos aliamos para fins eleitorais com a UDN e o Partido Republicano [PR], mas éramos um grupo independente, registrado como tal. Fizemos chapa comum UDN-PR-ED na qual entraram em São Paulo três candidatos nossos que não foram eleitos. Elegemos deputados federais em outros estados e eles imediatamente fizeram declarações na Câmara como partido independente à espera de registro, que veio em seguida. No fim da vida, Paulo Emilio dizia que uma das coisas que mais lamentava era essa aliança, inclusive porque a UDN se tornou muito reacionária, ao contrário do que parecia no começo. Mas acho que a nossa decisão naquele momento foi justa, porque se tratava de liquidar e superar a ditadura.

É, porque dos outros partidos, o Partido Social Democrático (PSD) nasceu dentro das interventorias, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nasceu dentro do Ministério do Trabalho.

Exatamente, de modo que a nossa decisão está historicamente explicada.

E o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era muito vinculado ao stalinismo.

O stalinismo era a sua razão de ser. Nas eleições de 1945, ele teve candidato próprio, que foi bastante votado. Estava num momento de prestígio, devido à vitória dos aliados e o papel desempenhado nela pela União Soviética. Além do apoio popular, tinha grande voga junto à classe média e aos intelectuais. Nós criticávamos a sua dependência em relação aos interesses da política soviética e eles nos hostilizavam. Éramos uma organização modesta, cujos elementos mais conseqüentes queriam que a ED se transformasse em Partido Socialista, o que aconteceu em 1947, quando remanescentes do partido com este nome fundado em 1933 e extinto pela ditadura em 1937 entraram para a ED e ofereceram a sigla. Naquela altura, 1945, eu era moço, mais radical, e achei que a ED era muito água com açúcar. Por isso, sem deixá-la, passei a atuar também num pequeno grupo de operários gráficos liderados por Eric Czaskes. Tirávamos um boletim mimeografado denominado *Política Operária* e procurávamos atuar no sindicato dos gráficos.

Que tinha tradição de influência trotskista.

É verdade, mas quem controlava no momento eram os trabalhistas. Nós nos reuníamos aos domingos, na sede do Brás da ED ou em minha casa. Eram uns poucos operários gráficos de boa qualidade, sendo que os mais velhos tinham começado no anarquismo, depois passaram pelo comunismo e agora pensavam como nós. O mais interessante deles era João da Costa Pimenta, de quem fiquei amigo. Foi um dos fundadores do Partido Comunista em 1922 e aparece na famosa fotografia. Em 1927, saiu na dissidência liderada no Rio pelo alfaiate Barbosa, passou ao trotskismo e acabou socialista independente. Mais tarde, foi nosso candidato a senador. Atuei algum tempo com esse grupo, que se dissolveu, e acabei me acomodando de volta na ED, logo depois PSB, tendo inclusive participado do diretório estadual por dois anos como secretário de cultura.

E colaborava também no jornal, não é?

Atuei na *Folha Socialista*, que preparávamos no GP-1, isto é, Grupo Profissional nº 1, formado por jor-

nalistas, estudantes, professores. Nós nos reuníamos semanalmente no escritório de Arnaldo Pedroso d'Horta, que foi o principal redator, ajudado por Oliveiros da Silva Ferreira, um estudante muito ativo. Trabalhei bastante naqueles anos, inclusive como chefe da propaganda de rua em pelo menos três eleições. Era um trabalho cansativo que ocupava grande parte do dia e da noite, no esforço de reunir equipes, providenciar cola, arranjar veículos, sair até de madrugada para colar cartazes. O meu companheiro nessa faina foi Décio de Almeida Prado.

A partir dos anos 1940, se manteve nessa vertente mais ligada ao socialismo democrático, nem stalinista nem trotskista. Mas dentro do PSB havia a participação de um grupo oriundo do trotskismo.

Sim, e havia simpatizantes do stalinismo. No Rio, isto era mais claro. Na direção nacional do PSB e na carioca, os de inclinação stalinista tinham peso e por isso dificultaram o quanto puderam a entrada do grupo de Mário Pedrosa, que, no entanto, acabou recebido e até transferiu para o partido o seu jornal *Vanguarda Socialista*, se não estou enganado. Em São Paulo, os antigos trotskistas foram sempre bem-vindos e integravam conosco a linha diretriz, mesmo porque éramos leitores e admiradores de Trotski. Os elementos de pendor stalinista aqui eram poucos e sem influência. Isto explica o que disse um importante intelectual do PCB daqui a Sérgio Buarque de Holanda, nosso companheiro, quando ele veio do Rio: "No Rio o Partido Socialista é muito bom, mas em São Paulo é uma cambada de trotskistas".

Esta situação vinha da criação do PSB ou já da Esquerda Democrática?

Vinha da Esquerda Democrática, mesmo porque a mudança de nome não alterou nada. Naquele tempo, o stalinismo predominava absoluto e mesmo os vagos simpatizantes se ligavam a ele na medida em que tinham como ponto de referência a União Soviética. Era o tempo em que os comunistas se referiam a Stalin como "o guia genial dos povos". Os trotskistas eram uma minoria e pouca gente valorizava Trotski, as suas críticas e as suas obras. Hoje, tudo mudou. Muita gente, muitos grupos se declaram trotskistas, e o trotskismo adquiriu uma generalidade e uma importância internacional que não se supunha possível. Inversamente, "stalinista" virou xingamento, e os antigos stalinistas não aceitam esta qualificação nem querem mais saber dos seus dogmas anteriores. Para quem viveu o longo tempo que vivi é uma curiosa reviravolta...

Retomando a questão de a Esquerda Democrática e o Partido Socialista serem no Rio mais próximos do Partido Comunista, é porque entre 1945 e 1947 este ganhou lá uma dimensão popular importante, com muitos parlamentares, inclusive Prestes senador.

E digo mais. Os parlamentares comunistas levavam a sério a tarefa e se destacavam entre os outros. Quando foram cassados, o nível da Câmara dos Deputados e das Assembléias Legislativas caiu muito. Eles não brincavam em serviço, tinham consciência dos problemas nacionais, eram íntegros e obrigavam os outros a trabalhar bem. Gosto sempre de frisar o seguinte: por motivos doutrinários éramos contra o stalinismo, mas não éramos anticomunistas, e pessoalmente sempre reconheci as grandes qualidades dos militantes comunistas, que podiam estar errados ao confundir socialismo com interesses soviéticos, mas atuavam com bravura, espírito de sacrifício e desprendimento. Eles formavam uma organização poderosa e vasta e nos atacavam como se fôssemos traidores, de maneira que reagíamos ao nosso modo. As tensões pessoais eram muitas, e eu fui bastante xingado, inclusive por escrito, havendo rupturas pessoais penosas. O que criticávamos era sobretudo a subordinação do PCB aos interesses da política soviética, mas como para eles esta era a encarnação da verdade socialista, éramos considerados réprobos. Não quero generalizar nem envolver os meus companheiros do PSB, mas pelo menos para alguns de nós o desvio em relação ao socialismo começou com Lenin, quando foi suprimida a democracia proletária e se instaurou o reinado do partido único. Por isso muitos de nós assumiram a posição crítica de Rosa Luxemburgo, como foi o caso dos antigos trotskistas do Rio unidos em torno de Mário Pedrosa e da *Vanguarda Socialista*. Nesse ponto discordávamos dos trotskistas, que continuavam bolchevistas ao seu modo. Não sei se é muita pretensão dizer que a nossa posição de independência dentro do socialismo correspondia ao melhor caminho da história: o que conduziu ao PT.

DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO AO PT

Há uma série de paralelos entre essa conjuntura de 1945 e a de 1978-1979. Ambas foram conjunturas de lutas pela redemocratização, a abertura política, com novos movimentos, crise das ditaduras e efervescência social muito grande. No próprio movimento operário, pois em 1944-1945 houve uma onda de greves e novas lideranças. Parece que o grupo de vocês, vindo do socialismo mais independente, percebeu claramente que havia no PT a realização de possibilidades anteriormente frustradas.

Acho que sim. A diferença é que éramos um pequeno grupo de classe média com muito pouco apoio popular, e o PT surgiu do povo trabalhador. E era tão cioso da sua origem que Lula não queria conversa com intelectuais e estudantes. Mário Pedrosa, que viu imediatamente a potencialidade daquele grupo de metalúrgicos, foi um dos que o convenceram a mudar este ponto de vista. Mário insistiu muito comigo para aderir ao novo partido e isto pesou. Mas o que pesou mais para vencer a minha decisão de nunca mais participar de alguma agremiação política foi uma entrevista com Febus Gikovate, que estava gravemente enfermo na Santa Casa. Ele tinha começado na altura de 1932 como militante do PCB, depois ficou trotskista e acabou desejando uma solução diferente, o que o fez juntar-se a nós. Foi um dos dirigentes mais lúcidos do PSB e no começo de 1980 estava muito mal. Fui visitá-lo e, sabendo que estava deprimido, inventei uma história para animá-lo, dizendo que havíamos sido convidados para reuniões preparatórias do PT, mas eu não iria. Ele me disse que eu deveria ir, porque o PT representava a realização do que desejávamos na mocidade e não tínhamos conseguido, pois agora a iniciativa era dos próprios trabalhadores. E completou: "Peço que você me represente e diga que não vou porque estou indo para outro lugar", maneira de dizer que estava perto da morte. De fato, morreu no dia seguinte. Isto foi o empurrão final. Decidi entrar no PT e estive na reunião histórica do Colégio Sion. Gikovate foi um dos socialistas mais autênticos e clarividentes que conheci.

Aquela experiência com Eric Czaskes, de tentar um trabalho junto ao movimento operário por meio dos gráficos, era aparentemente algo que não prosperava muito. O PCB tinha mais facilidade de penetração.

E o PTB também.

E o PTB também. Então, não restava muito espaço...

Nós não tínhamos espaço junto à classe trabalhadora. Lembro a propósito o que dizia Lívio Xavier, antigo militante trotskista e o maior amigo de Mário Pedrosa. Mais ou menos o seguinte: "Vocês do PSB estão errados, porque não se faz política socialista sem o operariado e vocês não têm apoio operário. Mas têm idéias e são bons quadros de esquerda, de modo que deveriam entrar para o PTB e lutar para transformá-lo num partido socialista".

Mas qual era a grande dificuldade desse grupo do PSB de conseguir uma penetração maior no meio operário?

Talvez não tivéssemos competência e ficássemos absorvidos pelo debate ideológico, mas o principal fator negativo é que, como ficou dito, naquele tempo o operariado brasileiro, em fase de expansão, estava quase totalmente nas mãos do PTB, que era instrumento oficial. Mesmo o Partido Comunista não tinha tanta penetração.

Uma entrada muito limitada...

Pela minha experiência em São Paulo, eu diria que o PC tinha bastante apoio operário, mas o seu forte eram a pequena burguesia, o funcionalismo, os intelectuais. O grosso da massa operária, de formação recente e pouca instrução política, estava mesmo com o PTB.

E posteriormente, aqui em São Paulo, com Jânio Quadros, com Adhemar de Barros...

Com o populismo em geral. Provavelmente nós não soubemos compreender o fenômeno do popu-

lismo, e hoje tenho uma visão diferente de Getúlio Vargas e do governo dele. Se fosse recomeçar, de certo atuaria como atuei, porque para nós o importante politicamente era a luta contra uma ditadura que simpatizava com os fascismos da Europa. Mas, pensando historicamente, eu pergunto a mim mesmo se num país como o Brasil dos anos 1930, com um povo sem consciência política, sem instrução, dominado pelas oligarquias, o populismo não terá sido uma força de progresso, melhor do que o predomínio das classes dominantes tradicionais.

Sem dúvida.

Seja como for, Getúlio representava a modernização, a passagem do Brasil agrário para o Brasil industrializado. Nesse processo, quem educou bem ou mal politicamente a massa trabalhadora não foi o Partido Comunista, e muito menos o Socialista. Foi o sindicalismo paternalista dirigido pelo Ministério do Trabalho. Nós não compreendemos isto naquele momento, não avaliamos o papel histórico de Getúlio e do trabalhismo. Falávamos que não queríamos uma solução russa, mas não percebemos que uma solução brasileira talvez passasse pela fecundação ideológica do populismo. Mas isso são especulações, e é preciso reiterar que o getulismo tinha afinidades com o fascismo, e isso não se podia tolerar.

Nos anos 1950, você se afastou da vida política?

Eu militei de 1943 até mais ou menos 1954. A propósito, devo confessar honestamente que não gosto de fazer política. Acho que nunca fui com prazer a uma reunião política e se militei foi por achar que era o meu dever. Na minha geração, que cresceu depois da Revolução de 1930, muitos achavam que tínhamos uma responsabilidade social.

Um compromisso com o Brasil...

É isso, um compromisso. Não sei quem disse que a nossa primeira obrigação é lutar contra o que somos por inclinação. Isso explica um pouco a minha militância, que foi uma atividade contrária à minha natureza, mas que me impus e cumpri enquanto pude. Mais do que pude, porque afinal até bem pouco estive envolvido com a política. Mas, voltando àquele tempo, depois de 1954 me afastei do PSB, continuando como membro pagante, com uma ou outra atividade. E, quando havia uma crise, corria para lá, pois sempre mantive a amizade e o bom entendimento com os companheiros. A propósito, como tenho falado muito de Paulo Emilio, que foi quem me levou à militância, quero registrar um fato curioso: em 1946, ele foi de novo para a França, agora por livre e espontânea vontade, e lá ficou até 1954, sendo que nunca mais teve atividade política regular, lá ou aqui. Mas nunca deixou de assumir individualmente atitudes políticas, sempre com muita coragem e, obviamente, sempre como socialista.

Durante o governo João Goulart, o Partido Socialista teve um papel importante.

Teve, mas eu estava completamente afastado. Só tive um esboço de interesse no fim do governo Jango [João Goulart], em 1964. Me entusiasmei com o seu cunho popular, com os centros de cultura[6], com o governo Arraes em Pernambuco. Por ocasião do famoso comício da Central[7] eu dizia aos amigos: "O discurso de Jango é a plataforma do Brasil futuro". Aí estourou o golpe. Eu estava no Rio e creio que saí no último avião que veio para São Paulo. Mas não percebi nada antes, embora tenha achado esquisita uma movimentação de militares que vislumbrei da janela do hotel.

No dia do golpe?

Na véspera. Acho que vale a pena contar. Eu tinha ido ao Rio resolver alguns problemas e acompanhar uma filha que ia fazer lá o curso superior, tencionando ficar uns dois ou três dias. Minha filha foi para a casa de um tio, meu cunhado, e eu para o Hotel Aeroporto, num quarto dos fundos. De noite, ouvi um vozerio, fui à



O jornalista Israel Dias Novaes, do *Correio Paulistano,* entrevista Antonio Candido sobre o Centenário de nascimento de Castro Alves (1947).

janela, que dava para uma viela estreita entre os prédios, e vi lá embaixo grupos de homens fardados que passavam falando animadamente. Como no dia seguinte consegui fazer tudo o que queria, decidi voltar logo para São Paulo e do Aeroporto Santos Dumont telefonei a minha filha dando conta disso. Ela me disse então que seu tio, piloto da Panair, tinha chegado em casa dizendo que havia um boato de golpe e os aviões não estavam voando. Eu respondi mais ou menos: "Diga a seu tio para não ser reacionário e alarmista. Está tudo normal, eu já estou com a ficha de embarque e vou tomar o avião". De fato embarquei, por volta das 4 horas da tarde. A bordo abri um jornal e li que na véspera cabos e sargentos do Exército e da Marinha, reunidos, exigiam etc. etc. e então compreendi: os fardados que eu vira na véspera na janela do hotel faziam parte deste movimento. Tomei um susto, senti a gravidade da situação e chegando em casa disse a minha mulher: "De duas uma: ou o governo está senhor da situação e por isso está apostando alto, ou então vamos ter uma guerra civil, porque o que houve ontem no Rio foi a instalação de um verdadeiro soviete de soldados e marinheiros". Dali a pouco, começou a noticiar... Dois ou três dias depois, começaram as repercussões na Universidade.

A USP E A RESISTÊNCIA À DITADURA MILITAR

Como foi?

Conto o que vi. A Diretoria e muitos cursos da Faculdade de Filosofia, inclusive o meu, de letras, funcionavam na Rua Maria Antonia [no centro de São Paulo]. Fui dar a aula do período noturno e quando virei a Rua Dr. Vila Nova e entrei na Maria Antonia fui de encontro a um magote de estudantes e alguns professores

que vinham correndo. A Faculdade tinha sido invadida pela polícia e havia dentro professores e alunos retidos em salas de aula. Tentei entrar, mas os policiais da Guarda Civil não deixaram. Fiquei por ali para ver o que aconteceria e assisti ao espetáculo deprimente dos espiões infiltrados como estudantes indicando colegas que a polícia recolhia em camburões. E vivi um episódio significativo. Vendo-me circular de lá para cá na calçada, um policial civil perguntou quem eu era e o que estava fazendo ali. Expliquei que era professor e ele, rispidamente: "De que seção?". Quando soube que era de letras, disse: "Ah! Bom". Vi então que visados eram os colegas de ciências sociais e filosofia, como ficou claro em seguida. Pelo fato de estar afastado havia muito da política e sobretudo por ser de letras, nada me aconteceu.

Uns tempos depois, o senhor viajou para o exterior?

É verdade, e muita gente pensa que saí do Brasil por estar sendo perseguido. Não é certo. Eu já estava comprometido a passar uns tempos de docência na França, e justamente dois dias antes da invasão da Faculdade, chegando lá cedo encontrei um telegrama do Itamaraty comunicando que o presidente da França me havia nomeado professor associado da Universidade de Paris para o período 1964-1966. Isto me contrariou, porque eu assumira o compromisso muito antes, mas naquele momento achei que não era hora de sair do Brasil. Cheguei a adiar a ida, que deveria ser em setembro, e só fui em novembro. Mas não fiquei o tempo todo. Recebi notícias desagradáveis daqui, inclusive cartas de amigos que se sentiam perseguidos, e decidi antecipar a volta, que deveria ser em julho de 1966. O diretor da Faculdade de Letras foi compreensivo e voltei em março. Mas é preciso dizer que depois de um começo assustador o regime militar abrandou e só foi piorar no fim de 1968 com o AI-5 [Ato Institucional nº 5].

E houve um momento em que foi para Yale.

Eu não gosto muito de sair do Brasil, e só fui para Yale por insistência de um grande amigo, Richard Morse, autor de um livro notável sobre a cidade de São Paulo. Aceitei apenas para o semestre de inverno, janeiro-junho de 1968, e a estadia lá foi importante para me trazer de volta a militância, porque vi como os colegas se empenhavam com firmeza na luta contra a Guerra do Vietnã, e mesmo os estrangeiros não hesitavam em criticar o país que os hospedava.

Você chegou aqui a tempo de assistir à decretação do AI-5?

Cheguei bem antes, em junho, e encontrei uma situação explosiva na Faculdade de Filosofia. Fui logo convocado para uma reunião e disse a minha mulher: "Temos que decidir. Ou ficamos quietos em casa, ou entramos nessa agitação. Se formos, vamos para uma situação complicada cujo fim não sei qual será". Decidimos ir e fomos. Naquela altura, a administração da Faculdade já estava na Cidade Universitária [na zona oeste de São Paulo]. Na Rua Maria Antonia, acho que só ficaram as letras. O prédio foi ocupado pelos estudantes, formaram-se as comissões paritárias destes e de professores, começou o debate sobre a reforma universitária. Aí surgiu o conflito entre os nossos estudantes e os do fronteiro Mackenzie, estes, apoiados por forças armadas e policiais. Houve bombas e tiros, as polícias civil e militar intervieram com grande parcialidade, prendendo estudantes e professores da Faculdade de Filosofia. Depois de ocupar violentamente os nossos prédios, a polícia militar os fechou e tivemos de ir às pressas para a Cidade Universitária terminar o ano letivo em salas emprestadas. Foi quando propus que se fizesse um "Livro Branco" relatando o que acontecera na Maria Antonia. Formamos uma comissão, reunimos grande material de noticiário, entrevistas, depoimentos, fotografias. Estas desapareceram curiosamente da Diretoria, onde estavam depositadas, e o Livro Branco saiu sem elas. Fizemos cópias mimeografadas e muito mais tarde elas foram transformadas em livro por sugestão de Carlos Guilherme Mota.

E você continuou nessa militância universitária, digamos assim?

Fazia-se o que era possível. Havia inclusive colegas e estudantes a esconder, ou a ajudar na fuga, docu-

mentos pessoais a providenciar etc. Dei uma mão nisso, mas prefiro sempre não falar a respeito, porque não sei se os interessados gostam de ser identificados.

Claro. Mas você participou nesse período da criação da Associação dos Docentes da USP, não foi?

Isso foi em 1977. Bem antes, no fim de 1968, antes do AI-5, surgiu a Associação Paulista de Professores do Ensino Superior (Appes), ideada pelo professor Alberto Muniz da Rocha Barros, da Faculdade de Direito, a fim de participar da reforma universitária, opor-se à interferência do governo, defender os colegas ameaçados ou perseguidos. O primeiro presidente foi o professor Antonio Ferreira Cesarino Júnior. Depois foi Goffredo da Silva Telles Júnior, sendo eu vice-presidente. Era tudo gente firme de oposição à ditadura. Em dado momento do ano de 1969, Goffredo foi detido e a seguir não conseguimos mais salas para as reuniões, com certeza por prudência dos responsáveis. Então a Appes acabou, mas foi um bom momento de luta. Anos depois, fundou-se a Adusp [Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo], com uma diretoria provisória chefiada por Crodowaldo Pavan, substituída para o mandato 1977-79 por outra, presidida por Modesto Carvalhosa, professor da Faculdade de Direito, e eu como vice. Essa diretoria chefiou a greve de 1979, creio que a primeira de docentes do ensino superior no Brasil.

Essa atividade sindical dentro da universidade ajudou também a aproximá-lo, a sintonizá-lo um pouco mais com o que estava acontecendo no movimento sindical?

Não, porque a nossa diretoria funcionou antes do sindicato. Era ainda apenas uma associação de professores.

Mas tinha atuação reivindicatória, greves...

Tinha, e eu insistia para nos associarmos aos funcionários, que participaram conosco da greve durante os trinta dias que durou.

O NOVO SINDICALISMO, O DEBATE SOBRE A PROPOSTA DE UM PARTIDO SOCIALISTA E A FUNDAÇÃO DO PT

E a sua adesão ao PT?

A princípio, achei que ainda não era hora de fundar um novo partido desse tipo. Estávamos saindo da ditadura e contra ela havia um grande bloco que era o MDB [Movimento Democrático Brasileiro], abrangendo várias tendências que, unidas, tinham muita força.

A idéia de Frente era muito forte, não é?

Era, e, como dizia um amigo meu, para que sair de um Boeing para voar num teco-teco? O que não quer dizer que eu não estivesse interessado na fundação eventual de um partido de tipo socialista, quando fosse o momento. Lembro de reuniões neste sentido em 1978, na nossa casa e em outros lugares, com alguns que voltavam do exílio, como Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, Plínio de Arruda Sampaio e antigos companheiros do PSB, como Febus Gikovate, Paul Singer, Antonio Costa Correia. Na casa deste, houve diversos encontros e chegamos a fundar um centro de debates que recebeu o nome de Paulo Emilio, falecido, infelizmente, em 1977. A minha participação foi pequena, mas lembro que presidi pelo menos a primeira sessão pública, bastante concorrida, numa sala da PUC [Pontifícia Universidade Católica], na qual muita gente de antigos movimentos se reencontrou falando abertamente depois de tantos anos de fechamento. Foi emocionante. Enquanto isso, os me-

talúrgicos do ABC iam elaborando o seu projeto e eu repetia que no meu modo de ver ainda não era o momento de fundar um novo partido de esquerda, mas ressalvava que se ele fosse fundado eu aderia. Disse isto na entrevista a um jornal em Florianópolis, disse à margem de reuniões no ABC, disse numa sessão do sindicato dos jornalistas presidida por Lula. De modo que, quando o PT foi fundado, aderi imediatamente.

Porque o grupo de vocês, que vinha do socialismo independente, percebia que o movimento operário era o dado novo.

Correspondia ao que tínhamos querido e nos faltava. No sei se os meus amigos mortos teriam entrado e é certo que alguns vivos não entraram. No entanto, entrei pensando em todos eles, porque estava certo de que o PT poderia realizar os nossos ideais, como pensavam também velhos companheiros do porte de Mário Pedrosa, Plínio Mello e Febus Gikovate. No dia da fundação, eu estava no Colégio Sion sentado entre dois antigos companheiros do Partido Socialista: Paul Singer e José Arthur Gianotti, que depois saiu e ficou com Fernando Henrique.

Ele se tornou virulentamente anti-PT...

É verdade, mas antes disso fomos companheiros. Depois ele mudou de rumo. Agora, para situar o que venho dizendo, gostaria de voltar ao passado e lembrar que em minha mocidade o horizonte ideológico tinha uma espécie de imagem ideal, que era a noção de proletariado como agente necessário da transformação rumo ao socialismo. Daí decorria a idéia de revolução promovida por um partido que fosse a elite do proletariado aliada aos intelectuais que se identificavam a ela. No fundo, era a fascinação pela Revolução Russa e o seu guia Lenin. A nossa opção política consistiu em parte na decisão de rejeitar esta concepção, não aceitando as soluções pensadas para a Rússia, como o stalinismo, forma degenerada do leninismo, e o trotskismo, que importava em pensar ainda em função deste. Daí a convicção de que as chamadas liberdades burguesas eram na verdade conquistas fundamentais da sociedade em geral e tinham validade permanente. O lema do Partido Socialista Brasileiro, "Socialismo e liberdade", era glosado assim a cada passo pelo nosso presidente João Mangabeira: "Socialismo sem liberdade não é socialismo. Liberdade sem socialismo liberdade não é". O grupo de que eu fazia parte estava imbuído da necessidade de manter este par a todo custo, levando sempre em conta as condições locais. Uma das idéias, digamos, especificamente brasileiras que influíram muito em mim foi formulada em certo trecho do manifesto da UDS, redigido em 1945 por Paulo Emilio: "Na história do liberalismo e da pseudodemocracia do Brasil, os grandes fazendeiros, industriais, comerciantes e banqueiros já falaram muito. A classe média e o operariado disseram algumas palavras. Os trabalhadores da terra são a grande voz muda da história brasileira". Isto ficou no meu espírito pela vida afora e me levou a achar que só quando todos os setores da sociedade tiverem capacidade e possibilidade de se manifestar politicamente será possível falar em democracia no Brasil e encaminhar as reformas no rumo do socialismo. Na República Velha, quando eu era menino, os liberais estavam convencidos de que viviam numa democracia, o que estava certo apenas para a classe dominante. Era uma democracia restrita de elites que se consideravam a nação. Depois de 1930, a transformação econômica, causando aumento considerável dos trabalhadores urbanos, foi habilmente enquadrada pelo governo, que patrocinou a entrada maciça deles na esfera política, e isso ampliou consideravelmente a participação na vida pública. Mas só na segunda metade do século XX o trabalhador rural começou a penetrar nela, a partir da capacidade de se organizar e lutar, o que teve início sistemático com um companheiro nosso do PSB, Francisco Julião, e as suas ligas camponesas, a partir de 1955. No entanto, o processo só amadureceu com o MST [Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra][8], que, como diria Celso Furtado, é o movimento social mais importante do Brasil no século XX. Portanto, a partir de agora começa a haver condições para se instaurar no Brasil uma verdadeira democracia, sem a qual não haverá socialismo possível. Apesar dos seus tropeços, o PT poderá ser decisivo nesse processo.

DEMOCRACIA, SOCIALISMO E CULTURA: UMA LEITURA EM PERSPECTIVA DA REALIDADE BRASILEIRA ATUAL

O senhor diz que participou da reunião do Sion discretamente, mas tem acompanhado a trajetória do partido. Como compara o PT de origem com o de hoje, no governo federal?

Na reunião do Sion, apenas assisti e aderi. Esclareço que me afastei das atividades partidárias quando Lula foi eleito em outubro de 2002. Naquele momento, considerei encerrada a minha modesta atuação política e de lá para cá só tive uma ou outra participação em caráter excepcional. Isso posto, respondo a sua pergunta. É claro que o governo não está trabalhando no sentido do socialismo. Além disso, vários setores do PT se desmandaram, mostrando mais uma vez a fragilidade humana em face do poder e o doloroso afastamento entre projeto e realidade. Um partido que chega ao governo corre o risco de não apenas sacrificar os seus propósitos ideais para se ajustar às possibilidades concretas, mas atrai vertiginosamente os oportunistas de toda a casta que querem proveitos. O que pensar do PT no poder? Acho que, se as injunções nacionais e internacionais são de tal ordem que seria impossível no momento sair do trilho imposto por elas, ainda prefiro que este conformismo seja praticado por representantes de um partido como o PT, porque dentro dele existe um fermento de justiça social que faz parte da sua natureza e quem sabe poderá acabar adquirindo corpo para reverter a situação atual. As soluções revolucionárias estão suspensas, de modo que é imperativo trabalhar como for possível, e neste sentido o atual governo está fazendo um esforço ponderável de promoção humana dos miseráveis. Um problema cruel é que no Brasil além da grande pobreza há a miséria, e o atual governo é o primeiro a fazer deliberadamente uma política que leva em conta os miseráveis. Podem dizer que é assistencialismo etc., mas acho um progresso notável, que inclusive já se refletiu no aumento do poder aquisitivo de setores antes praticamente excluídos do mercado. Repito que no Brasil as transformações têm de ser feitas de maneira diferente, baseadas na incorporação à vida política e econômica dos setores excluídos. A entrada do trabalhador rural na atividade política e a atenção aos espoliados máximos são sinais positivos aos quais este governo me parece sensível, e espero que os saiba aproveitar.

Em 1988, numa entrevista à revista Teoria e Debate[9]*, feita por Eder Sader, o senhor mencionava Cuba como referência forte de socialismo. Essa conversa se deu num período anterior à queda do socialismo real da União Soviética etc. Hoje consideraria que Cuba ainda é uma referência importante? Há algum modelo que destacaria?*

Não imagino para o Brasil o modelo cubano, mas continuo apoiando a Revolução Cubana, apesar de todas as coisas negativas que têm acontecido lá. Por quê? Porque estive em Cuba três vezes, em 1979, 1981 e 1985, sendo que nas duas primeiras vezes passei lá quase um mês. Pude então ver uma sociedade relativamente igualitária, na qual pela primeira vez na América o negro não era discriminado, onde a miséria foi extinta, a educação se tornou universal, a assistência à saúde é para todos. Lamento, é claro, as graves imperfeições, inclusive as restrições à divergência política, mas lembro que em certos momentos da história de um país há sacrifícios a ser feitos. E não tenho dúvida em dizer que, nas fases de construção do socialismo, se for preciso optar entre liberdade e igualdade, acho que se deve optar pela igualdade.

Mas o nosso modelo nós vamos ter que construir por conta própria.

Claro. O ideal é construirmos um modelo de igualdade com liberdade. Mas, se fosse instaurado no Brasil um regime de restrição às liberdades democráticas durante um tempo necessário para assegurar realmente as bases da igualdade econômica e social, eu o justificaria. Talvez até não aderisse a ele, mas justificaria teoricamente. Nunca houve...

Mudança social radical...

... Sem violência, ou quase. Ela é lamentável, como a guerra é lamentável, mas é um traço do comportamento dos indivíduos e das sociedades. No momento, o recurso à violência está afastado pela própria conjuntura histórica e estou apenas especulando, mesmo porque sou contra qualquer tipo de violência, embora reconheça a sua função histórica. A propósito: os liberais e conservadores costumam associar o uso da força à esquerda, mas, desde que me entendo por gente, no Brasil ela sempre foi usada por eles. Uma única vez, em 1935, a esquerda recorreu a ela, enquanto a direita a praticou em 1930, em 1932, em 1964, nos golpes de 1937 e 1945, além de tentativas como a de 1955. Na verdade, reconhecer que a violência é componente eventual da ação política não caracteriza a esquerda ou a direita. É apenas uma verificação do que ocorre na vida das sociedades. A propósito, quero dizer que o que tem me preocupado ultimamente é o receio de que o Brasil esteja mais ou menos condenado pela sua formação gravemente desarmônica a ser um país cujo desenvolvimento pressupõe a polarização da prosperidade em cima e a espoliação embaixo, como parece ser o caso da China e da Índia. Se a violência pudesse resolver isso deveríamos aceitá-la? Não sei. O caso da China, que a usou largamente durante decênios para chegar a uma espécie de capitalismo de Estado, faz pensar. De modo que, seja qual for a nossa visão histórica, é preciso lutar para que o abismo da desigualdade constitutiva do Brasil seja transposto mediante formas democráticas.

Uma última pergunta: como vê a relação entre cultura e política? A sua geração foi marcada fortemente pela política e também pela busca de identidade da cultura e da identidade nacional.

Vou responder por meio de exemplos e de experiências vividas. De fato, no meu tempo de moço houve um período de politização da cultura, creio que sobretudo por causa das repercussões da Revolução Russa de 1917. Em 1934, deu-se o famoso congresso de escritores de Karkov, que definiu o realismo socialista[10] e procurou subordinar a literatura à política. Antes, nos anos 1920, tinha havido na Rússia, ao contrário, um período de grande liberdade criadora. O que se esperava era que a arte e a literatura fossem experimentais, que fossem totalmente livres, porque o moderno era sinônimo de avançado, de marcha para frente. Trotski compreendeu essa liberdade, que fazia da aplicação da arte e da literatura à política uma opção, não uma imposição. No terreno institucional, esta visão aberta era representada pelo ministro [Anatóli] Lunatcharski. Mas no tempo do stalinismo o Congresso de Karkov inverteu a perspectiva e passou a induzir os escritores e artistas a não apenas adotarem métodos realistas e temas revolucionários, mas a privilegiar o regime. Foi esta uma das dimensões que pesavam sobre os jovens no meu tempo. Eu cedi um pouco a isso no começo da minha atividade crítica, mas dei sempre relevo maior à liberdade criadora, que é o fundamental. Para os escritores e artistas politizados a ligação da arte e da literatura com a política tem de enfrentar um dilema: eles são livres e devem satisfações apenas a si mesmo, mas ao mesmo tempo podem querer servir aos ideais de reforma da sociedade. Bem cedo, meus amigos e eu adquirimos a convicção de que o fundamental é reconhecer a absoluta liberdade criadora e só incorporar a dimensão social e política se ela corresponder a um impulso interior. Tivemos choques em alguns momentos com os stalinistas, como no 2º Congresso Paulista de Escritores, realizado em Jaú no ano de 1949. Nós nos opusemos a que a declaração final de princípios fosse política, como era praxe no tempo da luta contra a ditadura do Estado Novo, quando não havia liberdade de expressão e era preciso aproveitar todas as oportunidades. Nós afirmamos em Jaú que o fundamental era a liberdade de criação, fazendo aprovar por maioria uma declaração neste sentido, elaborada de combinação por Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet e eu, todos membros do Partido Socialista. Um congressista, militante do Partido Comunista, chegou a dizer que estávamos castrando a Associação Brasileira de Escritores (promotora dos congressos). O fato é que a arte e a literatura levaram, por exemplo, Marx a valorizar o reacionário monarquista Balzac e não o socialista Eugène Sue, porque o primeiro, a despeito de suas idéias políticas, era capaz de representar a essência da realidade, enquanto o segundo fazia apenas declaração humanitária de segunda ordem. A liberdade de criação permite ao artista e ao escritor formularem a sua mensagem, e esta nos introduz em níveis redentores de humanização.

Notas

1 Esta versão da entrevista, destinada à publicação, foi preparada pelo próprio professor Antonio Candido, tendo como base uma edição preliminar elaborada a partir da transcrição das fitas. Algumas informações contidas em notas elaboradas para a primeira versão editada foram incorporadas ao texto principal. Os intertítulos foram inseridos posteriormente.

2 Antonio Candido escreveu um longo artigo sobre Teresina intitulado "Teresina e seus amigos", que faz parte do livro *Teresina etc.* (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 11-80).

3 "Processos de Moscou" é a expressão pela qual ficaram conhecidos os julgamentos dos opositores de Josef Stalin ocorridos entre 1936 e 1938 na União Soviética, que resultaram na execução de todos os membros do Comitê Central do Partido Bolchevique (à exceção do próprio Stálin), inclusive dois dos membros da *troika* que governou a URSS entre 1923 e 1925, Zinoviev e Kamenev, além de vários proeminentes militantes. Esses processos ficaram famosos pelas "confissões" de conspiração contra a Revolução de Outubro, arrancadas dos acusados por meio de tortura, coerção e chantagem. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Processos_de_Moscou>. Acesso em 26 mar. 2008.

4 Trotskismo é a denominação genérica para as teses políticas formuladas por Leon Trotski, um dos principais líderes da Revolução Russa de 1917 e fundador do Exército Vermelho, derrotado por Joseph Stalin na luta pelo poder desencadeada após a morte de Lenin e assassinado quando exilado no México, em 1940, por um agente da Internacional Comunista sob ordens de Moscou. Trotski defendeu a concepção de "Revolução Permanente", baseada na teoria do "desenvolvimento desigual combinado". Essas teses se contrapunham à idéia de construção do "socialismo em um só país", que orientou o governo de Stalin, e à visão "etapista" da Internacional Comunista, que defendia que a luta pelo socialismo só poderia ser travada em países capitalistas atrasados após serem superados os aspectos "feudais" da sua estrutura socioeconômica. No final de sua vida Trotski fundou a IV Internacional, que pretendia oferecer uma alternativa para os grupos comunistas de diversos países que divergiam do stalinismo. O trotskismo, entretanto, rapidamente se dividiu em várias correntes, que passaram posteriormente por várias subdivisões e, eventualmente, também por fusões. Algumas das organizações internacionais trotskista atualmente existentes são: o Secretariado Unificado da IV Internacional (fundado por Michel Pablo, teve como principal dirigente Ernest Mandel; mantém relações, no Brasil, com a tendência Democracia Socialista, do PT, e com a tendência Enlace, do Psol); a IV Internacional-1993 (que foi liderada por Pierre Lambert, representada no Brasil pela corrente O Trabalho, do PT); a Liga Internacional dos Trabalhadores (representada no Brasil pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado-PSTU). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Trotskismo>. Acesso 3 abr. 2008.

5 O Pacto Germano-Russo foi firmado em 23 de agosto de 1939 entre a Alemanha nazista e a União Soviética. Em linhas gerais, estabelecia que nenhuma das duas nações favoreceria os inimigos da outra, nem tampouco invadiriam seus respectivos territórios. A União Soviética não reagiria à agressão alemã à Polônia, o que veio a ocorrer uma semana depois, dando início à Segunda Guerra Mundial, e, em contrapartida, a Alemanha apoiaria a anexação da Finlândia pela URSS, o que veio a ocorrer em 1940. O pacto durou até 22 de junho de 1941, quando a Alemanha, sem prévio aviso, iniciou a invasão do território soviético com a Operação Barbarossa. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pacto_Ribbentrop-Molotov>. Acesso em 27 mar. 2008.

6 Trata-se do Centro Popular de Cultura (CPC), constituído em 1962 no Rio de Janeiro por um grupo de intelectuais de esquerda em associação com a UNE, com o objetivo de criar e divulgar uma "arte popular revolucionária". Com o objetivo de funcionar como uma entidade de massas, foi impulsionada a formação de centros populares de cultura junto às uniões estaduais de estudantes. Além disso, o CPC procurou se instalar junto às associações universitárias, camponesas e operárias. O CPC produzia shows de teatro e música, livros, revistas etc. Ministrou ainda cursos de teatro, cinema, artes visuais e filosofia. Com o golpe de 1964, a sede da UNE foi incendiada e todos os CPCs foram fechados. Cf. Mônica Almeida Kornis, disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/6Na_presidencia_republica/Centro_Popular_de_Cultura.asp>. Acesso em 30 mar. 2008.

7 Concentração popular conhecida como Comício da Central do Brasil, realizada no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, em frente à estação ferroviária Dom Pedro II, também chamada Central do Brasil, na praça da República. Foi orga-

nizada por líderes do CGT e convocado conjuntamente com uma série de entidades, tais como a CNTI, a Contag, o CTI, a UNE e a FPN. O cálculo do número de participantes oscila de 100 mil a 200 mil pessoas. Diante da instabilidade do seu governo, em meio à crise econômica e à inflação vertiginosa, Goulart procurava mobilizar as massas para a implementação das reformas de base, que vinham sendo bloqueadas pelo Congresso. O edital de convocação afirmava que o presidente da República iria assinar, durante o comício, o decreto da Superintendência da Reforma Agrária (Supra), que declarava sujeitas à desapropriação certos tipos de propriedades. Goulart iniciou seu discurso às 20 horas, e durante mais de uma hora atacou a "democracia do antipovo, da anti-reforma e do anti-sindicato", que visaria "liquidar com a Petrobras" e instalar "a democracia dos monopólios nacionais e internacionais". Referiu-se à reforma agrária como "o complemento da abolição do cativeiro para dezenas de milhões de brasileiros". Afirmou que assinara pouco antes o decreto de encampação de todas as refinarias de petróleo particulares, que enviaria mensagem ao Congresso 48 horas mais tarde, consignando a reforma eleitoral e a reforma universitária e que, "dentro de poucas horas", seria dado ao conhecimento da nação o decreto que iria "regulamentar o preço extorsivo dos apartamentos e residências desocupados". Após o comício, manifestações antigovernamentais irromperam em São Paulo e Belo Horizonte, provocadas por grupos de direita, enquanto a UDN e parte do PSD e outros partidos menores reclamavam o impedimento de João Goulart. Ao mesmo tempo, entidades financiadas pelo empresariado, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), a Fraterna Amizade Urbana e Rural (Faur), a União Cívica Feminina (UCF), a Sociedade Rural Brasileira (SRB), entre outras, articulavam a realização, nas principais cidades do Brasil, das chamadas marchas da família, com Deus, pela liberdade, a fim de levantar as classes médias contra o perigo do comunismo. Editado a partir de verbete de autoria de Heloísa Menandro. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5779_1.asp>. Acesso em 26 mar. 2008.

8 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) começou a se organizar em 1979, principalmente a partir de lutas pela terra e contra o latifúndio no sul do Brasil. Realizou seu primeiro encontro em janeiro de 1984, em Cascavel (PR). Tornou-se o mais importante movimento social do Brasil nos últimos anos, realizando ocupações de terras, marchas, organizando os camponeses pobres e mantendo viva a luta pela reforma agrária.

9 Revista de debate político e cultural criada em dezembro de 1987 pelo Diretório Regional do PT-SP. A partir de julho de 1997 passou a ser editada pela Fundação Perseu Abramo, órgão de estudos e pesquisas do PT. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=746>. Acesso em 17 maio 2008.

10 O realismo socialista foi o estilo artístico oficial da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) entre as décadas de 1930 e 1960, aproximadamente. Foi, na prática, uma política de Estado para a estética em todos os campos de aplicação da forma, incluindo todas as manifestações artísticas e culturais soviéticas (pintura, arquitetura, *design*, escultura, música, cinema, teatro etc.). Nos países da antiga URSS, o estilo do realismo socialista é tomado como sinônimo de jdanovismo (ou zdanovismo), a estética oficial assim batizada em referência a Andrei Jdanov (ou Zdanov), comissário de Stalin responsável pela produção cultural e propaganda. Durante o terror dos grandes expurgos soviéticos dos anos 1930, Jdanov cerceou a liberdade de criação das vanguardas culturais e intelectuais, que havia sido fundamental para o trabalho de agitação e propaganda durante o processo revolucionário. Em seu lugar, oficializou uma estética que, apesar do nome, constituiu uma representação altamente idealizada dos trabalhadores, da sociedade e do poder soviético. De forma geral, o estilo do realismo socialista foi desprezado pelos artistas das vanguardas ocidentais, mesmo aqueles politicamente vinculados ao movimento comunista. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Realismo_socialista>. Acesso em 24 abr. 2008.

Muitos Caminhos, uma Estrela



Memórias de Militantes do PT

Manoel da Conceição

Entrevista realizada em São Paulo (24 de julho de 2006)

Página anterior:
Manoel da Conceição,
candidato a governador pelo PT
em Pernambuco (1982).

Página seguinte:
Manoel da Conceição na
Fundação Perseu Abramo (2005).



Manoel da Conceição nasceu em Pedra Grande, Maranhão, em 1935. Participou das associações de camponeses que proliferaram no Nordeste do país no final da década de 1950, contando com o apoio do Movimento de Educação de Base (MEB), organização que se dedicava a alfabetizar a população sem acesso à educação e a formar lideranças na luta contra o latifúndio. Liderou o processo de criação do primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Maranhão, em Pindaré-Mirim, em 1963. Com o golpe de 1964, o sindicato foi dissolvido e Manoel da Conceição passou um mês na cadeia, juntamente com outras lideranças. Nos anos seguintes, não obstante a proibição das atividades do sindicato, ele continuou atuante por meio das delegacias sindicais. Em 1967, Manoel da Conceição vinculou-se à Ação Popular (AP) e em julho de 1968 foi novamente preso, ocasião em que perdeu sua perna direita, atingida por um tiro de fuzil de um policial. Após sair da prisão, em setembro de 1969, viajou como representante da AP à China, país no qual permaneceu durante nove meses realizando cursos e aprofundando seus conhecimentos do pensamento maoísta. Retornou ao Brasil em 1970 e continuou atuando até exilar-se na Suíça, em 1976. Em 1979, com a Anistia, regressou ao país e engajou-se no Movimento pelo PT, sendo o terceiro militante a assinar a ficha de filiação ao partido. Participou das primeiras Comissões Executivas Nacionais e concorreu a governador de Pernambuco em 1982, permanecendo atuante nas lutas camponesas do Nordeste até hoje.

UMA FAMÍLIA CAMPONESA E A LUTA PELA TERRA

Senhor Manoel, gostaríamos de começar a conversa falando, ainda que rapidamente, das suas origens familiares e de como o senhor entrou na militância política.

Eu nasci no dia 24 de julho de 1935, num lugar chamado Pedra Grande, que na época era município de Coroatá, no Maranhão. Fica na margem do rio Itapecuru, antiga estrada de ferro, primeira do Maranhão. Meu pai chamava-se Antonio Raimundo dos Santos e minha mãe Maria Leotéria Frazão Santos. Ambos eram lavradores de terra que não tinham; nas terras dos chamados coronéis, capitães, donos de terra, criadores de gado extensivo. A terra em que meu pai habitava, onde ele fez uma casinha e tinha um quintal, um sítio, era herança dos avós, era própria; mas onde fazia a roça, trabalhava todo o ano, era a terra dos latifundiários. E eu me criei trabalhando na roça junto com meus pais. Meu pai era ferreiro, ele fazia as ferramentas para trabalhar na agricultura, como foice, machado, facão, enxada, cutelo... E também consertava e fazia arma de caça. Essa era a profissão dele. Eu sou analfabeto de pai e mãe, de forma natural. Nunca me sentei num banco escolar nem para ler uma cartilha de abc. O que eu aprendi de leitura foi depois de rapaz, envergonhado porque uma vez uma moça me escreveu uma carta e eu não sabia ler. Fui pedir a um camarada que era amigo meu para ler, e ele depois espalhou o boato por todo canto. Eu me zanguei por aquilo, aí eu passei a pedir lição a quem sabia ler, de casa em casa. Foi assim que eu aprendi a ler alguma coisa e escrever alguma coisinha.

Quantos anos você já tinha?
Tinha já uns 17, 18 anos.

E como é que foi a sua entrada, então, na militância política, nos movimentos sociais?

Na minha região, tinha um fazendeiro, criador e grande comerciante, chamado Luís Soares. Ele era conhecido como o pai da pobreza. Se mexiam com um agregado dele, ele entrava a favor, para defender. Era um homem que vendia a produção que ele tinha lá, de tecido, de panela, de prato, tudo, num ano para pagar no outro. A gente comprava a crédito e pagava no outro ano, ele ficava com o nosso arroz, nosso milho, nossa farinha, mandioca, tudo. Bom. Esse cidadão, uma época, chegou na casa de meu pai perguntando se ele tinha os documentos daquele terreno que nós morávamos. Papai dizia: "Não tenho, não. Já vem dos meus avós". Aí ele perguntou se meu pai aceitaria que ele registrasse a terra como dele. Meu pai disse: "Como assim?". Ele disse: "Eu vou registrar dentro dos meus terrenos, fica como minha, mas na verdade é de vocês, para filhos e netos, a vida inteira". Aí meu pai concordou. Ele era um cara, segundo meu pai, muito legal, muito bom. Em 1952, depois que ele fez esse registro, ele morreu; e a viúva dele, chamada Margarida Maria Alves, Guida, entendeu que a terra não era nossa, era do finado marido; e foi pedir para nós sairmos da terra, que ela precisava daqueles terrenos para botar outros

moradores. Meu pai ficou muito revoltado e não quis sair. Mas eles terminaram arranjando jagunços, policiais lá do município e nos expulsaram da terra. Isso aconteceu em 1955. Foi aí que começou na minha pessoa a primeira revolta contra latifundiário. Na época, não chamava nem latifundiário, era fazendeiro, dono de terra.

E depois dessa expulsão?

Fomos obrigados a nos mudar e fomos morar num lugar chamado Bacabal do Mearim. Era distante. Lá do rio Itapecuru ao rio Mearim devia dar umas vinte léguas mais ou menos, o que seria uns sessenta quilômetros. Aí chegamos lá nesse povoado, onde já morava um bocado de famílias, evangélicos, do Sétimo Dia, adventistas. E lá nós ficamos morando também. Dois anos depois, apareceu outro dono dessas terras, chamado Manacé Castro, que era filho do delegado de polícia que tinha o nome de Raimundo Alves de Castro. Essas terras lá, segundo os moradores, eram terras da União, terras devolutas, terra que nunca tinha aparecido o dono. Nessa época, estavam querendo criar gado, e aí queriam tomar essas terras, grilar. Aí os moradores se juntaram, e discutimos bastante, soubemos que uma associação rural havia sido criada no município de Bacabal. Juntamos três pessoas e fomos lá, para saber que providências a gente tomava. Encontramos o presidente da associação, conversamos bastante, contamos toda a história, essa ameaça de expulsão, fomos na casa do delegado, fomos na casa do prefeito. E o presidente da associação disse: "Olha, você volta, junta os moradores tudinho e cria lá uma delegacia da associação daqui". Com essa orientação, chegando lá no local denominado Copaíba, saí de casa em casa convidando os moradores para conversar sobre a associação e as providências que tinham que ser tomadas.

E a orientação que ele deu era uma armadilha?

Era. Quando nós estávamos reunidos, num salão onde os moradores se reuniam para orar, cantar hino, essa coisa, ouvimos o barulho de um carro lá na estrada de areia. Era um caminhão, e dentro vinham uns vinte jagunços e o senhor Manacé Castro, todo mundo armado de revólver, espingarda e punhal, dizendo: "Não corre ninguém porque morre". Tomaram conta das portas. Aí, saltou para dentro do salão um jagunço e matou, a sangue-frio, de punhal, dois rapazes, uma velhinha de 70 e poucos anos e uma criancinha de 3 anos. Os rapazes morreram porque eles foram um pouco... falaram duro, sabe? A velhinha morreu porque corria na sala gritando: "Não matem meus filhos, seus desgraçados". Eles deram um tapa, jogaram no chão e cravaram com um punhal nas costas, e ela ficou rodando na terra. E a criança porque estava gritando "papai, papai", de choro, não é? Eles pegaram a criança e deram um soquete na parede e a cabeça estourou, abriu o miolo, e a criança morreu na hora. Eu escapei só com um ferimento na perna esquerda. Quando eu ia saindo, deram um tiro, mas não pegou no osso, pegou só num bocado da perna aqui, cortou; e eu escapei porque já estava mais ou menos escurecendo, tem uns mangais, tinha muito pé de manga bonito, e eu me escondi por lá... Deram uns tiros ainda mas não me encontraram mais. Depois que eles foram embora, voltei para o salão, convidei todos os moradores que estavam ali ainda por perto, todo mundo voltou, e nesse momento eu estava com tanta raiva, uma revolta muito grande... Eu era evangélico da Assembléia de Deus. Aí eu me ajoelhei perante os mortos e fiz um compromisso com eles e com toda aquela comunidade e com Deus, dizendo que a partir daquele momento eu teria esse compromisso de lutar, enquanto vivesse, para um dia ver o fim da dominação dos fazendeiros sobre os trabalhadores que não têm terra. Esse juramento que eu fiz foi público e aberto lá na hora. Fui para casa e começou uma perseguição grande. Deixei meus pais e fui embora para o lugar que eu tinha vindo, chamado Pirapemas.

Quantos anos você tinha?

Isso foi em 1957. Chegando de volta em Pirapemas, encontrei uma associação que havia sido criada também. E a bandeira de luta da associação era reconquistar as terras de quem havido perdido para os grandes proprietários. Eu pensava que só nós tínhamos perdido as terras; mas não, foram dezenas de outras famílias. Esse senhor Luís Soares tinha colocado as terras dos moradores como dele, registrou no cartório. E aí... O presi-

dente da associação chamava-se Antonio Vicente. Ele fez lá um debate, todo mundo disse que queria a terra de volta, ele disse: "Mas para poder provocar os homem lá, criar um conflito, como vocês são os donos mesmo da terra, vocês vão começar a tirar as frutas que plantaram lá, laranja, abacaxis, abacates, tudo que tiver; e, quando eles levarem na justiça, a gente vai provar que não é deles a terra".

E essa associação era ligada ao Ministério do Trabalho?

Eu não sei bem, porque na época eu não estudava muito isso. Eu estava ali mais por uma questão de revolta mesmo. Só sei que era legal. Não era clandestina. E a notícia correu para São Luís porque a dita senhora Margarida Maria Alves, dona Guida, informou na Secretaria de Segurança Pública que havia chegado um bocado de comunistas que estavam tomando as terras no município de Pirapemas. Aí o Antonio Vicente soube dessa conversa e foi lá também. Contou a história direitinho, o que tinha acontecido, e aí o secretário disse: "Olhe, o senhor volte, convoque uma assembléia dos queixosos, e eu vou mandar lá um cidadão para ouvir cada um, para ver a queixa, como é que nós vamos tratar do assunto". Antonio Vicente voltou, achando que tinha sido uma boa coisa, não é, o chamado entendimento. Chegou lá, convocou todos nós. A gente foi para a sede da associação. Ele combinou meio-dia, a hora que o trem passava na estrada de ferro. O trem passou... Não chegou ninguém. Mandamos ver se tinha alguém, na estação ferroviária. Não tinha ninguém. Voltamos. Uns quinze a vinte minutos depois, nós olhamos na rua, vinha um bocado de soldado, tudo armado, fuzil e metralhadora. *Plam-plam-plam*. Até chegar na porta da associação. Chegaram, escalaram as armas assim e perguntaram... Tinha lá umas 160 pessoas, inclusive criança, mulher. Perguntou assim: "Quem é aí o presidente dessa merda?". Aí... "Não, aqui não tem presidente, não. Aqui tem nós." "Ah, então quer dizer que todo mundo é presidente, não é?" "Não. Ninguém está dizendo que todo mundo é presidente. O presidente não está aqui." Porque nós não queríamos dizer, para não entregar o homem. Aí... "Se todo mundo é presidente, então... lá vai bala." E começaram a atirar assim, em cima, nas *frechadas* da casa, de fuzil e metralhadora... O fato é que, dessa vez, eles mataram sete pessoas a bala, dentro de casa. E um agricultor, que ninguém sabe quem foi, correu até em casa, pegou uma espingarda velha lá, voltou e deu um tiro num tenente que caiu no chão morto. Um tiro na barriga. E o soldado que tinha pegado um camponês, que estava querendo matar, o soldado de outro canto, ninguém sabe, atirou no rapaz, matou; e o rapaz matou o soldado, de faca, antes de morrer. Então foram sete dentro de casa, o tenente, oito, o companheiro que morreu, nove, e o soldado: dez pessoas morreram nesse dia. Isso foi tão brabo que a gente ficou de novo baratinado, mais revoltado ainda. Aí a minha idéia era ser uma espécie de Lampião. O que é que vou fazer agora? Era uma revolta total. De lá de Pirapemas, eu venho parar num lugar chamado Pindaré-Mirim. Pindaré-Mirim era mata, mata, portal da Amazônia, não tinha dono de terra, não tinha gado, não tinha fazendeiro. Meu pai foi para lá, minha mãe. Ficamos morando. Meus irmãos ficaram para trás, em Pirapemas, a maior parte. E eu fiquei lá. Para não morrer de bala. Isso foi em 1958. Em 1960, apareceram uns rapazes e umas moças se dizendo de um movimento chamado Movimento de Educação de Base [MEB]. E me convidaram para um treinamento, como era chamado. Era um estudo. Nós éramos 35 pessoas e foram treze dias. Foi a partir desse primeiro encontro com o MEB que começaram a vir na minha cabeça algumas luzes. O tema foi: "Sindicalismo, política e cooperativismo". E, no que encerrou, todo mundo saiu com uma missão: de fazer essa discussão sobre esses três pontos, política, cooperativismo e sindicalismo, nas comunidades de onde cada um veio. O fato é que lá a gente tentou fazer a discussão, mas o pessoal não sabia nem o que é cooperativa, nem sindicato e nem política. Pensava que política era dar um voto no dia da eleição...

Você tinha interesse em votar? Votava nas eleições?

Nunca. Nunca votei. Até essa época. Aí, meu companheiro, nós fizemos o seguinte. Não dá para nós fazermos o trabalho do jeito que estamos. A única saída é começar a ensinar o pessoal a ler um pouco. Aí começamos a discutir com a comunidade a importância de saber ler. E sempre tem, na comunidade, alguém que sabe ler alguma coisa e a gente contratava aquela pessoa como professor da comunidade, dava uma gratificação,

tirando a contribuição de cada família. Fizemos 28 escolas de alfabetização. De dia, as crianças estudavam; e à noite eram os adultos. E os temas eram: sindicalismo, cooperativismo e política. A professora ensinava a ler esses nomes. O que é que é política? A pessoa lia... Po-lí-ti-ca. Como é que se escreve? Aí a pessoa ia...

A orientação do MEB permaneceu depois do curso concluído?

É. Porque as professoras do MEB vinham de mês em mês fazer lá um acompanhamento.

Mas o MEB é católico. E você ainda era da Assembléia de Deus?

Continuei na Assembléia de Deus. Aí, com esse acompanhamento do MEB, as pessoas aprendiam aquele método, que eu nem sabia que era do Paulo Freire; eram as coisas do local que se transformavam em nome... como é que se escrevia o pé de mandioca, o pé de milho, o pé de feijão, o pé de arroz, a árvore, o porco, a galinha, o bode, a ovelha, e também essas palavras – estranhas, não é – sindicato, cooperativismo, política. Era esse aprendizado que a gente ia fazendo. Resultado: no dia 18 de agosto de 1963, nós convocamos a primeira assembléia geral dos trabalhadores rurais autônomos de Pindaré-Mirim, para a fundação do primeiro sindicato do Maranhão na época, que até então não tinha. Só tinha sindicato de outras categorias como... aquele outro, como é que chama? Estivadores...

Esses trabalhadores, vocês se dedicavam a quê? Qual era a atividade? Vocês trabalhavam em fazendas ou trabalhavam para vocês mesmos? Era produção de alimento, pequena propriedade?

Era terra, era mata da Amazônia. Nós íamos plantando produção do que a gente precisava, de arroz, milho, mandioca, feijão, uma parte a gente vendia, a outra parte a gente deixava para comer: alimento. Aí nós éramos conhecidos como trabalhadores autônomos. A gente não sabia na época nem o que era a palavra autônomo [ri]. Todo mundo chamava assim, eu também chamava. E nessa assembléia apareceram mil e poucos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Resultado desse trabalho das escolas. E foi nessa assembléia de fundação do primeiro sindicato de Pindaré-Mirim que o companheiro Chico e uma irmã chamada Nazaré deram o informe das Ligas Camponesas[1] nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte...

DO GOVERNO JOÃO GOULART À DITADURA MILITAR

Nesse momento, você está em pleno governo João Goulart, quando as lutas sociais cresceram muito...

É. Certo. Só que não orientavam a fundação de ligas porque elas eram ilegais. Era melhor fundar sindicato porque sindicato já tinha lei, aí nós criamos o sindicato, e não ligas camponesas. E as associações que havia na região do Maranhão, que já tinham até uma federação chamada Atam [Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão], aos poucos, foram também se transformando em sindicatos de trabalhadores rurais[2].

Além da ação do MEB, você sentia alguma presença do Ministério do Trabalho? Porque, nesse momento, há um estímulo muito grande do governo em relação à criação dos sindicatos rurais.

Eu não sei se era só do Maranhão; mas o Maranhão, antes mesmo do João Goulart, tinha uma oligarquia – Vitorino Freire – que tinha o monopólio de tudo. Então os trabalhadores rurais não sabiam nem quem era a autoridade, Ministério do Trabalho, coisa nenhuma. Só ouviam falar. Não tinha nenhuma visita. E, quando o sindicato foi fundado, o que nós ficamos sabendo depois é que para o Ministério do Trabalho, lá no Maranhão, era visto como uma ameaça à paz na região. Está entendendo? Não foi visto como uma coisa progressista, de ser

acatada, foi visto como uma ameaça, de luta pela terra. Porque a palavra de ordem que foi aprovada no dia da fundação, que todo mundo queria, qual foi? Havia já uma prática dos fazendeiros de criar o gado deles na roça dos agricultores. Eles não faziam o pasto. No verão, quando tinha pasto na beira dos lagos, o gado ia para lá se alimentar; mas, no inverno, esses lagos enchiam d'água, e aí esse gado subia para os altos, onde estava a roça dos agricultores, e eles comiam. E o maior desejo que tinham os agricultores dali era ver esse gado preso, para não roer o arroz deles, a produção deles. Então, qual foi a palavra de ordem? Que todo fazendeiro prendesse seu gado, para não dar prejuízo na roça do agricultor. Aí todo mundo bateu palma, alegre, satisfeito. Bom, e se eles não prenderem? Vocês fazem o seguinte: vão dar parte, a primeira, a segunda, a terceira vez; se eles não tirarem o gado da roça, e a gente tiver prejuízo, vocês fazem o seguinte: matam o gado, depositam o dinheiro em juízo na cidade. Esse foi o combinado. Nós lutamos contra gado na roça até o dia do golpe militar. Já tinha morrido muito gado, muito gado mesmo. Passou a ter uma orientação assim, virou até palavra de ordem em todo o município, toda a região: "Gado que come roça come bala". Se o dono do gado vier conversar sobre os prejuízos da roça, converse. E se ele pagar o prejuízo que o gado dele deu; se sobrar dinheiro, você devolve para ele o troco. Se não der para pagar, ele fica devendo... Nessa luta pela prisão do gado, mesmo com o golpe, nós conseguimos impedir que gado comesse a nossa produção de arroz, milho e mandioca. Fomos com uns paus furados, uns cacetes, mas impedimos, mesmo depois do golpe.

E o que é que aconteceu?

Nós descobrimos que, se o gado era um problema, o pior problema era o atravessador, que comprava... Aquilo que eu já falei no começo do Luís Soares, comprava a produção do meu pai e vendia de um ano para outro. Então, eles vendiam o tecido, os pratos, as panelas, e, quando era no final do ano, pegava toda nossa produção por um preço insignificante, recebia, para pagar as dívidas que tinha feito já no outro ano. Isso era a cultura da região. O que é que nós fizemos? Criamos cooperativas de pequenos agricultores, armazenamos toda a nossa produção nessas pequenas cooperativas e negociamos com os pequenos comerciantes, para só pagar as dívidas quando vendessem o arroz, de outubro em diante, porque é quando dá preço. Até lá o arroz ficava preso nos nossos armazéns. E foi quando chegou nessa parte de prender a produção, para não entregar para os comerciantes lá a qualquer preço, que o Exército apareceu. Enquanto nós estávamos só fazendo zoada, não tinha ido lá. Nosso dinheiro que estava no banco, também, do gado que tinha sido vendido, que botava lá para pagar advogado, o Exército tomou. Tomou o arroz e o dinheiro [risos] todinho. Mas a idéia de cooperativismo pegou. Porque a gente entendeu que quem tem o poder econômico já tem 50% do poder nas mãos. Mais tarde, descobrimos que quem tem o chamado poder do conhecimento científico, filosófico e técnico tem a outra metade. Então, por isso nós dissemos o seguinte: é preciso a junção de quem produz, faz a riqueza, com nossas mãos, com nossa força do corpo, dos braços, com quem tem o outro lado, quem tem acumulado em si o conhecimento científico e técnico. Ao invés de vender esse conhecimento para o patrão, como mercadoria, nós vamos trocar informação. Por isso é que nós precisamos incentivar a questão da cultura popular, do teatro, da música... É preciso, meus companheiros, essa paciência pedagógica de Jó. E assim como eles são continuadores dos donos dos escravos, eu reivindico que estamos continuando aquela luta travada por Zumbi dos Palmares, por Antonio Conselheiro, pela Balaiada[3], no Maranhão, e por muitos outros companheiros que foram mortos querendo transformação. A gente também, hoje, pensa o seguinte: queremos uma sociedade democrática, fraterna, humana, socialista, não sei como é que é o nome, sei que é uma coisa boa [ri]. A gente está investindo nesse rumo. Eu não sei quem é que vai continuar depois; mas, enquanto a gente estiver vivo, quero estar fazendo a minha parte. A gente faz isso em homenagem a todos que já faleceram, que lutaram, derramaram sangue, perderam a vida, não é?

Manoel, nessa época, o senhor já era o líder do movimento, a pessoa mais conhecida?

Não. Eu era líder enquanto movimento. Mas, enquanto, assim, organização, enquanto... como se diz?, formação, compreensão, eu não era.

Quem era?

Tinha um companheiro chamado José Vicente e tinha outro chamado Antonio Lisboa Brito.

Esses eram mais diretamente ligados ao MEB?

Eram. Eles sabiam ler, bem. E eles eram os companheiros que me ajudavam lá nesse trabalho, a nos orientar, juntos. O Antonio Lisboa Brito era piauiense, tinha migrado para o Maranhão. E o José Vicente era de lá mesmo, era maranhense. Ocorre que, com o golpe militar, José Vicente foi preso e o sindicato foi ocupado pelas forças militares do Exército e da Polícia, tentaram acabar com o sindicato. E aí ficamos sem poder nos reunir. Resultado, eu fui para São Luís; lá, quase que fui preso, não tinha lugar para ficar; nem na igreja. Dom Fragoso, que era o bispo de São Luís, era o presidente do MEB, aí ele mandou me deixar num lugar chamado Pedreira do Mearim. Lá fiquei, de abril até junho, escondido. Quando voltei para o meu povoado, todo mundo queria saber o que é que tinha acontecido e eu comecei a conversar; e aí começou a chegar gente, chegar gente, chegar gente. Tinha dia que tinha trezentas pessoas na boca da minha porta, num momento que estava proibido reunir mais de três, cinco pessoas. Aí, a notícia correu para Pindaré-Mirim, e a polícia mandou me buscar preso. A primeira vez eu não fui preso, o pessoal não deixou, a segunda vez, vieram mais soldados, mas de novo não me levaram. Aí uns comerciantes, gente amiga lá do povoado, me disseram: "Rapaz, se tu não for lá nessas autoridades, eles vão terminar te prendendo. Porque eles mandaram cinco tal dia, tu não foste, mandaram dez, tu não foste; eles mandam vinte, mandam trinta, mandam cinqüenta, mandam cem, e tu vai terminar sendo preso. Tu não roubaste, tu não mataste; é melhor tu ir lá se entender com esses homens". Aí, rapaz, ficou aquela confusão na minha cabeça.

E o que é que você fez?

Sai de casa à meia-noite, numa canoinha a remo, andei o resto da noite; quando foi 9 [horas] do dia eu cheguei na cidade de Pindaré-Mirim, fui lá para a delegacia e disse: "Bom dia, sargento". "Bom dia. Quem é você?" Eu digo: "Eu sou Manoel da Conceição". "Olha! Pega o homem!" Aí me prenderam, na hora, meteram na cadeia. Passei trinta dias preso. Me prendiam, passavam três, quatro, cinco, seis dias, soltavam; aí, quando eu ia saindo da cidade, tornavam a prender de novo. Aí traziam de novo, no chicote, até na cadeia. Minha companheira, eu fui preso cinco vezes nesses trinta dias. Só para humilhar a pessoa. Soltavam e pegavam de novo, para voltar apanhando, empurrado com o fuzil, pé na bunda, em todo canto. Com esse desgosto da prisão, eu disse: eu não fico mais morando nesse lugar, chamado Tufilândia. Vou morar nas cabeceiras do Caru. Peguei uma canoa, botei a família dentro, toquei pro mundo. E quem quiser me acompanhar vá também. E lá, meu companheiro, eu tinha que fazer roça, e começou a chegar gente, companheiros, também perseguidos, iam para lá. Resultado, quando estava com um ano e pouco, tinha já umas duzentas pessoas na família. Não tinha nenhuma mulher, só homem, duzentos homens. Para que esses homens? A gente ia fazendo roça e, quem podia, ia comprando uma cartucheira...

E o que vocês pensavam fazer com as armas?

A gente queria vir no Pindaré-Mirim, uma noite qualquer, prender o prefeito, o delegado de polícia e torar de chicote no meio da rua, para todo mundo ver que eles estavam apanhando. Porque para nós o governo federal era gente boa, apesar de tudo; a gente não sabia a raiva que ele tinha da gente, não. Resultado: quando já estava quase com a viagem pronta, a canoa pronta, feita de madeira, chegou um cidadão – e aqui eu presto uma homenagem a ele, meu companheiro Rui Frazão, de São Luís, amigo do MEB – e disse: "Gente, vocês são é malucos. Vão fazer o que no Pindaré, com esse negócio aí de querer bater em delegado? [ri] Rapaz, vai dar confusão. Vão fazer isso, não". Como nós tínhamos muito respeito pelo pessoal do MEB... O MEB foi proibido de ir ao Maranhão, lá no interior, nunca mais. E aí nós acabamos com a idéia. As armas ficaram para caça, espingarda, para a gente matar caça, jacu, tatu, paca, cotia, anta, veado, e continuamos trabalhando. E o Rui Frazão nos convenceu que no

Maranhão tinha um sujeito, chamado José Sarney, que era uma pessoa nacionalista, democrata, beleza, não é, que estava se candidatando a ser governo do estado; que era bom que a gente voltasse e assumisse a campanha dele. E eu fui um dos que voltaram. A maior parte não voltou, mas eu voltei. E aí, minha companheira, eu entrei na campanha do Sarney, em 1965[4]. Por onde ele passava, jurava a Deus e ao povo, dizendo o seguinte: "Meus irmãos que foram presos, que apanharam, que perderam terra, vou meter esses bandidos tudo na cadeia, se eu for eleito governador desse estado. O Tide Santos (que era um cara que tinha lá, do prefeito) e o Cearense Carlos (que era outro), vou mandar pegar, vivinho, tirar o couro e mandar os lavradores tirar talo de coco e babaçu e espichar no sol quente, para todo mundo ver o couro deles lá, secando, para fazer calçado". E o povo...

Acreditou.

Acreditou. E ele dizia mais assim: "E eu quero que Deus agora, nesse momento, me mande lá do céu um corisco – sabe o que é corisco? é um relâmpago, aquele raio assim – me cortar aqui, todinho, nesse caminhão, se eu não fizer o que eu estou falando". O pessoal, todo mundo religioso, crente nessa coisa de que tem corisco mesmo, quem é que não votou para Sarney? Andava era nos braços. Minha filha, aí, foi eleito, voltei para lá. Comecei a reincentivar de novo o sindicato, organizar de novo, e aí a luta veio muito mais braba ainda. Aí os fazendeiros, que sabiam que estavam com as costas quentes, apoiados pela ditadura, não tinham medo de nós, não. Mas nós também não tínhamos medo deles. Nós fazíamos assembléia, às vezes, em três municípios num só dia, juntávamos 50 mil trabalhadores rurais em plena ditadura militar.

O ENGAJAMENTO NA AÇÃO POPULAR E A VIAGEM À CHINA

Nesse período, vocês estavam ligados com alguma organização política também? A relação com a Ação Popular começa aí?

Depois do golpe de 1964, os companheiros do MEB trouxeram alguns companheiros, Rui Frazão era um deles, e tinha outro chamado Raimundo, uma Regina, uma Lígia, esse pessoal era da AP. Aí que eu tomei conhecimento da AP. Duarte Pereira, nesse tempo, ele era da Bahia, tinha feito um discurso bonito, não é? Foi esse discurso do Duarte que me ajudou a começar a entender a AP. E passei a ser, primeiro, um simpatizante da AP, e terminei sendo um dos seus militantes. Eu entrei para a AP sabe quando? Em 1967.

E como foi a reação da repressão diante desta mobilização camponesa em pleno auge da ditadura?

Baixou o Exército de Teresina, de São Luís, e foi uma perseguição infernal. Saiu outra palavra de ordem, que era continuar mantendo a palavra de ordem "Gado que come roça come bala", e, agora, derrubar todas as grandes cercas das nossas terras, que tinham sido colocadas pelos fazendeiros para botar o gado deles dentro, na nossa produção. Aí é que gado morreu mesmo. Gado morria, gado morreu. Quando foi no dia 13 de julho de 1968, nós estávamos numa assembléia no interior... Porque a sede do sindicato continuava ocupada pela polícia, ninguém ia lá; mas no interior tinha a delegacia sindical, onde a gente se reunia, perto das comunidades. Nós pintávamos e bordávamos lá. Resultado: numa assembléia geral, o pessoal descobriu que estava com problema de malária, e o sindicato contratou um médico em São Luís, chamado João Bosco. E, no dia que fizemos a consulta médica com os moradores, o prefeito, com apoio de Sarney, ou sei lá, eles pegaram um carro de polícia, chegaram lá, perguntaram: "Quem é Manoel da Conceição aí?". Digo: "Sou eu". Aí fui saindo... me meteram bala. Foi aí que eu perdi a perna direita, arrancada de bala de fuzil. Tenho uma perna mecânica hoje. Quando eu perdi essa perna, houve revolta no campo e também em São Luís, dos estudantes, dos médicos.

E qual foi a reação do Sarney?

Sarney ficou um pouco envergonhado, porque dera uma de democrata. Eu tinha acabado de lançar uma nota, que saiu no jornal da AP, saiu na *Veja*, saiu em todo canto aí. Ele veio do Japão só para dizer que rechaçava os que tinham feito essa perversidade e que garantia a minha sobrevivência da melhor maneira possível. E mandou alguém do secretariado dele lá no hospital para conversar comigo, dizendo que ele não foi culpado, que foi um erro do prefeito, de não sei de quem, da polícia, mas que ele ia me garantir uma perna mecânica da melhor qualidade, uma casa para morar, em São Luís, que eu não precisava voltar para o interior, um carro – para quando eu quiser voltar a passeio lá e fazer algum trabalho dentro da minha atividade política – com motorista e tudo, e um emprego para minha mulher, lá em São Luís. Eu fiquei escutando essas propostas e depois eu disse assim: "Doutor, o senhor vai dar perna para todos os aleijados do Maranhão? Casa para todo mundo que está aí sem casa? E esse carro, todo mundo que não tem também vai ter um carro para andar quando precisar? Porque, doutor, eu também não sou besta, eu quero ter para mim – mas, enquanto o senhor não fizer para todos os outros o que o senhor me disse, eu não quero. Sabe por que, doutor? Porque essa perna eu não perdi defendendo a sua campanha política, eu perdi defendendo os trabalhadores no seu direito de possuir a terra. E eu acredito, doutor, que se cada companheiro der um centavo – naquele tempo – de cruzeiro, eu vou ter uma perna tão boa como essa que o senhor está falando, porque ela vai ser dada por minha própria classe. Minha perna é minha classe". Eles voltaram de lá, interditaram o hospital, botaram um guarda na porta do meu quarto, para não deixar ninguém entrar mais, até o dia que eu saí de lá.

Essa frase ficou famosa, não é?

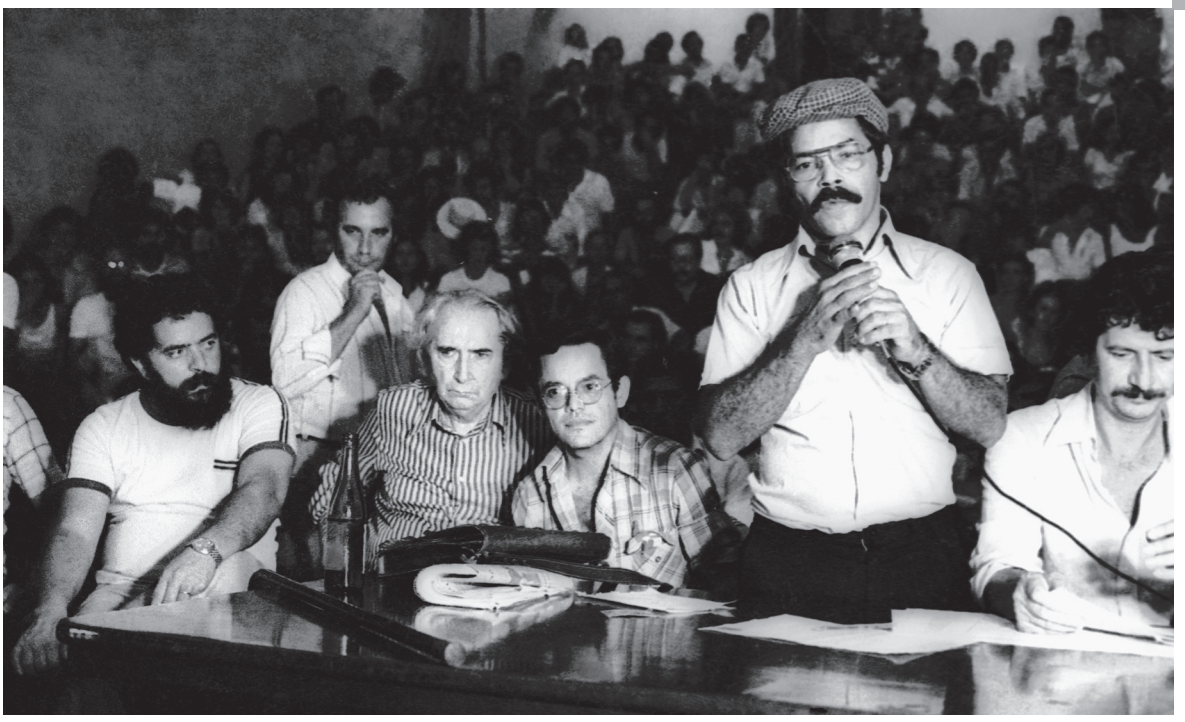
É, saiu no jornal e hoje está espalhada por todo canto: na Itália, no Japão, na Suíça... Fui preso, e quando saí da prisão eu vim para São Paulo. Quando eu voltei, eles tinham ocupado a região todinha, militarmente, durante seis meses. Prenderam quase todos da liderança do Pindaré-Mirim, da região toda, e levaram para São Luís. E fizeram um terror na região toda, nos acusando de comunistas, montando milícias brancas, armadas, nos povoados, para quem falar no sindicato ir para a cadeia. Eu saí de lá no final de 1969. Mas deixaram lá tudo esbagaçado. Não ficou delegado sindical, não ficou ninguém lá que não prendessem. Quando eu voltei em 1970, o pessoal tudo escondido, a gente, de novo, começa a mobilização do zero, *do zero*. Aí é que nós criamos um novo MEB, de trabalhadores rurais, entre nós cinco, companheiros e companheira, porque só nós sabíamos o que era MEB...

Mas era só com as pessoas de lá? Ou vocês fizeram contato aqui?

Nós ficamos no MEB, quer dizer, as lideranças que mais se destacaram. Antonio Lisboa Brito era um dos dirigentes, eu era outro, tinha mais um companheiro chamado Joaquim Lavanca, outro, José Lavanca, e tinha uma companheira chamada Luzia. Então nós éramos cinco pessoas do MEB. Uma equipe local. Foi esse MEB que levantou o sindicato de Pindaré-Mirim de novo, fundamos o de Santa Luzia, fundamos o de Bom Jardim, fundamos o de Vitória do Mearim e o de Santa Inês. E fizemos um juramento assim: olha, se qualquer um de nós for morto ou for preso, desaparecer, os que sobrarem têm a obrigação de reconstituir o MEB de novo. Mas esse MEB virou o chamado Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, que foi fundado em Pernambuco e ajudou a construir a CUT[5], ajudou a construir o PT. Fundado em Pernambuco, depois na Paraíba, Rio Grande do Norte, depois na Bahia e depois no Maranhão. Mas hoje só existem dois: em Pernambuco e no Maranhão.

Então, vocês reconstituíram o MEB?

Pois é. Porque foi essa compreensão de que o MEB precisava existir localmente, já que não tinha como a gente trazer pessoas de fora. Nós, os próprios trabalhadores, passamos a ser os educadores da nossa categoria. E nosso programa era trabalhar no Pindaré, no Maranhão e para o Brasil todo. Em 1968, quando eu vim para cá, eu trabalhei aqui no ABC paulista. Fazia reuniões, trabalho de base, criando grupo, discutindo, comissão de fábrica...



Manoel da Conceição discursa durante a fundação do PT, no Colégio Sion, em 1980. A seu lado na mesa estão (sentados, da esquerda para a direita) Lula, Mário Pedrosa e (na extrema direita da foto) Jacob Bittar.

O pessoal da AP trouxe você?

É. Tinha um companheiro chamado José Barbosa, que era do ABC paulista, ele já era militante da AP e era operário, e, através dele, a gente ia junto.

Até o Betinho chegou a trabalhar no ABC...

Betinho, é, também... Betinho conviveu comigo aqui em São Paulo. Ficamos quase um ano juntos na mesma casa. Começamos a escrever um livro na época, mas depois o livro desapareceu. Acho que a ditadura varreu a casa. Não sei o que aconteceu. O fato é que desapareceu. Eu vim para cuidar da perna aqui. Quando eu saí da cadeia lá, saí do hospital, eu vim para cá para São Paulo.

Mas já tinha esses contatos políticos antes?

Aí já tinha aqui... Eu entrei para a AP em 1967, aí já tinha os contatos com outros companheiros, então já vim para cá sob controle e orientação da AP. Botei uma perna mecânica. Em 1970, eu voltei para o Maranhão. Só que teve um episódio aqui. Em 1969, a AP estava abrindo as chamadas relações diplomáticas com o Partido Comunista da China. E já tinha ido para lá uma primeira equipe. Depois, iria outra; e, nessa, eu também fui. Fui em setembro de 1969, e só cheguei no Pindaré de novo em junho de 1970.

Então, você foi à China?

Fui à China. Lá passei esses nove meses, conhecendo um pouco a China, alguns locais onde houve conflitos armados, guerra de guerrilha, base de apoio, hospitais, lá, por debaixo das montanhas. Onde Mao Tsé-tung estudava, na clandestinidade, com lamparina; onde ele dormia, a casa do pai dele, da mãe dele, locais onde os inimigos matavam os trabalhadores e enterravam, às vezes cem, duzentos, numa só sepultura. Visitei essas coisas todas. Depois que visitamos, essa visita de campo, fui para Nanquim, e apareceu uma divergência interna no nosso grupo de nove militantes da AP. Uma parte do grupo mandou uma carta ao Partido Comunista Chinês, criticando a edição do *Pequim Informa*[6] para o Brasil, porque os companheiros achavam que o *Pequim Informa*

só dava notícia da China, não dava notícia dos outros países, de como estava a revolução na Ásia, nos países europeus, em todo canto. Só que, na hora de mandar, eles pediram para eu assinar a crítica, eles não assinaram [ri]. Esta carta chegou lá, houve muito comentário e discussão; e junto com ela chegou um documento que a AP tinha lançado no jornal *Libertação*[7] – falando como eu perdi essa perna, que tinha sido preso, aquela confusão... Eu botei uma perna mecânica lá na China, que era feita especialmente para andar em chapada, em montanha, em qualquer lugar, uma perna muito bem adequada, toda de junta metálica, bem maneirinha, eu andava bem. E, numa dessas viagens, eu ia no hospital fazer um teste nessa prótese, nessa perna, aí me convidaram para ir até outro lugar. Cheguei lá e era para eu ter uma conversa com o senhor presidente Mao Tsé-tung. Deveria ter ido nessa conversa, talvez, o dirigente da AP, que estava lá nos coordenando, mas houve lá uma "queimação" terrível entre os companheiros. Ninguém sabia nem qual era a verdade dos fatos, e isso foi-se aguçando... Então, quando me levaram para falar com Mao Tsé-tung, ele começou perguntando como é que estava a nossa relação na escola [do Partido Comunista Chinês], se estava boa. Eu disse que estava legal, estava bom demais. E as matérias que estavam sendo estudadas, se estava legal. "Está, está bom". Ele disse: "Mas não é bem isso que eu estou sabendo aqui, não. Tem algumas informações que vocês precisam passar para a gente direitinho" [ri].

Ele tinha um intérprete que fazia a comunicação do português para o chinês.

Tinha. Tinha intérprete. Toda escola tinha um intérprete. Na escola, tinha em todo canto. Toda vez que a gente saía só com chinês tinha um intérprete para aquele assunto. O fato é que havia uma acusação contra um companheiro nosso chamado João, que era o Paulo Stuart Wright, e eu falei que essa história para nós era estranha, que eu nunca ouvi falar de qualquer suspeita a respeito dele. Perguntaram pelas divergências, eu digo que está tudo bem, mas, depois que eu falei uma meia hora, ele terminou dizendo o seguinte: "Eu fui fundador do Partido Comunista da China. Eu fiquei quinze anos no partido isolado, quase que só, porque os companheiros entendiam que a revolução chinesa devia ser feita da mesma forma que foi feita na União Soviética; e a gente conseguiu provar que não era a mesma coisa, que aqui era um outro povo, era uma outra realidade, um outro país, destinos diferentes". Depois dessa conversa, ele me disse que queria que eu lembrasse de três coisas até o dia da minha morte. Primeiro, tudo o que eu estudei na China, literatura chinesa, história da Revolução Chinesa, para eu fazer o favor de, antes de sair da China, cavar um buraco e enterrar tudinho lá. Dois: chegando no Brasil, que eu fizesse uma pesquisa, do meu jeito, como pudesse, com outros companheiros, para entender bem a realidade brasileira, a cultura do povo, a sua luta, a sua história política, social, econômica, para depois começar a pensar, traçar rumos que pudessem orientar a revolução brasileira, porque o modelo da China não servia para o Brasil. Três: quando estiver numa luta política ideológica interna num grupo, nunca seja você o primeiro a declarar a ruptura com quem está no mesmo campo. Mesmo divergindo, continue junto. Você não pode abandonar nenhum companheiro, nenhum grupo que está com você na mesma luta por divergência interna. O negócio é a gente saber o seguinte: com quem se relacionar, mesmo divergindo, quem tem os mesmos alvos que a gente quer atingir. Logo que voltei para o Brasil eu ainda tinha uma visão dogmática. Mas, depois, eu comecei a estudar e me aprofundar, consultar companheiros, e a própria vida vem mostrando que ele estava certo. Ele não estava errado.

DO MAOÍSMO[8] À BUSCA DO CAMINHO BRASILEIRO PARA O SOCIALISMO

Essa passagem de uma luta social, uma luta reivindicatória, para uma visão revolucionária, socialista, quando é que isso vem? É nesse momento de entrada na AP que você começa a pensar mais em termos de revolução, do socialismo? Ou já era uma coisa que você vinha amadurecendo antes?

Olha, a AP me ajudou demais, porque a AP me ajudou não só enquanto organização, mas também a estar em contato com outras literaturas, outras pessoas, no Brasil e no mundo. Eu fui a única pessoa da delegação que, quando voltou da China, ficou na Suíça e na França uns quinze dias. Porque tivemos dificuldade para vir logo, ficamos lá, esperando uma oportunidade. Nesse período, a AP tinha divulgado meu nome naquele jornalzinho deles, *Libertação.* Onde eu chegava, que tinha algum partido de esquerda, mandavam me chamar. E um desses grupos que mandou me chamar foi o pessoal ligado a uma organização de esquerda da Suíça, que eu não sei o nome. Só sei que eles tinham uma boa relação com o pessoal da Anistia Internacional. Na França, fiz uma reunião com o pessoal, dirigente nacional do movimento sindical, da CGT [Confederação Geral do Trabalho] francesa, e já voltei de lá bastante conhecido. Eu, na época, não sabia nem o que era comunista ainda. Meu avô falava como bicho-papão; eu tinha era medo. Eu gostava da palavra subversão. Achava bonita demais. Eu dizia, eu quero ser um subversivo [risos]. Comunista não. Mas, como fizeram o terror anticomunista, dizendo que eu era comunista, um dia eu conversei com o Rui Frazão: "Rapaz, o que é comunista?". "Rapaz, comunista é o mesmo que subversivo." Aí eu fui estudando, estudando, estudando... Até que nós resolvemos fazer uma campanha contra o terror da ditadura na região, transformando tudo que eles fizeram lá de agressão em música do povo. Tinha um companheiro que tocava violão bem, ele gostava de cantar, e nós nos juntamos lá com as comunidades e começamos a produzir música, meu companheiro. Me lembro, primeiro, de duas lá, que eu me lembre.

Então canta.

Uma diz assim: "Sou comunista, companheiro/ sou contra a fome e o cativeiro/ os camponeses e os operários pagam foro e recebem salário/ são explorados pelos latifundiários/ pelos capitalistas/ e é por isto que sou comunista". Nós, para trabalharmos na terra dos homens lá, tínhamos que pagar renda. De cada dez alqueires três eram do dono da terra, sem fazer nada. E eles compravam o nosso a preço de galinha-morta. Porque todo ano eles derrubavam o preço do arroz. Quando a gente entregava para eles, subia o preço. Aí tinha outra música, que dizia o seguinte: "A polícia atacou os camponeses e seu sindicato/ roubaram os ferros deles trabalharem/ prendeu e desacatou/ Se o governo está pensando que a luta vai acabar/ está errado, está errado/ pois continuaremos a lutar". É só um pedacinho, que eu não sei mais toda. O fato é que eu comecei, já desde essa época, a perceber que era preciso que os trabalhadores do campo e da cidade criassem um partido unificado. Porque era impossível para os trabalhadores rurais, sozinhos, conseguir uma mudança na sociedade. E nem tampouco só os urbanos. E mais. Não é só trabalhador manual, de fábrica e de campo, mas também trabalhadores intelectuais, cientistas, técnicos. Por quê? Porque entendia que para nós – pelo menos para mim – me faltava uma grande coisa. Eu tinha disposição, tinha uma certa garra, mas me faltava um bocado de instrumentos de conhecimento científico, técnico, filosófico, que eu não dominava. Então eu sentia necessidade de alguém para me ajudar, para a gente se completar uns aos outros. Eu tenho um conhecimento prático, empírico, mas tem um outro conhecimento que eu não conheço. Eu, depois de julgado, vim para São Paulo, e o governo tornou a mandar me prender, sem nenhuma razão, e só me soltou com o compromisso de sair para fora do país. O próprio cara disse para mim: "Você só tem dois lugares aqui no Brasil, na cadeia ou debaixo do chão". Isso saiu até em livro. Esse livro[9] que dom Paulo [Evaristo Arns] lançou aqui, está lá, textualmente, dito pelo senhor Fleury [delegado Sergio Paranhos Fleury].

DO EXÍLIO À CONSTRUÇÃO DO PT

Você vai para a Suíça em 1976, não é?

Em 1976. Em 1978, eu comecei ver a história de que no meu Brasil tinha surgido a idéia de criação de um partido de trabalhadores chamado PT. Naquele tempo, tinha muitos companheiros que estavam na frente

de sindicatos em quem eu não acreditava, como, por exemplo, o Joaquinzão [Joaquim dos Santos Andrade] daqui de São Paulo. Eu conhecia ele, era... uma espécie de um pelegão moderado. E outros e outros. Aí eu ouvi falar nessa história do partido e comecei a me interessar. Eu via nas revistas que chegavam por lá do Brasil, *Veja* e outras, muitas entrevistas feitas pelo Lula, às vezes chegava jornal, *Folha de S.Paulo*, *O Estado de S. Paulo*... E muita gente da esquerda na Europa, assim, com um pouco de preocupação: "Sabe, apareceu essa liderança aí, seria bom, porque é um operário. Mas ele é um cara muito bajulado pela burguesia, às vezes, é até um cabra que está dando uma de operário. Deve ter alguma coisa qualquer aí, porque senão a imprensa não estava dando destaque para ele..". Bom. O fato é que, mesmo assim, eu comecei a escrever para o Lula, ainda lá na Suíça. De vez em quando, mandava para ele um cartão. Até uma semana antes do dia que eu vinha para cá, da Suécia. Escrevi um cartão, dizendo: "Lula, eu vou chegar no Brasil...".

Você não tinha conhecido ele pessoalmente.

Não. Não conhecia. "Vou chegar no Brasil tal dia e eu quero que você esteja lá, com os companheiros operários, no aeroporto. Eu não posso chegar sozinho porque eu posso ser pego". Aí eu vim. Cheguei aqui mais ou menos 9 horas da noite em São Paulo. Rapaz, eu não sei quantos, porque não conferi, só sei que tinha bastante homem lá, companheiros operários e trabalhadores. E o fato, companheiro, é que, a partir de então, eu me engracei de ficar no PT. Mas, antes de eu vir para cá, cinco dias antes, eu tinha saído dessa reunião com quarenta companheiros refugiados, lá na Suíça. Nós fizemos três dias de reunião em Genebra. Foi uma reunião internacional. Pegamos refugiados, companheiros nossos que estavam na Itália, na Alemanha, na Suécia, na Suíça, na França... Juntamos uns quarenta. E lá nós tomamos uma decisão de chegar aqui, procurar os inventores do PT para discutir a sua construção. E foi isso que eu fiz. Cheguei aqui no dia 9 de outubro de 1979. E, no dia 13 de outubro de 1979[10], eu fui para uma reunião no ABC paulista, lá no Sindicato dos Metalúrgicos, lá tinha uma centena de lideranças operárias e até alguns intelectuais técnicos, e lá eu pedi engajamento na construção do PT. Logo naquele dia nós escolhemos a primeira comissão pró-construção do partido no Brasil. Quer dizer, ainda não tinha o partido; estava só badalado, mas ainda não tinha nenhuma organização. E lá também nós discutimos que seria correto, antes de criar diretórios, criar o chamado núcleo de base nos bairros, nas ruas, nas comunidades. Que embora nós íamos ter diretórios, mas o poder fundamental do partido deveria se manter nos núcleos de base. Antes de aprovar qualquer lei ou proposta no diretório estadual ou municipal ou distrital, o núcleo tinha que discutir, debater as propostas e dar uma primeira versão. E eu, até hoje, tenho essa filosofia. No Maranhão, eu faço parte de um grupo de companheiros, que nós chamamos coletivo de luta solidária. Esse ano, que houve eleição, eu já estava há mais de dez anos fora do Diretório Nacional do partido. Os companheiros acharam que eu tinha que voltar de novo a militar no partido, assim, dentro das instâncias, e eu terminei voltando. E hoje estou no Diretório Nacional do partido.

Manoel, você disse que, quando estava na Suíça, começou a receber notícias da idéia do PT, da liderança do Lula e que teve uma discussão em grupo com companheiros que decidiram vir e se engajar. Ainda eram companheiros da AP?

Não, não. Companheiros que estavam lá mesmo.

Você já não estava mais ligado à AP?

Estava. Continuei ligado à AP, mesmo lá.

Porque a AP fez um debate interno sobre entrar ou não no PT, não é?

Teve. Lá tinha cara da AP, tinha outras tendências, outros grupos. O grupo de militantes da AP exilados na Europa se reuniu. Alguns eram de Goiás, eu não conhecia, outros eram de Brasília, tinha outros daqui de São Paulo. E a nossa discussão foi: chegando no Brasil, não tem conversa, vamos direto para o PT ajudar a

discutir. Quando eu cheguei aqui, os companheiros da AP que ficaram no Brasil estavam programando um encontro lá no Rio de Janeiro. Eu fui para esse encontro e lá foi feita a discussão. Discutiu-se, discutiu-se, conversa vai, conversa vem, mas o fato é que a maioria dos que estavam lá concordou que nós devíamos ficar no PT. Só que depois a maior parte deles resolveu sair. A gente ficou.

Mas a AP não entrou como uma tendência?

Não. Entraram as pessoas. Tinha muitos companheiros que sabiam que eu era da AP e tinham certo receio. Aquele Jacob Bittar tinha muito medo de mim... José Ibrahim também achava que a gente podia uma hora querer passar a perna neles [risos]. Mas não pensei isso, não. Nunca.

Com Lula, você sempre teve uma relação fácil?

Toda a vida tive uma relação boa com o Lula. Ele continuou sendo meu amigo assim, muito irmão, até hoje.

E na fundação do PT, você estava no Colégio Sion?

Eu estava na fundação... Naquele tempo, ainda tinha um restinho de ditadura. O fato é que para assinar a ata de fundação do partido no Colégio Sion... e a primeira ficha de filiação ao partido foi para Mário Pedrosa. A segunda foi para Apolonio de Carvalho. E a terceira foi para Manoel da Conceição. Eu fui chamado lá pela plenária, todo mundo gritando. Aí eu fui, e cheguei lá, fiz a assinatura, preenchi a ficha e assinei a ata de fundação. Então, como os outros dois faleceram, eu sou o primeiro filiado nacional do PT ainda vivo [risos].

Foi uma homenagem bonita essa, juntar vocês três, que vêm de três...

Três vertentes diferentes[11]. Eu me sinto orgulhoso, meu companheiro, por isso. Eu só militei em duas organizações políticas. Eu nunca rachei com ninguém... A minha militância foi só na AP, porque não tinha o PT. No PT, eu fui filiado só uma vez e até hoje nunca me desfiliei, continuo no PT, e acho que vou morrer petista. Porque tem tanta gente boa dentro desse partido... Se tem algum safado, a gente manda ele embora. A gente fica...

Como é que foi-se reencontrar com esses seus grupos de militância para levar essa nova idéia do PT?

Eu, primeiro, passei cinco anos em Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, depois fui para a Bahia, algumas vezes fui ao Ceará. Os companheiros não queriam que eu fosse ao Maranhão enquanto lá não tivesse um movimento organizado. Quando decidiram vir me buscar em Pernambuco, eu não fiquei mais no Pindaré. Fui para Imperatriz, que é a segunda cidade mais importante do Maranhão, e estou lá até hoje.

Você foi candidato a governador de Pernambuco em 1982.

Sem querer, mas por necessidade – os companheiros entenderam que eu devia ser o candidato – e eu terminei aceitando. Tive uma votação insignificante, muito pequena; mas acho que valeu a pena: ajudou a construir o partido, foi crescendo aos poucos, aos poucos...

Como é que foi essa experiência para você? Você nunca tinha passado por essa coisa de ser candidato, fazer comício, pedir voto.

Até hoje não sei ser candidato. Sabe o que eu sei fazer? É a organização dos trabalhadores, formação, capacitação, reflexão. Mas, companheiro, disputar voto eu não sei, porque eu não sei mentir [risos].

Como é que foi a campanha? Vocês andaram o estado todo, faziam comício?

Montamos esses núcleos do PT, a partir da nossa relação com as lideranças de cada lugar.

Como é que foi tentar construir isso lá em Pernambuco?

É. Eu ajudei a construir... Primeiro os companheiros do Rio Grande do Norte me convidaram para montar lá uma oposição sindical rural, coisa em que eu tinha muita experiência. Então eu fui para lá, para o Rio Grande do Norte, comecei a fazer o serviço. Como deu certo, também me chamaram na Paraíba. Aí nós criamos as oposições já construindo o PT também. A oposição sindical era PT e o PT era a oposição sindical. Em Pernambuco, do mesmo jeito. Um companheiro que era, na época, da oposição sindical lá em Pernambuco chama-se Mané de Serra. Hoje, ele é o presidente da Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura][12].

E como era a sua relação no meio sindical rural de Pernambuco com aquelas lideranças de esquerda mais tradicionais, ligadas ao Partido Comunista, a Arraes?

Não dá para dizer que Miguel Arraes não era um progressista... Ele era. Uma grande liderança. Mas tinha medo que se pelava de lideranças organizadas em grupos de base. Ele queria apadrinhar todo mundo, e que votassem nele. Mas, na hora que o pessoal começava a querer se organizar para ter poder, aí ele já não gostava. Ele não gostava muito de mim por causa disso... [risos].

É compreensível. [ri]

Eu dizia: "Arraes, rapaz, eu sou teu amigo...". Quando ele vinha de Argel, onde morava, para a Suíça, era lá em casa que ele fazia reuniões, que ele dormia... "Mas não concordo com você, Arraes, nesse sentido. Sei que você é progressista, um cara legal, mas é um cara que tem medo do poder popular. E, no dia que tu morrer, amizade, como é que vai fazer? Quem é que surge de baixo?" Ele não dizia nada. Brizola, que também ia lá em casa, tinha a mesma característica. Digo: "É por isso que vocês são inimigos um do outro. Vocês são iguais". Não queriam nem ver um ao outro... Essa passagem de cacique para coletivo tem que ser feita numa caminhada longa, orgânica, no sindicato, na cooperativa, na associação, no bairro, na comunidade, no assentamento, na escola, onde tiver gente para se organizar. Porque o indivíduo nunca vai deixar de existir. Porque o indivíduo é a razão do partido. Sem o indivíduo não tem coletivo. Outro dia eu estive fazendo umas aulas lá em casa, conversando com todo mundo: "Olha, a casa é um coletivo, de todos nós. Tem uma geladeira, que é uma peça coletiva, nossa, tem um fogão que é coletivo, nosso, cozinha para todos nós. Ninguém pega num prato e diz: Esse aqui é o meu. Não. Ele é dono de qualquer prato enquanto está usando ele. Mas além do coletivo, minha companheira, você tem, na mesma casa, o que é pessoal: seu sapato, sua roupa, seus anéis, seus brincos, seus óculos, tem um bocado de coisa que não é do coletivo; e tem que ser respeitado. Porque aquele desejo, que cada um de nós tem, de ter alguma regalia enquanto pessoa, é sagrado. Você não pode negar isso para ninguém". Quando eu estive na Albânia, os companheiros do Partido Comunista ficaram um pouco magoados comigo, porque eu critiquei isso. O individual, o personalismo, não pode estar acima daquilo que é social, daquilo que é coletivo, mas eles podem conviver juntos, desde que ele não seja nunca o que determina o desenvolvimento, as relações do poder, o entendimento, o saber. Se ele não é isso, ele convive, convive democraticamente, numa boa. Quem é que não gosta de ter de vez em quando o seu carrinho para sair de casa, num passeio? [ri] Agora ele pode ser maior, mais importante do que um ônibus, um coletivo? Não pode.

Você teve essa experiência eleitoral em 1982. Depois, você chegou a ser candidato a senador, não foi?

Em 1994, o partido, no Maranhão, precisava de um candidato ao Senado, para compor com o PDT [Partido Democrático Trabalhista], do Jackson Lago, e o PSB [Partido Socialista Brasileiro]. Resolveram me indicar e eu, de novo, depois de muita reflexão, terminei por aceitar. Depois, em 1988, o partido precisava de um candidato a deputado federal. De novo, o Mané sai candidato. Mas nenhuma das vezes eu ganhei. Agora para sindicato, minha filha, aí, sai de baixo. Se tiver um pelego bem ali, pode contar que ele não passa nem quatro anos, porque ele cai. Ele cai. Ele cai. Cai de braços abertos. Não tem jeito.

MILITÂNCIA PARTIDÁRIA, SINDICALISMO E COOPERATIVISMO

Tinha um grupo interno no PT do Maranhão, ao qual você era ligado, chamado PT de Aço. É isso mesmo?

É. O PT de Aço foi um grupo de companheiros petistas ligados à luta no campo. Tinha o Dutra, que era advogado, e nós éramos uma massa imensa de trabalhadores que quase não tinha voz dentro do partido. Aí criamos o chamado PT de Aço. Esse nome ninguém botou não, foi por acaso. O Vilanova, quando foi candidato a deputado – eu sou ferreiro, não é? –, ele disse: "Mané! Tu não queres fazer para mim uma placa de ferro?". Eu digo: "De ferro, não. Mas, se tu comprares uma placa de alumínio, eu faço". Aí ele comprou uma barra de alumínio grande, uma folha de alumínio grossa. Foi lá em casa. Eu mandei um companheiro professor chamado Jequié fazer o nome. Aí cortei tudinho, linha por linha, fazendo buraco. Quando ficou pronto, disseram: "Rapaz, e é de aço!" [risos]. Eu digo: "Não, é de alumínio". Rapaz! Pois não é que pegou? A partir daí, ficou PT de Aço. Como ele era o nosso líder principal, de massas, esse nome passou automaticamente para o grupo todo. O PT de Aço do Vilanova, do Mané, do Dutra. Aí, essa placa, nós botávamos ela num muro branco, encostava e botava tinta.

Era a matriz, para fazer pichação?

É, para fazer pichação. Placa de "aço", não é?

E a sua atuação, nos últimos anos, coordenando o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural?

Depois que saí de Pernambuco, em 1985, 1986, eu fui para o Maranhão, continuei militando no partido, mas a minha atividade principal não era dentro do PT como instância, era no movimento sindical e no associativismo de produção da agricultura familiar. Então a gente começou a trabalhar construindo cooperativas. Quando chegou em nove cooperativas, nós construímos uma central. A Contag terminou por assumir a luta pela construção de um cooperativismo de agricultura familiar. Então nós, hoje, criamos a Unicafes: União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária. A nossa grande guerra hoje é criar uma base econômica de sustentabilidade da nossa luta, da nossa militância, e também da nossa manutenção enquanto cidadão, enquanto pessoa. Porque esse negócio da gente travar uma luta baseada em recurso de terceiros, a gente termina às vezes se ferrando por isso. Então nos estatutos de tudo quanto é cooperativa nossa, está lá: 3% da nossa renda é para investir na luta da classe trabalhadora no campo político e social. Esses 3% são sagrados, é uma contribuição para disputar uma vereança, disputar uma prefeitura... A gente, que é trabalhador, não quer depender 100% de quem tem recurso acumulado. Se alguém quiser doar algum recurso para ajudar, bem; se não puder, temos que ter nossa própria fonte de apoio de nossas lutas, não é isso?

E a produção de vocês no Maranhão, hoje, é mais o quê?

A cultura do Maranhão era arroz, feijão, milho e mandioca. Mas, com a invasão de eucalipto e da soja, agora da cana-de-açúcar, do algodão, tudo se transformou em monocultura. E outra coisa, o Maranhão se transformou num grande criador de bovino. Então você lá só vê capim, arame e gado. Para recuperar uma área suamos muito. E não dá mais arroz que preste. Agora você tem que plantar culturas permanentes, árvore frutífera. Nós, desde 1994, já plantamos uns 2 mil hectares. E também fazemos a criação de pequenos animais. Começa pela abelha, vai à galinha, ao bode, ao carneiro. Depois nós temos as áreas de campo, onde estamos orientando a pegar seriema e ema, que estão em extinção, e colocar para reproduzir lá, para ter fartura. Por enquanto, estamos só pensando. Falta cercar nossas áreas. Porque, se botar elas soltas, elas vão embora, não ficam. Cercando três, quatro alqueires cada área, elas ficam lá reproduzindo, fica o veado, fica o caititu. Em

algumas áreas que ficam assim em boca de serra, que eles ficam mais escondidos, ainda sobra. Na planície, está tudo acabado. Então nós estamos agora travando uma guerra com todo mundo, mostrando para o meu companheiro Lula que agronegócio é uma continuidade dos que, na época da escravidão, tinham como mercadoria o próprio escravo. Porque, minha companheira, não fica nada no campo. Não fica peixe, não fica fauna, nenhuma ave, nem pássaro, nem cotia, nem paca, nem tatu. E o último que sai é o ser humano, que é obrigado a migrar porque não tem como ficar. Fica o quê? Só o veneno e as pragas. No Maranhão, toda a região do cerrado, e área de transição da Amazônia, está se transformando em deserto verde. É um deserto porque você vê o verde, mas não tem vida. Na área de soja, o agrotóxico é jogado de avião, cai nos rios, em todo canto, as águas ficam empestadas de doença; os peixes terminam morrendo, os animais, os pássaros... Quem é que sobra? As varejeiras, as moscas, porque elas só têm um dia de vida, reproduzem de novo... Como não tem o predador, não tem o gafanhoto, não tem o gavião, não tem a cotia, não tem o macaco, não tem ninguém que coma ela, não tem pássaro nenhum, não tem quem vença as varejeiras. E quem mais? Só tem o gado, porque esse veneno não mata o gado. Resultado: os rios estão tudo morrendo, porque, nas áreas ciliares de grandes igarapés, dos lagos, tudo é derrubado, os pés de boi pisam e tudo vai virando campo. E a gente gostaria que o nosso presidente, no próximo mandato, olhasse bem para o fortalecimento dessa produção da economia familiar que nós estamos fazendo, dentro desse princípio de zelo pelo meio ambiente. Essas plantas que foram destruídas e nós estamos trazendo para plantar de novo, árvores grandes como bacuri, pequi, ipê... Porque, se o agronegócio só quer tirar, e não botar, chega um ponto que nem soja a terra vai dar mais, vira torrão. Então a gente acha que, se chegamos e encontramos essas árvores, então, nós temos que deixá-las para o futuro. Vamos zelar pelas poucas que ainda restam em algumas montanhas, alguns boqueirões; e, onde é planície, estamos plantando de novo tudo, a palmeira, a macaúba, o caju, a mangaba... Vamos plantando também os outros; mas, principalmente, esses aí, porque geram alimento.

Como é que você vê o movimento dos sem-terra, o MST[13]? Você ajudou na organização desse movimento mas, depois, parece que você se distanciou dele.

Eu fui um dos que ajudaram a fundar, desde o primeiro momento, o MST do Rio Grande do Sul. Fui lá para ajudar a fazer a primeira grande ocupação. E levei para o Maranhão, também, a proposta, e ajudei a fazer lá o MST. Mas havia um pouco assim de conflito. Eram dois. Hoje um desses eles já superaram, que é o cooperativismo, mas, o outro, até hoje não reconhecem o movimento sindical como instrumento de luta pela reforma agrária. Nós achamos que o cooperativismo e o movimento sindical, mesmo com todas as falhas, são instrumentos importantíssimos na luta pela reforma agrária e a organização da produção, além de muitos outros direitos que a classe trabalhadora rural precisa. Mas a visão dos companheiros no início era: "Vamos ocupar, resistir e produzir na terra", mas sem criar cooperativas, porque achavam que o pessoal abandonava a luta; passava a melhorar a vida... [ri].

Não continuava na militância.

Mas acontece que os trabalhadores querem a terra por necessidade. Depois, com a cooperativa, eles continuam lutando por consciência de que é necessário fazer mudanças. Se você se preocupa só em ocupar, mas não tem a política de formação permanente, formação científica, filosófica e técnica, os companheiros que só queriam a terra para plantar e comer, e já tem ela, não querem mais lutar. É preciso despertar essa consciência filosófica e política de transformação, se não, não adianta. Então, essa parte nós vencemos. Hoje, já se entende que é preciso produzir e formar gente com esse entendimento de que a produção é que vai dar sustentabilidade, e o MST faz isso muito bem. A outra coisa... Nós somos amigos, a gente se respeita muito, demais. Tenho o maior respeito pelo João Pedro Stedile e por todos os outros. Mas o meu nascimento, meu berço, foi dentro da ótica da luta sindical; então, quando o sindicato passa a não cumprir o papel dele, ao invés de eu criar uma outra coisa no lugar do sindicato, a minha luta é para tirar os dirigentes que não estão mais servindo àquele

órgão; e colocar uns outros que retornem à luta. E nisso a gente não concorda bem. Então, eu nunca criei um outro instrumento porque, toda a vida, eu nasci fazendo sindicato; quando é pelego, a gente tira, derruba, bota outro, porque a gente quer ver os trabalhadores unidos no mesmo instrumento, na sua luta pela terra, pelos direitos que eles têm. E se eu começo a formar vários instrumentos...

Concorrentes, não é?

É, concorrentes. Dividindo a categoria. Não dá. Eu quero que ela se unifique, campo, cidade, no mesmo instrumento, tirando quem não está servindo e botando quem serve, quem está fazendo a luta. Então, eu só tenho incentivado dois grandes instrumentos, aliás, três: o *partido*, porque é necessário à tomada do poder, porque sindicato não nasceu para tomar poder, quem nasceu é partido; o *sindicato*, porque é quem mobiliza para a conquista do imediato, desde a questão da terra, passando por salário e tudo; não toma poder, mas ajuda a cobrar os direitos que a gente tem; e o *cooperativismo,* porque é uma forma que você tem de poder acumular o que você precisa para continuar nessa caminhada de transformação. Porque ali está o berço do entendimento. Sem solidariedade, sem coletivo não há mudança no plano político, cultural, ideológico, educacional, filosófico e técnico sem que sigamos na organização desses três grandes instrumentos. Fora outros que se organizam pensando em outras formas; às vezes, somente pensando em Deus, no céu, na religião, de forma isolada dos acontecimentos reais e concretos da vida. Agora instrumentos, mesmo, de luta, eu entendo que são esses três – partido, sindicalismo e cooperativismo. Ainda não vi coisa melhor do que esses aí para fazer essa luta. Se os companheiros querem fazer, a gente ajuda, apóia. Eu já ajudei a criar o MST, ajudei a criar o MLST[14]... Sabe o que é isso, não sabe? [risos] Mas não estou fazendo parte de nenhum, como dirigente. Eu ajudo, porque, num momento, temos um entendimento. Depois as pessoas começam a entender outra coisa. Aí eu digo: "Olha, então vocês vão indo, que eu vou ficando para cá" [risos].

É isso. Manoel, muito obrigado. Foi ótimo. Já o exploramos bastante...

Eu queria só dizer a vocês, antes de ir embora, que eu estou agradecido por ter vindo aqui nesta sede[15] que homenageia o meu companheiro, jornalista, que já faleceu [Perseu Abramo], e que a gente vai continuar nesse trabalho. E espero que cada um de nós que estamos vivos nessa luta seja um lutador ou uma lutadora, um transformador da sociedade. E quero dizer também que temos que pensar no futuro. Lula foi o melhor presidente que o Brasil já teve. Por que eu digo isso? Porque foi o único presidente que eu vi sentado em coletivo de trabalhadores e trabalhadoras de todas as categorias, trocando idéia, fazendo brincadeira, ele dizendo o que quer, nós dizendo o que a gente quer. Então, os camaradas lá em cima estão é com ódio. Com o Lula eu chego lá, converso, a gente troca idéia, troca opinião, não tem esse conflito entre nós. Eu tenho muito respeito pelo Lula, como ele é e como ele está agindo. A gente quer essa mudança, mas o presidente sozinho não muda os rumos desse país. Precisam ser milhões de homens, de mulheres, jovens, negros e brancos e amarelos. Fazer o quê em quatro anos? Num país que está com quinhentos e poucos anos de implantação de um modelo que passou a ser cultura, ser prática, de que os grandes mandam nos pequenos. Deixamos de ser escravos, que trabalhavam para ganhar comida e chicote, de ser uma mercadoria humana, para ser uma mercadoria força de trabalho. Hoje eu trabalho entendendo que nós temos que construir essa mudança. Mas ela não acontece apenas quando se chega lá no poder, no governo municipal, estadual, federal. Ela vai sendo construída a partir de onde se está, na comunidade, na fábrica, no assentamento, no município. Vamos construindo isso aos poucos, porque, senão, a gente chega lá de novo, e o povo não sabe o que é a nova sociedade. Vai se opor, pensando em coisas de imediato, e até derrubar de novo; e você, se quiser se manter, tem que impor nova ditadura. E ditadura não constrói. Nenhuma ditadura. Pode ser de direita ou de esquerda. Ela termina caindo. Para poder ter estabilidade cultural, econômica, ideológica, organizacional, você tem que ir construindo o novo dentro do velho. Porque senão você vai querer implantar com meia dúzia de pessoas, só, sabendo o que querem, e o resto não sabe, tem que engolir. Eu já abracei dois presidentes da República. Um

foi o Mao Tsé-tung, na China, o outro foi o Lula. Eu já disse para ele: "Lula, se tu continuar andando como até hoje, eu vou ficar junto contigo nesse PT até morrer. Não precisa pressa, precisa é ter firmeza". Eu vejo no Lula uma pessoa muito honesta, sensível aos problemas da classe trabalhadora e da sociedade como um todo. A gente precisa de um fôlego maior, para começar a construir algo sustentável, democraticamente. E essa coisa nova não pode ser apenas um movimento lá por cima. O povo só adere quando ele vê a olho nu, algo que seja palpável. Senão, meu companheiro, tu ficas no discurso intelectual a vida inteira, e mentindo para o povo, dizendo que vai mudar, mas não muda...

Notas

1 Movimento camponês iniciado em 1954, no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão (PE). Um de seus fundadores foi José dos Prazeres e teve entre seus líderes Francisco Julião, Clodomir de Moraes, João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira. As Ligas Camponesas existiram até 1964, quando foram colocadas na ilegalidade e perseguidas. Funcionaram basicamente nos estados do Nordeste, com maior força em Pernambuco, Paraíba e Alagoas. Cf. STEDILE, João Pedro e MANÇANO, Bernardo. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

2 Embora o Decreto-Lei nº 7.038, promulgado por Getúlio Vargas em novembro de 1944 como extensão da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), previsse a sindicalização rural, só a partir de 1962 é que os sindicatos rurais começariam a ser efetivamente reconhecidos. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1.asp>. Acesso em 27 fev. 2008.

3 Revolta popular ocorrida no Maranhão entre 1838 e 1841 contra o poder local e os grandes proprietários rurais que dominavam a região. Mesmo sendo um movimento com pouca organização e sem projeto político definido, conseguiu conquistar a cidade de Caxias, uma das mais importantes do estado. Para combater a revolta dos balaios, o governo enviou tropas comandadas pelo coronel Luís Alves de Lima e Silva, o futuro Duque de Caxias. O término do conflito somente foi obtido com a anistia concedida pelo imperador aos revoltosos sobreviventes.

4 Refere-se às primeiras eleições após o golpe de 1964, ocorridas em 3 de outubro de 1965. Com discurso democrata e tendo apoiado o governo de João Goulart antes da sua destituição, Sarney acabou por se tornar um dos principais nomes políticos do regime implantado em 1964. Foi candidato ao governo do Maranhão pela coligação UDN-PSP, com ostensivo apoio pelo presidente Castelo Branco. A eleição representou a primeira derrota política de Vitorino Freire, chefe político local. Com o bipartidarismo instaurado pelo AI-2, de 27 de outubro de 1965, Sarney incorporou-se à Arena, o partido do regime. Cf. DHBB/FGV, *op. cit.*

5 Central Única dos Trabalhadores, fundada em 28 de agosto de 1983, na cidade de São Bernardo do Campo (SP), no 1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, pelos setores mais combativos do sindicalismo brasileiro naquele momento. Muitas das principais lideranças que fundaram o PT, como Lula, Jacob Bittar e Olívio Dutra, entre outros, participaram também da fundação da CUT.

6 O *Pequim Informa* era um semanário produzido pelo Partido Comunista da China, com tradução para diversas línguas estrangeiras, como português, inglês e espanhol, e distribuição pelos movimentos comunistas nacionais. Durante a ditadura militar brasileira, a circulação deste periódico era muito restrita, limitando-se quase exclusivamente ao meio estudantil. Disponível em <http://www.vermelho.org.br>. Acesso em 28 fev. 2008.

7 Jornal da Ação Popular nos anos 1970, basicamente denunciava os crimes da repressão e a ditadura brasileira.

8 O maoísmo é concepção política comunista revolucionária baseada nos ensinamentos de Mao Tsé-tung (1893-1976), o principal líder da Revolução Chinesa, vitoriosa em 1949. É marcado pelo voluntarismo, atribuindo maior peso às condições subjetivas, isto é, à formação de uma vontade revolucionária no seio do povo, do que às condições objetivas da sociedade, ou seja, ao grau de desenvolvimento das suas forças produtivas. Discordando da idéia de que o modelo da Revolução Russa (uma insurreição armada de base operária que tome o poder de Estado e depois o consolide mediante a guerra civil) pudesse ser reproduzido em outros países, Mao, baseado na experiência chinesa, estabeleceu o modelo de "Guerra Popular Prolongada". Para a viabilização desta estratégia seria fundamental a implementação de uma "linha de massas", visando obter o apoio das maiorias durante o processo revolucionário, enquanto Lenin considerara que somente a vitória da revolução, conduzida por um partido de quadros profissionalizado, possibilitaria obter esse apoio, com o atendimento pelo governo revolucionário das demandas imediatas dos diferentes setores populares. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mao%C3%ADsmo>. Acesso em 3 abr. 2008.

9 O entrevistado refere-se ao livro publicado por dom Paulo Evaristo Arns e pela equipe do Projeto Brasil Nunca Mais, que denunciava com argumentos legais e com imensa pesquisa em documentos oficiais as arbitrariedades da repressão política, as torturas e as mortes cometidas pelo regime militar. Cf. *Brasil: Nunca Mais*. Arquidiocese de São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.

10 Nesta reunião, realizada no salão de festas do restaurante São Judas Tadeu, em São Bernardo do Campo, com a presença de 130 pessoas que representavam pelo menos seis estados, foi lançado oficialmente o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores. Cf. *Resoluções de Encontros e Congressos: Partido dos Trabalhadores*. Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política/Fundação Perseu Abramo (orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 40.

11 Mário Pedrosa era um dos mais destacados trotskistas do Brasil. Apolonio de Carvalho vinha originalmente do Partido Comunista Brasileiro, tendo participado posteriormente da luta armada contra a ditadura militar como fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Já Manoel, líder camponês, representava a corrente do socialismo cristão, materializada na Ação Popular, que posteriormente se vinculou ao maoísmo.

12 A Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) foi fundada em 22 de dezembro de 1963, no Rio de Janeiro. Na época existiam 14 federações e 475 Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Hoje são 27 federações que reúnem cerca de 4 mil sindicatos rurais e 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras do campo. O reconhecimento oficial da Contag ocorreu em 31 de janeiro de 1964, por meio do Decreto Presidencial nº 53.517. O golpe militar de 1964 resultou em intervenção na entidade e prisão e exílio de vários dirigentes. O Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) retomou a entidade em 1968, derrotando o interventor. Disponível em <http://www.cut.org.br/site/start.cut?infoid=12272&sid=119>. Acesso em 17 maio 2008.

13 Sobre o MST, ver nota 8 na entrevista de Antonio Candido, neste volume.

14 O Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) é um dos muitos movimentos político-sociais brasileiros que lutam pela reforma agrária. De acordo com o geógrafo Bernardo Mançano, da USP, é um pequeno movimento regional, que atua em Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo. Ficou nacionalmente conhecido em junho de 2006, quando pessoas ligadas ao grupo invadiram a Câmara dos Deputados. Cf. "MLST é grupo pequeno e não tem tradição de agir com violência, diz especialista". *UOL News*, 6 jun. 2006. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil/entrevistas/2006/06/06/ult2614u514.jhtm>. Acesso em 23 mar. 2008.

15 A entrevista foi realizada na sede da Fundação Perseu Abramo, entidade vinculada ao PT, na cidade de São Paulo.

Muitos Caminhos, uma Estrela

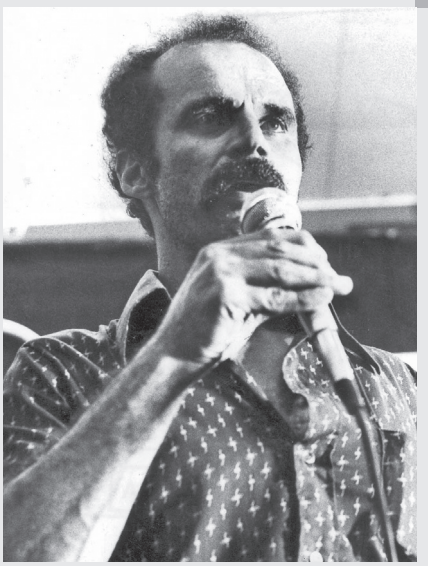


Memórias de Militantes do PT

Djalma Bom

ENTREVISTA REALIZADA EM SÃO PAULO (8 DE MARÇO DE 2005)

Página anterior:
Djalma Bom
na comemoração
dos trinta anos da
greve da Scania (2008).



Djalma de Souza Bom nasceu em Medina, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, em 1939. Migrou ainda criança para São Paulo. Após realizar um curso técnico, foi contratado como inspetor de qualidade da Mercedes-Benz do Brasil em 1963. Iniciou sua trajetória de militância no movimento operário da região do ABC ao ser eleito para a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), em 1972. Foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo entre 1975 e 1980, participando também do movimento pela criação do Partido dos Trabalhadores. Foi o primeiro presidente regional do partido, deixando o Diretório Estadual em 1983, mas retornando à presidência do PT paulista em 1985. Foi também coordenador do PT no ABC paulista e presidente do partido em São Bernardo do Campo. Em 1982, elegeu-se deputado federal pelo PT, obtendo a maior votação do partido: 164.398 votos. Na Câmara Federal, foi presidente da Comissão de Trabalho e Legislação Social e exerceu a liderança da bancada do PT. Em 1988, foi eleito vice-prefeito da cidade de São Bernardo do Campo pelo PT, acumulando o cargo de secretário de Governo até romper politicamente com o prefeito, Maurício Soares, que, contrariando decisão do PT estadual, apoiou o candidato do PMDB a governador nas eleições de 1990. Em 1992, concorreu sem sucesso à prefeitura da mesma cidade, e, em 1994, foi eleito deputado estadual, exercendo o mandato até 1999.

DO VALE DO JEQUITINHONHA A SÃO PAULO

Vamos começar falando da sua trajetória. Onde você nasceu, quem foram seus pais, quando é que você começou a trabalhar, quando é que você veio para São Paulo...

Eu vou completar agora, no dia 29 de março, 66 anos de idade. Nasci em Medina, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. É uma das regiões mais pobres do Brasil. As pessoas dizem que no Nordeste há bolsões de pobreza porque não conhecem o que é o Vale do Jequitinhonha. Nós éramos uma família muito pobre, meu pai, minha mãe, eu e mais quatro irmãos – dois irmãos e duas irmãs –, e, às vezes, não tenho vergonha de falar, nós comíamos um prato de farinha com rapadura. O primeiro calçado que eu fui colocar nos pés foi uma alpargata Roda, aqui em São Paulo. Eu não conhecia pão, não conhecia açúcar, conhecia a rapadura. A gente veio aqui para São Paulo em 1948. O Lula veio de Garanhuns em cima de um pau-de-arara. Isso era um transporte de luxo, comparado ao que eu vim: um caminhão basculante, sem cobertura, sem lugar para você segurar nem nada. O caminhão fazia uma curva para a direita, todo mundo se jogava para a esquerda, fazia uma curva para a esquerda, todo mundo se jogava para a direita. E foi uma viagem muito longa. Se a Rio–Bahia hoje é uma das piores estradas do Brasil, imaginem em 1948...

Seus pais eram trabalhadores rurais?

É. Quando meu pai casou com a minha mãe, ele tinha uma idade avançada, 56 para 57 anos. Ele era um artesão, trabalhava com couro, fazia chicote, laço, arreios. Eu me lembro do meu pai comprar o couro da vaca e esticar ao sol. Depois ele fazia as tiras, passava as tiras na boca assim, e trançava. Era um negócio incrível. Minha mãe era dona de casa, e, para ajudar a cuidar dos filhos, torrava café. Tinha um rio que passava próximo da cidade, e as pessoas usavam água do rio para fazer comida, para tomar banho, para lavar roupa, e aquelas famílias mais abastadas pagavam para as pessoas irem buscar água no rio e trazer para as residências. E minha mãe também carregava água. Logicamente a gente não deve ficar alegre pelas misérias que passou, mas a maior alegria que eu tinha era quando minha mãe ficava grávida. Porque tem um costume de, depois do parto, no resguardo, comer carne de galinha. E a gente, durante certo período, ajudava a minha mãe a comer a carne de galinha [risos].

Você é o filho mais velho?

Sou. Nós chegamos em São Paulo e fomos morar em São João Clímaco, que era um distrito do [bairro do] Ipiranga, agora é um bairro. Com 9 anos de idade eu fui trabalhar num restaurante na Rua Costa Aguiar, 1.127, como entregador de marmita. Agora imagina você, toda aquela privação, a fome que a gente passava... Eu ia entregar a marmita, se tinha quatro bolinhos, só chegavam três [risos].

Eu ia cedo para o restaurante, ajudava o pessoal a fazer a limpeza. Era uma família de italianos muito legal. Salvador Pellegrino era o dono do restaurante, e a mulher era a dona Anunciata. Me consideravam até como filho deles. Tinha o Clube Atlético Ipiranga, ali na Rua dos Sorocabanos, e o dono do restaurante era ipiranguista roxo. Depois que a gente terminava as atividades do restaurante, ia assistir os treinos do Ipiranga. De entregador de marmita, imediatamente eu fui promovido a garçom. Passei a servir um corredor, que tinha umas doze, quinze mesas. Eu fiquei uns dois anos trabalhando nesse restaurante. Não esqueço também que eu estava fazendo o primário ali no Grupo Escolar José Bonifácio. Depois, eu fui trabalhar numa fábrica de fogos de artifício. Essa identidade minha com italiano é uma coisa inexplicável. O dono da fábrica de fogos também era um italiano. Chamava-se Francisco Albanez. Esse era um artista. Em 1922, foi o centenário da independência, e ele fez a pirotecnia, os fogos de artifício, e foi premiado. Ele conhecia demais o negócio de fogos de artifício...

E essa fábrica era onde?

Também era em São João Clímaco. E eu peguei uma confiança muito grande com eles. E parece que esse negócio da comida estava sempre relacionado com a minha vida também. Eu trabalhava com eles na fábrica e na hora do almoço eu vinha buscar comida para eles no [bairro do] Sacomã, onde eles moravam, e eu almoçava com eles. Vocês sabem que italiano cozinha magnificamente bem, e eu consegui desfrutar das delícias do paladar italiano... No Quarto Centenário de São Paulo, em 1954, a prefeitura contratou a fábrica para fazer a festa, que foi no Parque do Ibirapuera. Quer dizer que eu participei da festa do Quarto Centenário de São Paulo. Eu trabalhava na produção, fazendo morteiros, foguetes, bombinhas... É um trabalho todo artesanal. Você só trabalha com as mãos; não tem máquina, por causa da periculosidade de mexer com explosivos. A gente confeccionava, depois viajava muito para fazer os espetáculos: fazia as armações, montava a peça de fogos. Era a família, o pai, quatro filhos... Acho que umas doze pessoas no total. Era uma empresa pequena. Eu me lembro que eu saí algumas vezes, depois voltava, eles chamavam... Eu também continuava estudando. Depois, quando eu tinha mais ou menos uns 17, 18 anos, comecei a pensar um pouco. Não tinha registro em carteira, não tinha nada, eu pensei: "Preciso modificar a minha vida. Preciso ter uma coisa com mais estabilidade". Em 1959, eu fui trabalhar na Produtos Químicos Fontoura, lá em São Bernardo [do Campo], por um ano, mais ou menos. Eu tinha concluído o primário, fiz um curso de inspetor de qualidade, aqui na Rua Roberto Simonsen, no centro de São Paulo, na Escola Técnica Conrada, era quase em frente ao solar da Marquesa de Santos... Depois, fui trabalhar numa fábrica de parafusos, lá em São João Clímaco mesmo, a Metalac. Aí eu arrumei trabalho na Mercedes-Benz, justamente em 1963, ano em que houve uma das maiores crises da indústria automobilística. Parou tudo. A empresa deu férias coletivas para os funcionários. E eu fui mandado embora. Mas, logo em seguida, em 1964, fui chamado outra vez e voltei a trabalhar na Mercedes.

Como era o movimento sindical nesse período, na Mercedes? Tinha mobilização?

Existia. Mas era uma coisa muito pequena. Logo em seguida, veio o golpe militar. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos era muito atuante nesse período. Tinha um pessoal que a gente não conhecia, não é? – o Afonso Monteiro da Cruz, o Janjão [João Justino de Oliveira]. Quando eu voltei para a Mercedes, eu era controlador de peça, inspetor de qualidade, e o rapaz que era operador de máquina, o Mário Ladeia, me sindicalizou. Depois ele veio a ser secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, fundou o MDB em São Bernardo, foi vereador, foi deputado estadual. Dentro das empresas, existia uma certa insatisfação por parte dos trabalhadores, mas também uma preocupação de não falar muita coisa, por causa da repressão. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo sofreu intervenção em 1964, houve a cassação da diretoria, colocaram uma junta. Quer dizer, o pessoal não falava muito. Mas nem por isso deixava de existir um certo grau de insatisfação. Não havia uma organicidade sindical, de os trabalhadores serem organizados dentro da fábrica, mas existia uma célula de protesto contra o arrocho salarial, contra a

forma que a empresa tratava os trabalhadores, contra a repressão das chefias, mas era tudo muito escondido. Eu não sei se é por causa da minha trajetória de vida, da miséria, da fome, das injustiças, eu nunca fui de aceitar qualquer tipo de injustiça, de perseguição. E dentro da Mercedes eu não agüentava era ver um chefe maltratar um trabalhador. Eu ficava nervoso, bravo, falava assim: "Você não tem o direito de tratar o trabalhador como você está tratando. Ele é um ser humano". Aí, em 1972, teve eleição para as Cipas, e eu fui eleito "cipeiro" na minha seção. Quer dizer que já havia uma certa confiabilidade e uma liderança modesta que começava a despontar.

A Mercedes, nesse período, tinha quantos trabalhadores?

Ah, uns 16 mil trabalhadores. Na minha seção, éramos uns 220, mais ou menos, fazendo o controle de qualidade das peças usinadas: motor, coletor, caixa de comando, virabrequim. A qualidade da peça era aprovada por nós. Essa função não existe mais. Mas, se eu já tinha um pouco de prestígio junto às pessoas, eleito "cipeiro" melhorou ainda mais. Nas reuniões da Cipa, eu discutia bastante, mostrava as irregularidades que existiam. Quando eu voltava para dentro da fábrica e via uma máquina, uma prensa, coisas que poderiam oferecer perigo para a integridade física do trabalhador, eu ia comunicar ao chefe, brigava com ele, dizia que aquilo não poderia acontecer. A filosofia das Cipas é: "Atos inseguros e condições inseguras". As condições inseguras eram responsabilidade da empresa, e os atos inseguros era o trabalhador que cometia. A maioria dos acidentes eram considerados atos inseguros. Essa foi a grande briga que eu tive com a direção da Mercedes, os gerentes de setores, mestres, contramestres, encarregados, mostrar para eles que às vezes não era ato inseguro, eram as condições oferecidas pela empresa que tinham causado o acidente, ou podiam causar um acidente. Depois eu fui reeleito como "cipeiro"...

A ENTRADA NO SINDICATO E AS GREVES DE 1978

Existe uma imagem, bem distorcida, de que as multinacionais davam excelentes condições de trabalho. Então eu queria que você falasse do tipo de problema que vocês enfrentavam. Tinha muito acidente? Tinha problema de insalubridade?

Tinha tudo. Insalubridade, periculosidade, todos os tipos de insegurança. A filosofia da empresa não era criar condições para que o trabalhador pudesse desenvolver a sua atividade. A filosofia da empresa, como uma empresa capitalista, era a seguinte: tinha a linha de montagem, e o que valia mais era a produção no final do dia. Tinha que produzir, independentemente das condições de trabalho. E não podia reclamar. O cara não tinha condições nem de ir ao banheiro para fazer as suas necessidades fisiológicas, porque ele tinha que estar ali, ao pé da máquina ou ao pé da linha de montagem. Se ele colocava os pneus nos caminhões, a linha ia andando, ele tinha que acompanhar essa movimentação. Se ele parasse de colocar o pneu para ir fazer as suas necessidades, automaticamente aquele caminhão ia passar sem o pneu. Quer dizer, ele tinha que ficar trabalhando, diuturnamente, prestando o serviço. O que valia para a empresa era a produtividade, tinha que tirar os 120 caminhões no final do turno. Bom. Tinha essa grande sacada do regime militar, os cursos de madureza ginasial e madureza colegial. O sindicato colocou em prática os seus cursos de madureza, eu fui fazer o ginasial lá. Foi quando eu topei de cara com o Lula, que coordenava a escola do sindicato. Fazendo o curso, eu comecei a tomar um pouco mais de conhecimento com a diretoria do sindicato. Minha atuação dentro da Mercedes não era um negócio organizado, com um objetivo claro. Eu ia trabalhando da minha forma, do meu jeito. A Mercedes sempre teve quatro diretores do sindicato, dois ficavam dentro da fábrica, fazendo o trabalho de

base, e dois ficavam no sindicato, cuidando da parte administrativa. E eles iam tirar dois diretores, o Rubão [Rubens Teodoro de Arruda] e o Machadinho [José Roberto Mori Machado], da Mercedes para levar para o sindicato. E eles estavam procurando duas pessoas novas para substituir os dois antigos companheiros que estavam saindo do sindicato, um chamado Sotero [Samuel Sotero dos Santos] e outro chamado Isupero. Eles arrumaram duas pessoas, mas uma, no fim, não topou ser diretor do sindicato. Aí eles me procuraram, para ser diretor do sindicato...

Isso ainda era na gestão do Paulo Vidal...

Era na gestão do Paulo Vidal. Foi em 1974. O Lula era só um dos diretores do sindicato. Aí me convidaram para fazer parte da diretoria. Eu lembro que falei com a minha ex-mulher e ela disse o seguinte: "Eu acho bom mesmo você ir, porque te dá estabilidade. Você briga muito. Assim eles não vão te mandar embora, não é?" [ri]... Aí, eu aceitei o cargo. Nesse primeiro mandato, nessa diretoria de 1975 em que o Lula foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, eu era suplente do Conselho Fiscal. Bom. Se eu como "cipeiro" já era um cara que infernizava a vida das chefias, dos encarregados, da segurança, da gerência da Mercedes, como diretor do sindicato, então... O meu primeiro ato foi falar para a minha chefia: "A partir de hoje, eu não trabalho mais para a Mercedes. A minha função, dentro da Mercedes, é desenvolver um trabalho sindical de conscientização e organização dos trabalhadores". E eu conquistei esse espaço. Houve um pouco de compreensão da chefia. Eles não toparam uma briga comigo, não. Eles falaram assim: "Ah, vamos deixar o Djalma fazer o que ele quer mesmo". Eu marcava o cartão e ia desenvolver a minha atividade sindical... Apesar de que a legislação não dava o tempo livre para o diretor do sindicato fazer atividade. Aliás, nem permitia que ele fizesse atividade sindical...

Até esse ponto, a Mercedes já tinha experiência de luta interna organizada? Já tinha tido greve de setor ou alguma greve da fábrica?

Não. Eu não me lembro. Existia alguma insatisfação, mas não era alguma coisa assim organizada. Depois que eu tomei posse, eu fui na secretaria do sindicato e falei: "Eu quero a relação de todos os sócios do sindicato que trabalham na Mercedes". Peguei a relação e me dirigi a esses trabalhadores, dentro da Mercedes: "Eu sou Djalma de Souza Bom, sou inspetor de qualidade, e fui eleito como novo diretor do Sindicato dos Metalúrgicos. Trabalho na seção tal. Vocês podem me procurar pra gente conversar sobre as coisas que acontecem aqui dentro da Mercedes e sobre as coisas que vocês precisam do sindicato". Depois disso, eu tinha como prática fazer, no mínimo, cinco sindicalizações por dia... Eu sindicalizei gente pra chuchu. E gozado é o seguinte: quando a pessoa me procurava para ficar sócio do sindicato, eu não aceitava, mandava ir ao sindicato. Porque, quando essa pessoa me procurava, estava interessada em se associar para desfrutar do barbeiro, da farmácia, do laboratório, do dentista. Esse tipo de sócio não estava dentro dos meus critérios prioritários. Eu queria, através de uma palestra, de um papo, de uma conversa, mostrar o que era o sindicato, para depois fazer a sindicalização. Se as pessoas já me respeitavam como "cipeiro", imagina como diretor do Sindicato dos Metalúrgicos. Aí eu mandava na seção. E a chefia não aceitava de jeito nenhum um cara do sindicato dentro de uma seção. Se tinha alguma máquina que poderia oferecer algum trabalho inseguro, tinha alguma perseguição ou qualquer coisa contra o trabalhador, eu me dirigia imediatamente a esse mestre da seção e dizia: "Você melhora a tua relação com o trabalhador" ou "Você trata a questão daquela máquina, para oferecer melhores condições. Se não eu vou colocar teu nome na *Tribuna Metalúrgica*"[1]... [ri].

Que era um instrumento de pressão forte...

Sim. Aí, coloquei uma mesa na porta do restaurante da Mercedes. O pessoal trabalhava em turno de revezamento. O horário de refeição começava às 10h30 e eu ficava lá de plantão até às 13h30. Levei os quadros de aviso do sindicato, tomei conta do pedaço. E, por trás disso, já tinha a cabeça do Lula. Eu me lembro muito bem quando o Lula me convidou para fazer parte da diretoria do sindicato. Ele foi muito franco, honesto e aberto

comigo: "Djalma, esse tipo de sindicalismo que até hoje é feito no Brasil não serve mais para a gente. Nós precisamos de um sindicalismo de contestação, de combatividade, um sindicalismo em que você não fica dentro do sindicato esperando que o trabalhador venha. Precisamos inverter essa ordem: nós é que vamos para a porta de fábrica, procurar o trabalhador e conversar com ele. E nós vivemos um momento de exceção, estamos em plena ditadura militar. Aqui pode acontecer qualquer coisa. Você pode perder o emprego, você pode ser preso, pode haver intervenção no sindicato[2], podem até desaparecer com você. Você topa fazer esse novo tipo de sindicalismo?". Eu falei: "Eu topo". Aí, além dessa clareza de objetivos do Lula, ele teve uma grande sacada, porque ele falou assim: "Para nós fazermos esse novo tipo de sindicalismo, a essência, a parte fundamental é o trabalhador. Se nós não tivermos o trabalhador, nós não vamos conseguir concretizar os nossos objetivos". Essa é a sacada, não é? A disposição da diretoria do sindicato, o carisma, a intuição e a liderança do Lula, e contarmos com essa parte essencial e fundamental que é o trabalhador. A partir daí... Eu me lembro que, antes da eleição de 1975, nós fizemos um seminário sobre marxismo, leninismo, sindicalismo, socialismo, mais-valia, e os professores foram o [Walter] Barelli e a mulher dele, a Lurdinha [Lurdes Maria Coelho Barelli]. Quer dizer, você não ia de alegre, não. As peças já iam mais ou menos começando a se integrar, tendo uma conotação de classe, ideológica...

Barelli já estava no Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos]?

Sim, ele já era diretor do Dieese. Eu me lembro que uma das primeiras perguntas do curso foi: "Quem nasceu primeiro, o capital ou o trabalho?". A partir desse questionamento, ia aflorando, ia se abrindo, uma discussão mais ideológica, de classe. Quer dizer, você que não tinha nenhum conhecimento já começa a se esforçar para conhecer. O sindicato também já fazia congressos, já discutia um pouquinho mais de política. Porque o Lula tinha uma clareza cristalina dos objetivos desse novo sindicalismo. Ele foi o fio condutor de tudo que aconteceu... Dentro da Mercedes, o Machadinho e o Rubão se afastaram. A diretoria do sindicato sempre colocou como membros da diretoria horistas[3]. Na Mercedes, fizeram uma inovação, colocaram um mensalista, que era um rapaz que chamava Silas [Aparecido dos Santos]. Ficamos eu e ele como representantes do sindicato. Eu tratando dos horistas, e ele dos mensalistas. E foi uma experiência ruim pra chuchu, porque esse Silas não fazia nada. Aliás, fazia muita coisa para a Mercedes, mas para o sindicato dos trabalhadores não fez nada. E eu fiquei com uma sobrecarga, porque tinha que cuidar das questões dos horistas, e, ao mesmo tempo, suprir essa deficiência desse companheiro que só tinha o nome de diretor do sindicato.

E nas outras fábricas grandes, nas outras automotivas, quem eram os diretores que estavam fazendo essa renovação?

Eu acho que essa ruptura foi muito mais uma iniciativa minha. Nós éramos 23 membros da diretoria do sindicato, porque o Paulo Vidal, que era presidente e depois foi substituído pelo Lula, era secretário-geral e ele acumulava o cargo de representante na Federação. E eu era o suplente do Conselho Fiscal, era um dos últimos cargos. Mas eu acho que a diretoria do sindicato achou interessante o trabalho que eu desenvolvia dentro da Mercedes, e eu comecei a freqüentar mais o sindicato. Eu já era requisitado para sair da fábrica e fazer cursos, participar de reuniões aqui em São Paulo, participar de dissídios coletivos e tudo. Em 1978, o Lula, mais uma vez, inova, mudando quase 70% daquela diretoria de 1975. Eu, que era suplente do Conselho Fiscal, já passei a tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos. Quer dizer, eu saio da Mercedes e viro diretor executivo, cuidando do patrimônio do sindicato. É um cargo muito importante. O pessoal falou assim para mim: "Djalma, como você vai ser tesoureiro, vai cuidar do dinheiro do sindicato, nós vamos escolher uma salinha para você lá no fundo". Eu falei: "Não. Eu sou tesoureiro, mas eu vim aqui, prioritariamente, para ser um representante dos trabalhadores. Eu não quero ficar escondido. Eu sei que a minha responsabilidade é cuidar do patrimônio do sindicato, mas o maior patrimônio que o sindicato tem são os trabalhadores que vêm aqui para me procurar". Você entrava no primeiro andar, logo de cara, tinha a minha sala. Eu ficava de frente, e o cofre assim, do lado [ri]. Bom. As pessoas falam que as greves aconteceram a partir de 12 de maio de 1978. Mas as greves começaram a acontecer a partir de 25 de abril de 1978. O grande divisor de águas de tudo o que aconteceu no

movimento sindical, no meu modo de entender, foi o discurso do Lula na posse de 1978, com 15 mil pessoas, lá na Vera Cruz[4]. Ele já tinha uma experiência de três anos, e foi muito claro e objetivo: "Companheiros, companheiras. Não adianta vocês atenderem ao pedido da diretoria do sindicato e irem às assembléias do sindicato. Não adianta vocês acreditarem e terem confiança na diretoria do sindicato. Para que a gente possa fazer uma ruptura com essa situação que nós vivemos, de arrocho salarial, de opressão, de repressão dentro da fábrica, de medo, a única coisa a fazer é o seguinte: cruzar os braços, parar as máquinas". Lula foi muito contundente. Dá para arrepiar, não é? Acho que a posse foi no dia 12 de abril. A Mercedes fazia o adiantamento no dia 25 e o pagamento no dia 10. No dia 25 de abril, os trabalhadores da manutenção, da ferramentaria e do transporte pararam porque não veio aumento. Foi a primeira grande reação. Eu me lembro que a Mercedes mandou embora dezoito trabalhadores. Eles nos procuraram no sindicato, mas não houve jeito. Aí, no dia 10 de maio, não veio aumento de novo. No dia 12, na Scania, eles descem do ônibus, entram na empresa, se dirigem para o vestiário, trocam de roupa, chegam ao pé da máquina e não ligam a máquina. É a concretização da mensagem do Lula: "Máquinas paradas e braços cruzados". Nessa segunda gestão, os diretores já estavam todos trabalhando mais dentro dessa linha, o Lula fez uma renovação. Eram pessoas já afinadas com o discurso, já sabendo o que podia acontecer. Já existia uma certa consciência de classe entre nós: "Ó bicho, não tem jeito. Isso aqui não tem mais volta, não". Na Mercedes, ficamos eu e o Rubens na diretoria efetiva, e entraram o Juraci [Batista Magalhães] e o Cláudio [Roberto Rosa], que ficaram dentro da Mercedes...

A Mercedes, então, era um foco irradiador importante...

Não. É bom a gente especificar direitinho, para não dizer que a gente está cometendo algum tipo de injustiça. O ABC sempre teve uma tradição de luta e de organização sindical. Em 1946, o Armando Mazzo, um operário comunista, foi eleito prefeito municipal de Santo André, que é vizinha de São Bernardo do Campo... O Partidão [Partido Comunista Brasileiro] já teve muita força entre o operariado organizado. Depois que vem a indústria automobilística, São Bernardo cresce e há uma maior concentração de trabalhadores nas montadoras. Claro que é preciso saber se você tem disposição de organizar os trabalhadores, de desenvolver um trabalho sindical ou não tem. Nós tínhamos essa disposição, e logicamente a concentração de trabalhadores nas grandes empresas facilitou. Acho que tinha uns 160 mil metalúrgicos, e quase 80, 90 mil estavam concentrados nas montadoras, que eram a Volks, a Mercedes, a Ford, a Scania, a Chrysler e a Karmann-Ghia. Só na Volks, tinha uns 44 mil, 45 mil funcionários. Quer dizer que isso aí facilitava justamente aquele trabalho sindical proposto pelo Lula, que não era de você ficar esperando o trabalhador dentro do sindicato, mas de ir na porta da fábrica. Se você fosse esperar que o trabalhador se dirigisse ao sindicato, teria uma dificuldade muito grande, porque as montadoras forneciam a condução. Quer dizer, ele terminava o turno de trabalho e ia para casa. Mas a gente fazia sindicalismo 24 horas por dia. Seis horas da manhã, nós já estávamos em porta de fábrica, na hora do almoço, porta de fábrica, saída, porta de fábrica. A gente perturbava tanto a vida dos trabalhadores que, às vezes, chegávamos em Diadema, onde as fábricas eram menores, os caras estavam jogando futebol, a gente fazia eles pararem o jogo para falar sobre sindicalismo [ri]. Eles estavam jogando truco, parava o truco para falar sobre sindicalismo. Às vezes, eles diziam: "Pô, esse cara do sindicato enche o saco, cara". Quer dizer, foi um trabalho de perseverança muito forte, de acreditar no projeto e na intuição do Lula, no que podia acontecer. E havia também uma integração desses compromissos dos trabalhadores e da diretoria. Quando eu desenvolvia atividade sindical dentro da Mercedes, às vezes, eu era o verdadeiro confidente de alguns companheiros, de problemas particulares, dele, da mulher, dos filhos... Falavam: "Djalma, como é que a gente resolve?". Havia essa troca de compromisso e essa confiabilidade. E por que isso? Porque, na diretoria do sindicato, o Lula nunca disse: "Aqui tem uma vanguarda que vai na frente e vocês vão acompanhar". Não. Lá tinha uma união, uma ação conjunta da diretoria do sindicato com os trabalhadores. E isso pegou muito forte. Quando a gente chegava na porta da fábrica, os trabalhadores todos nos recebiam e falavam: "Ó, o pessoal do sindicato está aí".

Vocês tinham uma rede social de amizade, de confiança...

Foi-se estabelecendo... E a gente teve sucesso também naquela primeira greve. O sindicato, no primeiro momento, não assumiu que foi ele que promoveu a greve, por causa da repressão. Mas, dentro da Scania, tinha o Gilson [Luís Correia de Menezes], tinha o Severino [Alves da Silva], que eram dois diretores do sindicato. Companheiros *porretas*. E tinha outros ativistas sindicais, que eram a fina flor da combatividade. Quer dizer, publicamente, a gente não quis assumir, mas a greve, logicamente, tinha acontecido a partir de todo um trabalho, e o próprio discurso do Lula na posse, praticamente, fez a decretação das greves.

DO NOVO SINDICALISMO À PROPOSTA DO PT

Aí vocês viraram uma referência nacional. Lula se torna a personificação do novo sindicalismo. Dessa renovação no sindicato para a discussão do PT, como é que foi?

Então. Essas coisas foram se somando: faz greve, pega melhores salários, melhores condições de trabalho... Mas partido político era o MDB – a Arena nem se contava –, e, se o MDB teve alguma participação, foi muito mais tentando capitalizar do que contribuir... Aí a coisa começou a ganhar uma conotação não-sindical, mais político-partidária. Os trabalhadores falavam assim: "Está faltando ônibus lá na rua, no bairro que eu moro"; "A creche não funciona!"; "Ó, não tem saneamento básico. O posto de atendimento na saúde, lá, também não existe". Aí o Lula, na hora, saca isso aí. Eu me lembro muito bem, parece que foi em junho de 1978, teve um congresso de trabalhadores na Bahia[5]. Já estava-se falando em pluripartidarismo, na reforma partidária, e o Lula disse mais ou menos o seguinte: "Somente a classe trabalhadora será capaz de formar o seu partido". Isso teve repercussão. Numa reunião da diretoria do sindicato, ele falou assim: "Nós precisamos começar a pensar na formação de um partido político". Alguns concordam, outros discordam, acham que a coisa tem que amadurecer mais... No início, o próprio Lula era contrário, mas, depois, ele começou a perceber. Ele declara que o sindicato é para resolver os atritos entre o capital e o trabalho, e o partido político é para mudar a sociedade. E havia essa necessidade, sentida pelos trabalhadores, que tinham o sindicato como instrumento de luta, de um instrumento político, para que pudessem chegar no seu local de moradia e lutar por melhores condições de residência, de saúde, de creche, de educação, transporte... A partir daí, essa coisa começa a ganhar corpo, vai para a sociedade. Uns acreditam, outros não acreditam. Houve muita resistência, de uma forma sacana, não é? Os caras falavam que era o "partido dos macacões do ABC", que essa proposta não ia para a frente. A imprensa publicava: "Mas onde já se viu, é muita pretensão destes metalúrgicos!". Achavam que não ia cumprir a legislação. Mas a coisa foi para a frente, com todas as dificuldades que a gente teve.

Vocês tinham contato com os políticos de São Paulo, com os grupos da esquerda mais organizada?

Então. Na campanha de 1974, eu, como diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, na Mercedes, fiz campanha para o Nelson Fabiano [Sobrinho] e para o [Alberto] Marcelo Gato, que era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos e teve 102 mil votos. Quer dizer que tinha uma participação. Fizemos campanha em 1976 para eleger o [Antonio] Tito Costa prefeito de São Bernardo, o Lula foi para o palanque. Em 1978, houve aquela conversa toda, nós fizemos campanha para o Fernando Henrique Cardoso, como o segundo candidato do MDB[6]. O Dr. Maurício Soares era o primeiro suplente na chapa. A grande verdade é que, depois das greves de 1978, São Bernardo do Campo passou a ser a grande referência do que estava acontecendo de novo na política brasileira. O pessoal que voltava do exílio passava por São Bernardo do Campo, todo mundo queria conhecer o Lula, os metalúrgicos do ABC: Fernando Henrique Cardoso, Almino Affonso, Gregório

Bezerra, [Leonel] Brizola, [Miguel] Arraes... Eu acho que a intenção do Lula, de formação do Partido dos Trabalhadores, não era uma proposta fechada. Aconteceram vários encontros abertos, em São Bernardo do Campo, com a presença de muitos intelectuais, pessoas ligadas à Igreja, pessoas ligadas aos outros partidos. A gente levava em consideração a existência do MDB, mas a idéia era formar o Partido dos Trabalhadores, e se discutia isso de uma forma aberta. Teve a idéia, também, da formação de outro partido além do PT. Vocês não imaginam as dificuldades para a formação do Partido dos Trabalhadores. A própria legislação cerceava a criação de partidos políticos. Nós tivemos que nos desdobrar para cumprir as exigências para o registro provisório do PT. Em São Paulo, o partido tinha que ser constituído em 20% dos quinhentos e poucos municípios... Depois, eu fui presidente do diretório estadual do PT. A gente viajava para o interior, sem nada, com um fusquinha velho, e não tinha dinheiro. Naquele período, à meia-noite, os pedágios abriam, podia passar de graça. E nós ficávamos esperando... Para a gente alugar uma sala na Praça Lauro Gomes, em São Bernardo, que foi o primeiro núcleo do PT, tivemos que fazer um livro de ouro. Quer dizer, legislação adversa, questão econômica difícil – todo mundo já estava desempregado – e as questões políticas: a resistência por parte do MDB e a resistência muito maior ainda por parte do Partidão, que dizia o seguinte: "Os trabalhadores do Brasil não precisam de outro partido. Já existe o partido dos trabalhadores, que é o PCB". Quer dizer, foi tudo com muita dificuldade.

AS GREVES DE 1979 E 1980 E O CERCO DOS MILITARES À "REPÚBLICA DE SÃO BERNARDO"

Mas, voltando ao sindicato, como é que foi o final desse mandato do Lula?

Nós fomos bem-sucedidos na greve de 1978, fizemos um acordo extraordinário: na prática, nós arrebentamos com o arrocho salarial, com a política salarial da ditadura militar. O Lula virou a grande referência, a grande liderança nacional, o grande interlocutor da classe trabalhadora, a nova liderança, com seu carisma e tudo. Os trabalhadores conseguem, através do Lula, ter o seu interlocutor. Em compensação, do lado do sindicato patronal, dos empresários, eles não tinham interlocução. Aí vem o ano de 1979. Se nós fomos bem-sucedidos nas greves de 1978, foi porque pegamos a classe patronal de "calças curtas". Quando chegou 1979, as coisas começaram a complicar. Porque a Fiesp [Federação das Indústrias do Estado de São Paulo] já se organizou melhor para se contrapor aos nossos objetivos. Os olhares dos militares e da classe patronal já ficaram em cima do que São Bernardo poderia fazer. Houve mudança de governo, sai o [general Ernesto] Geisel, entra [o general João Baptista] Figueiredo. Ele tomou posse dia 15 de março de 1979 [ri]. As greves começam dia 13 de março de 1979. Alguns disseram que nós estávamos fazendo uma provocação. Mas não era verdade. A greve de 1979, logicamente, já foi uma greve completamente diferente. Se em 1978 a greve aconteceu dentro da fábrica, com as máquinas paradas, os patrões já se organizaram para não deixar entrar na fábrica. O que nós fizemos? Falamos o seguinte: "Nós vamos fazer a greve do mesmo jeito, mas vamos fazer a greve fora da fábrica". Agora, fazer a greve dentro da fábrica é uma coisa, fazer a greve fora da fábrica é outra completamente diferente. Mas mesmo assim a gente faz a greve de 1979.

Aí já é uma greve da categoria...

Sim... Porque, na greve de 1978, havia negociações com o Sinfavea [Sindicato dos Fabricantes de Veículos Automotores], e ela acabou acontecendo com a indústria de autopeças, com fundição e tudo, mas



No centro da foto, Lula e Djalma Bom durante entrega de certificados do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1977.

não foi assim que ela foi decretada. Em 1979, sim, foi uma greve com toda a categoria, o sindicato decretou a greve: "Greve geral dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, a partir da zero hora do dia 13". Foi uma greve preparada, organizada, conscientizada e decretada pela diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos. Bom. Greve, pauta de reivindicação. A Fiesp, então, muito bem preparada. Nós também, muito bem preparados. Mas aí não tem interlocução: a Fiesp não quer negociar. E o Lula se preparando, a diretoria querendo negociar, e não tem negociação. Bom. Impasse. O Lula procura uma negociação com a Fiesp e com o ministro do Trabalho [Murilo Macedo]. Em 15 de março de 1979, o TRT [Tribunal Regional do Trabalho] julgou a greve ilegal, mas ela se prolongou por quinze dias. Aí tem a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos, o afastamento da diretoria. É a primeira vez na história do sindicalismo no Brasil que, mesmo a diretoria sendo afastada do sindicato, ela tem o total reconhecimento por parte dos trabalhadores, que só aceitam conversar com o patrão com a presença de um diretor do sindicato. Os patrões pedem uma trégua de 45 dias. O sindicato aceita discutir a trégua. Realiza-se uma assembléia no estádio da Vila Euclides[7], e os trabalhadores aprovam a trégua, suspendendo a greve e voltando ao trabalho. Durante a trégua, o Lula negocia com Murilo Macedo, faz um acordo. Não era um acordo que interessava à categoria, mas lá na assembléia, na Vila Euclides, já se sabia que, se a greve fosse suspensa naquele dia, a diretoria do sindicato poderia ser reintegrada. Tinha essa coisa no ar. E os trabalhadores, numa assembléia de 100 mil pessoas, diziam o seguinte: "A volta da diretoria ao Sindicato dos Metalúrgicos é mais importante para nós do que o aumento"...

E o que acontece?

Aí o Lula pede um voto de confiança, eles aprovam, e a diretoria é reintegrada ao sindicato. O Lula me disse: "Djalma, o Ministério do Trabalho vai levantar a intervenção e nós vamos voltar para o sindicato". Eu falei: "Ó Lula, eu quero dizer uma coisa para você. Nós não temos nada que ver com o Ministério do Trabalho". O Lula perguntou: "O que é que você está propondo?". "Eu estou propondo que o que nós deveríamos levar em consideração é se a categoria nos aceita ou não. Se a gente fez a coisa errada ou fez a coisa certa. Então, você deveria marcar uma assembléia e explicar para a categoria que nós queremos saber se eles nos aceitam de volta ao sindicato". Se você vir o filme *Linha de montagem*[8], é um dos momentos mais emocionantes, porque, quando o Lula faz essa votação, ele chora igual uma criança. Ele fica assim... [Djalma se emociona.] Quando termina a votação, o pessoal começa a se levantar, bater palma, ele começa a chorar. Bom. Nós voltamos para o sindicato em junho de 1979. A data-base do Sindicato dos Metalúrgicos era 1º de abril. Começávamos as nossas campanhas salariais em janeiro – preparar a categoria, com as assembléias, com boletim – para chegar em abril com a categoria em ponto de bala. Nós começamos a campanha salarial de 1980 em agosto de 1979 [ri]. O Lula foi intimado a ir à Delegacia do Trabalho para explicar isso. E nós continuamos, não é? Tínhamos a *Tribuna Metalúrgica*, que era mensal. Ela começou a sair semanalmente. Eu tinha lido um livro que ganhei de presente, o *Germinal*[9]. Vocês leram? Se vocês se lembrarem do livro, eles tinham um fundo de previdência. Bom. Nós fizemos a greve de 1978 com o sindicato, com toda a estrutura. Na greve de 1979, houve a intervenção, o afastamento da diretoria, nós ficamos sem lenço, sem documento... O que é que a gente fez? Quando voltamos para o sindicato, eu, como já tinha lido o livro, tive a idéia da criação do fundo de greve...

Porque você era o tesoureiro do sindicato...

Eu era tesoureiro do sindicato. Falei para o Lula, e ele falou: "Legal". Mas a nossa idéia do Fundo de Greve não era [ri] – jamais – para pagar os dias para o trabalhador. Como é que nós poderíamos, o trabalhador contribuindo com 10 reais por mês, pagar um dia dele, se ele ganhava 200? A minha idéia, na formação do fundo de greve, era ter um instrumento de luta a mais. Você estava conscientizando o trabalhador para ele contribuir para o Fundo de Greve porque ele ia fazer greve. Você não tinha liberdade e autonomia sindical... Mas nós não fazíamos as reuniões só no sindicato, só na porta de fábrica. Fazíamos reuniões nos bairros. E aí virou um inferno, não é? Aumentamos a propaganda com publicidade, o informativo, e o *Linha de montagem*... Usávamos qualquer instrumento para chegar perto do trabalhador, conversar... Trabalhávamos 24 horas por dia. O que nós trabalhávamos antes, nós começamos a trabalhar em dobro.

Quem eram as outras pessoas do sindicato?

Ah, tinha o Severino, da Scania, que eu destaco, tinha o Devanir [Ribeiro], que era da Volks, que eu destaco... Bom. O sindicato passou a ter uma freqüência de 2 mil, 3 mil, 5 mil pessoas participando cotidianamente. Assembléia, reuniões, mobilizações, o Lula conversando, eu conversando, todos conversando. Um negócio incrível. Vem 1980. Pelo respeito, pela consideração e pela referência que era o Sindicato dos Metalúrgicos, aquele voto de confiança do Lula não pegou muito bem, harmonicamente, nos nossos ouvidos nem nos dos metalúrgicos [ri]. Quer dizer, nós tínhamos um desafio em 1980. E a gente deixou a categoria em ponto de bala. Decretação da greve de 1980. Primeiro, segundo, terceiro, quarto, sexto dia... Vou contar um segredo para vocês. Os principais oradores nas assembléias éramos o Lula e eu. Todo dia tinha assembléia. Para vocês terem uma idéia, teve um dia que o Lula falou: "Ó, meus companheiros, o seguinte. Amanhã não vai ter assembléia. Vocês vão pescar" [risos]. Acredita que foi todo mundo pescar? [risos] Aí, quando chegou lá pelo 13º ou 14º dia, o Lula falou para mim: "Djalma, o que é que nós vamos fazer? Eu não tenho mais nada o que falar". Eu falei: "Pô, se você não tem mais nada, imagina o Djalma" [risos]. Aí ele falou: "Cara, a incompetência desses militares é tão grande. O que eles deveriam fazer era intervir no sindicato e nos prender". Um negócio profético. A grande verdade é que a greve estava num processo de esvaziamento.

E veio a prisão...

Quatro ou cinco dias depois, os caras intervêm no sindicato, cassam e prendem a diretoria. Nem todos. Mas prendem o Lula... Montaram um aparelho repressivo tão forte que, no sábado, 6 horas da manhã, na mesma hora que estavam prendendo o Lula, estavam me prendendo e prendendo o Devanir. O Dops [Departamento de Ordem Política e Social][10] cercou quase um quarteirão inteiro onde eu morava, lá na Vila Vivaldi. Aquilo ali pegou mal pra chuchu, mas para nós foi ótimo, gerou uma repercussão enorme. Tinha uma assembléia marcada para o sábado, às 10 horas, e os caras nos prendem às 6 horas da manhã. Aquilo envenenou os metalúrgicos, não é? "Eles foram presos porque estavam lutando por vocês". Aí, meu, a greve, que estava num processo de esvaziamento, com as nossas prisões, com a operação que foi montada pelo Dops e pelos milicos, ganhou uma envergadura muito grande. Foi uma greve que durou 41 dias. Quando nós fomos presos, a greve estava no 17º dia. Depois das nossas prisões, mais 24 dias.

E vocês ficaram presos quanto tempo?

Trinta e um ou trinta e dois dias. A prisão aconteceu no dia 17 de abril de 1980... Não teve tortura física. Lógico. Mas a prisão em si é uma coisa muito dolorosa. Só de você pensar que está preso te machuca psicologicamente, te maltrata muito. Nós ficamos numa cela enorme, dezoito pessoas. Eles prenderam o Lula, o Devanir, me prenderam, prenderam o irmão do Lula, o frei Chico, prenderam gente que não tinha nada a ver, não é? Uma coisa legal aqui. Nós fomos presos e estávamos lá no Dops, em São Paulo, numa sala, esperando, para nos ficharem. Daqui a pouco, eu vejo chegando o José Carlos Dias, o Dalmo Dallari e não sei mais quem. Aí eu falei: "Lula! Pô, rapaz, daqui a pouco nós vamos ser soltos". Daqui a pouco, eles vieram lá para dentro. Tinham sido presos também [risos]. Teve também a questão da incomunicabilidade, aquele negócio dos oito dias lá, sem você ler jornal, sem saber as horas, sem nada... É muito difícil. Você ficar ali, os dezoito caras, naquele corredor enorme... O Lula sofreu demais na cadeia. Por exemplo, todos os dias nós prestávamos depoimento gravado. Os depoimentos do Lula eram por escrito, duas, três, quatro vezes por dia. Ele descia – nós ficamos lá no porão –, daqui a pouco, meia hora depois, o cara subia com ele. Um dia chamaram o Lula. Falamos: "Vai ser mais um depoimento por escrito". Daqui a pouco, ele voltou. Eram uns beliches enormes assim, eu estava assim, encostado. E ele encostou a testa no beliche, as lágrimas começaram a escorrer. Eu falei: "Lula, o que é que aconteceu?". Ele falou assim: "Minha mãe morreu". Bom. Nós fizemos uma greve de fome, também, de quatro dias. Porque nós achávamos que precisávamos fazer alguma coisa também dentro da cadeia, para que os metalúrgicos pudessem se fortalecer mais, ganhar ânimo. Durante a greve de fome, eles fizeram uma assembléia na Praça da Matriz, terminaram a greve e o dom Cláudio [Hummes], que era o bispo de Santo André, se dirigiu lá para o Dops, para pedir que nós suspendêssemos a greve. Eu não sei se foi dois ou três dias depois, também nos liberaram.

Mas vocês ainda tiveram que enfrentar o processo...

Nós fomos enquadrados na Lei de Segurança Nacional[11]. Aí, tinha aquele negócio dos depoimentos na Justiça Militar, aquela canseira toda. O importante era que a gente estava sofrendo, mas, ao mesmo tempo, não houve um esvaziamento das notícias sobre o que estava acontecendo. Ficou tudo muito em evidência. Depois, fomos condenados, aqui em São Paulo, na 2ª Auditoria da Justiça Militar, eu, a três anos e meio, o Lula, três anos e meio, os outros, eu não me lembro quanto foi[12]. Aí teve recurso para Brasília. Fomos lá no Superior Tribunal de Justiça e fomos absolvidos. Tem uma coisa muito legal também, dentro da prisão [ri]. Depois do período da incomunicabilidade, recebíamos os advogados... E o Lula escrevia bilhetes durante a noite ou na parte da manhã. Quando os advogados chegavam, ele mandava os bilhetinhos para serem lidos nas assembléias [risos]. Depois, fomos absolvidos e eu fui mandado embora da Mercedes. Mas já tínhamos o Fundo de Greve, não é? O sindicato na mão do interventor, e nós, lá, com o sindicato paralelo, do Fundo de Greve; com sede, com tudo. Nós não tínhamos dinheiro, nada, todo mundo numa pior. Todo dia 10, eu ia para a porta de fá-

brica pedir dinheiro para a manutenção do Fundo de Greve. A gente ia com umas toalhas, uns lençóis, para juntar o dinheiro que os caras davam. Para sustentar o Fundo, não é? Pagar o aluguel, fazer material e tudo. O interventor estava lá, o prédio estava lá, mas o sindicato mesmo era o Fundo de Greve, que era ali perto da cooperativa da Volks. Houve alguns que desbundaram[13] na diretoria do sindicato. Alguns foram procurar o que fazer. Aí o Lula chamou os outros e falou assim: "Ó, pessoal, o seguinte. Não é isso aí que a categoria espera da gente, não. Cada um só vai cuidar da sua vida, se é que vai cuidar, depois que nós restabelecermos a normalidade da vida do sindicato".

O que era essa normalidade, para o Lula?

Era o seguinte: um processo eleitoral, com chapas concorrendo, em que os metalúrgicos pudessem votar, colocar um presidente do sindicato e uma diretoria eleitos. Ele também me disse: "Tem mais um problema, Djalma. Eu estou com o negócio do PT, estou requisitado para viajar pelo Brasil inteiro, e não tenho condição de cuidar dessa tarefa nova que é o restabelecimento da normalidade na vida do sindicato. Você vai ficar incumbido disso aí. Você topa?". Eu falei assim: "Ah eu topo! Mas, e aí? Você não vai ajudar em nada?". Ele falou: "Eu vou te dar algumas ajudas". Eu falei: "Qual?". Ele disse: "Espera". Aí o Lula teve mais uma das suas grandes façanhas. Tinha o interventor no Sindicato dos Metalúrgicos, que era de confiança do ministro do Trabalho, Murilo Macedo. O que é que o Lula fez? Foi conversar com o Joaquinzão [Joaquim dos Santos Andrade], que era o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: "Joaquinzão, você precisa falar para o Murilo Macedo que não adianta ele continuar com o interventor lá, no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, porque a minha diretoria continua lá, fazendo o sindicalismo melhor do que antes, porque eles não têm que prestar conta para o governo nem para ninguém". Aí o Joaquinzão falou: "O que é que você está querendo?". O Lula falou: "Faz o seguinte. Você fala para o Murilo Macedo colocar uma junta lá em São Bernardo, para que eles possam devolver a normalidade ao sindicato. Mas não fala que foi eu que te falei, hein, fala que isso aí é idéia sua". Como Joaquinzão era de confiança do Murilo Macedo, ele mordeu a isca.

Joaquinzão foi fiel ao Lula...

Foi fiel ao Lula. O Murilo Macedo falou: "Está bom. Mas colocar quem?". O Joaquinzão: "Pode deixar, que eu coloco gente de confiança". Quando ele falou para o Lula que o Murilo Macedo tinha mordido a isca, o Lula já tinha a junta pronta. Colocou o Afonso Monteiro da Cruz [ri], o Janjão, que era compadre, e mais dois caras que eram de confiança da diretoria e do Lula. O Murilo Macedo suspende a intervenção, coloca a junta numa terça-feira. Na quarta-feira, está toda a diretoria dentro do sindicato [ri]. O Afonso falou assim: "Quem representa aqui são vocês, eu não mando nada aqui" [ri]. Aí começou o processo da eleição de uma nova chapa. Eu estava incumbido desse processo, e a maior dificuldade era achar quem quisesse ser diretor do sindicato. Quando o cara queria, a mulher não deixava, quando a mulher deixava, o cara não queria. "Pô, vocês estão loucos? Quem é que vai substituir o Lula?" Mas, com muito sacrifício, com muita disposição, com muito contato, consegui formar uma chapa para concorrer, encabeçada pelo [Jair] Meneguelli. Eu sempre fazia as coisas consultando o Lula. E tinha o pessoal do Osmarzinho [Osmar Mendonça], do Wagner [Lino] e do Alemãozinho [Enilson Simões de Moura], que queriam fazer parte da diretoria do sindicato, mas o Lula não concordava. Era um pessoal ligado ao MR-8 e a outras coisas que eu nem sei [ri]. Até hoje eu não consegui descobrir. Como o Lula não concordou que eles fizessem parte da diretoria, eles formaram uma chapa, que o Osmarzinho encabeçou. O Lula falou assim: "Ó, Osmarzinho, vocês são muito pretensiosos. Vamos fazer o seguinte. Se vocês tiverem mais de 10% dos votos da categoria, eu pago um jantar para vocês, com uma cervejada" [ri]. Eles tiveram 9% [risos]. Aí acontecem as eleições, a posse da diretoria, volta a normalidade. Normalidade para nós, porque as greves continuavam, e não tinha jeito de parar. Aí eu começo a me dedicar mais ao PT...

A FUNDAÇÃO DO PT, O INÍCIO DA CONSTRUÇÃO PARTIDÁRIA E A CAMPANHA DE 1982

Você estava na reunião de fundação, no Colégio Sion?

Não. No dia do Sion eu não estava. Mas antes, já na reunião de outubro de 1978, em São Bernardo, eu estava. Na comemoração dos 25 anos do PT, se comentou muito a respeito do Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, em Lins[14]. Alguns falam que a proposta da criação do PT foi proposta de um, foi proposta do outro. Essa proposta da criação do PT através do congresso dos metalúrgicos o Lula sempre foi contra, eu sempre fui contra, dentro daquela visão de que o sindicato não pode ser correia de transmissão. Se você acha que o sindicato não pode ser correia de transmissão do partido, como é que você propõe a criação de um partido num congresso de metalúrgicos? Essa proposta que surgiu no Congresso de Lins foi muito mais oportunismo da Convergência Socialista. Porque toda a direção, aquelas pessoas que de fato tinham a idéia da formação do PT, era contra. A Convergência Socialista colocou isso na cabeça de algumas lideranças sindicais, e eles defenderam a proposta. A idéia de criação do PT foi uma questão da sensibilidade e da intuição que aflora na pele do Lula. Naquele momento, ele sentiu a oportunidade e falou: "Esse é o caminho". A conjuntura, a circunstância, o momento, tudo contribuiu para que se pudesse criar o Partido dos Trabalhadores. Agora, foram dificuldades *imensas*. Você não imagina a dificuldade que foi para criar o PT. Se não fosse através da liderança do Lula e do movimento sindical de São Bernardo do Campo e do ABC, eu acho que dificilmente se criaria um partido político com a envergadura, com o tamanho, com a postura do Partido dos Trabalhadores.

A primeira função que você exerceu no PT foi de presidente do diretório estadual?

Não [ri]. Eu fui tesoureiro do sindicato, eu fui tesoureiro dos presos lá no Dops, e no PT, na comissão provisória do PT, eu fui tesoureiro também [ri]. E o pior é o seguinte. O Dops intimou toda a diretoria do Fundo de Greve para ir lá na [Rua] General Osório. Todo mundo dava depoimento e falava: "Quem sabe é o Djalma" [risos]. Aí, quando eu cheguei, o cara falou: "Ô meu, você é o todo-poderoso. Onde é que está toda a grana?" [ri]. Depois, eu fui tesoureiro da comissão provisória e presidente do diretório estadual do PT. Fui escolhido para ser candidato a deputado federal, na eleição de 1982, e me elegi com 164 mil votos. Nós fizemos a campanha do Lula a governador, do Jacob Bittar e do Hélio Bicudo a senador, dos candidatos a deputado estadual, deputado federal, a prefeito, vice-prefeito e a vereador. Não foi diferente da situação geral do Partido dos Trabalhadores. Ninguém tinha dinheiro. Eu me lembro que me dirigi uma vez à cidade de Mauá. Nós tínhamos um companheiro lá, o Getúlio, que era candidato a vereador. Ele tinha resto de papel de computador e um carimbo: Lula, governador, Jacob [Bittar] e Hélio Bicudo, senadores, Lulinha, candidato a prefeito, Getúlio, vereador, Djalma, deputado federal e o Expedito Soares, deputado estadual. Ele fazia o material carimbando [risos]. Eu não gastei um tostão na minha campanha. Vocês podem não acreditar, mas não gastei. Tive 164 mil votos...

Mas também, nessa época, tinha uma militância...

É. A militância do PT era uma militância muito aguerrida. Era campanha dentro das fábricas, eram as festas que a gente fazia, os bingos, não é? As coisas eram muito mais difíceis, mas a gente fazia com muito mais alegria, com muito mais integração... As pessoas tinham satisfação de fazer as campanhas do PT. Não eram as campanhas raivosas, essa luta pelo poder desenfreada que a gente vê hoje, ataques, "*a* contra *b*", "*b* contra *c*". Tem dinheiro, mas não tem alegria. A gente fazia caravanas pelo interior, com o Lula, que era candidato ao governo. E aquela miserabilidade terrível. Saímos numa sexta-feira. Chegou o domingo, nós fomos lá para a região de

Catanduva. E o pessoal fazia o seguinte: quando estávamos nos aproximando da cidade, ficava nos esperando na entrada, com a bandeira do PT, com caminhão de som e tudo. Chegávamos na entrada da cidade e íamos para a praça principal fazer o comício, conversar com as pessoas, e o Lula fazia o discurso. Pois, nesse domingo, nós não tínhamos jantado no sábado, não tínhamos tomado o café da manhã, e eram 3 horas da tarde, todo mundo estava morrendo de fome. Anêmicos, não é? Quando chegamos na entrada da cidade, o nosso candidato a prefeito, acho que era um cara da elite local, se aproximou, abraçou o Lula, e falou: "Lula, vocês atrasaram muito, rapaz. Eu matei dois bois para fazer o churrasco. Eu estou esperando vocês" [ri]. Ah... A boca encheu de água [risos]. E o Lula falou: "Seu filho da mãe! Vocês sabem que eu sou contra isso! Nós não vamos. Eu não vou comer churrasco, nada!". E o Lula não foi e não permitiu que nós fôssemos comer o churrasco [risos]. Teve também um comício em Arujá, chegamos lá à noite. O Lula dizia o seguinte: "Pois é, companheiros. Dessa vez, as eleições vão ser diferentes. Vocês vão votar numa pessoa igualzinha a vocês. Nessas eleições, vocês não vão votar no dono da universidade, no dono do banco, no dono da fábrica". E, lá, o cara mais forte era o dono dos ranchos de pamonha [risos]. E o Lula: "Dessa vez, vocês não vão votar no dono do rancho da pamonha" [risos]. O cara estava com um monte de cupincha em volta do palanque [ri]. Uns caras fortes, não é, e nós tínhamos como chefe da segurança o Paulo Prates, do PCBR [Partido Comunista Brasileiro Revolucionário]. Terminou o discurso, os caras vieram pra cima [ri]. Nós ficamos com medo. Os óculos do Paulo caíram e ele ficou muito mais preocupado em procurar os óculos do que em dar segurança para a gente [rindo].

Eu não sei como você avalia isso, mas muita gente teve uma grande decepção com o resultado de 1982. Durante a campanha, os mais otimistas chegaram a achar que o Lula podia ser eleito governador...

Eu também. Quem participou efetivamente na campanha eleitoral tinha essa expectativa. E não era de graça, porque os maiores comícios foram feitos pelo PT e pelo Lula. Por exemplo, foi feito um comício em Andradina, às 11 horas da manhã, tinha 5 mil pessoas; Votuporanga, 8 mil pessoas. Isso criou essa expectativa, não é? Era a força da militância e da novidade. Mesmo os caras que não iam votar no PT iam, como curiosos, nos comícios, para ver o PT, para ver o Lula. Eu também pensei que o Lula ia ganhar. Agora, dizem que o homem lá em cima escreve corretamente por linhas tortas, não é? Talvez, não fosse o momento ideal. Talvez se ele tivesse ganhado, posteriormente não se elegesse presidente da República. Porque essa escolha do Lula também é um negócio que não tem explicação. Todo mundo falava que ele tinha que ser candidato a prefeito de São Bernardo do Campo, para adquirir experiência. E isso nem é verdade. Ninguém precisa passar por uma prefeitura ou um [governo de] estado para chegar à Presidência da República. Ele está provando isso. Aí ele vai, se candidata a presidente da República por três vezes, e na quarta vez ganha. É um trabalho de perseverança, de crença. Porque a grande verdade é que poucas pessoas no mundo têm a determinação que o Lula tem. Eu jamais faria o que ele fez. Disputar quatro vezes, para ganhar na quarta. Acho que a determinação dele é uma das maiores qualidades que um ser humano pode ter.

E depois de eleito deputado federal, em 1982, como foi a sua experiência em Brasília?

O pior de tudo era o seguinte [ri]. Eu pensava que o PT ia me ajudar, ia me assessorar [ri]. E, eu juro por Deus, eu fiquei sozinho, abandonado. Dos oito [deputados federais eleitos pelo PT em 1982][15], o único que ficou com apartamento lá fui eu. Chegaram a dormir cem pessoas no meu apartamento. Ele passou a ser uma referência. Tinha um quarto onde eu ficava, e, o resto, os caras tomavam conta. E eu às vezes ia para aquele quartinho e chorava, sabe. Chegou um dia, eu falei: "Pô, meu, eu estou chorando tanto por quê? O PT é que está precisando de ajuda". Eu fui eleito deputado federal sem experiência nenhuma, com esses erros de português que até hoje eu tenho [ri]. Com a dificuldade que eu ainda tenho de pronunciar algumas palavras, você imagine isso há vinte anos [ri]. E eleito com 164 mil votos. Eu fui um dos dez mais votados do estado de São Paulo... Chegando lá, eu fui eleito presidente da Comissão de Trabalho e Legislação Social. Olha só! Eu falei: "Não, agora o PT vai ajudar" [ri]. Na sala da comissão, os deputados ficavam lá embaixo, e eu ficava

lá em cima, naquela mesa. Tinha deputado naquela época que hoje é até ministro. E eu lá em cima, olhando, pensava: "É, vocês se ferraram desta vez" [rindo]. "A classe operária aqui está por cima da carne seca" [risos]. E, nessa minha ingenuidade, eu, como presidente, falava coisa errada pra chuchu, não é? Quando eu olhava para baixo, os deputados estavam dando risada [rindo]. Eu falava assim: "Deputado, V. Exa. está rindo por quê?". "Ah, presidente, o senhor não falou uma coisa correta aí, não." Eu dizia: "Mas, deputado, V. Exa. entendeu o que eu falei?". "Entendi." Eu falava: "Deputado, o certo é o que se entende" [risos]. E eu fui líder do PT. Antes o líder era o Airton Soares... Agora, eu tenho todo respeito pelos companheiros palestinos... A luta deles era uma coisa que calava fundo na nossa alma. Mas só que lá, na liderança do PT, tinha mais cartaz do Arafat do que do Lula! [ri] Aí, tiraram o Airton, eu virei líder. "Ah, não, que me perdoe o Arafat, mas agora vai ter coisa do Lula e do PT aqui." E, modéstia à parte, o comitê de imprensa de Brasília me considerou como um dos deputados mais atuantes daquela legislatura. Eu não falo isso para me vangloriar, não. O *Diário do Grande ABC*[16], até querendo sacanear, mandou repórteres para Brasília, para ver o trabalho dos parlamentares. E eu tenho a edição do jornal dizendo que eu fui um dos deputados mais atuantes daquela legislatura. Parece que é na dificuldade que você consegue se superar, não é? Eu sempre me interessei muito por ler. Às vezes, leio um livro uma vez, não entendo, leio a segunda vez, não entendo, mas eu vou insistindo. O Partido dos Trabalhadores, no meu tempo, não tinha uma secretaria de formação política, ou, quando tinha, era totalmente esvaziada, não tinha projeto, era muito mais como uma coisa simbólica. Eu fui ler os clássicos quando fui para a Alemanha Oriental. Fiquei quatro meses e lá que eu li Engels, Marx, Lenin...

Em que ano você foi?

Eu fui em setembro de 1987. Na minha avaliação, uma das grandes falhas do PT como partido é que ele não é um partido formado por dirigentes. Ele é um partido formado por lideranças. Eu não sei como é agora, mas o Partido dos Trabalhadores, na minha concepção, até 1987, só tinha um dirigente político: José Dirceu. O resto era tudo liderança. Por exemplo, para mim, o Lula não é um dirigente político, é uma grande liderança. Quando eu fui para a Alemanha, o meu objetivo era aceitar esse desafio: adquirir formação, saber, para ser um dirigente do Partido dos Trabalhadores, uma referência, assim como o José Dirceu. E até hoje acho que as coisas continuam do mesmo jeito. O PT continua, no meu modo de entender, com essa grande falha. Eu era presidente do PT (estadual) e era vice-presidente da direção nacional do PT quando o PT ganhou a prefeitura de Diadema. Foi uma coisa importante, uma rica experiência, mas a grande verdade é que o Gilson [Menezes] também, por falta de experiência, eu não sei o que ele fez na formação do secretariado dele que enervou toda a militância do PT lá em Diadema. Eu era deputado federal, era líder do PT e era presidente do diretório estadual. O pessoal de Diadema saiu de lá e ocupou o diretório estadual do PT, aqui na Rua Santo Amaro, e não me deixava entrar [ri]. Teve um encontro nacional do PT lá em São Bernardo do Campo, no Pampas Hotel, os caras fizeram um cinturão e não queriam deixar a direção do partido entrar. Precisou ir o Lula conversar e tal...

Mas como é que você conseguiu compatibilizar esse mandato em Brasília, ser vice da direção nacional e, ao mesmo tempo, presidente do PT estadual?

Era um sacrifício enorme, eu tinha que me desdobrar e tentar fazer as coisas da melhor maneira possível. Como líder, eu tinha que viajar pelo Brasil inteiro. Acho que tem um ou dois estados do Brasil que eu não conheço. Ao mesmo tempo, era presidente do diretório estadual, e tinha os compromissos no estado, além das responsabilidades de deputado. A grande verdade é que a família vai para as cucuias, vai para o espaço [ri]. Eu tenho um filho e uma filha, Douglas Gilvan e Mara Cristina. Na época, ele devia ter 15 anos, e ela uns 12, 13 anos. Hoje eles votam no PT e tudo, mas não querem saber de militar... Eu sempre fui uma pessoa muito amorosa, me relaciono bem com as pessoas e tal. Agora com os filhos, mais ainda. Hoje, quando eu vejo meu filho ou a minha filha, parece que eu estou pagando um monte de pecados, tenho que beijar, abraçar, pegar [ri]. Um negócio incrível.

Djalma, como é que você via as divergências entre as várias facções que constituíam o PT? Como é que conciliava a busca de uma orientação mais coesa do partido com o respeito a essa diversidade?

É. Eu e o Jorge Mattoso fomos a Montevidéu, falar sobre o PT. Eu fui para falar mais das questões políticas e o Jorge do projeto econômico do PT. E uma das perguntas que mais me faziam era como é que o PT convergia na divergência. Como é que conseguia conviver com tantas tendências. Eu digo que o PT só chegou a esse aprimoramento da democracia, da convivência nas divergências, graças a essas tendências internas. Acho que o PT vive um momento muito difícil hoje porque acabou-se formando um rolo compressor. E o PT hoje nega os seus princípios da prática democrática, da convivência, mesmo na disputa política, das tendências, que existia antigamente. Algumas pessoas falavam mal da Convergência [Socialista]. Eu acho que a existência da Convergência foi uma coisa muito importante nessa experiência nova da criação de um partido com as características do PT. Nós aprendemos a prática democrática, muito, com as tendências dentro do PT. Eu acho que o que está sendo um mal para o PT hoje é esse bloco monolítico que existe. Essa questão me faz lembrar muito do que acontece hoje em Brasília, a tese de que para a governabilidade vale tudo. E dentro do PT, hoje, você tem a tese do poder hegemônico para poder administrar o partido. Eu sempre fui contra qualquer tipo de poder ditatorial, seja ele de esquerda ou de direita. Quando você começa a construir blocos hegemônicos, você pode construir ditaduras. Eu não sei se a palavra é muito forte. Mas isso aí é ruim para o processo democrático. Na minha época do PT, a gente tinha as tendências, tinha a maior disposição de conversar com os companheiros que colaboraram, ajudaram muito na construção e na consolidação do Partido dos Trabalhadores. Tinha divergência? Tinha divergência. "Vamos discutir? Vamos. Vamos reparar as divergências? Vamos reparar. Vamos tirar um plano de ação? Vamos tirar." Isso sempre foi respeitado, e foi muito bom para o Partido do Trabalhadores.

A CRISE DO COLÉGIO ELEITORAL[17] E O MANDATO COMO VICE-PREFEITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Na época que você era deputado federal, ocorreu o episódio do Colégio Eleitoral, que afetou a bancada pesadamente. Como foi essa experiência?

Então. Quem foram as pessoas que contrariaram a decisão do Partido dos Trabalhadores? Justamente os três que não tiveram uma prática, uma relação, no nascedouro do Partido dos Trabalhadores. Foram aquelas pessoas que achavam o seguinte: "Essa é a oportunidade que nós não podemos perder de deixar a ditadura de lado e colocar um civil como presidente da República". Essa era a avaliação deles. Eu avalio que aquilo também foi um grande desafio para a trajetória do Partido dos Trabalhadores. O PT, naquele momento, não podia ter fraquejado e ido para o Colégio Eleitoral. Mesmo respeitando algumas argumentações convincentes, eu acho que o PT só deu prosseguimento e continuidade porque naquele momento ele seguiu a lógica de propor as eleições diretas para presidente da República e disse: "Não, o caminho não é esse. Via Colégio Eleitoral, nós não vamos, porque seríamos contraditórios com os nossos princípios". Por isso, eu acho que acertamos. Os três que foram fizeram uma avaliação equivocada. Os compromissos deles não eram com o Partido dos Trabalhadores. Cada um deles tinha compromissos individuais, dos mais diferentes. Tanto é verdade que o [José] Eudes saiu do PT e foi para o PDT [Partido Democrático Trabalhista], a Bete [Mendes] voltou para o PMDB e o Airton Soares também voltou para o PMDB, ou para o PDT, não sei... Foi uma situação difícil. Eles não seguiram a orientação do partido. Imaginem vocês: eleição do Tancredo Neves, eu, o [Eduardo] Suplicy, o [José] Genoino, a Irma [Passoni] e o Luiz Dulci distribuindo o boletim contra o Colégio Eleitoral na entrada da Câmara dos

Deputados [ri]. Só esses cinco malucos, além de não irem ao Colégio Eleitoral, estavam na porta, panfletando, tentando convencer algum deputado de que não deveria votar no Tancredo Neves [ri]. Mas graças a essas avaliações – que no fim se mostraram corretas – é que se deu essa possibilidade e essa trajetória do PT.

Em 1986, você concorreu novamente a federal?

Concorri novamente a federal. Algumas pessoas me falaram: "Djalma, a gente reconhece o teu mandato. Você deveria sair candidato a deputado estadual, fazendo uma dobrada com o Lula". Mas eu sempre tive essa coisa de jamais contrariar as decisões do partido. E, depois do Lula, eu fui o candidato que recebeu mais indicações para ser candidato a deputado federal. Muita gente falava assim: "Você vai perder". Eu falei: "Eu posso perder. Mas eu não vou contrariar uma decisão dos núcleos e dos diretórios municipais do Partido dos Trabalhadores". Bom. Se eu tive 164 mil votos em 1982, tive só 15.600 votos em 1986. Houve até fatos pitorescos. Fomos a Guarulhos fazer um comício. O Lula candidato a deputado federal, e eu candidato a deputado federal. Eu faço o discurso, desço e fico no meio do povo. O Lula sempre me dizia que a maior dificuldade que ele tinha era pedir voto para ele. E ele, com o microfone na mão, fala assim: "Pois é, meus companheiros, na eleição para deputado federal, vocês não podem esquecer do meu amigo, desse companheiro que eu gosto, que eu estimo e que é meu irmão, que é o companheiro Djalma Bom, que teve um mandato extraordinário. Vocês tem que votar nele". E os dois caras do meu lado, um olha para o outro e fala assim: "Pô, mas esse Lula não é candidato a deputado federal?". O outro falou assim: "É". "Pô, ele está pedindo voto para esse tal de Djalma Bom? Eu vou votar é no Lula" [risos]. Quando o Lula desceu, eu falei: "Ah, meu companheiro, por favor, não faz mais esse discurso não" [rindo]. "Você está procurando me ajudar, eu sei que você é extraordinário, mas..."

Não vai dar certo [ri].

Não. Aí eu volto da Alemanha, começa a campanha do Lula para presidente da República [em 1989] e uma reunião do Diretório Nacional me escolhe para ser o coordenador da campanha do Lula. Porém, em São Bernardo do Campo, estava acontecendo o processo de escolha do Dr. Maurício Soares para candidato a prefeito. Eu sou filiado em São Bernardo do Campo, e tinha voltado da Alemanha com aquela idéia de ser um dirigente partidário. Aí, o pessoal falou assim: "Não, de jeito nenhum. Você vai ser candidato a vice na chapa do Dr. Maurício. Porque, para nós, ganhar essa eleição vai ser um fato histórico, o PT nasceu aqui, o Dr. Maurício é um intelectual e você é um operário, e a coisa vai dar certo". Aí eu refleti. Pensei: "O PT tem condições de arrumar um coordenador para a campanha do Lula. Eu acho que o PT de São Bernardo não tem condições de arrumar outra pessoa com meu perfil para ser candidato a vice". Em 1982, o Dr. Maurício tinha sido o mais votado, mas, com o negócio da sublegenda, acabou não ganhando. Eu falei: "É agora, é importante". Cheguei na reunião do Diretório Nacional, expliquei, pedi para o pessoal levar em consideração; e sai candidato a vice, em São Bernardo. Bom. Ganhamos as eleições em 1988, eu fico de vice do Maurício, fui secretário de Governo... [ri] Aí, teve a eleição para governador aqui em São Paulo, e o partido decidiu voto nulo, não no [Luiz Antônio] Fleury [Filho].

No segundo turno da eleição para o governo do estado, em 1990...

Isso. Os candidatos eram [Paulo Salim] Maluf pelo PDS e Fleury pelo PMDB. O PT em um Encontro Estadual decidiu pelo voto nulo. O Dr. Maurício sai do encontro estadual do PT, vai lá para São Bernardo e fala que ele tem o tal de foro íntimo dele e que vai votar no Fleury [ri]. Eu sou fundador do PT, estou na prefeitura, e, a partir daí, o cara desandou a falar mal do PT. Aí um dia eu fui na sede do Diretório Nacional do PT, que era na Vila Mariana. Falei para o Lula: "Ó Lula, eu estou muito incomodado. Eu não me sinto bem na prefeitura. O Dr. Maurício está fazendo *gato e sapato* do PT lá. Eu tenho um cargo de confiança do prefeito... Mas eu não agüento mais. Eu vou brigar com o Maurício". O Lula falou assim: "Ah, tudo bem. Você é que

sabe". Aí eu pedi demissão do cargo de secretário, e parti para a porrada com ele, fiz luta política mesmo. Bom. Aí, fico lá, como presidente do diretório municipal do PT. Continuei ajudando o Dr. Maurício na prefeitura, como vice-prefeito. Só pedi a demissão do cargo de secretário, que era de confiança. Mas, quando ele viajava, eu assumia como prefeito. Aí veio 1992, o partido me escolheu para ser candidato a prefeito. Perdi por uns 14 mil votos, porque o Maurício fez uma campanha totalmente contrária. Aliás, se ele não falasse mal de mim, ele já teria ajudado. Nós íamos em reuniões, com a fina flor de São Bernardo: Rotary, Lions Club [ri]. Eu com essa cara aqui... [ri]. E ele falava assim: "Pois é, meus senhores e minhas senhoras, o Djalma melhorou muito depois que ele saiu da Mercedes [ri]. Ele foi deputado federal e tem me ajudado muito aqui na prefeitura. Por exemplo, o trabalho com os favelados, é tudo ele que faz"... [ri]. Em outra reunião, ele falava assim: "É, meus amigos e companheiros, meus senhores e minhas senhoras. (Era assim mesmo.) O Djalma tem brigado muito comigo [rindo]. E ele vai brigar muito com vocês, se ele for eleito" [risos]. E, com tudo isso, o Demarchi parece que teve 114 mil votos, eu tive 90 mil votos. Que é voto *pra burro*, não é?

O MANDATO COMO DEPUTADO ESTADUAL E A ATUAÇÃO EM PROJETOS SOCIAIS

E, depois da derrota na eleição para prefeito, que cargos você ocupou?

Aí, em 1994, eu me elegi deputado estadual. Depois, em 1998, fui candidato a reeleição. São Bernardo do Campo, historicamente, elege um federal e dois estaduais. O PT, em São Bernardo do Campo, tinha esses votos cativos, não é? Bom. O que é que o PT de São Bernardo faz? Tira um candidato a deputado federal e quatro candidatos a deputado estadual. Eu falei para o pessoal: "Gente, não vai eleger nenhum. Se vocês acham que eu não devo sair candidato, eu não saio". "Não. Vai eleger os quatro." Não quiseram abrir essa discussão. Não elegeu nenhum. Eu fiquei na suplência e, em 2000, assumi uns quatro ou cinco meses como deputado estadual. Aí eu parei.

Djalma, eu queria que você falasse um pouco mais da experiência da gestão municipal. Como é que foi para você lidar com a situação do Poder Executivo?

É muito difícil um partido com a concepção do PT ser Executivo. Porque esse negócio da "prática democrática" é muito bonito no discurso, mas implantar e praticar a democracia é um negócio muito complicado. Às vezes, essa questão da democracia vira democratismo de um lado e, do outro lado, com alguns oportunismos, vira irresponsabilidade. Porque tem gente que acha que, dentro da prefeitura, você pode fazer tudo; e acha que você tem que implantar uma sociedade socialista dentro da prefeitura de São Bernardo do Campo. É uma ingenuidade. Mas tinha gente que achava isso. A outra dificuldade que a gente teve foi ter a prática democrática com conteúdo ideológico e político consistente. Por exemplo, nós desenvolvemos uma administração com prioridade de atuação na periferia. Ótimo, muito bonito, legal e tal. Aí você vai num bairro da periferia de São Bernardo do Campo, reúne a população, discute, eles estão reivindicando, precisam de escola. Você faz a escola. Mas não pára na escola, não é? [ri]. Da escola, eles querem o posto de saúde; do posto de saúde, eles querem o saneamento básico; do saneamento básico, eles querem a iluminação; da iluminação, eles querem o ônibus... É um saco sem fundo... Não é um processo consciente, eles vivem mais um processo reivindicativo do que um processo político. Ninguém fala: "Olha, vamos discutir um pouquinho mais, aprofundar, avaliar a importância do PT ficar mais quatro anos na prefeitura". A gente fez o orçamento participativo, mas esse negócio tem uma grande falha. Numa cidade complexa como São Bernardo do Campo, você tem uma periferia e você tem os bairros do centro. Você tem que tratar eles como

iguais. É a população de São Bernardo do Campo. Agora, como é que você trabalha com a periferia de São Bernardo do Campo, que tem todas as necessidades, e com o centro de São Bernardo, em que a maioria das pessoas só quer a manutenção das ruas, das creches, das escolas? É um negócio meio contraditório. Mas eu acho que foi superimportante, foi mais uma experiência muito rica para mim, assim como o sindicato, o Fundo de Greve, a experiência de deputado federal, de deputado estadual... E eu sempre me senti muito bem, mesmo com todas as dificuldades, porque eu sou uma pessoa muito dedicada. Quando eu me proponho a fazer as coisas, eu entro de corpo e alma. Eu não tenho tanta determinação quanto o Lula, mas eu tenho muita responsabilidade nas minhas funções.

E hoje você está estudando música. Você já tinha esse pendor?

Tinha. Mas vejam vocês o seguinte. Logo que terminou o meu mandato de deputado estadual, eu comecei a analisar um fenômeno muito grande que está acontecendo hoje no mundo, que é a questão do terceiro setor, das ONGs [organizações não-governamentais]. E eu comecei a ler um pouco sobre isso, inclusive um livro daquele companheiro que foi deputado estadual do PT no Rio de Janeiro, o Liszt Vieira. E a Universidade Metodista, em São Bernardo do Campo, tinha uma universidade da terceira idade. Eu fui lá, fiquei os quatro anos, fiz o curso de agente social. Falei assim: "Eu estou um pouquinho parado com o negócio da política, mas eu preciso fazer alguma coisa". Quando eu estava para concluir o curso, fui fazer estágio numa casa de caridade lá em São Bernardo do Campo, chamada Lar dos Velhinhos Dona Adelaide. Cheguei lá, me ofereci para fazer estágio, e a presidente falou assim: "Ah, Djalma, é muito bom você estar aqui. Você quer ajudar? Tem duas coisas para você fazer". Falei assim: "Está bom. Qual é a primeira coisa?". "É que a gente vai montar uma barraca de festa junina, lá no [bairro de] Rudge Ramos. Dá para você trabalhar na barraca?" [ri]. Falei: "Dá. Qual é a outra coisa?". "Tem um terrenão enorme ali, e precisava fazer uma horta." Eu falei: "Dá para fazer a horta também". Bom. Tem 26 internos lá. São pessoas com deficiências físicas, deficiências mentais e idosos. E eu fiquei lá conversando com eles. Quando eu saio da instituição, coloco o pé na rua, eu paro e falo assim: "Puxa vida! Quem estava precisando de ajuda era o Djalma, não eram esses caras". E, de fato, quem precisa de ajuda mesmo não são eles que estão lá dentro, somos nós que estamos aqui do lado de fora. E por quê? Nós somos intolerantes, nós somos arrogantes, nós somos mal-educados...

Djalma, você é religioso?

Eu sou católico mas não pratico. Ainda mais com esse papa aí[18] [ri]. Mas essa coisa dessa casa dos velhinhos tem-me feito um bem que vocês não imaginam. Me faz olhar o mundo de uma forma diferente. Eu estou em casa e falo: "Ah, eu vou lá para os velhinhos" [risos]. Por exemplo, hoje, saindo daqui, eu preciso ir lá, molhar as plantas. Vocês tem que ver a horta que eu tenho lá. Faz uns quinze dias eu plantei 480 mudas de hortaliça: couve, alface, rúcula, almeirão. E ao mesmo tempo eu comecei a fazer uma coisa, que eu não devia ter parado de fazer, que é a música. Estou estudando canto.

Djalma, agradecemos muito pelo seu depoimento.

Notas

1 O jornal *Tribuna Metalúrgica* começou a ser publicado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo em julho de 1971, ainda na gestão de Paulo Vidal Neto. O jornal não poupava críticas aos patrões e ao governo e ainda hoje é editado pelo sindicato, denunciando abusos contra o trabalhador, trazendo informações sobre o sindicato e sobre a conjuntura brasileira. Disponível em <www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/anais/gt1_impressa/imprensa%20sindical%20%20grande%20abc.doc>. Acesso em 13 fev. 2008.

2 Pela legislação da época, o governo federal podia decretar intervenção em qualquer sindicato do país, afastando a diretoria eleita e nomeando uma junta governativa para dirigi-lo.

3 Na indústria automobilística do ABC, os operários da produção são "horistas", pois seus vencimentos são calculados com base nas horas de trabalho cumpridas. Já os trabalhadores de escritório são "mensalistas", sendo o seu contrato baseado num salário fixo mensal. A distinção implica obrigações e direitos diferenciados, e durante muito tempo foi usada para dividir a categoria. O primeiro mandato de Lula como presidente do sindicato ficou marcado pela tentativa de integrar os dois segmentos e de fortalecer o sindicato como representante de ambos, não apenas dos "peões".

4 O entrevistado refere-se ao Conjunto Vera Cruz, no bairro de Jardim Vera Cruz, em São Bernardo do Campo. Cf. BARGAS, Osvaldo Martines e RAINHO, Luís Flávio. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo 1977/1979*. Vol. 1. Juiz de Fora: FG, 1983.

5 Refere-se ao Congresso de Petroleiros e Petroquímicos realizado na Bahia em 1978, no qual Lula, em discurso, afirma a necessidade da fundação de um partido de trabalhadores.

6 A legislação eleitoral da época permitia, por meio do instrumento da sublegenda, que o mesmo partido lançasse até três candidatos para cargos majoritários (prefeito e senador, já que as eleições para governador e presidente eram indiretas). Assim, o MDB de São Paulo lançou nas eleições de 1978 dois candidatos ao senado: o senador Franco Montoro, que foi reeleito, e Fernando Henrique Cardoso, que por ter sido o segundo mais votado tornou-se suplente do senador eleito, assumindo a cadeira no Senado quando Montoro se elegeu governador de São Paulo, já em eleições diretas, em 1982.

7 Refere-se à Assembléia dos Trabalhadores Metalúrgicos do ABC realizada dia 27 de março de 1979 no estádio da Vila Euclides em São Bernardo do Campo, que contou com a presença de 80 mil trabalhadores.

8 Filme de Renato Tapajós sobre as greves do ABC no final da década de 1970. Foi relançado em nova cópia em 2008.

9 Romance do escritor francês Émile Zola, publicado originalmente em 1885. Descreve a situação desumana vivida por uma comunidade de trabalhadores das minas de carvão na França.

10 O Departamento de Ordem Política e Social (Dops) foi criado durante o Estado Novo com o objetivo de controlar e reprimir movimentos políticos e sociais considerados perigosos à segurança nacional. Subordinados aos governos estaduais, receberam outras denominações, dependendo da época e local, como Deops (Departamento Estadual de Ordem Política e Social) e Delops (Delegacia de Ordem Política e Social). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/DOPS>. Acesso em 3 abr. 2008.

11 A Lei de Segurança Nacional (LSN) foi criada em 4 de abril de 1935, definindo os crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais. Em setembro de 1936, sua aplicação foi reforçada com a criação do Tribunal de Segurança Nacional. Após a queda da ditadura do Estado Novo, em 1945, a LSN foi mantida nas Constituições brasileiras que se sucederam. No período dos governos militares (1964-1985), a questão da segurança nacional iria ganhar importância com a formulação, pela Escola Superior de Guerra, da Doutrina de Segurança Nacional. Em 15 de março de 1967, o governo divulgou o Decreto-Lei nº 314, que tornava a lei ainda mais drástica, e, em 1969, ela foi alterada pela Emenda Constitucional nº 1. Setores e entidades democráticos da sociedade brasileira sempre se opuseram à sua vigência, denunciando-a como um instrumento limitador das garantias individuais e do regi-

me democrático. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_radpol_lsn.htm.>; e também em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_brasileira_de_1967>. Acesso em 8 mar. 2008.

12 Dos treze dirigentes sindicais julgados, José Cicote e José Timóteo da Silva foram absolvidos; os outros onze (Luiz Inácio Lula da Silva, Djalma de Souza Bom, Osmar Mendonça, Wagner Lino Alves, Juraci Batista Magalhães, Nelson Campanholo, Manoel Anísio Gomes, Gilson Correia de Menezes, Enilson Simões de Moura, José Maria de Almeida e Rubens Teodoro de Arruda) foram condenados, enquadrados nos artigos 36 e 42 da LSN, que se referiam à "desobediência coletiva às leis" e à "propaganda subversiva".

13 O termo tornou-se usual nos meios de esquerda no período de redemocratização do país para referir-se de forma pejorativa a quem abandonava a militância ou, pelo menos, passava a colocar sua vida pessoal em primeiro plano, em contraposição à idéia de dedicação principal à causa.

14 O IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo foi realizado na cidade de Lins em janeiro de 1979, e aprovou uma moção pela criação de um partido dos trabalhadores articulada por militantes vinculados à Convergência Socialista, que teve o apoio circunstancial de outros dirigentes sindicais. Djalma, assim como outros militantes que atuavam no período, como Paulo Skromov, salienta que a concepção sobre a relação entre partido e movimento sindical que viria a orientar o PT, entretanto, era radicalmente distinta, e que por esse motivo não seria adequado considerar aquele evento como um marco no processo de criação do partido. A tese pode ser lida em *Resoluções de Encontros e Congressos*: Partido dos Trabalhadores. Diretório Nacional do PT/Secretaria Nacional de Formação Política/Fundação Perseu Abramo (orgs.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

15 Ver nota 19 na entrevista de Apolonio de Carvalho, neste volume.

16 Principal jornal diário da região do ABCD paulista.

17 O Colégio Eleitoral, instituição criada pelo regime militar, tinha como função eleger o presidente da República. Inicialmente, era composto pelos membros da Câmara e do Senado. Na prática, apenas homologava o candidato oficial do regime, indicado pelo alto comando das Forças Armadas. Todavia, depois do impacto da campanha das Diretas Já em 1984, a última eleição presidencial via Colégio Eleitoral, em 15 de janeiro de 1985, foi antecedida de uma campanha totalmente diferente das eleições indiretas anteriores, pois houve disputa efetiva entre o candidato oficial, Paulo Maluf (PDS), e o candidato da oposição, Tancredo Neves (PMDB). O oposicionista venceu, dando início ao novo regime civil. O PT se negou a participar do Colégio Eleitoral por considerá-lo espúrio e não apoiou a candidatura de Tancredo, insistindo em que as eleições para presidente deveriam ser diretas. Três dos oito deputados federais do PT se negaram a cumprir esta decisão e deixaram o partido. Foi a primeira grande crise pela qual passou o partido desde a sua criação.

18 O papa, na ocasião, ainda era João Paulo II, que faleceu menos de um mês depois da entrevista, em 2 de abril de 2005, sendo substituído por Bento XVI.

Muitos Caminhos, uma Estrela



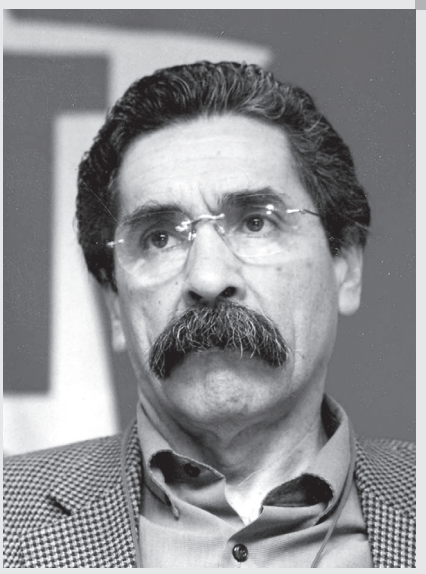
Memórias de Militantes do PT

Olívio Dutra

Entrevista realizada no Rio de Janeiro (8 de março de 2007)

Página anterior:
Olívio discursa em campanha para governador (2006).

Página seguinte:
Olívio Dutra durante reunião no Diretório Nacional do PT.



Olívio de Oliveira Dutra nasceu em 1941 na cidade de Bossoroca, Rio Grande do Sul. Foi prefeito de Porto Alegre (1989-1992), governador do Rio Grande do Sul (1999-2002) e ministro das Cidades (2003-2005). Formado em Letras, Olívio foi funcionário concursado do Banrisul, banco estatal gaúcho, a partir de 1961. Após mudar-se para a capital do estado, militou no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e chegou à presidência da entidade em 1975. Comandou a greve geral da categoria em setembro de 1979, motivo pelo qual foi preso pelo regime militar e perdeu seu mandato sindical. Participou do movimento intersindical em âmbito regional e nacional, e posteriormente da fundação do Partido dos Trabalhadores.

Foi presidente do PT estadual do Rio Grande do Sul (PT-RS) de 1980 a 1986. Foi também o primeiro vice-presidente do PT nacional entre 1980 e 1984, secretário-geral e presidente nacional do partido entre 1987 e 1988. Em 1982, na primeira eleição direta para governador de estado em vinte anos, foi lançado candidato pelo PT, ficando em quarto e último lugar, com 50.713 votos. Em 1986, foi eleito deputado federal constituinte com 55 mil votos.

Em 1988, contrariando todas as pesquisas, venceu as eleições para a prefeitura de Porto Alegre com 34% dos votos. Seria o primeiro de um total de quatro mandatos consecutivos do PT na capital gaúcha. Porto Alegre ganhou destaque entre as administrações municipais do PT e o Orçamento Participativo, forma inovadora de participação popular nas decisões das prioridades de investimento público que se tornou sua marca registrada, teve grande repercussão, recebendo inclusive diversos prêmios nacionais e internacionais.

Em 1994, candidatou-se pela segunda vez ao governo do estado, conseguindo 35% dos votos no primeiro turno e 47,79% dos votos no segundo turno, sendo derrotado por Antônio Brito, que obteve 52,21%. Já em 1998, derrota Brito em sua tentativa de reeleição, conquistando 50,9% dos votos no segundo turno. Seu governo, de 1999 a 2002, foi marcado pela suspensão do acordo realizado pela gestão anterior para a instalação de duas

montadoras automobilísticas no Rio Grande do Sul, que envolvia elevada renúncia fiscal e empréstimos do banco estadual – Banrisul – a juros subsidiados. A renegociação foi aceita pela General Motors, que já havia iniciado a construção da sua fábrica em Gravataí, mas recusada pela Ford, que utilizou o conflito com a nova administração para transferir para a Bahia a fábrica originalmente projetada para a cidade de Guaíba.

A gestão de Olívio como governador do estado foi marcada também pela criação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs) e pela adoção do Orçamento Participativo no âmbito estadual. Sofrendo oposição ferrenha da principal empresa de comunicação do estado, a Rede Brasil Sul (Grupo RBS), retransmissora da TV Globo e dona do jornal *Zero Hora*, e sem maioria na Assembléia Legislativa, sofreu derrotas como a não-aprovação do aumento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Em 2002, Olívio foi derrotado por Tarso Genro, então prefeito de Porto Alegre, nas prévias do partido e não concorreu à reeleição. Genro seria derrotado nas urnas por Germano Rigotto, do PMDB. Em 2003, após a vitória de Lula na eleição presidencial, Olívio Dutra foi empossado no recém-criado Ministério das Cidades, ficando no cargo por dois anos. Nas eleições de 2006, Olívio foi o candidato do PT ao governo do Rio Grande do Sul pela quarta vez, conquistando 46,1% dos votos no segundo turno, mas foi derrotado pela deputada federal Yeda Crusius, do PSDB. Atualmente preside o diretório estadual do PT-RS[1].

UMA FAMÍLIA MISSIONEIRA

Ministro, vamos começar com suas origens familiares, sua formação, esse período inicial da sua vida.

Muy bueno. Eu nasci no dia 10 de junho de 1941, numa localidade chamada Rincão Feio, no interior de Bossoroca, que era então o terceiro distrito de São Luís Gonzaga, na região das Missões, no Rio Grande do Sul, 540 quilômetros a oeste de Porto Alegre, próximo da Argentina. Hoje, Bossoroca é um município autônomo, há trinta e tantos anos. Eu nasci ali e me criei em São Luís Gonzaga, que era então o município-mãe. Meu pai, Cassiano Xavier Dutra, e minha mãe, Amélia de Oliveira Dutra, eram filhos de agricultores sem-terra, agregados. O bisavô dele tinha sido escravo. Ela, de formação mais crioula, indiática, portuguesa... *Bueno*, eu fui o segundo filho. O meu irmão mais velho, o Antonio de Oliveira Dutra, tinha um ano e pouco quando eu nasci. E a profissão do meu pai então, naquelas paragens lá no interior do interior do Rio Grande [do Sul], era aramador. Aramador é aquele que faz as cercas, delimitando as fazendas. E ele, que tinha habilidade manual não só para trabalhar com os esteios, os palanques, as tramas, os arames para estender as cercas e fazer as *mangueiras*[2], também construía galpões, casas, móveis rústicos, tudo de madeira. Era com essa profissão que ele ganhava a vida, desde solteiro. Segundo a minha mãe, ele tinha um cavalo bem encilhado, uma *pilcha*[3] de serviço e outra de passeio, e uma gaita[4]. Ele se entretia nos finais de semana, no canto do rancho onde morava, quando solteiro, tocando gaita para os amigos e para a família. Os irmãos tocavam violão. Aliás, isso é muito comum nas Missões. *Bueno*, mas era muito trabalhador. Então ele casou e ficou morando no fundo do campo, perto do seu sogro, Salustiano do Amaral Beis, meu avô materno, chefe de uma família de onze filhos. O meu avô Salustiano não podia dar estudo primário para as filhas mulheres, apenas os filhos homens, os meus tios, é que foram à escola primária. Era longe da localidade, tinha que ir a cavalo e atravessar banhados, matos e coisas que tais. Claro que meu avô justificava dizendo que as mulheres não precisavam saber ler, porque iam casar... E minha mãe até lembra: "Olha, nem carece, porque vão escrever bilhete para namorado e sem precisão. Os namorados vêm aqui, e a gente casa bem essas gurias". Mas as condições econômicas e sociais é que, na verdade, impediam que ele pudesse dar os estudos primários para as filhas mulheres, que ficavam em casa trabalhando com a mãe.

E quanto aos filhos homens?

Os guris iam servir de peão nas fazendas ou lidar com as lavouras que o velho meu avô plantava, de três partes uma, ou, às vezes, à meia, com o dono da terra[5]. Então, eram peões de campo e agricultores. O meu avô era também oleiro. Fazia tijolos, telhas – a famosa telha "feita nas coxas", não é? Tinha uma forma, o barro era colocado ali, e era dobrado na coxa do oleiro, para depois ir para o forno. Então, era gente assim, trabalhadora mas sem propriedades, sem bens, a não ser a força do braço, a dedicação, a respeitabilidade, a honradez, essas coisas todas. Meu avô, diz a minha mãe, jamais deixou que as gurias fossem servir os patrões lá na fazenda.

Quem ia servir os patrões na fazenda eram os guris, na época da marcação do gado, para trazer o dinheiro para casa, garantir que os cavalos deles pudessem pastar no campo do fazendeiro. Claro, tinham galinhas, porcos, vacas de leite, essas coisas. Compravam de fora só sal e erva-mate para o chimarrão; o resto era tudo produzido por eles. *Bueno*, mas, aí, com a família crescendo – eu já era o segundo filho –, ele não tinha mais condições de ficar ali. As fazendas já estavam também delimitadas, rareavam as cercas e os móveis para fazer. Então ele tratou de se mudar para a cidade maior, que era São Luís Gonzaga. Não foi para a sede do distrito que era Bossoroca.

E como foi para vocês esta experiência de mudar para a cidade?

Meus pais saíram do interior de Bossoroca para São Luís Gonzaga numa carreta puxada por uma junta de bois, com uma vaca de leite puxada na soga[6], e os dois guris – o meu irmão mais velho com um ano e pouco e eu – nos cueiros[7], como se diz. *Bueno*, foi uma jornada de uns dez, quinze dias. Ele já tinha ido a cavalo lá, antes, e comprado um terreninho na periferia de São Luís Gonzaga, com um rancho em cima, de madeira, chão batido, coberto do que chamamos de capim Santa Fé, sem luz elétrica. A luz elétrica chegou lá em casa quando eu tinha 27 anos de idade. Então meu pai, na cidade, veio a ser carpinteiro. E nessa profissão ele criou cinco filhos. Eu sou o segundo. Tem duas irmãs e mais um filho homem. Meu pai faleceu quando completava 89 anos de idade. Era de um tempo em que, parece, as pessoas tinham dia e hora para nascer e para morrer. A minha mãe está viva ainda, com 85 anos de idade. Tem uma memória muito rica, e eu gosto muito de ir lá em São Luís Gonzaga, onde ela mora, e ficar puxando conversa, puxando pela memória dela. Ela era analfabeta, mas quando nós chegamos na cidade, fomos crescendo, eles diziam: "Vocês têm que estudar, têm que ir para o colégio, saber ler, escrever, fazer as contas, para não ser iguais aos pais de vocês". Mas o meu pai, Cassiano Xavier Dutra, sabia as quatro operações, calculava com agilidade de raciocínio, tinha uma caligrafia... Eles escreviam no tempo da lousa, não é? *Bueno*, ela fazia a gente comprar uns livrinhos numa tipografia e livraria que tinha no centro da cidade, dos Grisolia, que ainda existe, edita o jornal *A Notícia*, e fazia nós lermos em voz alta para ela as histórias daqueles livrinhos. E eu lembro bem que eu li os primeiros capítulos de *O tempo e o vento*, do Érico Veríssimo[8], em voz alta para minha mãe, e aquilo foi muito interessante, porque eu estava gostando do que estava lendo e ela também, e se sentia meio que personagem. E a minha mãe hoje passou a ser leitora de jornal, por conta disso... *Bueno*, essas são as minhas origens.

E como foram os seus estudos?

Meu pai nos matriculou no Grupo Escolar Senador Pinheiro Machado, um colégio estadual com as cinco séries do primário. Não tinha escola de segundo grau em São Luís, no nosso tempo. O senador Pinheiro Machado foi uma figura poderosa da Primeira República e caudilho respeitado na região das Missões... Um esteio da Primeira República e chefe político poderoso, sustentou o Borges de Medeiros nos primeiros anos de governo. Era de origem castilhista[9]. E a região das Missões era seu território. Mas ele, na verdade, é natural de Cruz Alta. Se bem que a família era paulista. Depois, vinha o ginásio Santo Antônio de Pádua, uma escola particular dirigida pelos padres franciscanos menores conventuais, norte-americanos. Uma coisa raríssima. Essa ordem religiosa norte-americana tinha duas unidades no Brasil. Uma era no interior, se não me engano, do Mato Grosso e outra era essa, em São Luís Gonzaga. Meu pai era contratado para fazer casas na cidade, pequenas empreitadas, e trabalhava para os padres na carpintaria do ginásio nas folgas, para garantir que os filhos pudessem estudar. Os padres, claro, viram com simpatia aqueles dois guris, filhos de pobre, do Cassiano, o carpinteiro, muito disciplinados, dedicados... Porque o pai recomendava: "Olha, vocês têm que trabalhar comigo sim, mas só depois de vocês cumprirem os deveres lá da sala de aula e de casa". *Bueno*, então, fizemos bem aquele colégio. Eu aprendi inglês, com fluência até, porque fiquei semi-interno. A gurizada no centro da cidade fazia brincadeira com os padres, dizendo nome feio, porque os padres chegavam lá sem saber uma palavra de português. Mas cedo os padres aprendiam o português, como eu o inglês. Depois do ginásio, não tinha outra escola, nem pública, nem particular, e nem perspectiva de trabalho. O meu irmão, então, saiu mais cedo de casa. Nem tinha prestado o serviço

militar. Eu me lembro que a minha mãe ficou desesperada, com o filho homem, o mais velho, saindo de casa tão jovem, ela sem saber para onde ele iria, se ia encontrar emprego e tal. E ele se mandou. Esse meu irmão, hoje, é economista e mora em São Paulo, no bairro de Perdizes. Ele foi preso em 1968 no congresso da UNE [União Nacional dos Estudantes] em Ibiúna[10]. Estava lá, na delegação carioca, foi preso e encaminhado de volta para o Rio onde trabalhava e estudava. Mas a minha mãe nem sabia disso, nem nada. E eu fiquei em casa por mais tempo, trabalhando com os padres, até chegar um ponto em que disse aos pais: "*Bueno*, isso não tem futuro. Tenho que me virar noutro trabalho". Aí fui trabalhar numa tipografia em São Luís, que era desse jornal *A Notícia.* Primeiro, entregava o jornal para os assinantes, depois também trabalhava na tipografia montando matérias como gráfico aprendiz. Isso entre 14, 15, 16 anos. Depois de terminar o ginásio. Então eu fui jornaleiro, tipógrafo, gráfico, ali, sem carteira assinada. Mas meu pai ficava satisfeito porque o dono da gráfica, o José Grisolia, aceitava o seu filho trabalhando ali. Mas não tinha futuro, e eu fui para Porto Alegre em 1959. Portanto, ia fazer 18 anos e não tinha prestado o serviço militar ainda. Fui para Porto Alegre, de trem, com o dinheirinho que deu... Eu dizia: "Olha, pai e mãe, meu irmão já foi para lá, vou ver se encontro emprego na capital".

OS PRIMEIROS CONTATOS COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS E COM A POLÍTICA

Antes de o senhor ir para Porto Alegre, teve alguma militância política em São Luís Gonzaga?

Eu participei da União São-Luisense de Estudantes. Que era, na verdade, um espaço de recreio para os rapazes e as moças das famílias abonadas de São Luís nas férias. Porque eles podiam ir para colégios pagos em Cruz Alta, Passo Fundo, Santa Maria, Porto Alegre, e, nas férias de junho e no verão, eles iam para São Luís e aquela entidade promovia bailes, festinhas... E nós, a gurizada que não tinha acesso a essa possibilidade fora de São Luís, começamos a perceber que essa União não podia ser só para isso, tinha que discutir por que é que não tinha escola de segundo grau de qualidade, pública, em São Luís Gonzaga, para nós, os filhos das famílias mais modestas. E entramos na disputa, formamos uma chapa de oposição [ri] à direção da época, e ganhamos. E eu fui eleito presidente. Fiquei lá o tempo que pude, porque depois tinha que trabalhar mesmo. Fui para Porto Alegre e não encontrei emprego. Quando eu fiz o teste para trabalhar numa empresa têxtil na Avenida Voluntários da Pátria, eu tinha todos os documentos menos um, que era a carteira de reservista ou a carteira "de terceira" como se diz, comprovando o serviço militar ou a liberação dele. Eu não tinha prestado o serviço militar. E escasseou o dinheiro. Então, peguei de novo o trem, de segunda classe, e voltei para São Luís. Meio acachapado e tal: "Coitada da minha mãe, pobre do meu pai...". Mas tratei de me virar e trabalhar. Fiquei uns meses trabalhando de novo com os padres. Aí me apresentei para o Exército. Prestei o serviço militar no então chamado Terceiro Regimento Dragões do Rio Grande. Cavalaria. Portanto, sou reservista de primeira categoria – me orgulho disso – na cavalaria. Nós fazíamos as marchas a cavalo, saindo às 5 horas da manhã de São Luís e chegando às 6 horas da tarde lá na Coudelaria do Rincão, perto de São Borja, para as grandes manobras da cavalaria, da infantaria, da artilharia ali da Terceira Região. *Bueno*, cheguei a ser cabo no Exército. Quase que segui a carreira militar. Porque... pô, era a grande saída. Bah! Minha mãe ficou exultante. Não passei num cursinho que o próprio comandante do meu pelotão, capitão Fábrega, sugeriu que eu fizesse lá em Santa Maria. Então, cumpri meu tempo, saí como cabo do Exército.

E depois?

Aí, de novo, vinha a questão do trabalho. Eu, em 1961, com 20 anos já, passei no concurso para o Banco do Estado do Rio Grande do Sul... Lá em São Luís Gonzaga tinha vaga para um contínuo. Na épo-

ca, contínuo era o trabalhador do banco que fazia serviço de rua, entregando duplicatas, pegando o aceite, dando o aviso, informando o cliente, essas coisas. E, como conhecia a cidade como a palma da minha mão, porque tinha sido entregador de jornal, sabia o endereço das pessoas de cor. Quando mais tarde se instalou o telefone na cidade, tinha 150 assinantes, facilitou um pouco mais o meu trabalho. Bom, então fui, por três anos, contínuo do Banco do Estado do Rio Grande, por concurso. Concorreram dezenove jovens da minha idade, também precisando daquele emprego. Passei. Depois fiz concurso interno e passei para escriturário do banco. Foi o meu primeiro e único emprego com carteira assinada, até hoje. Nessa época fiz, à noite, o Curso Técnico de Contabilidade. Penso que fui da segunda turma dessa escola criada pelo professor Raimundo Prates que, depois, me convidou para lecionar inglês nela. Eu me aposentei no banco, já em Porto Alegre, em 1996. Bom. Estou em São Luís então, nessa situação. Eu tinha aproveitado bem aquela circunstância de estudar com os padres americanos. Entrei num movimento, com jovens de lá, para conquistar uma escola... Aí já atuava na periferia de um movimento da Igreja Católica. Eu, lá em São Luís, fui vicentino. Vicentino é uma espécie de congregação. Na verdade, eu era um jovem, e os demais integrantes da congregação dos vicentinos eram pessoas mais velhas, pertencentes às camadas médias da cidade. E eu era o filho do carpinteiro, então acabava sendo o tarefeiro ali, dos vicentinos mais antigos, para fazer as campanhas, para ir nas comunidades e tal. Porque as pessoas modestas, humildes e pobres conheciam a minha família, a minha mãe, meus parentes. Mas então entrei na luta, que não tinha nada a ver com os vicentinos, junto com outros jovens, para criar uma escola de segundo grau na comunidade. Se não me engano, o Tiago Gomes era o líder nacional da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Hoje é Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, um movimento de organização de base da Igreja Católica.

Nesse momento, há uma imensa agitação política no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul. Brizola é governador; em 1961, ocorre a "cadeia da legalidade"[11] na luta pela posse do João Goulart na presidência da República. O Rio Grande do Sul é um viveiro de grandes lideranças trabalhistas: Jango, Getúlio Vargas, Leonel Brizola, Alberto Pasqualini,... O senhor tinha alguma simpatia pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)?

O meu pai, morador de periferia, numa cidade pequena, pobre, trabalhador... Era PTB naturalmente. Minha mãe também. Alguns parentes tinham o lenço vermelho, o que significava que eram "libertadores", ou "Maragatos", que nas revoluções de 1893 e 1923 foram adversários dos castilhistas – Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros. Mas, voltando à questão do PTB, a maioria, a base, o povo que morava naquela região da cidade era trabalhista. A gente ouvia rádio. Era rádio de bateria. A gente levava a bateria lá na oficina para carregar para depois ouvir a [rádio] Mayrink Veiga[12]. O meu pai ligava para ouvir os discursos do Getúlio, nos 1º de Maio, me lembro bem. Era aqui no Rio de Janeiro, na Estação da Central do Brasil. O Getúlio começava dizendo: "Trabalhadores do Brasil. Hoje, estais no governo. Amanhã sereis governo". E o meu pai refletia sobre aquilo. Tinha um tio meu, irmão mais velho da minha mãe, que era gaioteiro. Essa é uma profissão que não existe mais. Ele tinha uma gaiota, que é um pequeno veículo com duas rodas puxado por um cavalo, e prestava o serviço para um grande armazém que tinha lá no centro, entregando as compras que as pessoas faziam. E esse meu tio dizia: "Cassiano, Amélia, essa conversa política, eu desconfio. Eu, claro, voto no Getúlio, mas não é bem assim...". Eu sentia que tinha umas diferenças. O meu tio não aceitava fácil, como o meu pai e a minha mãe aceitavam o discurso do trabalhismo. *Bueno*, o meu tio, numa madrugada, no início de 1954, antes da morte do Getúlio, foi preso. Bom, ele morava do outro lado da rua, e quem é que ia dar água para o cavalinho dele, dar comida, dar ração? Eram os guris, éramos nós. E quem é que ia alimentar a família dele? Minha mãe dizia: "Meu irmão não é ladrão, não é criminoso, e está preso?". Ele estava incomunicável, na cadeia da cidade, onde tinha muito contrabandista e falsificador de dinheiro, gente que pagava advogado caríssimo. E, meu tio, quem é que ia tirá-lo da cadeia?

E foi preso por quê?

É isso que é a coisa [ri]. Foi preso porque estava colocando cartazes de crítica ao Getúlio. Aí se verificou que meu tio era ligado a uma pequena célula do PCB, lá em São Luís Gonzaga. Era pessoal mais do centro da cidade, com mais leitura, mas o meu tio era muito impulsivo... Foi preso pelo promotor da cidade, que ficava jogando carta no clube central, até alta madrugada. Quando saiu, encontrou o meu tio de pincel na mão, num dos postes do canto da praça... Só tinha uma única praça. E em cada canto da praça tinha um poste, com luz e um alto-falante, que nós chamávamos de "voz alegre", que dava avisos, para toda a cidade, chamava para as festas, e o povo às vezes se reunia em torno daqueles postes. Então, o poste era uma referência para colocar cartazes e coisa que o valha. E a tarefa do meu tio foi colocar um cartaz desses de crítica às políticas do Getúlio naquele momento. E o PCB era ilegal. *Bueno*, foi preso pelo promotor, imagina, foi direto para a cadeia, no flagrante... Aí que a minha mãe disse: "Bom. Se ele é comunista, eu também sou" [ri]. Aí, de repente, aparece um advogado – famoso lá na região de Santiago. Veio para São Luís para defender o meu tio. E minha mamãe perguntou: "Mas quem é que vai lhe pagar?". "Não. A senhora pode ficar tranqüila, porque eu pertenço a uma posição política, o seu irmão atua nela, e nós estamos aqui para..." Depois, esse meu tio, Pedro de Oliveira Beis, saiu de São Luís. Quem é que ia dar emprego para ele? Pobre, comunista. Não tinha como. Se mandou com a família e tudo para Porto Alegre, foi morar numa periferia das mais desassistidas, em cima de esgoto, no bairro Navegantes. E passou uns trinta anos sem a gente se ver. Depois, em 1979, nas lutas políticas, eu estou preso na Polícia Federal em Porto Alegre, vem o custodiante dos presos e diz: "Olha, tem um parente seu aí, chamado Pedro Beis, que quer lhe ver". Eu digo: "Bah! Faz tempo que não o vejo...". Aí chega o meu tio e diz: "Meu sobrinho, vim te trazer cigarro... E saber como tu estás?". Eu digo: "Olha, meu tio, que bom que o senhor veio aqui, mas eu, fumar, não fumo...". E ele: "Eu vim mais porque, quando eu fui preso lá em São Luís, e tu era guri, tu me levava comida numa viandinha na cadeia". Lembramos que o meu pai, quando o visitava, não entrava em discussão política, a minha mãe sim...

Ela se animava mais com esse assunto...

É. Mas o meu pai era tranqüilão, firme. Ele ia aos comícios do PTB, no tempo que o Pasqualini era candidato. Eu era guri. O meu irmão mais velho era bom no desenho. Meu pai pegava aqueles cartazes trazia para casa e o Antônio, meu irmão, redesenhava a figura do Pasqualini. Meu pai, no outro dia, ia levar lá no diretório do PTB. "Olha aqui, o meu filho fez..." Meu pai chegava do trabalho, 6 horas da tarde, cansado, e nós cortando lenha, ajeitando as coisas. Ele dizia: "Olha, gurizada, hoje tem comício. Vai passar um caminhão aí na frente de casa". Passava aquele caminhão levantando pó, parava, o meu pai, forte, alto, subia na boléia do caminhão e nos dava a mão, colocávamos o pé no pneu traseiro, ele nos puxava para cima. Lá mais para o centro da cidade, tinha dois clubes. Um era o Clube da Harmonia, que era dos ricos, da elite, e o outro era o União Operária, que era um clube mais modesto e de predominância do pessoal do PTB. Por sinal esse clube também era perto da cadeia [ri]. Num espaço vazio ao seu redor se davam os comícios. E nós, guris, ficávamos em roda de meu pai. Ele alto, chapéu na cabeça, ficava de longe ouvindo os discursos. E nós, correndo atrás dos foguetes que estouravam, para pegar aqueles cartuchos estourados e trazer para casa. Era o nosso jeito de brincar. Em 1961, na Campanha da Legalidade, eu já tinha prestado o serviço militar. Tinha saído há um ano do Exército. A minha mãe ficou preocupadíssima, eu poderia ser convocado. Acompanhávamos de longe, lá em São Luís, mas sabíamos que tinha um negócio contra o Jango...

Você ficou trabalhando no banco em São Luís Gonzaga?

De 1961 a 1970. Eu me casei em 1968 com a Judite. Até então eu era solteiro, era funcionário do Banco do Estado do Rio Grande do Sul e professor nessa escolinha comunitária que nós estávamos tentando legalizar. *Bueno*, veja, em 1964, que eu lembre, na minha cidade, não houve qualquer reação ao golpe. Eu via que a minha mãe sabia que os ricos, os poderosos estavam por cima da carne seca, e que o povo pobre ia passar por mais

dificuldades ainda. Essas eram as conversas da minha mãe, nas rodas ali, do povo pobre da nossa redondeza. O certo é que aquele nosso movimento foi crescendo e, depois do golpe de 1964, a coisa foi ficando *muy* apertada. Difícil era a Delegacia Regional da Educação registrar aquela escola com o conteúdo que nós propúnhamos: democrático, com eleição de direção, currículo e tal... Começou a ficar muito encardido, não é? E aí eu comecei também a ser uma liderança, marcada pelo poder local... O prefeito – por sinal, primo do Jango – era da Arena, e cunhado de um deputado da região, que tinha sido presidente da Assembléia Legislativa e presidente do Banco do Estado. Então, era gente poderosa na região. E a campanha crescendo. Conseguimos registrar a escola. Na verdade, eu não tinha formação de professor, mas tinha os cursinhos que a gente fazia ali em Ijuí, na antiga Fidene [Fundação Ijuiense de Ensino do Nordeste do Estado], dirigida pelos capuchinhos, hoje Unijuí [Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul]. Registrada a escola de segundo grau, veio a luta pela eleição direta de sua direção. Bom, diante da situação, o prefeito impôs uma pessoa da sua indicação. Aí, a maioria do povo que estava no movimento se sentiu agredida. Eu fiz artigos no jornal *A Notícia* sobre isto, mostrando inconformidade. Uma manhã, estou no banco trabalhando, aparece o prefeito da cidade no balcão, para falar com o *seu* Olívio Dutra. *Bueno*, o prefeito chega, começa uma conversa agressiva comigo ali. O expediente do banco não estava aberto ainda. "*Bueno*, mas o senhor quer uma conversa de outro conteúdo que não do meu trabalho aqui, então nós temos que sair para conversar." Saímos. E o prefeito me conduziu pára o seu carro. Já tinha um cara dentro do carro, e aí eles me levaram em direção ao quartel, para onde iam todos aqueles convocados a responder IPMs [Inquéritos Policiais Militares]... E eu disse: "O senhor tem que me respeitar como eu lhe respeito. O senhor é o prefeito, mas eu sou um cidadão e tenho emprego, o senhor me conhece, e eu confirmo o que disse e escrevi". E ele: "O senhor é um desaforado...". Eu digo: "Bom, então o senhor pára o seu carro. Essa coisa não vai ser decidida assim, me levando para onde o senhor quiser". Mandei parar o carro, eu saí por uma porta, ele saiu pela outra de revólver na mão. O prefeito da cidade! Aí o cara, o motorista, deu um jeito de controlar o prefeito, acalmá-lo e o colocar dentro do carro. E eu voltei a pé para o meu trabalho. *Bueno*... Pensei: "Vai cair o mundo em cima de mim" [ri].

E o que aconteceu?

Isso devia ter sido uma quinta ou sexta-feira. Segunda-feira eu já deveria ir para Porto Alegre transferido, se quisesse continuar no banco. Não conseguiram me demitir, porque não era nada da profissão, não tinha como. E eu já tinha um grau de consciência. Não assinara aquela desistência da estabilidade em troca do FGTS [Fundo de Garantia por Tempo de Serviço][13]. Tinha também participado de uma greve dos bancários em 1962, ainda antes do golpe, quando tinha um ano e alguns meses de trabalho no banco. Em São Luís não tinha sindicato dos bancários. Pertence à base do sindicato de Santo Ângelo. Mas o presidente da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul era de Santo Ângelo. Eu já era uma referência – eu era contínuo do banco, andava na rua, entrava nas agências, conversava com os colegas – e eles ligaram para mim: "Olha, Olívio, nós precisamos reunir o povo daí para uma conversa. Vamos chegar à tardinha". Respondi: "*Bueno*, aqui não tem sindicato. E também tem bancário mais velho que eu aqui...". A função de contínuo era o grau mais baixo da hierarquia funcional, mesmo que, no caso do Banrisul, fosse um funcionário concursado. O gerente, o contador e o tesoureiro eram as autoridades da agência, tinham respeito público, aquela coisa toda. Aí o pessoal disse: "Bom, mas tu convidas os bancários que queiram ir à reunião". Fiz uma convocação, e alguns companheiros se reuniram na Casa Rural de São Luís Gonzaga, que era a sede do sindicato dos fazendeiros. Mas era o único espaço disponível. Foi meu primeiro contato com essa coisa de sindicato, mobilização, greve. Aconteceu a reunião. O pessoal da Federação explicou que a greve tinha que ter sustentação ali, como em outros municípios. Fizemos uma discussão, uma votação, aderimos à greve. *Bueno*, ocorre que a maioria dos bancários vinha de outras cidades. Então, muitos aproveitaram para voltar para as suas localidades, ver a família e tal. A consciência era essa: "Bom, não tem expediente, vou lá para a beira do rio Piratini, descansar, tomar meus tragos...". Mas alguém tem que ficar aqui acompanhando, ir ao programa da rádio local dizer como anda a greve. Então, assumi essa tarefa... Havia uns quatro, cinco bancos na

cidade. Banco do Brasil ainda não tinha nessa época, veio dali a uns dois, três anos, se não me falha a memória. Mas tinha o Banco da Província, o Banco Nacional do Comércio e tinha a Caixa Econômica Estadual. E todos pararam. Os gerentes, os contadores, os tesoureiros foram trabalhar, mas não tinha gente para fazer o serviço. Bom, ocorre que a greve durou um, dois dias... Aí, veio instrução da Federação que a greve tinha acabado. E eu fiquei me perguntando: "Bom, mas para entrarmos na greve fizemos uma reunião. Agora, para terminá-la, não houve necessidade de reunião alguma?". E eu só fui ter resposta para essa pergunta dez anos depois. Por todo esse tempo fiquei me perguntando. Até porque teve gente que não ouvira o rádio, e não ficou sabendo que a greve tinha acabado, e não veio no dia seguinte para o trabalho.

MUDANÇA PARA PORTO ALEGRE, INGRESSO NA UNIVERSIDADE E MILITÂNCIA NO SINDICATO DOS BANCÁRIOS

Voltando à sua ida para Porto Alegre...

Pois é. Então, eu fui transferido naquelas condições que já falei, em 1970. Eu não estava sozinho, isolado, nós já tínhamos um grupo de pessoas lá em São Luís com identidade política... Tinha uma grande pessoa que se identificou conosco, o Flávio José Bettanin, que lá chegou depois do golpe de 1964, escapando de perseguição política, porque ele era advogado recém-formado e trabalhara em Sarandi, uma região de conflito de terra, dando assistência para os sem-terra. Ainda não tinha o MST[14], mas o Master[15] (Movimento dos Agricultores Sem-Terra)... Portanto, chegou lá perseguido, porque o golpe estava atrás de todos aqueles que tinham alguma vinculação com movimentos. Esse companheiro, depois, veio a ser meu compadre, batizou, mais tarde, meu filho, o Espártaco. Ele foi muito importante para o nosso debate. Vinha de dissidências do PCB e do PCdoB. Nós fazíamos encontros, tertúlias, lá em casa, com a minha mãe, com meu pai assistindo. Líamos livros comprados por reembolso postal e discutíamos... O golpe militar nos atingiu mesmo quatro anos depois com o AI-5[16], em 1968. E é aí que tratamos de cuidar uns dos outros, orientar, esconder os livros e tal...

Você nunca tinha tido envolvimento formal com nenhuma organização política?

Não, não tinha nenhuma relação orgânica com nenhuma organização. E não era filiado a nenhum partido. Tinha essa militância e essa consciência, que foi crescendo. Então, em 1970, houve aquele conflito com o prefeito, e aquela transferência. Imagina, numa cidade pequena, o povo lá, os jovens daquele movimento da escola comunitária e várias outras pessoas dizem: "Olívio, não vai". Digo: "*Bueno*, mas é o meu emprego". Eu já era casado, tinha o Espártaco, meu primeiro filho, e a Judite grávida da Laura. "Eu não tenho outra forma de sobreviver. Nem quero ficar aqui, dependendo de favor desses poderosos." E fui, antes da minha mulher, para Porto Alegre, começar a trabalhar. Me colocaram na agência mais periférica da rede do Banrisul, que, na época, era a meia quadra do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, no norte da cidade, Avenida Francisco Trein, esquina com Assis Brasil. Na frente da agência, funcionava a Indústria de Fogões Wallig. A política econômica do golpe militar se encarregou de quebrar aquela indústria. Os trabalhadores formaram uma pequena cooperativa autogestionária. Quando governamos o estado, fortalecemos essa cooperativa. Lembro dos horários de entrada e saída dos operários. Numa ocasião, a VAR-Palmares [Vanguarda Armada Revolucionária Palmares] assaltou uma agência do Banco Andrade Arnaud, dentro do Hospital Conceição, um hospital privado bem perto dali. Hoje o Grupo Hospitalar Conceição é um complexo hospitalar público, federal. Lembro bem que a gente estava trabalhando, e de certa forma torcia para que o povo que estava naquelas ações não se desse mal...

Você foi morar nesse mesmo bairro?

Fui. Desde que cheguei em Porto Alegre, moro num conjunto residencial na Avenida Assis Brasil. Essa agência onde eu trabalhava era mais ao norte ainda. Mas dava para ir a pé, digamos, uns quarenta minutos. Tinha ônibus... Um detalhe interessante: tive uma sorte que não é para qualquer um, porque me mudei uma única vez na minha vida. Lá, em São Luís, eu fiz um puxado na casa da minha mãe e morávamos lá. Fui o filho que mais tempo ficou perto deles. E, aí, vou para Porto Alegre e fico num apartamento onde ninguém havia morado. Era uma daquelas primeiras construções do extinto BNH [Banco Nacional de Habitação], cujo construtor tinha-se dado mal. Tinha sido financiado pelo Banrisul, e, para reaver parte do financiamento, o banco ficou com seis apartamentos mais um espaço para a agência, ali embaixo. E sorteou os apartamentos entre os funcionários com determinadas características familiares. E o meu colega que ganhou o apartamento tinha uma família maior do que a minha. Aí me indicaram para falar com ele, e ele me diz: "Ah, Olívio, não te conheço, mas somos do banco e tal, eu te alugo lá por tanto". Paguei aluguel por três anos. Outra coisa prioritária que fiz foi me inscrever na Cooperativa Habitacional dos Operários Bancários, que era do nosso sindicato. Mas era o canto de cisne das cooperativas, porque o regime militar estava acabando com elas. Eu me filiei ao sindicato, à cooperativa de consumo dos bancários e à cooperativa habitacional. Bom, nenhuma dessas cooperativas hoje existe mais. A cooperativa de consumo, quando eu cheguei em Porto Alegre, já estava-se esmilingüindo, porque o regime militar queria destroçar toda e qualquer estrutura que desse força para uma categoria. Os bancários tinham força porque eles podiam fazer greve por um, dois meses, sem receber salário, podendo comprar a crédito na cooperativa. E tinham também a cooperativa habitacional, que construíra boas casas para centenas de famílias de bancários. O golpe foi destruindo tudo isso. Mas, voltando à questão do meu apartamento: depois, meu colega passou o contrato do BNH para mim, e eu fiquei pagando para ele uma parte pela venda, mais a prestação do BNH. Foram longos anos. Até que pude pagar tudo e passei a ser proprietário. Criei dois filhos naquele apartamento de dois quartos, e penso que criei bem.

E você se envolveu com o sindicato logo que chegou à capital?

Quando chego em Porto Alegre, o Sindicato dos Bancários já tinha passado por três intervenções. Eu não sabia, evidente. Aí, eu me sindicalizei e passei a militar na base do sindicato... Eu não conhecia a vida de sindicato, mas sabia que a coisa estava ruim. Ia ao sindicato depois do expediente, à noite. Pegava um ônibus, ia ao centro, descia no Mercado, ia a pé até à sede, no edifício Cacique, 11º andar. Não encontrava quase ninguém lá, só alguns diretores. Mas sempre encontrava um cidadão com farda do Exército dentro do sindicato. Eles passaram a me conhecer. Eu pegava os panfletinhos que tinha em cima do balcão... Assim conheci o Dieese [Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos]. Tinha um papelzinho do Dieese sobre salário, economia, reajuste e tal. *Bueno*, eu achava que aquilo era importante. Chegava lá na minha agência, distribuía de mão em mão. E, como havia outras agências no meu caminho, eu aproveitava, e entregava nelas também. Foi nessa época que freqüentávamos, a Judite e eu, o Teatro de Arena, nos altos do viaduto da Rua Borges de Medeiros. Não me esqueço de uma peça muito simbólica para mim: *Jornada de um imbecil até o entendimento*[17].

Nessa época, você também ingressou na universidade. Não foi isso?

Sim, uma das primeiras coisas que faço quando chego em Porto Alegre, depois de resolver a questão da moradia, para trazer a Judite e meus filhos, foi me inscrever no vestibular do Instituto de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para ingressar na faculdade no ano seguinte. Eu tinha sido professor daquela campanha nacional e não tinha o registro. Achava que aquela luta podia me chamar de novo e aí eu tinha que estar preparado. Então, sou licenciado em língua e literatura portuguesa e inglesa, da turma de 1975. Mas só pude fazer isso porque eu não fazia hora extra no banco. Fazia tudo quanto era sacrifício. Fazia o meu orçamentozinho dar. A Judite, minha mulher, é professora primária, alfabetizadora,

sem curso superior, mas concursada da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul. Ela também foi transferida, e dava aula na Vila Santa Rosa, no norte da cidade. Segunda, eu freqüentava as aulas pela manhã, e o Instituto era ali no Parque Farroupilha, no [bairro do] Bonfim. Eu descia do ônibus na Avenida Farrapos, subia e descia a pé a Barros Cassal. Só não assistia à última aula, porque eu tinha que estar às 12h30 lá no norte da cidade depois de fazer aquela caminhada de volta e pegar o ônibus... Por conta disso eu me formei um ano depois da turma que entrou comigo. Mas penso que foi muito importante. Além das aulas, podia participar muito pouco... A faculdade teve um impacto razoável na minha vida, mas eu era mais, digamos, um trabalhador que estudava. Mas fui aluno de professores que não esqueço: professora Nora, Guilhermino César, Elpídio Paes, Donaldo Schüller, Flávio Loureiro Chaves... Mas não tinha tempo de viver o ambiente universitário. Naquela época, o grande debate se deu na campanha eleitoral. Lembro do debate entre o Paulo Brossard, que era o candidato ao Senado, contra o Nestor Jost, que era a grande figura da Arena, da ditadura, diretor do Banco do Brasil. Todo o campo democrático-popular votou no Brossard. Mas eu não vivi o movimento estudantil, não participava...

Na sua militância na área bancária, vocês tinham alguma aproximação com o MDB?

Sim. Eu militava na base da minha categoria e de movimentos sociais na periferia, da Igreja, das organizações de base... Aí tem uma coisa curiosa. É que eu tinha mudado o motor da minha geladeira, para adaptá-la à voltagem de Porto Alegre. A geladeira ficou fazendo certo rumor. Bom, eu conto isso por quê? Porque aí um pessoal de diferentes tendências políticas, de esquerda, soube que eu era um militante social e tal... Contataram comigo em busca de arrumar um espaço para reuniões. Hoje, dessas pessoas que participavam, tem gente no PSB, no PT, no PCdoB, no PMDB. Eram pessoas num campo de esquerda que lutavam contra a ditadura e lutavam pela anistia, proteção aos perseguidos políticos. E, depois de vários contatos, num esquema semiclandestino, eu ofereci o meu apartamento. "Olha, se vocês acharem que tem segurança... Eu moro nessas condições." Até que um deles foi lá, a Judite e meus filhos já estavam sabendo das coisas, aí ele disse: "Ah, mas está bom, porque a gente conversa aí dentro e esse rumor dessa geladeira não deixa ninguém ouvir ali fora" [risos]. Então, ficou um bom lugar para aquele povo... Eram cinco, seis que se reuniam. Eu e a Judite pegávamos o Espártaco, pequenininho, e a Laurinha, de colo, e nós íamos passear. Esse pessoal era de um campo onde o frei Betto tinha uma orientação geral, embora eu nunca tivesse nenhum contato direto com ele na época... Eu sempre fui periferia da Igreja Católica, não é? Mas eu, já em São Luís, lia material da Igreja Católica progressista latino-americana... Essa Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) era também da base progressista da Igreja Católica. Eu tinha sido vicentino, sem nunca ter sido coroinha [ri]... Eu me considero um cristão marxista. Isso significa que eu não sou nem bom cristão e nem bom marxista. Mas assumo integralmente essa contradição. E, quando eu chego em Porto Alegre, é bom lembrar, tem dois bancários presos pela ditadura. Um era o Valneri Antunes, que depois foi vereador do PDT, na época era secretário-geral do Sindicato dos Bancários...

Ele faleceu num acidente, depois de eleito deputado, não é?

Faleceu em campanha, antes da eleição. O outro, se não me engano, era tesoureiro da Federação dos Bancários. Hoje ele é alto executivo do [Banco] Santander. Eu não conhecia nenhum dos dois, nem sabia as condições em que foram presos. O certo é que o povo foi dizendo para a gente: "Olha, estão presos e sofrem maus-tratos que ninguém sabe... O sindicato não quer ou não pode denunciar". Aí ficamos, reunindo e fizemos um texto denunciando a prisão daqueles dois bancários. Foi uma construção demorada porque era difícil se reunir sem ser percebido. O sindicato estava esvaziado. E os meus colegas na agência diziam: "Olívio, não te mete nisso, rapaz. Tu vieste lá do interior". Mas ao mesmo tempo eles iam tendo uma relação muito boa comigo... O sindicato tem uma história. Penso que nunca esteve nas mãos da direita... Eu não conhecia a direção do sindicato, o presidente era o Luís Carlos Mazuhy Cunha, um funcionário do Banco do Brasil,

advogado, uma pessoa já dos seus 40 anos. Um dia, ele chega lá na agência, queria falar comigo. Sentou, eu trabalhando no banco, ele disse: "Olha, meu colega, eu não te conheço, mas eu tenho te visto no sindicato. Não sei se tu viu que tem um cidadão fardado lá. E, agora, está chegando material denunciando a prisão dos dois bancários e tal. Eu queria te alertar que a coisa é séria. Essa direção agora se elegeu depois de intervenções no sindicato...". *Bueno*, contou como é que era o controle sobre o sindicato. E depois eu soube que ele era de uma corrente mais ligada ao Partidão [PCB]. *Bueno*, a maioria do sindicato não tinha militância política, que eu saiba, mas estava lá meio que se protegendo da insegurança do emprego no banco. E o sindicato paradão, por conta da situação, claro, mas por conta também de um imobilismo que não rompia com isso. E começou a me martelar na cabeça aquela pergunta lá detrás, da greve de 1962. Aí, eu digo: "Olha, presidente, que bom que tenhas vindo aqui. Eu, realmente, tenho ido lá, eu trago o material que encontro no balcão. Acho que esse Dieese é um órgão importante porque bancário gosta muito dos números, ver os dados, comparar a economia, o crescimento, o salário, a riqueza, a renda, o lucro dos bancos. Então, esse materialzinho eu trago – mostrei para ele – e penduro naquele quadro, onde o pessoal vai tomar cafezinho. Eu faço isso também nas agências no meu caminho...". Aí ele disse: "Pois é. É isso que nos falta".

Foi aí que você entrou na direção do sindicato?

Isso. Numa outra ocasião, ele me disse: "Olha, vai ter eleição no sindicato. Não tem candidatura, ninguém quer. E estão precisando que tu estejas numa chapa lá, na executiva". Eu digo: "Olha, eu não posso, não tenho condições, nem representatividade, nem conhecimento da coisa. Eu quero continuar na base". Naquele tempo, só tinha três cargos liberados para a executiva: era o presidente, o secretário-geral e o tesoureiro. "Não, mas é para ser liberado, vamos te colocar de secretário-geral..." "Não. Não." Não fui para a executiva. Mas me colocaram de quarto suplente numa chapa de reeleição do Mazuhy, e disputamos com uma oposição de centro-direita. Ganhamos. Mas eu não era liberado. Não tinha ainda o delegado de base, que era uma luta nossa... Depois, anos mais tarde, os banqueiros espertos se apropriaram daquela proposta e transformaram todos os integrantes da chapa em liberados. Imagina só... O que era para ser um vínculo do sindicato com a base passou a ser um inchaço do sindicato e o afastamento dele lá da base. *Bueno*, mas então eu fiquei na base, até que outros diretores, que tinham-se colocado na chapa só para se proteger, e, em melhores condições, negociaram suas rescisões de contrato de trabalho com o banco, saíram. Aí eu fui, no final do mandato do Mazuhy, convocado para assumir a Secretaria de Divulgação do Sindicato. Construímos comissões, ligando o sindicato com a base, intensificamos a luta contra a estrutura sindical e o peleguismo, com mais criatividade no material... É dessa época nossa aproximação com a cooperativa dos jornalistas (Coojornal[18]). Dinamizamos muito a comunicação. Começamos a fazer reuniões, nos bairros, mais perto dos locais de trabalho... Isso até 1975, quando em nova eleição fui eleito presidente. Então, esse trabalho que vinha desabrochando se alastrou e se enraizou.

Nessa diretoria anterior, que forças políticas estavam presentes?

Olha, o presidente, como eu já disse, tinha certa proximidade com o Partidão... Depois, falando com o pessoal mais antigo, eu entendi melhor. Inclusive um deles, meu colega do Banrisul, já falecido. Ele tinha sido militante periférico do Partidão, mas me contou que não achava jeito de convocar o pessoal, porque havia muito medo e indiferença dos colegas no local de trabalho. Então ele fazia uns comícios-relâmpago, e depois só ele ia para a assembléia. No outro dia, ele voltava e dizia: "Vocês são *tudo* uns pelegos!". E, aí, o pessoal que gostaria de ter ido, mas não ia, por *n* razões, inclusive medo, apelidou ele, carinhosamente, de "Pelegão". Ele era muito querido. E eu perguntei para ele: "Pelegão, estou com uma pergunta sem resposta há mais de dez anos. Como é que aquela greve de 1962 terminou de um dia para outro, assim, sem precisar de reunião?". "Olha, Olívio, vou te contar: ali na Andrade Neves, que é paralela à Rua da Praia, tinha um restaurante, um bar que tinha um mezanino, o Adega Espanhola, onde cabia umas trezentas pessoas, onde o pessoal tomava também um chope e tal. Nós fizemos uma reunião que encheu aquele espaço. Bah! E o pessoal se empolgou e deflagrou a greve...

Mas não tínhamos instrumento nenhum de organização. E aquele povo subiu a Rua da Ladeira e foi ao Palácio do Governo." Era o Brizola o governador. "Subimos até lá. Era quase meia-noite. Ficamos importunando, na portaria, para o governador nos receber. Até que o Brizola nos recebeu e nos passou uma carraspana." Aí, pelo que ele me contou, o pessoal do PTB na categoria disse que não queria nada do governo a não ser que não houvesse nenhum destacamento da Brigada Militar impedindo eventuais piquetes na porta dos bancos. O Brizola disse que podiam ficar tranqüilos, que ele ia instruir a polícia para não reprimir. No outro dia, realmente, não teve polícia na porta do banco; mas quase todos os bancários foram trabalhar. Mas no dia seguinte a greve tomou corpo, e ia acontecer a convenção do PTB – lembrem que eu estou falando de 1962 – que ia decidir o candidato do PTB à sucessão do Brizola. E o candidato escolhido foi o Egídio Michaelsen, que era banqueiro, diretor do Banco Agrícola Mercantil, e da direção do Sindicato dos Bancos. Era um homem honrado, honesto, tudo bem, mas era da estrutura... Chegou a ser, se não me engano, no curto período do parlamentarismo, ministro de Indústria e Comércio... Aí, por conta disso, o Brizola chamou lá o pessoal, e disse...

"Todo mundo para casa..."

É. "Todo mundo para casa. Porque não interessa para o governo, certamente não vai interessar também para vocês, qualquer confronto, conflito. E vamos encerrar essa greve." "Mas, governador, os banqueiros nem conversaram conosco ainda..." "Não. A gente conversa com o Egídio." Não sei mais o quê e tal... O certo é que assim terminou aquela greve. Quando o Pelegão me contou isso, consolidou-se mais na minha consciência que o pessoal da antiga estrutura sindical, do trabalhismo getulista e do PCB, achava que, estando próximos dos que estavam no poder, teria melhores condições de encaminhar as coisas. E reduzia-se tudo a essa negociação de cúpula, sem nenhuma participação de base. Portanto, quando chegava a hora da onça beber água, o movimento não tinha força. A convicção de que a construção da nossa força tinha que ser pela base, por local de trabalho, ganhava terreno. Com essa convicção fomos realizar novo trabalho como direção do sindicato a partir de 1975. E, em 1978, fomos reeleitos com um percentual ainda maior de reconhecimento da categoria. Em 1979, irrompe uma grande greve, a categoria já num bom grau de organização por local de trabalho e uma consciência já bem alastrada da importância da luta política contra a ditadura, pela liberdade, pela democracia, pela anistia e por tudo mais. Estávamos em todos esses movimentos: comunitários, de luta contra a carestia, transporte coletivo e saúde. Um dia destes, encontrei um empresário, uma pessoa boa lá do meu bairro, e ele me disse: "Bah! Olívio, tu sabes que eu não tinha me dado conta, mas nós nos conhecemos trinta anos atrás numa reunião na associação do bairro Passo d'Areia, perto de onde eu tinha uma loja". Disse: "É o bairro onde moro". A associação dos moradores, na época, era dirigida pelos comerciantes do bairro. Certamente, a minha presença ali era uma coisa meio estranha para eles. Mas enfim...

Em 1975, tu já tinhas também esses outros contatos na periferia dos grupos de esquerda, sediando reuniões em casa etc. Na hora de discutir essa opção, de ser candidato a presidente do sindicato, houve algum debate com grupos organizados ou pessoas que fossem referência de correntes políticas?

Não. Nós montamos a chapa pensando na representação dos vários bancos... Entendíamos que tinha que ter maior participação dos bancos privados, onde o trabalho sindical era muito mais difícil, particularmente no Bradesco, que era o maior. E, evidentemente, comprometidos com um programa de atuação centrado no combate à estrutura sindical corporativista, na construção do sindicalismo pela base, estruturação por local de trabalho, comissão de mobilização... Antes de eu ser presidente do sindicato, já tinha começado uma relação de revigoramento intersindical, que possibilitava um intercâmbio entre sindicatos através das suas direções, uma frente sindical. Mas confesso que fui me dar conta, concretamente, objetivamente, das diferentes facções em que a esquerda se dividia na luta sindical. Porque, quando estava em São Luís, antes de ir para Porto Alegre, eu achava que todos os comunistas, socialistas eram irmãos e solidários... Eu, desde São Luís Gonzaga, me definia como um marxista-cristão. Como eu disse, eu lia publicações da Igreja Progressista da América Latina, em

especial do Chile. Comprava livros pelo reembolso postal e era assinante do *Sedoc* (Serviço de Documentação) e da *Revista Católica de Cultura*, ambas da Editora Vozes.

Eu lembro que li uma entrevista tua que falava do Plekhanov, se não me engano, como um autor que teria tido uma influência...

Ah! Sim, eu li *O papel do indivíduo na História*[19]... Na verdade, eu sofri uma influência estranha e acho que muito rica e instigante... Na Escola Técnica de Comércio de São Luís Gonzaga, eu já mais taludo e já trabalhando no Banrisul também, o curso era à noite, conheci o professor Alaor Terra, juiz de direito na cidade, um catolicão tradicional. Eu freqüentava a igreja, ia na segunda missa aos domingos, e depois naquelas reuniões dos vicentinos na casa paroquial. E lá estava ele. Mas ele em suas aulas sugeria leituras variadas e fora das matérias técnicas, me instigava a ler Jacques Maritain. Os vicentinos lá eram pessoas comuns. Um era negro e subtenente do Exército, outro era pequeno comerciante, outro juiz, outro advogado. Mas para a cidade não era o povo, a base. O mais povo ali era eu. Um deles, depois, foi tido como quem denunciava a esquerda lá no quartel da cidade. Mas, então, o juiz Alaor Terra – depois ele veio a ser desembargador do Tribunal de Justiça do Estado – numa noite, após a última aula, saímos juntos, para casa a pé, passava pela frente da casa dele, quando ele me convidou: "Chega aqui que eu vou te emprestar um livro". Era *O poder e a glória*. E eu passei a ser leitor do Graham Greene, um escritor católico inglês... E aquele livro não simplificava a vida como conflito entre o certo e o errado, o bem e o mal. Era um romance sobre a problemática do ser humano, que não é anjo e que vive intensamente a vida com seus desafios e limitações, e a luta social... O espaço histórico político do livro é a Revolução Mexicana, e tem um padre como personagem, com todos os seus dramas, limites, conflitos éticos e morais e, digamos, pecados e virtudes. Então isso me deu uma dimensão diferente do cristianismo e do catolicismo do dr. Alaor. Outro livro, que me chegou pelas mãos de outro juiz, o dr. Luiz Rodrigues Pinto, que dirigiu o Foro de São Luís Gonzaga mais tarde, foi *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, do Engels. Claro que eu fiz questão de ler. Mas, para isso, já tinha uma leitura bastante sólida dos pensadores cristãos. O embate que o Alceu Amoroso Lima tinha com o Gustavo Corção. Os embates, também, entre uma linha católica européia conservadora e outra progressista, as discussões no Partido Comunista Italiano, no Partido Comunista Francês, no chamado diálogo entre cristãos e marxistas[20], aquilo me interessava e eu lia, mas nunca me aprofundei... Tinha referências básicas... *Bueno*, mas, como eu ia dizendo, só no sindicato, já em Porto Alegre, é que eu fui me aperceber do significado dos variados matizes, no pensamento comunista, socialista. Na prática, ocorria muita coisa que era lastimável. Não se construía facilmente a fraternidade, a irmandade, a solidariedade. Mas eu me sentia bem trabalhando nesse contexto carregado de contradições...

DA INTERSINDICAL AO PT

Mas, como presidente do sindicato, nesse período de 1975 a 1979, como era o seu contato com esses outros sindicatos, de outras regiões do país?

Nós reconstruímos, no início da década de 1970, algo semelhante ao PUA (Pacto de Unidade e Ação[21]), que existiu antes de 1964, agora com o nome de Intersindical[22]. Quando chegamos no sindicato, portanto, essas relações já existiam e tratamos de ampliá-las e consolidá-las. A discussão se alastrou além daquelas categorias, além do estado, foi tomando dimensão nacional, no relacionamento com direções de diferentes sindicatos. Em 1975, eu conheci o Lula. Nós já nos comunicávamos por telefone. Eu, eleito presidente do sindicato, convidei o Lula, por conta do que o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo vinha levantando na questão do arrocho salarial. O ministro da Fazenda da ditadura era o Antonio Delfim Netto, e ele tinha feito um cálculo da inflação que tinha surrupiado do reajuste dos trabalhadores um percentual significativo. O Dieese provou

isso "por a + b", então não era só uma questão político-ideológica, era um dado da realidade, e aquilo estava nos mobilizando. E os metalúrgicos do ABC, o centro mais dinâmico da economia do país e com a maior concentração operária, estavam levantando isso. E nós também já vínhamos realizando esse debate. Então recebemos o Lula lá no Sindicato dos Bancários. A partir daí, tivemos uma relação constante, permanente, na luta, na amizade, nas relações, inclusive, entre as nossas famílias. E também começamos a trabalhar em nível nacional, criando condições, na luta sindical e democrática, de fugir das perseguições ou das limitações impostas pela ditadura. Tinha o aniversário do Sindicato dos Metalúrgicos de Minas Gerais, lá de João Monlevade. Bom, vamos lá. O João Paulo [Pires de Vasconcelos] era um companheiro que tinha militância na Pastoral Operária da Igreja e tal. Bom, arrumamos motivo e condições para irmos, de diferentes regiões do país, naquele ato, comemorar o aniversário. Mas, na verdade, fizemos uma reunião para avaliar como é que se encadeavam as lutas, como é que estavam indo, trocar experiências. A posse do Lula como presidente do sindicato também foi um grande acontecimento e outra nova reunião. E foi-se alastrando a consciência crítica à nossa estrutura sindical, ao sindicalismo oficial e se consolidando a idéia de uma central sindical. Criava-se também a Anampos [Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais][23], em que se entrelaçavam todos os movimentos, preservadas as características de cada um. Esses movimentos depois desaguaram nos encontros de Praia Grande. E, depois, a primeira cisão, de onde saiu, de um lado, a CUT, do outro, a CGT [Confederação Geral dos Trabalhadores][24]...

E como é que você toma contato com essa idéia de criar um partido?

Na época da eleição de 1978, o Fernando Henrique Cardoso circulava como grande sociólogo, se comunicava muito bem, reunia a juventude nas universidades, e, eventualmente, se reunia com lideranças sindicais. Quando voltavam os exilados, como o Gabeira, também reunia gente nas universidades e praças e ia até em alguns sindicatos. Então, a idéia de criação de um partido político começa a aparecer lá por 1977, 1978... Nesses nossos encontros, se trocava idéia sobre isto. Eu confesso que era mais retraído no debate dessa questão. O Lula sempre foi mais decidido. Não que eu fosse contra... Não era desconfiança, era certo temor de que isso pudesse dividir o que nós tínhamos ainda que unificar mais. Mas nunca achei necessário tensionar sobre isto. Fui me convencendo que era importante trabalhar a dimensão política da luta econômica, da luta localizada, das lutas sindicais, das lutas comunitárias... Tinha consciência de que as estruturas partidárias de então e de antes do próprio golpe não eram e nem tinham perspectiva de ser uma opção... Bueno, mas, quando surgiu a idéia do PT, eu fazia tudo para não misturar a minha ação como presidente do sindicato com o meu papel de integrante da comissão pró-PT. Integrei a primeira comissão, com convicção, mas sempre muito cuidadoso sobre essa questão. Lembro bem que eu estava no sindicato e um companheiro, funcionário modesto do sindicato, seu Pedrinho, chegou para mim, disse: "Seu Olívio, o senhor é uma pessoa que a gente gosta muito. A gente tem o senhor como uma referência de trabalhador aqui no sindicato... Eu soube pelo jornal que o senhor está nessa luta do Partido do PT. Mas, como o senhor nunca nos falou isso, o Dr. Tarso (que era advogado do sindicato e era militante do PMDB) tem nos chamado lá no gabinete dele para nos filiar no PMDB, porque tem umas disputas lá, e a área dos trabalhadores no PMDB pode ganhar força. Mas eu queria saber se o senhor quer que a gente se filie no PT ou não". Aí eu fiquei encabulado, não é, porque eu não falava isto dentro do sindicato, para não misturar as coisas. Bueno, eu digo: "Olha, seu Pedrinho, foi bom o senhor me falar porque aí a gente, numa outra ocasião, fora do sindicato, pode fazer uma reunião para tocar adiante essa discussão". Bueno, aí, numa outra ocasião, o Tarso me convida para ir na casa dele, no bairro Assunção, em Porto Alegre. O Fernando Henrique Cardoso estava nessa reunião com intelectuais e eles queriam também a presença de uma liderança sindical. Eu fui nessa reunião. Sentei num cantinho, meio longe, desconfiado, e eu – cabelo grande, bigode – fiquei lá ouvindo, atentamente. E o Fernando Henrique foi fazendo uma conversa meio que desconsiderando e criticando o movimento pró-PT. Eles defendiam outra concepção de partido, a proposta era criar um "Partido Popular", mas não era o do Setúbal[25]... Era um grupo de intelectuais da esquerda do PMDB, e eu fiquei ali,

sem dar uma palavra. Tempos mais tarde, o Lula me fala que o Fernando Henrique teria dito para ele: "Lula, tu tem um amigo teu lá em Porto Alegre, aquele sindicalista bancário... Pelo que eu percebi do jeito dele lá, eu acho que aquele cara, no mínimo, é do PCBR [Partido Comunista Brasileiro Revolucionário]" [risos].

Mas por que ele fez essa avaliação?

Eu não sei por quê. Eu não fiz nenhuma pergunta para ele. Eu fiquei quieto, só fiquei quieto... Talvez o meu bigode, e o meu cabelo... [risos]. Mais adiante, teve um grande encontro lá em São Bernardo, com Fernando Henrique e outros, em que nós desmontamos aquela idéia deles, de desconstituir o movimento pró-PT. Eu sei que nós fizemos todo aquele esforço, dentro daquela legislação da ditadura, impeditiva, que criava tudo que era percalço para que não saíssemos a campo, e saímos. Antes, tínhamos nos mobilizado contra uma proposta do Jarbas Passarinho, que como ministro do Trabalho e da Previdência impunha mudanças na área previdenciária, desconstituindo direitos. Nós fizemos reuniões quase clandestinas, elaboramos carta, panfletos, viajamos nos escondendo da Polícia Federal [PF], para apanhar o maior número possível de assinaturas de lideranças de base sindical. As federações pelegas tentando impedir, num trabalho subsidiário ao da PF. Em 1979, eclodiu a greve dos bancários. Uma greve duramente reprimida pela ditadura. Os principais dirigentes foram presos. Passei catorze dias na carceragem da PF em Porto Alegre e tivemos cassados os nossos direitos sindicais. A categoria conquistou a unificação nacional da data-base. A greve propiciou um avanço político importante na tomada de consciência e se inseriu num processo de luta afirmativa contra a ditadura e o poder dos banqueiros...

Quem eram os seus principais interlocutores nos outros sindicatos bancários nesse momento?

Tinha o pessoal de São Paulo, da Bahia, de Minas Gerais. Eu esqueço às vezes os nomes, mas lembro do Arlindo, de Minas, que era inclusive da base católica. Na Bahia, tinha um companheiro que era do PCdoB, em São Paulo, eram diferentes correntes, tinha o Augusto Campos e mais outros, tinha também aqui em Curitiba, no Rio de Janeiro, o Ivan Pinheiro do PCB. Mas, na maioria dos sindicatos, na verdade, eram as oposições sindicais que ainda não tinham conquistado o sindicato, mas tinham força na base. E demandávamos junto aos parlamentares, tanto no nível local, estadual, quanto nacional. Isso comprometia alguns deles. Outros faziam um discurso ambíguo. Enfim. Isso tudo ia criando uma idéia de que tinha que avançar no processo de construção de um partido com compromisso com as lutas, que pudesse levar adiante os interesses da classe trabalhadora no campo político.

Vocês chegaram a ter, no sindicato, um nível de organização de base muito forte...

É. Na nossa base sindical, 85% eram sindicalizados. E nós desencadeamos um processo em que o sindicato foi-se tornando cada vez mais independente do Imposto Sindical. Nós não podíamos acabar de vez com o Imposto Sindical, infelizmente, até hoje não acabamos. Mas, naquele momento, passamos a discutir com a categoria, nas assembléias, formas de os filiados, conscientemente, contribuírem com novas fontes de recursos para o sindicato. Recursos que pudessem ser aplicados livremente, sem a dependência do Imposto Sindical, que a Delegacia Regional do Trabalho fiscaliza, cobra, exige, e a qualquer pretexto político enquadra o sindicato num controle de cima para baixo. Infelizmente, o Imposto Sindical funciona como um estabilizador da burocracia sindical. É uma discussão ainda não concluída. Acho um equívoco que ainda haja companheiros no campo da esquerda tergiversando sobre essa questão. Eu fui constituinte e me lembro bem. Quando chegou a hora de unificar o campo da esquerda contra a estrutura sindical, a Confederação Nacional da Indústria, os representantes do antigo PCB e grande parte da representação de esquerda se somaram para impedir uma votação que extinguisse o Imposto Sindical.

Nesse contexto, então, da greve de 1979, você foi preso, e o sindicato sofreu uma intervenção.

Mais uma, não é? Porque ele já vinha de outras intervenções. Eu era da terceira direção eleita pela cate-



Da esquerda para a direita: Tarso Genro, Olívio Dutra, José Fortunati (ao fundo), Lula e Bisol na campanha de Olívio para prefeito de Porto Alegre (1988).

goria, sem intervenção. Mas aí houve a intervenção. Nós fomos presos pela Polícia Federal. Fiquei catorze dias. Eu, o Felipe [Luiz Felipe da Costa Nogueira], a Ana [Lucia Valença de Santa Cruz], o José Luís Carneiro Cruz, o Nilton Azevedo. Alguns ficaram algumas horas, outros alguns dias. Eu fiquei catorze dias. Nesse ínterim, claro, a Intersindical nacional se mobilizou, Lula, Jacob Bittar, Wagner Benevides, Arnaldo Gonçalves, e tantos outros vieram aqui, apoiar a categoria, pressionar o governo do estado, a Assembléia, enfim. A prefeitura – o prefeito era nomeado pela ditadura – sem demora retirou a licença para nos reunirmos no auditório Araújo Viana, que era o espaço mais adequado... Mas antes disso houve um grande show de solidariedade à greve, muita mobilização da base das Igrejas – não só da Igreja Católica, mas também da Igreja de Confissão Luterana –, dos movimentos sociais, até de bairros... *Bueno*, por isso mesmo a greve se sustentou, porque não dependia exclusivamente da nossa liderança ou da nossa presença física no comando. Tinha uma estrutura de comando, que nós fomos estruturando no tempo. E ela resistiu por um bom período.

Foi justamente nesse momento que o Brizola voltou do exílio, não é?

O Brizola chega nessa época no Brasil, fica em São Borja e não vai para Porto Alegre, enquanto a greve, e tudo que ela representa, vai continuando. Foi recomendado a ele não ir a Porto Alegre enquanto a greve não fosse debelada. Ele foi até Carazinho, achando que a greve ia se esmilingüir. E a greve tinha força, era de baixo para cima. Ele voltou de Carazinho para São Borja, sem tomar posição sobre a greve. Mas, depois de tudo passado, um companheiro, o João Paulo[26], presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário, em Porto Alegre, que era trabalhista e tinha uma relação muito estreita conosco na Intersindical, falou comigo da possibilidade de irmos conversar com o Brizola. Com a cassação nos instalamos no seu Sindicato, na Rua Pinto Bandeira, 513, no centro. Aí, por convite dele, depois de uns meses, fui levado a conversar com o Brizola, numa casa num bairro nobre de Porto Alegre. Fiquei umas três horas conversando com o Brizola. Na verdade, ouvindo-o, não é, porque conversei muito pouco [ri]. Ele ficou muito chateado porque eu dizia: "Olha, governador, nós estamos cassados, fomos presos, o sindicato está sob intervenção, e os militares não precisaram usar nenhuma lei de exceção, nenhum ato institucional, eles se basearam na CLT". E eu sabia de cor: "Artigo tal e tal da CLT...". Ele respondeu: "Bah! Isso é uma maldade. A legislação trabalhista é uma conquista do povo trabalhador. Tem, sim, coisas a serem reformadas, mas... Um dos orgulhos nossos é esta legislação. Eu acho que há uma incompreensão...". Ele já estava também mostrando certa indisposição com o Lula. Mostrava certo desconhecimento ou menosprezo para com os movimentos que surgiram no Brasil durante seu exílio. O Brizola, penso, chega ainda achando que ele era o dono da cena. *Bueno*, ele demorou um pouco para compreender melhor isso. Eu não estou tentando desconstituir a figura histórica, a importância do Brizola, do trabalhismo social. Mas, nesse momento, ele estava com ressentimento, por conta de um movimento social operário, de trabalhadores, que não surgia dentro do esquema do trabalhismo, como também não estava dentro do esque-

ma dos partidos tradicionais da esquerda. Bom, depois, também, o Brizola foi convidado para uma reunião no ABC com os sindicatos e a base operária, e lá também... [ri]

Não deu muito certo...

Não deu muito certo. Claro, depois o Brizola veio a compor conosco numa eleição para presidente da República. Foi vice do Lula em 1998. Mas aí já era outra história... Veja: fui candidato a governador do estado, como o Lula foi, em 1982. A primeira eleição que o PT enfrentou após o seu registro. Nós tínhamos que ter candidaturas a governador em quatro ou cinco unidades da federação. Em Santa Catarina, tivemos o companheiro que hoje é diretor do Banco do Estado de Santa Catarina[27]... Aqui, no Rio de Janeiro, foi o Lysâneas Maciel, um grande companheiro, que veio do antigo MDB, companheiro militante da Igreja de Confissão Luterana. Completamos o número mínimo de candidaturas e fomos para a luta. Não elegemos nenhum governador. No Rio Grande do Sul, elegemos, em todo o estado, um único vereador, que foi em Porto Alegre, o Antonio Hohlfeldt, hoje já não mais no PT. Foi uma semeadura muito importante.

AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS ELEITORAIS E A CONQUISTA DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

E como é que foi, pessoalmente, essa campanha de 1982? Assumir esse papel de candidato pela primeira vez?

Ah, nós tínhamos uma disposição incrível. Uma coisa muito espontânea. Nós não pensávamos muito nesta questão de conhecer bem a realidade no seu detalhe, o funcionamento do Estado e da máquina pública. Nós *de plano* entendíamos que essa máquina e esse Estado eram os responsáveis por todas as desigualdades, as injustiças e a situação que tínhamos que alterar. Então era muito com o coração, a emoção, uma convicção muito enraizada, por conta das lutas sociais, de que o povo tinha que protagonizar a história e que o PT tinha de levar essa proposta adiante, independente de ganhar ou não aquelas eleições. *Bueno*, acho que são coisas importantes, valores fundamentais que, hoje, estamos vendo, precisam ser resgatados no seu fundamento, na sua substância para que o partido não seja absorvido pelo pragmatismo político, pela institucionalidade burocrática, que o distancia das lutas e dos movimentos sociais e que faz dos cargos que nela ocupa elemento principal de sua ação política. O partido não surgiu de cargos, nem nos legislativos, nem nos executivos, mas de um processo de luta do povo brasileiro. Temos de resgatar alguns desses valores, que são fundamentais para superar a crise que estamos vivendo. Diga-se de passagem, que é também uma crise instigante, que pode possibilitar ao partido se refazer, se recompor sem precisar virar passadista e, muito menos, propagandista de um socialismo de fachada, conformado num Estado de bem-estar social sem maior preocupação com transformações estruturais. Queremos o Estado sob controle da sociedade e queremos viver numa sociedade sem injustiças, desigualdades, guerras, egoísmo e preconceitos. Penso que o PT tem uma tarefa, que está longe de ter sido cumprida, embora a importância dos avanços e a riqueza das experiências já vividas sejam significativas. O PT deve lutar pelo socialismo, pela democracia, pela transformação social, conquistando também espaços na institucionalidade e mandatos nos legislativos e nos executivos, mas não se subordinando a isso. O partido tem uma visão estratégica de longo prazo, mas, evidentemente, tem de realizar o máximo do seu programa no período dos seus mandatos. Deve ser um partido de sustentação dos seus governos, mas, ao mesmo tempo, de instigação ao protagonismo e de cobrança permanente a si mesmo, para que as coisas avancem e nós possamos ir criando uma cultura de participação por dentro da velha cultura da subserviência. Passar da política do "toma lá, dá cá" para a política como construção do bem comum, com consciência e protagonismo de todas as pessoas. Eu não tenho uma chave, nem uma concepção fechada de socialismo. Eu acho que não existe isso. Nós podemos tirar

muitas lições, ensinamentos, das lutas sociais no mundo inteiro e das nossas experiências. Aprendemos com os erros, sabendo valorizar os acertos...

Depois das eleições de 1982, você volta para o sindicato. Aí é um novo momento de construção do PT, e você vai ser candidato, em 1986, a deputado federal...

Constituinte. É. Nós reconquistamos o sindicato, através da luta democrática. Assim como em várias outras entidades no país, não abrimos mão de retomar o sindicato, não para nós dirigentes, mas para que a categoria pudesse contar com aquela ferramenta para tocar adiante as suas lutas. Tivemos um apoio muito importante e especial das demais categorias, em particular dos trabalhadores do vestuário de Porto Alegre e do seu sindicato, em cuja sede nos organizávamos para reconquistar o nosso. E aí, claro, eu volto para o meu trabalho no banco. Não assumi cargos no sindicato. Depois vem a luta pela Constituinte. É bom lembrar que nós lutávamos por uma Constituinte específica, autônoma, livre, soberana e exclusiva. No fim, acabamos tendo um Congresso Constituinte, com senadores que nós chamávamos de "constituintes biônicos"[28], porque dos seus mandatos de oito anos, por ocasião da Constituinte, tinham mais quatro anos pela frente. Entre eles havia uma bela figura, o [José Paulo] Bisol... Mas enfim. Fui eleito deputado federal constituinte pelo PT-RS, junto com o companheiro [Paulo] Paim. Um bancário e um metalúrgico. Eu tive a maior votação, o Paim foi o segundo. Aí o Tarso [Genro] já estava no PT, e foi eleito primeiro suplente. Bom, eu tinha sido secretário de Ciência e Tecnologia da CUT – não sei se tinha esse nome ou era de Automação, qualquer coisa assim –, e, portanto, na Constituinte, trabalhei muito a questão da ciência, da tecnologia, da automação nas relações de trabalho, que estava tendo um impacto muito grande na categoria bancária, assim como entre os metalúrgicos. Bom, eu tinha, também, sido o primeiro secretário sindical do PT, presidi o PT do Rio Grande do Sul, nos três primeiros mandatos. Fui primeiro vice-presidente do PT nacional (em 1985), depois secretário-geral e presidente de 1987 a 1988. As eleições municipais ocorreram em 1988, exatamente na fase de conclusão dos trabalhos da Constituinte e da promulgação da Constituição. De certa forma, na prática, aconteceu aquilo que nós queríamos: fazer a Constituição e voltar para as nossas atividades [ri]. Comigo se deu dessa forma.

Como é que foi essa experiência de sair da vida sindical, que era uma coisa extremamente ativa, de contato permanente com as bases, para a atividade parlamentar em Brasília?

Não foi fácil nem foi bem assimilado pela gente. Sentíamo-nos sempre bem mais à vontade, penso, no movimento sindical, social do que na Constituinte. Nos instalamos em Brasília, num único apartamento, o Lula, o Paim e eu. Uns meses depois, o Paim foi para o seu apartamento, Lula e eu ficamos durante todo o tempo comungando aquele espaço. O pessoal dos movimentos se hospedava lá e nós tínhamos de administrar aquela situação. Mas eram nossas raízes no movimento social, e a ponte entre a luta e os trabalhos da Constituinte. Nos deslocamos muito pelo país, levantando questões com os movimentos, trazendo-as para dentro da Constituinte. Foi-se formando o Centrão[29]... Nós tínhamos uma bancada de dezesseis petistas. No campo da esquerda, lá, éramos poucos. Acho que não chegamos a cinqüenta ou sessenta. Mas tinha um campo mais extenso, assim de progressistas... A Constituinte é resultado de um movimento que a direita não pode impedir, mas ela se articulou por dentro do processo, e o Centrão se sobrepôs às articulações mais progressistas. A esquerda ou não trabalhou bem ou as condições eram mesmo desfavoráveis para se obter um avanço mais significativo, não só no texto, no conteúdo da Carta, mas na forma de garantir transformações na estrutura do Estado brasileiro, na estrutura dos três Poderes, enfim. A chamada Constituição Cidadã é avançadíssima. Mas, hoje, estamos aí com grande número de artigos da Constituição dependendo de regulamentação e muitos outros já modificados por reformas no texto original feitas nas legislaturas posteriores. No Brasil, sempre que as coisas parecem se encaminhar para algo com maior radicalidade democrática, as elites se recompõem com enorme capacidade para impedir. E o campo democrático, a esquerda, ainda está claudicando num projeto e numa articulação maior com a sociedade. Daí que eu acho que o papel do PT é singular e muito importante.

Sem hegemonismo, mas junto com o povo desatar esse novelo de interesses que faz com que na história do Brasil, sempre que possa haver avanços maiores, há uma recomposição do centro conservador, e as coisas mudam para não mudar nada ou para mudar muito pouco...

Terminado o processo da Constituinte, você vai ser candidato a prefeito de Porto Alegre, uma disputa que desde a convenção interna do PT foi muito tensa. Queríamos que você falasse um pouco sobre isso.

Não havia prévias. Mas existiam encontros com muito mais substância onde se discutia programa, proposta, visão de governo, de Estado, de poder, de relação possível com a cidade e a região, com as lutas. Faziam-se diversas reuniões, e, no final, se apresentavam as postulações de candidaturas. Apresentaram-se seis nomes de companheiros petistas pré-candidatos nesse encontro. Eu fui indicado, não por unanimidade, e até por uma margem pequena de diferença com outras candidaturas[30]. Mas a candidatura foi assumida integralmente pelo conjunto do partido. E foi uma bela de uma campanha. O Tarso Genro foi candidato a vice-prefeito, porque ele também postulava ser candidato, e trabalhamos, depois, para tê-lo como sucessor. Mas ele era o primeiro suplente de deputado e, com minha eleição para prefeito, assumiu o mandato na Câmara Federal. No primeiro ano, nós não pudemos contar com ele. Nós achávamos que ele deveria ficar em Porto Alegre e deixar que assumisse na Câmara o Antonio Marangon[31], que era o segundo suplente. Mas, ele optou por exercer o mandato. Na nossa proposta, o vice era um cargo de relevância na estrutura administrativa, era o secretário de Governo. Aí, tivemos de substituí-lo pelo Hélio Corbelini nessa função. No ano seguinte, o Tarso reassume a Secretaria de Governo. Mas por pouco tempo, porque logo em seguida foi nosso candidato ao governo do estado. Nesse período, assumiu a função de secretário de Governo o companheiro Flávio Koutzii. Depois da eleição [estadual], ganha pelo Alceu Collares, o Tarso voltou à Secretaria de Governo com dedicação integral e trabalhamos para que ele viesse a ser o candidato à sucessão na eleição seguinte.

Mas, falando ainda na campanha de 1988, a disputa eleitoral foi bastante acirrada...

Sim. O Collares era o prefeito. E o seu candidato era o Carlos Araújo, que era advogado trabalhista, inclusive, do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário, tinha uma relação política conosco muito grande, na base. Foi uma situação muito delicada, porque era o trabalhismo social, mais à esquerda, nós, e o [Antônio] Brito, pelo PMDB, com apoio muito forte da mídia. O Brito era dado como o provável vitorioso, não é? E ganhamos nós. Como não tinha segundo turno, a nossa votação foi superior à de cada um deles. Mas, se somar o percentual deles, era maior do que a votação que nós obtivemos, que foi de 35%. No governo, buscamos compor com o PCB, que ainda existia, e com o PCdoB, que apoiou Carlos Araújo, e com setores do trabalhismo com os quais tínhamos uma boa relação política na base. *Bueno*, fizemos um governo, eu diria, de transformação, e o Orçamento Participativo começou a ser implantado.

Como é que foi essa idéia de implantar o Orçamento Participativo? Era uma coisa totalmente nova para o PT assumir uma prefeitura, um cargo executivo de uma grande cidade brasileira.

É verdade. Um desafio enorme, porque nós vínhamos dos movimentos sociais, não é? E gestão é outra coisa. Nós, impetuosos, cheios de vontade de chegar e mudar, e sem ter a dimensão do que era a máquina estatal, o funcionamento truncado daquela estrutura. Como, conhecendo-a melhor, fazê-la funcionar com outra lógica? Então, tivemos que mergulhar de corpo inteiro nessa realidade. Significou também trazer para essa experiência os melhores quadros que nós tínhamos no partido e no movimento. Claro que o partido continuou funcionando, existindo, tendo seu espaço de discussão das políticas de governo e compondo a comissão política. Enfim, a relação de governo sempre foi muito estreita com o partido na construção das políticas, e no acompanhamento da sua execução. O partido, cobrando, mas também respaldando aquilo que ele ajudava a construir. *Bueno*, o Orçamento Participativo [OP] era uma espécie de compromisso nosso. Sem esse nome, ainda. Antes de sermos governo, ouvíamos das autoridades que o orçamento era um cobertor curto: para cobrir

a cabeça destapava os pés e vice-versa. Perguntávamos então: "Mas quem é que faz esse cobertor e decide a espessura, a largura, o comprimento?". *Bueno*, se não tem dinheiro para fazer tudo, tem que estabelecer prioridades. Então, quem é que discute isso? *Bueno*, até então quem discutia eram os governantes, a burocracia e os empresários. Agora conosco no governo não podia ser assim, tinha que abrir essa discussão desde o primeiro dia, desde o primeiro mês.

E essa noção nasce lá em Porto Alegre?

O OP vem aos poucos da nossa luta nos movimentos... Eu mesmo, como militante sindical, sem jamais imaginar que um dia ia ser prefeito, governador, visitei uma experiência em Lages, Santa Catarina, na década de 1970[32]. O prefeito era do antigo MDB, elegeu-se senador depois. Era mais um mutirão organizado pela prefeitura em parceria com o movimento comunitário de periferia para reformas de casas populares, praças, enfim, um princípio bom. Lembro-me que estive, numa outra ocasião, num município, aqui no Rio de Janeiro, onde o prefeito era da Arena, inclusive, e onde existia um embrião de organização popular comunitária com a qual a autoridade local trabalhava com alguma sintonia. Naquele tempo, os movimentos nacionais de luta por transporte coletivo, moradia, saúde fervilhavam sem que a ditadura os pudesse conter. Havia também os conselhos de saúde na zona leste de São Paulo. Então, o OP não é uma criação exclusivamente nossa, surgida por acaso ou nascida de geração espontânea. Ela vem de um processo. Não elaboramos em gabinete o Orçamento Participativo. Nunca o imaginamos receita pronta e acabada, primeiro fomos nos reunir com as comunidades onde já havia um mínimo de organização. Reafirmar a proposta e a discussão que, antes de sermos governo, já propúnhamos: discutir a receita, a despesa, as prioridades de obras e serviços e quem deveria defini-las. Evidente que tivemos de partir do orçamento que estávamos recebendo do governo anterior.

E vocês pegaram uma situação financeira muito difícil...

Precaríssima... Com o transporte coletivo nas mãos do empresariado, dívidas com empreiteiras, que na verdade tinham de ser averiguadas. Era uma situação muito complicada. Sem recursos no caixa. O funcionalismo ganhando mal, e o governo anterior deixando um reajuste que duplicava a folha de pagamento, sem ter receita. Nós tivemos que encarar tudo isso. Não negamos o reajuste para o funcionalismo, tratamos de pagar. Organizamos as contas. Fomos ao [Pedro] Simon, então governador do estado, e pleiteamos: "Olha, nós temos tais e quais condições, queremos um empréstimo de 100 mil cruzados[33], para pagarmos até o fim do ano". Nós fizemos esse empréstimo no Banco do Estado a juros normais e o pagamos religiosamente ao longo de 1989. É bom lembrar que era o primeiro governo das prefeituras depois da Constituinte. A Constituição de 1988 garantiu maior retorno para os municípios. E nós mexemos também na base da receita local. Tivemos brigas enormes para fazer o IPTU [Imposto Predial e Territorial Urbano] progressivo. E acabamos com contratos em que se gastava sem necessidade e sem a execução qualificada do serviço. Então foi um embate por dentro e para fora com interesses poderosos que nos possibilitou, por ser aberto e com a participação da população, ter força política para inverter prioridades. E conseguimos. Esses dias, estava conversando com o Collares. Ele dizia: "Pô, nós fizemos uma obra que é menos de um terço do que vocês fizeram na nossa cidade, e eu tenho aquela obra como uma coisa que essa população jamais vai esquecer. Imagina vocês, com as obras que vocês fizeram, perimetral e tudo, vocês não sabem é explorar isso do ponto de vista eleitoral, político". Aí fiquei pensando comigo: o Collares, cujo mandato foi de apenas três anos, fez a Avenida João Goulart – a Beira Rio –, que vai da ponta do Gasômetro[34] até a catedral do esporte gaúcho, que é o estádio do Internacional[35], e, para executá-la, ele levantou um financiamento que o nosso governo pagou desde a primeira até a última prestação [risos]. Mas tem que ser assim: é uma obra pública importante para a cidade. Nós alteramos, evidentemente, a sua concepção urbanística, porque na planta original a construção civil tinha facilidades para fazer edificações entre a avenida e o lago Guaíba. Seria a redução de uma das mais belas paisagens de Porto Alegre, o pôr-do-sol no Guaíba.

Porque tinha interesse em deslocar o centro da cidade para aquela área...

Claro. Junto com os ambientalistas e o movimento comunitário garantimos que não haveria construção alguma entre a avenida e o rio. Garantimos, portanto, o espaço do pôr-do-sol porto-alegrense despoluído visualmente. *Bueno*, mas o Orçamento Participativo, então, foi tomando corpo. As reuniões começaram a acontecer, primeiro nos bairros, nos espaços onde já tinha uma história de organização popular. Porto Alegre, aliás, tem uma história no movimento social popular, de vila e de bairro, uma história antiga e rica. A Uampa, que é a União das Associações de Moradores de Porto Alegre[36], é um bom exemplo. Mas é uma cidade que tem também uma área rural de 15 mil hectares e uma periferia enorme, de vilas e aglomerados urbanos irregulares, com o povo vivendo nas piores condições, sem transporte adequado, sem água, sem esgoto, sem escola, sem posto de saúde, sem praças, sem o lazer, a cultura. Então nós fomos trazendo esses temas e colocando: "Bom, o que é que temos para atacar primeiro com a receita que temos?". "Mas qual é a origem dessa receita?", perguntava o povo nas assembléias do OP. Então tem que discutir estrutura tributária. Que bom! O povo quer saber quem é que paga imposto. Que impostos são? Quem não paga? Por que não paga? E a despesa. Como é que o poder público gasta? Quanto é a folha de pagamento? Quem é que, na folha de pagamento, ganha mais, quem ganha menos? E as verbas que já são indexadas, para a saúde, para a educação, para outras coisas, como é que isso funciona? Está certo assim? Ou tem que desbloquear? Qual é o grau de sonegação? E qual é a capacidade de eliminar ou diminuir a sonegação? Bom, isso virou discussão dentro do orçamento. E isso vai trazendo compreensão, para milhares de pessoas, de uma coisa séria. Evidentemente, essa compreensão não é para que as pessoas se resignem: "Bom, mas então a situação é essa, não dá mesmo para nós termos mais do que pode ser". Não. A questão é como mudar essa estrutura. Qual é o processo que possibilite ir se alterando a estrutura tributária, organizando a administração fazendária, combatendo a sonegação, organizando a administração e os serviços públicos, eliminando o desperdício, ampliando recursos para investimentos. Quanto sobra para fazer mais esgoto, mais escola? Foi um processo demorado, com algum desgaste episódico, porque, às vezes, a gente errava os cálculos dos custos para a máquina funcionar, e os prazos para a execução de obras que em tal região eram prioritárias. Tínhamos de voltar para dizer: "Erramos, não deu para fazer isso nesse tempo. Os custos são maiores. Os recursos devem ser outros. As obras devem ser concluídas com o orçamento seguinte". O certo é que essa franqueza dava credibilidade ao processo, mas não eliminava o desgaste. Esse processo não foi suficientemente radicalizado, eu acho que o Orçamento Participativo está apenas no seu início como experiência transformadora das relações entre a cidadania e o Estado. É um processo embrionário de democracia participativa. A radicalidade democrática que ele carrega é capaz de abrir caminhos novos para o protagonismo do povo brasileiro. Penso que o Orçamento Participativo avançou bastante nesses seus primeiros tempos de implantação, mas depois foi, por erros nossos ou contingências, perdendo o vigor. Os adversários do projeto sempre tentaram tornar o Orçamento Participativo uma coisa meio institucional para domesticá-lo. Queriam, inclusive, criar uma lei própria para o OP, coisa a que sempre nos opusemos, para preservar seu caráter criativo, transformador e provocativo da participação e do protagonismo cidadão. Trabalhamos para que o OP, compromisso dos governos do PT, fosse independente deles, transformando-se em uma ferramenta da cidadania para controlar o Estado, o governo e os governantes, em todos os níveis. *Bueno*, essa experiência é valiosa para o PT, mas mais valiosa ainda para a cidadania brasileira.

E teve um impacto internacional...

As três primeiras edições do Fórum Social Mundial[37] se realizaram em Porto Alegre, na época em que governávamos a cidade e ao mesmo tempo o estado do Rio Grande do Sul. É uma experiência rica, nas suas contradições, nos seus limites, mas também nos seus desafios, nos seus avanços e nas suas potencialidades. A implementação do Orçamento Participativo na dimensão do estado nos fez encarar desafios de outra natureza. Quando assumimos o governo [estadual] em 1999, o Rio Grande do Sul tinha 496 municípios e nosso projeto político governava apenas 42 deles. Evidente que eram cidades importantes, nucleadoras de regiões, mas a

maioria dos municípios era governada por outras forças partidárias, com outra concepção, inclusive adversárias do nosso projeto. Mas, independente disso, conversamos sem discriminação alguma, sem imposturas, com todas as prefeituras, as autoridades locais, e pudemos realizar assembléias do Orçamento Participativo estadual em todos os municípios e regiões e constituir o Conselho Estadual do Orçamento Participativo. Com isso, deu para fazer muita coisa, apesar da escassez de recursos e de uma estrutura deteriorada de receita tributária e fiscal do Estado. O Rio Grande estava num acelerado processo de privatização e favorecimentos tributários e fiscais a grandes empresas, inclusive multinacionais, como foi o caso da Ford. Estancamos esse processo e retiramos do corredor da morte pela privatização empresas públicas, como o Banrisul, Corsan [Companhia Rio-grandense de Saneamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul] e Sulgás [Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul]. Tínhamos o compromisso de democratizar a administração pública em todas as pontas, e enfrentar a questão da dívida pública, da relação com a União, com os municípios, com os credores públicos e privados, com os bancos internacionais, e a relação do estado na região do Mercosul[38], em especial com o Uruguai, a Argentina e o Paraguai. Fizemos isso cientes de que a política de relações internacionais não é definida pelo estado federado, mesmo que façamos fronteira e tenhamos que ter iniciativas que contribuam para que o Brasil qualifique sua presença na região. O Rio Grande do Sul é um estado com localização estratégica nesta região da América Latina. E o nosso governo – PT, PSB, PCdoB e PDT (nos dois primeiros anos) – assumiu com o compromisso de tratar seriamente essa dimensão da política no que compete ao estado.

DO GOVERNO DO ESTADO AO MINISTÉRIO DAS CIDADES

Outros prefeitos e governadores tiveram muitos problemas com vários grupos internos do PT. No seu caso, como era a relação com essas organizações no interior do partido?

O PT do Rio Grande não é diferente do PT nacional. Temos uma vida interior muito rica de debates. A cultura política gaúcha nos vacinou contra a omissão, a ambigüidade e o comodismo. Isso caracteriza nosso partido desde sua formação no Rio Grande do Sul. Decorre dessa cultura política a compreensão de que o governo e o partido não são a mesma coisa, mas que se inter-relacionam, sem o que nem um nem outro desempenha bem o seu papel. No governo, constituímos, tanto na prefeitura como, depois, no estado, espaços de relação permanente com o partido na discussão e formulação de políticas. Sempre há uma questão muito complicada, que exige muita sensibilidade, que é a relação com o funcionalismo público. Não há como administrar o estado sem um funcionalismo público profissional, capacitado, estimulado por uma política salarial adequada. *Bueno*, o certo é que o emperramento desse estado, por conta de sua desorganização e mau funcionamento, é uma coisa inimaginável. Na prefeitura, criamos uma comissão de negociação permanente com o funcionalismo público. Nunca se deixou para negociar somente na campanha salarial. Negociava o ano inteiro, condições de trabalho, políticas de cidadania. O funcionário público demanda moradia, transporte coletivo, saúde e educação públicas. Ele é cidadão, portanto, estimulado sempre a participar das reuniões do Orçamento Participativo. Pois, enquanto funcionário público, tem suas especificidades, mas tem demandas iguais as da população enquanto cidadão. Bom, uma comissão representativa dos funcionários e com participação do governo possibilitava fazer discussões, nem sempre bem concluídas, mas necessárias e importantes para um amadurecimento de todos nós. Porque nós não chegamos lá sabendo tudo, nem com essa pretensão. Devíamos ir caminhando e aprendendo. No governo do estado, também, procuramos formar uma mesa de negociação. Mas aí é muito mais complicado, porque tem uma miríade de organizações do funcionalismo público que, muitas vezes, não se relacionam umas com as outras. E cada uma tem uma particularidade, este ou aquele benefício, do qual não abre mão. Tem uma estrutura de

benefícios exagerados para poucos e de mau pagamento e péssimas condições de trabalho para a maioria. Bom, tem que discutir isso. Procuramos discutir. Não foi fácil.

Houve muito conflito?

Houve greves. Mas nós nunca colocamos a polícia para reprimir os movimentos. Não tinha policiamento ostensivo, por exemplo, na frente do Palácio Piratini. Entendemos que é um espaço que tem que ser respeitado, assim como o governo respeita os movimentos sem impostura policialesca, repressão ou prepotência. Então, retiramos a polícia de qualquer relação com o mundo do trabalho e da negociação com os movimentos sociais. Elevamos o salário de quem ganhava menos e não reajustamos o salário dos que ganhavam muito. Estes não perderam nenhum reajuste de lei e automático: qüinqüênio, anuênio, essas coisas todas. Mas não tiveram reajuste, não. Por quê? Porque poucos ganham muito e muitos ganham muito pouco. Um percentual de reajuste de, digamos, 10% igual para todos aumentaria as distâncias e distorções salariais e não resolveria o problema da justiça salarial e da estrutura administrativa, da qualificação do serviço e do quadro de carreira como estímulo a quem quer se aperfeiçoar para produzir mais e melhores serviços para a cidadania. Isso foi importante para desobstruir caminhos no processo de promoção por mérito e tempo de serviço, acabando com todo e qualquer processo de apadrinhamento, de favorecimento, acomodação ou esperteza. Essa conduta foi ganhando, aos poucos, amplos setores do funcionalismo público, mesmo daqueles que nós não reajustamos o salário, que eram os de salários mais altos na hierarquia funcional. Mas nós não resolvemos, por exemplo, o problema previdenciário. O IPE – Instituto de Previdência do Estado – tem um problema seriíssimo: o número de trabalhadores aposentados é maior do que o número dos trabalhadores na ativa. O atendimento médico é bom e se autofinancia; mas, para pagar aposentadorias e pensões, não existe recurso num fundo próprio... Portanto, é uma questão que tinha e tem que ser resolvida. Encaminhamos uma comissão tripartite: funcionários ativos, inativos, Executivo, Legislativo e Judiciário, para formular uma proposta para isto. Mas, na hora de ir para a conclusão e votação, o Poder Judiciário se retira porque não quer reduzir os privilégios que tem. Os mais altos salários, proporcionalmente, não estão no Executivo, estão no Judiciário e no Legislativo. *Bueno*, o dinheiro vem da mesma fonte: o contribuinte, o cidadão. E o Executivo é o responsável pela formulação da proposta orçamentária. Portanto, esta é uma questão não só do Rio Grande, é uma questão do país. Provocamos um debate na sociedade sobre isso. Penso que há um número cada vez mais significativo de pessoas compreendendo que esse novelo tem de ser desatado. E isso não pode ser feito sob a ótica de paternalismo ou da frieza burocrática e muito menos submetendo o Estado aos interesses privados e deixando os trabalhadores reféns de programas de saúde particulares. Então, são temas desafiadores. Tivemos discordâncias com o funcionalismo público, mas o PT, o PSB e o PCdoB apoiaram de forma determinada as propostas do governo. O reajuste diferenciado, por exemplo. Ocorreram greves para que não fossem executadas as medidas aprovadas. Mas o partido nunca deixou de dar sustentação e apoio ao governo e, evidentemente, buscar aperfeiçoar o que propúnhamos, criticando e respeitando os ritmos dentro do partido e no governo.

E como você gerenciou a questão das tendências internas do PT?

Olha, eu sempre afirmei que as tendências são importantes, necessárias, e desenvolvem um papel rico no debate interno, mas elas não podem ser maiores que as instâncias partidárias. Portanto, todo e qualquer posicionamento das tendências, que queira orientar o governo, deve passar pelas instâncias partidárias. Então, a relação do governo não é com o dirigente desta ou daquela corrente interna, a relação do governo é com a direção do partido. O debate das correntes se dá dentro do partido. Evidentemente que, na hora de compor o governo, é bom que tenhamos os melhores quadros e os mais representativos da pluralidade interna do partido, mas lembrando que nós não governamos sozinhos, governamos com outros partidos, que também têm que estar compartilhando conosco a tarefa e a responsabilidade de governar. A cultura republicana no Rio Grande é muito enraizada. O PT faz parte dessa tradição, dessa cultura. O caráter republicano, laico, do partido, acom-

panhado do respeito à pluralidade e a diversidade interna, é coisa sagrada para nós. Evidente, governamos por quatro anos o estado e não nos reelegemos, o que sinaliza desacertos internos. Uma prévia foi aprovada no partido para decidir quem deveria ser o meu sucessor: eu próprio ou o Tarso [Genro]. *Bueno*, o Tarso Genro, que era prefeito de Porto Alegre, assumiu essa disputa, renunciou ao mandato. Não ganhamos o governo do estado e, dois anos depois, perdemos a prefeitura. Uma dupla perda: político-eleitoral e, digamos, de credibilidade. O povo ficou olhando, no mínimo desconfiado, para uma disputa que colocou como mais importante o cargo do que assegurar a continuidade de um projeto, nas duas pontas, no município e no estado. Eu não estou dizendo que se fosse eu o candidato nós teríamos ganhado fácil. Nós estávamos sob cerco permanente da grande mídia e da direita, sofrendo desgastes. Mas tinha condições de defender e afirmar nosso projeto. Os quatro anos do governo da Frente Popular (PT, PSB, PCdoB e PDT, nos dois primeiro anos) resgataram para o Rio Grande um protagonismo que ele vinha perdendo no passado recente. A economia do Rio Grande cresceu acima da média nacional. O PIB e a renda *per capita* também. Significa que não houve só um crescimento econômico, mas uma melhor distribuição da riqueza gerada. Tanto o PIB agropecuário quanto o PIB industrial, o PIB geral do estado, cresceram, no nosso período, acima da média nacional, saindo de um período de estagnação, que viveu durante todos os onze anos dos governos do PMDB e de seus aliados. Eu sempre digo para o Collares: "Collares, se a Frente Popular tivesse sucedido o teu governo, o Rio Grande não teria ido para o brejo que foi, com o tsunami do Brito". O Brito, que sucedeu o Collares, desencadeou um processo de desmonte do Estado, através de políticas neoliberais que não valorizaram a base industrial do Rio Grande, a sua riqueza e a sua diversidade. A atração de grandes empresas, de fora da região e até do país, que esmagam a micro e a pequena empresa nacionais, desprezou as vocações locais e regionais, diversas e ricas, no Rio Grande.

Quais foram, na sua visão, as principais realizações do PT no governo do estado?

Nossos quatro anos de governo retomam um ciclo de desenvolvimento sustentável que viabilizou a criação do maior salário mínimo regional do país. Lembram que o Fernando Henrique não quis enfrentar a discussão do salário mínimo nacional e jogou para os governos estaduais essa responsabilidade? Nós não fugimos. Estávamos tomando medidas para que a economia do estado crescesse acima da média nacional, portanto, o salário mínimo regional tinha que ajudar a distribuir melhor essa riqueza. Discutimos, evidentemente, com o movimento sindical e popular e com representantes da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul – Fiergs, os primeiros apoiando e os segundos discordando, e mesmo com uma forte oposição na Assembléia ele foi aprovado. O Orçamento Participativo estadual estimulou o processo de participação e protagonismo, o diálogo com os partidos políticos e governos municipais adversários, qualificando a relação federada. O OP incorporou os Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), importantes espaços de enlace entre o local e o regional em temas como desenvolvimento, ciência e tecnologia, infra-estrutura, educação, saúde, segurança, políticas para as pessoas com deficiência, idosos, negros, mulheres, juventude, quilombolas e povos indígenas. Para tudo isso, construímos políticas objetivas, concretas com o protagonismo das pessoas. Criamos o Seguro Agrícola para a agricultura de economia familiar, um programa que no governo Lula tomou dimensão nacional. Implantamos um programa de moradia digna, não só para as famílias de renda modesta no espaço urbano, mas também na área rural. Criamos o [programa] Luz no Campo, fazendo a energia elétrica chegar em localidades esquecidas do estado. Mapeamos o potencial eólico do Rio Grande e começamos o projeto de geração de energia com a força dos ventos. E, hoje, o governo Lula pôde, por conta disso, financiar um parque eólico na cidade de Osório, o primeiro de catorze projetos que deixamos engatilhados. Planejamos a diversificação da matriz energética. Recuperamos a Sulgás, que estava na gaveta das privatizações, e através dela conseguimos fazer o gás vindo da Bolívia chegar a Caxias do Sul, Farroupilha e Porto Alegre através de trezentos quilômetros de gasoduto construído. Essa retomada do desenvolvimento fez com que o Rio Grande passasse de terceiro a segundo maior exportador do país. A Uergs – universidade pública estadual – foi também criada no nosso governo. Essa discussão vinha de mais de dez anos atrás. A Uergs nasceu comprometida com o desenvol-

vimento regional, articulada com as forças produtivas e os sistemas locais de produção, gerando conhecimento, ciência, tecnologia, abrindo oportunidade para a juventude do interior do estado à universidade pública gratuita e de qualidade. Penso que tudo isso mostra a força e a riqueza de uma experiência instigante, desafiadora, que, infelizmente, não tivemos condições políticas de aperfeiçoar num segundo mandato consecutivo, como fizemos na prefeitura de Porto Alegre por quatro mandatos consecutivos. Imagina o que poderíamos realizar, de forma conscienciosa e sintonizada, sem subordinação e sem prejuízo da relação federada altiva, qualificada, se tivéssemos sido reeleitos e, juntos, governássemos o Rio Grande do Sul com Lula governando o Brasil...

E depois temos a experiência no Ministério das Cidades.

O debate em torno de uma política nacional para o espaço urbano brasileiro vem de longe e desaguou na Constituinte de 1988. O Fórum Nacional de Reforma Urbana[39] e os movimentos sociais conseguiram escrever artigos importantes sobre ela na Constituição. O governo Lula, evidentemente, tinha o compromisso de criar instrumentos para propor e executar uma política nacional de desenvolvimento urbano. E a ferramenta forjada foi o Ministério das Cidades. E eu fui honrado pela convocação do presidente Lula para ser o primeiro ministro dessa pasta, com base na experiência que vivenciara, como prefeito, depois como governador, com as questões urbanas. *Bueno*, a nossa equipe[40] tratou de consolidar na legislação o que já havia de iniciativa dos movimentos, dando corpo e consistência a uma política urbana para o país. São mais de 5 mil municípios brasileiros, a maioria com população não superior a 30 mil habitantes. Duzentos e poucos municípios do Brasil concentram 70% da população brasileira. Nas seis grandes regiões metropolitanas, os problemas de convivência urbana são seriíssimos. Como trabalhar realidades tão distintas e tão complexas sem desperdiçar e esfarinhar recursos? E como, também, garantir uma visão integrada e integradora, com protagonismo da população? Integrar os empresários nesse processo, mas dando oportunidade para quem nunca teve vez e voz na construção da política urbana nacional, que são os movimentos sociais, os moradores desassistidos das periferias, das vilas irregulares que não constam do mapa oficial das cidades. Enfrentar o problema das moradias em palafitas nos espaços urbanos conflitivos, desassistidos, sobre esgoto aberto, sem saneamento ambiental, sem nada. E são milhares de famílias morando assim. O Brasil precisa de uma política que organize o espaço urbano pensando em conjunto a dimensão rural dos municípios. Como fazer com que essa relação se torne harmoniosa? Desencadeamos um processo participativo para constituir o Conselho Nacional de Política Urbana, via assembléias nos municípios. Buscamos discutir questões, considerando as especificidades locais, regionais, articuladas com uma visão de país que se organiza de forma republicana e federativa. O ano de 2003 foi marcado pela realização de conferências municipais e estaduais, e pela Conferência Nacional das Cidades no final do ano. Portanto os conselhos municipais não foram propostos de cima para baixo. Trabalhamos a necessidade de os conselhos serem definidos nas próprias cidades. Não engessamos a formação dos conselhos num projeto de lei. Queríamos que o povo a compreendesse como uma obra aberta e a aperfeiçoasse no processo. Via conselhos locais abertos os movimentos sociais protagonizam uma relação mais direta com o poder local, com os prefeitos, homens e mulheres eleitos, comprometidos com o processo democrático de construção de um espaço urbano como preconiza o Estatuto da Cidade[41]. A maioria de nossas cidades são espaços de extrema desigualdade, onde poucos têm quase tudo, mas vivem encarcerados em suas próprias casas para se proteger dos milhares de pobres, humilhados e ofendidos, que sobrevivem de qualquer jeito no mesmo espaço urbano. Este é um problema seriíssimo que ultrapassa o Brasil. Travamos diálogo com entidades internacionais sobre ele. Dentro do governo não logramos ir a fundo o suficiente nesse debate. Mas foi aceso o sinal amarelo no interior do governo sobre a gravidade desse problema. Penso que, agora, o presidente Lula está tendo condições de planejar melhor uma política para o espaço urbano, com recursos mais substanciais. Quanto à execução desses recursos é outra questão. O desafio é fazê-la acontecer, com o protagonismo das pessoas.

Mas houve alguns obstáculos importantes que esse trabalho da gestão do Ministério foi ajudando a indicar que tinham que ser removidos...

Ah! Sim, claro. Pelas Metas do Milênio[42], decisão dos países membros da ONU e compromisso das instituições financeiras internacionais, o Brasil é um dos países do mundo comprometidos a reduzir progressiva e acentuadamente o número de moradias indignas sem água potável e sem saneamento. Ocorre que os bancos internacionais, quando financiam obras de moradia popular e saneamento, não distinguem estes financiamentos de outros empréstimos que elevam o endividamento dos países pobres. Então, o país quer qualificar a vida do seu povo e cumprir as Metas do Milênio, mas ao acessar esses financiamentos se vê diante de um processo de endividamento impagável. Em discussões no governo, sugerimos que o Brasil defendesse em fóruns internacionais que os gastos decorrentes de aplicação de recursos públicos, seja dos orçamentos ou de financiamento com base neles, em saneamento e moradia digna para as populações de baixa renda, não fossem considerados por essas instituições internacionais como endividamento, mas como investimento na qualificação da vida de milhões de seres humanos. Bom, isso é uma luta. O Lula tem feito discursos nos fóruns internacionais acentuando essa questão e fazendo essa demanda. Só uma nova ordem internacional, com outra postura dos países ricos e dos organismos financiadores, abrirá perspectivas para atingirmos as Metas do Milênio. Bom, também a Caixa Econômica Federal e o BNDES[43] tinham instruções limitadoras de financiamento para os entes públicos, particularmente as prefeituras mais pobres. Evidentemente que não se pode liberar dinheiro público sem controle do seu destino e do seu retorno. Por isso mesmo a necessidade e importância dos conselhos municipais, estaduais e nacional das cidades. Não é fácil isso. Tem muitos prefeitos e lideranças locais que resistem a esse tipo de controle.

Manipulam...

Manipulam. Não querem controle. E o controle formal é o controle que eles driblam. Por isso que, além do controle formal, tem que ter o controle social. Mas, independente disso, quando se lança a proposta dos conselhos e eles vão surgindo de baixo para cima, sendo construídos, é preciso também remover o que na burocracia pode impedir, limitar ou interromper [durante] o processo. O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, por exemplo, é um recurso que ia para a Caixa [Econômica Federal] financiar moradia para famílias com renda acima de cinco salários mínimos. Ora, não é nessa faixa para cima que se localiza o maior déficit habitacional. O maior déficit habitacional está dessa faixa para baixo. O governo apresentou, defendeu e o Conselho Gestor do FGTS aprovou a Resolução nº 460[44], que redireciona os recursos. Facilita, inclusive, o acesso para prefeituras e movimentos sociais, reconhecendo e valorizando o papel do poder local. Faz parte do respeito à relação federativa e à coisa pública articular a União, estados e municípios para objetivos comuns, e essa articulação se faz melhor se permeada pelo protagonismo social. Penso que a semeadura foi boa, mas o Ministério das Cidades ainda tem muito caminho pela frente para se consolidar. Não é só uma questão de volume e direcionamento de recursos, mas uma política pública para o espaço urbano brasileiro como parte integrante de um desenvolvimento sustentável integrado e integrador para o país. E, como a cidade é a sede de um município, a relação cidade-campo exige soluções combinadas. Projetos de moradia digna, tanto para a área urbana quanto para a área rural, fazem parte da agenda do Ministério das Cidades. Quanto à infra-estrutura, mobilidade e acessibilidade do sistema de transporte coletivo, devemos balizar uma relação de transparência e seriedade do poder público com o setor privado executor de obras e permissionário desses serviços nas cidades.

Mas como fazer isso?

Isso pode ser feito reunindo não apenas esse setor, mas todos os grupos de interesse e construindo com eles e a população um plano diretor participativo com regras claras e objetivos de organização e humanização do espaço urbano. Esta semente já foi lançada e está germinando. A experiência no Ministério das Cidades me enriqueceu pessoalmente, mas devo isso fundamentalmente à equipe, um grupo de pessoas com capacidade técnica, experiência e sensibilidade que, junto com os movimentos sociais, protagonizaram a estruturação do Ministério e a construção das conferências e do Conselho Nacional das Cidades. O movimento social integra o Conselho Nacional junto com os setores empresariais e o governo. Os bancos privados detêm um

volume considerável dos depósitos da caderneta de poupança. Eles aplicam esse dinheiro a taxas de juros diferenciadas e ganham muito com um insumo que vem para eles de graça. A indústria da construção civil tinha que recorrer ao FGTS para financiar a construção de moradia, que acabava direcionada para a faixa de renda acima de cinco salários mínimos. O sistema financeiro privado desfrutava de uma situação cômoda. Mantinha o dinheiro da caderneta de poupança em depósito compulsório por resolução do Banco Central [BC]. Não financiava moradia popular, não arriscava um centavo e obtinha remuneração fácil e segura paga pelo próprio Banco Central. Bom, era preciso diminuir o percentual desse depósito compulsório e fazer os bancos aplicar esse dinheiro no financiamento da moradia para famílias com renda superior a três salários mínimos. Com isso o dinheiro do Fundo de Garantia, que se remunerava com taxa de juros abaixo do mercado por ser um fundo social, iria, por completo, financiar a moradia para as famílias com renda de zero a três salários mínimos. Conseguimos. O governo alterou aquela resolução do BC. São mais de 20 bilhões de reais que, agora, a indústria da construção civil tem ao seu alcance no sistema financeiro privado para produção da moradia de mercado, deixando os recursos dos fundos públicos, em especial o FGTS, totalmente destinados para programas de moradia popular.

Olívio, a campanha ao governo do estado no ano passado, 2006, junto com a campanha pela reeleição do Lula, ocorreu num momento muito difícil, após toda a crise que atingiu o governo e o PT. No Rio Grande do Sul, com essa tradição republicana forte que tu comentaste, a crítica da opinião pública é muito intensa. Mas, observando a evolução da tua candidatura ao governo do estado e a ida para o segundo turno, fica clara a capacidade, também, de resgatar um pouco das origens do partido, o que já aponta, de certa forma, para o debate do próximo Congresso do PT.

É. Eu penso que o segundo turno acabou sendo muito positivo para a nossa campanha porque a nossa candidatura e a do Lula puderam estabelecer uma diferença mais nítida com o projeto e a candidatura adversária[45]. A questão do Estado, a concepção dele, o controle sobre ele, as políticas sociais e sua relação com as políticas econômicas e o desenvolvimento sustentável. Penso que a campanha à presidência da República teve esse desdobramento importante, principalmente por conta do segundo turno, que exigiu mais nitidez entre os dois projetos em confronto. E o Lula foi firme nisto. Tínhamos um quadro muito adverso, por conta do que aconteceu com o nosso partido. Na cultura política republicana do Rio Grande, pesaram muito os acontecimentos envolvendo figuras que, com suas condutas, atingiram a credibilidade do partido, como respeitador da coisa pública e antagônico à política que negocia votos em troca de favores, cargos e influência. O sujeito coletivo Partido dos Trabalhadores não abdicou dos ideais que o originaram. Nossas instâncias partidárias afrouxaram-se, flexibilizaram-se nesses 27 anos de inserção institucional e, por conta disso, ensejaram comportamentos e condutas que feriram seriamente o cabedal político e os valores fundantes do nosso partido. *Bueno*, isso, no Rio Grande, teve um enorme peso. Não só entre nós, petistas. Os nossos adversários de projeto, mesmo que atolados na política do clientelismo, do favoritismo, do "toma lá, dá cá", da concentração de poder e de riqueza nas mãos de poucos, aproveitaram-se dessa circunstância para tentar nos aplastar e liquidar politicamente. *Bueno*, conseguimos furar esse cerco, exatamente por conta de uma campanha em que afirmamos os valores coletivos fundamentais, fundantes do nosso partido, os valores éticos da política e da visão republicana colados ao protagonismo do povo e a radicalidade democrática do OP. Sem falsa humildade, nem arrogância, tratamos dos possíveis erros e equívocos cometidos. Não sombreamos nada, não tergiversamos, não fizemos nenhuma concessão a qualquer conduta errada. Mas também não saímos a acusar o fulano ou o beltrano fazendo o jogo da direita, o jogo do personalismo, da individualização. Penso que foi uma campanha em que defendemos um projeto para o Rio Grande, sintonizado com o projeto para o Brasil, e o quanto seria importante um governo, no Rio Grande, que recuperasse o que a Frente Popular fizera de 1999 a 2002, agora sintonizado com o que o Lula poderia fazer de bom e de melhor no seu segundo mandato para o Brasil. Centramos o debate em idéias, em propostas. E, com isso, penso, quase ganhamos a eleição [ri]. Quase ganhamos a eleição...

Foi uma virada, não é? Começou numa situação bastante crítica...

Claro, houve também dissensões dentro do PMDB. O governo, que era do PMDB e de um conjunto de partidos de centro-direita, no final do mandato do governador [Germano] Rigotto, dividiu-se em disputas internas e pessoais. Isto fez com que, no primeiro turno, esse campo que governava o estado saísse com candidaturas diferentes. Nós também, na esquerda, não tivemos, no primeiro turno, o PSB na Frente. Mas, no segundo turno, estivemos juntos: PT, PCdoB, PSB. O projeto político de centro-direita, que vem se autosucedendo no Rio Grande há vários mandatos (com o intervalo do governo Collares – que, depois, com ele se compôs novamente), foi interrompido pelo nosso governo de 1999 a 2002. É um projeto político que já não tem mais o que propor. E o Rio Grande vem sofrendo com isso porque, também, nós, o campo da esquerda, não nos cacifamos para dar continuidade àquele projeto iniciado, para que viesse a ter maior radicalidade e abrangência transformadora num segundo mandato. O centro-direita se recompôs e elegeu a atual governadora Yeda Crusius. Mas, no meu entendimento, é o "canto de cisne" de um projeto que vai se esvaindo aos poucos. Não tem mais condições de defender explicitamente a privatização do estado. Esse discurso está perdendo força, até por conta da nossa postura, claramente antineoliberal quando governamos o Rio Grande. Mas, se, efetivamente, é o canto de cisne desse projeto, isso vai depender também da nossa postura como partido de esquerda e como elo de um campo de oposição a esse projeto no Rio Grande e no Brasil. Temos possibilidades de retomar muitas prefeituras, mas retomar com um projeto revigorado, para ir mais longe na radicalidade democrática do Orçamento Participativo e do desenvolvimento sustentável e assim melhor respaldar e reforçar o governo Lula na busca de uma relação qualificada com o estado federado e os municípios. O Rio Grande do Sul tem importância estratégica na relação do Brasil com esta parte mais meridional da América Latina. Descortina-se um quadro importante e desafiador para nós, com as experiências que já tivemos, com a experiência rica que estamos tendo em nível federal, mas é também desafiador porque a máquina pública ainda não foi suficientemente sacudida para funcionar com outra lógica, que é a lógica de um projeto de sociedade diferente. Penso que temos que tratar de semear essas possibilidades. O Estado brasileiro deve passar por um processo que o faça funcionar bem não para poucos ou para alguns, mas funcionar bem e melhor para todos, mas em especial para quem mais precisa. Então, há que fazer balançar estruturas desse Estado. Evidentemente não com arrogância, prepotência e hegemonismo, mas num processo, e com medidas e condutas que despertem a cidadania para essa possibilidade e necessidade. O Estado brasileiro tem que estar sob controle da sociedade brasileira. E tem que funcionar com eficiência, sensibilidade, numa lógica diferente dessa que tem funcionado nos quinhentos e tantos anos da sua formação. Então, nosso partido não pode esgotar-se nos mandatos e nos cargos que ocupa, mas tensionar sempre na defesa de um projeto estratégico, que, nos espaços institucionais conquistados, possibilite ao povo se assumir como sujeito, e não objeto da política. É isso que, tenho certeza, desencadeia energias novas e faz esse processo ir mais fundo e espraiar-se mais na sua radicalidade democrática. Mais democracia, mais participação, mais envolvimento consciente das pessoas na discussão da política e de políticas, na fiscalização e no acompanhamento da execução dos programas é o que precisamos, inclusive para combater na raiz a corrupção.

Bom. Eu acho que a gente poderia continuar conversando muito mais com o senhor... Mas foi um excelente depoimento. Foi um grande prazer tê-lo aqui conosco.

Para mim também foi muito prazeroso e instigante. E eu agradeço a disposição de vocês e o convite que me fizeram.

Notas

1 Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ol%C3%ADvio_Dutra>. Acesso em 29 jan. 2008.

2 Refere-se ao aramado que protege as mangueiras quando ainda são árvores jovens.

3 Vestimenta típica do gaúcho composta de um par de botas, bombachas, camisa de manga comprida, um colete ou casaco de brim, chapéu e lenço branco ou colorado (vermelho).

4 Os gaúchos referem-se freqüentemente à sanfona, instrumento típico da música regional, como gaita.

5 Sistemas de cultivo em que o proprietário fica com a metade ou dois terços da produção do agricultor que cultiva as terras.

6 Corda utilizada para amarrar e conduzir animais.

7 Fraldas de pano.

8 Trilogia do escritor gaúcho Érico Veríssimo (1905–1975) composta pelos romances *O continente* (1949), *O retrato* (1951) e *O arquipélago* (1961).

9 O termo "castilhista" refere-se aos membros do Partido Republicano Rio-Grandense, seguidores de Júlio Prates de Castilhos (1860-1903), político de formação positivista que assumiu o governo do Rio Grande do Sul pela primeira vez em 1891 e, posteriormente, exerceu o poder com mão-de-ferro entre 1893 e 1898. O mais destacado desses seguidores foi Antônio Augusto Borges de Medeiros (1863-1961), que governou o estado entre 1898 e 1928, com uma única interrupção no período 1909-1913, quando, impedido de se reeleger, fez seu sucessor, Carlos Barbosa Gonçalves.

10 Refere-se ao XXX Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE), realizado clandestinamente em Ibiúna (SP), em outubro de 1968. O evento foi descoberto e cercado pelas forças da repressão; mais de setecentos participantes foram presos.

11 Sobre "cadeia da legalidade", ver Leonel Brizola na seção "Notas biográficas", ao final deste volume.

12 Campeã de audiência durante toda a década de 1930, a rádio carioca Mayrink Veiga foi o reduto de novos talentos e ícone da Era do Rádio. Foi fechada em 1964, após o golpe civil-militar, por ter entre seus sócios o ex-governador Leonel Brizola, cunhado do presidente deposto João Goulart. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/R%C3%A1dio_Mayrink_Veiga>. Acesso em 4 mar. 2008.

13 O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi criado em 1966, e os trabalhadores que já se encontravam empregados tinham que assinar um documento abrindo mão do sistema anterior, no qual após dez anos de serviço o funcionário adquiria estabilidade no emprego.

14 Ver nota 8 na entrevista de Antonio Candido, neste volume.

15 O Movimento dos Agricultores Sem-Terra (Master) foi organizado em 1960 com o apoio de políticos próximos ao então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, tais como o seu assessor para questões agrárias, Paulo R. Schilling, o deputado estadual Ruy Ramos (PTB) e Milton Seres Rodrigues (prefeito de Encruzilhada do Sul), para impulsionar as iniciativas de reforma agrária então em curso no estado.

16 O Ato Institucional nº 5 foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar nos anos seguintes ao golpe de 1964. Foi assinado pelo presidente Costa e Silva em 13 de dezembro de 1968, tomando como pretexto a recusa do Congresso Nacional em autorizar o processo contra o deputado Márcio Moreira Alves (MDB-RJ) por ter feito um discurso pedindo ao povo brasileiro que boicotasse as festividades do dia 7 de setembro. O AI-5 fechou o Congresso Nacional por prazo indeterminado, cassou mandatos de senadores, deputados, prefeitos e governadores, e interveio no Poder Judiciário, afastando juízes do STF. Além disso, tornou legal legislar por decretos, decretou estado de sítio, suspendeu o direito de reunião e o *habeas corpus* para os crimes políticos. Criou ainda as condições para um recrudescimento da cen-

sura, determinando a censura prévia, que se estendia à música, ao teatro e ao cinema. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ato_Institucional_N%C3%BAmero_Cinco>. Acesso em 4 mar. 2008.

17 Peça escrita em 1968 pelo dramaturgo paulista Plínio Marcos (1935-1999).

18 Coojornal, fundada em 1974, foi a primeira cooperativa de jornalistas do Brasil. Editava o principal jornal da imprensa alternativa do Rio Grande do Sul, intitulado com a própria sigla da entidade.

19 Refere-se ao livro publicado originalmente em 1898 por Georgiæi Valentinovich Plekhanov (1856-1918), figura importante do movimento trabalhista da Rússia pré-revolucionária e teórico do marxismo ortodoxo.

20 Olívio refere-se ao chamado "Compromisso Histórico" entre marxistas e cristãos defendido pelo secretário-geral do Partido Comunista Italiano após o golpe contra o governo Salvador Allende no Chile, em 1973. Tratava-se de uma tese que propunha o estabelecimento de uma coalizão entre o PCI e a Democracia Cristã para garantir um período de estabilidade na Itália, que vivia tempos de severa crise econômica e política.

21 O Pacto de Unidade e Ação, mais conhecido pela sigla PUA, foi uma organização intersindical brasileira formada por ferroviários, marítimos e aeroviários, criada em 1961. O objetivo do PUA era unir categorias afins contra a recessão. Foi extinto pelo golpe militar de 1964.

22 A Intersindical, à qual Olívio se refere, foi o início do processo de reorganização nacional do movimento sindical brasileiro, que resultou posteriormente na realização da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), em agosto de 1981. Até aquele momento, participavam desse processo sindicalistas de diferentes matizes ideológicos e partidários.

23 A Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos), criada num encontro em João Monlevade (MG), foi um dos pólos de organização dos chamados "sindicalistas autênticos", que viriam a criar a Central Única dos Trabalhadores (CUT) em agosto de 1983, particularmente aqueles mais vinculados à prática pastoral das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Posteriormente, a Anampos continuou a existir por cerca de dez anos, desempenhando papel importante na criação da Central de Movimentos Populares (CMP), em 1993.

24 Os eventos realizados na Praia Grande (SP) aos quais Olívio se refere são a conferência unitária do movimento sindical, realizada em 1981, e o congresso de fundação da CUT, em 1983. Ambos foram denominados Conclat, embora no primeiro caso a sigla significasse Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras e, no segundo, Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras. Os sindicalistas que discordaram das decisões do segundo evento, por sua vez, realizaram um congresso próprio, criando outra central sindical, batizada com a mesma sigla: Conclat (Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora), que depois mudou seu nome para CGT. Posteriormente, um segmento expressivo deixou a CGT para criar a atual Força Sindical. Para mais detalhes sobre esse processo, ver a entrevista de Avelino Ganzer, neste volume.

25 A proposta de criação de um Partido Popular, conforme mencionado em várias entrevistas deste volume, circulou entre setores da esquerda brasileira no final dos anos 1970. Posteriormente, a mesma denominação foi adotada por um partido centrista criado após a reforma partidária de 1979, que tinha como um de seus principais dirigentes o banqueiro Olavo Setúbal. Ver a seção "Glossário de organizações partidárias", no final deste volume.

26 Não foi possível verificar o sobrenome do sindicalista mencionado, mas é importante destacar que não se trata do mineiro João Paulo Pires de Vasconcelos, citado anteriormente.

27 Referência a Eurides Luiz Mescolotto, que atualmente é presidente do Banco do Estado de Santa Catarina.

28 O termo "biônico" foi utilizado pela primeira vez para se referir aos senadores eleitos indiretamente, a partir das regras do chamado pacote de abril de 1977, baixado pela ditadura militar para garantir maioria artificial no Congresso Nacional.

29 Refere-se ao Centro Democrático – o Centrão, agrupamento formado na Assembléia Nacional Constituinte que reunia parlamentares do PMDB, do PFL, do PDS, do PTB, do PDC e do PL, na tentativa de uma reação à articulação dos partidos de esquerda dentro e fora da Constituinte.

30 Olívio disputou o segundo turno do Encontro Municipal com Flávio Koutzii e foi escolhido candidato com uma vantagem de nove votos entre os cerca de 2 mil votantes.

31 Posteriormente, deputado estadual e prefeito de Palmeira das Missões (RS).

32 Olívio se refere às experiências participativas desenvolvidas na gestão do prefeito Dirceu Carneiro (MDB), entre 1976 e 1980, no município de Lages (SC), que se tornaram amplamente conhecidas a partir da publicação do livro *A força do povo: democracia participativa em Lages*, de Márcio Moreira Alves (São Paulo, Brasiliense, 1981).

33 De 27 de fevereiro de 1986 a 15 de janeiro de 1989, a moeda nacional brasileira foi o Cruzado, substituído posteriormente pelo Cruzado Novo, cujas unidades equivaliam cada uma a 1 mil cruzados. A nova moeda permaneceu em vigor até 15 de março de 1990.

34 A Usina do Gasômetro, abandonada havia décadas, foi transformada num centro cultural na gestão de Olívio Dutra como prefeito e se converteu num dos cartões-postais de Porto Alegre.

35 Refere-se ao Estádio Gigante da Beira-Rio, do Sport Club Internacional.

36 A Uampa foi fundada em 1983. Já em âmbito estadual, o chamado "movimento comunitário" está organizado desde 1959 quando foi fundada a Federação das Associações de Bairro do Estado do Rio Grande do Sul (Fracab).

37 O Fórum Social Mundial se define como um espaço de debate democrático de idéias, aprofundamento da reflexão, formulação de propostas, troca de experiências e articulação de movimentos sociais, redes, ONGs e outras organizações da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo. Reuniu-se pela primeira vez na cidade de Porto Alegre (RS) entre 25 e 30 de janeiro de 2001, com o objetivo de se contrapor ao Fórum Econômico Mundial de Davos. Esse Fórum Econômico tem cumprido, desde 1971, papel estratégico na formulação do pensamento dos que promovem e defendem as políticas neoliberais em todo mundo. Nos dois anos seguintes continuou a se reunir na capital gaúcha, atraindo um número crescente de participantes, que chegou a cerca de 100 mil pessoas do mundo inteiro. Em 2004 foi realizada uma edição em Mumbai, na Índia. Em 2005 a edição mundial do FSM voltou para Porto Alegre, com 155 mil participantes cadastrados. A edição do FSM em 2006 foi policêntrica, ocorrendo em Bamako (Mali, África); Caracas (Venezuela, Américas) e Karachi (Paquistão, Ásia). Já em 2007 o FSM mundial ocorreu em Nairóbi, Quênia. Tem-se mostrado um grande momento de encontro da esquerda mundial, do movimento antiglobalização e dos movimentos sociais, contando sempre com grandes personalidades e líderes planetários. Disponível em <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=19&cd_language=1>; e <http://www.forumsocialmundial.org.br/main.php?id_menu=2&cd_language=1>. Acesso 4 abr. 2008.

38 O Mercosul (Mercado Comum do Sul) é a União Aduaneira (livre comércio intrazona e política comercial comum) de cinco países da América do Sul. Em sua formação original, o bloco era composto por quatro países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Desde 2006, a Venezuela também pertence ao Mercosul. Já Bolívia e Chile permanecem até o momento como membros associados.

39 De acordo com a definição que consta no *site* da própria entidade, "O Fórum Nacional de Reforma Urbana é um grupo de organizações brasileiras que lutam por cidades melhores para todos nós. São movimentos populares, associações de classe, ONGs e instituições de pesquisa que querem promover a Reforma Urbana. O que isso quer dizer? Significa que precisamos lutar por políticas que garantam direitos básicos de todos, como a moradia de qualidade, água e saneamento, transporte acessível e eficiente". Disponível em <http://www.forumreformaurbana.org.br/_reforma/menu.php?id=516>. Acesso em 5 mar. 2008.

40 Ermínia Maricato, Raquel Rolnik, Jorge Hereda, Abelardo de Oliveira Filho, José Carlos Xavier, João Luiz Dias, Ailton Brasiliense, Dirceu Lopes, Laerte Meliga, Iria Charão, Sônia Rössler, Inês da Silva Magalhães, Ênio Taniguti.

41 O Estatuto da Cidade é a denominação oficial e consagrada da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, responsável pela regulamentação do desenvolvimento urbano no Brasil. Suas principais características estão na atribuição aos municípios da implementação de planos diretores participativos para as suas cidades, definindo uma série de instrumentos urbanísticos que têm no combate à especulação imobiliária e na regularização fundiária dos imóveis urbanos seus principais objetivos.

42 As Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM) surgem da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros no dia 8 de setembro de 2000. Criada em um esforço para sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo dos anos 1990 (sobre meio ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, racismo etc.), a declaração traz uma série de compromissos concretos que, se cumpridos nos prazos fixados, segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, deverão melhorar as condições de vida da humanidade neste século.

43 O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ex-autarquia federal criada em 1952, foi enquadrado como uma empresa pública federal em 1971. É vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país. Desta ação resultam a melhoria da competitividade da economia brasileira e a elevação da qualidade de vida da população. Financia grandes empreendimentos industriais e de infra-estrutura, tendo também marcante posição no apoio aos investimentos na agricultura, no comércio e serviço, nas micro, pequenas e médias empresas, e em investimento sociais, direcionados para a educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e ambiental e transporte coletivo de massa. Disponível em <http://www.bndes.gov.br/empresa/default.asp>. Acesso 10 abr. 2008.

44 A Resolução nº 460/2004 define as diretrizes para a utilização dos recursos advindos do FGTS, com vigência iniciada em 2005, estabelecendo como meta o direcionamento desses recursos para famílias de baixa renda (que recebem até cinco salários mínimos), já que as famílias de classe média dispõem de mais acesso ao crédito imobiliário.

45 Nas eleições de 2006, houve segundo turno na disputa para a presidência da República entre Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que acabou vencedor, e Geraldo Alckmin (PSDB), e também em alguns estados, como no Rio Grande do Sul, em que a disputa foi entre Olívio Dutra (PT) e Yeda Crusius (PSDB), que venceu a eleição.

Muitos Caminhos, uma Estrela



Memórias de Militantes do PT

Paulo Rocha

Entrevista realizada em Belém (31 de maio de 2006)

Página anterior:
Paulo Rocha no Ato
Nacional Contra o
Trabalho Escravo (2008).



Paulo Roberto Galvão da Rocha nasceu na localidade de Terra Alta, município de Curuçá, Pará, em 1951. Formou-se técnico em artes gráficas e exerceu a profissão durante dezoito anos. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas de Belém (PA) (1983-1988). Atuou fortemente na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), exercendo a presidência da entidade no Pará entre 1984 e 1990. Integrou ainda a direção executiva nacional da entidade no período 1986-1990. Filiado ao PT desde 1981, exerceu vários cargos no partido em âmbito local, estadual e regional: tesoureiro do PT de Belém (1981-1983); membro do Diretório Regional do PT-PA (1988); membro da Executiva Nacional do PT (1989-1992); secretário-geral do Diretório Regional do PT-PA (1995-1997); presidente do Diretório Regional do PT-PA (2003-2005). Elegeu-se deputado federal pelo Pará por cinco legislaturas, desde 1990 até o momento. Renunciou, em 17 de outubro de 2005, ao seu quarto mandato de deputado federal, evitando processo por quebra de decoro parlamentar decorrente da denúncia, surgida em meio à crise política que atingiu o governo Lula e o PT no período, de que uma assessora do seu gabinete havia sacado recursos no Banco Rural para pagar dívidas de campanha do PT no Pará. Na época, após ter sido vice-líder da bancada do partido na Câmara dos Deputados em diversas ocasiões (1992, 1995-1998, 1999-2000 e 2003-2005), Paulo Rocha havia assumido a liderança desta. Como parlamentar federal, atuou em diversas comissões, sendo titular na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e na Comissão Mista Especial do Projeto Calha Norte, Política de Ocupação Racional da Região Amazônica. Participou da mesa diretora da Câmara como terceiro-secretário (2001-2003). Presidiu, em 1998, a Comissão Permanente da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, em que foi membro titular em 1997 e 1999-2000. Também assumiu a vice-presidência da Comissão Permanente de Trabalho, Administração e Serviço Público em 1993 e a presidência desta em 1994, além de nela atuar como membro titular no período 1991-2000. Atuou ainda em diversas Comissões Especiais, com destaque para as temáticas vinculadas a questões previdenciárias e trabalhistas[1].

DE SACRISTÃO A LÍDER DOS GRÁFICOS DE BELÉM

Paulo, vamos começar falando das suas origens familiares, dos primeiros anos da sua vida e de como inicia a sua vida profissional.

Eu nasci em 1º de abril de 1951. Sou do interior do estado do Pará, de uma cidade chamada Curuçá, mais especificamente de uma vila chamada Terra Alta que, com o tempo, se emancipou. Sou de uma família muito pobre. Meu pai é lavrador, e a minha mãe é professora primária. Tiveram dezessete filhos. Eu sou o primeiro. A formação lá era só até a terceira série primária. Depois fui para a cidade de Curuçá, onde concluí o curso primário. Quando voltei para o interiorzinho lá, para Terra Alta, o pároco da região, que cobria três municípios – Curuçá, Marapanim e São Caetano –, viu que eu já tinha terminado a quinta série primária e estava trabalhando na roça com meu pai. Como minha família era muito religiosa, tinha relação direta com a igreja, ele acabou me convidando para andar com ele: chama-se sacristão. Naquela época, a missa ainda era rezada em latim. E eu fui então rodar com o padre lá pelos municípios da região. A gente ia de comunidade em comunidade rezando missa e tal. Depois de um ano com ele, ele perguntou se eu gostaria de continuar a estudar. Foi quando ele conseguiu uma vaga com os salesianos[2], que estavam iniciando a construção de um colégio para formação operária, aqui na periferia de Belém, num bairro chamado Sacramento. Vim para Belém em 1963, iniciei o curso ginasial industrial e comecei a fazer também artes gráficas; me formei técnico em artes gráficas. Depois, fiquei lá um tempo, já como instrutor, professor de artes gráficas, e iniciei um processo de participação no movimento jovem que ali existia.

E como era a posição dos salesianos nesse momento?

Muito conservadora. Aquela visão de amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo com otimismo. E o movimento dos jovens era muito mais de formação religiosa, e um pouco de caridade que se fazia em torno do bairro. Eu morava no colégio. Depois, passei a trabalhar durante o dia no colégio, estudar à noite num outro colégio fora e morar numa república... Depois, eu saí de lá, já num processo de divergência com os padres. E fui então para dentro da fábrica, a maior gráfica que tinha aqui no estado. O que contribuiu no processo da construção da minha liderança na categoria é que eu era um dos melhores profissionais da época aqui, porque os salesianos tinham muita ligação com a Itália, e eu me especializei justamente no período em que, aqui no Pará, se saía do período da gráfica do chumbo para o sistema *off-set*[3]. Eu era um dos poucos técnicos desta área. Quando eu fui para as fábricas, para as gráficas no mercado, eu consolidei uma liderança...

Qual foi o primeiro lugar em que você trabalhou?

A partir de 1970, trabalhei num lugar chamado Grafisa, uma empresa privada que era a maior gráfica do estado, cerca de duzentos operários na época. Aí eu comecei a verificar um conjunto de situações. Primeiro, o ambiente de trabalho: era um galpão grande, mas muito quente, as pessoas tinham que trabalhar sem camisa...

O sanitário era uma falta de higiene, sujeira... Eu era uma espécie de chefe de setor de *off-set*, mas mesmo assim eu comecei a reivindicar que a direção da empresa contratasse uma pessoa para manter limpo o banheiro. Depois, questionei: "Por que não se coloca uma espécie de uniforme, um jaleco?". A partir daí, percebi que isolado eu não ia chegar a nada. Em algum momento, eu não ia dar conta...

Você ficou bastante tempo ainda ligado aos salesianos. Depois do golpe militar, dos movimentos de 1968, eles mudaram de posição?

Nessa época, não. Era uma formação operária cristã, religiosa. Nesse ínterim, já começou a se agregar um conjunto de gráficos ao meu redor, até porque muitos ex-alunos dos salesianos já trabalhavam no mercado. O Palmeri, que era o presidente do sindicato, estava há 21 anos na direção. Era um desses líderes formados na visão dos Estados Unidos[4], assim como o Joaquinzão [Joaquim dos Santos Andrade]. Bom. Teve uma eleição, eu fui procurado para entrar na chapa dele e disse que não. Mas eu já era filiado ao sindicato. Não tinha oposição, era sempre a chapa única dos caras. Aí nós montamos a seguinte estratégia: "Nós não vamos concorrer; mas a gente escreve na cédula o meu nome – Paulo Rocha". Era a maior gráfica, o maior colégio eleitoral no sindicato. Então, na apuração, mesmo sem ser candidato, eu tive uma quantidade grande de votos. Isso foi em 1971. A partir daí, eu comecei a organizar a oposição.

E nesse período você já tinha contato com outras categorias?

Não, não tinha nada. Era ali na fábrica mesmo. Em cima das dificuldades do ambiente de trabalho. Quando eu comecei a ter contato com outros gráficos, descobri que o ambiente da Grafisa era o paraíso em relação às outras gráficas. Porque tinha gráfica que não tinha água, que não tinha sanitário, essas coisas. Eu precisava ganhar dinheiro para poder ajudar minha família, meus irmãos. Porque eram dezessete. Meu pai ia fazendo filho, ia mandando para eu tomar conta [ri]. Teve um período que eu morava numa casa alugada com dez irmãos. Eu era o chefe da família, trabalhava noite e dia. Aí começamos a organizar a oposição. No início, sem nenhuma orientação, sem uma assessoria. Nesse ínterim, começamos a ter contato com a Fase [Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional][5]. Foi no período de 1976-1978 que começou a ter o Enos – Encontro Nacional das Oposições Sindicais. Aí eu já tinha relação nacional. Depois, foi o Entoes – Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical[6]. É o período de organização pró-CUT. O Enos era, inicialmente, só das oposições sindicais. Depois, com a experiência de São Bernardo, se percebeu que não eram mais só as oposições, também tinha sindicato contra a estrutura sindical, daí o Entoes. Aí eu já tinha uma participação mais efetiva, porque aqui eu, mesmo sendo ainda apenas da oposição sindical dos gráficos, já me tornei uma referência para as outras categorias que estavam-se organizando como oposição: construção civil, professores... Então, os gráficos foram para o movimento sindical do Pará o que São Bernardo foi para o Brasil, mas só em 1982 é que nós fomos ganhar o sindicato dos gráficos. Aí eu fui o presidente por dois mandatos. Veja, em 1979, foi o Enclat – Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras –, em 1981, já era o Conclat – Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, lá na Praia Grande. Aí os gráficos já participaram, porque as oposições tinham o direito de tirar delegados. É importante dizer isso porque, lá em 1983, o racha foi exatamente por causa das oposições[7].

A CONQUISTA DO SINDICATO, A FUNDAÇÃO DO PT E A CONSTRUÇÃO DA CUT NO PARÁ

Entre 1971, quando vocês começam a marcar uma diferença em relação ao sindicato, e 1978, quando você já está articulado com o movimento nacional de oposições, como é que se dá o seu contato com a política partidária?

Em 1978, já houve aquele movimento da votação no MDB. Nós já estávamos engajados com essa coisa partidária. Eu fazia parte do movimento jovem do MDB. Se bem que, desde o interior, o meu pai, antes de 1964, já era militante, era uma espécie de cabo eleitoral dos caras do PSD. Quando chegou 1978, eu já estava num movimento muito forte dentro da gráfica, brigando, reivindicando, já estava caracterizado como uma liderança sindical de oposição... Isso, naturalmente, se refletia na minha relação dentro da empresa. Aí eu saí brigado e voltei para os salesianos. Mas eu voltei com a seguinte visão: como a área gráfica de lá tinha um potencial grande, mas o ensino tinha decaído, eu peguei dois, três companheiros, que eram os melhores profissionais do mercado e saíram lá da Grafisa comigo, e disse: "Olha, vamos voltar para os salesianos e ajudar na formação. Vamos aproveitar que nós somos profissionais agora...". Aí propus para o padre o seguinte: "Nós assumimos a gráfica, vamos transformá-la numa gráfica produtiva, pegar encomendas de fora. A gente cria auto-sustentabilidade para a gráfica. Produz para pagar os salários dos professores, os nossos próprios, e ao mesmo tempo a gente ensina as crianças a ser técnicos em artes gráficas, como nos ensinaram no passado".

O padre Bruno já estava aqui nessa época?

Já. Ele foi o organizador daquele movimento jovem de que eu falei. Ele chegou ainda como estudante, estava-se formando para ser padre. Bom. Nesse processo da gráfica, já estavam os vários grupos clandestinos das esquerdas, que começaram a ter uma atividade mais externa. Esses grupos criaram aqui um jornal chamado *Resistência*[8], e não tinham nenhuma gráfica para fazer o jornal. Aí eu fiz o primeiro número lá na escola, meio clandestino, quer dizer, sem a licença do padre... O movimento estudantil, que também estava iniciando o processo, ia lá e fazia o seu material... Ou seja, as esquerdas começaram a ter um canal de impressão... No número cinco do *Resistência*, houve a publicação do depoimento de quatro lideranças daqui, dois casais: Paulo Fonteles e a esposa dele, que eram do PCdoB, e Humberto Cunha e a esposa dele[9]. Eles tinham sido massacrados pela ditadura militar nas cadeias, colocados no pau-de-arara, enfim... Aí, fomos denunciados, e a Polícia Federal cercou a escola. Nós ainda estávamos rodando, dobrando o jornal. Eles apreenderam tudo e me levaram preso. Isso criou o maior escândalo na escola. Esse foi o motivo de eu sair de lá pela segunda vez, em 1980. Aí voltei de novo para a Grafisa, mas eu já cheguei lá, realmente, disposto a ir para cima do sindicato. Em dois anos, ganhei a eleição. Mas, antes disso, fomos mandados embora dos salesianos e eu tinha que manter meu vínculo na categoria. Aí nós descobrimos que tinha a representação dos trabalhadores na Justiça do Trabalho, o vogal[10], e usamos isso como tática para ganhar o sindicato. Eu fui candidato a vogal e ganhei a eleição do pelego. Foi uma prévia para a eleição do sindicato, que era no outro ano. Isso criou condições de eu ter viabilidade para a minha candidatura...

Quanto tempo você ficou como vogal?

Três anos. Depois, não me reconduziram porque eu votava contra o juiz, fazia voto em separado. Os vogais sempre se mantinham ali porque negociavam, não criavam problema. Mas isso resolveu duas coisas: manter o vínculo com a categoria e, como era um salário bom, criou condições de eu bancar a oposição. Aí, nós ganhamos o sindicato e já estávamos no processo de fundação da CUT. Eu já era a principal liderança da pró-CUT, dos Enclats. Depois, fui o primeiro presidente da CUT aqui, por três mandatos. Então, nas décadas de 1980-1990, eu era o cara da CUT...

Mas você falou que em 1978 já tinha tido participação partidária na eleição...

É. Mesmo dentro dos Enclats, o pessoal já se articulava: quem era do PCdoB, quem era do PCB e tal. E aí começou aquela divisão: Unidade Sindical e Anampos, e ficou-se caracterizando quem era mais pró-PT. Nós já tínhamos contato com São Bernardo. Mas, como eu vivia muito na questão sindical, eu não fui um dos quatro primeiros companheiros que trouxeram a proposta do PT. Em fevereiro de 1980, foi fundado o PT nacional; aqui, acho que foi fundado em março ou abril. Eu entrei no PT lá por junho.

E quem eram essas pessoas que puxaram para essa fundação do PT em Belém?

Vocês sabem que o PCdoB tentou iniciar o PT em alguns estados. Foi isso que aconteceu aqui. Tanto que o presidente da comissão provisória era o Paulo Fonteles, do PCdoB, o secretário-geral era um cara do MR-8, o Jaime Santos. Tinha também o Manoel Almeida, que tinha uma pequena agência de publicidade, onde o pessoal se reunia... Tinha outro cara chamado Alexandre... O PRC também participava, e eles tinham uma estratégia de um "pé" no PT e um "pé" no MDB... Tanto que tinha aquela discussão do voto útil, de votar no Jáder Barbalho porque tinha que derrubar o Jarbas Passarinho...

Fale um pouco mais dessa eleição de 1982. O PT lançou candidato?

Lançou. Teve até uma confusão em que eu me envolvi, que é a seguinte: tinha uma visão dentro do PT, mais ou menos direcionada por algumas lideranças fortes aqui – o Humberto Cunha, o Jaime Teixeira, que eram do PRC –, de que o PT deveria, digamos assim, ficar meio congelado, para não fazer sombra ao Jáder. E tinha um grupo que achava que não, tinha que sair com candidato. Naturalmente, nós não tínhamos candidaturas fortes. Aí fomos atrás de um cara que tinha uma liderança na área estudantil. Ele tinha um curso pré-vestibular, fazia um grande movimento, mas não era muito engajado na esquerda, então o pessoal ficava meio em dúvida... Mas mesmo assim um grupo do PT bancou a candidatura dele para governador. Chamava-se Hélio Dourado. Aí houve um movimento por outra candidatura do PT, e se fez uma confusão danada. Nós, esse grupo que defendia o Hélio Dourado, tínhamos maioria no diretório, mas não tínhamos maioria na base. Aí inventaram uma tal de prévia, que era uma coisa que nesse tempo não existia. A prévia aconteceu num sábado, e os caras do outro grupo ganharam. No domingo, tinha a convenção oficial[11], nós ganhamos e ficou o Dourado de candidato. Aí começou a confusão, porque um grupo pregou o voto camarão, quer dizer, sem votar na cabeça [ri], e nós, o voto no Hélio Dourado. O Bira Barbosa, que é hoje deputado aqui – foi do PMDB e agora é do PSDB –, era presidente do PT, o Manoel Almeida era o secretário-geral e eu era o tesoureiro. Era esse grupo que tinha maioria e que bancou a candidatura do Hélio Dourado. Por causa disso, houve uma intervenção do PT nacional aqui, que considerou que a prévia do dia anterior era mais legítima do que só a convenção.

Mas isso não estava claro ainda...

É. Não estava claro. Na época, não havia regras claras ainda. Aí o companheiro Geraldo Pastana, que é hoje prefeito de Belterra, foi nomeado interventor. Bom. Teve um momento de muita importância nesse movimento, em que os gráficos passaram a fazer um processo de construção das oposições sindicais no Pará. E nesse ínterim os trabalhadores rurais de Santarém já tinham uma relação mais direta com o processo nacional de construção da CUT. Foi aí que passou a haver um envolvimento maior deles com o restante do estado. O PT do Pará também teve uma importância grande no país porque, na época, a legislação exigia que para legalizar o PT no país tinha que ter nove estados [com diretórios estaduais organizados] e, no estado [do Pará], tinha que ter dezoito diretórios municipais. Então eu me lembro que nós legalizamos aqui o PT meio "na marra", com a criação em dezoito municípios. Eu já estava muito empenhado nisso, fui um dos coordenadores do processo da legalização do partido aqui. Inclusive, o Pará participou daquela foto histórica[12], lá no TRE. Nós fomos lá no encontro, na convenção de fundação...

INÍCIO DA ATUAÇÃO NACIONAL E ELEIÇÃO PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS

Não passou pela sua cabeça se candidatar em 1982?

Não. Eu estava mais preocupado com a construção da CUT. Toda vez que me solicitaram eu disse:

"Não, eu acho que eu tenho que ficar na CUT". Tanto que eu fiquei toda a década de 1980 e 1990 na CUT. Fui até da Executiva Nacional, junto com Avelino Ganzer. E o Pará teve uma presença muito forte na construção da CUT nacional, contribuía muito fortemente com delegados. Em 1982, eu ganhei o sindicato, que passa a ser uma referência de todas as oposições. Surgiram dentro do sindicato dos gráficos a oposição dos metalúrgicos e a oposição dos professores, que não era nem uma oposição, era uma associação chamada Apeppa, que depois transformou-se em Sintepp (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará). Então, lideranças de hoje, como o Edmilson Rodrigues, que foi prefeito de Belém, surgiram nesse movimento... Porque nós já tínhamos uma sede, mas, quando eu ganhei, organizei uma sede maior, aí passou a ser a referência dos outros sindicatos... Oposição bancária, oposição metalúrgica, oposição da construção civil, oposição dos urbanitários, tudo foi a partir dos gráficos, que emprestavam sua experiência para ajudar a organizar o pessoal. E, com a fundação da CUT-Pará, eu passei a dirigir o seu processo de construção, a dar mais qualidade na organização sindical, principalmente no campo. Em 1986, nós ganhamos 24 sindicatos rurais, naturalmente, com muito apoio da Igreja, das Comunidades Eclesiais de Base[13], que eram fortes no Pará, a partir daquele processo de Medellín e Puebla[14]. Daí surgiram lideranças rurais, e nós criamos as oposições sindicais. Isso criou as condições de ganharmos a Federação dos Trabalhadores na Agricultura, a Fetag, que também tinha um pelego lá há mais de trinta anos. Tinha uma liderança rural aqui, o Gatão [Atanagildo de Deus Matos], que hoje está no Conselho Nacional dos Seringueiros, então, quando nós tínhamos sete sindicatos, nós já concorremos, só para caracterizar uma oposição dentro da federação. E, a partir daí, com a articulação com Santarém, se consolidou a conquista da Fetag.

Esse seu passado com os salesianos, essa sua vinculação com a Igreja Católica, você era uma pessoa religiosa?

A minha formação toda foi com essa formação religiosa, digamos assim, conservadora. Esse trabalho das Comunidades Eclesiais de Base está ligado a outro grupo religioso, não os salesianos. Os salesianos, inclusive hoje, a meu ver, tiveram pouca evolução. Eu acho que a minha formação de esquerda foi realmente mais de auto-sentimento e de vivência, das condições que eu vivia no interior com meu pai, e também com a vida que eu vivi, rodando com o padre por lá, e depois despertando dentro da fábrica. E o contato com os grupos de esquerda na época do jornal *Resistência*.

Antes da formação do PT, você chegou a se vincular a algum grupo de esquerda?

Não. Eu tive muita firmeza, logo no início, de não me ligar a nenhuma tendência. Tanto que nós fomos caracterizados por um tempo como "o grupo dos gráficos". E a partir daí nós fomos criando, já dentro do PT, essa relação maior entre os sindicalistas. Aí veio a Articulação dos 113[15] etc. Nós fomos tendo contato com esse processo em que ficou bem clara a divisão, na área sindical, entre o pessoal da Unidade Sindical – que era PCB e PCdoB – e a Anampos, que era a mistura pré-PT... Embora no agrupamento da Anampos aqui a presença do PRC fosse muito forte... As principais referências deles aqui eram o Humberto Cunha, que veio da clandestinidade, depois se tornou vereador; na área sindical, era o Gatão. Depois foram criando outras lideranças na universidade; tinha o Rui, que era dos feirantes. Depois eles conseguiram construir lideranças na construção civil, o Branco, o Edílson, mas nunca conseguiram ganhar o sindicato. Então, eu tinha uma relação de parceria com o PRC, porque eu era a maior referência operária, mas eles me respeitavam por eu manter minha autonomia.

E a Convergência Socialista tinha peso aqui?

A Convergência era na área estudantil, na figura do Babá [João Batista Oliveira Araújo] e da Bernadete [Menezes], uma liderança que me parece que está agora em Porto Alegre. Inclusive, teve um episódio na época de eles serem processados pela Lei de Segurança Nacional. Então, tínhamos aqui os agrupamentos de origem do PT, mais as organizações que vieram da dissidência do PCdoB, como o PRC. E tinha essa divisão

no chamado campo majoritário aqui. E qual é a diferença dos agrupamentos que estão em torno da minha história e em torno da história do Avelino Ganzer? Eu considero que a minha origem foi mais autonomista e espontaneísta, digamos assim, de um movimento que foi criado a partir de uma liderança, mas sem grande formação na origem. E Santarém, ao contrário, iniciou de uma organização de esquerda forte, com centralismo. Tinha uma figura lá, um assessor da Fase, o Antonio Vieira. Então tinha uma formação mais organizada (e leninista) nesse sentido. E nós não; era uma coisa meio espontaneísta, meio autodidata, digamos assim. Naturalmente teve diferenças na forma como tocar as coisas. Mas depois nós processamos juntos a construção da CUT e a construção do PT. Tanto que, hoje, a base da força do PT está nessas lideranças que vieram desses dois movimentos.

E você ficou na presidência do sindicato por quanto tempo?

Dois mandatos. Mas eu já dirigia a CUT também, paralelamente. Os gráficos conseguiram ter uma experiência – mesmo com essa coisa autodidata – de auto-sustentação, de reprodução de lideranças que foram, ao longo do tempo, até hoje, se sucedendo em continuidade. Quer dizer, o mesmo grupo que iniciou comigo, hoje, dirige o sindicato. Depois, o José Carlos, que era secretário da minha diretoria, virou vereador, em 1988...

Em 1989, você vai para a Executiva Nacional do PT...

Isso. Para a direção nacional. Aí eu era uma espécie do coordenador da campanha de 1989 aqui. Acho que foi um dos estados com maior importância na campanha do Lula. O Lula sempre ganhou aqui em duas cidades, Belém e Abaetetuba, um município aqui próximo, em que hoje nós ganhamos a prefeitura. Quando foi em 1990, aí não deu mais para eu resistir. Nós fizemos a avaliação de que tínhamos condições de me eleger... Na eleição de 1986, o meu nome já tinha aparecido. Eu autorizei o meu nome a ser escolhido como candidato a constituinte. Mas, numa disputa interna, o pessoal acabou achando que eu deveria continuar na CUT. Aí o Geraldo Pastana concorreu a deputado federal constituinte, e só não se elegeu porque faltaram 3 mil votos para fazer o coeficiente [eleitoral]. Mas o PT já mostrou uma força muito grande. Quando foi em 1990, o meu nome surgiu com muita força. Nós já tínhamos elegido dois deputados estaduais: o Valdir Ganzer e o Edmilson Rodrigues. E aí, em 1990, lançamos a minha candidatura.

E a derrota do Lula causou alguma mudança de prática política?

Na verdade, nós tínhamos chance de ganhar, mas não estávamos conscientes, realmente, disso. Tinha até, por dentro da Igreja, um sentimento de que nós não estávamos preparados para ganhar...

Você continuava muito próximo da Igreja ainda, nessa altura dos acontecimentos?

Sempre. Aqui a Igreja é muito participativa, então as oposições sindicais se confundiam muito com a ação da Igreja. Mas eu não era considerado um... *igrejeiro*, digamos assim, não era militante da pastoral, era mais de origem sindicalista. Minha participação religiosa foi só lá na época dos salesianos. Bom. Quando foi em 1990, fizemos uma aliança política ampla aqui: PSDB, PT, PCdoB, PDT e PSB. Eram seis partidos. O candidato a governador foi o Almir Gabriel, e o candidato a senador foi o Ademir Andrade, do PSB. O PT saiu com duas candidaturas fortes a deputado federal, a do Valdir Ganzer, que era já deputado estadual, e a minha, que vinha dessa origem sindical, presidente da CUT e tal. Essa frente elegeu quatro deputados federais: a Socorro Gomes, do PCdoB; dois do PT, eu e o Valdir Ganzer; e um do PDT, o Giovanni Queiroz. Eu me elegi com 16 mil votos. E depois houve uma seqüência de reeleições: o segundo mandato com 33 mil votos, o terceiro mandato com 58 mil votos e o quarto mandato com 130 mil votos. Porque o meu mandato sempre se caracterizou muito pela organicidade, exatamente aquilo que eu tinha construído por dez anos na CUT, da relação com o movimento. Tanto que eu sempre fui uma figura pública, mas não muito de grande



Paulo Rocha discursa em passeata.

mídia. Meu processo de construção do mandato foi sempre muito vinculado ao orgânico do partido e ao orgânico do movimento sindical. A característica do meu mandato é muito dentro da Comissão do Trabalho [Comissão Permanente de Trabalho, Administração e Serviço Público].

ATUAÇÃO PARLAMENTAR E BALANÇO DA CRISE POLÍTICA DE 2005-2006

Como é que foi para você essa experiência? Você foi uma pessoa envolvida com o movimento social o tempo todo, e passava a atuar dentro do parlamento. Você sentiu alguma dificuldade?

Interessante, eu não senti muita... Quer dizer, eu não fiquei perdido. Lá, pela minha experiência, com dois anos, na metade do primeiro mandato é que o cara vai começar a se encontrar ali, pelos corredores, ver que rumo ele pega... Eu, com a minha experiência sindical, já fui direto para a Comissão de Trabalho e Legislação Social. E comecei a ter uma experiência no que eu sabia fazer, digamos assim, repercutir a ação do mandato na base sindical que eu tinha construído ao longo dos anos na CUT. Acho que esse foi meu grande... Tanto que virei presidente da Comissão de Trabalho. Primeiro fui vice-presidente, com [Paulo] Paim de presidente. Mas eu já passei a ser o porta-voz do movimento sindical lá dentro, a criar subcomissões. Tanto que poucos deputados com mandato conseguem aprovar leis, e eu consegui aprovar algumas leis importantes. Eu passei a ser o porta-voz daquilo que a CUT nacional tinha acumulado como proposta sindical. Por exemplo, o projeto de contrato coletivo de trabalho, da nova organização sindical, é de minha autoria, mas era debate que se

tinha acumulado dentro da CUT. Foi a partir de uma comissão que existia, chamada Combate à Violência e pela Reforma Agrária, que passamos a criar audiências, debates, com a CPT [Comissão Pastoral da Terra], todas essas organizações... A partir dali criamos uma comissão chamada Comissão de Combate à Violência e ao Trabalho Escravo, e surgiu um projeto que depois se transformou numa lei de minha autoria, que hoje é usada no combate ao trabalho escravo pelo Ministério do Trabalho, que é a Lei nº 7.707. Essa lei sofreu um bocado de mudanças, para a gente poder criar as condições de aprovação. Foi uma lei que acrescentou no Código Penal alguns artigos para caracterizar o que seria trabalho degradante, trabalho escravo. Como foi uma lei aquém do que nós esperávamos, eu dei entrada, em 1995, com uma PEC [Proposta de Emenda à Constituição], porque nós identificamos que precisava ter uma coisa mais forte[16]. Então, as terras que forem pegas com trabalho escravo passam a ser confiscadas para reforma agrária. Essa PEC está até hoje lá para ser aprovada. Foi aprovada num primeiro turno, e está lá na Câmara, parada, porque há uma ação contrária muito forte da bancada ruralista.

Quer dizer que você se especializou nessas questões?

É. Aí passei a ser o porta-voz ali da relação do movimento. Aí surgiram os "demitidos do Collor". Porque nos dois anos do Collor tinha havido uma repressão muito forte, muita demissão dos dirigentes sindicais, principalmente na área do funcionalismo. Eu criei condições estatutárias de a gente criar subcomissões, e criamos uma para assegurar a questão do funcionalismo público. Nessa época, havia uma abertura de diálogo do governo Itamar [Franco], porque o ministro era o Walter Barelli, que tinha sido meu contemporâneo na época da CUT, quando ele era presidente do Dieese. Porque eu organizei a fundação do Dieese aqui no Pará. Barelli dava muita abertura para negociar o processo. E nós negociávamos direto com o presidente da República, que já era então o Itamar Franco. Aí eu entrei com uma Lei de Anistia para os dirigentes sindicais, que é conhecida no meio sindical como Lei Paulo Rocha[17]. Outras leis que eu consegui que fossem aprovadas foram o reconhecimento dos ACS, os agentes comunitários de saúde, e o seguro-desemprego para os pescadores. Foi tudo a partir da minha experiência, que vinha da ação sindical. Na época, teve também um período de muitas greves nos Correios, e eles eram demitidos sumariamente. Então eu entrei com leis, uma mais recente que foi aprovada, que anistia e permite o retorno de grevistas. Hoje, essa lei beneficia uns 2 mil ou 3 mil trabalhadores[18].

Paulo, deixa só eu perguntar uma coisa meio delicada. Você acabou ficando muito exposto com essa situação da crise política. Seu nome foi atingido, você renunciou. Quer dizer, você, com essa atuação parlamentar destacada, produtiva, ficou em meio a esta situação muito desgastante para o partido como um todo e imagino que para você pessoalmente. Acho que seria importante você falar um pouco sobre como está enfrentando essa situação.

É. A minha característica não é de grande debatedor no plenário, mas é de um grande articulador político. Porque eu sou muito respeitado no Congresso, sou muito querido por todos, inclusive da oposição. Mesmo no governo Fernando Henrique Cardoso eu era um dos interlocutores perante o governo. Então acabei tendo essa característica de trabalhar na articulação política, com as várias lideranças que havia dentro da bancada: [José] Genoino, Jaques Wagner, Walter Pinheiro etc. Eu era, digamos assim, um vice-líder, que cumpria esse papel de dialogar, de articulador, de retaguarda, de organizar a bancada. Eu sou caracterizado na bancada como um organizador: "Quem vai para a comissão? Quem vai fazer não sei o quê?". Fazia uma engenharia política que atendia todos nas suas áreas, e também às tendências, à divisão de espaço dentro da bancada, enfim... Naturalmente, no governo Lula, eu, não só com a experiência de três mandatos, mas com essa cancha de articulador, virei líder da bancada. E, exatamente nesse período, passei a acumular a presidência do partido aqui no Pará. Bom. Sobre o episódio da crise política, eu queria colocar a minha opinião. Eu acho que o PT cometeu o erro de passar a usar os mesmos métodos de disputa política que a elite sempre usou, ou seja, como é que um partido, de dois em dois anos, sustenta fazer uma campanha *à la* Duda Mendonça?

Isso levou o partido a um endividamento grande, a um acúmulo de dívidas. Como presidente do partido, e até por dedicação pessoal ao partido, eu assumi a responsabilidade da dívida. Porque ficou uma dívida grande da campanha majoritária de 2002 aqui do Pará. Não era dívida minha, do meu mandato, da minha campanha; era dívida partidária. Acabei, com a minha responsabilidade como presidente do partido, indo buscar os recursos. E fui buscar exatamente onde deveria buscar, que era na instância partidária. Aí surgiu esse episódio, que é conhecido nacionalmente, produto da investigação da CPI, que foi a tal da busca do dinheiro no Banco Rural. Nós ficamos devendo, basicamente, a cinco credores, os caras que fornecem camiseta, materiais desse tipo. E a minha assessoria pegou o dinheiro, autorizada pelo PT nacional, pelo Delúbio Soares, e depositou direto nas contas dos credores. Então foi, digamos assim, um erro coletivo, que acabou expondo algumas lideranças que estavam em espaços importantes de direção partidária e acabou nos envolvendo. O central do erro, portanto, é, digamos assim, essa busca da disputa política, valorizando mais o *showmício*...

O PT entrou no mesmo modelo de campanha que os outros partidos...

O mesmo modelo dos outros. E acabamos sendo obrigados a buscar financiamento, recursos fora de época, para poder cumprir as responsabilidades partidárias. E eu acho que o grande problema é que, em função disso, o PT ficou sem capacidade de reação. Foi isso que proporcionou a eficiência da oposição, junto com o papel que a mídia cumpriu, nos nivelando todos no tal do "mensalão". Como se popularizou o termo "mensalão"... Nós, os cinco deputados do PT que ficaram envolvidos mais diretamente – [Professor] Luizinho, eu, o João Paulo [Cunha], o João Magno e o Josias [Gomes da Silva] –, ainda tentamos, via mesa da Câmara, fazer uma diferenciação. Nós até ganhamos uma ação no Supremo, para nos diferenciar. Porque nós admitimos que tínhamos cometido o erro do caixa dois. Mas não se concebe eu, como fundador do partido, como liderança partidária, como líder da bancada, receber dinheiro mensalmente para poder votar num projeto do meu governo... Não tem nenhum sentido. Quer dizer, essa diferenciação não houve. Acabaram me igualando ao "mensalão". E qual foi a conseqüência para mim diretamente? Eu era forte candidato a governador, estavam criadas as condições inclusive de ganhar o governo. Já havia, inclusive, se consolidado uma aliança política em torno do meu nome, com o PMDB, o PDT etc. A perda, portanto, foi a candidatura a governador. Porque já havia uma unidade partidária, até por aclamação, digamos assim, em torno do meu nome. Pela minha característica de bom articulador, eu era um nome que não só unia o partido, mas ampliava a busca, inclusive, de setores empresariais importantes aqui do estado. Por causa do papel que eu cumpri no governo Lula, eu era o grande articulador aqui... Na campanha de 2002, eu era "o deputado do Lula", o articulador do governo Lula na região. Mesmo com o episódio da renúncia, ainda sou muito procurado... Inclusive, a imprensa bate muito nisso, que eu renunciei mas ainda tenho influência no governo etc. Eu até evito isso, para não constranger... Mas tem um fato interessante, acho que é importante para a história do partido. Com a minha presidência aqui, eu consegui construir um processo interno de uma unidade política importante no partido. Tinha todas as tendências aqui: a DS [Democracia Socialista], a própria Articulação – e o campo majoritário é dividido em três pedaços aqui –, tinha a CST [Corrente Socialista dos Trabalhadores], do Babá... Mas eu era, vamos dizer assim, o pomo da unidade política partidária. Tanto que a captação de recursos era para o conjunto do partido... E, com isto, diferentemente dos outros companheiros que foram envolvidos na crise, aqui houve uma unidade política em torno da minha situação. As principais lideranças do partido, Ana Júlia [Carepa], Valdir Ganzer, ficaram solidárias, porque sabem que foi em função do partido... Até a posição de renunciar foi posição partidária.

Foi uma avaliação do pessoal do estado de que era a melhor opção?

É. Melhor ser julgado aqui, por aqui, do que ficar naquele julgamento, em que já havia uma injustiça, pelo menos na não-diferenciação do erro que se cometeu. Agora, sobre esse episódio, eu enfrento debate em qualquer canto, porque minha vida aqui é transparente. Aqui eu não passo por constrangimento na rua,

como quando eu ando em Brasília ou vou a São Paulo. Porque a minha vida é muito transparente... Dentro do PT, as pessoas gostam de mim por quê? Porque continuo da mesma forma que era o cara do sindicato, ou da CUT, até o modo de vestir, de ser e tal... Virei deputado, inclusive, um dos mais importantes deputados, mas não mudei. Isso é uma característica forte. Então o pessoal manteve um respeito. Por isso eu fiquei muito indignado com o episódio. Porque podia ser o governador e perdi, de graça... Acho que de graça, porque tinha a dívida, eu era o presidente do partido, tinha que dar conta dela... Eu podia muito bem, como fazem outros presidentes, dizer: "Isso é coisa do tesoureiro, que se vire". Mas assumi isso, por responsabilidade, por compromisso, e fui buscar exatamente onde deveria buscar [ri]. Então foi uma coisa muito dura...

Paulo, muito obrigado pelo seu depoimento.

Notas

1 Informações sobre a atividade parlamentar. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/biodeputado/index.html?nome=PAULO+ROCHA&leg=53>. Acesso em 5 mar. 2008.

2 A Congregação dos Salesianos foi fundada em 1859 por São João Bosco e aprovada em 1874 pelo papa Pio IX. Seu nome oficial é Pia Sociedade de São Francisco de Sales, em homenagem a São Francisco de Sales, contudo seus membros são popularmente conhecidos como salesianos de Dom Bosco. Entre as obras da Congregação dos Salesianos, destacam-se colégios e serviços beneficentes espalhados por várias partes do mundo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Salesianos>. Acesso em 5 mar. 2008.

3 A impressão *off-set* é um processo planográfico cuja essência consiste em repulsão entre água e gordura (tinta gordurosa). O nome *off-set* – fora do lugar – vem do fato de a impressão ser indireta, ou seja, a tinta passa por um cilindro intermediário, antes de atingir a superfície. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Offset>. Acesso em 5 mar. 2008.

4 O entrevistado refere-se aos sindicalistas formados pelo Instituto Americano de Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (Iadesil), fundado em 1962 por Joy Lovestone, secretário de relações internacionais da central sindical norte-americana Federação Americana de Trabalhadores e Congresso das Organizações Industriais (AFL-CIO), suspeito de ligações com a CIA. A AFL-CIO possuía direção tripartite – com dirigentes da central, representantes do governo dos Estados Unidos e executivos de 65 poderosas multinacionais, sendo presidido pelo banqueiro David Rockefeller. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0812/altamiro_0812.asp?NOME=Alta20Borges&COD=4783>. Acesso em 5 mar. 2008.

5 Fundada em 1961, a Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase) é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 1960, a Fase lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe de 1964 fez com que estes rumos tivessem de ser redefinidos. A resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade. Na década de 1970, a Fase apoiou o movimento de organização social que enfrentou a carestia, o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais. Teve grande presença junto ao campesinato no Norte do Brasil, junto aos trabalhadores rurais do Nordeste, aos trabalhadores da construção civil e das indústrias metalúrgicas do Sudeste e dos movimentos de associações de moradores de norte a sul do país. Formando centenas de lideranças pelo Brasil e apoiando-as em suas reivindicações, chegou aos anos 1980 participando de todo o processo que levou à anistia, à Constituinte e às eleições diretas. Disponível em <http://www.fase.org.br/_fase/pagina.php?id=10>. Acesso em 5 mar. 2008.

6 Informações mais detalhadas sobre esse processo de articulação entre as oposições sindicais e o chamado "sindicalismo autêntico" constam em diversas entrevistas neste volume (especialmente as de Djalma Bom, Olívio Dutra, Luiz Dulci e Avelino Ganzer). Para uma análise retrospectiva recente sobre o tema, cf. SANTANA, Marco Aurélio. "Esquerdas em movimento: a disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos 1970-1980". *Perseu – história, memória e política*, nº 1, ano 1, São Paulo, dez. 2007, p. 37-67.

7 Conforme também é explicado nas entrevistas e no artigo mencionados na nota anterior, uma das principais divergências entre o agrupamento Unidade Sindical e os setores vinculados à Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos) durante o processo de organização dos Encontros Nacionais da Classe Trabalhadora (Enclats) e da 1ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), ocorrida na Praia Grande (SP) de 21 a 23 de agosto de 1981, dizia respeito à participação ou não das oposições sindicais nesses mesmos encontros e na central sindical que viria a ser criada a partir deles. Os setores que reconheciam o direito das oposições (Anampos) eram os mesmos que acreditavam que já havia condições para a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Houve, entretanto, uma disputa pela sigla Conclat, que foi utilizada por esses setores para denominar o congresso de fundação da CUT (1º Congresso Nacional da Classe Trabalhadora, ocorrido também na Praia Grande, de 26 a 28 de agosto de 1983), enquanto a Unidade Sindical

convocou a 2ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras para 4, 5 e 6 de novembro do mesmo ano, na qual foi criada a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (que também adotou a sigla Conclat), a partir da qual seria criada, em 1986, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que, em 1988, passaria a se denominar Confederação Geral dos Trabalhadores. Ver também a nota 24 na entrevista de Olívio Dutra, neste volume.

8 Vinculado à Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), dirigida por Paulo Fonteles, o jornal *Resistência* circulou regularmente entre 1978 e 1983 com tiragem entre 2 mil e 5 mil exemplares. Cf. FERREIRA, Paulo Roberto. "Tempos de Resistência". Disponível em <http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/cd4/alternativa/p_ferreira.doc>. Acesso em 5 mar. 2008.

9 Um dos casais de militantes mencionados era composto por Hecilda Veiga, socióloga, e Humberto Cunha, agrônomo. O outro, por Paulo Fonteles, advogado, e Isabel Tavares, historiadora. Os quatro atuaram como militantes de organizações clandestinas e eram membros do PCdoB na época do processo contra o *Resistência*. Fonteles veio a ser eleito deputado estadual em 1982. Em 1987, foi barbaramente assassinado por pistoleiros, na Região Metropolitana de Belém. Luiz Maklouf Carvalho, que chegou a ser enquadrado na Lei de Segurança Nacional (LSN) quando era editor do *Resistência* em função da matéria denunciando as torturas sofridas pelos dois casais, relatou o crime em *Contido à bala: a vida e a morte do advogado Paulo Fonteles, advogado de posseiros no sul do Pará* (Cejup, 1994). Cf. FERREIRA, Paulo Roberto, *op. cit*.

10 Denominação dada ao juiz classista, representante do empregador ou do empregado, que atua nas Juntas de Conciliação e Julgamento. É também chamado juiz leigo, porque não graduado em direito, ou juiz temporário, porque sua investidura não pode ultrapassar três anos, prorrogável por dois períodos, proibida a recondução.

11 Em função das restrições impostas pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos, que impediam procedimentos mais democráticos nas convenções partidárias, o Regimento Interno do PT estabeleceu, desde a criação do partido, a realização de encontros regidos por regras próprias, cujas decisões deveriam ser simplesmente endossadas pelas convenções oficiais que seriam realizadas sempre no dia seguinte. As decisões dos encontros, entretanto, tinham validade política interna, mas não tinham validade jurídica antes de serem transformadas em deliberações de convenção.

12 Paulo Rocha refere-se à foto dos dirigentes do PT em frente ao TSE, em Brasília, na ocasião em que entregavam a documentação necessária para o registro provisório do partido em dezembro de 1980. A imagem está disponível em <http://www.fundacaoperseuabramo.org.br/memoria/trajetorias2003/trajetorias.htm>. Acesso em 5 mar. 2008.

13 Ver nota 11 da entrevista de Apolonio de Carvalho, neste volume.

14 Referência às conferências gerais do Episcopado Latino-Americano de Medellín, Colômbia (1968), e Puebla, México (1979), que interpretaram a realidade latino-americana à luz das orientações produzidas pelo Concílio Vaticano II (1962-1965) e consolidaram a chamada opção preferencial pelos pobres.

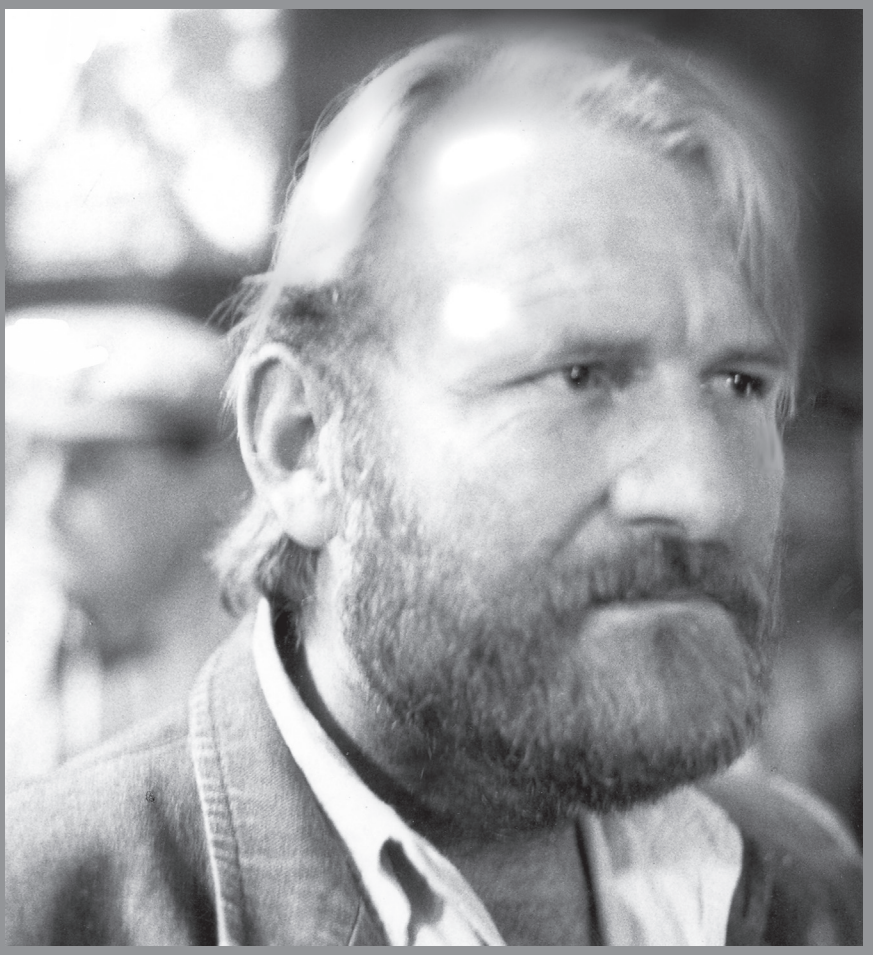
15 Referência ao documento de lançamento do agrupamento que viria a se constituir na tendência interna do PT denominada Articulação, que foi assinado por 113 filiados do partido.

16 Trata-se da Proposta de Emenda à Constituição nº 438-A, enviada pelo Senado Federal à Câmara dos Deputados, que altera o artigo 243 da Constituição Federal para dispor sobre o confisco do imóvel rural em que for constatada a exploração de trabalho escravo.

17 Trata-se da Lei nº 8.632/93, que anistia todos os sindicalistas demitidos pelos governos Sarney e Collor.

18 Trata-se da Lei nº 11.282/06, que anistia os trabalhadores dos Correios demitidos por participação em greves durante o governo Fernando Henrique Cardoso.

Muitos Caminhos, uma Estrela



Memórias de Militantes do PT

Avelino Ganzer

Entrevista realizada em Belém (30 de maio de 2006)

Página anterior:
Avelino Ganzer no
IV Encontro Nacional
do PT (1986).

Página seguinte:
Avelino na
1ª Plenária Nacional
da CUT (Praia Grande, 1993).



Avelino Ganzer nasceu na cidade de Iraí, no Rio Grande do Sul, em 1948. Destacou-se como líder e organizador dos trabalhadores rurais da região de Santarém (PA), para onde migrou com a família de agricultores por ocasião da construção da Rodovia Transamazônica, como parte de um dos grandes projetos de colonização implementados no período da ditadura militar. Foi representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém junto à Federação Estadual dos Trabalhadores em Agricultura (Fetag), vice-presidente, secretário-geral e diretor do Departamento Rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) Nacional, além de dirigente da CUT Estadual do Pará. Posteriormente, tornou-se vice-presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), após a filiação da entidade à CUT. No PT, foi membro do Diretório Nacional e candidato ao Senado nas eleições de 1986. Tornou-se um destacado ativista do movimento de Economia Solidária, assumindo a coordenação da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT (ADS/CUT) no Pará, além da presidência da Cooperativa da Produção Agroextrativista Familiar do Pará (Coopaexpa) e do cargo de diretor agrícola da Central de Cooperativa Nova Amafrutas. Atualmente, é diretor de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local da Secretaria da Agricultura do Governo do Estado do Pará e secretário-executivo do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), além de integrante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, vinculado à presidência da República.

DO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL À TRANSAMAZÔNICA

Avelino, vamos começar falando das suas origens familiares, quando e onde você nasceu...

Nasci em 6 de abril de 1948. Sou natural de Iraí, Rio Grande do Sul. Meus pais já são brasileiros, mas meus avós eram italianos. Na verdade, os Ganzer, por parte da família do meu pai, têm sangue alemão. Eles vêm de um lugar que era um cantinho da Suíça e depois passou para a Itália[1]. Minha mãe é da família Mânica. E aí, no fim do século XIX, eles vieram para o Brasil, quando ainda eram muito crianças. Meus avós não tinham uma recordação muito grande dos pais porque eles morreram de uma epidemia que tinha dado na Itália. Eles vieram com outras famílias e ficaram lá pelo Rio Grande do Sul...

E eles vieram para trabalhar no campo?

Eram famílias pobres, da área agrícola. Meu pai e minha mãe se casaram e tiveram onze filhos vivos. E com uma área de terra pequena, de 24 hectares. Aí, os primeiros filhos foram se casando, os primeiros moravam na própria terrinha, mas era pequena demais para desenvolver e crescer todo mundo ali juntamente.

Essa terra que seu pai tinha foi herança dos seus avós ou ele comprou?

Eu não me lembro direitinho. Eu acredito que foi meu pai que conseguiu essa terra. Não foi herança. Naquele tempo, era bem baratinho. Aí, em 1971, 1972, houve aquela grande campanha do governo federal [dizendo] que estava fazendo a maior "reforma agrária" do mundo, que seria no Pará, aqui na Transamazônica[2] e na Amazônia. Eu, nesse tempo, já tinha terminado o segundo grau, lá em Iraí mesmo. Eu não queria ficar fora da terra mas, ao mesmo tempo, já tinha migrado para Porto Alegre. Eu tinha feito curso de contabilidade e tinha feito datilografia, minimamente, então eu comecei a trabalhar de empregado, fazendo o balancete diário de uma financeira chamada Crefiel. Passado um tempo, o Bamerindus[3] abriu um concurso e eu passei, e fui trabalhar no banco. Mas eu não queria nada daquilo, eu queria era voltar para a terra. Foi aí que no fim de 1971 meu pai se inscreveu no programa de colonização do governo federal e, em meados de 1972, a gente veio para a Transamazônica. De onze irmãos que nós somos – éramos, porque já faleceu um irmão aqui –, nove vieram para a Transamazônica, mais o pai e a mãe. Dois ficaram. Um irmão ficou no Rio Grande do Sul: ele era da Polícia Militar. A Maria, minha irmã, tinha se casado e ficou em Santa Catarina. As outras irmãs, que também eram casadas, vieram junto para a Transamazônica. Eu sou um dos irmãos do meio, não sou nem dos mais velhos, nem dos mais novos.

Lá no Sul, vocês se dedicavam a que tipo de cultivo?

A produção básica era feijão, arroz. Nos últimos anos, entramos na criação de suínos. Fizemos um chiqueiro grande. Foi a primeira vez que meu pai pegou um financiamento. Um professor que eu tinha, o dr. Eduar-

do, era engenheiro agrônomo e ajudou a fazer um projeto e começamos a criar mais em escala, para disputar uma fatia do mercado. Claro, como agricultores familiares, nós produzíamos em torno de duzentas cabeças, mais ou menos. A cada dois meses, três meses, vendíamos cinqüenta, sessenta suínos. Então a gente acumulou bastante tecnologia, visão e tal. Mas aquilo também não dava sustentabilidade para toda a família. E, aí, veio a propaganda da colonização e... acho também que a gente tinha um pouco o sangue da aventura, de apostar...

E como era esse sistema de colonização proposto pelo governo?

Então. Na época, o presidente da República era o Emílio Garrastazu Médici. Eles, com a chamada Revolução Verde[4], ao mesmo tempo, precisavam da concentração de terras para o avanço, da transformação das fazendas em empresas rurais, e do crescimento da indústria urbana na fabricação de máquinas, equipamentos, adubo, veneno... Só que para isso tinha que tirar muita gente do campo, expulsar a população do campo, ou pela pressão ou pela compra da terra. Isso era conflitivo, todo o Centro-Sul do Brasil começava a ter uma tensão muito grande, principalmente no Sul e no Nordeste. Então, o governo abriu a Transamazônica, do Mato Grosso até o Acre, e fez uma grande campanha, de que iria fazer a maior reforma agrária do mundo, que ia doar as terras. Eu me lembro perfeitamente que o governo pegou um conjunto de jornalistas e os contratou, e vieram para cá e colheram imagens, fotografias, de casas que estavam sendo construídas etc. Aqui, na Amazônia, tem um mato que tem um espinho muito duro, chamado jurubeba, ele dá um fruto parecido com o tomate, só que é um mato pesado. Então, o governo dizia que tinha um enxerto do tomate com a jurubeba, chamado *jomate*, que produzia um tomate que não dava praga, em quantidade... E aquela propaganda se estendia no interior dos estados, na forma de mobilização. Se instalavam nas praças das cidades e diziam: "Olha, vamos embora para a Amazônia". Aqui, na Amazônia, nós íamos ter estrada, um terreno de cem hectares, casa, quatro hectares já de terra beneficiada, talvez uma vaca de leite, alguns suínos, galinha... Para começar.

E isso seria para cada família?

Para cada família. Bom. Tinha uma cidade chamada Tenente Portela, que fica numa grande região do estado, justamente a quarenta, cinqüenta quilômetros de onde estava a base da agricultura familiar mais intensa, na qual eles precisavam fazer a concentração de áreas imensas para a plantação de soja, para a criação de gado... Eu falo isso com a visão que eu tenho hoje. Naquele tempo, ninguém via. Então, o Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária][5] se instalava e fazia toda essa campanha, com as rádios e tal, e aí ganhava as Igrejas, a Igreja Católica, todo mundo. Você rezava e acreditava que ia para o céu vindo para cá, também... Aí, as famílias se inscreviam... No nosso caso, do Sul, a gente começava a vender o pouco que tinha. Porque, para a viagem, cada pessoa tinha direito a trazer até vinte quilos, porque vinha até Porto Alegre de ônibus e depois viajaria de avião. Isso se estendia para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul, para o Paraná, até São Paulo. Do restante do Brasil, o pessoal ia de pau-de-arara. Eles queriam muito o pessoal do Sul, que era tudo gente muito pobre mas, de qualquer maneira, tinha um nível de instrução, de tecnologia acumulada, experiência de agricultura familiar e tudo. Eles não eram bobos, por isso ofereciam algumas vantagens diferenciadas da Região Nordeste, por exemplo. A gente então saiu da cidade, foi para Tenente Portela, de Tenente Portela foi para Porto Alegre... Isso aí demorou muitos dias. Depois a gente veio para Belém, num avião grande, da Transbrasil, que na época era Sadia[6]. Ao chegar em Belém, ao descer do avião, veio o primeiro impacto, "o calor intenso", e fomos chamados a ajudar a descarregar o avião. Depois fomos hospedados num lugar, aqui em Belém, onde se criavam uns cabritos... Aí a coisa já começou a ficar feia porque, nos barracões, não tinha nada do que diziam. Tinha barracão que tinha carneiro dentro, tinha não sei o quê, tudo sujo de bosta de carneiro. Diziam que ali ia ser a nossa hospedaria por alguns dias; depois é que íamos seguir a viagem para a Transamazônica. E nós éramos proibidos de fazer qualquer tipo de contato, ou compras em mercados locais, sem autorização de dirigentes do Incra local. Era proibido conversar com o dono de um boteco, para comprar qualquer coisa do comércio tinha que ter uma ordem do cara do pessoal do Incra, que, na verdade, era na maioria agente do SNI, do Serviço Na-

cional de Informações[7]. Ninguém sabia tratar do negócio de colonização. Era tudo gente que cuidava da gente com medo. Então, em Belém, já começaram a se dar os primeiros enfrentamentos. Porque passou o primeiro, o segundo dia, e, quando foi no terceiro dia, ninguém mais agüentou. O comerciante estava querendo vender para a gente. Aí a gente montou um esquema e começou a quebrar aquele negócio. Ia num boteco daqueles, sentava numa mesa ocupada por pessoas do local, e começava a tomar cerveja com elas, e criava uma situação difícil para as autoridades reprimirem.

Eram quantas pessoas, mais ou menos, nesses acampamentos?

No nosso vôo, devia ter umas 150 pessoas. E no local já tinha muito mais, que haviam chegado antes. Ficava todo mundo naquele bolo ali, espalhado. Tinha gente de outras regiões... Aí, para dormir, nos entregaram umas redes velhas, fedorentas. Quando ia amarrar, aquilo arrebentava. Depois, nós pagamos aquilo tudo como se fossem redes novas. Foi muito sofrimento, de qualquer maneira. A maioria não sabia dormir em rede. Imagina. E uma rede fedorenta, que rasgava. Os punhos da rede cheios de nós. A maioria não sabia amarrar uma rede. Nós passamos ali acho que uns quatro dias. No quinto dia, quando se fez a pressão, eles botaram a gente dentro de um avião menor e começaram a levar as turmas. Descarregaram a gente no município de Itaituba, num aeroporto chamado Merituba, que foi construído só para isso. Lá era a base da colonização. Eram galpões grandes, cobertos com folha de coqueiro, babaçu ou outro tipo de coisa, e feito com um pouco de tábua, e o resto de pau-a-pique. Quando a gente foi chegando, foi descendo do avião, já tinha um grupo que tinha enfrentado o Incra, tinha puxado o facão, já estava dando o maior rebu do mundo. Os caras gritaram: "Olha, faz favor, fala para aquela turma lá no Rio Grande para vir; mas fala a verdade para aquele povo. O povo chega aqui e não encontra nada. Vão começar a matar gente aqui. Porque o pessoal está muito brabo...". A gente foi descendo do avião, foi escutando essas falas dos técnicos e sentindo esse clima. Eu me lembro quando um irmão do papai e outros parentes, ainda no Rio Grande do Sul, chamavam a gente e diziam: "Mas vocês vão para lá no escuro?", papai dizia: "Não, nós vamos sair ao meio-dia" [risos]. No escuro era porque não se conhecia ninguém, não se sabia de nada, não se sabia o que era a Amazônia, não é? [ri] E quando você vai descendo é que vê aquilo... Aí eu disse: "Ih! Viemos aqui no escuro mesmo. E agora?". Bom. Mas aí a gente faz muita amizade, mesmo no sofrimento, com as pessoas...

Vocês ficavam hospedados num galpão?

É, um *galpãozão* grande. Botavam várias famílias juntas. Ali tinha os banheiros, que eram uns buracos feitos na terra, daquele jeito. Banho, você ia para o rio Tapajós, puxava com um latão e seja o que Deus quiser. Fogo, se fazia no chão, botava ali uma pedra, uns pedaços de tijolo, cozinha, queimava a lata... Tudo uma improvisação total. Por ser uma coisa oficial, uma grande colonização, com aquela campanha – "a maior reforma agrária do mundo" –, você imaginava outra coisa. É diferente de quando um grupo decide, por exemplo, entrar nas fazendas para colonizar por conta própria. Aí, passados alguns dias, o Incra começou a chamar a gente. Nos botou em cima da carroceria do caminhão e rodou 170 quilômetros para dentro, na Transamazônica, rumo a Itaituba e Altamira. Saímos no clarear do dia, fomos chegar nesse lugar quase 1 hora da tarde. Estrada de chão. Transamazônica. Chegando lá, descem uns quatro ou seis caras, que vinham numa camionete de cabine dupla, na frente, chega outro carro, vão descendo as pessoas e tirando fotografia das pessoas, de frente, de lado... Você não sabia para o que era... Só depois. Aí chamavam lá: "José Ganzer – que era meu pai. Vai ficar no lote tal e tal...". Aí o outro: "*Seu* Cerilo Scalabrin. Vai ficar no lote tal". "Mas aonde?" "Aqui." Era só a Transamazônica, aquela ferida no meio da floresta, e acabou. Não tinha nada...

E a sua família ganhou vários lotes ou o seu pai ganhou um lote só para todo mundo?

Meu pai tirou um lote. Já tinha o meu irmão casado, o Ervino, tirou um lote, o Pedro, casado, tirou um lote, a minha irmã era casada, o meu cunhado tirou um lote. Então, são quatro lotes. Depois, passado

um tempo, tanto eu como o Valdir e outro irmão brigamos para também termos o nosso terreno. Porque, passados dois anos, eu me casei lá mesmo... Encontrei minha companheira lá, no meio da floresta, e nós casamos. Aí pegamos um terreno. Então, eles diziam: "Aqui vocês vão ser fazendeiros". Que fazendeiros? Não dá nem para olhar...

Era floresta?

Era floresta, floresta virgem. Só tinha sido feita a estrada Transamazônica. Na verdade, até a estrada era feita assim, só passando o trator... Não tinha nada de compactação. Eu me lembro, quando terminou a distribuição das terras ali, no meio... Nem precisava ter ido lá. Podia ter feito isso lá em Itaituba... Era a mesma coisa. Você não sabia de nada. O que a gente ficou foi assustado de ver que não tinha um palmo de terra roçado, que não tinha casa, que não tinha absolutamente nada. Mas, aí, o que fazer? Aí, meio-dia, 1 hora, 2 horas, a gente com fome... Cada um de nós tinha uma espingarda, tinha facão. Ouvimos aquele barulho assim... Era uma vara de porcos, aquele porco-queixada, porco-do-mato. Passaram mais ou menos uns quatrocentos porcos, nós conseguimos matar um. Fomos matando e, ao mesmo tempo, tratando e metendo no fogo, mas não tinha sal. Aí andamos, assim, um quilômetro e meio, tinha um caçador, que vivia caçando onça ou gato-do-mato, para vender a pele. Ele nos emprestou um pouco de sal, e a gente comeu o primeiro porco-do-mato lá [ri]. Uma tristeza [ri]. Uma tristeza. A gente olhava assim, lembrava das terras boas do Sul, quando derrubava uma mata, aquela terra nova, aquela terra fértil... Então, mesmo assim, sem nada, a gente tinha aquela esperança, aquela força transformadora. A gente dizia: "Agora, nós vamos roçar, vamos derrubar, vamos plantar; daqui nós vamos fazer nossa riqueza, que a gente não conseguiu fazer no Sul". É aquilo que mantinha a gente de pé. Porque do resto, tudo era...

Precário demais...

Precário... E tudo aquilo que tinham vendido para a gente tinha caído por terra. Agora imagine minha mãe, por exemplo. Ela sofria demais. Ficava calada, olhando, falava pouco... Mamãe já estava com 55 anos. Nestas alturas dos acontecimentos, passado alguns dias, nós fomos morar lá. Aí, bota todas as tralhas em cima do caminhão outra vez... Aí a gente fez um esforço de ver se arrumava umas tábuas, alguma coisa, para poder, quando chegar lá no terreno, começar a fazer a casinha e alguns banquinhos etc. A casa é chamada tapiri[8]. Você levanta com forquilha e fecha com palha de coqueiro. É o tapiri. A casa que se faz lá no mato. Mas a gente queria ter um pedaço de tábua para fazer alguma coisa, um banco, não é? Nós compramos um serrote, naquele tempo nós não tínhamos serra... Aí, chega lá no terreno, ninguém sabia mexer com a palha, para cobrir a casa. A gente sabe construir, eu sei construir uma casa de tijolo, de tábua, ou mesmo de cavaco. Mas como é que mexe com aquela palha? Até você aprender... Por isso que um conhecimento local é de uma grandeza... Nós fazíamos a casa... Tu dobras a palha, sofres que é uma desgraça, de todo jeito, bota ela grossa em cima. Na primeira chuva, caía água dentro, molhava embaixo...

Mas não tinha umas pessoas locais, que já moravam lá?

Não. Nada. Nada, nada, nada. Era a 180 quilômetros de onde morava a pessoa mais próxima, que era dentro de Itaituba. Lá dentro só tinha o pessoal que estava caçando. Você imagina que tenha um pé de macaxeira, de mandioca... Nada, nada. Imagina que tem um boteco para alguém... Não tinha. Então você conversa com o cara que está lá caçando, ele diz assim: "Olha, é assim gaúcho" [Faz o gesto de dobrar a palha.]. E bastou fazer uma vez. Pronto. A gente já aprendeu... Por isso é que o conhecimento local tem que ser valorizado. E às vezes o cara te ensina uma coisa que você levaria anos para aprender. A mesma coisa de você chegar para um indígena e perguntar que planta é remédio para isso ou para aquilo. Você chega ali, ele entrega de graça. E ninguém paga por essa coisa. Até hoje eu estou marcado por isso. Aquele ensinamento para fazer a casa da folha do coqueiro, que eu nunca mais esqueci. Aquilo foi o primeiro sinal de consciência, eu acho, que eu comecei

a ter. De valorizar o que o cara lá de pé descalço, só de calção, pode ensinar. O pé daquele caçador, se pisasse num prego, acho que entortava o prego, de tão grossa que era a sola do pé. Mas era um sábio para fazer a casinha. Pronto. Acabou. A partir daí, nós não tivemos mais problema com chuva, ou com sol penetrando. Então, fizemos nossas casinhas lá, começamos a roçar, derrubar; e aí veio a questão do plantio. As sementes. Os pais da minha mulher – ela é Neli Benedetti, o pai era o José Benedetti –, eles vieram de caminhão... Eles vieram de avião, mas não se desfizeram da mudança deles. Tinham dinheiro, contrataram um caminhão, o caminhão veio por terra, rodando, e chegou lá na Transamazônica.

Conseguiu chegar lá nesse lugar com a mudança?

Chegou. Tinha... [ri] milho, milho nascido dentro do caminhão... Tinha de tudo, porque... O caminhão ficou estourado, de passar, subindo e descendo, essas ladeiras. Mas chegou. Dentro desse caminhão do meu sogro, tinha rama de mandioca, ainda não tinha secado tudo, tinha feijão bom para plantar... Aí tinha o problema de adaptação do clima. Tudo, depois, vai ter que se adaptar. Mas veio uma série de coisas. Semente de laranja, de tangerina... E a gente foi atrás, aqui, de baraço de batata, para plantar batata-doce, plantar inhame. Saíamos de lá e rodávamos cem, duzentos quilômetros, quinhentos quilômetros... Trezentos e poucos quilômetros para a frente, tinha uma colonização mais avançada, lá em Altamira. Nós chegamos dia 28 de setembro de 1972. Mas, em 1970, já tinha vindo gente, para o lado de Altamira. Aí nós fomos lá, visitamos, conhecemos as pessoas; e a partir daí a gente foi conseguindo as sementes, as...

E vocês iam até lá como?

Passava o caminhão do Incra, às vezes, passava madeireiro, você subia em cima, pedia carona... Não tem hora para sair. A gente ficava na beira da estrada, às vezes, um dia, dois, esperando. Quando pegava um carro desses para sair, não sabia que dia que voltava. Às vezes, dava certo de voltar com dois dias, às vezes, dava certo de voltar com cinco, seis, oito, porque dependia de transporte. E começamos a roçar, derrubar. No primeiro plantio de arroz, já em 1972, o Incra forneceu uma semente de arroz para a gente, foi muito ruim, com problema de todo jeito. Muito mato, praga.

E vocês tiveram que desmatar, passar a serra ou botar fogo na floresta?

Sim. Roçar, derrubar, esperar secar, queimar, para plantar depois. Nesse tempo, foi legal porque ainda deu para roçar e queimar um pouco. E o que tinha em abundância era caça, e, qualquer igarapé, qualquer riozinho que você ia, tinha peixe em abundância. Tendo uma linha, um pedacinho de arame para fazer um anzol, ninguém ficava com fome. Hoje não tem mais. Tu pegas um igarapé daqueles, não encontra mais nada, não tem mais caça, não tem mais pesca. Fruta do mato também tinha muito, hoje não tem mais. Vai se acabando tudo nessa região. Bom. Então, em 1972, já começamos a plantar. A safra foi frustrada, deu muito pouco; mas nós começamos a nos preparar para 1973. Em 1973, já fizemos plantio grande, com nosso próprio esforço. Em Itaituba, tinha uma agência do Banco do Brasil. Então, a gente conseguiu fazer cadastro e meu pai financiou um pouco. O resto era trabalho nosso mesmo. O Incra forneceu a semente, e nós fizemos uma safra muito importante já em 1973. Quando chegou a época da colheita, já de 1973 para 1974, começou a dar grandes problemas na hora de entregar a produção. Porque o governo tinha um programa que comprava a produção, via AGF, que é aquisição do governo federal, ou EGV, que era empréstimo do governo federal[9]. E tem a Cibrazem, que é a Companhia Brasileira de Armazenamento, ligada à Conab [Companhia Nacional de Abastecimento][10]. E tinha uma máfia que controlava o preço, controlava o transporte. Foi muito duro. Então, já em 1974, quando a gente foi fazer a venda, teve uma grande mobilização, porque os caras roubavam a gente no peso, roubavam a gente de todo jeito. E teve um dia que nós fechamos o superintendente do Incra lá dentro. Foram uns dois dias para acertar, até que eles tiraram aquelas normas, mudaram o pessoal da Cibrazem, a gente conseguiu recolocar a nossa produção, pegar o preço certo e pagar o banco.

E, nesses lotes, além da sua família, tinha outras famílias na mesma área?

Ah!, tinha. Como é que é feita a colonização? É assim. Transamazônica, é assim: vamos dizer, *aqui* é a Transamazônica. Os lotes são 500 metros de frente por 2 mil de fundos, o que dá cem hectares. Tudo *assim* [desenhando]. A cada cinco quilômetros, entrava uma vicinal *aqui* [indica uma linha na transversal da estrada].

Então havia várias famílias morando perto.

Várias famílias. A cada quinhentos metros, uma família. A colonização era para as famílias morarem aqui [indica o entroncamento entre a Transamazônica e a vicinal]. Isso no papel. O planejamento deles era o seguinte: cada área forma uma agrovila. Ali deveria ter as casas, a escola, aqui funciona o hospital, a igreja e tal. Para as pessoas irem trabalhando devagar os seus lotes, se formaria este tipo de vila com infra-estrutura. Os conjuntos de agrovilas formariam as chamadas *agrópolis*. É coisa de militar mesmo, não é? [risos] E várias *agrópolis* formam a *rurópolis* [risos]. Um plano de colonização, todo pensado assim. Aqui [vai apontando], o nível local; esse aqui, o mais regional; esse aqui, o *geralzão*. A capital...

Quer dizer, a orientação desse projeto era toda militar...

Toda. A capital da colonização é a Rurópolis. Eles fizeram a cidade de Rurópolis – até hoje existe – em 1973, já pertinho, a dezoito quilômetros de onde eu morava, onde está o meu terreno. Eu tenho meu terreno lá, ainda hoje. Num prazo de seis, sete meses, se criou a cidade de Rurópolis. É uma cidade com tudo, de certa forma: sede do Incra, hospital, escolas, agência bancária, hotel, igreja... A *agrópolis* nunca existiu. E, *agrovila*, fizeram umas duas ou três e só. Então você pega de Altamira até lá para onde eu morava, são trezentos quilômetros... De onde eu morava para Rurópolis é perto, dezoito quilômetros. Mas para Itaituba são 150 quilômetros. De Rurópolis desce para Santarém; já pega a Santarém–Cuiabá. *Aqui* tem 217 quilômetros, e tudo isso era colonização...

Quer dizer que vocês estavam num lugar central, pela lógica do projeto de colonização.

É. No processo, ficamos, por acaso, porque ninguém sabia quem ia ficar mais ou menos perto de Rurópolis.

A montagem dessa cidade era entregue para alguma empresa privada ou cooperativa? Porque, em Mato Grosso, os militares entregaram áreas para empresas colonizadoras que construíam cidades e distribuíam os lotes. Nesse caso, era uma presença do poder público mesmo.

Era. Tudo aqui era o poder público. Diretamente. Então Rurópolis foi construída e inaugurada em 1973. Do lado de Rurópolis, nasceu a chamada Vila da Palha, onde estavam todos os operários. Por que a Vila da Palha? Imagina, para fazer, em seis, sete meses, uma cidade enorme, no que era floresta, precisa de muita gente. E trouxeram esse povo todo de fora. Parte eram os agricultores que chegavam. Então, essa vila, que se chamava Vila da Palha, era até uma cidade. Ali era o local de moradia das famílias dos operários, tinha restaurante, comércio, bares, jogos. Rurópolis foi feita dentro da floresta, a floresta foi toda derrubada e construída a cidade. Mas não tinha uma árvore, não tinha um nada, toda floresta foi derrubada e arrancada, só ficou a terra vermelha. Então, quando veio a inauguração de Rurópolis, eles trouxeram de um lugar chamado Belterra – que era do Ministério da Agricultura, hoje virou município – não sei quantos caminhões com pequenas árvores, plantas, cada uma numa sacola especial. Vieram aqueles caminhões de lá, duzentos e poucos quilômetros de distância, para botar na cidade todas aquelas sacolas. Depois da inauguração, juntaram tudo aquilo e levaram de volta. Uns quinze dias antes, espalharam não sei quantos mil quilos de arroz nesta redondeza, então, no dia da inauguração, o arroz tinha nascido, estava tudo verdinho assim, aquele tapete verde... Não tinha arroz para a gente plantar, mas tinham desgraçado o arroz todinho ali, para fazer um tapete verde para a inauguração. E a Vila da Palha, eu me lembro até hoje, o dr. Albino, superintendente do Incra de Belém (nem sei se está vivo esse cara), com o pessoal do Exército – estava chovendo, queriam tirar as pessoas, limpar tudo para a inauguração e as pessoas não saíam –, e eles metendo gasolina, queimando e botando o trator por cima de tudo, para acabar com a Vila da Palha.

Quer dizer, acabou de usar a mão-de-obra...

Limpou, limpou que ficou terra, e meteu-lhe arroz em cima. E acabou aquela cidade. Aquilo foi uma coisa... é outra imagem. Assim como eu fiquei com a imagem do cara me ensinando a quebrar uma folha de babaçu para fazer o tapiri, eu fiquei com a imagem, nunca mais vou esquecer, do principal cara do Incra queimando, metendo fogo, com o apoio do Exército brasileiro. Eu me lembro de uma senhora com um menino, acho que tinha 11, 12 anos, mas ele estava com uma gripe, não sei se era uma virose. Ele se arrastou para o meio da lama, embaixo de uma mesa, chovendo. E ele morreu lá, terminou morrendo embaixo da mesa, era filho do Nonato, um maranhense. Quando ele chegou da roça no outro dia, que era longe, já tinha morrido o filho. A gente já tinha passado por muitas malárias. Eu era um doador de sangue. Mas tive malária e uma hepatite tão braba que meu sangue não prestou mais para doar. Antes da inauguração de Rurópolis, botaram o hospital da Fundação Sesp [Serviço Especial de Saúde Pública], então, começou a ter um ponto de apoio. Tinha o pessoal da Sucam [Superintendência de Campanhas de Saúde Pública do Ministério da Saúde], que fazia pulverização para matar o mosquito da malária.

Mas devia morrer muita gente também...

Ih! Morreu muita gente, enterrada naquela beira da Transamazônica. Mesmo o pessoal do Sul, eu me lembro, a família Camargo, morreu a mãe, poucos dias depois, morreu a filha, com 18 anos, uma morena linda, vizinha nossa... Aí um morre, outro morre, o outro não sei que... Enterra onde? Nós, lá mesmo, tivemos que fazer um cemitério. Até hoje tem o cemiteriozinho lá.

E aí, nesse meio tempo, você se casou...

É, de 1972 para 1973. Casei um ano e pouco depois. Eu já tinha brigado para pegar um terreno de cem hectares na chamada gleba 40, lote 8, da Rodovia Transamazônica, perto de onde tinha ficado o resto da minha família. Ali se formou um lugar que nós chamamos de Linha Gaúcha. Tem a Comunidade Forte, a Comunidade de Santo Antonio. Era uma comunidade muito forte. A imagem de Santo Antonio, esculpida em madeira, tinha sido trazida pelo meu pai, José Ganzer.

O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS DA REGIÃO DE SANTARÉM

E aí vocês começaram a se organizar politicamente?

Logo em seguida, chegaram lá o meu sogro – que naquele tempo não era meu sogro –, minha sogra, eles levaram uma radiola a pilha (levava seis pilhas), um bocado de discos... Então, se achava um jeito de comprar pilha e botava lá, e a gente ficava dançando nos finais de semana. Era o nosso jeito de brincar, nos divertir. Pescar, caçar e dançar, e tomar umas cachaças [ri]. Logo em seguida, tiramos um lote exclusivo para a comunidade, e começamos então a trabalhar para derrubar a mata e fazer um campo de futebol. Era floresta pura. Como é que faz? Nós derrubamos, queimamos, aí nós nos cotizamos, fomos para cima e negociamos com o Incra e conseguimos um trator de esteira. O trator destocou o mais grosso, e nós começamos a fazer o campo. Depois, já em 1973, compramos motosserra, então a gente já cortava madeira, e fizemos tudo: capela, escola... E fomos fazendo.

E vocês foram criando uma cidadezinha ali.

Fomos criando o que se chamava Linha Gaúcha. Me lembro, assim, como se fosse hoje, não lembro

qual foi o dia, que nós estávamos lá na beira da estrada e passou um padre, Pedro, um americano. Ele passou e parou lá... Nós tínhamos um início da comunidade, a nossa turma, que era católica. Logo encostado, tinha a família Müller, uma família grande, que era luterana. Na frente, você tinha um mineiro, um paranaense, um nordestino. Às vezes, tinha comunidades que tinham vinte estados, gente de vinte estados numa mesma reunião. A nossa era mais o pessoal do Sul, de vários lugares... Então o padre passou lá e perguntou se queriam fazer uma celebração, e todo mundo aceitou. Aí eu disse: "Está bem. Então se prepara, vamos fazer a celebração aqui". Era na casa do meu pai. Nós já tínhamos feito um limpado grande. Tinha um toco de castanheira que tinha sido derrubada para fazer a estrada Transamazônica, aquele tocão seco assim. Aí, ele pediu: "Arreda mais um pouco esse mato aí, corta uns paus! Faz uns assentos". Aí nós preparamos. Quando ele voltou, tinha gente da Igreja Católica, tinha luterano, tinha de outras religiões. Aquele era um lugar para se reunir. Era uma necessidade das pessoas de se encontrarem, de alguém que pudesse falar alguma coisa, que ajudasse a refletir, que desse uma palavra de alento. Ele puxou lá uma sacolinha, que a turma chamava de *boroca* lá na região... O padre já tinha essa linguagem. É uma sacola que o garimpeiro, o caçador levam quando vão para o mato; vão enfiando as coisas dentro. Ele foi tirando uma toalha, jogou em cima do toco da castanheira, fez dela o altar, e fez uma celebração importante. Porque ele perguntou por que é que a gente tinha ido lá. "Ah! Nós viemos atrás de terra, para melhorar nossa vida." Ele perguntou se a gente não desconfiava que havia outros interesses a não ser os nossos. Ninguém sabia responder. "Que interesse?" [ri] "Que interesse?" Foi aí que ele disse: "Olha, é porque, na região, estão entrando fazendeiros. Tem firmas, empresas grandes, que estão querendo entrar aqui e estão precisando de mão-de-obra. Vocês não vieram para ser donos de terra, não, vocês vieram para ser peões dessas empresas". Ele era bem "radicalzão", o americano... Aquilo caiu como uma... batata quente na mão. Ninguém sabia bem o que é que ele tinha falado; mas marcou a gente. A partir daí, foi muito fácil. Abriu a cabeça para a gente ir compreendendo.

A Igreja, então, teve uma presença importante.

Nós tivemos uma presença muito importante da Prelazia de Santarém. Porque a gente estava no município de Santarém, a 240 quilômetros da sede. O município, naquela época, tinha, em linha reta, quase 400 quilômetros. Você vê que municípios grandes, não é? Da minha casa até o fim do município de Santarém, tinha mais noventa quilômetros...

Quem é que estava nessa Prelazia de Santarém?

O bispo era dom Tiago Ryan, americano. Mas muito boa gente. Ele faleceu agora. Deu uma pena muito grande... Ele implantou toda a pastoral na área rural. Desenvolviam a questão da religiosidade, mas também faziam alfabetização, trabalhavam a organização das comunidades, se as pessoas tinham interesse, davam os primeiros ensinamentos do que era organizar uma cooperativa, uma associação... Então, depois daquela primeira missa, o padre marcou outra missa. E, nessa missa, então, ele, na celebração, perguntou: "Escuta, quem é que sabe ler aí?". Todo mundo fica calado. Eu levantei a mão, disse que sabia ler. Aí ele pegou a Bíblia, me deu: "Olha, está aqui. Evangelho tal, capítulo tal". Eu não sabia o que era aquilo. Nunca tinha pegado uma Bíblia para ler. Aí, quando terminou a missa, ele disse: "Agora nós vamos fazer um tríduo, três dias de encontro, para começar a organizar a comunidade. Tem que ir para a Comunidade São Luís. Chega em Itaituba, sobe de barco mais um bom tempo". Aí o padre disse o seguinte: "Tem que tirar duas pessoas daqui. Vai Avelino e quem mais?". Ele já tinha sacado... [risos] E a comunidade terminou elegendo eu e a dona Erica Scalabrini. Aí fomos fazer esse tríduo. Chegando lá, ele pediu para algumas pessoas, eu fui uma, para tirar muito graveto, pegar lenha boa e cortar bem fininho. Eu e outra pessoa preparamos esse negócio todo, para fazer uma fogueira. Deixamos tudo pronto, já com capim seco, era só botar fogo para a coisa funcionar. À noite, quando juntou todo aquele pessoal, nós ficamos em redor, ele foi falando o que era comunidade, o que é que nós tínhamos que fazer lá e tal. E disse: "Vocês têm que ser como se fosse uma luz no escuro. Vocês têm que ajudar a clarear.



Fidel Castro e Avelino Ganzer em Cuba (1987).

Vocês têm que saber dos direitos, não só para ficar para vocês, mas para explicar para os outros, o que é direito, o que é dever, o que é princípio". Aí mandou apagar a luz, e pediu para eu ir lá e acender a fogueirinha. Na hora que eu risquei o fósforo, que acendeu, aquela fogueirinha foi subindo, foi clareando, e ele falou: "Vocês têm que ser isso aí. Tem que organizar a comunidade, para serem essa luz". E aí, dependendo da necessidade que a gente tinha, a Igreja dava os cursos. A partir daí, eu fui ganho; eu fui me dedicar muito a organizar a escola, ajudar a organizar a comunidade, repartir com isso. Eu já tinha minha motivação, gostava de esporte, de jogar futebol e de brincar, dançar...

Você praticava a religião também?

Antes, não. A partir daí, eu comecei. E a Teologia da Libertação[11] tinha uma coisa muito séria, porque a fé sem obra não tem sentido, não tem valor. Então, não adianta você ficar conversando sem fazer. O critério da verdade é a prática, e não a *conversaiada*. Então, você vê que pegava assim a questão religiosa com a teoria marxista. É uma soma... Só depois, lá na frente, é que a gente vai, de fato, decifrar nossa formação. Bom. A partir daí, começa todo o processo de organização. Na medida em que começa a organização, começam as lutas. Então, quais foram as primeiras lutas? A primeira delas foi o enfrentamento dessa questão que eu falei, do

arroz, da roubalheira que tinha na comercialização. Começa a ter problemas de terra. Aí a gente desperta para os sindicatos. Fomos descobrir que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém tinha uma diretoria, nesse tempo, caracterizada como pelega mesmo. Era um pessoal que fazia muito mais o papel de governo do que defender os trabalhadores. Então, eu comecei a participar da organização da comunidade, passei a ser uma liderança, acho, de Igreja. Dom Tiago, que era o bispo de Santarém, tinha na gente, no pessoal da Pastoral, uma confiança grande... Eu vivia da roça, não é? Em 1973, eu e a Neli Benedetti tínhamos casado, e a gente trabalhava muito para a comunidade. Mas ao mesmo tempo a gente tinha a sorte de planejar nossas ações dentro de casa, fazer nosso trabalho planejado na roça... A gente vai tendo certa vantagem, eu vejo, perto de outros, que não têm essa possibilidade de planejamento. Bom. Aí tem toda uma longa história de oposição sindical em Santarém, de que eu participei. Eu me lembro, acho que em 1977, foi a primeira eleição. Nós não éramos candidatos, mas a oposição perdeu. Depois, acho que foi em 1979 de novo... Quando foi em 1980, nós fizemos um grande ato de 1º Maio em Rurópolis, na Transamazônica. E quem é que visitou a gente lá? O João Pedro Stedile, que hoje é uma grande liderança do MST... Veio outra liderança lá do Rio Grande do Sul, que depois foi eleito prefeito. Eles foram as grandes figuras desse 1º de Maio. E a gente rodeado, cercado, vigiado por militares de todo lado... Parecia que era o fim do mundo, porque tinha uma perseguição enorme. Inventavam coisas que eu não entendia... Aquela linguagem toda.... Quando falavam que a gente era comunista, eu não sabia o que é que era comunismo. Não entendia nada. Mas havia conflito, problemas de toda ordem, então a gente começou a organizar...

Vocês já tinham ganhado o sindicato em 1980?

Em 22 de maio de 1980, nós ganhamos o sindicato com o Geraldo Pastana, que hoje é o prefeito de Belterra. Eu fui eleito delegado representante junto à Federação. Na Transamazônica, onde eu atuava, havia duas delegacias sindicais, com cerca de 460 sócios. O pessoal do Ministério do Trabalho botou gente para acompanhar as duas delegacias, mas mesmo assim todos votaram na chapa dois, a chapa de oposição, para derrubar o pelego. Uns dias antes da posse, teve muita pressão na região, pressão, pressão, pressão de todo lado, para ver se a gente desistia. Diziam que ia morrer muita gente, que era melhor a gente não continuar na diretoria desse sindicato e tal. Ih! Tinha visita nas casas, tinha movimento de policiais, uma coisa acintosa. Na posse, nós tivemos a presença do Lula. E veio o José Francisco [da Silva], que era o presidente da Contag na época. Em todo esse processo, tínhamos uma liderança que ajudava, assessorava a gente aqui, um grande cara chamado Antonio Vieira, que é um grande amigo do Lula. Ele mora hoje lá em Belterra. Está ajudando o Geraldo Pastana. É um pernambucano que foi da ALN [Ação Libertadora Nacional]. Ele foi o grande cérebro que ajudou a montar o movimento de oposição sindical chamado Corrente Sindical Lavradores Unidos[12]. Nós trabalhávamos o local, mas articulado nacionalmente. Para o nosso processo de formação, nós tivemos muita ajuda. Nossa referência, no começo, não era São Bernardo, mas sim a Oposição Metalúrgica de São Paulo, que lá, depois, deu no MOSMSP [Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo][13]. Vários desses operários vieram aqui para fazer a discussão sobre a possibilidade, a necessidade de ter um sindicalismo combativo, com os princípios que depois foram dar na criação da CUT.

E como é que eram essas discussões?

O pessoal dizia que era preciso construir algumas ferramentas. Fazia-se a comparação com a roça: "Olha, nós temos ferramentas importantes como a foice, a enxada; mas, na hora que precisar derrubar uma árvore maior, nós temos que ter um machado. O machado é o partido político, ele vai mais na frente do que...". Hoje, eu acho que a gente derruba árvores enormes, se os trabalhadores estiverem organizados, independente de eles estarem num partido político ou não. Mas eu ainda acho que a participação partidária é uma coisa importante. Então os fundamentos, as raízes, o bê-á-bá da criação do partido a gente já discutia desde 1978, 1979. Nesse sentido, o Lula começava a ser uma referência, assim como os materiais do frei Betto...

O pessoal do Cepis [Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae]... Eu me tornei um grande admirador da madre Cristina [Célia Sodré Dória]... O Paulo Maldos, Paulo Vannuchi eram as primeiras referências fortes fora do estado, quando se tratava de formação política e conhecimento da conjuntura, na articulação das oposições sindicais etc.

A ARTICULAÇÃO COM O "NOVO SINDICALISMO" PAULISTA E AS ORIGENS DO PT NO PARÁ

Aí, quando o PT é fundado, você...

Então... [ri] Ao mesmo tempo que se discutia o PT, estava se discutindo também a raiz e o começo do novo sindicalismo, que é a construção da CUT. Esse debate se misturava. Mas a minha prioridade era sindical... Bom. Então, nesse mesmo processo, veio o debate de criação da CUT. Eu não estive na direção do PT no começo. Agora, eu fui um dos que ajudaram a discutir muito e ajudava a fazer essa articulação com várias figuras aí, dentro da roça e fora dela. Quando veio a criação da CUT em 1983... Na verdade, quando saiu a primeira conferência nacional da Praia Grande em 1981[14], nós fomos. Quem veio aqui em Santarém, entre as várias figuras, foi o que hoje é deputado federal de São Paulo, aquele metalúrgico, o Devanir Ribeiro. Conversamos muito. E nós começamos a nos preparar. A gente tinha toda uma relação com a viúva do Santo Dias [Ana Maria do Carmo Dias]..., o Joãozinho [João Antonio da Silva Filho] e seus três irmãos, que atuavam na Oposição Metalúrgica, e que moravam na zona leste de São Paulo. Então, começamos a nos preparar para ir para a Praia Grande. Saímos com um ônibus fretado da Transamazônica e conseguimos chegar lá em São Paulo. Tudo estava organizado, hospedagem, visitas ao pessoal da zona leste e da zona sul de São Paulo, tudo era parte do processo de formação. Antes de ir para o local da primeira conferência, passamos em São Bernardo, no Sindicato dos Metalúrgicos, onde houve um debate prévio sobre a conferência, e depois fomos para Santos. Na primeira conferência, então, eu me tornei conhecido de um grupo importante das lideranças dos operários. No grupo em que eu fiquei, no Conclat, a grande briga era para definir quem ia ser o coordenador do grupo de trabalho, que depois ia relatar no plenário o resultado do grupo. Nós passamos uma tarde e outro dia quase até o meio-dia para definir se era eu ou um companheiro de Pernambuco. No final, eu fui eleito. Aí o trabalho de grupo continuou e foi tirado um grupo para sistematizar o resultado dos debates. Passamos a noite toda trabalhando até o dia clarear, para terminar o documento; com uma maquininha de datilografia, feito à mão, garimpando tudo que tinha acontecido nos grupos, até chegar num consenso. Quando chega na hora do plenário, um companheiro diz: "Avelino, esta parte aqui você vai omitir, não vai ler". "Mas por que não?" Eu não tinha consciência... Aí, fui falando, fui lendo, fui explicando e tal, pulei aquela página. Chegou no final, tinha um grupo enorme, que estava com pedras, porque dentro do plenário tinha areia, tinha aquela pedra britada, que estava no espaço lá da colônia de férias, o pessoal todo querendo me matar... Eu não pude mais ir para o plenário.

E o que eles suprimiram?

Era uma parte que falava da chegada ao poder. Era uma linguagem muito... acho que era um pessoal ligado ao MR-8. Era uma coisa muito mais radical. Não falava em luta armada, mas que se usaria de todas as ferramentas necessárias e tal, até se fosse necessário o sacrifício das vidas, não sei o que, não sei o quê. Era uma coisa... Mas tinha passado no grupo, acho que tinha que ler... [ri] Eu sei que eu fiquei conhecido, me chamaram de tudo... a minha mãe é que sofreu demais lá [risos]. Bom. Terminado esse negócio – eu sempre gostei muito, também, de falar em público, quando tinha certeza das coisas –, aí começa a se fazer a primeira

coordenação do Conclat, e eu fui chamado lá. Imagina, eu morando na Transamazônica, caramba! Eu não conhecia quase ninguém. Como é que eu ia ajudar a formar uma chapa nacional? Fomos para trás daqueles banheiros lá, Lula, todo mundo, e eu terminei indicando algumas pessoas. Eu indiquei um cara que ainda é muito importante hoje, um cara do PCdoB de Brasília... Ele trabalha no Incra. Ele era de Tenente Portela. Eu indiquei, e ele entrou na chapa. Beleza. Dois meses depois, teve uma primeira reunião em Brasília; no primeiro problema que teve, ele votou contra a gente [risos]. O pessoal me pegou assim, disse: "Seu filho da mãe!.." [ri]. Digo: "Pô, eu fui na reunião que criou aquele movimento da Anampos [Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais][15] e eu vi esse cara participar. Ia lá, falava bem pra caramba, um cara articulado... Então, vocês que convidaram o cara errado". Só que, naquele momento, ele estava tomando a decisão, e terminou entrando para o PCdoB, e a concepção toda foi de entrar na Conclat, não mais na CUT. Ali começou a se conformar as duas visões [ri]. Essas coisas eu me lembro...

Explica um pouquinho essa divergência entre a Conclat e a CUT.

Bom. Eu não tinha consciência das coisas, mas lembro, perfeitamente, quando comecei no trabalho na Transamazônica, nas primeiras reuniões, mesmo de igreja, foi porrada com o pessoal do Incra. Já chamavam a gente de tudo... Aquilo assustava. Então, logo tivemos que aprender. Quando chegava numa reunião, o Antonio Vieira dizia: "Olha, vamos fazer reunião sobre o que, hoje? Para discutir sindicato?". Então, para a gente ficar seguro... pegava um papel, botava lá como se fosse estudo da Bíblia, do Evangelho, capítulo tal, versículo tal. Essa era a nossa pauta. Porque, em 1972, quando chegamos no Pará, estava em plena Guerrilha do Araguaia[16]. Então, esse povo do Incra tinha as tais assistentes sociais, uma turma que dizia: "Olha, pessoal, vocês são agricultores, mas vocês têm que entender o seguinte: aqui perto de vocês, em Marabá, os maiores ladrões, assaltantes, bandidos do Brasil, fugiram das prisões, e estão todos dentro da mata. E estão enfrentando até o Exército armado. Vocês têm que ficar de olho. Se vocês conseguirem ver alguma coisa estranha, corram no Incra. Mas vocês podem também pegar, amarrar, até atirar e matar, que vocês estão fazendo um favor à nação". Era assim. Catequizado muito fortemente. Lá no começo. Lá na frente, quando a gente começa a se abrir politicamente e que vem a descoberta, fecha o quebra-cabeça. Então, quando você me pergunta sobre a Conclat e a CUT, quando a gente se organizou e ganhou o sindicato, o que a gente sabia era que ele tinha que ser dirigido pelos próprios trabalhadores, seja ele operário, seja ele funcionário público, seja ele agricultor. Não importava. Para ser autêntico tem que ser de trabalhadores. A gente queria um sindicalismo que fosse independente do Estado, fosse qual fosse o Estado, independente dos partidos políticos, autônomo do ponto de vista geral. Quando a gente faz o primeiro Conclat, aparecem as grandes divergências. Quando fala de liberdade e autonomia sindical, vem um cara lá e diz: "Não, nós temos que defender é a unicidade. Vocês estão defendendo a pluralidade do sindicato; e nós estamos defendendo a unidade". Aí era uma vala enorme de diferença das coisas...

Da perspectiva que vocês estavam querendo adotar...

É. A segunda questão vem muito da concepção que vê o sindicato como uma correia de transmissão do partido... O partido reúne aqui e define o que é que o sindicalista tem que fazer lá. E eu sempre disse: "Não, senhor. Sindicato é um órgão e eu tenho que definir aqui o que é bom para os trabalhadores aqui dentro". O que se definiu nesta reunião, o que se definiu na assembléia é que é meu parâmetro de comportamento. Não é o que se define no PT ou no PCdoB. Se o PT definiu a mesma coisa, beleza, mas, se não, nós temos divergências, nós vamos brigar. E estava clara, no PCdoB, uma linha muito diferente. Depois, vêm os vários problemas de ordem política, a conjuntura, a questão tática, o problema mais estratégico de construção da pauta, das negociações, se a negociação é nacional, por categoria etc. Bom. Em muita coisa a gente se unificava, muita coisa. Agora, quando veio a construção da CUT, da Central Única dos Trabalhadores, foi-se aproximando a grande divergência. Eu me lembro do famoso artigo 13 do regimento interno, sobre quem é que podia fazer parte do congresso da CUT. O pessoal do sindicalismo, em geral, dizia o seguinte: "Só pode tirar delegado se o sindicato

convocar assembléia". Era certo se todo sindicato tivesse se mobilizado. Mas, para a maioria, o sindicato é um negócio, não é um órgão de defesa dos trabalhadores. Então, vem o regimento interno... Construiu essa fissura quando aprovou que podia tirar delegados quando não era convocado pela diretoria, podia ser convocação de base para tirar delegado para o congresso da CUT. Quando ficou claro que a composição do congresso ia ter uma maioria, não era muito grande, mas tinha uma maioria de acordo com a visão cutista, e não da reforma, o pessoal[17] decidiu o seguinte: "Vamos puxar o carro". E saíram fora um mês antes, mas se manteve o congresso da CUT. E eles, mais no fim do ano, fizeram o congresso da Conclat. Esse foi um processo importante. Eu, pessoalmente, fui para o congresso da CUT junto com uma delegação grande aqui do estado do Pará, de ônibus, não tinha nenhuma pretensão de ficar na direção. Quando chegou na hora, a nossa base viu que ia ter uma chapa única e não ia ter ninguém do sindicalismo rural, aí se levantou no plenário! Eu me lembro, Olívio Dutra[18], Jacob Bittar, todo esse povo, o Abdias José dos Santos, do Rio... O Lula só estava articulando nos bastidores... E a gente dizia: "Ou entra um agricultor nessa chapa ou o congresso se acaba". E aí foi aquele deus-nos-acuda. E eu não tinha como dizer não. Não estava preparado. Imagina, morando na Transamazônica...

Você já tinha um conhecimento grande com essas lideranças?

Não. Só a partir do Conclat da Praia Grande. Tinha essa questão de base, do [Antonio] Vieira e tal, eu tinha a listinha indicativa de quem era quem, mais ou menos... A gente ia, às vezes, a São Paulo, nessa andança, dois, três dias antes, com a turma, para a gente se preparar melhor. No congresso da fundação, a gente ficou um dia inteiro em São Bernardo, preparando como é que a gente ia discutir e tal. Foi muito difícil. Frio, as pessoas, em São Paulo, com um frio do diabo, não é? Vinte e oito de agosto de 1983. Um gelo lá em São Paulo. Você ficava em pé só com vinho, quentão e cachaça. Um sofrimento dos diabos. No final, fechamos. Tinha uma divergência, o Olívio Dutra queria eleger uma coordenação, o Jacob Bittar dizia não, tem que ser primeiro a diretoria da CUT, não uma coordenação. Porque Olívio tinha uma análise de que poderia trazer quem estava rachando para ir para o Conclat, que ainda podia se unificar depois. E, naquela altura, eu estava junto com o Jacob. Como já tinha convivido bastante, eu tinha certeza de que o racha estava dado...

Avelino, você já está falando de 1983. O PT foi fundado em 1980. Em Santarém, vocês criaram o partido também? Disputou a eleição de 1982?

Não. Não, não. Em Belém, sim. Agora, em Belém, quem criou o PT foi uma articulação, tipo um golpe que o Jáder Barbalho queria dar, e puxou para criar o PT. O Jáder não aparecia, mas era um grupo ligado a ele. Paulo Rocha, trabalhador gráfico, entrou na executiva do PT. Entrou outro membro, que, depois, foi para o MDB, PMDB, hoje é deputado do PSDB, entraram outras pessoas assim. Quando chegou o processo eleitoral, em 1982, o Encontro tirou um candidato para governador, e a Executiva manobrou e botou outra pessoa que não tinha sido indicada pelo Diretório. Isso criou um grande problema. Aí teve uma intervenção do Diretório Nacional. O interventor foi o Geraldo Pastana. Até hoje, têm esses nós, mesmo dentro do campo majoritário do PT aqui. Tem essa diferença histórica. É legal vocês ouvirem a versão do Paulo Rocha, quando fizerem a entrevista com ele, explorarem mais isso, porque é um momento muito importante aqui da nossa história. Em Santarém, nós tínhamos toda essa articulação, nós achávamos que estávamos construindo, efetivamente, o PT, mas achávamos que tínhamos que, primeiro, consolidar mais o sindicato. Então, o mesmo grupo, ligado ao Jáder, também criou o PT lá. E nós ficamos muito mais naquela luta toda de consolidar o sindicato, fazer todo esse processo. E deu muito trabalho para tirar esse grupo do PT depois, hoje está tudo no PMDB ou no PSDB...

Quem eram essas pessoas? Eram desvinculadas do meio sindical?

Não. Eram ligadas ao sindicato dos tecelões de Santarém. O presidente sempre foi um cara mais de direita, mais do PMDB e tal, e resolveu criar o PT lá. Quando a gente viu, estava com comissão provisória, e filiou toda uma turma... E nós estávamos com aquele processo de discutir, para o pessoal entender melhor o

que era o partido. Aí eu fui para Minas Gerais, fiquei um tempão por dentro da Igreja, rodando, para conhecer o que era mais o PT e tal. Trouxemos um pessoal de lá para cá, o Nilmário Miranda... Enquanto isso, tinha esse grupo se consolidando, e a gente sabia que, na verdade, eles não eram do PT. Nós estávamos com mais de trezentas pessoas preparadas, em núcleos, quando fomos filiar, o cara não aceitou. Precisamos fazer um baita movimento. E, quando foi para a convenção, nós ganhamos, porque nós estávamos com o partido muito mais consolidado. Era uma visão de construção. A gente falava em núcleo de base, mas... como trabalhar essa visão? Nunca deu muito certo, não é? Porque, depois, não foi muito bem trabalhado no nível nacional. Hoje, eu vejo o seguinte: acho que o sindicalismo atravessa uma grande crise, bastante longa. Do ponto de vista das concepções, havia uma grande diferença lá no começo, nos anos 1970, 1980, em relação ao PCdoB, ao PCB, aos sindicatos mais de direita. Hoje, no discurso, ainda tem coisas importantes que são divergentes, mas, do ponto de vista prático, eu acho que o PT abraçou o sindicato, penetrou e está arrebentando com os sindicatos, por causa da partidarização. Eu me lembro, no primeiro congresso do PT, passamos um dia no debate de qual seria o papel do partido na construção dos sindicatos, na construção dos pilares da democracia. Essa respeitabilidade pelas religiões, pelo processo religioso das populações. O incentivo e a ajuda do partido para que se construam sindicatos efetivamente independentes, como pilares estratégicos e importantes da sociedade. Os partidos políticos também como pilares estratégicos e importantes. E, assim, todos os esteios. E respeitar também os sindicatos patronais, assim como o sindicato dos trabalhadores. E esse processo levou, hoje, para uma desestruturação dos sindicatos. Não do sindicato em si. Eu acho que ele continua sendo um instrumento importante, estratégico, mas do ponto de vista da sua concepção, da clareza da relação sindicato–partido, sindicato–Estado, sindicato–governo. É preciso que se recomponha. Eu, enquanto cidadão, tenho o dever, também, de votar. Agora, dentro do sindicato, nós podemos ter gente de vários partidos diferentes, e haver uma unidade de ação sindical...

E ter um interesse maior...

E ter um interesse maior, comum, que é o interesse econômico, imediato, dos trabalhadores; e respeito à nossa pluralidade de pensamento. Mas o sindicato tem que ser um instrumento forte. A gente está aqui dentro, está unificado. Se começa uma briga aqui dentro porque você é do PT e o outro é outra coisa, o sindicato vai para a prática fratricida. Eu acho que, nesse sentido, há uma desestruturação perigosa. E os sindicatos do PT ou hegemonizados pelo PT são muito parecidos com os sindicatos do PCdoB, com os sindicatos do PCB, os sindicatos mais à direita. E quem é o principal culpado disso? Eu acho que o principal culpado são os partidos políticos, e a experiência mais recente é do Partido dos Trabalhadores, é o meu partido. O partido precisa olhar para isso profundamente, nesse processo de consolidação da democracia, voltar a fazer esse debate com mais profundidade. Não é uma coisa fácil, porque quem está no governo ou quem está no poder procura atuar e é um fio de gilete, não é? É um problema de construção, efetivamente, do processo democrático, de as instituições serem o esteio da democracia. E os sindicatos – pode estar o meu amigo Lula no governo ou não –, se eles têm que dizer não, têm que dizer não. Eles têm que ter coragem... Eles têm que, também, ter coragem de ir para a frente das massas e dizer sim, esse governo nós precisamos apoiar. Ele não apóia o governo, mas as medidas, o que elas representam. Ou ele vai e combate violentamente o governo, se forem medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores... Mas não são posições partidárias. Eu não sei como é que se reconstrói isso, porque, junto com essas perdas da clareza, dos princípios, há também a grande preocupação com os valores éticos, morais. Porque daqui a pouco as regras não ficam claras. E, quando não há regras claras e uma forma clara de ação na sociedade, que ajuda desde a hora da alfabetização das crianças até a militância, então o cara finge que não vê... não é? Não é simplório como estou dizendo, mas há um processo de promiscuidade, de um comportamento de ir pelo mais fácil. Eu acho que não é o comportamento mais fácil. É a concepção, é o debate que faz a maturação... E foi assim que se construiu o PT. Foi assim que se construiu a CUT. Nada de jogar para debaixo do tapete.

A EXPERIÊNCIA COM O COOPERATIVISMO E UM BALANÇO DOS DESAFIOS ATUAIS DA CUT E DO PT

Avelino, nessa relação entre partido e sindicato, vocês têm uma coisa interessante também, que é essa experiência familiar, porque você e Valdir Ganzer, eu não sei exatamente a partir de quando, fizeram certa divisão de trabalho, um tomou o rumo partidário, o outro tomou o rumo sindical.

O Valdir sempre foi diferente. O Valdir, se ele tivesse chance, seria um grande jogador de futebol. Eu acho que poderia, pelo que eu conheço. Eu jogava futebol, gostava, mas, de um para cem, talvez eu chegasse no dez. O Valdir tinha capacidade, era muito bom. Mas nunca teve chance. Quando ela apareceu, também, a gente tinha medo, na época da Transamazônica. Mas o Valdir então era esse cara. Quando foi para organizar a comunidade, ele custou muito. Mas depois, quando ele pegou, tocou adiante. Quando foi para disputar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, precisava formar a diretoria. Eu, pessoalmente, achava o seguinte: "Eu quero ficar mais do meu jeito, eu vou entrar mas eu tenho uma capacidade maior de articular o local com o geral. Então eu vou entrar nessa diretoria para já botar um pé dentro da Federação, que é perigosa e, a partir daí, tentar socializar com mais gente a nossa experiência". O Valdir entrou na Secretaria Geral do Sindicato em 1980, mas, quando nós ganhamos a diretoria do PT, ele já entrou no PT. E, em 1986, foi eleito deputado. Ele entrou nessa questão partidária, acabou-se. Valdir, na verdade, nunca fez sindicalismo...

Passou pelo sindicato...

É. E eu fiquei nisso e sempre acreditei que quem faz, efetivamente, a grande transformação da sociedade é a sociedade, é a população; só que ela tem que estar organizada, seja na comunidade de base, seja no sindicato, numa cooperativa. E ela tem que ter uma atuação partidária. Agora, qualquer governo tem que ter esse balanço aqui embaixo, nas raízes da democracia. Eu vejo a conjuntura hoje... Eu não sei se Lula se [re]elege. Se se [re]elege com uma base parlamentar melhor do que agora, eu acho que vai ser um governo extraordinário e vai poder administrar bem esse processo. Se se elege outro governo, que não é do PT, dependendo da base, eu acho que já pode *pipocar*, tanto nesse processo de direita como setores mais de esquerda... Eu acho que a gente vai viver um momento, nos próximos anos, em que ou consolida a democracia ou ela pode entrar no seu grande teste. Aí nós vamos ver o problema que foi, que está sendo esses sindicatos que não têm mais força para comandar, as centrais sindicais que tu olha assim para a liderança, não sabe se ela está falando do sindicato ou é do partido ou é do governo ou do que é. O Lula, eu sei, é presidente da República. Mas, quando fala o Paulinho [Paulo Pereira da Silva], é a Força Sindical ou é o PDT, ou é a oposição? Quando fala o Felício [João Antônio Felício], fala o quê? Da CUT ou é do PT? Há uma cortina de fumaça. Essa coisa é que me dá medo, do ponto de vista da democracia. A turma está brincando com fogo. Nesse sentido, eu acho que ou o PT desce do pedestal... Seria importante que fizesse algum congresso para avaliar esse processo de novo. Mas que ele não vai poder fazer agora. Vai ter que fazer depois que terminar a eleição. Mas vai ter que voltar a fazer... E alguém vai ter que tirar essa cortina de fumaça. Tem que começar a clarear melhor esse processo.

Essa organização de base forte que vocês construíram lá em Santarém, na região toda, como é que está isso hoje? Isso se mantém? Mudou muito?

Não. Ainda é um sindicato importante, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém... Mas o município ficou muito menor. Hoje, de Santarém, já tem Placas, que virou município, Rurópolis é município, Belterra virou município... Então, já tem quatro municípios. Não tem uma base do sindicato, mas tem um sindicato forte. O centro do conflito agrário está localizado naquela região oeste do Pará. E aquilo

que aconteceu nos anos 1970, 1980, nessa região sul-sudeste, está voltando com uma violência, hoje, muito forte, porque são madeireiros, são fazendeiros... O Sindicato dos Trabalhadores Rurais está agüentando uma barra pesadíssima.

Qual é a sua avaliação dessas pessoas como a sua família, da sua geração, que veio do Sul em busca da terra? Essas pessoas conquistaram uma vida melhor? Ou entraram numa situação de proletarização maior?

Não. Com todo sacrifício, com o problema de doença, malária etc., as pessoas foram produzindo e foram se estabelecendo. A questão de fundo disso é o futuro. É o presente, é o futuro. Eu tenho minha irmã, a mais velha, Olívia, que é conhecida como Nena, que está lá em Rurópolis. Os filhos mais velhos casaram, estão lá, outros estão em Santarém. Eu mesmo tenho meu terreno lá mas, na verdade, eu hoje sou agricultor, vivo disso, mas tenho um terreno em que planto frutas, aqui, a trinta quilômetros aqui de Belém, em Benevides. Você tem uma parte dessa população, os mais velhos, que aposentou; tem uma parte das famílias que reproduziram, estão vivendo, desenvolvendo; e tem outra parte que também vai fazendo a migração para o setor urbano. Os filhos, por ausência de boas escolas na região, têm que sair para estudar e vão ficando. Estudam até o quarto ano primário lá – em alguns lugares tem até o segundo grau –, mas, no geral, quando saem da oitava série, já fazem um deslocamento da parte agrícola para morar na parte urbana. Mas acho que as famílias todas que vieram elas estão entre pobres e medianas, mas eu não acredito que tenha alguém passando fome. Eu acho que hoje, com a urbanização, muita gente vendeu o terreno, os pais vão ficando mais velhos, as estradas, depois de trinta anos, 35 anos, estão sem asfaltar, as escolas continuam ruins, esse é um momento em que há certa crise, está se fazendo um grande debate sobre as perspectivas da região.

E, politicamente, como é que essas pessoas se posicionam? Elas estão engajadas no sindicato?

A maioria, uma grande parte está engajada no sindicato. Tem uma parte que evoluiu muito, se ser do PT é evoluir, não é? Bom. Isso só a história vai dizer, só a história vai, de fato, comprovar. Eu acho que é uma evolução, mas o PT hoje começa a reproduzir valores de dominação, também, complicados. Mas sempre foi um processo de evolução de direitos. Dentro do PT, sempre se discutiram direitos, se defenderam direitos. Então essas pessoas, na sua maioria, migraram, vieram para o campo do PT, para o campo democrático popular. O PT tem a prefeitura de Belterra e a de Santarém. Eu acho que está fazendo uma experiência nova ali. Que é um pouco esse fruto histórico que foi acumulando, ganhando, perdendo...

Você estava falando antes do problema das madeireiras e de como é que os sindicatos estavam agüentando essa pressão...

Então. Esse enfrentamento com madeireiras vem com violência, muitas ameaças, tem assassinatos, tem gente que não está agüentando. É importante que o governo Lula está entrando com uma série de marcos regulatórios. Muito importante. Criando áreas de reserva extrativistas, demarcando terras indígenas que não estão completamente feitas. Tem ainda um problema fundiário enorme, que tem que discutir. Mas a presença do Estado, acho, a partir da metade do ano passado, de 2005 para 2006, melhorou. Quer dizer, com a Polícia Federal, o Ibama [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente][19] com um pouco mais de gente, a política federal apoiando as ações mais justas. Tem problemas, também, de toda ordem... Mas a gente sente que começa a ter um marco regulatório. O problema é que a Amazônia não é vista no contexto de um projeto nacional. É preciso que se inclua de uma vez por todas. A Amazônia é dois terços do território brasileiro. Tudo é muito substantivo: é a maior floresta, a maior biodiversidade. É verdade. As águas... Só que... parece que o Brasil é do Centro-Sul para lá. Amazônia não é Brasil. E, se a gente quiser ter um país forte, integrado, tem que integrar a Amazônia no projeto. Tem que trabalhar desigualmente as regiões desiguais, na hora do orçamento e na hora de discutir essas questões nacionais. Hoje, eu sou presidente de uma cooperativa, a Cooperativa Agroextrativista Familiar do Pará (Coopaexpa), que tem 2.300 famílias associadas. Nós trabalhamos em 33 municípios. Para chegar a consolidar o nosso

projeto, nós vamos precisar de, no mínimo, 4 mil famílias, quer dizer, vai ter umas 20 mil pessoas vivendo diretamente desse projeto chamado Central de Cooperativa Nova Amafrutas. Temos uma indústria de produção de sucos tropicais: maracujá, laranja, açaí, acerola e devemos entrar com outros sucos. Mas, na hora que eu preciso de apoio, para definir qual é a praga, que doença que está acontecendo, qual é a tecnologia que tem que ser aplicada aqui na Amazônia, você não tem. A tecnologia e a pesquisa são geradas do Tocantins para lá, basicamente, de Brasília para lá. A Amazônia é outro mundo. O Brasil precisa compreender que é outro mundo, outra realidade; a tecnologia gerada em São Paulo não serve para a Amazônia. Ou, se serve, é só uma parte. A outra parte não. Aqui é outro mundo: o clima, o solo, tudo. Então nós estamos fazendo esse processo aqui...

E como é que funciona essa cooperativa?

Hoje, são 2.300 famílias, mas na verdade é uma central de cooperativas. A Coopaexpa, de que eu sou presidente, é uma cooperativa, tem a Cooperativa Mista de Produtores (Camp), que é outra cooperativa de médios produtores, uns quarenta associados, e tem os trabalhadores da indústria, que é a Coopagri, são os trabalhadores da indústria. Então, os três, nós formamos uma central de cooperativas, que é uma cooperativa de segundo grau, que é dona da indústria, que é a maior indústria de sucos tropicais da Amazônia. Claro que nós não podemos concorrer com a Cutrale[20] de São Paulo, não é? Mas nós somos uma cooperativa grande, uma indústria grande. No início de agosto, nós vamos inaugurar outra indústria grande, importante, na área das espécies oleaginosas. É uma parceria, onde a Natura está fazendo uma aplicação de 14 milhões de reais. E nós vamos produzir, no começo, o nudo, que é o macarrão feito de óleos vegetais, que vai ser levado daqui para São Paulo. Estamos definindo a tecnologia, a estratégia, onde vão ser as indústrias, para fazer a extração dos óleos das espécies oleaginosas da Amazônia...

E os produtores que fornecem as frutas?

São sócios, na sua maioria são associados da Coopaexpa. Todos pequenos produtores. Os da Camp são quarenta, que são médios e grandes produtores da região. Cada setor tem a sua cooperativa, para não haver conflitos de interesse. A Camp também já teve agricultores familiares nela. No ano passado, fizemos um grande debate e se decidiu tirar o conflito de dentro da cooperativa, então ficaram todos os agricultores familiares para cá e os médios e atravessadores para a Camp...

E desde quando você está envolvido com a cooperativa e esses projetos de produção de sucos?

Em 1999, nós combinamos fazer um grande debate no interior da CUT. Já se tinha concluído todas as análises dessa questão, se ia ter desemprego estrutural, se não ia ter desemprego estrutural, qual era o papel do sindicato em trabalhar com setores excluídos do emprego formal. Houve muita divergência no interior da CUT. Então nós decidimos realizar em dezembro de 1999 uma grande conferência internacional, que foi a primeira conferência internacional para discutir economia solidária na CUT. E conhecemos experiências de extrativismo, cooperativismo de muitos lugares da América Latina, da Europa, da Ásia. Foi um encontro muito produtivo. No fim, decidiu-se que a CUT criaria a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS)[21], que seria o instrumento da central sindical para orientar os sindicatos no trabalho com esses setores excluídos, para ajudar a desenvolver esse processo criativo, o empreendedorismo, para que, à medida que o pessoal vai se organizando, ele possa ter o sindicato como uma referência e volte a se filiar ao sindicato, se organizar no sindicato e tal. Eu, pessoalmente, naquela altura, já estava aqui. Eu saí da direção da CUT em 1994, fui ser o vice-presidente da Contag, fazer política de relações internacionais, e depois eu vim embora. O meu sonho era voltar para a roça, então eu vim para cá. Eu aprendi um monte de coisas, então eu precisava voltar para o meu lugar de origem e tentar implementar aquilo que eu aprendi. Foi a partir dessa idéia e dessa construção da CUT que a gente voltou para cá e começou a organizar várias experiências. Uma delas foi ajudar a construção da Central de Cooperativas Nova Amafrutas. Com o apoio da ADS, que deu apoio para organizar e criar a Coopaexpa, a cooperativa de que hoje eu sou presidente.

Isso tem a ver com aquela discussão, ainda nos anos 1990, de que o sindicalismo implementado pela CUT, e de maneira geral o sindicalismo urbano, era inadequado, não atendia plenamente as demandas ou as características dos trabalhadores rurais[22]?

Dentro da CUT, entre os funcionários públicos, ou os trabalhadores das estatais, e os trabalhadores de empresas privadas, já tem uma diferença. Quando pega os trabalhadores rurais e os agricultores familiares, aí é outro mundo. Não basta boa vontade, precisa ter uma forma específica de organização. Agora, quando o trabalhador da estatal, ou o funcionário público ou o da empresa privada é demitido, fica desempregado, o que é que faz com esse desempregado? Aí é que os sindicatos não dialogam mesmo com esse setor. Não dialogam com os rurais, não dialogam com o desempregado. Foi aí que a gente, então, discutiu que devia criar a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), para começar, de certa forma, uma experiência, para acumular um conhecimento, para poder ver se virava ou não política para o interior da Central, para construir o chamado sindicato cidadão. Porque o sindicato ele tem que reivindicar, mas ele também tem de passar de ser só reivindicativo para ser propositivo, tem que, também, ter uma capacidade de olhar para os setores excluídos... É pena que hoje eu vejo que a ADS está com seus dias contados. Parece que a CUT está eliminando a ADS, não sei por quê.

A CUT não está vendo com bons olhos essa experiência?

Eu não sei. Eu estou afastado da direção da CUT já quase há dez anos, não consigo mais ver direito. Na medida que se constrói, os dirigentes vão atuar em outras áreas, e eu tenho medo que abandonem esses setores excluídos aqui embaixo. Precisava ter um estudo mais profundo sobre isso. Bom. Eu acredito que a economia solidária tem que disputar mercado local, mercado nacional, mercado globalizado, fazendo parcerias com outros setores. Então, por exemplo, nós organizamos uma cooperativa, mas, se tem outra, e outra, e outra, daqui a pouco a gente tem marcas e está disputando mercado. E hoje nós estamos apostando numa experiência da cooperativa fazendo parceria com empresa privada, tentando construir canais, processos para disputar mercado globalizado. E mantendo os três pontos centrais do equilíbrio, o econômico, o social e o ambiental. É esse o desafio.

E, dentro desse processo de abrir espaço para repensar esses outros grupos, seja no campo, seja os excluídos do mercado de trabalho, como é que você vê a posição do MST[23]?

Olha, dediquei muito tempo da minha vida a apoiar a posição do MST, e acredito que é um movimento muito importante, que, na medida que cresceu, tem muitas divergências dentro dele. Mas acho que o grande erro do movimento foi quando ele começou a achar que era o centro, que só ele que é o certo, o resto tudo está errado. E começa a falar que os sindicatos não tinham mais papel na sociedade e tinha que usar o sindicato como usava uma laranja, tirar sempre o que tem de bom, depois joga o bagaço fora. Então, na medida em que começa a ter um grupo de lideranças com essa visão, que eu não acredito que seja total, mas é a hegemônica, eles vão caminhando um pouco mais para o isolamento, porque ninguém gosta. Gosta de construir parcerias. Mas ser usado ninguém quer. Não pode. E começaram a usar. Usa a Igreja, usa isso, usa aquilo, tudo como instrumento e tal. Então eu sinto que, hoje, o movimento cresceu bastante, acho que já cumpriu um papel muito importante, está na hora de eles reverem isso. Eu não sei se continua cabendo na sociedade um tipo de movimento como esse, dessa forma. Acho que foi mais para o lado político do que de fato para a visão da reforma agrária.

Eu queria te perguntar, ainda, sobre a sua participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)[24].

Eu sou um dos membros. Represento a economia solidária. Eu estou há mais ou menos um ano só, não entrei desde o começo. Eu acho que é uma comissão muito importante, sim, porque tem visões muito diferentes da sociedade, interesses diferentes. E, no geral, a sociedade, ela partidariza, como se fossem religiões. Se está em disputa, não pode mais sentar à mesa para ver o que é que pode somar. Parece que todo o tempo tem que

estar com a metralhadora armada, cheia de balas. E no conselho você vê que tem diferenças muito grandes, mas tem coisas para serem construídas conjuntamente, e que são possíveis. Hoje de manhã, por exemplo, teve uma reunião do Conselho da Região Norte. O último. Teve nas outras regiões todas. Fizemos essa grande reunião aqui, tinha empresários da área da construção, deputados, senadores, trabalhadores. Mas tu vê que começam a se construir convergências ou visões majoritárias. Acho que esse foi o grande salto, foi o Lula ter construído esse conselho, pelo aprendizado entre os diferentes. Não é que tenha grandes vantagens. Mas, agora, por exemplo, o conselho vai se reunir no Rio de Janeiro, dias 28 e 29, e nós vamos oferecer propostas para qualquer candidato a presidente da República, linhas, diretrizes, que foram consenso... E nós estamos buscando desafiá-los. Por exemplo: é possível manter uma inflação de no máximo 5% e um crescimento de 4% ou 5% ao ano. Se todos os setores da sociedade são capazes de formar um pacto em torno disso, qualquer governo que entrar, se firmar em torno disso... Acho que essa é a grande coisa que nós podemos oferecer... Eu acho que esse é o ganho do conselho. É um aprendizado, acho, no início do século XXI, que eu, com toda a diferença e a disputa que eu tenho com Antônio Ermírio de Moraes, seja capaz de, no momento que eu estou lá, dizer: "Olha, neste ponto nós estamos de acordo".

Mas os pontos de consenso das seis cartas de concertação são muito gerais...

É, são gerais. Mas o que eu estou dizendo é o seguinte: no começo, no começo, foi tão difícil, nas primeiras reuniões, ou a gente se calava ou a gente não conseguia falar. Hoje, não. Hoje, o cara diverge, bate pesado de frente e diz. Na época do escândalo [do "mensalão"], batiam pesado no Lula, não importa. É de forma respeitosa. E é essa coisa que eu disse, uma experiência e um aprendizado da convivência dos diferentes. E, nesse processo, é claro que foi genérico, mas nós conseguimos chegar a esse esforço das seis cartas de concertação, de outros acordos... E, agora, a Fundação Getulio Vargas foi convocada. Eu mesmo fiz uma proposta hoje, da necessidade de criar um centro – a expressão talvez não seja a melhor – de inteligência na Amazônia, se nós queremos inserir a Amazônia no processo nacional. Seria a partir dos órgãos federais que têm aqui, para que se possa trazer, por exemplo, cabeças, cérebros para atuarem aqui, ou outros setores. Se nós temos um grande desafio na fruticultura, que eles viessem ajudar na solução para a fruticultura da Amazônia. Se temos um processo industrial de complexa solução, que tivesse as pesquisas e os desenvolvimentos necessários com acúmulos para a Amazônia. Na área do açaí ou na área de qualquer tipo, que esse centro de inteligência ajude a resolver esse problema. O problema das águas daqui da Amazônia, esse centro de inteligência poderia ajudar. Então, é nesse sentido que eu estou fazendo a defesa no conselho. Não é a salvação. Eu tenho mais duas reuniões do conselho e nós vamos poder fechar alguns acordos, para dizer o seguinte: se o Lula quiser pegar como plataforma do seu governo, ou se o [Geraldo] Alckmin quiser defender com sua plataforma que o faça, ou qualquer um pode pegar... O sonho, ao menos eu trabalho por isso, e alguns empresários bem intencionados também, é que possa ter uma concertação nacional em torno de um, dois, três pontos... Essa é a aposta. Porque o conselho é para aconselhar o governo.

Você participou das Caravanas da Cidadania[25] com o Lula. Queria que você falasse um pouco dessa experiência.

É. Eu participei de uma caravana do Acre até o Mato Grosso. Não acompanhei a caravana das águas. Na hora de começar, eu estava com algum problema de saúde. Ah! Mas as caravanas sempre foram uma coisa muito importante para o aprendizado, enriqueceram as pessoas que participaram delas, do ponto de vista pessoal, e enriqueceram também, minimamente, os setores locais. Precisava ver o que é que foi registrado, os documentos todos que foram recolhidos. Precisava, agora, depois de quatro anos de governo, recuperar esse material de vídeo, as fotografias... E, nesse esforço de pensar, repensar o Brasil para os próximos trinta anos, que está todo mundo discutindo, talvez refazer algumas caravanas dessa natureza. Não com caráter eleitoral mas com caráter de afirmação do projeto nacional mesmo. Principalmente para a Amazônia. Eu me preocupo demais é como é que você vai fazer para o Centro-Sul do Brasil entender a Amazônia. Eu não sei. Eu não sei. Os meios de

comunicação são todos muito centralizados em São Paulo, no Rio, e o pessoal não tem essa visão. Mas eu acho que as caravanas foram algo importante, porque elas debatiam, conversavam, nas viagens, o tempo todo estava presente a formulação do que fazer, como fazer. O problema é que a conjuntura, do ponto de vista político, muda rápido. E está precisando fazer um comparativo. E recriar novas formas desse tipo de mobilização.

Tem alguma coisa que você gostaria de acrescentar?

Tem mais um milhão de coisas que eu gostaria de lembrar, de convivência no interior da CUT... Queria que um dia alguém pudesse fazer um quadro de onde estão, o que é que estão fazendo os militantes que passaram pela CUT. No governo Lula, muita gente passou a ocupar cargos importantíssimos. Eu achei que meu papel não era nessa linha de ocupar cargos, era de dar sustentação. Eu acho que eu tenho capacidade de ocupar qualquer cargo, pela minha experiência, eu tenho muita visão internacional, visão nacional. Agora, você vê um governo com uma formação muito sulista, com muito paulista e muita gente do Rio Grande do Sul... São processos complexos, difíceis. A mudança efetiva, a transformação real da sociedade, não é muito fácil fazer... Eu acho que é um direito das pessoas, quando assumem esses espaços, acumular, ter salários justos, mas eu acho que não se pode abrir mão daquilo que se pensa e das gerações futuras que vêm atrás. Não da sua família, do seu pequeno grupo, mas da sociedade. O meu medo é que as pessoas, apesar de muito boas, de dedicadas, de trabalharem, pouco a pouco se acomodem nos processos, e daqui a pouco a gente elabora outra teoria... E aí todo aquele sonho, aquela grande transformação...

Se perde...

A radicalização, no sentido de ir ao princípio, levar o que a gente quer à profundeza, para fazer a transformação... Não do ponto de vista da luta armada, porque eu não acredito que se pode fazer a mudança pela forma violenta. Mas eu acredito no seguinte. Você tem que ser radical do ponto de vista do princípio, do ponto de vista da ética, do ponto de vista dos conceitos, ter uma vigilância e não se deixar envolver ou ficar com essa barbaridade de um discurso para fora e outro para dentro. Isso, a médio e longo prazo, vai ferindo, vai cavando buracos e vai enterrando os projetos. Também não acredito que a saída, hoje, no Brasil, seja por fora do PT. Acho que é por dentro. Acho que um dia a história vai poder contar sobre esses processos. Eu acho que as pessoas têm que ocupar os postos de governo. O que eu estou falando não é de renunciar aos postos de governo; é como fazer disso uma mudança...

Avelino, agradecemos muito pelo seu depoimento.

Notas

1 Refere-se, provavelmente, à região do Tirol.

2 A Rodovia Transamazônica (BR-230), projetada no governo Médici, tem mais de 2 mil quilômetros de extensão, começando no município de Estreito (MA) e terminando na cidade de Benjamin Constant (AM). Foi inaugurada no dia 27 de setembro de 1972 para ser a "rodovia da integração nacional", de acordo com a propaganda oficial da época. No entanto, a rodovia acabou abandonada e malconservada. Em grande parte, a Transamazônica não foi até hoje pavimentada. Foi uma das obras do projeto "Brasil Potência" do regime militar.

3 O antigo Banco Bamerindus, que tinha sede no estado do Paraná, foi à falência nos anos 1990 e acabou sendo adquirido pelo grupo financeiro internacional HSBC (The Hongkong and Shanghai Banking Corporation).

4 Revolução Verde foi como ficou conhecida a invenção e a disseminação de novas sementes e práticas agrícolas que permitiram um vasto aumento na produção agrícola em países pobres durante as décadas de 1960 e 1970. O modelo baseia-se na intensiva utilização de sementes melhoradas (particularmente sementes híbridas), insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos), mecanização e diminuição do custo de manejo. Em contrapartida, observou-se nos países pobres aumento da concentração fundiária, uma vez que os pequenos agricultores não conseguiram financiar os gastos necessários para acompanhar a Revolução Verde. Também se agravou a dependência tecnológica dos países pobres em relação aos ricos, apesar dos esforços de países como o Brasil em criar tecnologia própria com pesquisas desenvolvidas por empresas públicas como a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%A3o_verde>. Acesso em 7 mar. 2008.

5 O Incra foi criado em 1970 pelo governo federal. No início da década de 1980, o agravamento dos conflitos pela posse de terra na Região Norte do país ocasionou a criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e dos Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins (Geat), e do Baixo Amazonas (Gebam). Desde 2000, o Incra está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Incra>. Acesso em 7 mar. 2008.

6 O grupo catarinense Sadia, conhecido pelos negócios na área de suinocultura e avicultura, chegou a possuir, durante alguns anos, uma empresa aérea regional.

7 O Serviço Nacional de Informações (SNI) foi criado pela Lei nº 4.341, de 13 de junho de 1964, com o objetivo de supervisionar e coordenar as atividades de informações e contra-informações no Brasil e exterior. O chefe do SNI tinha *status* de ministro, e seu poder de ação e decisão era imenso. De suas apreciações poderiam emanar atitudes do chefe de Estado das mais diversas, desde mandar investigar um suspeito, até bani-lo do país. O SNI produzia e acumulava fichas sobre pessoas consideradas suspeitas pelo regime. Em 1990, no governo Collor, o SNI foi extinto e suas funções passaram a ser desempenhadas por outros órgãos, até a criação da Agência Brasileira de Inteligência (ABIn), em 1999. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7o_Nacional_de_Informa%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em 7 mar. 2008.

8 Tapiri é o lugar utilizado como abrigo provisório ou guarda de matérias-primas; constitui-se de pequena choça com armação de madeira roliça e cobertura de palha. Dispensa parede. Cf. *Tesauro de folclore e cultura popular brasileira*. Disponível em <http://www.cnfcp.com.br/tesauro/00000974.htm>. Acesso em 7 mar. 2008.

9 Instrumentos de formação de estoques públicos reguladores do mercado de produtos agrícolas. Disponível em <http://www.cna.org.br/relatorioatividades2005/capitulo_04/cap_04_pag02.html>. Acesso em 7 mar. 2008.

10 Empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento criada em 1990. Originou-se da fusão de três empresas públicas, a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e a Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), que atuavam em áreas distintas e complementares: abastecimento, fomento à produção agrícola e armazenagem, respectivamente. A Conab é a empresa oficial do governo federal encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, para assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando os mecanismos de mercado. Disponível em <http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=10>. Acesso em 7 mar. 2008.

11 A Teologia da Libertação é uma importante escola de pensamento da Igreja Católica, e de outras igrejas cristãs, desenvolvida depois do Concílio Vaticano II, que se caracteriza por ter incorporado metodologias analíticas da realidade desenvolvidas pelo marxismo. Esta concepção teológica surgiu na década de 1970, quando se espalhou de forma especial na América Latina, sendo uma das orientações para a pastoral das Comunidades Eclesiais de Base. Aglutina agentes de pastoral, padres e bispos progressistas que desenvolvem uma prática voltada para a realidade social. O teólogo peruano Gustavo Gutiérrez é um dos mais influentes pensadores desse movimento. Destacam-se também o teólogo estadunidense Cornell West e os brasileiros Leonardo Boff, Clodovis Boff e Hugo Asmann. Com a ascensão do pensamento tradicionalista, a Teologia da Libertação foi paulatinamente sendo excluída da Igreja oficial, mantendo-se ainda viva nos movimentos sociais a ela vinculados. Cf. STEDILE, João Pedro e MANÇANO, Bernardo. *Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Teologia_da_liberta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 7 mar. 2008.

12 Localizamos um trecho da letra de uma canção da Corrente Sindical Lavradores Unidos postado por Rita Peloso no blog *Arcamundo*: "No campo viver sem terra é padecer, / Ela é o sangue que nos dá força para vencer. / Suor e terra, viva a aliança na construção da esperança, / No bem de todos somos nós. / Defendemos ardorosos o nosso chão e nossa produção, / Lutaremos destemidos, na Corrente Sindical Lavradores Unidos". Disponível em <http://arcamundo.blogspot.com/2007/10/sndrome-do-fantstico-lutamos-e-cantamos.html>. Acesso em 7 mar. 2008.

13 Como recorda o militante operário cristão Waldemar Rossi, a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo foi lançada em 1967, juntamente com a de Osasco. Enquanto a última foi vitoriosa, a primeira atravessou as décadas de 1970 e 1980 sem conseguir conquistar o sindicato da categoria. Mesmo assim, o Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMSP) inspirou a formação de muitas outras oposições sindicais por todo o país. Cf. "A trajetória de um típico militante operário. Entrevista especial com Waldemar Rossi". Disponível em <http://www.unisinos.br/ihu/index.phpoption=com_entrevistas&Itemid=29&task=entrevista&id=6820>. Acesso em 7 mar. 2008.

14 Sobre o processo da Conclat, ver nota 24 na entrevista de Olívio Dutra e a nota 7 na entrevista de Paulo Rocha, neste volume.

15 Ver nota 23 na entrevista de Olívio Dutra, neste volume.

16 A Guerrilha do Araguaia foi um conflito armado, entre 1972 e 1975, em que as Forças Armadas combateram militantes do PCdoB na região do rio Araguaia, no Sul do Pará, em Goiás (em áreas atualmente pertencentes a Tocantins) e no Maranhão. A repressão resultou na morte de 59 guerrilheiros, quatro civis e dezesseis militares.

17 Refere-se às correntes ligadas à Unidade Sindical, como PCB, PCdoB e MR-8, que, pelos motivos explicados por Avelino, não participaram da fundação da CUT em 1983.

18 Ver a entrevista de Olívio Dutra neste volume.

19 O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é uma autarquia federal criada em 1989, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. É responsável pela execução da Política Nacional do Meio Ambiente.

20 Refere-se à empresa paulista que é uma das maiores produtoras mundiais de suco de laranja.

21 A Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS) foi criada em 1999 pela CUT, juntamente com a Unitrabalho, o Dieese e a Fase, para promover a constituição, o fortalecimento e a articulação de empreendimentos autogestionários, buscando a geração de trabalho e renda, por meio da organização econômica, social e política dos trabalhadores, inseridos num processo de desenvolvimento sustentável e solidário. Disponível em <http://www.ads.org.br/>. Acesso em 7 mar. 2008.

22 Alguns dos principais textos sobre este debate foram publicados na revista *Teoria e Debate*. Cf. GANZER, Avelino. Trabalhadores: a experiência e as propostas táticas para a explosiva questão agrária. *Teoria e Debate,* nº 2, mar. 1988. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=243>; e VENCESLAU, Paulo de Tarso. "Trabalhadores: sindicalismo rural – limpar o terreno". *Teoria e Debate,* nº 6, abr./maio/jun. 1989. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=486>. Acesso em 6 mar. 2008.

23 Ver nota 8 na entrevista de Antonio Candido neste volume.

24 O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão vinculado à presidência da República, foi criado em de maio de 2003 com o objetivo de ser o órgão articulador entre governo e sociedade, para viabilização do processo de diálogo social visando o desenvolvimento. Disponível em <http://www.cdes.gov.br/exec/notainformativa/exibe_nota_informativa.php?p=f01200e46c415fdb55c5f939e745ed652ad506>. Acesso em 7 mar. 2008.

25 Trata-se do conjunto de caravanas realizadas por Lula, a partir de abril de 1993, percorrendo, em diferentes roteiros, um total de 30 mil quilômetros, especialmente nas regiões do país marcadas pela existência de grandes bolsões de miséria e abandono.

Muitos Caminhos, uma Estrela



Memórias de Militantes do PT

Luiz Dulci

Entrevista realizada em Brasília (10 de maio de 2005)

Página seguinte:
O ministro Luiz Dulci discursa na abertura da 1ª Conferência Nacional de Juventude (2008).



Luiz Soares Dulci nasceu em 1956 na cidade de Santos Dumont, em Minas Gerais. É o titular da Secretaria-Geral da presidência da República do Brasil desde a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003. Dirigente nacional do Partido dos Trabalhadores desde sua fundação, em 1980, foi um dos coordenadores da campanha eleitoral de Lula, em 2002. É um dos seis integrantes da coordenação do governo. Luiz Dulci é o responsável pela interlocução política do governo com as organizações e os movimentos da sociedade civil brasileira e internacional.

Formado em letras clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professor de língua e literatura portuguesa desde 1974, especializado em educação de adultos. Foi militante do movimento sindical dos professores e trabalhadores na educação no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Em 1979 e 1980, coordenou as primeiras grandes greves dos trabalhadores do ensino público e foi fundador e primeiro presidente (1979-1982) da União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE-MG).

Junto com Lula e outros dirigentes sindicais, na época, foi um dos coordenadores do movimento que levou à fundação, em 1983, da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Também com Lula e outros líderes sindicalistas coordenou o movimento nacional que levou à criação, em 1980, do Partido dos Trabalhadores. Integrou, em 1980, a primeira Comissão Nacional Executiva Provisória do partido. Foi secretário de Organização, de Cultura, de Políticas Sociais, de Assuntos Institucionais, vice-presidente e secretário-geral do PT, cargo que exerceu até 15 de março de 2003.

Em 1982, foi eleito deputado federal, membro da primeira bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, onde presidiu a Comissão Permanente de Trabalho e Legislação Social. Foi vice-líder do PT na Câmara dos Deputados e membro titular da Comissão Permanente de Educação e Cultura. Na prefeitura de Belo Horizonte, foi secretário de Governo (1993-1996) e de Cultura (1997-1998), nas gestões

dos prefeitos Patrus Ananias e Célio de Castro. De 1996 a 2003, foi presidente da Fundação Perseu Abramo, instituição de estudos políticos, sociais e culturais vinculada ao PT. Colaborou e colabora em diversas publicações, escrevendo sobre temas políticos, econômicos e culturais, além de exercer a crítica literária[1].

A INFÂNCIA EM SANTOS DUMONT

Vamos começar, ministro, falando da sua Minas Gerais, os primeiros anos da sua vida, a sua família.

Eu nasci em janeiro de 1956, em Santos Dumont, na Zona da Mata de Minas. É uma pequena cidade industrial, que fica na Serra da Mantiqueira. Sou o sexto de dez irmãos. Quatro irmãs e seis irmãos. Meu pai, Cesário Dulci, vem de uma família modesta de imigrantes italianos. Sua mãe se chamava Maria Romano, eu era muito pequeno quando ela morreu, lembro-me apenas de sua miudeza e suavidade. Meu avô paterno, Antônio Dulci, era empregado da prefeitura, no serviço de águas e esgotos. Jogava bilhar e tocava flauta com bastante talento, segundo a crônica familiar. Eu já o conheci no final da vida, preso a uma cadeira de rodas, com as duas pernas amputadas, devido à gangrena. Guardo dele a imagem, não sei se fidedigna, de um homem enérgico e severo.

E a família de sua mãe?

Minha mãe, Anita, era de uma família mais tradicional e de melhor situação econômica. Filha de um advogado, Octávio Soares, que chegou a ser prefeito de sua terra natal, Ponte Nova, também na Zona da Mata, e que morreu muito jovem, aos 48 anos, e virou quase um mito familiar, um exemplo sempre lembrado de probidade, tolerância e amor à cultura. Pelo lado materno, ela era neta de um holandês que veio para Santos Dumont no final do século XIX treinar o pessoal da indústria de laticínios e acabou ficando. Minha avó, Cornélia Böeke, que viveu quase 90 anos, teve forte presença em nossas vidas, pelo seu despojamento e o modo determinado de enfrentar as agruras do cotidiano. Meu pai teve infância simples, fazendo pequenos trabalhos, até hoje recorda com bom humor que vendeu balas em cinema, depois conseguiu estudar um pouco, mas nunca se formou, foi sempre um autodidata. Minha mãe, graças à condição familiar mais favorável, foi estudar no Rio de Janeiro, em colégio de freiras francesas, e adquiriu uma formação bastante sólida, o que mais tarde, quando a família passou por momentos difíceis, permitiu a ela ajudar muito em nosso sustento ensinando francês.

Mas você tem um parentesco com o ex-governador Milton Campos, não tem? Fale-nos um pouco dele.

Sim, pelo lado Soares, de minha mãe[2]. Ela era prima em primeiro grau do dr. Milton. Mas eu, infelizmente, e os meus irmãos mais novos quase não tivemos o privilégio de conviver com ele. Quando o dr. Milton morreu, eu devia ter 14 ou 15 anos e nós vivíamos no interior, não havia muita possibilidade de contato. Meus pais o admiravam muito pela sua retidão e espírito público, pela sua vasta cultura jurídica e humanística. Mas só depois, lendo livros e estudos sobre ele, é que vim a conhecer a sua trajetória, os avanços econômicos, sociais e educativos do seu governo, e inclusive a participação dele no modernismo mineiro. Eu gostaria de tê-lo

conhecido melhor, nunca me esqueço de que, quando morreu, Carlos Drummond de Andrade, que era seu grande amigo, publicou uma comovida crônica no *Jornal do Brasil* que terminava dizendo: "Ele foi o homem que a gente gostaria de ser". Mas cheguei à vida adulta tarde demais para privar do seu convívio.

Voltando a Santos Dumont, como era a situação da sua família, como foi a sua infância?

Minha infância, salvo engano [ri], foi bastante boa, com um ambiente familiar quase sempre agradável e ruidoso, de muito companheirismo, e uma intensa vida "social" com vizinhos, amigos e colegas de escola. Quando nasci, meu pai era sócio de uma pequena fábrica de velas de filtro. Ele já tinha sido vendedor – já tinha, na verdade, percorrido o país inteiro vendendo mimeógrafos nos colégios – e arranjou alguns sócios e montou essa pequena fábrica. Ele sempre teve mais talento para inventor do que para comerciante. Nos anos 1940, eles tinham produzido fogões elétricos. Imaginem competir com grandes empresas do Rio e de São Paulo fazendo fogões elétricos em Santos Dumont com quinze ou vinte empregados... Depois, passaram a fabricar tinta para sapato. Segundo os entendidos, tudo era de boa qualidade mas sem a escala econômica necessária. Nos anos 1950, produziam velas de filtro, e as coisas para a nossa família andavam bastante bem.

Era uma situação tranqüila?

Era. Quer dizer, criar dez filhos será sempre temerário, mas não nos faltava nada, tínhamos casa própria, com quintal, indispensável à sanidade psicológica do casal [ri], um jipe, meus pais iam ao cinema às terças e quintas-feiras, e duas ou três vezes por ano iam ao Rio de Janeiro assistir às peças de Procópio Ferreira [João Álvaro de Jesus Quental Ferreira] e Cacilda Becker. Essa situação perdurou até 1963, 1964. Aí tudo começou a periclitar e logo depois a fábrica de velas fechou. Durante muitos anos, meu pai tentou reativar o negócio, mas não conseguiu. A vida familiar tornou-se mais difícil, já que não havia nenhuma fonte estável de renda. Meu pai fazia uma "ginástica" tremenda, com mil e uma atividades, para assegurar a sobrevivência da família. Aos 40 anos, minha mãe, além de cuidar da casa e dos filhos, começou a lecionar no colégio das irmãs e no ginásio local, e a dar aulas particulares em casa, o máximo que podia. Meus irmãos mais velhos, que eram adolescentes, também começaram a trabalhar. Talvez por ser o sexto filho e ainda criança, o impacto disso tudo na minha vida não tenha sido tão pesado quanto foi para outros irmãos.

E os seus estudos, como foram?

Estudei em Santos Dumont até a 8ª série. Fiz o curso primário no Grupo Escolar Vieira Marques, da rede pública estadual, que era uma ótima escola. No interior de Minas, as escolas públicas costumam ser melhores do que as particulares. Tive professoras que possuíam o dom de ensinar e, além do mais, sabiam estimular os alunos a aprender por conta própria. Foram três, e até hoje me lembro bem de cada uma delas: d. Leopoldina Ibrahim, d. Zezé Conrado, d. Nilza Paiva. Quando me tornei ministro, em 2003, elas me escreveram uma cartinha singela e afetuosa. Os verdadeiros professores são assim, não é?, eles nos acompanham pela vida inteira. Com elas, descobri a importância que tem uma boa escola pública para os alunos, os professores e toda a comunidade. Com elas, aprendi a amar a vida escolar, o que seria decisivo em minhas futuras opções profissionais. Elas me revelaram, sem nenhuma teoria, apenas com o seu modo de ser e de educar, que a verdadeira escola se faz com a alegria de aprender e a paixão de ensinar. Fiz o curso ginasial no Colégio Santos Dumont, do qual também guardo boas lembranças. Depois, fui estudar em Juiz de Fora [MG].

Mas, antes disso, como era o ambiente cultural na sua família? Discutia-se política em sua casa?

De início, a cultura tinha mais importância do que a política. Minha mãe sempre deu muito valor à literatura, principalmente à francesa, que tinha estudado na juventude, e à brasileira, cujo gosto herdou do pai. Não apenas como diversão, entretenimento, mas como fonte de experiências e inteligência da vida. Sua biblioteca, que não era grande, mas de livros lidos e queridos, tinha Corneille, Racine, os poetas do

simbolismo e narradores espiritualistas, como Alain-Fournier e Bernanos. Aliás, quando Bernanos se exilou no Brasil, durante a Segunda Guerra Mundial, acabou por radicar-se justamente em Barbacena, a menos de cinqüenta quilômetros de Santos Dumont... Mas acho que minha mãe não o conheceu pessoalmente, até porque ela era de uma timidez enorme, e respeitava muito a privacidade alheia. Havia também, em nossa casa, obras de Machado de Assis, Eça de Queiroz, Euclides da Cunha, Lima Barreto, Lúcio Cardoso, Cornélio Pena e muita coisa dos nossos maiores poetas românticos: Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves, Fagundes Varela. Minha mãe gostava muito do "Cântico do Calvário" de [Luís Nicolau Fagundes] Varela. E havia, sobretudo, Dostoievski, seu autor predileto, paixão que me legou junto com as "obras completas" da edição Pléiade.

E o seu pai?

Embora autodidata, como já disse, ele sempre teve grande curiosidade intelectual, mais voltada para a filosofia e, sobretudo, a psicologia. Não sei exatamente como, mas ele chegou, por volta dos anos 1940, a ler muita coisa sobre psicanálise. Além disso, eles gostavam de música e teatro. Minha mãe tinha estudado piano e tocava algumas obras de Chopin. Meu pai apreciava muito os grandes tenores da época, Caruso, Gigli. Nossa casa não tinha televisão, e havia o costume de ficar todo mundo na sala à noite, lendo e ouvindo música. Minha queda maior, desde o início, foi para a literatura, e logo me tornei freqüentador assíduo da biblioteca pública da cidade, que era meio desorganizada mas tinha um acervo excelente.

O senhor se esqueceu da política, ministro...

É, às vezes, acontece. Meu pai teve alguma atuação na política municipal. Não tenho certeza se ele chegou a ser vereador. Acho que pelo PDC [Partido Democrata Cristão]. Depois, afastou-se da política ativa, embora gostasse – gosta até hoje – de dar os seus palpites. Minha mãe, naquela época, não tinha nenhuma atuação política. Veio a tê-la mais tarde, na década de 1980, quando se filiou ao PT, e foi militante dedicada até a morte. Na minha infância, a atuação dos dois era mais na igreja.

Eram católicos praticantes?

Sim, muito engajados no trabalho de assistência social. Participavam de diversos movimentos de leigos. Meu pai é confrade atuante da Sociedade São Vicente há mais de setenta anos. No caso de minha mãe, o seu trabalho, sem deixar de ser de solidariedade, o que ela nunca renegou, foi adquirindo cada vez mais um sentido de organização e conscientização popular. Nos anos 1970, ela começou, por exemplo, a assessorar com grande entusiasmo a Associação das Empregadas Domésticas de Santos Dumont. Mais do que posições políticas, no entanto, o que eles nos transmitiram, e eu considero o seu maior legado, foi uma convicção profunda da dignidade da pessoa humana, e um respeito visceral pelos que ganham a vida com o suor de seu rosto.

As idéias de esquerda, então, vieram depois?

Meu tio, Constâncio Dulci, havia sido dirigente estadual do PCB. Morreu no ano em que nasci, 1956. Mas meu pai estava muito distante de qualquer esquerdismo, e a trajetória de minha mãe teve menos a ver com ideologias do que com a dimensão profética do cristianismo. Foram os meus irmãos mais velhos, Otávio e Estevam, nessa altura alunos dos dominicanos em Juiz de Fora, que começaram a trazer idéias de esquerda para nós. Quando eles entraram na universidade, esse fluxo cresceu. Em 1968, se não me engano, vários jovens de Santos Dumont que estudavam em Juiz de Fora, Belo Horizonte e Rio de Janeiro lançaram na cidade um jornal de esquerda, *Mensagem*, muito bem feito, com artigos sobre política, economia, cinema, literatura, história do pensamento. Eu tinha 12 anos, gostava de escrever, eles me chamaram para "colaborar". Escrevi alguma coisa, um pequeno texto poético sobre a Justiça. Houve mais dois ou três números, e aí o jornal foi fechado pela 4ª Cia. de Intendência, a unidade local do Exército.

O ESTUDO SECUNDÁRIO EM JUIZ DE FORA E A FACULDADE DE LETRAS DA UFRJ

E o senhor depois se transferiu para Juiz de Fora?

É, aos 15 anos minha vida mudou completamente. Fui para Juiz de Fora fazer o curso clássico. Acho que fui da última geração do clássico. Meus irmãos Estevam, que dava aulas de matemática lá, e Tereza conseguiram bolsa para que eu pudesse estudar no Colégio dos Jesuítas. Sem a bolsa, seria impossível. Minha família, naquela ocasião, não tinha a menor condição de pagar a mensalidade. Procurei fazer a minha parte, porque a bolsa, muito jesuiticamente, dependia do rendimento escolar. O Colégio dos Jesuítas era também o mais avançado da cidade, do ponto de vista ideológico e cultural. Muita gente progressista lecionava lá. O José Paulo Neto, por exemplo, que já era na época – nós não sabíamos disso – militante do PCB e depois foi dirigente nacional do PCB. Hoje é professor no Rio de Janeiro e em São Paulo. Lá, ele ensinava fonética histórica. Outro professor que tivemos, de literatura, foi o Gilvan Ribeiro, de quem me tornei bastante amigo, cansamos de tomar uma excelente cachaça que ele trazia de Rio Novo [MG], terra de seu pai. Gilvan era bom poeta, um sujeito muito legal, sem apego às liturgias do poder, atencioso e gentil com os mais jovens. Me emprestou muitos ensaios de crítica literária que, justiça seja feita, eu sempre devolvia [ri]. Nossa professora de história, de notável vocação didática, foi Inês Xavier, que até recentemente estava na UFBA. Quase todos eles, depois viemos a saber, eram ligados ao PCB e, de alguma forma, articulados ao Leandro Konder, ao Carlos Nelson Coutinho, que lideravam no Rio de Janeiro um grupo de "lukacsianos", como se dizia, empenhados em estudar e difundir a obra de Georg Lukács.

O senhor parece ter ótimas recordações do período que passou em Juiz de Fora...

Juiz de Fora, naquela época, era uma esplêndida cidade para se viver. Aliás, sempre foi uma cidade social e culturalmente avançada, de costumes muito livres. Politicamente, era uma cidade de oposição. Apesar de toda a repressão, de ser sede de auditoria militar e presídio político, a direita não conseguia ganhar lá. Nos anos 1950, já havia sido governada por um prefeito do Partido Socialista [PS], e o presidente do CGT, Comando Geral dos Trabalhadores, antes do golpe de 64, era de lá, o Clodsmith Riani. Além disso, a cidade tinha uma vida artística intensa e diversificada, com muitos grupos musicais e teatrais, pintores e gravadores de alto nível, revistas e suplementos literários, orquestra sinfônica e até um Teatro Experimental de Ópera. Sem falar no incrível aroma de juventude. A Zona da Mata mineira tem 126 cidades, e os jovens (e as jovens) de todas elas iam para Juiz de Fora. Dezenas de milhares de jovens vivendo ali, em repúblicas e pensões, a cidade era fascinante.

E o senhor logo se engajou na política?

Não, não. Além de estudar, eu acompanhava sobretudo a vida cultural. Eu morava em uma pensão, quatro pessoas em cada quarto, e por isso me habituei a estudar, a ler e a escrever na biblioteca do Sesi [Serviço Social da Indústria]. A militância, se a palavra não é muito presunçosa, que tínhamos era cultural, fazendo jornalzinho no colégio e publicações que eram distribuídas de mão em mão pela cidade. Se bem que, naqueles anos de chumbo, até a militância cultural tinha um certo sentido de inconformismo, de rebeldia, não é? No Colégio dos Jesuítas, tínhamos uma turma bastante unida. Walter Sebastião, poeta e pintor, que hoje vive em Belo Horizonte e é um dos melhores jornalistas culturais que conheço. Lacerda, chargista e cartunista, com um traço inspirado em Robert Crumb, de grande mordacidade. E Sérgio Bernardes de Carvalho, o maior talento de nossa geração, que se suicidou alguns anos depois. Perambulávamos pela cidade conversando sobre contracultura, tropicalismo, Raul Seixas, Torquato Neto. O que nos distanciava de nossos professores lukacsianos,

muito mais preparados e ortodoxos. Talvez nossa ênfase alternativa, preferências à parte, fosse justamente para espicaçá-los um pouco, quem sabe [ri]. Em Juiz de Fora, me tornei propriamente esquerdista. Foi lá, por exemplo, que tive acesso pela primeira vez a textos socialistas, tanto clássicos quanto da chamada nova esquerda.

A decisão de fazer o curso de letras já estava tomada?

Eu queria estudar letras para ser professor de literatura. Já no final do Curso Clássico, além de ler muita literatura brasileira e estrangeira, eu lia um bocado de ensaísmo. Já tinha lido a obra crítica de Machado de Assis, Sílvio Romero e José Veríssimo; tudo o que consegui obter de Tristão de Ataíde [Alceu Amoroso Lima], Álvaro Lins, Augusto Meyer e, sobretudo, Otto Maria Carpeaux [Otto Karpfen], de quem eu era – e continuo sendo – um grande admirador. Ou seja, a decisão pela área de letras estava tomada. A literatura já ocupava na minha vida um lugar muito importante, era uma paixão. O curioso, no entanto, é que os críticos com os quais eu sentia maior afinidade eram de São Paulo – Antonio Candido[3], Anatol Rosenfeld, Alfredo Bosi e Roberto Schwarz, os dois últimos estavam começando a emergir como críticos importantes. Mas principalmente Antonio Candido que foi e é minha maior admiração intelectual.

Em que ano o senhor foi para o Rio de Janeiro?

Acho que foi em 1973. Eu passei no vestibular mas não tinha onde morar. Um primo, Guálter, me falou da seleção para a Casa do Estudante Universitário, a CEU, moradia estudantil da UFRJ. A sede original da casa era na Lapa, quase em frente à sala Cecília Meireles, mas foi demolida para a passagem do metrô, e transferida para Botafogo, no prédio da antiga Escola de Enfermagem Ana Nery. Isso para mim foi fundamental, porque eu não tinha condição de...

...alugar apartamento?

Não, de jeito nenhum. Mesmo para pagar pensão, nos moldes de Juiz de Fora, seria difícil naquele momento, porque eu ainda estava procurando trabalho. A Casa do Estudante era gratuita, apesar de não fornecer refeições. Morei lá durante todo o curso.

Você já tinha trabalhado?

Precariamente. Em Juiz de Fora, tinha feito serviços para um contador conhecido do meu pai. Copiava e arquivava documentos, levava papéis a cartórios e bancos, mas não tinha carteira assinada. E, no 3º ano do clássico, comecei a dar algumas aulas particulares de português para alunos de 5ª e 6ª séries do próprio Colégio dos Jesuítas.

Como foi a chegada à UFRJ? Como era o clima? Aquele foi um período difícil...

Para mim, na verdade, foi uma dupla chegada: ao Rio de Janeiro e à vida universitária. E os meus sentimentos, na época, eram bastante contraditórios. De um lado, havia o governo Médici, talvez o mais sombrio de toda a ditadura, de repressão feroz e sanguinária, um período de terror na vida brasileira. A barra estava muito pesada, pesadíssima, e isso naturalmente nos impactava, entristecia, indignava. Ao mesmo tempo, do ponto de vista existencial, com a chegada ao Rio de Janeiro e à UFRJ, um mundo novo se abria à minha frente, de experiências humanas, culturais e mesmo políticas. Tudo era inédito, atraente, desafiador. Hoje, o Brasil está muito integrado, as comunicações, os estilos de vida se padronizaram muito, talvez não haja tanta diferença substantiva entre viver no interior e nas capitais. As luzes das metrópoles não têm mais aquele poder quase magnético (ou, quem sabe, eu é que estou ficando velho...). Mas, naquela época, um provinciano como eu, por destino e vocação, chegar à corte imperial [ri] era uma verdadeira revolução na vida da gente. O horizonte de experiências e de conhecimento se alargava de maneira extraordinária. De experiências afetivas, sociais, profissionais, de percepção da vida em geral, e da vida brasileira em particular.

E a universidade no meio de tudo isso...

É, e também ela vivida de modo contraditório. Um misto de sufoco e descoberta...

A UFRJ sofreu uma repressão muito grande.

Muito grande. Além da ação devastadora da ditadura em toda a UFRJ, havia também na nossa faculdade uma espécie de censura interna, de intimidação surda, exercida pela direção da escola. Diretório Acadêmico, Centro Acadêmico, tudo era proibido. E até alguns autores, como [Eugen Berthold Friedrich] Brecht e [Vladimir Vladimirovich]Maiakovski, eram proscritos, ainda que isso não estivesse determinado em nenhum lugar.

Mas com certeza havia também os professores que resistiam, que se opunham, que adotavam linhas críticas...

Claro, e não eram poucos, felizmente. Mas, quando falo em contradições, estou me referindo também a alguns professores que eram politicamente conservadores mas que lecionavam disciplinas que nos interessavam, e às vezes eram ótimos professores. Eu, por exemplo, ao entrar na faculdade, me apaixonei pela literatura grega. O motivo principal foi, naturalmente, a própria riqueza e diversidade cultural da Grécia antiga, a tragédia, a comédia, a poesia épica e lírica, a filosofia, a história, e também a importância da língua e da teoria gramatical gregas para o estudo do português. Mas dificilmente eu teria me dedicado com tanto afinco – e para o resto da vida – aos estudos gregos se não fosse uma professora assumidamente direitista, Guida Nedda Barata Parreiras Horta, não é por acaso que me lembro até hoje do seu nome completo, que era uma pessoa de posições políticas muito autoritárias, mas que se transfigurava ao falar de Homero, Arquíloco, Safo, Ésquilo, Sófocles, Tucídides, e nos encantava a todos, era impossível não compartilhar de seu entusiasmo pelo Helenismo. [Marie Henri Beyle] Stendhal disse uma vez que a grande arte é, em si mesma, uma promessa de felicidade. A professora Guida se tornava quase libertária ao nos ensinar literatura grega [ri].

E os bons professores progressistas?

Ah, sim, esses eram as nossas maiores referências, principalmente quando conseguiam conjugar suas posições políticas avançadas com uma visão criativa e transformadora dos problemas culturais. Nesse sentido, a professora mais marcante que tive na Faculdade de Letras foi Heloísa Buarque de Hollanda. Ela era (e é) pessoalmente muito charmosa, tinha um pique incrível, e participava de tudo com uma intensidade afetiva e intelectual enorme. Mergulhava nas coisas como numa aposta de vida, o que talvez fosse o seu maior recado para nós. Era uma tremenda animadora político-cultural. As aulas que dava, as pesquisas que fazia ou promovia, os novos autores que estimulava, os "veteranos" que articulava, as revistas que inspirava, os artigos e livros que publicava, tudo aquilo tinha um forte sentido moral e político, de resistência e testemunho.

Que cursos você fez com ela?

Heloísa dava cursos optativos de literatura brasileira sobre autores vivos, Joaquim Cardoso, Alceu Amoroso Lima, os novos poetas. Fiz dois ou três cursos com ela, um deles sobre Alceu Amoroso Lima. Éramos oito ou nove alunos, que nos reuníamos na biblioteca da escola, ou na casa dela, às vezes num bar perto da faculdade, raramente em sala de aula. Lemos, primeiro, meticulosamente, toda a obra do dr. Alceu. Depois, Heloísa nos levou à Mosela[4], em Petrópolis, para conversar diretamente com ele. O produto final do curso era um filme super-8. As duas conversas que tivemos com o dr. Alceu foram inesquecíveis. Ele era um homem luminoso e encarnava de fato, naquele momento, a resistência do humanismo democrático à barbárie. Aliás, numa daquelas visitas, houve um episódio engraçado. Não sei se é o caso de contar...

É sim, ministro.

Vocês acham? Bom, eu tinha não sei quantos anos... 19 anos e, quando o dr. Alceu nos perguntou o que achávamos *sinceramente* da obra dele, tive a petulância de comentar que a sua obra era extraordinária, viva e fe-

cunda, nos instigava em tantas direções, mas que, estilisticamente, ele escrevia melhor antes da conversão [risos]. O que, aliás, é verdade, eu sustento até hoje [ri]. Saiu meio sem querer, e eu fiquei num constrangimento danado. Mas ele reagiu com uma enorme gargalhada que não parava mais e respondeu até com certo prazer: "Ah, você tem razão. Na época, um amigo me disse isso e eu fiquei um pouco amolado. Hoje reconheço que é verdade. A prosa do cristão novo, se ele não for Santo Agostinho, fica meio aborrecida. A gente se preocupa demais com a doutrina, antes era só a intenção estética". Outros professores também tiveram importância na minha formação pessoal e, com certeza, na de muitos colegas: Terezinha Costa Val, de literatura portuguesa, Maria Arminda de Souza-Aguiar, de literatura francesa, e sobretudo José Carlos Azeredo, de português, um excelente estudioso do idioma, que nos fez perceber na língua uma dimensão completamente nova, social, cultural, civilizatória. Outro dia, por acaso, vi na livraria o seu *Iniciação à sintaxe do português*, que já está na 8ª edição[5]. Com ele descobri o rico, e às vezes injustamente menosprezado, universo dos nossos estudos lingüísticos e gramaticais: Mário Barreto, Said Ali, Souza da Silveira, Antenor Nascentes, Mattoso Câmara Jr., Celso Pedro Luft e tantos mais.

E o senhor participava do movimento estudantil na faculdade?

A Faculdade de Letras ficava isolada, no centro do Rio, em frente à Catedral. Tinha pouco contato com as outras escolas da UFRJ. Seus alunos, na maioria alunas, tinham um perfil social próprio. Quase todas eram do subúrbio, muitas já casadas e com filhos, que estudavam e trabalhavam com grande dificuldade. Todo mundo era mais ou menos crítico dos rumos do país, mas poucos tinham tempo ou condição de participar das atividades estudantis. Como eu disse, não havia nem Diretório nem Centro Acadêmico, devido à repressão. No entanto, os alunos mais interessados em atuar politicamente sempre davam um jeito de se reconhecer, de se reunir, e aos poucos passou a haver um certo movimento. O local de encontro era o Seminário Mário de Andrade [Sema], que tinha uma pequena sede próxima ao restaurante da escola. O principal animador do Sema era o meu amigo André Lázaro, que depois foi pró-reitor da UERJ, e hoje é secretário de Educação Continuada do MEC [Ministério da Educação]. A gente ia se agrupando por ali, trocando textos, promovendo debates culturais e, aos poucos, começamos também a reivindicar melhorias nas condições da escola e democratização das decisões universitárias. Mais adiante, quando as mobilizações estudantis se intensificaram em toda a cidade, dávamos um jeito de participar, de somar forças.

Quais foram os seus companheiros mais próximos na universidade?

Tive ótimos companheiros, alguns dos quais são meus grandes amigos até hoje, como Paco Cac [Paulo Cesar Alves Custódio], poeta e batalhador da cultura, e Suzana Cabral, sempre lúcida e elegante, assessora da ministra Nilcéa Freire na Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. E houve outros, que encontro pouquíssimo, ou nunca mais vi, mas que recordo com afeto e nostalgia: Ana Fajardo, Vilma Favorito, Inês Correia, Leni Andrade, Vilma Piedade, que se tornaram competentes e respeitadas professoras, tradutoras, jornalistas, sindicalistas; César Cardoso, a simpatia em figura de gente, que virou redator de programas humorísticos na TV; e Rubens Figueiredo, um dos melhores narradores da literatura brasileira contemporânea.

A APROXIMAÇÃO COM AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA E O INÍCIO DA EXPERIÊNCIA DOCENTE

Entre vocês, alguém já militava em correntes clandestinas de esquerda? Você era vinculado a alguma delas?

Havia, como em todas as faculdades, colegas vinculados a organizações de esquerda, o que se notava pela

ênfase em determinados conceitos e palavras de ordem. Mas, naturalmente, as coisas não eram explícitas, pelo menos até 1975, 1976, por razões de segurança.

Mas você se filiou a alguma orientação?

Naquela época, não. Durante o meu período universitário, não fui vinculado formalmente a nenhum partido clandestino, não pertencia a nenhuma célula, não estava subordinado a nenhuma direção. Acho que eu e alguns dos colegas que acabei de citar éramos, por intermédio da nossa amiga Marta Ramos, a Martinha, o que se poderia chamar de "área de influência" do MEP, Movimento de Emancipação do Proletariado. Tínhamos acesso a um ou outro documento, participávamos de algumas reuniões, mas não integrávamos a organização. Eu, pessoalmente, só ingressei no MEP em 1979, quando já havia retornado a Minas.

O senhor já tinha conseguido trabalho?

Já, eu comecei fazendo serviços avulsos de revisão de textos, depois passei a dar aulas particulares, aí arranjei emprego em um cursinho supletivo, depois fui trabalhar no curso noturno do Colégio Santo Inácio[6], dos jesuítas, sempre lecionando português. Esqueci de dizer que, nessa época, o meu irmão Alberto também morava no Rio, aliás chegou antes de mim. Ele estudava medicina na Universidade Federal Fluminense [UFF], em Niterói, e trabalhava à noite em uma agência bancária. Alberto chegou, inclusive, a ser presidente do DCE da UFF. O Santo Ignácio mantinha um bom curso gratuito para a população carente. Os alunos eram, em sua maioria, motoristas, garçons, faxineiras, porteiros, que moravam na favela Dona Marta ou nos morros vizinhos.

E como era a sua relação com os alunos?

Quase todos eram "traumatizados" com o português, que diziam ser muito difícil, impossível de aprender. A cada turma nova, só se ouvia: "Não dá, eu não tenho queda para o português". O desafio, antes de ensinar a chamada variante culta da língua, era o de fazer com que eles se sentissem com o "direito" de aprendê-la e utilizá-la. Alguns eram vendedores ambulantes, tinham uma facilidade vocabular enorme, uma lábia tremenda, conseguiam vender até lotes no céu, mas insistiam em dizer que não sabiam "nada" de português. Era preciso demonstrar a eles, na prática, que qualquer falante da língua pode aprender a escrita razoavelmente bem. Nessa altura, comecei a me apaixonar também pelo ensino da língua portuguesa. Pelo aprendizado e o domínio da língua como fator de cidadania. Enfronhei-me nos estudos gramaticais e de lingüística aplicada, e me entusiasmei pela didática do português. Até hoje, aliás, sou um entusiasta desses estudos.

Os resultados eram bons? Vocês se realizavam com o trabalho?

Cada aluno que superava o "trauma" do português e aprendia a gostar da língua já nos deixava satisfeitos. Lecionar para aqueles alunos e, modéstia à parte, lecionar bem, sem rebaixar a qualidade e a dedicação só porque o curso era gratuito e os alunos eram "menos exigentes", tinha um certo sentido ético e político, não é? Por outro lado, ali eu estava aprendendo tanto quanto eles...

O senhor teve também uma militância ativa na Casa do Estudante Universitário.

Ah, é verdade. Volta e meia, em diferentes regiões do país, eu encontro ex-moradores da CEU que se recordam da nossa batalha "épica" [ri] para não permitir o fechamento da casa. Porque a reitoria da UFRJ queria nos tomar o prédio de Botafogo e passamos anos a fio resistindo à burocracia universitária.

É, essa foi uma luta enorme.

Éramos centenas de estudantes, oriundos de todas as regiões do país. Nordestinos, em sua maioria. O prédio, belíssimo, estava em péssimo estado de conservação, causando incômodo à seleta vizinhança. Além disso, alguns estudantes eram dados a lazeres tabagísticos, digamos, extralegais, o que nos tornava suspeitos aos

olhos de uns e de outros... No auge da pressão para que "evacuássemos" a casa, tive o privilégio de ser eleito democraticamente diretor-geral da CEU [ri]. Quase não havia mais janelas, a parte hidráulica pifava com freqüência, de orçamento nem falar... Éramos três diretores, trabalho obviamente não remunerado, acho que eu fui escolhido porque me dava bem com todos e tinha salário fixo.

Como vocês conseguiram resistir?

Ah, as estripulias que fizemos para assegurar a manutenção e até pintar o prédio! Uma vez, cheguei a dar um cheque pré-datado, sem qualquer previsão de fundos, para comprar cem colchões destinados a reativar o nosso "albergue estudantil" e com isso ajudar no custeio da casa. Resolvemos adotar uma vasta política de alianças [ri], cedendo salas a entidades e movimentos democráticos que começavam a se organizar. O [jornal] *Brasil Mulher*[7] funcionou lá, e o jornal alternativo *Bagaço*. Depois, também o Comitê Brasileiro pela Anistia[8]. Mas as alianças eram amplas mesmo, cedemos espaço até para o Seicho-no-Ie[9]. E conseguimos, quase por milagre, criar o Teatro da CEU, que emprestávamos para grupos experimentais, como o do Amir Haddad e o Asdrúbal Trouxe o Trombone[10]. Anos depois, o Teatro da CEU, pelo que me dizem, chegou a ter certo papel no circuito alternativo do Rio. Aquela foi uma experiência e tanto. A minha primeira experiência administrativa [ri]. E eu saí da CEU, mas a CEU não saiu de mim. Em 1984, quando eu já era deputado federal pelo PT de Minas, a diretoria da época me procurou em Brasília para que eu intermediasse uma negociação com o [José Carlos] Brandão Monteiro, secretário do governador Brizola. A CEU não pagava suas contas de água e luz, e por isso estava ameaçada de despejo. Eles tinham feito ligação direta... E lá fui eu, para aquela delicada missão política [risos].

E o senhor participou também da tentativa de montar uma chapa de oposição no Sindicato de Professores do Rio?

Sim, acho que foi em 1977, mas não conseguimos registrá-la, a Delegacia Regional do Trabalho impediu, embora os documentos estivessem em ordem. A chapa era toda composta por professores de esquerda, das mais variadas tendências. Pensando bem, a conjuntura da época, sobretudo no Rio de Janeiro, não permitia uma coisa assim. Ainda havia muita gente sendo presa, uma perseguição implacável aos grupos de esquerda e à oposição popular em geral.

Só mais uma pergunta sobre o seu período carioca: o senhor conheceu Ana Cristina César, Cacaso [Antônio Carlos Ferreira de Brito]?

Conheci, através da Heloísa Buarque. Assim como conheci também Francisco Alvim, Armando Freitas Filho, Charles, Chacal [Ricardo de Carvalho Duarte], Afonso Henriques Neto, Ítalo Moriconi e outros poetas que não eram exatamente da mesma geração, mas havia certas afinidades eletivas entre eles. Não fui íntimo de nenhum, mas convivi com alguns. Cheguei a visitar Cacaso algumas vezes em seu apartamento em Copacabana. Ele era um sujeito muito consistente, avesso a modismos acadêmicos, que construía com esmero e sem alarde a sua obra poética e ensaística. A obra de Cacaso, leve e gostosa de ler, esconde um forte senso de responsabilidade do escritor. E poucos poetas brasileiros assimilaram como ele a herança estilística de Manoel Bandeira. Seu primeiro livro, *A palavra cerzida*, tem alguns poemas muito bonitos inspirados na sua infância mineira. Tivemos certa vez uma conversa curiosa sobre a grandeza e os limites da tradição cultural de Minas. Em Cacaso, como também em Francisco Alvim, há essa mescla, que muito me agrada, de apreço pela tradição e um saudável instinto subversivo. Os meus contatos com Ana Cristina não foram muito numerosos, mas foram marcantes para mim. O que mais impressionava nela não era a beleza, ainda que ela fosse linda, lindíssima, a sedução em pessoa. Era a sua inteligência aguda e ágil, quase vertiginosa, a sua capacidade de captar imediatamente o segredo das coisas e das pessoas. Às vezes, leio teses e estudos que a apresentam como alguém sensível mas débil, frágil, como se vocacionada desde sempre ao sacrifício. Posso estar enganado, mas nunca tive essa impressão. Ao contrário, o que me chamava a atenção era a sua grande energia existencial e intelectual, a potência da sua personalidade criadora, o vigor e o rigor com que abordava qualquer situação, fosse pessoal ou coletiva, artística ou política. O drama de Ana Cristina talvez tenha sido o excesso, não a carência, de energia.

E aí, concluído o curso, o senhor resolveu voltar para Minas?

Na verdade, eu pretendia continuar no Rio. Acontece que resolvi visitar meu irmão, Eduardo, que estava morando em Belém do Pará.

Ele era militante político?

Não, ele nunca foi militante político. É um peregrino. E eu também não fui ao Pará por razões políticas. De certa forma, estava dando um tempo. E queria conhecer mais o Brasil, a Amazônia. Minha idéia inicial era de passar só os meses de férias, mas acabei ficando bem mais. Topamos lá, para nossa surpresa, com dois outros conterrâneos de Santos Dumont, Walter Amorim e Fábio Nunes. Arranjei emprego em um curso pré-vestibular, dava aulas de redação. Gostei muito do Pará, que tem uma forte identidade ambiental, cultural e política. São poucos os estados brasileiros que têm ao mesmo tempo uma cultura popular e erudita de tanta qualidade. Volto lá sempre que posso. Depois de algum tempo, decidi regressar ao "sul". A caminho do Rio, parei em Belo Horizonte, imaginava ficar no máximo um mês, para conhecer melhor a cidade, e estou lá até hoje [ri].

O MOVIMENTO DO MAGISTÉRIO EM BELO HORIZONTE E A FUNDAÇÃO DA UTE

O senhor tinha parentes lá?

Alguns dos meus irmãos viviam em Belo Horizonte. Passei os primeiros tempos com Cristina e Marcelo. Quando percebi que estava me apegando a Belo Horizonte, e adiando indefinidamente o retorno ao Rio, resolvi procurar emprego e local para morar. Naquela época, os cursos supletivos proliferavam. Comecei a trabalhar em alguns menos prestigiosos e fui melhorando aos poucos. Sempre dando aulas de português. Acabei me fixando no Magister, que contava com uma equipe séria e experiente. Eu já tinha adquirido bom domínio do ofício, certa cancha didática. Apostava para valer na aventura de ensinar. Cheguei a fazer um "Manual de Redação" que circulou mimeografado em diversas escolas da cidade. Depois me convidaram para lecionar também na rede estadual, e eu fiquei nas duas redes.

E o senhor já gostava de Belo Horizonte? Foi fácil adaptar-se?

Para ser sincero, eu não conhecia direito Belo Horizonte. Tinha estado lá apenas uma ou duas vezes, a passeio. Minas Gerais para mim, do ponto de vista territorial, era sobretudo a Zona da Mata, a Serra da Mantiqueira. Guimarães Rosa já disse, com razão, que "Minas são várias". Eu não estava, na verdade, voltando para Minas, estava descobrindo Minas novas, o que faço até hoje. Quanto a Belo Horizonte, não é cidade à qual a gente "se adapte". Aprende-se a amá-la.

A sua participação no movimento de professores mineiros foi anterior à militância no MEP, ou o contrário?

Foram quase simultâneas, embora uma não seja fruto da outra. Nós já havíamos feito algumas reuniões de professores, no segundo semestre de 1978, quando fui procurado por dois companheiros do MEP. Eu os conhecida de vista, eles tinham sido dirigentes cariocas da organização e foram obrigados a fugir do Rio quando parte da direção do MEP foi presa e barbaramente torturada. Haviam se radicado com novas identidades em Belo Horizonte e estavam empenhados em organizar células no meio estudantil e, se possível, também entre os assalariados médios e setores operários. Estabelecemos um diálogo e meses depois ingressei formalmente no MEP.

E por que, entre as várias organizações de esquerda, o senhor escolheu o MEP?

Não sei se escolhi ou se fui escolhido. A amizade com algumas pessoas do MEP seguramente influenciou a minha decisão. Além disso, o MEP era uma espécie de herdeiro da "velha" Política Operária [Polop], pela qual eu tinha uma certa simpatia. A minha militância no MEP não durou tanto, cerca de três anos, mas sou grato aos companheiros pelo convívio que tivemos, o esforço de análise da realidade, o hábito da reflexão coletiva e do trabalho em equipe. Havia, com certeza, na esquerda da época muita inexperiência e ingenuidade, mas a dedicação ao país e à causa da igualdade social era autêntica e generosa.

E então veio a greve de professores de Minas, em 1979. Ela foi decisiva em sua vida, não é?

Ah, sim! Em muitos aspectos, foi a experiência mais marcante desses trinta e tantos anos de militância. É claro que depois vieram grandes batalhas de caráter nacional, nas quais também me engajei, e que tiveram, obviamente, conseqüências mais amplas para o país, como a fundação do PT e da CUT, as Diretas Já, as campanhas presidenciais de Lula, a vitória de 2002, nosso primeiro governo, o renovado triunfo de 2006. Mas, para mim, pessoalmente, as nossas greves mineiras de 1979 e 1980 tiveram um impacto único, irrepetível.

O que houve nelas de tão especial, tão marcante? A gente sente que o senhor se emociona ao recordá-las...

Honestamente, não sei se consigo explicar. As nossas greves de 1979 e 1980 foram mais, muito mais do que grandes lutas sindicais, reivindicatórias. Foram um divisor de águas ético e cultural na vida mineira. Num dado momento, toda a sociedade se polarizou em torno delas. Ninguém ficava indiferente. Até os mineiros da diáspora, como Carlos Drummond de Andrade, Henfil [Henrique de Souza Filho], Hélio Pellegrino, sentiram-se na obrigação, mesmo à distância, de dar o seu testemunho. Pois aquele foi, acima de tudo, o movimento *das professoras*, que, sem abrir mão do seu patrimônio de amor e sacrifício pela educação, irromperam, para surpresa geral, no mundo do "trabalho" e da "luta", na avenida larga da mobilização social. Acho que Minas ficou orgulhosa daquelas mulheres, e de si mesma, embora não tenha contado a ninguém [ri].

Muitos dizem que os professores foram a vanguarda sindical de Minas.

Os metalúrgicos de São Bernardo, com sua greve de 1978, abriram o caminho. Em todo o país, os trabalhadores e as classes médias assalariadas começavam a se mobilizar. Em Minas, no entanto, os maiores sindicatos operários estavam nas mãos da direita, alguns ainda dirigidos pelos interventores nomeados em 1964, 1965. Os metalúrgicos de João Monlevade fizeram, nesse período, greves importantes, lideradas pelo companheiro João Paulo Pires [de Vasconcelos]. Mas o fato de não ser uma categoria tão numerosa, cerca de 4 mil operários, e restrita a uma única cidade do interior, limitava um pouco o seu alcance político. O movimento dos professores atingiu quinhentos municípios e envolveu 150 mil colegas, em todas as regiões do estado. Em Minas, não há município, por menor que seja, sem escolas públicas estaduais. Na maior parte dessas cidades, nunca havia acontecido uma greve, muito menos de professores. Aquilo tudo constituía uma novidade extraordinária, assembléias, panfletagens, manifestações de rua. Não eram só os barbudos de São Bernardo, vistos pela televisão, que desafiavam a ditadura, eram as esposas e filhas da terra, na praça da esquina... Além do mais, a greve não foi só de professores mas também do pessoal braçal das escolas, das serventes, cantineiras, faxineiras, mais de 30 mil em todo o estado. Para indignação dos bem-pensantes, aquelas mulheres secularmente caladas não se limitavam a apoiar os professores, o que ainda seria tolerável, mas entravam de corpo e alma no movimento, participavam por conta própria das assembléias e passeatas, falavam com sua própria voz nas manifestações e, o que era mais grave, em muitas cidades *lideravam* o movimento, como ocorreu na tradicionalíssima Uberaba, onde uma das líderes foi d. Malvina, faxineira, que viria a integrar a primeira diretoria do nosso sindicato.

Mas o movimento certamente foi planejado e organizado. Como foi isso, vocês tinham um sindicato?

Olha, o movimento não nasceu do nada, é claro, mas quase [ri]. Na época, os sindicatos dos servidores

públicos eram proibidos. Havia uma associação, a APPMG [Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais][11], mas ela não tinha nenhum caráter sindical, e ficou contra nós. Ou seja, o movimento aconteceu sem o apoio de nenhuma entidade estadual do magistério. No final de 1978, começamos a realizar em Belo Horizonte algumas reuniões. No início, éramos seis ou sete professores. Depois, quinze ou vinte. Em março de 1979, resolvemos ampliar a convocação, que se fazia no boca a boca. Achávamos que apareceriam trinta ou quarenta professores, vieram mais de cem. Aí decidimos convocar publicamente uma assembléia. O problema é que ninguém queria nos emprestar um auditório, com medo da repressão. Fomos, eu e uma colega, procurar o presidente do Sindicato dos Bancários, Arlindo Ramos. Ele acabou nos cedendo, contra a vontade de sua diretoria, o próprio auditório do sindicato. E, por causa disso, foi cassado alguns meses depois. Não era um homem de esquerda mas era pessoa digna e de sensibilidade democrática. Um homem de bem. Foi destituído da presidência do sindicato por causa da nossa assembléia.

E o movimento se expandiu rapidamente...

É, foi a famosa bola de neve. Esperávamos duzentas pessoas na assembléia, apareceram seiscentas. Aprovamos uma pauta de reivindicações, tentamos entregá-la ao governo, que se recusou a nos receber, alegando que não tínhamos representatividade formal. Dizia que a nossa era uma greve "sem rosto". Mas o movimento crescia a olhos vistos, adquiria enorme representatividade real. Passamos a fazer assembléias de 2 mil, 4 mil, 10 mil, 20 mil professores. A partir de um certo momento, elas só cabiam em estádios de futebol. As cidades do interior aderiam em grande número, às vezes, de forma completamente autônoma. Uma vez atendi o telefone na salinha do comando e uma colega do Vale do Jequitinhonha foi logo dizendo: "Já entramos em greve. Quais são as reivindicações?" [risos]. O movimento teve uma extraordinária criatividade nas formas de luta. Foi uma greve alegre e musical, com grande envolvimento dos alunos, dos pais e de toda a comunidade. Músicos faziam shows em prol da greve, pintores doavam quadros que eram expostos em praça pública. Muitas famílias penduravam nas janelas faixas e cartazes de solidariedade. Nas passeatas pelo centro de Belo Horizonte, chovia papel picado dos edifícios. Foram centenas, talvez milhares de missas e cultos ecumênicos em defesa do movimento. Mais do que o piquete, predominava o "abraço", mais do que a palavra de ordem sisuda, predominavam os versinhos brincalhões. Não havendo experiência sindical anterior, não havia inibições.

Era tudo espontâneo...

Sim, muito espontâneo. Ninguém dizia: "Tem que ser desse jeito, não pode ser daquele". Ai de quem tentasse! Foi uma greve de massas sem superego! Aproveitando a experiência didática do dia-a-dia, fazíamos colagens, jograis, feiras, concursos de redação. Em uma das maiores cidades do estado, as faxineiras chegaram com baldes, vassouras e esfregões à sede da Delegacia Regional de Ensino para "lavar a alma" do seu titular, que tinha mandado ameaçá-las fisicamente. Um dia, um companheiro reclamou comigo que achava bingo, numa greve, uma coisa meio festiva, despolitizada [risos]. Eu disse a ele: dá só uma olhada nas cartelas... No verso de cada cartela, havia uma gozação com as autoridades educacionais, ou com a imprensa conservadora, ou com o estereótipo da "professorinha", ou com o machismo de certos maridos e por aí vai. A ganhadora do bingo teria o privilégio de se casar, e de viver feliz para sempre, com o governador Francelino Pereira, "o maior partido do Ocidente". Aliás, existem alguns bons estudos universitários sobre o impacto do movimento na liberação pessoal e afirmação social da mulher mineira. Suas conclusões são muito interessantes. A greve durou quarenta dias, porque o governo só aceitou negociar depois de três semanas. Antes disso, mandou jogar bombas de gás e jatos d'água em milhares de professores que se manifestavam pacificamente na Praça da Liberdade.

E quais foram os resultados do movimento? Houve conquistas?

Além de toda essa subversão cultural e política [ri], a categoria obteve conquistas importantes, algumas delas verdadeiramente históricas: reajuste real de 100% para o pessoal braçal das escolas; realização de



A primeira Comissão Executiva Nacional do PT: (em frente da mesa, da esquerda para a direita) Luiz Dulci, Freitas Diniz, Jacob Bittar, Lula, Apolonio de Carvalho e Olívio Dutra. Em pé, atrás da mesa (da esquerda para a direita): Altino Dantas Júnior e Eduardo Suplicy. De óculos, sentado no chão, no canto direito, José Eudes (1980).

concurso público para 50 mil professores precários; seis horas semanais para preparação de aulas e reuniões pedagógicas; e reajuste real, se não me engano, de 40% para todos os professores. Além disso, um mês depois, num memorável congresso estadual, criamos o nosso sindicato: a União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE-MG)[12].

Por que vocês deram esse nome à entidade? Foi uma coisa inovadora, que estimulou outros estados a fazer o mesmo...

O primeiro nome cogitado foi União dos Professores (a lei proibia o uso de "Sindicato"), mas seria uma tremenda injustiça com os trabalhadores braçais das escolas, que tinham feito a greve ao nosso lado e estavam criando a entidade junto conosco. Pensamos, depois, em União dos Profissionais do Ensino. Mas aí prevaleceu o desejo de sublinhar a noção de *trabalho* educacional, por oposição ao clichê conservador do magistério como "sacerdócio".

E o senhor emergiu como a principal liderança desse movimento. Como foi isso?

O movimento gerou, felizmente, muitas lideranças. Tanto estaduais como regionais e locais. Algumas mais notórias, outras sem tanto renome, mas nem por isso menos importantes. Que força real teria o movimento, e depois o nosso sindicato, se em cada escola não emergisse pelo menos uma liderança? Já se disse que a UTE foi, e continua sendo, uma verdadeira *escola* de militantes e dirigentes. Ela já forneceu centenas, talvez milhares de quadros para a direção democrática das escolas, para os órgãos de gestão educacional, para o sindicalismo nacional de educação, para a CUT estadual e nacional, e também para a renovação da luta política, nos mais diversos partidos, sobretudo os de esquerda. São incontáveis os vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais de Minas que emergiram na greve de professores de 1979. Em sua maioria, mulheres.

O senhor não está subestimando a sua própria liderança, ministro? A imprensa da época fala muito do seu "carisma pessoal", da sua firmeza e serenidade na condução do movimento.

Não, estou dizendo exatamente o que penso. É muito difícil saber como nasce uma liderança, o que a constitui. É quase impossível separar o coletivo do individual. Eu fui, como outras lideranças, parte desse processo todo. Na primeira assembléia, aquela do Sindicato dos Bancários, os colegas me escolheram para coordenar os trabalhos. Se tivessem escolhido outra pessoa, a greve ocorreria da mesma forma. E continuaram me indicando para a função nas assembléias e atos públicos que se seguiram. Depois, fui eleito para presidir a comissão de negociação. Aos poucos, passei a ser convidado para palestras e debates, e também para entrevistas no rádio e na televisão. E por aí foi... O que estou dizendo, com toda sinceridade, é que foi o movimento que criou suas lideranças, e não o contrário.

Você foi eleito o primeiro presidente da UTE. Houve disputa?

Que eu me lembre, não. Conseguimos construir uma chapa de unidade, da qual faziam parte as várias forças políticas presentes no movimento e também – fizemos questão disso – muitos (e muitas) colegas que não pertenciam a nenhuma corrente organizada, incluindo, como era justo, representantes das faxineiras, cantineiras. O desafio agora era implantar o sindicato em todo o estado. Transformar aquele enorme e disperso movimento em organização permanente. Ainda não tínhamos associados, imposto sindical não tínhamos nem queríamos ter, não havia um só tostão em caixa. Para alugar a nossa primeira "sede", uma minúscula salinha num prédio da Rua Tupinambás, no centro da cidade, a diretoria teve que se cotizar. Nenhum de nós era profissionalizado pelo sindicato, todos continuávamos a lecionar em duas, três escolas. Fazíamos sindicato nas horas vagas, que até hoje não sei quais fossem... Eu mesmo dava 42 aulas por semana, fora a correção de quatrocentas redações quinzenais, quase todas vazadas [ri] em preciosa caligrafia infanto-juvenil, facílima de decifrar...

E como é que vocês viajavam para o interior, faziam o trabalho de arregimentação?

Boa pergunta [ri]. A nossa carência de tempo e dinheiro era suprida por uma inacreditável disposição militante. Só de lembrar, tenho vertigem... Viajávamos de madrugada, íamos de ônibus a cinco, seis cidades em cada fim de semana. Aquela era a maior aventura pessoal e política de nossas vidas, o entusiasmo com a causa era formidável, justificava tudo. Mas só foi possível organizar em pouco tempo um sindicato forte, com dezenas de milhares de filiados, porque o movimento tinha criado raízes nas escolas e nos municípios, tinha forjado tantas lideranças de base. Uma coisa que deu muita autoridade ao sindicato, desde o início, foi a defesa da educação como um todo, e não só do salário dos professores. O sindicato se tornou uma espécie de campeão da qualidade do ensino em Minas. Nossos jornais e boletins davam grande destaque ao tema. Criamos, inclusive, um Departamento de Luta Pedagógica, para debater e elaborar propostas alternativas sobre reforma curricular, atualização profissional, metodologia de ensino, inovações didáticas etc. Alguns companheiros diziam: "Isso é bobagem, a responsabilidade pela educação é do Estado, nós somos um sindicato, não podemos desviar o nosso foco, temos que tratar é de salário e condições de trabalho". Mas predominou a linha mais abrangente, de casar a luta pelos nossos direitos com a luta pela melhoria da educação. E começamos a realizar, com grande êxito, encontros estaduais por disciplina: o Encontro Estadual de Professores de Português, com 2 mil participantes, o de Matemática, com 1.500, o de História, com 1.200 colegas, e assim por diante.

No ano seguinte, vocês fizeram outra greve, mas aí a história foi diferente, não é?

É, o sucesso da primeira greve nos iludiu. Havíamos organizado a UTE em todo o estado e nos sentíamos fortes. Mas não avaliamos corretamente a conjuntura nacional, o que aliás aconteceu com outras categorias, inclusive com os metalúrgicos de São Bernardo, cuja greve de 1980 também foi reprimida e derrotada. Hoje

se sabe que, naquele momento, estava ocorrendo uma queda-de-braço na cúpula do regime. A linha dura das forças armadas, que ainda controlava importantes espaços de poder, e muitos organismos de segurança, tentava inviabilizar, ou pelos menos retardar, a abertura política de [Ernesto Beckmann] Geisel, mesmo que esta fosse "lenta, segura e gradual". Para isso, decidiu intensificar a repressão aos movimentos sociais, especialmente às greves. O governo de Minas, que já estava disposto a tudo para evitar que repetíssemos o sucesso do ano anterior, sentiu-se respaldado para nos aplastar. Recusou-se até mesmo a receber a nossa pauta de reivindicações. E declarou que estava fora de questão qualquer processo negocial. Taxou-nos, sem rodeios, de "movimento político subversivo". E ameaçou retirar parte das conquistas de 1979. Só nos restou a alternativa da greve, que de novo começou muito forte e se alastrou rapidamente por todo o estado. Aí uma repressão feroz se abateu sobre o movimento, na capital e no interior.

E vários líderes foram presos. Por quanto tempo?

Éramos cinco dirigentes da UTE: Isis Magalhães, Fernando Cabral, Luiz Carceroni, Carlão Pereira e eu. Ficamos cerca de trinta dias na carceragem do Dops, numa espécie de porão do prédio da Avenida Afonso Pena. Tentaram nos enquadrar na Lei de Segurança Nacional mas, alguns meses depois, fomos despronunciados pelo Superior Tribunal Militar.

E vocês fizeram uma greve de fome. De quantos dias?

Sim, contra as ameaças de demissão em massa e pela abertura de negociações. Durou nove dias.

Nos contaram que você na época estava meio doente?

Não, eu tinha feito uma cirurgia um mês antes mas já estava quase recuperado. Mesmo assim, eles me tiraram da cela duas vezes e me levaram ao Hospital Militar para fazer exames, com medo de que meu quadro de saúde se agravasse.

E o que aconteceu com o movimento?

O movimento resistiu com muita dignidade. Outras lideranças nos substituíram. Lembro, especialmente, de duas colegas, ambas professoras primárias, que não eram nem se tornaram militantes políticas, e que revelaram, naquele clima de perseguições e ameaças, uma coragem admirável: d. Lurdes Paraíso e Márcia Mara Abreu. Criou-se em Minas, e até em âmbito nacional, uma vasta corrente de solidariedade. Houve manifestações comovedoras em defesa do movimento e em nossa defesa, tanto de professores como de pais, e principalmente de alunos. Basta dizer que, durante os trinta dias que estivemos presos, houve uma vigília permanente, na porta do Dops, de centenas de pessoas, entre elas grande número de crianças, para evitar que fizessem qualquer "maldade" conosco. Tudo aquilo nos trouxe um amadurecimento pessoal e coletivo que foi de grande valia para o projeto da UTE daí por diante. Fui demitido "a bem do serviço público" e só consegui escola para trabalhar fora da cidade, num distrito de Pedro Leopoldo. O ambiente era bom, fiz muitos amigos lá. O problema, como dizem os pedantes, era de logística [ri]: três ônibus para ir, três para voltar.

DAS ORIGENS DO PT AO GOVERNO LULA

Mudando de assunto, ministro: foi nessa época que o senhor conheceu o Lula?

Eu conheci o Lula no ano anterior, acho que foi em julho ou agosto de 1979. Fomos convidados a participar de um evento em Divinópolis, promovido conjuntamente pelos metalúrgicos e professores locais. Lula

estava com um companheiro do ABC, o Alemão [Enilson Simões de Moura], nascido em Divinópolis. A atividade foi ótima, mais de mil pessoas presentes, era uma novidade aquela parceria entre operários e educadores. Depois, fomos almoçar, conversamos um pouco e Lula me convidou a visitá-lo em São Bernardo, o que só pude fazer um mês depois. Aliás, outro dia, já como presidente da República, Lula voltou a Divinópolis, eu estava com ele, e no seu discurso ele recordou que tínhamos nos conhecido lá, que metalúrgicos e professores estavam juntos, que eu já tinha, segundo ele, essa "cara de serenidade" mas era na verdade "um agitador, um esquerdista de marca maior". Deus conserve, diria minha mãe...

Nessa primeira visita a São Bernardo, quais foram os seus contatos?

Bom, acho que fiquei por lá dois ou três dias, conheci a turma do sindicato, me convidaram a dar uma palavrinha na reunião da diretoria, estive também com o pessoal da Pastoral Operária, que cooperava muito com o sindicato, e fui de madrugada, com Lula e outros companheiros, a uma porta de fábrica, acho que era a Ford, não sei. Lula me convidou a ficar hospedado na casa dele, na época sempre ficávamos uns nas casas dos outros, e bati uns papos interessantes com a Marisa, que é uma pessoa de quem eu sempre gostei, pelas suas qualidades próprias. Acabei conhecendo também a mãe do Lula, d. Lindú, passamos um dia pela casa dela. E conversamos bastante sobre o novo sindicalismo em São Paulo, em Minas, em todo o país. Ele me incentivou a participar regularmente das reuniões intersindicais que estavam se tornando cada vez mais freqüentes. Mencionei as minhas dificuldades práticas, de tempo e de recursos, para ir toda hora a São Paulo, mesmo de ônibus, mas ele insistiu que era importante eu estar presente, porque Minas tinha poucos representantes, o João Paulo Pires e o Wagner Benevides, e o movimento de professores era o único estadual e mais massivo. Conversamos também sobre a possibilidade de criar um novo partido. Ele disse que a coisa ainda precisava se ampliar, amadurecer, mas estava convencido de que era uma necessidade da classe trabalhadora. Não me lembro o que respondi, mas, se estávamos num bar, devo ter pedido mais uma cachacinha, para fazer um brinde...

E o senhor começou a participar da Intersindical[13]*?*

Comecei. Não sei como, mas comecei. E, quando passou a haver reuniões sobre o "novo partido", também fui convidado e dava um jeito de participar. Aliás, o segundo semestre de 1979, pelo menos para nós, mas acho que para todo mundo, foi um daqueles momentos em que a história parece se acelerar, tudo acontece ao mesmo tempo. Eram os nossos sindicatos com suas lutas, a Intersindical se constituindo, a etapa final da luta pela Anistia, com a volta dos exilados, era a esquerda clandestina saindo das catacumbas, Lula propondo um novo partido...

Mas havia muitas polêmicas na esquerda sobre o futuro do movimento sindical e a criação desse novo partido.

Sem dúvida. As iniciativas do Lula e de um grupo de novos sindicalistas, do qual passei a fazer parte, tinham muito apoio mas estavam longe de obter consenso geral na esquerda. Até mesmo companheiros muito próximos de nós, em termos de projeto sindical, recusavam a idéia de se criar um partido. Dou um exemplo: o João Paulo Pires, que depois veio a ser deputado federal do PT, pessoa respeitada em Minas e também em nível nacional...

Ele foi muito importante na fundação da CUT.

Foi sim. Pois bem, o João Paulo era radicalmente contrário à criação de um novo partido. Ele aplicava ao caso brasileiro, a meu ver de modo equivocado, mas com toda sinceridade, a experiência do sindicalismo europeu, que tinha renascido no pós-guerra atrelado aos partidos, a chamada "correia de transmissão", e levou décadas para conquistar a sua independência. Ele achava que a nossa energia devia ser canalizada exclu-

sivamente para o movimento sindical. Outros companheiros, no entanto, sobretudo do PCB e do PCdoB, já eram contra a criação de um novo partido por razões eminentemente políticas e ideológicas. Eles queriam o MDB como único partido legal de oposição, estuário da frente democrática, e julgavam que o "partido estratégico" já existia, era o próprio PCB, ou o PCdoB.

Eu estou me lembrando de um depoimento da Lélia Abramo[14] *em que ela fala de São Bernardo, nesse momento. Ela diz que um dia procurou o Lula e o encontrou numa sala, cercado por pessoas ligadas ao PCB, que estavam tentando explicar a ele que esse partido dos trabalhadores que ele queria criar já existia desde 1922 [ri].*

Grande figura, a Lélia Abramo! Tia do Perseu [Abramo], outra pessoa admirável. Mas essa turma do PCB deve ter sido levada pelo frei Chico [José Ferreira da Silva], irmão do Lula, que era militante do Partidão.

E quais eram os argumentos de quem defendia a criação de um novo partido?

Não era uma discussão muito teórica, pelo menos no ambiente dos novos sindicalistas. Era mais uma coisa empírica, fruto da experiência vivida. Os sindicatos vinham a Brasília e ficavam muito impressionados com a falta de canais de diálogo, com o menosprezo do governo. O ministro do Trabalho, quando se dignava a receber os dirigentes sindicais, invariavelmente dizia: "Isso não é comigo". Tudo esbarrava em decisões políticas. Os reajustes salariais, mesmo quando os empresários estavam dispostos a concedê-los, eram...

Bloqueados pela política econômica, de arrocho.

É, e o Lula afirmava: "Assim não adianta. A gente vai lá, negocia o reajuste, faz acordo com o patrão mas o governo se intromete e inviabiliza tudo". Ou então: "A gente vai lá, reivindica um salário mínimo decente, que é fator de desenvolvimento, e eles respondem que não dá, é impossível, que o orçamento foi aprovado no ano anterior. Se é assim, nós temos que disputar é na aprovação do orçamento". Foi ficando cada vez mais claro que muita coisa importante para os trabalhadores não podia ser resolvida apenas entre patrões e empregados. Inclusive o que alguns de nós chamávamos de "salário indireto", por exemplo, a educação e saúde gratuitas. Lula também tinha sido muito refratário à política. Mas chegou à conclusão de que não bastava o movimento sindical forte, democrático e autônomo que estávamos construindo. Isso era necessário, imprescindível, mas não era suficiente. Por outro lado, a gente percebia que certas coisas não eram só por causa da ditadura. Já havia, naquela época, conversas mais ou menos públicas entre governo e oposição sobre a redemocratização do país, sobre o conteúdo, os tempos e ritmos do processo de transição. Mas não com a classe trabalhadora. Pairava o espírito do marquês de Paraná, da conciliação excludente, da "ponte de ouro entre as elites".

Daí o desejo de que os trabalhadores tivessem o seu próprio partido?

É, de ter um instrumento político próprio. A questão de chegar ao governo, de exercer o poder, não estava tão colocada, o principal era o direito de ter representação, informação, de poder denunciar, propor, acumular, de não ser mera platéia, ou coadjuvante secundário, do projeto das elites. De início, a idéia não era de um partido *dos* trabalhadores, mas sim de um partido no qual os trabalhadores tivessem força, não fossem apenas eleitores ou apoiadores, mas influíssem em todos os níveis, inclusive participando com peso das direções.

Fale-nos um pouco das articulações para criá-lo.

Propusemos uma aliança, como se sabe, à "Tendência Popular" do MDB, ao Chico [Francisco] Pinto, Almino Affonso e a vários deputados, ao próprio Fernando Henrique, que Lula tinha apoiado para o Senado em 1978. A imprensa, por isso mesmo, falava em "Partido Popular". As conversas foram boas, respeitosas, havia preocupações comuns e uma disposição real de somar forças, mas a proposta acabou não vingando.

Por que o senhor acha que a aliança não deu certo? Essa é uma passagem pouco estudada.

Olha, acho que não foi por causa da plataforma política. Sobre isso havia divergências, mas elas eram contornáveis. Na minha opinião, o problema de fundo, ainda que ninguém reconhecesse abertamente, era mais a *forma* de fazer política.

Em que sentido?

Os parlamentares do MDB tinham, de fato, profundas convicções democráticas e sinceros compromissos sociais, mas a deles era uma visão *tradicional* de partido.

Era uma outra geração de políticos, uma outra cultura política.

Eram pessoas, em sua maioria, de grandes méritos, mas com uma concepção exclusivamente institucional da política. Tinham causas comuns com Lula e conosco, mas não davam aos movimentos sociais, nem ao conjunto da sociedade civil, o mesmo peso que nós, não acreditavam ser possível criar um partido "de baixo para cima", verdadeiramente participativo, no qual as classes populares atuassem diretamente e sobretudo se educassem politicamente para um dia dirigir o Estado. Nós queríamos mais do que restaurar a democracia representativa, ainda que ela fosse – e sempre será – fundamental. Queríamos dar a ela uma nova qualidade, fazendo de cada cidadão, em sua vida cotidiana, um sujeito político ativo. Nossa idéia de partido refletia isso, queríamos um partido de massas mas orgânico, militante, não apenas um partido de opinião. Um partido que não funcionasse só em época de eleição.

Um partido para o ano inteiro.

Justamente. Que tivesse núcleos de base em todo o país e os consultasse e mobilizasse com regularidade. Que se inserisse nas comunidades ou, melhor ainda, que as comunidades se inserissem no partido. Para nós era necessário combinar a luta parlamentar com a luta social. Posso estar enganado, mas acho que foi principalmente essa divergência sobre o modo de fazer política, o modelo de partido, que inviabilizou o "Partido Popular". Além disso, eles respeitavam o Lula, admiravam seu carisma, mas não pareciam acreditar muito em seu potencial político. Mesmo assim, alguns deputados acabaram optando pelo PT.

Mas, naquela época, o PCB também tinha peso na esquerda e no movimento sindical. Acho que isso precisa ser mencionado.

Você tem razão. Eu falei do PCB só de passagem porque eles tinham outra política para o país e um projeto sindical e partidário próprio. Aspiravam, legitimamente, pela sua tradição e pela qualidade de seus quadros, a ser uma força hegemônica na esquerda brasileira, ambição afinal malograda, por vários motivos. Mas isso não desmerece em nada o seu compromisso nacional e popular e os seus méritos na resistência democrática. O PCB tinha, sim, presença significativa em várias regiões do país. No Rio de Janeiro, era a principal força de esquerda, inclusive com um grande prestígio entre artistas e intelectuais. No Nordeste, era muito respeitado, e por ótimas razões, basta lembrar o heroísmo de um Gregório Bezerra. Em São Paulo, tinha razoável peso no movimento sindical, o Arnaldo Gonçalves, dos Metalúrgicos de Santos, por exemplo, era um dirigente importante, com destaque na Intersindical. Em Minas, a inserção do PCB era menor, embora alguns de seus porta-vozes tenham se notabilizado pela dignidade e coragem, como Orlando Bonfim, martirizado pela ditadura. E ainda contavam com lideranças expressivas, a exemplo de Armando Ziller, que tinha sido deputado estadual constituinte em 1947, militante solidário e exemplar, que tive a honra de conhecer quando regressou do exílio.

Voltando ao PT, ministro, o senhor integrou a Comissão Nacional Provisória e a primeira Executiva Nacional do Partido. Como foi isso?

Não sou muito bom para datas mas acho que a decisão de criar o PT foi tomada em novembro de 1979. Já havia se constituído, em várias regiões do país, o chamado Movimento Pró-PT, com a participação da maioria dos novos sindicalistas, setores expressivos da Igreja, boa parte da esquerda clandestina e importantes intelectuais. Nos meses seguintes, até o ato inaugural de 10 de fevereiro de 1980, mergulhamos em uma febril arregimentação social e elaboração programática. Mas a questão jurídica também nos preocupava muito. Hoje parece que a legalização do partido foi automática, isenta de dificuldades, mas aconteceu justamente o contrário. No novo quadro partidário desenhado pelo general Golbery, e tacitamente admitido por alguns líderes da oposição, não havia lugar nem para o PT nem para o PTB de Brizola. Temíamos um golpe de mão, alguma restrição casuística, ou mesmo a proibição aberta, como ocorreu em outros países do continente. Vários observadores a consideravam muito provável. Quando Lula, pouco depois, foi indiciado com base na Lei de Segurança Nacional, por declarações feitas no Acre, muita gente achou que o PT estava liquidado. D. Maria Amélia, viúva de Sérgio Buarque de Holanda, que aliás é companheira do PT até hoje, me contou que Sérgio ficou numa tristeza enorme quando soube do indiciamento, temendo que Lula fosse condenado, o que seria fatal para o PT.

É quase canônica a idéia de que o PT foi formado pelo famoso tripé: novo sindicalismo, Igreja de base e esquerda clandestina. No seu ensaio "Os intelectuais e a criação do PT"[15]*, o senhor parece, implicitamente, discordar dessa visão.*

Escrevi aquele ensaio em 1998, para um seminário sobre o pensamento e a militância de Antonio Candido, que completava 80 anos. Depois, foi publicado em um volume coletivo. Sigo admirando, e cada vez mais, o companheiro Antonio Candido, pela sua obra crítica e pela sua coerência moral e política. Ele é provavelmente o maior intelectual brasileiro vivo, mas jamais aceitou ser canonizado [ri]. Não questiono, é claro, a importância dos três caudais que vocês mencionaram. Sem eles, o PT simplesmente não existiria, jamais teria se tornado um grande partido de massas, com a capilaridade popular e nacional que possui. Mas acho que, naquele momento-chave, em que se constituía a nossa identidade e o nosso projeto histórico, a contribuição dos intelectuais não foi menor, nem menos relevante. Refiro-me a Mário Pedrosa, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido, Paulo Freire. E poderia citar também Hélio Pellegrino, Marilena Chaui, Paul Singer, Francisco Weffort, Maria Victoria Benevides, Eder Sader, entre outros. Eles não formaram nenhum grupo, quase nunca aceitavam cargos de direção, tinham uma postura de grande respeito, de deferência mesmo, pelos militantes de origem popular. Não queriam dirigir, apenas colaborar. E, no entanto, estou convencido de que foram determinantes, pela sua presença e discreto testemunho, para fortalecer e qualificar a aposta do PT na democracia, na via democrática e republicana de transformação social. Convém não esquecer que alguns dos setores que confluíram para o PT ainda não assumiam a democracia como valor estratégico, mas apenas tático. Vários daqueles intelectuais eram adeptos, desde os anos 1940 e 1950, do socialismo democrático. Opunham-se tanto aos que negavam qualquer horizonte histórico pós-capitalista quanto aos que queriam impor, a ferro e fogo, uma ditadura do proletariado. Sonhavam com um governo da classe trabalhadora que ampliasse as liberdades democráticas, socializando a cidadania e a política, distribuindo riqueza, conhecimento e poder. Acreditavam, como Paulo Freire, na força do povo, na sua capacidade de aprender, aprender, aprender – e, um belo dia, ensinar.

E, para terminar, fale-nos um pouco de Apolonio de Carvalho[16]*. O senhor foi muito amigo dele, não foi?*

Todos nos tornamos amigos de Apolonio. Quando o conhecemos, ele já era uma lenda viva da luta socialista no século XX. Que trajetória fascinante! Desde o jovem tenente revolucionário de 1935, que Graciliano Ramos retrata com simpatia e afetuosa ironia nas *Memórias do cárcere*[17], até o prisioneiro íntegro e fraterno dos anos 1960, passando pelo generoso voluntário do Exército Republicano Espanhol, na luta contra o fascismo, e o audaz combatente anti-nazista que o povo francês não hesitou em condecorar com o seu

mais alto galardão: coronel da Legião de Honra. Aliás, quando ele morreu, em 2005, *Le Monde* o chamou de "herói de três mundos", recordando sua total entrega à causa da liberdade e da justiça no Brasil, na Espanha e na França. Mas Apolonio era, acima de tudo, uma pessoa encantadora, ao lado de sua bela mulher, Renée [de Carvalho], tão ou mais encantadora do que ele. Apolonio, para mim, representou a prática cotidiana, encarnada, dos valores democráticos e socialistas. A arte do convívio tolerante e fraterno, a capacidade de ouvir, fruto de um real interesse pelo outro, por todos os outros. Ah, a sua paciência interessada e carinhosa com os jovens inexperientes de 1979, 1980! Não era um homem restrito à política. Conversava gostosamente sobre tudo, culinária, literatura, educação de filhos, Santo Agostinho, futebol. Não se considerava um personagem de exceção, nem permitia qualquer tratamento reverencial. O passado tinha a sua importância, mas o que o mobilizava era o presente e o futuro. Nunca vi Apolonio reivindicar um cargo. Nunca o vi recusar uma tarefa. Sim, para nós foi um enorme privilégio sermos companheiros e amigos de Apolonio...

Notas

1 Disponível em <http://www.planalto.gov.br/SecGeral/biografia.htm>. Acesso em 6 mar. 2008.

2 A mãe do entrevistado, como dito, pertencia a uma família tradicional, contando com parentes com longa permanência na política mineira, entre eles, além dos já citados na entrevista: seu tio Luís Martins Soares (1888-1948), chefe político de Ponte Nova ao longo das décadas de 1930 e 1940, membro da Constituinte Estadual de 1934 e deputado federal (1935-1937), e seu avô Manuel Olímpio Soares, presidente da Câmara Municipal de Ponte Nova durante os 25 anos posteriores à instituição da República. Cf. DHBB/FGV, *op. cit.*

3 Ver entrevista de Antonio Candido, neste volume.

4 Mosela é o nome de um quarteirão no minicípio de Petrópolis (RJ) fundado pelo major Júlio Frederico Koeler.

5 AZEREDO, José Carlos de. *Iniciação à sintaxe do português*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

6 O Colégio Santo Inácio, fundado em 1903, na Rua São Clemente, bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro (RJ), com o nome de Externato Santo Inácio, é uma das mais de 2,6 mil escolas jesuítas espalhadas por todo o mundo. Disponível em <http://www.santoinacio-rio.com.br/>. Acesso em 6 mar. 2008.

7 De acordo com Rosalina de Santa Cruz Leite, no artigo "*Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*: origens da imprensa feminista brasileira" (*Revista Estudos Feministas*, vol. 11, nº 1, Florianópolis, jan./jun. 2003), "Os jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* retrataram, em seus artigos e editoriais, a luta pela Anistia, pelas creches e pelas liberdades democráticas – todos símbolos da oposição contra o regime no período da ditadura militar. Além disso, eles incluíam matérias específicas, tais como violência doméstica, condições de trabalho das mulheres, direitos reprodutivos, aborto e sexualidade". Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2003000100014&script=sci_arttext>. Acesso em 6 mar. 2008.

8 Ver nota 7 na entrevista de Apolonio de Carvalho, neste volume.

9 Seicho-no-Ie (Lar do Progredir Infinito, numa tradução livre) é uma filosofia/religião de origem japonesa, fundada em 1930 por Masaharu Taniguchi. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Seicho-No-Ie>. Acesso em 6 mar. 2008.

10 Asdrúbal Trouxe o Trombone é o nome de um grupo teatral brasileiro de estilo cômico e anárquico criado em 1972 no Rio de Janeiro, do qual participavam Hamilton Vaz Pereira, Regina Casé, Luiz Fernando Guimarães, Patrícia Travassos, Evandro Mesquita, Perfeito Fortuna, Nina de Pádua, Gilda Guilhon, entre outros. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Asdr%C3%BAbal_Trouxe_o_Trombone>. Acesso em 6 mar. 2008.

11 Fundada em 1931, a Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais (APPMG) chama-se atualmente Associação de Professores Públicos de Minas Gerais. A primeira e grande vitória da entidade foi a instituição do voto feminino em 1932, reivindicação levantada ainda em 1931. Houve outras vitórias, como a conquista da aposentadoria das professoras aos 25 anos de trabalho, em 1933. De 1951 a 1954, a APPMG engajou-se na Campanha pela Paz Mundial, contra a bomba atômica e contra a carestia de vida. Disponível em <http://www.appmg.org.br/>. Acesso em 7 mar. 2008.

12 O atual Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE/MG) foi criado no Congresso de Unificação das Entidades do Magistério de Minas Gerais realizado em Belo Horizonte, em agosto de 1990, a partir de várias entidades sindicais. A maior delas era a União dos Trabalhadores do Ensino (UTE), que no seu primeiro congresso, em 1979, reuniu cerca de quinhentos delegados de 71 cidades mineiras na Faculdade de Direito, em Belo Horizonte. Disponível em <http://www.sindutemg.org.br/nossahist.php>. Acesso em 7 mar. 2008.

13 Ver nota 22 na entrevista de Olívio Dutra, neste volume.

14 O entrevistador refere-se a uma antiga entrevista de Lélia Abramo publicada em AZEVEDO, Ricardo de e MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

15 *In*: AGUIAR, Flavio (org.). *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/ Humanitas, 1999, p. 186-196.

16 Ver entrevista de Apolônio de Carvalho, neste volume.

17 Livro de memórias de Graciliano Ramos, publicado postumamente (1953) em dois volumes. O autor não chegou a concluir a obra, faltando o capítulo final. Graciliano foi preso em 1936 por conta de sua vinculação ao PCB, em meio ao pânico insuflado pelo governo Vargas a partir do levante comunista de 1935. Em *Memórias do cárcere,* Graciliano descreve a convivência entre os mais variados tipos de presos políticos e narra, entre outros acontecimentos, a entrega de Olga Benário para a Gestapo. Apolonio de Carvalho inspirou um dos personagens do romance, assim como ocorreu com outros destacados militantes da esquerda brasileira do período. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/0Mem%C3%B3rias_do_C%C3%A1rcere_%28Graciliano_Ramos%29>. Acesso em 7 mar. 2008.

Muitos Caminhos, uma Estrela



Memórias de Militantes do PT

Raul Pont

Entrevista realizada em Porto Alegre (7 de dezembro de 2006)

Página anterior:
Raul Pont no comício da campanha presidencial (Porto Alegre, 1989).

Página seguinte:
Plenária de campanha; Raul fala à militância (2004).



Raul Jorge Anglada Pont nasceu em Uruguaiana, no estado do Rio Grande do Sul, em 1944. Como estudante de história na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), nos anos 1960, iniciou-se na militância estudantil e foi eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE) em 1968. Militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB), na Dissidência Leninista do PCB e depois no Partido Operário Comunista (POC). Foi preso pela primeira vez ao participar do Congresso de Ibiúna da União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1968. Perseguido no Rio Grande do Sul, mudou-se para São Paulo em 1969. Em 1971, foi capturado em uma ação da Operação Bandeirantes (Oban) em seguida foi transferido para Porto Alegre, onde permaneceu preso até o final de 1972, na Ilha do Presídio. Após a sua libertação, em 1973, começou a participar do Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Iepes), ligado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e posteriormente da articulação da Tendência Socialista do partido. No período 1975–1977, cursou mestrado em ciência política na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e, no final dos anos 1970, foi professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e militante do Sindicato dos Professores da rede privada (Sinpro) no Rio Grande do Sul. Em 1978, participou da criação do jornal *Em Tempo* e, em 1979, da constituição da Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM-DS), que mais tarde se transformaria em tendência interna do PT, da qual é membro desde a fundação do partido. Foi secretário-geral e presidente do PT do Rio Grande do Sul, membro da Executiva Nacional e tesoureiro. Em 1982, foi candidato do partido ao Senado e, em 1985, candidato à prefeitura da capital gaúcha. Em 1986, foi o candidato mais votado do partido no Rio Grande do Sul e elegeu-se deputado estadual constituinte, sendo o líder da bancada nos dois anos seguintes. Em 1990, foi eleito deputado federal. Em 1992, tornou-se vice-prefeito de Porto Alegre na chapa de Tarso Genro. Já em 1996, foi eleito prefeito, no primeiro turno, com 55% dos votos válidos, tendo José Fortunati como vice. Na prefeitura, Raul Pont deu continuidade às marcas petistas na administração de Porto Alegre, como o Orçamento Participativo, e

iniciou a construção da Terceira Perimetral, via expressa que liga a zona sul à zona norte sem passar pelo centro da cidade. Nas eleições de 2002, Pont foi eleito deputado estadual e retornou à Assembléia Legislativa gaúcha. Em 2004, concorreu novamente a prefeito, mas foi derrotado no segundo turno por José Fogaça. Em 2005, candidatou-se a presidente do PT nacional, sendo derrotado no segundo turno por Ricardo Berzoini. Foi secretário-geral do PT Nacional (2006-2007) e atualmente ocupa uma cadeira na Assembléia Legislativa gaúcha, para a qual se reelegeu em 2006[1].

O INÍCIO DA MILITÂNCIA, NOS PRIMÓRDIOS DA DITADURA MILITAR

Raul, a primeira coisa que gostaríamos de perguntar seria sobre tuas origens: onde e quando tu nasceste, as características socioeconômicas da tua família...

Eu sou de Uruguaiana, interior do Rio Grande do Sul, fronteira com a Argentina, e nasci em 1944. Fiz toda a minha formação escolar básica, primário, ginásio, científico, nessa cidade, no Colégio União, de confissão metodista[2]. Me "criei" em Uruguaiana. O meu pai, na maior parte da vida, foi assalariado. Teve um período depois do casamento em que ele e a minha mãe tocaram um pequeno negócio de padaria, que era do meu avô materno. Ele tinha sido comerciante do ramo atacadista. Com a diminuição das distâncias, melhoria das estradas, o atacado foi diminuindo, perdendo a razão de ser, e ele passou a ter a padaria. Minha mãe, depois do casamento, se interessou pelo negócio. Ela e meu pai tocaram aquilo durante um tempo. Mas não era um negócio fácil, na fronteira com a Argentina, ter padaria. A produção de trigo, farinha, massas, biscoitos era muito mais barata na Argentina. Então, isso vivia trazendo altos e baixos ao setor, e o meu pai voltou a trabalhar como técnico em contabilidade, no Sindicato do Comércio Varejista de Uruguaiana. Depois, junto com outro amigo, tiveram um escritório de contabilidade anexo, que prestava serviço para os associados; e ali se aposentou. Minha mãe, desde que saiu da padaria, continuou trabalhando. Nós não tínhamos outras fontes de renda, ela foi comerciária durante muito tempo, até se aposentar. Eu e a minha irmã (éramos dois filhos) estudamos todo o tempo em Uruguaiana. A minha irmã fez o curso de magistério, depois fez pedagogia, trabalhou a vida inteira como professora do estado, e durante um bom tempo também trabalhava nesse colégio que nós estudamos, com o qual tínhamos vínculos afetivos familiares, já que era um colégio fundado pelo nosso bisavô, em 1870. Eu trabalhei com meu pai desde que terminei o ginásio, ajudava neste escritório de contabilidade que ele tinha. Trabalhei num banco em Uruguaiana em 1961 e 1962, até terminar o científico. Vim para Porto Alegre em 1963. Consegui transferência e continuei trabalhando como bancário. Me associei ao sindicato e, simultaneamente, comecei a me preparar para o vestibular. Entrei na universidade em 1964, no curso de história. Continuei trabalhando no banco até 1966. Nessa época, apesar da ditadura, o sindicato segurou, por quase uma semana, uma greve por salário e condições de trabalho. Foi minha primeira greve.

Tu fazias o curso de história na UFRGS?

É. Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1966, fiz um novo vestibular e comecei a fazer o curso de economia, na UFRGS também. Mas, como trabalhava, não tinha como fazer os dois cursos simultaneamente. Desde que entrei na universidade, comecei a ter militância no movimento estudantil. Por coincidência foi o mesmo ano do golpe militar. Nós tivemos um primeiro enfrentamento, porque professores foram cassados, foram afastados da universidade. O Flávio Koutzii, companheiro nosso, atualmente deputado,

era o presidente do Centro Acadêmico, foi cassado também; algo que para nós era incompreensível, inaceitável – "Como é que um golpe militar lá em Brasília atinge aqui a universidade, o presidente do Centro Acadêmico que nós elegemos?" –, enfim, foram os primeiros movimentos de resistência ao regime militar e a porta de entrada para uma militância no movimento estudantil. Maior até do que eu tinha no sindicato, porque lá eu ia às assembléias, participava, mas não era da direção. Para mim o banco era um pouco passageiro. Era a condição para poder estar na universidade.

E o envolvimento partidário?

Em 1964, ao começar a militância no Centro Acadêmico, imediatamente a gente tomava conhecimento de que havia pessoas que eram ligadas ao Partido Comunista, havia um grupo ligado à Ação Popular [AP]... Nós ainda tínhamos adversários fortes no campo da direita, portanto a disputa era muito mais contra um setor dos estudantes e da sociedade que defendeu o golpe, que "marchou com a família, com Deus e a propriedade..."[3]. Então isso unificava a ação da esquerda, nesse momento, contra o inimigo comum, que era o regime... Mas as diferenças internas também já eram visíveis. A AP tinha uma certa hegemonia, o PCB era o grupo que tinha uma coesão política teórica um pouco melhor mas era uma segunda força dentro da universidade. E havia pessoas ligadas ao PCdoB, que, nessa época, teve uma cisão, que deu origem à Ala Vermelha. Como nós, também, desse movimento que atuava junto com o Partido Comunista, fomos ter mais tarde. E havia alguns grupos muito pequenos ligados ao trotskismo[4], na época ainda posadistas[5]. Estas eram as correntes que tinham alguma vida orgânica regular na universidade. Quando eu entrei na economia, eu já vinha militando no movimento estudantil lá na filosofia, que era a faculdade onde estava o curso de história. Naquela época, a Faculdade de Filosofia concentrava uns doze, treze cursos, não existiam ainda os institutos, isso ocorreu depois da reforma de 1968. A Faculdade de Filosofia era o principal centro político da universidade. Ali estavam a filosofia, a história, as ciências sociais, o jornalismo, a química, a matemática, a biologia etc. Isso dava uma vida, uma intensidade cultural e política muito forte ao Centro Acadêmico. Nós tínhamos ali um núcleo que reunia como uma espécie de "frente"[6] do PCB... Eu fui me integrando nisso e acabamos nos reunindo numa célula de base. Era um grupo de mais de trinta, quarenta estudantes, de todos os cursos da faculdade. Quando eu fui para a economia, em 1966, o Centro Acadêmico já tinha virado Diretório Acadêmico de Economia, Contábeis e Atuariais (Daeca)[7]. Ali não havia tanto movimento estudantil quanto na filosofia, mas a hegemonia era de um grupo ligado ao PCB, com algumas pessoas da AP. E ali eu ingressei mais formalmente, comecei a militar numa célula do partido. Mas, simultaneamente, se iniciava todo o debate de crítica às interpretações que o Partido Comunista fazia do golpe de 1964. Na época, preparava-se o 6º Congresso do PCB, que seria em 1967, o que era dificultado pela clandestinidade. A tendência era de um enfrentamento muito grande com a linha oficial do Comitê Central. Eles interpretavam o golpe como algo meio passageiro, e defendiam que a política de aliança com os setores progressistas da burguesia devia ser continuada através do MDB – que era o partido que havia sido consentido pelo regime militar como o contraponto da Arena, após o fechamento de todos os partidos, com o AI-2[8].

E, no plano teórico, qual era o debate no interior da esquerda?

Havia um debate mais estratégico, uma revisão da própria historiografia que sustentava as posições do Partido Comunista sobre a formação social e econômica brasileira. Havia toda a produção que o Caio Prado Jr. já estava fazendo na época, de crítica a essa orientação, bem como toda aquela geração do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)[9], boa parte deles já afastados da USP, o [Francisco] Weffort, o Chico de Oliveira, o próprio Fernando Henrique, que davam sustentação teórica para um debate sobre a interpretação da etapa da revolução brasileira, do populismo, da caracterização das classes sociais no Brasil, de quais seriam as questões centrais pelas quais a esquerda deveria lutar. E aí também entrava toda a questão do "castrismo"[10], da necessidade ou da possibilidade de a América Latina repetir a experiência cubana, a "teoria do foco"[11], que se contrapunha às teorias do PCdoB, baseadas no modelo chinês da "guerra popular prolongada"[12] etc. Essas coisas

começavam a tomar conta do debate dentro da esquerda, simultaneamente à exigência de se fazer a resistência à ditadura. Nós, nessa época, começamos a ter uma relação com a ORM-Polop [Organização Revolucionária Marxista–Política Operária], dos irmãos Éder e Emir Sader, do Ernesto Martins... Nessa época, algumas pessoas já tinham saído da Polop; começava a dissidência do Colina [Comando de Libertação Nacional], lá em Minas Gerais. Mas esse grupo era um dos poucos canais que nós tínhamos para um contato nacional, através dos debates que conseguíamos fazer no movimento estudantil, na UNE, devido à clandestinidade e ao caráter estanque, e às dificuldades que o Partido Comunista estabelecia para o debate. Por uma influência forte da Polop, nós formamos um grupo, aqui no Rio Grande do Sul, que se chamava Dissidência Leninista do PCB, e produzimos teses para o debate interno do Congresso de 1967.

O Flávio Koutzii participava nesse processo da dissidência?

Sim. As pessoas mais experientes, que coordenavam essa discussão, eram o Marco Aurélio Garcia, a companheira dele, a Elizabeth Lobo, que veio a falecer em 1991, num acidente automobilístico. Aqui, o Luiz Pilla Vares, o Flávio [Koutzii]... Tem pessoas que saíram junto conosco do PCB, mas foram para outros rumos, como o Paulo César Tim, que depois foi para o PDT lá em Brasília, foi candidato a senador, governador... Além dos que eu já citei, a Sonia Pilla, a Maria Regina Pilla, o Jaime Rodrigues, eram de certa forma do grupo que dirigia o setor estudantil aqui. Nós saímos do PCB para a Dissidência por impossibilidade de influir no debate interno, porque a verticalização, o autoritarismo, a falta de democracia interna era muito grande. Nós também tínhamos uma profunda divergência com o maoísmo[13], que era a linha oficial do PCdoB, depois, eles foram por um tempo seguidores da linha albanesa. A nossa referência teórica era outra... E havia uma identidade grande com a Polop. Nós já tínhamos um trabalho comum, não só a dissidência do Rio Grande do Sul mas também a do Rio de Janeiro, a turma do Vladimir Palmeira, do Daniel Aarão Reis Filho e outros companheiros de São Paulo, Paraná, Santa Catarina. Nos encontros, de 1966, 1967 e 1968 da UNE, nós conseguimos unificar um campo, em que o PCB perdeu muito terreno. De certa forma, o conjunto das dissidências mais a Polop, as dissidências do PCB e a Ala Vermelha é que polarizaram o debate contra a AP no congresso de 1967; chegamos a ter maioria, lá em Valinhos. Mas a eleição presidencial foi separada das chapas e acabou ganhando o Luis Travassos, que era da Ação Popular, que faleceu depois, na volta do exílio... Teve um acidente de carro. E o candidato nosso, dessas forças, foi o Daniel.

O Daniel Aarão Reis Filho?

Sim. E isso aproximou muito a Polop das dissidências. Mas a Polop era muito doutrinária, muito propagandista; tinha uma formulação teórica bastante boa, tinha já uma certa unidade, mesmo antes do golpe, em identificar a etapa da revolução como etapa socialista, com a necessidade, portanto, de você ter um partido que se apresentasse de forma independente, pela organização dos trabalhadores, das classes potencialmente anticapitalistas, e que batia de frente com as teses de alianças com setores da burguesia progressista, dos militares nacionalistas, que era a posição clássica do PCB. Foi daí que nós iniciamos um processo, depois de 1967, de relação com a Polop e formamos o POC, no início de 1968. No Rio Grande do Sul, a gente tinha um grupo grande, que vinha do movimento universitário, do movimento secundarista, alguns contatos na área operária. Algumas pessoas da direção municipal do PCB de Porto Alegre chegaram a estar conosco, mas depois, ou voltaram para o PCB ou se aproximaram de um outro processo de dissidência do PC, também nessa época, que era dirigido por Mário Alves, Jacob Gorender e Apolonio de Carvalho, e deu origem ao PCBR [Partido Comunista Brasileiro Revolucionário]. E isso nos dificultou de ter um espaço maior de puxar outros setores descontentes com o prestismo para a nossa formação. Eu não cheguei a acompanhar diretamente isso. Eu estava mais envolvido numa frente de massas, pois em 1968 fui eleito presidente do DCE livre. Porque depois do fechamento da UNE e das UEEs, a ditadura, além de fechar as entidades centrais, ainda proibiu a eleição direta até para os DCEs, para as federações universitárias. E nós resolvemos enfrentar a proibição e a reitoria,

e mantivemos, durante uns dois anos, o DCE livre da UFRGS, eleito diretamente. Até que em 1970, tanto direta como indiretamente, a esquerda já era maioria. Então a reitoria não tinha mais como impedir, porque a gente fazia eleição e ratificava isso no conselho de entidades. Em 1968, a reitoria ainda trouxe entidades de Pelotas – não havia ainda a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), os cursos de lá pertenciam à UFRGS – para votar. Criaram um Centro Acadêmico na Biblioteconomia, pegaram uns votos lá da ESEF (Escola Superior de Educação Física), fizeram toda uma mágica para impedir que a gente tivesse maioria na eleição indireta.

E do ponto de vista profissional, qual era a tua atividade na época?

Eu já estava fora do banco, sobrevivia dando aula em cursinho... Fiz um concurso, nessa época, para a Petrobras, fui aprovado mas não me deixaram trabalhar porque eu já estava "fichado"... Até hoje eu estou com um processo na Justiça, por ter sido impedido de trabalhar lá. Os concursados que entraram nessa época, todos já estão aposentados há muito tempo. Eu fui o único que não consegui entrar. Mas consegui passar também num concurso do Instituto de Previdência do Estado, e trabalhava meio expediente, até a prisão em Ibiúna. Fiquei preso uns dez dias, para fazer triagem. Nos levaram todos para São Paulo. Ficamos no Presídio Tiradentes até fazer cartório, identificação... Foi a época que o Zé Dirceu foi preso, o Vladimir, o Travassos e outros dirigentes das entidades centrais, e só saíram depois, na troca do seqüestro, não é?[14] No final do ano, o AI-5[15] acabou com os direitos individuais, o *habeas corpus*, criou a prisão preventiva, liquidou com o que ainda restava de constitucionalidade no país. O arbítrio aumentou muito, a repressão aumentou muito; mas nós, aqui, sobrevivíamos ainda. Não conseguimos nos unificar. A Dissidência do Rio virou o MR-8 [Movimento Revolucionário 8 de outubro] não o atual, o antigo MR-8, em São Paulo, a dissidência acabou indo para a ALN [Ação Libertadora Nacional], que conseguiu reunir alguma coisa também em Minas. E o POC acabou sendo mesmo Rio Grande do Sul, São Paulo, alguma coisa no Rio de Janeiro, pouca coisa em Minas, quase nada no Nordeste. Na Bahia, chegamos a ter alguns contatos, mas a relação muito estanque da clandestinidade tornava difícil... Para nos recuperarmos do congresso da UNE, foi muito difícil. No final de 1969, do pessoal que era a nossa direção aqui, uns foram para São Paulo, e depois tiveram que sair do país, e outros ficaram aqui, mas também tiveram que sair do país, mais tarde. Eu fui para São Paulo. Não consegui terminar o curso de economia...

E o curso de história? Você mudou de curso ou continuou com os dois?

Nessa época, eu não consegui voltar para o curso de história. Eu me matriculei ainda, em 1970, para tentar terminar o curso de economia, em que eu já tinha feito muito mais disciplinas. Mas no mesmo ano fui para São Paulo, numa semiclandestinidade, porque eu não estava processado, mas como tinha havido a prisão do [Raul] Pilla, eu não sabia quais eram as informações que a polícia tinha, por que ele tinha sido preso, se haveria ligação dele com mais gente... O Flávio e a Maria Regina, o Marco Aurélio e a Beth Lobo, a Beth Vargas e o Mattoso – esse que foi presidente da Caixa Econômica Federal – também estavam já em São Paulo. O Cláudio Torres e alguns companheiros daqui que foram para o Rio, acabaram se envolvendo com a Dissidência lá e ficaram no MR-8, alguns, inclusive, participaram do seqüestro do embaixador...

O DEBATE ESTRATÉGICO DA ESQUERDA E A QUESTÃO DA LUTA ARMADA

E vocês enquanto POC realizavam ações armadas? Vocês tinham essa opção? Qual era a avaliação que vocês tinham da situação política do país?

Não. Isto foi o que causou, em 1969, uma cisão do POC. O POC foi formado no início de abril de

1968, onde a Polop existia, mas já com defecções do seu grupo original – em Minas, com a turma do Colina fora –, mas com um grupo dirigente com alguma capacidade de formulação e com uma possibilidade razoável de crescimento, pela crise que existia dentro da esquerda na época. A Ação Popular se dividira, muita gente ficou na sua origem cristã, uma parte foi para o PCdoB, e uma outra parte constituiu a APML, a Ação Popular Marxista Leninista, que também era bastante influenciada por um pensamento maoísta... A Ala Vermelha tinha mais proximidade conosco. Nessa época, o posadismo vivia uma crise muito grande. Aí surgiu o trotskismo na sua versão lambertista, que depois cresceu e se tornou a Libelu, Liberdade e Luta. E nós também éramos identificados como meio trotskistas, mas sem sermos... O Ernesto Martins, "o velho", ele era antitrotskista, a referência teórica dele era do POUM [Partido Obrero de Unificación Marxista] espanhol, em que ele tinha militado antes de vir para o Brasil. As referências teóricas anti-stalinistas dele eram mais baseadas em dissidentes do PC alemão, como o Thalheimer, do que no trotskismo. Nós não tínhamos nenhuma leitura trotskista, nenhum debate sistemático... Até éramos um pouco refratários a isso, por causa do posadismo, que era o que existia de conhecido do trotskismo aqui. Era um negócio meio extraterrestre, mais doutrinário do que a Polop, mais dogmático, coisas que não batiam com a realidade... Só mais tarde é que a gente foi conhecer obras de Trotski. Eu, quando estava preso, comecei a estudar as obras do Trotski sobre a revolução de 1905, sobre a revolução permanente, sobre o papel da luta democrática e da luta nacional numa estratégia socialista, coisas que o POC não resolvia bem... O POC fez uma crítica muito dura à conciliação de classes, mas doutrinária e propagandística. Acho que o grande aporte, importantíssimo, da ORM-Polop era a necessidade da organização de um partido de trabalhadores, de um partido independente, identificar que sem um partido de classe, que fizesse a agitação, a propaganda do socialismo como alternativa e simultaneamente estabelecesse lutas concretas anticapitalistas, a gente ficaria sempre a reboque da burguesia brasileira. Essa era a linha do PC, de subordinação à conciliação de classes, a governos junto com a burguesia. Temas que naquela época tinham uma atualidade muito forte dentro da esquerda, e que não perderam a atualidade. Porque o PT, hoje, vive de novo esse drama, não é? Daí o debate, que o partido precisaria fazer de novo, no III Congresso, sobre a estratégica que queremos, o socialismo que queremos. Esse debate não está encerrado. Mas eu diria que a boa contribuição da Polop e do POC foi esta, introduzir a necessidade da luta ideológica na universidade, a questão da propaganda do socialismo, da organização independente dos trabalhadores...

Vocês não se contaminaram por aquele voluntarismo, seja maoísta ou castrista, de achar que a ação armada estava na ordem do dia?

Não. Mas foi isso que levou ao racha de 1969 do POC, porque iniciou o debate sobre se era correto ou não levar à frente algumas ações armadas. Mas essa discussão, até mesmo pelo problema da clandestinidade, da repressão, não foi feita no conjunto do partido, ela foi feita num nível de direção. Não havia uma tese assim, de adotar o foquismo como alternativa. Mas acho que do entusiasmo com alguma ação feita pela ALN, de propaganda armada ou de busca de fundos em bancos – a maioria dava errado – surgiu um debate. Também, o endurecimento da ditadura, do regime, obrigava cada vez mais à clandestinidade, que custava caro... Você tinha que ter pessoas escondidas, tinha que ter aparelhos, casas discretas, ter um mínimo de aparato para imprimir um panfleto, uma *off-set* ou um impressora, porque não podia fazer nada fora, em gráficas legais... Então a VAR-Palmares [Vanguarda Armada Revolucionária Palmares], que se originou do Colina com grupos que vinham da VPR [Vanguarda Popular Revolucionária] do Lamarca ou do Movimento Nacionalista Revolucionário, que aqui no Rio Grande do Sul pegava gente que vinha do brizolismo, ou até ex-PCB. Bom. Esses movimentos começaram a fazer ações armadas, com objetivos diferenciados: uns de olho no "foco", outros de olho no aparato, outros de olho na sobrevivência. No caso da VPR, era aquela idéia de montar efetivamente um "foco", a idéia castrista mais clássica. No caso do POC a discussão foi de fazer algumas ações voltadas exclusivamente para obter recursos. O POC não tinha nenhuma visão foquista e muito menos de guerra prolongada; a nossa visão era construir uma estratégia de longo prazo, mais insurrecional, via a organização independente

dos trabalhadores, a construção de um partido, a luta para constituir nas empresas e fábricas organizações de conselhos, para estabelecer duplo poder... Tínhamos uma estratégia muito mais urbana, por uma concepção de que o centro do desenvolvimento capitalista já era urbano, industrial, bancário, mercantil e ele caminhava para ser cada vez mais nos grandes aglomerados urbanos. Daí a crítica às teses do PCB, de que o país era feudal, se tinha burguesia nacionalista ou não tinha, essas coisas... Todo o aporte teórico da Polop era distinto do PCB.

Qual era a visão da Polop?

A nossa tese sobre o comportamento da burguesia era a desenvolvida pelo Thalheimer. Ele tinha um conceito que aplicávamos para mostrar como a contradição entre a burguesia brasileira e o imperialismo não se constituía num conflito antagônico. Era a "cooperação antagônica". Ou seja, não levava a um enfrentamento que chegasse a uma ruptura. Esta relação com o imperialismo não apontava que nós teríamos alianças com a burguesia brasileira para enfrentá-lo. Se ocorresse, seria residual. Fazia ainda menos sentido a tese dos militares nacionalistas. Se isso ocorresse, seria uma cisão... Era muito distinto da compreensão que movia o PCB. Mas havia muita incompreensão no POC sobre o papel da luta democrática. O doutrinarismo, o propagandismo do socialismo dificultavam muito... Eu me recordo, por exemplo, que nós achávamos que o AI-5 era uma demonstração de fragilidade da ditadura, e portanto era a prova de que a democracia burguesa era só fachada e nós tínhamos era que ir direto para o socialismo. Portanto, em pleno AI-5, nós fazíamos pichação de "Todo poder aos operários", "Operários no poder", "Viva o socialismo" etc. e tal, e não se tinha uma tática para resistir ao AI-5, que permitisse ampliar com outros setores etc. Quem fazia essa defesa era visto como se estivesse na perspectiva de uma conciliação de classes, que era a posição do PCB... Isso acabava desarmando o conjunto da esquerda, porque ou nós nos engalfinhávamos numa discussão teórica sem fim, completamente alheia à vida concreta, real que a sociedade vivia, e nos xingávamos de reformistas ou revolucionários, pela fragilidade da formulação teórica programática da esquerda nessa época. E isso, no caso de defesa dentro do POC de ações armadas para buscar recursos, levou a um racha. Dos que estavam no Brasil, porque boa parte já estava saindo. A velha direção, que vinha da Polop, o Ernesto, o Éder Sader, o Nilmário Miranda, o Ceici Kameyama, voltou a se chamar, se não me engano, Organização de Combate Marxista Leninista-Política Operária (OCML-PO), que vai dar origem, mais tarde no Rio, ao MEP, Movimento de Emancipação do Proletariado. E quem ficou continuou com o nome de POC. Teve algumas pessoas no Rio que ficaram tentando juntar as pontas, aqui no Rio Grande do Sul também, nós não vivemos esse debate... Foi uma cisão em cima, e quem tinha contatos levou os seus contatos para um lado ou para o outro... Mas o POC já tinha muita gente no exílio. E foi nessa época que o pessoal do POC teve contato com a IV Internacional...

Quem estava defendendo fazer as ações armadas era esse pessoal que acabou voltando para o nome Polop? O Eder...

Não. Não. Eles eram radicalmente contra, mesmo que fosse para financiamento das atividades do partido. Alguns companheiros se envolveram em ações conjuntas com a VAR e a ALN e com isso passamos a ser visados como uma organização da luta armada e a repressão aumentou muito contra nós, também. O pessoal da POC que foi para o exílio, na Europa, passou a ter uma relação forte com a Liga Comunista Revolucionária Francesa, com a IV Internacional. Mas voltaram para cá com nuances um pouco diferenciadas porque, teve alguns que ficaram no Chile, militando no MIR [Movimiento de Izquierda Revolucionária]. Outras pessoas que estavam na França nessa época, vieram para a Argentina, militar no PRT [Partido Revolucionario de los Trabajadores] do [Mario Roberto] Santucho, e que vão ser presos lá por 1975, por aí. Aqui no Brasil, a nossa cisão se deu sem um debate mais democrático, que pudesse percorrer o conjunto da organização, foi uma cisão típica de clandestinidade, que fragilizou muito essa experiência. E aí, a repressão aumentou violentamente. Eu dava aula num cursinho, em São Bernardo do Campo, onde os alunos todos eram das montadoras, que era o Curso Bandeirantes, e trabalhava no Santa Inês, que era um outro curso pré-vestibular grande, na capital. Mo-

rava em São Paulo, superdiscreto, e militava lá, tentando manter o que sobrava do POC, cada vez mais isolado, cada vez com menos contatos. Até que fui preso. Aqui do Rio Grande do Sul, grande parte do pessoal já tinha sido preso, e a partir daí a gente, *bueno*, se reencontrou na cadeia, para fazer um balanço autocrítico...

DA PRISÃO À REARTICULAÇÃO DA ESQUERDA NOS ANOS 1970

Você foi preso lá mas foi trazido para cá.

Eu fui preso pela Oban (Operação Bandeirantes)[16], lá na metade de 1971, no Shopping Iguatemi, na [Avenida] Faria Lima. A polícia já tinha descoberto o meu apartamento por outros caminhos. Eu tive que parar de trabalhar. Fiquei na casa de um parente em São Caetano [SP] um tempo, até para entender o que é que estava acontecendo. Tive que largar os dois empregos, estava cada vez mais difícil de sobreviver. Mas, algumas semanas depois, acabei sendo preso também. Aí fiquei preso 1971, 1972...

Ainda em São Paulo?

Não. Fiquei uns 20 dias na Oban, na Rua Tutóia. Me levaram para o Dops, ao lado da estação Júlio Prestes. E aí, do Dops, me trouxeram para cá, porque eu estava num processo aqui também. Fiquei um tempo no Dops de Porto Alegre. E quando me transferiram para a ilha[17], logo em seguida me trouxeram de novo para São Paulo, para fazer cartório, que eu não tinha feito, não tinha feito nenhum depoimento formal. Depois fui para o Presídio Tiradentes. Fiquei pouco tempo no Tiradentes, um mês e meio, dois meses, aí voltei para Porto Alegre e não saí mais. Só saí em dezembro de 1972, no dia do julgamento. Foi quando a gente denunciou as torturas, as arbitrariedades, denunciou que o processo todo era falso, era montado pela tortura... Mas nos condenaram a quatro, cinco, seis meses; e eu já tinha cumprido um ano e meio. Acho que uns dois ou três ficaram um pouco mais. O Fabinho Marenco foi o que ficou mais tempo, porque havia a acusação de que ele teria participado deste grupo de operações.

Então, foi aqui na ilha que vocês fizeram um debate de revisão...

É. Porque na ilha tinha gente da VAR, da VPR, do Partidão, do POC, da Ala Vermelha... Lá no Tiradentes também. Mas lá eu fiquei muito pouco tempo, tinha muito pouco contato... Aqui as celas não eram fechadas, só o portão central, então a gente tinha mais facilidade; durante a noite, depois do jantar, a gente podia fazer reuniões. Cada cela tinha quatro, cinco, algumas, seis pessoas. Lá no Tiradentes a gente só saía da cela para tomar sol de vez em quando; tinha que pagar para ir no outro pavilhão, comprar os guardas... Aqui, a gente montou uma biblioteca... Claro, tinha dificuldades. Alguns livros que eram censurados, só conseguiam entrar com nome de romance, os familiares trocavam a capa... Um grupo de operações especiais da Polícia Civil era responsável pelos presos. A Brigada Militar fazia uma espécie de proteção externa da ilha. Eles protegiam a ilha de invasões estrangeiras [ri]. Então, com os brigadianos, muitas vezes, a gente fazia amizade, daí a um pouquinho os caras topavam trazer coisas inocentes como um livro...

Eu me lembro do professor Felizardo[18] falando que a família do Carlos Araújo mandava muita coisa...

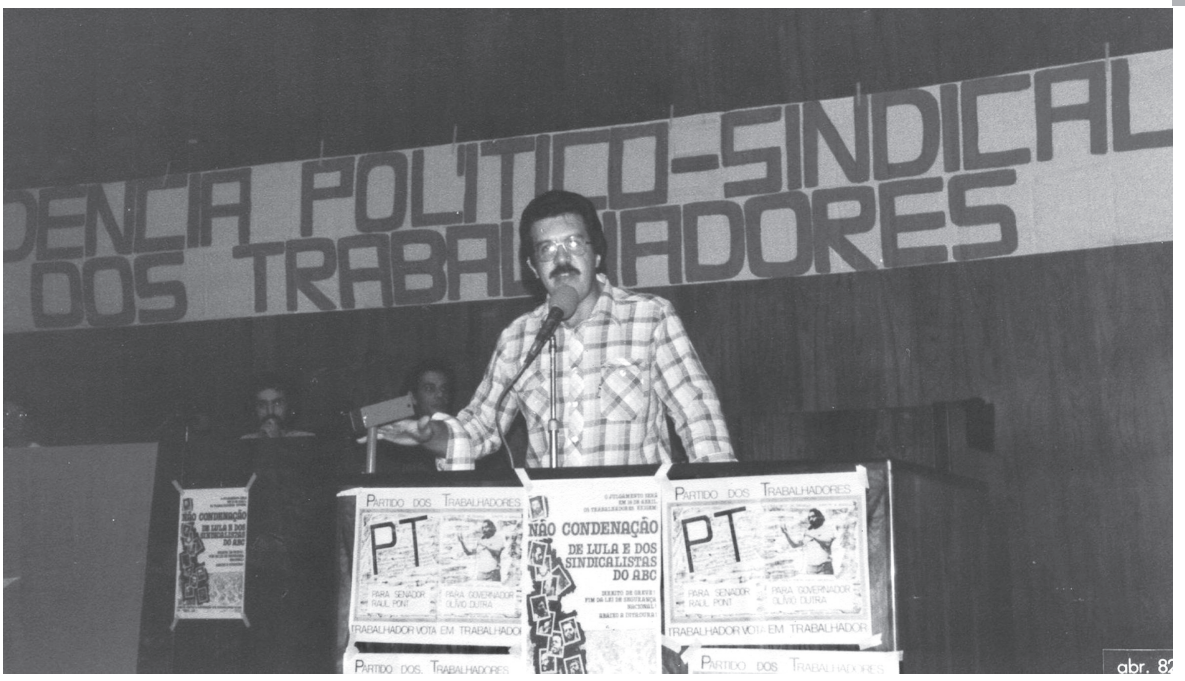
É isso. A família do Araújo morava ali perto, na Assunção, a família do velho Afrânio era muito conhecida. A Dilma [Rousseff] já estava em Porto Alegre, então a família do Araújo é que nos abastecia. Porque as famílias só visitavam aos domingos. Então, para garantir o jornal diário, garantir notícias diárias assim... O pessoal ia no terminal da barca e mandava um pacotinho com cigarro, coisa assim, e o barqueiro fazia esta cortesia...

E quantos presos políticos tinha?

Nessa época, uns 50 e poucos. Outros estavam distribuídos em alguns quartéis. E tinha uma meia dúzia de presos comuns, que eram levados para lá, sem processo, sem cartório. Eram os trombadinhas, presos de porão de delegacia, mas eles mesmos preferiam ir para lá porque eles entravam no coletivo dos presos políticos. Eles ficavam separados. Mas nós botávamos eles no coletivo da comida, arrumávamos sapato, chinelo, tênis, roupa. Nós dividíamos as coisas. Eles eram muito mais bem tratados lá do que nas delegacias, onde dava briga, um matava o outro, dava rolo, aquela guerra, aquela lei do cão das delegacias. Então, a gente fez amizade com essa turma. A gente nunca teve problema com os presos comuns. E aqui na ilha se estabeleceu uma coexistência pacífica com a Polícia Civil também. Eles não nos incomodavam, nós não incomodávamos a eles. A maioria acreditava que os processos seriam rápidos, porque não estavam envolvidos em nenhum problema mais duro. Só o pessoal da VPR, que tinha aquele negócio do assalto ao Banrisul do Grupo Hospitalar Conceição[19]. O resto era um pessoal que só tinha acusação ou de tentativa de organização partidária, ou de proselitismo político, coisas que não se sustentavam muito. E esse período foi de grande reflexão e muito debate. O Rui Falcão estava preso conosco aqui, na época. Ele veio para cá para montar um aparelho de imprensa da VAR no Rio Grande do Sul e também foi preso por uma daquelas famosas coincidências, ironias da história. Eu saí no final de 1972, e começamos juntar os "sobreviventes". Voltei para a universidade. Eu não tinha condições de estar aparecendo muito, porque tinha acabado de sair, mas havia uma referência forte, porque eu tinha sido do DCE, todo mundo sabia que eu tinha sido preso... Então, já tinha uma outra geração na universidade, e eles me convidavam para conversar, para reunir, para pedir opinião... Então, rapidamente, começamos a reconstruir um trabalho na universidade e um trabalho fora, com um pessoal que já não era mais estudante. Nessa época, ainda em 1973, o sociólogo André Forster, ex-colega do tempo da Faculdade de Filosofia, começou a trabalhar no MDB e organizou o Iepes, Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais. Isso abriu um espaço, fora da universidade, para a gente reunir pessoas com o guarda-chuva protetor da Assembléia Legislativa, onde tinha uma abertura para discutir qualquer coisa: sindicato, movimento estudantil, história do Brasil... Vários ex-presos políticos, as pessoas que tinham ficado, que não foram presas, começamos a contatar com uma nova geração do movimento estudantil, uma nova geração de sindicalistas que estava aparecendo... *Bueno*, o Olívio Dutra era estudante da universidade, militava na diretoria do Sindicato dos Bancários. Junto com ele tinha companheiros como o Clóvis Ilgenfritz, que militava no Sindicato dos Arquitetos. E nós, da universidade, começamos a ter uma corrente política, que se chamava Nova Proposta. A turma que ia saindo da universidade, a gente ia conduzindo para o Iepes. Começamos a trabalhar no setor jovem do MDB, a ter contatos em outras cidades: Canoas, Caxias, Farroupilha, São Leopoldo, [São Sebastião do] Caí, Portão, Novo Hamburgo. Eu terminei o curso de história na UFRGS, fiquei dois anos em Campinas, fazendo mestrado na Unicamp, mas com um pé aqui em Porto Alegre...

Em que ano tu foste para Campinas?

Eu fui em 1975, para fazer um pós-graduação em teoria política. E lá em Campinas é que eu retomei o contato com pessoas do POC em São Paulo. Estavam conseguindo se reimplantar em São Paulo, trabalhando, reorganizando um pequeno núcleo. Nessa época, antes da prisão do pessoal na Argentina, eu fui a Buenos Aires conversar com o Flávio [Koutzii], e a gente começava a recuperar algumas coisas também do que tinha sido a relação com a Internacional[20], o que foi a experiência lá no Chile... Porque, em 1973, com o golpe do Chile, todo mundo teve que sair de lá e dessa experiência do POC sobrou muito pouca coisa. E quando ele começa a se reorganizar, em 1973, são outras pessoas. Mas as referências teóricas, programáticas, principalmente para nós aqui, no Rio de Grande do Sul, ainda estavam muito marcadas por isso. De certa forma eu fui um pouco a memória, o fio condutor desse processo, um pouco pela experiência vivida, outro pouco pela idade. Tinha outras pessoas que militaram em 1966, 1967, 1968 e que ajudaram a reconstruir esse período de 1973, 1974, 1975; mas nem todos ficaram. Continuaram militando, são eleitores do PT; mas se dedicaram mais à vida profissional, se enfiaram de cabeça na universidade.



Raul é indicado ao Senado na Convenção realizada em abril de 1982.

Em Campinas, tu tiveste contato com o pessoal de Minas também?

Exato. Esse contato começou a se dar com o João Antonio, com o Maurício Borges, que estavam na Unicamp fazendo pós-graduação em economia. O pessoal da Nova Proposta, que depois passou a se chamar Peleia[21], aqui no Rio Grande do Sul, tinha contato (eu já não estava mais no movimento estudantil, não é?) com o Centelha[22], que era uma corrente estudantil em Minas, e as pessoas começaram a ver que tinham muita identidade, que pensavam muito parecido, atuavam na UNE e nos encontros setoriais. Esse pessoal de Minas Gerais trabalhava no jornal *Movimento*[23]. O *Opinião*[24] foi o primeiro jornal, no finzinho de 1972, a começar uma imprensa alternativa no Brasil. Logo depois, o Raimundo Pereira saiu do *Opinião* e formou o *Movimento*. Mas o *Movimento* era muito influenciado pela linha política do PCdoB. Sua proposta não desgarrava das alianças com os "autênticos" (a corrente popular do MDB) e mantinha uma visão de aliança com setores democráticos da burguesia e alguns nacionalistas dentro das forças armadas. Mesmo assim, o *Movimento* tinha uma boa implantação de sucursais nas principais capitais, o que lhe dava um caráter nacional. Algumas dessas sucursais tinham grupos um pouco diferentes. Quando houve uma ruptura do *Movimento* é que surgiu a idéia de formar um novo jornal com caráter mais abertamente socialista, com um caráter mais propagandista, defendendo uma postura mais classista contra o regime e contra o capitalismo. Isso foi no segundo semestre de 1977. A sucursal de Minas e a sucursal de São Paulo foram mais ou menos chaves para isso. Em São Paulo tinha o Bernardo Kucinski, a Maria Rita Kehl, o Chico de Oliveira, quer dizer, era um grupo heterogêneo. E junto entrava o pessoal do Centelha, o João Batista Mares Guia, o Flávio Andrade, a Virgínia Pinheiro, o Juarez Guimarães, o Robinson Ayres, o Aluísio Marques, o Virgílio Guimarães, a Sandra Starling, enfim, essa mineirada toda... Mas o *Movimento* não tinha sucursal aqui no Rio Grande do Sul. Quando surgiu a idéia, os mineiros entraram em contato conosco e convidaram para que o nosso grupo aqui entrasse no projeto. Nós tínhamos um pequeno grupo mas a idéia era fazer um projeto bem mais amplo, então a gente convidou todo mundo que era de esquerda aqui... O Araújo e a Dilma já estavam soltos, participaram de várias reuniões, jornalistas independentes, deputados do MDB, o César Schirmer, o Porfírio Peixoto. Eu tenho a lista de uns 150 sócios da sucursal aqui, quando começou o *Em Tempo*. Foi muito fruto do trabalho que o Zezinho [José Carlos de Oliveira] fazia. O Zezinho era impossível, ele trabalhava na Assembléia, então, ele vivia contatando jornalista.

E naquele momento havia um grande *frentão* no MDB, uma grande frente antiditadura, anti-regime militar. O MDB gaúcho abria espaço para a luta antiditadura, mas isso não eliminava suas contradições internas. Aí é que nós atuávamos e ocupávamos um espaço próprio e mais a esquerda. Eu, desde 1976, estava na Unisinos [Universidade do Vale do Rio dos Sinos] como professor e passei a militar também no movimento dos docentes e no Sinpro, o Sindicato dos Professores da rede privada.

E vocês organizaram a Tendência Socialista...

É. A partir desse grupo original, que na universidade se chamava Nova Proposta, a gente começou a trabalhar no setor jovem do MDB e no Iepes. Nós tínhamos um grupo clandestino. Ele era ampliado por uma franja grande, na qual nem todo mundo sabia que nós tínhamos um grupo que atuava com mais rigor. E havia uma identidade de comportamento político, mas que começou a ficar muito apertada porque nós já não tínhamos mais idade para estar no setor jovem e o Iepes era um instituto de estudos. Até então a gente defendia o voto nulo, de denúncia da ditadura. Mas na eleição de 1974, aqui no Rio Grande do Sul e no resto do Brasil, o MDB deu uma surra na Arena. Ou melhor, o povo deu. Não foi por merecimento do MDB. O povo votou contra a Arena; e descarregou os votos na oposição. E nós fizemos uma longa discussão fruto dessa nova conjuntura. Em 1976 ia ter eleição para vereador, em 1978 para deputado. Havia uma resistência muito grande a participar das eleições dentro da esquerda. Mas avaliamos que trabalhando no Iepes, no setor jovem, tínhamos que ocupar um espaço parlamentar, ao mesmo tempo em que se fazia movimento sindical, que se disputava centro acadêmico etc. E como já tínhamos gente trabalhando na assessoria com deputados, principalmente com o Porfírio Peixoto, tínhamos um bom contato com Américo Coppeti, que foi um dos que se elegeu em 1974, vimos que a gente já tinha espaço até para lançar uma candidatura. Nessa época, o pessoal de Santa Maria, o Tarso Genro, o Estilac Xavier, o Marcos Rolim, que tinha passado pelo PCdoB, estava começando a organizar o PRC [Partido Revolucionário Comunista]; e eles também botaram um pé em Porto Alegre. Começaram um jornal aqui, o *Informação*[25], que era uma tentativa de imprensa alternativa local, regional. Mas era muito difícil, financeiramente era quase inviável. E como não tinha aqui uma sucursal do *Movimento*, quando nós começamos o *Em Tempo*, que era uma frente jornalística, a gente foi chamando todo mundo que quisesse. Nem todo mundo veio. A Libelu deu uma espiada, ficou um tempo, caiu fora. Porque a frente jornalística do *Em Tempo* era muito ampla, não é? No Rio de Janeiro era uma coisa, na Bahia era outra, no resto do Nordeste era outra... Mas nós nos engajamos nesse projeto, vendo que era importantíssimo para recuperar um contato nacional e para sair do umbigo, deixar de ver o mundo por Porto Alegre.

E como foi essa experiência de construção do jornal?

As divergências e a responsabilidade de encarar o projeto eram muito diferenciadas. Em resumo: todo mundo queria dar a linha política e ninguém queria pagar o jornal. Pernambuco, por exemplo, era fogo... Os caras não pagavam o jornal que ia para lá. Nem o frete. Ainda queriam dinheiro para pagar funcionário... O que nos aproximou dos mineiros, tanto da parte que ficou em Minas quanto da outra que veio para São Paulo, era a seriedade com o projeto. O coitado do Bernardo Kucinski não agüentou. O Bernardo era o editor. Imagina, um jornalista competente no meio daquele bando de loucos, não é? [ri]. Era um inferno fazer o jornal. Saía uma matéria sobre cultura, uma sucursal mandava um manifesto contra a matéria, dizendo que estava politicamente incorreta, que a linha estava errada, não sei o que. Cada assunto era uma polêmica, era um trauma. E eu ia quase que duas vezes por mês para a reunião editorial, de ônibus, porque ninguém tinha dinheiro. Eu já não agüentava mais essa estrada para São Paulo. Já tinha ficado escolado do tempo da UNE, de subir e descer de ônibus, 18, 20 horas de viagem. Nessa época já tinha a BR-101, mas antes era a BR-116, que ia por Caxias, subia essa serra de ônibus, pô! Chegar em São Paulo era uma tortura. Quando eu comecei a coordenar a sucursal do *Em Tempo*, já era professor da Unisinos. Concentrei minhas aulas de segunda a quarta, para me dedicar ao jornal quinta e sexta. E nós montamos um sistema de distribuição em bancas, diretamente, coletavávamos o dinheiro. Tínhamos uma

equipe que saía de sacolinha... Chegamos a botar o jornal aqui em 80, 90 bancas, na Região Metropolitana. Começou a crescer o número de assinantes. O jornal, aqui, passou a ser um instrumento organizador e aglutinador mesmo. E a cada semana era um rolo, porque a polícia pegava o jornal. Aquele famoso número 17, com o listão dos torturadores, a polícia tirava das bancas, nós botávamos de volta[26]. Bateram na sucursal, nós já tínhamos tirado a sobra do jornal de lá, e fizemos uma segunda edição [ri]. Tivemos a solidariedade do MDB, o [Pedro] Simon foi na sucursal depois que ela foi invadida, em defesa da liberdade de imprensa.

A TENDÊNCIA SOCIALISTA DO MDB, A ORM-DS E A FUNDAÇÃO DO PT

Foi nesse período que começou a organização da Tendência Socialista?

Sim. Foi nessa época que a gente viu que tinha que ter uma tendência no MDB, e começamos a filiar gente. Mas eles sacaneavam muito a gente. Os caras "perderam" a minha ficha, não mandaram para o TRE [Tribunal Regional Eleitoral]. Aconteceu a mesma coisa com outros possíveis candidatos ou dirigentes. Quando tu ia ver, na época da eleição, não estava filiado. Mas mesmo assim a gente tinha trânsito livre no MDB. Organizamos uma chapa para disputar o diretório municipal aqui de Porto Alegre, junto com os brizolistas, com independentes, contra a linha oficial do Simon, do João Satte. O pessoal do Brizola, aqui, estava se reorganizando, a idéia era de o Brizola voltar assim que saísse a anistia etc. A gente fez uma briga muito bonita aqui, pela liberdade da Flávia Schilling e do Flávio Koutzii, que ficaram vários anos presos no Uruguai e na Argentina. E em 1976 a gente fez a campanha do Marcos Klasmann, que foi nossa primeira experiência eleitoral. Ele não era do nosso grupo, mas trabalhava junto conosco. Era dirigente do setor jovem estadual do MDB. Nós e a turma do *Informação*, essa turma de Santa Maria que estava vindo para cá, lançamos a candidatura dele, numa campanha em que cada panfletagem era uma prisão. Fizemos um panfletão que se chamava "Vote contra o Governo". Isso, hoje, é uma bobagem...[ri]. Mas, naquela época, era rolo certo com a polícia... O Adão Villaverde fez recentemente uma homenagem na Assembléia Legislativa ao Klassmann e reviveu toda a história. O Glênio Peres fez um discurso logo depois da eleição e foi cassado. E Klasmann fez um discurso de solidariedade ao Glênio e foi cassado também. Com isso, só o vereador Bagé [Antônio Cândido Ferreira] ficou no campo mais à esquerda na Câmara de Vereadores de Porto Alegre... O Bagé era um engraxate da praça da Alfândega, eleito pelo MDB. Era um cara que trabalhava conosco nessa ala mais à esquerda, disputando o Diretório Municipal. Ele se elegeu um pouco pelo folclore, era o anticandidato, mas conseguiu uma votação grande; e fez um bom trabalho. Foi um dos fundadores do PT. Quando o PT nasceu, ele veio para o PT.

E vocês participaram dos processos eleitorais do período?

Em 1978, a gente fez campanha e elegeu o Américo Copetti deputado estadual, já pela Tendência Socialista. No gabinete dele, a gente tinha o apoio, e mantínhamos um trabalho no Iepes. E com o *Em Tempo*, passamos a ter uma política de ligação nacional, nos engajamos na luta por uma linha editorial em defesa do PT como projeto. E fizemos aqui uma convenção da Tendência Socialista do MDB e decidimos, em bloco, ir para o Movimento Pró-PT. O único que não veio foi o Copetti. Ele foi para o PDT. A Tendência Socialista veio em bloco, o setor jovem da universidade – aí já não era mais Nova Proposta, já era Peleia o nome da corrente estudantil. No PT a gente encontrou a turma dos sindicalistas, do Olívio, da Geci Prates, do Clóvis Ilgenfritz, do Paulo Abdala, enfim, um conjunto de sindicalistas, da alimentação, dos bancários, do magistério, da construção civil, que começam também a discutir a questão de um partido de trabalhadores... Já estava aberto o debate sobre a reorganização partidária. O PCB, o PCdoB defendiam ficar no MDB mais um tempo.

A própria turma de Santa Maria defendeu durante um bom tempo que era melhor ficar na tendência popular do MDB. Aí, nós tínhamos uma divergência. A sucursal do *Em Tempo* já tinha mudado muito, já era menor, mas muito mais coesa, já era um grupo muito identificado com a gente. No resto do país as sucursais do Norte e do Nordeste praticamente sumiram... A maioria queria fechar o jornal, e no fim a minoria assumiu o jornal, com o que havia em São Paulo, no Rio, em Minas e no Rio Grande do Sul. Aí começou uma outra etapa do *Em Tempo*... E, um pouco antes da criação do PT, nós formalizamos uma identidade política, que era a ORM-DS, um grupo que se expressava através do jornal, que possuía vida orgânica própria mas estava totalmente comprometido com o projeto do PT como partido.

A filiação mesmo, a formalização da DS [Democracia Socialista] como organização é de quando?

Como grupo, nos organizamos em 1978.

E do ponto de vista programático, quem fazia essa ponte internacional, essa relação com o Secretariado da IV Internacional?

O pessoal de Minas tinha uma relação com o trotskismo muito pela leitura do Ernest Mandel, que era uma referência para os economistas, tinha uma referência orgânica menor do que a nossa, que também era muito frágil... Porque a nossa turma que saiu lá por 1970 para a França teve contato, mas não era regular, orgânico.

Mas acabou ficando uma referência...

É. Nós começamos a ter uma aproximação. Na época do movimento estudantil, antes mesmo das prisões, nós publicamos os livros do Daniel Bensaïd, do Henri Weber, sobre o maio francês, o "ensaio geral", em mimeógrafo [ri]. Isso ainda no período anterior à formalização de um contato. Publicamos várias coisas do italiano Livio Maitan. O Daniel Bensaïd esteve aqui no Brasil, veio a Porto Alegre, fizemos uma reunião etc. Um pouco depois, já em 1983, 1984, teve uma primeira vinda do [Ernest] Mandel aqui. Mas em 1978, 1979, tanto os mineiros como nós tínhamos uma referência mais forte. Principalmente o João Machado, o José Corrêa Leite, a turma que estava em São Paulo, passou a ter uma relação mais orgânica, mais sistemática, que não era individual, era decidida coletivamente. Nos estados, a relação era menor. Porque aí, na formação da DS, via o *Em Tempo*, nós fomos aglutinando gente que vinha de uma ruptura com a Convergência [Socialista], outros que vieram da experiência do *Movimento* e mantiveram, depois, essa linha de construir o PT. Essa trajetória já está mais documentada. Mas o que mais importa para nós nesse momento é por que a gente adotou com tanta certeza a questão do PT. Não foi uma idéia do PT como uma coisa episódica, que nós entramos hoje e saímos amanhã, maiores do que entramos. Ou aquela discussão toda de correntes, que vieram para o PT na origem, sempre de olho na possibilidade de hegemonizar o processo e tomar conta do partido. As visões eram variadas: a APML [Ação Popular Marxista Leninista], o PCBR [Partido Comunista Brasileiro Revolucionário], cada grupo desses tinha uma visão sobre o PT. Para uns, o PT era tático, para outros, era uma frente eleitoral. Nós sempre defendemos que o PT fosse organizado como um partido mesmo. Era a grande oportunidade de a gente ter um partido de massas, um partido de base sindical. Do nosso ponto de vista, pela primeira vez estava se concretizando o sonho da velha Polop, o sonho do POC, o sonho dos anos 1960.

Só que com uma base social real...

Isso. Porque, naquela época, a gente queria isso mas não tinha trabalhador, não tinha operário, nem massa. Uma repressão ferrada, uma classe operária menor, os sindicatos com pelegos. Precisou ter a reconstrução de um sindicalismo moderno, combativo, que vai dar origem depois à CUT, a luta dos movimentos sindicais do setor público, que desaguou naquela vaga enorme por direito a organização sindical. Esse processo era riquíssimo. Então, a gente dizia: "Olha, o PT é o partido que nós sonhávamos, o partido pelo qual nós sempre lutamos, é um partido de trabalhadores, então não tem que estar fora. Não precisamos brigar

pela linha completa hoje, amanhã. Isso é um processo. O importante é que ele seja de trabalhadores, que ele seja classista. O nosso papel aqui é brigar para ele ter democracia interna, ser anticapitalista, ser defensor de um socialismo democrático". Era aquilo que o Lula repetia: "Não é nem a burocracia soviética, nem o maoísmo, nem a social democracia traidora. É outra coisa. Qual é eu não sei, as bases estão discutindo". Portanto, a gente sempre teve uma visão estratégica de construção do PT como um partido. Por isso a briga para ele ter direito de tendência, representação proporcional, incorporar as lutas raciais, de gênero, a briga pelos 30% de representação das mulheres na direção. Toda aquela disputa que teve no início do PT, se o PT era de massas ou de quadros, foi uma discussão completamente falaciosa. Servia muito mais para escantear a esquerda. É evidente que se tu queres um partido baseado em núcleos, baseado nos movimentos sociais, baseado no militância, ele vai ser de massas. Ninguém pensava um partido de quadros como era a tradição do PCB, que não era dado nem pelo leninismo nem por nada, era fruto da clandestinidade. A noção do partido de quadros bolchevique nunca foi contraditória com a do partido de massas, um partido de milhares, de milhões... Mas no Brasil ela entrou atravessada pela experiência da clandestinidade, pela experiência do PCB, pelo rechaço que os sindicalistas tinham de organização partidária, por forte influência ideológica das elites. Então, quem queria discussão política, quem queria formação, quem queria os núcleos era defensor de um partido de quadros? Não. Tinha que ser necessariamente de massas. Não tem como, num país com 200 milhões de habitantes, não ter um partido grande. Essas discussões muito tergiversadas foram debates falsos, para justificar exclusões. As grandes virtudes da organização do PT eram a sua democracia interna, a sua abertura, sem estreiteza, não sectária, não dogmática, de aceitar no seu interior correntes que vinham da igreja, correntes de todo tipo, que queriam lutar contra a ditadura. São essas coisas que singularizaram o Partido dos Trabalhadores. Você não encontra nenhuma outra experiência no mundo que tenha esta riqueza. Estabeleceu um outro paradigma de organização de um partido de esquerda. Por isso nós nos engajamos desde o início na formação do PT, na sua construção como partido. Mas nunca abdicamos de ter um núcleo, uma corrente que pense mais no futuro, que pense aquilo que o partido não está pensando, que toma a iniciativa de lutas que o partido pode esquecer... A gente tem a pretensão de ser uma corrente que quer manter uma memória, quer manter princípios; mas, simultaneamente, está aberta a toda diversidade, à pluralidade dos problemas que estão colocados e que achamos que um partido deve responder. Jamais passou pela cabeça do Partido Comunista tratar dos temas ambientais, dos temas de orientação sexual. Isso era um tabu. Não era um problema da política, era um problema pessoal. A dimensão política disso foi a experiência do PT que passou a dar. E eu acho que aí é que reside a grande riqueza do partido, não é?

Raul, hoje em dia, todo mundo sabe que o PT é um partido forte aqui no Rio Grande do Sul. Mesmo quando é derrotado mantém percentuais altos de votação. Mas nos teus textos, nas avaliações da própria eleição de 1982, se apontava muito a dificuldade de construir o PT num estado em que o PMDB era forte, o PDT também estava retomando uma tradição muito forte... Como foi construir o PT nesse cenário partidário do Rio Grande do Sul?

Eu acho que aqui o PT nasceu sólido. Ele nasceu de uma origem que não é muito diferente do que aconteceu no resto do Brasil: do movimento sindical, da esquerda que vinha da universidade, da clandestinidade, dos movimentos de igreja, ele teve uma capacidade de aglutinar todo mundo. Mas é o único estado, que eu saiba, em que o direito de representação proporcional na Executiva foi respeitado desde a Comissão Provisória. Nos demais, quem ganhava o diretório levava tudo. E isso fez com que vários estados afastassem muita gente durante um longo período, porque eles reproduziam um estilo muito monolítico nas suas direções e até mais sectário do que outras experiências. No plano nacional, só no I Congresso, em 1991, a gente conseguiu estabelecer no estatuto, uma democracia plena, também nas Executivas. Outro fato importante é que o PT aqui, diferentemente de outros lugares, nunca subordinou a sua construção a alianças eleitorais ou alianças pragmáticas, que num primeiro momento poderiam aparecer como favoráveis mas que, depois, se revelavam tragédias. A primeira eleição nós disputamos em 1982, o Olívio candidato a governador, eu a senador, nós não tínhamos

a mínima chance: voto vinculado, não tínhamos um tostão. Mesmo dentro da esquerda, a tendência popular do MDB e os PCs (PCB e PCdoB) eram contrários à candidatura própria, defendiam que nós tínhamos que garantir a vitória do Simon. Ora, aqui no Rio Grande do Sul a candidatura do Simon já não era aquele bipartidarismo Arena e MDB ou PMDB e PDS. O PDT já se construía como alternativa, o [Alceu] Collares foi candidato, o PTB se organizava aqui também. Então, o que é que a gente dizia? Mesmo não tendo segundo turno, não é uma conjuntura de escolher o menos ruim, é uma conjuntura em que você tem que mostrar o seu projeto político. O PT, nacionalmente, apareceu como alternativa ao PDT. Para ser coerente, e não aceitar virar rabo de pandorga dos outros. Porque se nós nos enganchamos, como a esquerda – PCB e PCdoB – sempre fez, no velho PTB ou, depois, durante a ditadura, no MDB, nós vamos deixar de ganhar espaço, vamos deixar de polarizar, vamos deixar de mostrar que nós somos necessários. Essa tese foi amplamente majoritária aqui entre nós. Então, foi muito natural que nós não aceitássemos aliança, nem apoiar ninguém. Nós botamos o bloco na rua. Mesmo com a derrota em 1982, nas eleições "solteiras" em 1985, para as [prefeituras das] capitais e áreas de segurança [nacional], nós não vacilamos nada e já tivemos um resultado eleitoral importante.

O CRESCIMENTO DO PT, A CONQUISTA DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE E DO GOVERNO ESTADUAL

E aí, em 1985, tu foste o candidato a prefeito e tiveste uma votação expressiva...

Nós tínhamos feito 3% dos votos em 1982. Claro que se não fosse o voto vinculado, nós teríamos feito muito mais. Em todo o estado, nós elegemos um vereador em Porto Alegre, que foi o Antonio Hohlfeldt, que depois saiu para o PSDB. Mas em 1985, em Porto Alegre, nós pulamos para 11,5%. Ganhamos já do PDS, que estava com a prefeitura e o governo do estado. Você imagina. Fizemos 70 mil votos. Isto foi um choque, foi a grande surpresa. O Collares ganhar a eleição já estava previsto, ele era o favorito. Mas nós éramos mais cumprimentados nos lugares de votação e de apuração que eu percorri do que o vencedor. Por quê? Bom, nós derrotamos o PTB, que ficou em último, e o PDS, que era o partido da ditadura. No ano seguinte elegemos quatro deputados estaduais e dois federais. E em 1988 já elegemos o Olívio prefeito. Então, num curto espaço de tempo, a gente teve vitórias eleitorais que demonstraram esta vocação do PT de disputar o poder, de se apresentar, não ser meramente calculista, pragmático, não se contentar só com uma secretaria, meia dúzia de cargos, mas que ele veio para ficar, para crescer. Eu acho que isso se enraizou muito fortemente. Nas convenções aqui apareciam teses de coalizão, mas essa tese nunca prosperava, nunca era majoritária. Então eu acho que essa posição estratégica de construção do partido da unidade, na diversidade, no pluralismo, fez com que a gente não perdesse ninguém; a gente só crescia. Nós não tínhamos defecções por luta interna, porque o cara podia perder, mas ele não podia reclamar de que não teve possibilidade de defender a sua posição.

Pelo contrário, foi até agregando mais gente, do próprio PDT...

Claro. A cada crise do PDT nós puxávamos um pedaço, porque as pessoas viam que não tinha monolitismo, não tinha hegemonismo. Aqui, o Olívio foi presidente do partido, eu fui presidente, fui secretário, fui tesoureiro. As convenções não tinham aquele monolitismo que marcou São Paulo, que marcou o Rio de Janeiro, que sufocavam o partido, que, em nome da unidade, da coesão, expulsavam gente. Talvez a história republicana aqui, em média, seja um pouco mais marcante do que em outros estados. Mas o que acontece é que a gente disputou o nosso espaço e não abdicamos mais dele. E também não paramos de crescer. Mesmo agora, mesmo quando perdemos a capital, nós não tivemos uma derrota fragorosa, fomos a 48% dos votos.

Em 2006 perdemos a eleição com 46% dos votos, no segundo turno, apesar de toda a crise e o desgaste que o partido vivia com o "mensalão" de 2005 e o "dossiê" em 2006.

Como é que foi essa primeira experiência parlamentar, depois de 1986?

É. Tanto eu como o Adão Pretto, como o Selvino Heck, como o José Fortunati, que fomos os deputados estaduais eleitos pelo PT do Rio Grande do Sul em 1986, nós nunca tínhamos passado por isso. Ninguém tinha sido vereador. Viemos direto para a Assembléia Legislativa. Como, em Brasília, o Paim e o Olívio[27], quer dizer, saíram da luta sindical direto para a Câmara Federal. A gente entrou rachando, comprando briga com todo mundo, ficamos meses numa queda de braço, sem a nossa assessoria receber, porque nós não aceitávamos o acordo que eles tinham montado, de criar novos cargos, pela nossa chegada, sem redistribuir os que existiam antes. Nós dizíamos: "Olha, se quatro saíram e quatro entraram, nós queremos a assessoria dos quatro. Não vão criar mais assessoria. Nós não queremos ser sócios do Fundo Estadual de Previdência Parlamentar (Feppa). Essa aposentadoria é um privilégio, é uma vergonha". Eles diziam: "mas é obrigatório, é público, é compulsório". Os caras descontavam, nós denunciávamos, brigávamos. Fizemos eleição para chefia dos departamentos aqui dentro. Exigíamos que a mesa [diretora] fosse plural, pois não era. A Arena ganhava, levava tudo. O MDB ganhava, levava tudo. Nós dissemos, olha, isso acabou. Aqui tem agora pluripartidarismo: todos têm que ser respeitados. Até hoje nós nunca conseguimos ter a presidência. Já faz três mandatos que nós somos a bancada majoritária, mas eles nunca nos deram a presidência. Por voto, eles acabam rateando entre si os cargos da mesa diretora. Cada vez com menos legitimidade para fazer isso. Agora, finalmente, eles vieram para negociar, para a gente poder ter a presidência por um ano, nesse mandato que vem (2007). Mas eu fui da mesa. Era um dos secretários. O que nós aprontamos naquela mesa! Começamos a combater privilégio, a combater aposentadoria especial, a combater verba de assistência, a não receber coisas que nós achávamos que não deveríamos receber, devolver verbas. Então, isso foi criando uma boa imagem, não é? E brigamos por projetos que não tinham a mínima chance de ser aprovados, mas a gente fazia propaganda, agitação, disputa política... Isso nos permitiu um debate programático muito grande... Foi um parto. Porque eram quatro pessoas para estar em todas as comissões temáticas, capitaneando e puxando a discussão. Aquele mandato (1987-1990) foi Constituinte. Conseguimos colocar na Constituição Estadual coisas inovadoras como o direito de associação para a Polícia Militar. Foi uma guerra, ninguém queria, dizendo que era proibida a sindicalização. Aí tiramos o nome de sindicato, botamos associação profissional. Brigamos por critérios diferentes para discutir e votar a lei orçamentária. Criamos a emenda popular ao orçamento, assinada por duas entidades populares ou 500 eleitores. Quer dizer, mudamos um monte de coisa aqui na casa[28]. Travamos uma guerra sem quartel contra os privilégios, que não acabou no primeiro ano, nem no segundo. Nós levamos dez, quinze, vinte anos para fazer mudar. E isso sempre deu um perfil muito diferente para o partido. Todo mundo, mesmo quem não votava na gente, dizia: "Não, o PT é diferente, o PT é íntegro"... Esta imagem foi agora brutalmente bombardeada, prejudicada pelo comportamento de alguns dirigentes e pelos resultados do "mensalão", dessa desgraça de compra do dossiê contra os tucanos...

No total, como deputado estadual, quantos mandatos tu tiveste?

O primeiro foi de 1987-1990. Eu fui para Brasília em 1991, me elegi deputado federal em 1990, e renunciei no finzinho de 1992, para disputar a prefeitura como vice do Tarso. Fui candidato ao Senado em 1994. Era vice-prefeito, me licenciei para disputar na chapa com o Olívio. Foi uma votação muito boa, eu fiz quase 900 mil votos, sem dinheiro, sem campanha. Uma campanha que nem o [Miguel] Rosseto viveu agora. Se não tivesse o dossiê e ele tivesse um pouco mais de recursos, as chances do Rosseto seriam muito grandes. Em 1994 o mais votado fez 1 milhão e 300 mil, o segundo fez 1 milhão e 200 mil, o outro, 1 milhão e 100, e eu fiz 850 mil votos. A diferença foi muito pequena, para um campanha estadual e majoritária. Nós lançamos dois candidatos, eu e o [Fúlvio] Petraco, do PSB. O PTB tinha negociado com os outros partidos e lançado só uma candidatura, para favorecer o voto nos candidatos que teriam, teoricamente, mais chance, que eram

o José Fogaça e o César Schirmer, do PMDB. Acabou ganhando o Fogaça, mas o Schirmer foi ultrapassado porque eles, para prejudicar a candidatura do PT, em várias regiões, fizeram dobradinhas com a Emília [Fernandes]. Como eu e o Petraco fizemos sempre a campanha juntos, nós fomos meio parelhos. Mas nós tínhamos muita dificuldade de captar eleitores que não fossem fiéis ao PT, ao PSB, à Frente Popular.

E como vice-prefeito, tu assumiste a Secretaria de Governo também.

É. Uma tradição mantida durante os quatro mandatos. Há duas tradições muito fortes. A primeira é de que o governo sempre foi composto pelo partido. Seria importante o PT do resto do Brasil aprender que isso é positivo, que dá mais resultado do que ficar montando governo só na cabeça do governador, do prefeito, do presidente da República. Não é demérito aos executivos, é garantir que o partido se comprometa muito mais com o governo, tenha critérios mais objetivos para selecionar, do que aquele constrangimento muito pessoal, que acaba havendo, entre o Executivo que vai nomear e o cara escolhido. A nossa experiência aqui sempre foi bem mais democrática, mais ampla, mais aberta. Uma comissão eleita, representativa do diretório, é que conduzia isso. No primeiro mandato chegou a ter um ou dois vetos no conjunto do secretariado, nos outros, no governo do Tarso e no meu, não teve. Eu não vetei, o Tarso não vetou. Acatamos o secretariado montado pela comissão do partido, do qual a gente participava, nós tínhamos também assento, direto ou através de um representante. Essa experiência foi muito rica também. Foi uma experiência que marcou muito o PT aqui do Rio Grande do Sul, nesse período mais recente...

E a outra foi essa coisa da Secretaria de Governo, do vice ter um papel mais direto no governo?

É. A Secretaria de Governo, em todos os mandatos, ficava com o vice, para ser uma espécie de coordenador das secretarias. No mínimo um ou dois fóruns de secretarias são coordenados pelo vice-prefeito. O prefeito controlava ou acompanhava mais obras, serviços, a parte mais interna de governo: Fazenda, a Secretaria de Obras, a Coordenação das Relações com a Comunidade. A construção da consulta para fazer o OP [Orçamento Participativo], essas coisas ficavam sempre mais no gabinete do prefeito. Tinha um fórum de serviço em que o prefeito também participava. E o vice, secretário de Governo, coordenava todos os fóruns das políticas sociais.

E em 1996 é que tu ganhaste a eleição para prefeito.

Fiquei de 1997 até 2000. Depois, o Tarso voltou para o mandato 2001-2004. Foi candidato de novo na prévia estadual de 2002, ganhou a prévia[29], e o João Verle assumiu no segundo ano de governo.

Do teu mandato como prefeito, o que poderia ser destacado? Qual seria a cara da tua gestão?

Acho que foi o grande crescimento e consolidação do Orçamento Participativo. Porque nós organizamos as Plenárias Temáticas no terceiro ano do governo do Tarso, quando eu era vice. Então, essa experiência estava começando. O meu governo ajudou a ampliar o número de pessoas participando, deu outra riqueza ao Conselho Popular do Orçamento Participativo, porque trazia as opiniões setoriais, transversais para o debate regional, geográfico, das demandas. Acho que foi uma experiência muito boa. Ampliamos muito a relação com os conselhos municipais de Saúde, da Criança e Adolescente, de Educação. Alguns deles organizavam dezenas, centenas de entidades em fóruns setoriais. Isso nos deu muito respaldo, muita legitimidade. Até porque nós nunca tivemos maioria na Câmara, nós sempre governamos em minoria, e nunca tivemos conciliação entre a Câmara e o governo, ou espaço para eleger um presidente neutro. Sempre foi linha muito dura. O meu foi, também, dos nossos governos, aquele que teve a maior capacidade de investimento. O bonde estava andando bem com o Tarso, porque nós pegamos já a reforma tributária que o Olívio conseguiu fazer, que melhorou muito as finanças do município, e nós só aceleramos o ritmo. No meu mandato culminou também um período de grandes financiamentos, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para fazer a Terceira Perimetral[30], para projetar outras obras grandes que a cidade precisa, principalmente no saneamento. Aumentou o volume de pavimentação, de obras na área de

habitação popular, o número de creches conveniadas aumentou sensivelmente... Continuamos, nos quatro anos, o reajuste bimestral da inflação pelo IGP [Índice Geral de Preços] para os servidores. Agora, no último mandato, é que começou a ter alguns problemas financeiros, a queda da produção do estado diminuiu brutalmente o ICMS. Enfim, tivemos muitos problemas, nesses últimos anos... Mas, em obras e serviços, o quarto mandato também foi bom. Nós não perdemos por que faltou obra[31]. Perdemos pelos erros políticos que cometemos na campanha, a renúncia do Tarso [à prefeitura em 2002], uma dificuldade muito grande em conseguir aliados. O peso do desalento e da frustração com os primeiros anos do governo Lula foi muito grande.

REFLEXÕES SOBRE AS DERROTAS ELEITORAIS E A CRISE DO PT

Quais foram as questões que tiveram maior impacto na eleição de 2004 em Porto Alegre?

A questão da previdência com o sindicalismo do setor público, por exemplo. Enfrentamos o segundo turno em plena greve dos bancários, que atingiu, em especial, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e o Banrisul (Banco do Estado do Rio Grande do Sul), retirando militância da campanha e causando desgaste com a categoria. O bloco governista, no estado, defensor do *status quo* de centro-direita, se unificou com o Fogaça: as federações empresariais, a mídia... Era muito difícil. Fomos os mais votados no primeiro turno, mas no segundo esse blocão fez pesar a sua máquina. Também usaram muito a tese do rodízio... A campanha oportunista do Fogaça, de que "o que é bom fica, o que é ruim vai melhorar", era repetida *ad nauseum* diariamente, com a conivência da imprensa. Nós tentávamos, quando havia um debate, e no nosso programa de campanha, mostrar que aquilo ali era mentira, pura falsidade ideológica. Como é possível que eles vão manter o OP quando não praticam em nenhum município que governam? Estão no governo do estado e não fazem. Mas nós não conseguíamos audiência para isso. A imprensa apresentava a candidatura Fogaça como a renovação, a mudança, "democracia é alternância de governo, de poder". Mas o erro original está na prévia em 2002, quando o candidato natural para o governo do estado era o Olívio e o Tarso disputou a prévia. A maioria da coordenação de campanha estava convencida de que a disputa era de personalidades, uma disputa com o [Antônio] Brito[32], sobre qual é o melhor governador, qual é o melhor estadista para o Rio Grande, e o que foi provado depois é que a população já estava decidida a rejeitar o Britto. O eleitor ainda não estava dizendo claramente, mas havia uma tendência. Quando ele começou a despencar, não foi o Tarso que subiu, foi o [Germano] Rigotto, correndo por fora. Mais ou menos, com outras circunstâncias, o que aconteceu com a Yeda [Crusius] agora, em 2006. Mas naquele momento, o governo era nosso. Então, a propaganda e a defesa do governo, o Tarso não fez da mesma forma que o Olívio teria feito, como responsável pelo governo. A idéia da disputa direta com o Brito foi muito pessoal, isso antagonizou também o Tarso, com uma ampla faixa do eleitorado. Os debates eram pouco programáticos. E o Brito já estava mal. Era o primeirão; mas estacionado, não crescia, não crescia. Quando despencou foi ladeira abaixo. E aí o discurso do Rigotto encaixava como uma luva, porque ele dizia que era o governador da paz, da unidade do Rio Grande, para sair da crise; chega de radicalismo do Brito, chega de radicalismo dos xiitas do PT. Ele dizia "Não tenho nada a ver com o Brito das privatizações; chega de guerra, chega de mandar a Ford embora"[33]. Era o ponto de equilíbrio do senso comum da população.

Raul, só para a gente encerrar, eu queria te perguntar sobre o teu papel diante dessa crise nacional do partido e do governo Lula. A tua candidatura à presidência do PT Nacional, no Processo de Eleições Diretas (PED) em 2005, a ida para o segundo turno; e, depois, o fato de assumir a Secretaria Geral do Diretório Nacional. Quer dizer, ocupar uma posição que em qualquer momento seria fundamental, mas que é particularmente estratégica quando o partido tem que enfrentar essa situação toda.

Nós avaliamos que era importante a recuperação do partido no PED porque era, talvez, uma das últimas coisas que nós tínhamos para dar uma resposta à altura da crise e das críticas que sofríamos da mídia. Já tínhamos uma disputa com o campo majoritário desde antes, mas que piorou no período do José Dirceu na presidência do PT e, principalmente, com a reforma estatutária de 2001. Eu não sou profeta, mas em 2002, quando saiu aquela política de alianças com o PL, eu escrevi um artigo, em janeiro, num debate promovido pelo Instituto Isaac Akcelrud[34] aproveitando o Fórum Social Mundial[35], em que eu dizia: "Nós vamos pagar um preço político brutal por essa política de alianças. Vamos pagar caro, politicamente e financeiramente, estas alianças com essa turma, que só se move com grana, com acordos desse tipo". *Bueno*! O "mensalão", ou os rolos do caixa dois, ou o nome que tiver, foi isto, foi a continuidade de uma política que é muito pragmática, que acha que é possível manter esta visão de que os nossos objetivos finais justificam qualquer coisa. E que como nós somos bons, puros, estamos do lado do progresso, da classe operária, do socialismo, os nossos erros e pecados serão absolvidos. Essa experiência a história política da esquerda já viveu. E mais. A reforma que foi feita no estatuto em 2001, que orientou o PED anterior, afrouxava os núcleos, afrouxava a contribuição, a sustentação material do partido, tudo isto conduzia o PT a ser um partido que dependeria cada vez mais de acordos eleitorais, das relações com a institucionalidade, com os empresários. E para nós tudo isso era um desastre, era o início do fim, de uma degeneração do partido. Bem, pagamos um preço alto. Esta crise de 2005 e, agora, o caso do dossiê dos tucanos, acho que devem ter servido de lição para o partido, da qual nós temos que tirar todas as lições. Acho que este é o momento de reflexão, de autocrítica, que o partido deve fazer.

E como tu analisas as perspectivas deste debate no interior do PT?

Nós temos uma chance, temos a oportunidade de nos reconciliarmos com uma trajetória anterior. Eu não acho que está garantido. Não tenho uma avaliação otimista. Porque, primeiro, o partido, até agora, não conseguiu punir os responsáveis. Nós não conseguimos maioria no Diretório Nacional, até hoje, para fazer o enquadramento na Comissão de Ética. Não é punição sumária. É subordinar essas pessoas a uma Comissão de Ética. Vimos que, um ano depois, algo parecido ocorre e que, de novo, há uma resistência para não investigar. Ao menos desta vez, sem tirar o direito de recurso, de ser ouvido, a Executiva fez o afastamento sumariamente. Já foi um avanço, um ganho. Mas o titubeio, a vacilação, as dúvidas, as angústias, as dificuldades que se tem na direção do partido para tomar medidas necessárias para crises desse porte revelam que há um câncer, que não foi suficiente a cirurgia, e pode ser que a radioterapia ou a quimioterapia não sejam suficientes para curar. E vai voltar. Porque as regras não se alteraram, e o sistema eleitoral lá fora conduz para isto. Se nós pegarmos agora o que foram os financiamentos privados de campanha dos candidatos do PT em alguns estados, em especial em São Paulo, nós vamos ver que não tem parâmetro... Quer dizer, um deputado declara para o TRE mais do que, noutro estado, um governador gastou em toda a campanha. É uma desproporção. Imagina o que significa isso [em termos] de desigualdade para as eleições dos candidatos que não têm esses contatos ou essas possibilidades, de bater na porta de grande empresas, ser recebido e ser financiado. Quer dizer, esse não é um problema só de esperteza ou de boas relações. Não. É um problema que liquida com a igualdade de disputa, com a chance do filiado médio, do filiado comum disputar uma eleição, ser candidato. Como é que um trabalhador, um assalariado vai ser candidato? Para ele reunir 2 milhões vai ter que vender a alma... Eu propus essa discussão no último Diretório Nacional. Se nós não temos como acabar com o financiamento privado, no mínimo nós temos que subordinar esses financiamentos privados, dentro do partido, a algum regramento extra, que não está hoje no estatuto, para equalizar minimamente esse gasto entre as candidaturas, porque senão é um massacre. Um grande número de candidatos vai lá só para ser boi de piranha, para se endividar.

Qual seria a saída?

A resposta a isso é uma obrigação do partido que nós estamos construindo também. A questão dos núcleos, de recuperar uma representação direta da base nas instâncias de poder. Isto está em aberto. Retomar

o problema da sustentação financeira, material do partido. Acabar com os inchaços, com essa coisa de carregar eleitor, para votar dentro do partido, em Kombi, em camionete, em ônibus... Nós nascemos contra isso, denunciávamos isso no velho MDB, no PTB, ou até no PDT da segunda fase. E agora, nós entramos também, então... Eu acho que isso expressa e reflete em última instância a falta de um horizonte programático, de que sociedade queremos. Se eu não almejo uma sociedade que vai ser diferente desta, eu, pragmaticamente, vou me subordinando aos valores, à ética, ao comportamento da atual. Temos que recuperar um horizonte teórico programático, como tínhamos lá no início, dizíamos: "Olha, nós somos socialistas". No meio do caminho, nós não fomos capazes de construir uma alternativa ao parlamento que está aí. Não é fechá-lo. Mas é não aceitar as regras atuais, é brigar para modificá-lo, acabar com o privilégio, acabar com as vantagens corrosivas e corruptoras que existem no parlamento. Ou nós achamos, como querem hoje alguns, que pedem isonomia com o Judiciário, que ter salário de 20 mil reais é normal, é comum na sociedade brasileira? Ter casa, comida, roupa lavada, avião à disposição, verbas de gabinete... Ora, isso tudo é desigualdade frente ao outro militante, ao outro filiado, ao cidadão comum. Se tu não combates isso, não cria mecanismos de controle interno, não fiscaliza o eleito, nós caminhamos, inapelavelmente, para a degeneração política. Nós temos um controle interno sobre os nossos da DS. O meu gabinete é administrado abertamente, transparentemente, pelo conjunto. Os recursos materiais que nós conseguimos vão para o partido, vão para a tendência, vão para o trabalho político. Agora, se não tem isso em todos, essas coisas começam a ir para o bolso do eleito. Então tu começas a criar a desigualdade. Quer dizer, esse papel clássico de cooptação, de corrupção, que tem com o parlamento burguês, ele não está derrotado, ele não está destruído, ele não foi modificado. A mesma coisa vale para o Executivo, para o Judiciário. Quer dizer, são focos e fontes brutais de privilégios. Se nós não respondemos a isso, nós estamos nos acostumando à ordem. Eu acho que esse é o grande desafio. Este mandato do Lula é um limiar; quer dizer, ou nós nos rendemos, a metade do PT vira um partido eleitoral, a outra metade cai fora ou dois terços fica, a outra parte vai embora. Eu acho impossível a gente manter por muito tempo esta postura indefinida. Não é negar os 26 anos [de história do PT]. Mas esses 26 anos, hoje, já baleados, já feridos, estão no Rubicão[36], estão fazendo o teste da verdade. Por isso a importância desse III Congresso, com esse temário – o que nós queremos mesmo para o Brasil, o que nós queremos para a sociedade. A gente tem que recuperar isso, e, a partir disso, criar novas regras estatutárias, recuperar regras que nós construímos inicialmente e abandonamos. Vamos ser muito mais ousados nos nossos governos, espichar essa cerca, empurrar a borda, o limite de mudanças além do qual nós trabalhamos hoje. Ou nós não resistiremos enquanto partido. Podem surgir um, dois partidos, fundir com outros... Quer dizer, o PT, para se manter como um partido efetivo, tem que recuperar essa definição.

Mas, na tua visão, ainda vale apena apostar no PT...

Nós, como tendência, continuamos acreditando que é possível retomarmos o leito histórico do partido e eu, particularmente, também. Mas não sou otimista de achar que isso será fácil. Acho que vai depender de muito esforço, muita luta, muita dedicação nesse próximo período. Não tenho nenhuma garantia de que seremos vitoriosos, de que isso vai acontecer. Se não acontecer será muito duro para todos nós. Eu estou há quase 30 anos na direção. Do primeiro diretório, de forma contínua, restamos eu e o Luiz Dulci. Por isso é tão difícil a situação que presenciamos. Bom, não será a primeira vez que uma força política tem uma derrota histórica grande ou que mude de rumo nos seus objetivos, não é? E aí cada um vai cuidar da sua vida, vai fazer o que acha que está certo. Acho que, como projeto, nós perdemos muito. Eu já disse isso várias vezes no Diretório Nacional. A nossa pior crise, a nossa pior derrota, não foi tanto moral ou ética, foi a perda de identidade. A perda de identidade tem a ver com o problema ético, porque isso era um dos elementos, junto com outros, que nos identificavam com a população como um projeto de futuro, mas, principalmente, com o programa, com uma estratégia, sem a qual nenhum partido revolucionário sobrevive. Rende-se à ordem estabelecida. Eu cansei de ouvir, na prefeitura, nas campanhas, as pessoas que não eram filiadas dizendo: "Ah, o PT? Não sou filiado, mas é o meu partido". Ou: "Não sou filiado, mas acredito em vocês". Aqui, é muito comum o pessoal dizer:

"O Partido PT". Então as pessoas dizem: "Não sou filiado, mas é o dos pobres, é o nosso, o meu". Então, esta identidade, nós ajudamos a construir na consciência popular de milhões de pessoas. E isso quebrou. Isso foi o pior dessa crise. Nós fomos para a vala comum. Se nós não tínhamos tantos méritos ou virtudes de não ter realizado programaticamente coisas que queríamos, nós tínhamos ainda a esperança; e do ponto de vista ético, a lisura de que éramos diferentes. Quer dizer, eu acho que a turma não tem idéia do que fez, do estrago que trouxe para o partido, o que significa essa perda de referência... Porque não tem eleitor que resista. A não ser que tu tenhas 50 anos de militância, dez cursos de formação política, 20 de marxismo, de luta de classe... Para o cidadão comum, que se identificava conosco e recebe a pecha de que é o "partido do 'mensalão'"... "Ah, tu vota no dinheiro nas cuecas?" Isso liquida, desmoraliza, cria um processo de corrosão... Porque não é qualquer cidadão que distingue o papel da mídia... O senso comum, as grandes massas, não raciocinam assim. Mas como o Lula fez 58 milhões de votos [no segundo turno das eleições de 2006], e foram votos eminentemente populares, eu acho que nem tudo está perdido. Aí reside uma potencialidade, que nos coloca uma tarefa hercúlea pela frente.

Raul, muito obrigado pelo teu depoimento.

Notas

1 Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Raul_Pont>. Acesso 15 mar. 2008.

2 A Igreja Metodista foi criada pelo reverendo John Wesley, no final do século XVIII, na Inglaterra, com a adesão de egressos da Igreja Anglicana e Presbiteriana, tendo larga difusão entre as comunidades de trabalhadores durante o período da Revolução Industrial.

3 A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi o nome comum de uma série de manifestações públicas organizadas em resposta ao comício realizado no Rio de Janeiro em 13 de março de 1964, durante o qual o presidente João Goulart anunciou seu programa de reformas de base. Congregou segmentos da classe média, temerosos do perigo comunista e favoráveis à deposição do presidente da República. Contou com o apoio ativo dos segmentos mais conservadores da Igreja Católica, assim como de entidades patrocinadas pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), principal centro de fomento e difusão da propaganda golpista no período. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_da_Fam%C3%ADlia_com_Deus_pela_Liberdade>. Acesso em 31 mar. 2008.

4 Ver nota 4 na entrevista de Antonio Candido, neste volume.

5 Referência aos seguidores do líder trotskista argentino Homero Romulo Cristalli Frasnelli (1912-–1981), conhecido pelo pseudônimo J. Posadas.

6 "Frente", no caso, refere-se a um espaço de atuação política articulado por militantes de um partido de esquerda com não-filiados que se aproximam das suas posições dentro de um determinado movimento de massas.

7 A transformação dos antigos centros acadêmicos livres em diretórios acadêmicos subordinados à estrutura das universidades foi uma imposição da ditadura militar.

8 O Ato Institucional nº 2 foi assinado pelo presidente Castelo Branco no dia 27 de outubro de 1965. A medida extinguia os partidos políticos até então existentes, substituindo-os pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), de situação, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposicionista.

9 O Cebrap é uma instituição de pesquisa acadêmica na área de ciências humanas, em que sociólogos, cientistas políticos, historiadores, filósofos, economistas, antropólogos e demógrafos desenvolvem estudos sobre a realidade brasileira. Foi um centro aglutinador de intelectuais perseguidos pelo regime militar. Disponível em <http://www.cebrap.org.br/index.asp>. Acesso em 18 mar. 2008.

10 Designação genérica do campo político em que se situam os seguidores de Fidel Castro, líder da Revolução Cubana.

11 Visão da condução do processo revolucionário a partir de pequenos focos guerrilheiros, popularizada a partir da versão sobre os acontecimentos da Revolução Cubana contida na obra *Revolução na revolução* (1967), do francês Régis Debray.

12 Guerra popular prolongada é a estratégia político-militar concebida por Mao Tsé-Tung a partir da experiência da Revolução Chinesa, que conquistou o poder em 1949. O conceito básico da Guerra Popular Prolongada é conquistar o apoio da população rural e atrair o inimigo para o interior do território, onde ele seria desgastado por uma combinação de "guerra móvel" e "guerra de guerrilha".

13 Ver nota 8 na entrevista de Manoel da Conceição, neste volume.

14 Ver nota 41 na entrevista de Hamilton Pereira.

15 Ver nota 16 na entrevista de Olívio Dutra.

16 Operação Bandeirantes (Oban): Órgão de informações, investigações e tortura criado em São Paulo em julho de 1969 para coordenadar as ações de combate às organizações de esquerda exercidas no Estado até então indistintamente pelo Exército, pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo e pela Polícia Federal. Embora sua ação não estivesse normatizada por nenhum dispositivo legal da época, a Oban era subordinada ao II Exército. Sua atuação inspirou a criação

do sistema DOI-Codi (Destacamentos de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) em todo o país. Seu mais destacado membro foi o delegado do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops) Sérgio Fernando Paranhos Fleury (1933-1979).

17 Refere-se à Ilha do Presídio, situada em meio ao lago Guaíba, em Porto Alegre.

18 Joaquim José Felizardo seria, posteriormente, o primeiro titular da Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre.

19 O Grupo Hospitalar Conceição, originalmente privado, foi federalizado nos anos 1980. Atualmente é formado pelos hospitais Conceição, Criança Conceição, Cristo Redentor e Fêmina, além de 12 postos de Saúde Comunitária.

20 Refere-se ao Secretariado Unificado da IV Internacional, dirigido pelo economista belga Ernest Mandel. Ver nota adiante, nesta mesma entrevista.

21 Termo gauchesco usado como sinônimo de luta, utilizado como nome da tendência estudantil articulada pela ORM-DS (Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista) no Rio Grande do Sul.

22 Centelha é uma tradução literal de *Iskra*, o nome do jornal do Partido Socialista Operário Russo.

23 O jornal *Movimento,* lançado foi em 1975, reuniu diversos setores políticos e da intelectualidade brasileira, e tornou-se um dos mais importantes jornais da imprensa alternativa nos anos 1970. Teve como seu principal editor o jornalista Raimundo Rodrigues Pereira Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jornal_Movimento>. Acesso 3 abr. 2008.

24 De propriedade de Fernando Gasparian, também dono da editora Paz e Terra, o jornal *Opinião* tinha como editor Raimundo Rodrigues Pereira. Após noticiar a morte do estudante Alexandre Vanucchi Leme, torturado no DOI-CODI, e a missa de sétimo dia, na Catedral da Sé, em São Paulo, o periódico passou a sofrer forte censura, mas seu processo de fechamento foi agilizado devido às divergências de opinião entre Gasparian e Pereira. O editor foi acompanhado pela maior parte da sua equipe ao pedir demissão e criou o que define como "o primeiro jornal sem patrão no Brasil, o semanário *Movimento*". Já no final de 1977 foi criado o jornal *Em Tempo*, com o objetivo de abrigar jornalistas e colaboradores que já não concordavam com a linha seguida por *Movimento*. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=468JDB004>. Acesso 3 abr.2008.

25 Criado na cidade de Ijuí em 1975 por um grupo de militantes de esquerda articulados pelo advogado Ben-Hur Mafra, o *Semanário de Informação Política*, ou apenas *Informação*, após oito meses foi deslocado para Porto Alegre, onde passou a ser coordenado por Tarso Genro. Disponível em <http://www.sinpronoroeste.org.br/revista_noticia.php?cod=14&cod_noticia=62>. Acesso 3 abr. 2008.

26 O jornal *Em Tempo* de 28 de julho de 1978 publicou uma reportagem sobre os assassinatos políticos, como os casos Rubens Paiva e Mário Alves. Já na edição de 11 de janeiro de 1979 apresentou, em uma reportagem especial, a lista completa levantada pelo Comitê Brasileiro pela Anistia com a relação de presos políticos mortos e desaparecidos. Disponível em <http://www.dci.ufscar.br/recortes/repressao.htm>. Acesso 3 abr. 2008.

27 Refere-se aos dois deputados federais eleitos pelo PT do Rio Grande do Sul em 1986: o atual senador Paulo Paim e o ex-prefeito, ex-governador, ex-ministro das Cidades e atual presidente estadual do PT, Olívio Dutra. Ver a entrevista de Olívio neste volume.

28 A entrevista foi feita no gabinete de Raul na própria Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul.

29 Refere-se à prévia que escolheu o candidato do PT a governador do Rio Grande do Sul em 2002, vencida por Tarso Genro na disputa contra o então governador Olívio Dutra.

30 A Terceira Perimetral é uma via expressa que liga a zona sul à zona norte de Porto Alegre, sem passar pelo centro da cidade.

31 Raul Pont disputou novamente a eleição para a prefeitura de Porto Alegre em 2004 e foi derrotado no segundo turno pelo candidato do Partido Popular Socialista, José Fogaça.

32 Antônio Brito, então no PMDB, governou o Rio Grande do Sul de 1995 a 1998, quando tentou se reeleger e foi derrotado por Olívio Dutra. Já no PPS, iniciou a campanha de 2002 como favorito, polarizando com Tarso Genro, do PT. A grande surpresa da campanha foi o crescimento de Germano Rigotto, do PMDB, que derrotou Genro no segundo turno. Em 2006 fenômeno similar levou à exclusão de Rigotto do segundo turno, no qual Yeda Crusius, do PSDB, derrotou Olívio Dutra, do PT.

33 Um dos maiores motivos de ataque da imprensa e da direita ao governo de Olívio Dutra foi a renegociação das condições de instalação das montadoras automobilísticas General Motors e Ford no Rio Grande do Sul, mantidos sob sigilo pelo governo Britto até a vitória do PT em 1998. Enquanto a primeira aceitou os novos termos propostos e instalou uma unidade em Gravataí (RS), a segunda desistiu da construção de uma fábrica em Guaíba (RS), que acabou sendo instalada na Bahia, a partir da concessão de benefícios da chamada "guerra fiscal" ocorrida entre diversos estados da federação

durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Através de um casuísmo explícito, foi reeditada a "lei dos automotivos", que já estava extinta, para beneficiar a Ford. A lei dava benefícios e privilégios sobre impostos federais, que se somavam com as isenções e vantagens recebidas na Bahia. Ver também a entrevista de Olívio Dutra.

34 O Instituto Isaac Akcelrud é uma associação dedicada à formação, estudos e comunicação, voltada para o movimento sindical e demais movimentos sociais. Seu nome homenageia o jornalista nascido em Santa Maria (RS), que foi um destacado militante do PCB nas décadas de 1930 e 1940. Em 1956 Akcelrud, juntamente com outros companheiros de militância, rompeu com o PCB, depois da divulgação do Relatório Kruchev sobre os crimes de Stalin, no XX Congresso do PCUS. Trabalhou no *Correio da Manhã*, nos *Diários Associados* e, no início da década de 1980, na *Folha de S. Paulo*, como correspondente no Oriente Médio. Retornou ao Brasil em 1982, filiando-se ao PT e colaborando com o *Jornal dos Sem Terra* e com o *Em Tempo*. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=835>; e <http://www.iia.org.br/iia/index.php?option=content&task=view&id=3&Itemid=39>. Acesso em 4 abr. 2008.

35 Ver nota 37 na entrevista de Olívio Dutra.

36 Rubicão (*Rubico*, em latim) é o antigo nome de um riacho no norte da Península Itálica. Ficou conhecido pelo fato de que o Direito romano no período da República proibia qualquer general romano de atravessá-lo acompanhado de suas tropas, retornando de campanhas ao norte de Roma. Tal medida visava impedir que os generais manobrassem grandes contingentes de tropas no núcleo do Império Romano, evitando riscos à estabilidade do poder central. Quando Júlio César atravessou o Rubicão, em 49 a.C., em perseguição a Pompeu, violou a lei e tornou inevitável o conflito armado. A expressão "atravessar o Rubicão" passou a ser usada para referir-se a qualquer pessoa que tome uma decisão arriscada e irreversível. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Rubic%C3%A3o>. Acesso em 4 abr. 2008.

Muitos Caminhos, uma Estrela



Memórias de Militantes do PT

Hamilton Pereira

ENTREVISTA REALIZADA EM SÃO PAULO (10 DE JANEIRO DE 2007)
E EM BRASÍLIA (23 DE MARÇO DE 2007)

Página anterior:
Hamilton Pereira discursa
em Congresso do MST
(Brasília, 1999).

Página seguinte:
Hamilton na comemoração
dos dez anos da Fundação
Perseu Abramo
(São Paulo, 2006).



Hamilton Pereira da Silva nasceu em 1948 na cidade de Porto Nacional (então norte de Goiás, atualmente Tocantins). Foi militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e, depois de três anos vivendo na clandestinidade, foi capturado e permaneceu preso por cinco anos (1972-1977). Tornou-se o poeta Pedro Tierra, pseudônimo criado para que seus poemas passassem pela censura das prisões da ditadura militar e fossem enviados a familiares e amigos. Seu primeiro livro, *Poemas do povo da noite*, foi publicado quando o autor ainda estava preso. Após a sua libertação, contribuiu para fundar sindicatos de trabalhadores rurais em diversos estados do país. Atuou durante vários anos como assessor do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) de apoio às lutas das comunidades indígenas e aos trabalhadores do campo. Colaborou desde os primeiros momentos na constituição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que durante os anos 1980 e 1990 se tornou um dos movimentos sociais mais importantes do Brasil. Militante do Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação, em 1980, no V Encontro Nacional, em 1987, foi eleito para integrar a Comissão Executiva Nacional do PT, responsabilizando-se pelas políticas agrárias do partido. Em 1990, ao lado de José Gomes da Silva, coordenou o grupo que elaborou os documentos que orientaram as políticas do PT para as áreas de reforma agrária, política agrícola e segurança alimentar. Em 1996, passou a integrar a primeira diretoria da Fundação Perseu Abramo, criada pelo PT para desenvolver projetos de caráter político-cultural e para estabelecer de modo sistemático o diálogo entre o partido, a intelectualidade e os movimentos sociais do país. Em 1997, foi convidado pelo então governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque, para dirigir a Secretaria de Cultura local, onde permaneceu até 1999. Foi coordenador da área de cultura da campanha de Lula para a presidência da República em 2002. Em 2003, foi conduzido pelo Diretório Nacional do PT à presidência da Fundação Perseu Abramo. A partir de maio de 2007, por convite da então ministra Marina Silva, exerce a função de secretário de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente.

UMA FAMÍLIA DE PIAUIENSES NO ANTIGO NORTE DE GOIÁS

Hamilton, vamos começar falando sobre as suas origens familiares.

Eu sou o sétimo filho homem de um casal de lavradores, retirantes nordestinos que chegaram, em setembro de 1930, a uma pequena cidade chamada Porto Nacional, às margens do rio Tocantins. Eles vieram da região de Floriano, no Piauí, em lombo de burro, de jumento, até chegar ao maior curso d'água que eles tinham visto até então. Meu pai, Sabino, ao chegar, foi hostilizado pela elite local. Era uma região extremamente pobre e despovoada. A grande instituição local era a Igreja Católica, dirigida pelos frades dominicanos. A cidade contava com um colégio das irmãs dominicanas e um seminário de frades, ambos construídos nas primeiras décadas do século [XX]. Isso fazia com que Porto Nacional fosse intitulada capital intelectual do norte goiano [risos]. Tinha o único médico num raio de seiscentos quilômetros, que era também o chefe político local. Quando meu pai chegou, com meu irmão mais velho dentro de um jacá[1] e um primo dele dentro de outro jacá para equilibrar a carga, ele foi encarado como um fugitivo, um cangaceiro extraviado, perseguido pela polícia. É bom lembrar que Lampião ainda estava vivo...

E atuante [ri].

E atuante. Meu pai tentou garantir o arroz com feijão vendendo lenha. Ia para o cerrado, cortava a madeira pra vender. E o chefe político local orientou a cidade para que ninguém comprasse a lenha dele. Até que outro chefe um pouco menor disse: "Nós não conhecemos essa pessoa. O sujeito veio para cá com a mulher, um filho para criar e outro na barriga. Eu vou comprar a lenha". E se tornou compadre do meu pai. Major Rafael. Sabino nunca se esqueceu dele. Meu pai trabalhou como garimpeiro, carregador de sal; e fazia o que todo mundo na região fazia: uma agricultura absolutamente rudimentar. Mais tarde, se tornou comerciante de couro, depois de cristal. Havia uma jazida de cristal, muito explorada durante os anos da guerra para uso nas comunicações, antes da invenção do transistor. Sabino foi, portanto, um pai ausente. Ele sentia necessidade de apoio, então fez como os retirantes fazem nas cidades grandes... Ditava cartas para minha mãe e ela escrevia para os parentes e aderentes que tinham ficado no Piauí. Meu pai teve exatos três meses de escola. Então, a letrada do casal era minha mãe, que teve o dobro, ou seja, seis meses de escola. Então, ela escrevia: "Nós chegamos num lugar que tem duas coisas que aí não tem: chuva e terra livre. Então, pode vir para cá" [ri]. E foi se formando, dos anos 1930 até o final dos anos 1950, uma colônia de piauienses, que foram a base eleitoral daquele menino que em 1930 tinha chegado dentro de um jacá: meu irmão mais velho. Ele se elegeu vereador.

E como é que ele chega a se eleger?

Meu pai não queria que nós repetíssemos a vida que ele tinha tido. Nunca permitiu que a gente fosse

trabalhar na roça ou no garimpo... Ele dizia: "Eu vou dar o curso ginasial para todo mundo. Depois é com vocês". Então, o meu irmão mais velho, Hosterno Pereira, que era um orador talentoso, se elegeu vereador, por um partido absolutamente conservador, que era o PSD (Partido Social Democrático), em meados da década de 1950. E, em 1959, ele se elege prefeito da cidade. Aí Sabino, nosso pai, teve um momento de absoluta realização, porque tinha uma grande identidade com esse filho mais velho. E tinha também derrotado a oligarquia que o rejeitou [ri]. Ele cultivava a fama dos filhos: "Meus filhos são inteligentes; vão se destacar na vida porque vão estudar". Um dos orgulhos dele era pegar a gente, ainda criança, para ler retalho de jornal para os vizinhos. Hosterno e o segundo irmão, Nilo, tinham ido estudar em Goiânia...

A família tinha conseguido, então, uma melhoria de vida.

Sim. O trabalho no garimpo faz dele um pai ausente mas amplia as possibilidades de sobrevivência e de criação dos filhos. E ele tinha uma mulher extraordinariamente organizada. E ela, com muita autoridade, muita severidade, dizia: "Nós somos pobres. A única maneira da gente se fazer respeitar diante dos demais é estudar". Ele, com o resultado do garimpo do ouro, comprou uma posse de terra no final dos anos 1940. Era uma região de muita terra devoluta. Passou a cultivar arroz e a criar gado. Isso acabou resultando numa área de, mais ou menos, 120 alqueires de terra. Aqui, no centro-sul, é uma área grande. Lá, nem tanto, porque não são terras férteis. Ele também comprava e comercializava a produção em volta, dos piauienses, amigos, dessa rede que foi se constituindo ao longo dos anos. Ele chegava no fim de semana com o abastecimento. O quarto dos sete filhos entrou para o seminário, o que também é uma forma de ascensão social muito conhecida no interior do Brasil... Se tornou padre e passou a viver em São Paulo. Viveu e morreu no bairro de Perdizes, no convento dos dominicanos da Rua Caiubi. Eu era muito menino [ri], e minha mãe foi me levando para esse mesmo destino [ri]. Fui para o seminário em 1959, com 11 anos. Aquilo não era exatamente um seminário, era um campo de concentração de crianças [riso]. Era uma coisa terrível, o nível de autoritarismo, de arbitrariedade. Durante um ano que permaneci lá, eu vi minha mãe, que era vizinha do seminário, umas duas ou três vezes, se tanto. Era uma coisa indescritível, dirigida por um padre secular com formação em Roma, na igreja de Pio XII, uma formação fascista. E também era extremamente pobre, inclusive na alimentação. Bom. Eu não durei muito ali, escapava sempre que tinha uma oportunidade... Com 11 anos de idade, eu queria estar era na beira do rio [ri], e não rezando. Fui expulso um ano depois. Nesse momento, meu irmão mais velho fora eleito prefeito da cidade, e aconteceu o primeiro caso de nepotismo da minha vida: fui contratado para varrer a prefeitura. Eu era o porteiro da prefeitura de Porto Nacional.

Você tinha 12 anos...

Isso. Uma mistura de nepotismo com trabalho infantil [risos]. Só que a prefeitura não tinha recursos financeiros para pagar os funcionários [ri]. Mas eu aproveitei a oportunidade e aprendi, sozinho, a datilografar numa máquina de escrever que mais parecia um edifício, pelas dimensões e pelo peso. Mas o fato da experiência do seminário ter sido ruim não me afastou da idéia de ser padre. Minha mãe apoiava, meu pai, não tanto. Airton, que é o quarto irmão, tinha ido para Juiz de Fora [MG], pelas mãos dos frades dominicanos, e minha mãe, em certo momento, foi fazer um tratamento médico lá. Os padres não apenas ofereciam a bolsa para os estudantes pobres mas também cuidavam da família. Ela ficou amiga dos frades e conseguiu que eles me convidassem para estudar na Escola Apostólica São Domingos. Foi uma experiência maravilhosa. Fica perto do morro do Cristo, um lugar bonito, dava para ver a cidade inteira. E eu fiquei um ano inteiro vagabundeando e cantando no coral e, com o tempo, fui revelando que não tinha vocação sacerdotal muito sólida [ri]. O frei Matheus Rocha, provincial da Ordem, um mineiro extraordinário, progressista, conversou comigo longamente: "Muda de ramo. Isso não é para você". E eu tinha sido reprovado na segunda série do ginásio [ri]. Aí voltei para Porto Nacional, e passei por uma precoce crise de anticlericarismo feroz [ri].

Comecei a ler Voltaire, Graciliano Ramos, Pitigrilli, Zé Lins do Rego, Mário Donato, Dostoievski, Vargas Vila, José Ingenieros, Hemingway, meia dúzia de livros que o meu irmão mais velho guardava numa estante. Aí, com o golpe de 1964, a repressão política entra na vida da família... Meu irmão era prefeito da cidade. Os adversários políticos eram ligados à UDN [União Democrática Nacional]. Com o golpe de 1964, Goiás voltou ao período anterior a 1930...

Era um estado que tinha uma ligação muito forte com o Jango...

Isso. O PSD, imagina só, era progressista em Goiás. A UDN era ligada à mais retrógrada das oligarquias, os Caiado. O golpe significa o fim do reinado da outra oligarquia. Pedro Ludovico era o homem do Getúlio. Ele saiu da cadeia em 1930 para ser o interventor federal no estado. Ele e os seus prepostos modernizaram Goiás, inclusive o filho, Mauro Borges, que era o governador no momento do golpe. Hosterno, assim como meu pai, era ligado ao PSD. Quando ocorreu o golpe, os adversários políticos arrombaram as portas e trocaram as chaves da prefeitura. Foi um "golpe de município", digamos assim. Aí ele teve que sair da cidade para organizar a resistência [ri]. Naquele período inicial do golpe, a Justiça reintegrou-o no cargo. Quando chegou o ano seguinte, que era ano de eleições, ele renunciou, e assumiu o vice-prefeito, que se candidatou e se elegeu para o período seguinte. Ou seja, ele aplicou uma lição de capacidade política nos adversários, mas perdeu completamente as condições de prosseguir ali e se mudou para cidades próximas. Meu pai, sentindo essa derrota, se entrega mais ainda ao trabalho de sustentação da família. Ocorre aí um momento de virada. Nos anos 1950, se organizou, ali na região, uma entidade chamada Casa do Estudante Norte-Goiano (Cenog). Em Porto Nacional, a entidade mantinha um salão de encontro da juventude... A Cenog nascera com um objetivo um pouco assistencialista, que era apoiar os estudantes do norte do estado quando eles concluíam o curso ginasial e se deslocavam para Goiânia: dar dicas, alojar, tentar arrumar emprego, esse tipo de coisa.

E era uma entidade autônoma?

Autônoma, criada pelos próprios estudantes. Com estatuto próprio, registro, essa coisa toda. Tinha uma sede central em Goiânia... Os estudantes saíam, em geral, das cidades mais antigas, as que estão na margem do rio Tocantins: Porto Nacional, Miracema, Tocantínia, Pedro Afonso, Tocantinópolis, todas elas contavam com uma seccional dessa entidade. As cidades mais novas foram se constituindo, exatamente naquele período, durante a construção da Rodovia Belém–Brasília. Só uma ou outra aglutinava jovens em torno da entidade. Bom, a Cenog ganhou certa expressão. Passou a ser olhada com interesse pelas organizações políticas dos centros urbanos, particularmente pela AP [Ação Popular] e pelo PCB. E passou a ter também um caráter político, de oposição ao regime militar, que antes não tinha. Chegou a publicar alguns poucos números do jornal *Paralelo 13* – referência ao limite sul do futuro estado do Tocantins. A Cenog, de algum modo, foi uma das matrizes da formulação do projeto do futuro estado, criado pela Constituição de 1988.

Em Porto Nacional, você retoma seus estudos na escola pública?

No Ginásio Estadual. É a partir daí que vou me tornar um militante. A primeira reunião política de que eu participei, em Goiânia, foi a convite do meu irmão que é um ano e meio mais velho que eu, o Athos. Ele era próximo do PCB, junto com o Léo Lince – hoje militante do Psol [Partido Socialismo e Liberdade] –, que estava vivendo a crise da avaliação do golpe e do 6º Congresso, quando Marighella começa a estruturar aquilo que mais tarde viria a ser a ALN. Predominava, no meio estudantil, uma leitura muito crítica do PCB no momento do golpe... Figuras como Marighella, [Jacob] Gorender, Mário Alves, Apolonio de Carvalho e outros iriam ter uma audiência grande com a moçada que estava despertando para a militância. Bom. Imediatamente depois, eu fui viver em Curitiba, na casa de um outro irmão, o Nilo...

OS ESTUDOS EM CURITIBA E O INÍCIO DA MILITÂNCIA POLÍTICA

Por que você resolveu ir para lá?

Eu não queria continuar os estudos lá em Porto Nacional... Naquela altura, talvez estimulado pela figura do Che [Guevara], eu queria ser médico. Pensei: vou para um lugar mais evoluído e me preparo para entrar numa faculdade. Bom. Cheguei na manhã de quarta-feira de cinzas de 1966. Ele encarou aquele sujeito com a mala na mão e, literalmente, não me reconheceu... Foi examinando o rosto e disse: "Você deve ser o Hamilton" [risos]. "Quando você foi lá em casa, eu disse que queria morar aqui" [ri]. Isso tinha acontecido em 1957, a última vez que o Nilo visitara a família. Eu tinha oito anos... [ri]. Agora ele tinha três filhos, morava numa casa de madeira, num bairro humilde de Curitiba. Eu fiquei durante dois anos, graças à sua generosidade, estudando à noite no Colégio Estadual do Paraná. Ajudava a cuidar das crianças durante o dia. Ele e a mulher eram funcionários do Iapi [Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários], hoje estão aposentados. Durante as tardes, eu ia para a Biblioteca Pública do Paraná. Aí eu entendi por que, quando os vizinhos perguntavam para Sabino: "Mas por que é que os seus filhos, quando crescem, saem daqui e não voltam nunca mais?", ele respondia: "É porque eles leram todos os livros que tinha nessa cidade" [risos]. E a Biblioteca Pública do Paraná, já então, não era apenas uma biblioteca, era um centro cultural moderno. Tinha galeria para exposições, estavam instalando as cabines com áudio, para ouvir os *bolachões* de música clássica, ou de música popular brasileira, que vivia seus melhores momentos. Aquilo era uma maravilha. Eu não tinha dinheiro para comprar livro, porque não trabalhava, e meu irmão não era exatamente um sujeito rico...

E já tinha três filhos.

E tinha três filhos. Então ele me dava o dinheiro necessário para o transporte para o colégio e para comprar um lanche, à noite. O resto, eu tinha que me virar. E eu lhe sou muito agradecido. Eu tinha um sotaque nordestino muito pronunciado, e, na hora em que abria a boca, era motivo de risada. Fiquei, os primeiros sessenta dias, quase mudo. Só comecei a conversar quando chegaram as notas do primeiro bimestre, porque aí eu adquiri alguma autoridade. Montamos um grupo do pessoal que gostava de literatura...

E, nessa ida para Curitiba, você manteve algum tipo de atividade ou contato político?

Sim. Em Curitiba, começo a manter os primeiros contatos regulares com o movimento estudantil. O Flávio Suplicy de Lacerda tinha sido reitor da Universidade do Paraná, e depois se tornou ministro da Educação do Castelo Branco, virou nome de lei[2]. E havia um busto dele na frente da reitoria [ri]. Em 1966, era o momento da luta para ampliação das vagas, para a incorporação dos excedentes. Os estudantes pintaram o busto de verde, jogaram uma corda no pescoço do busto e o arrastaram até a Boca Maldita[3], perto da Praça Osório. Pensei: "Pô, aqui está a turma que eu quero" [ri]. Eu não era estudante universitário, mas estudava no Colégio Estadual do Paraná, que é relativamente próximo da universidade, e tinha uma estrutura fantástica. Vocês imaginem o que é que é para um adolescente que sai de uma cidade como Porto Nacional, perdida lá naquele fim de mundo, entrar num colégio em que o laboratório de química ou biologia tinha um microscópio para cada cinco alunos... E perto do Passeio Público. Ou seja, você saía dali e já ia para a gandaia [ri]. Bom. Esse é um período de descobertas, tanto do ponto de vista da literatura como do ponto de vista da política. Eu passo a ter contatos, de maneira ainda muito confusa e irregular, com o que está acontecendo dentro do Partidão...

Mas aquele seu irmão que era ligado ao Partidão estava lá em Goiânia...

Estava em Goiânia. Eu mantinha um certo contato, por carta ou quando o encontrava, a cada seis meses

ou a cada ano. Passei dois anos em Curitiba, 1966 e 1967, e prestei o serviço militar no quartel do Boqueirão, que é um regimento de artilharia. Lá, conheci o coronel Jefferson Cardim Osório, uma figura que marcou o primeiro momento da resistência ao golpe militar. Ele tentou fazer um atentado contra o general Castelo Branco na região da fronteira do Rio Grande do Sul, montou um grupo e saiu, sob perseguição, até que o Exército conseguiu cercá-lo na região de Foz do Iguaçu. Depois de preso, foi levado para o quartel do Boqueirão, onde cumpria pena. Uma vez ele estava tomando sol no pátio e eu passei, com um fuzil no ombro e dois livros na mão, um do Roger Garaudy, de crítica literária [ri], em que ele faz uma leitura inesquecível de *Guernica,* de [Pablo] Picasso, e *Os quatro quartetos*, do [T. S.] Eliot, uma tradução que a Civilização Brasileira lançou...

Você já gostava de escrever?

Já. Naquele ano, eu consegui publicar um poema na seção de cartas de um jornalzinho que o Partidão imprimia no Rio de Janeiro, chamado *Folha da Semana*. Para mim foi uma glória. Mostrei para todo mundo [ri]. Então, voltando ao coronel Jefferson Cardim, ele pediu para ver os livros e ficou muito impressionado. Me estimulou muito. Ele era muito falante. Aí, escapando um pouco do sentinela e do aspirante Sakamoto, suboficial que o acompanhava, ele falou assim: "Eu queria que você me conseguisse um exemplar de *Os sertões*". Falei: "Tudo bem". Consegui um exemplar de *Os sertões*, de Euclides da Cunha, com a ajuda de uma japona que me agasalhava no frio de Curitiba, e da escassa vigilância da livraria Ghignone, na Rua XV. Isso selou um laço... Eu cumpri o serviço militar em dez meses. Um ano depois, ele fugiu de lá. Depois, foi recapturado na Argentina. Eu voltei a saber dele muitos anos depois, durante uma greve de fome que nós fizemos no Carandiru. Olhei a lista de quem estava em greve de fome no Rio de Janeiro e lá estava o nome dele. Estava na Ilha Grande. Bom. A morte do Che, em 8 de outubro de 1967, para mim foi um golpe brutal. De repente, a CIA [Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos][4] exibia diante dos olhos do mundo o cadáver de um homem que julgávamos imortal. Por essa época, começa a circular clandestinamente o livrinho do [Jules Regis] Debray, *Revolução na revolução*, com sua dura crítica aos PCs tradicionais. Por sinal, eu tive contato com gente da minha turma de colégio que participou daquele primeiro MR-8 que se organizou no interior do Paraná, e teve vida curta. Um ano depois, em julho de 1969, prenderam dirigentes do grupo no Hotel Ambassador, no centro de Curitiba, quando saiu ferido o estudante João Manoel Fernandes, meu colega de classe. O pessoal que defendia a luta armada fazia chegar irregularmente às nossas mãos os materiais, em geral mimeografados. Em 1968, eu retorno a Porto Nacional. Aí é que a questão política vem para o centro da minha vida. Fui fazer, novamente, o segundo colegial. Havia sido reprovado em Curitiba por falta, em razão do serviço militar. Eu já dialogava com meu irmão, que, de 1966 para 1968, tinha evoluído na direção das posições do Marighella. E ele, aí sim, já me alimentava com material escrito. Montamos um grupo de teatro. O teatro brasileiro vivia um momento de extraordinária importância: *Arena conta Zumbi*[5]*; Liberdade, liberdade*[6]*; O rei da vela*[7], era uma efervescência muito grande. Então, eu chego com uma mala de livros e com a disposição de fazer militância política, ainda que de maneira um pouco confusa. O pessoal do grupo de teatro foi se estruturando para compor uma chapa para disputar a direção do grêmio dos estudantes. Nossa primeira disputa foi pelo grêmio do Colégio Estadual, onde eu voltei a estudar. Fomos derrotados pelo diretor, que aliás era o mesmo diretor do seminário e tinha me expulsado [risos].

Como foi isso?

O cara interveio, fraudou a eleição... O grêmio se chamava São Tomás de Aquino, a proposta da nossa chapa, entre outros objetivos, anunciava que ia mudar o nome para Graciliano Ramos. Ele dizia: "Querem botar um comunista no lugar do santo!" [risos]. Mas fizemos uma manobra política muito eficaz. A gente inventou uma espécie de conselho do grêmio. O presidente eleito tinha que ouvir todos os representantes de classe. Ou seja, nós democratizamos, mas demos um golpe [ri]. E o fato de ter perdido naquelas circunstâncias me habilitou a disputar a presidência da entidade que unificava os dois grandes colégios da cidade: o colégio

público e o colégio das irmãs dominicanas. Ganhamos. Registro um fato marcante desse período de minha formação. Naquele momento, o professor de filosofia, Wagner Maia, de quem me tornara amigo, me deu de presente um livro do padre Lebret que abordava o tema do desenvolvimento, com a seguinte dedicatória: "Ao Hamilton, para aprimorar seu conhecimento lendo também Celso Furtado e Caio Prado Júnior". Ao longo do ano, fomos apresentando peças de teatro. Enchia de gente. As irmãs dominicanas do colégio tinham muita sensibilidade, nos cediam um auditório de quinhentos lugares, que ficava lotado. Esse auditório, como o colégio inteiro, foi construído pela Aeronáutica, pelo brigadeiro Eduardo Gomes, porque Porto Nacional era base de apoio do Correio Aéreo Nacional, nos anos 1940. As irmãs dominicanas tinham a Casa dos Aviadores, que oferecia alimentação, pousada, lavavam a roupa deles etc. Era uma espécie de retribuição. O colégio, quando foi feito, na década de 1950, era maior do que a cidade... Era uma coisa impressionante. Com *flamboyants*, com eucaliptos... [ri]. Enfim, nós tínhamos ganhado não apenas a base estudantil, mas também o apoio das freiras contra o padre fascista, que dirigia a escola pública. Era mês de abril, e nós conseguimos até realizar uma manifestação de protesto contra o assassinato do Edson Luiz que ocorrera no restaurante Calabouço, no Rio. Ou seja, Porto Nacional tinha reentrado no mundo contemporâneo [risos].

Porto Nacional, ainda hoje, é uma cidade pequena. Imagina na década de 1960...

O maior edifício da cidade é a igreja. Uma igreja monumental, é verdade. Levou uns quarenta anos sendo construída. É uma referência arquitetônica. Ela é que organiza o casario. As ruas mais antigas da cidade. Ao lado dela, está o seminário dos padres, que recebeu o Prestes quando passou por lá em 1926 com a Coluna[8]. Então, voltando a esse período, nós tínhamos colocado a cidade em sintonia com o Brasil da resistência ao regime militar. No início de 1969, ganhamos as eleições para a diretoria da Cenog. O outro candidato estava numa situação absolutamente irregular. Primeiro, ele não era estudante; segundo, ele era vereador; terceiro, ele era da Arena [risos]. E a meninada comprou a briga. Como disse antes: ganhamos. Mas não tínhamos uma avaliação muito realista da correlação de forças... Sessenta dias depois, a repressão chegou. Eles destituíram a diretoria, fecharam a entidade, invadiram a casa dos meus pais e levaram a única riqueza que eu tinha, meus livros. Eu continuei no colégio, mas temendo que da próxima vez eles não viriam buscar livros...

Aí a barra já estava muito pesada...

Era outra situação, não é, com o AI-5... Em maio de 1969, eles chegaram na cidade, e os estudantes me avisaram: "Ó, tem uns caras esquisitos aí, acho que é aquela mesma turma que veio fechar a Cenog". Eu conhecia a cidade melhor que eles. Vieram por um caminho, eu fui por outro. Passei ainda na minha casa, me despedi da minha mãe, atravessei o rio rumo ao sítio do meu pai. Aí os piauienses é que me valeram. Atravessar o rio não era uma coisa simples, primeiro, porque não tinha ponte, e ele tem uns 500 metros de largura. Atravessei de canoa. Do outro lado, consegui uma carona e cheguei na fazenda de Sabino. Fui até os vizinhos que eu conhecia, obtive comida e fiquei na casa da roça por uma noite. Na manhã seguinte, cedinho, chegou um portador do meu pai, um pedreiro. Gentil Sales é o nome dele. Ele andou uns quarenta quilômetros mais ou menos, de bicicleta, para dizer: "Sai e vai para a casa de fulano de tal". E Mariano, o vaqueiro de Sabino, me levou para a casa do outro piauiense, que era vizinho, para ficar numa situação mais segura, porque, fatalmente, a polícia chegaria ali...

Nesse período, o Athos continuava em Goiânia?

O Athos já mantinha um vínculo político maduro, mais orgânico. Ele participou dos movimentos preparatórios do Congresso da UNE que ocorreria em Ibiúna[9]. Já tinha sido aprovado em dois vestibulares, para física e para jornalismo, tudo em Goiânia. Mas ele mantinha o contato conosco, orientando aquele grupo ainda muito verde e com um grau de politização bem modesto. Quando eu escapei, a polícia prendeu vários membros do grupo, tanto os rapazes quanto as moças... Fiquei de maio a julho no campo, entre aque-

les piauienses humildes e generosos. Com a prisão preventiva decretada, eu saí clandestinamente da região... Então, meu pai veio me dizer que tinha conseguido um jeito de me tirar dali. Um amigo dele era dono de um posto de gasolina... E conseguiu um caminhão-tanque para me tirar dali escondido. Era um tipo de veículo que ninguém inspecionava... Foi a primeira vez que eu vi meu pai confuso. Ele me disse: "Eu acho que errei. Dei estudo para vocês, e agora vocês estão nessa situação. Quer dizer, em vez de ter feito um bem, acho que eu fiz um mal". Ele estava muito acabrunhado, muito abatido. O Athos tinha sido preso em Goiânia, por uns dez dias mais ou menos, depois foi libertado. Prenderam também meu irmão mais velho, que não tinha militância política de esquerda nenhuma, na esperança de que chegariam a mim. Meu pai e minha mãe passaram a viver numa insegurança absoluta. Bom. Eu passei aqui por São Paulo, no convento dos dominicanos [do bairro] de Perdizes, onde vivia meu outro irmão, frei Airton, e fiz contato com gente ligada diretamente ao Marighella.

DA CLANDESTINIDADE À PRISÃO

Porque o Marighella tinha uma forte conexão com os dominicanos...

Isso. Eu conhecia os três que foram presos meses depois, em 1969, o [frei] Fernando [de Brito], o [frei] Ivo Lesbaupin e o frei Betto. Eles tinham montado um apartamento na Rua Rego Freitas. Ali perto da boate Som de Cristal, como enfatizou o *Estadão* [*O Estado de S. Paulo*] para desmoralizar os padres. Bom. Assim eu me aproximo de uma relação mais orgânica com o pessoal da ALN. A partir daí, passo a ter outras referências, para onde eu sou remetido. Fui para Curitiba, onde permaneci de julho a dezembro de 1969. Marighella é morto no dia 4 de novembro [de 1969]. Acidentalmente, eu estava em São Paulo. Foi um momento terrível. Vai desabar tudo, pensei. No começo de 1970, voltei para São Paulo, já com contatos mais amarrados com militantes da ALN.

Seu irmão dominicano era de esquerda?

Sim. Mas nunca foi um cara organizado. Ele se chamava Airton Pereira. Faleceu há alguns anos. Ele chegou a viver no mesmo apartamento que o Fernando. Mas ele se opunha à luta armada. Ele dizia: "Olha, a gente não muda essa coisas senão com uma ampla participação popular". Ele foi se afastando do convento de Perdizes, um bairro de classe média, e foi morar na periferia, na zona sul de São Paulo. Nesse momento, ele foi muito apoiado por duas mulheres maravilhosas: Teresa e Zezé Brandão, militantes católicas muito solidárias com os movimentos populares da periferia da cidade. Ele trabalhou muito com os movimentos de moradia, com os mutirões. Nas comunidades de base da Vila Remo, onde atuou, participava o operário de uma fábrica de bicicletas chamado Santo Dias...

Você não chegou nem a entrar na universidade...

Não. A polícia chegou antes do vestibular [ri]. Eu terminei o segundo grau, precariamente, durante o ano de 1969. Ao chegar em Curitiba, eu fiz o supletivo no Colégio Estadual do Paraná... Bom. Em São Paulo, eu passei a trabalhar num escritório, ainda com o nome próprio, quer dizer, sem o nome "frio", e atuava como militante da ALN. Estabeleci relação com algumas figuras mais conhecidas, outras menos. Entre os mais conhecidos estavam Luís José da Cunha – o Crioulo –, Yuri Xavier Pereira, Alex Xavier Pereira, Gelson Reicher, Iara Xavier Pereira, Ana Maria Nacinovic, Gastone Beltrão, Antonio Carlos Bicalho Lana... E também, ainda que menos, com Paulo de Tarso Celestino. A gente chamava ele de vovô, porque ele era "muito velho". Tinha 28 anos [risos]. Eu vivi na Vila Mariana, numa casa de fundos, na Rua Luís Góes, o que mostra a ousadia, ou então a temeridade, da esquerda armada. Por lá passaram dirigentes do POC [Partido Operário Comunista], da AP, e nós éramos militantes da ALN. Passaram por lá o Fábio Marenco, do Rio Grande do Sul; o Antonio Carlos Mata Machado, de Belo Horizonte; Ricardo Prata Soares, que era dirigente do POC aqui em São Paulo,

entre outros. Athos veio para cá, clandestino, com a prisão preventiva decretada. Veio outro companheiro de Porto Nacional, Edmilson de Souza Lima, que muitos anos depois foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de Goiás. E veio um personagem que fez um grande estrago na vida de muita gente, que é o João Henrique Ferreira de Carvalho, o Jota. Foi meu colega de colégio, participou daqueles grupos de teatro lá em Porto Nacional e foi uma das pessoas da minha convivência mais próxima, no período. A orientação da organização era adiar ao máximo a clandestinidade absoluta porque tinha um custo muito elevado. Eu fazia um trabalho de ligação entre São Paulo e Goiás. Em 1970, já com Toledo [Joaquim Câmara Ferreira] à frente da ALN, eles permaneceram com aquela leitura de que, se a guerrilha permanecesse nos centros urbanos, ela seria devorada, derrotada. Que ela tinha que sair do cerco estratégico que a ditadura foi capaz de montar. Então, uma das perspectivas era montar um núcleo – não se usava muito a palavra foco – em Goiás. Eu fui chamado, uma vez, para examinar mapas da serra geral de Goiás...

Você chegou a interagir com Marighella?

Não. Veio uma pessoa intermediária, que conhecia bastante a região, muito próxima àquela em que eu nasci, ao nordeste de Brasília, depois da Chapada dos Veadeiros, no Espigão Mestre. Era o divisor de águas entre o [rio] Tocantins e o [rio] São Francisco. Era por ali que Marighella imaginava que se poderia montar um foco que escapasse a esse cerco estratégico. Havia outras regiões eleitas também, com características semelhantes. Bom. Então eu fazia a ligação com grupos de movimento estudantil de Goiânia, gente que estava em Brasília... A tentativa era ir montando apoios que pudessem nos conduzir para fora desse cerco: você fazia expropriação de banco, atacava um quartel, fazia a ocupação da Rádio Nacional de São Paulo, mas não conseguia sair disso... E, depois da morte do Marighella, esse cerco vai se fechando. Um ano depois, o Toledo é assassinado, e a ALN não consegue romper o cerco e vai mergulhando cada vez mais no isolamento, que acabará por liquidá-la.

E você continuava em São Paulo?

Sim. Eu permaneço trabalhando num órgão público que se chamava Comasp (Companhia Metropolitana de Águas de São Paulo), que precedeu a Sabesp [Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo]. Estavam construindo os reservatórios desse sistema de abastecimento que cerca a cidade. E lá, eu me encarregava de subtrair mapas [ri], para eventuais ações futuras. Morei num "aparelho" com o Athos. Até que, em abril de 1972, ele saiu do país, foi para o Chile. Mas eu não queria sair do Brasil. Eu considerava aquilo uma fuga. Quando ele saiu do país, mudei de aparelho, fui morar com João Henrique Ferreira de Carvalho, o cara que eu tinha trazido de lá de Porto Nacional. Eu ia de ônibus daqui, passava por Goiânia, ia a Brasília, fazia as reuniões que precisava e voltava para São Paulo. Você viajar de ônibus, armado, durante catorze horas, é um negócio absolutamente temerário... Bom. Numa dessas idas, no dia 10 de junho de 1972, em Brasília, eu percebi que estava sendo seguido. Escapei. Passei por Taguatinga[10], numa pensãozinha onde eu tinha deixado a mala, peguei o mínimo necessário, as roupas, uma sacola, para não chamar a atenção, e sai com destino a Goiânia. O ônibus passava por Anápolis, uma cidade que eu conhecia bem, porque tinha vivido por lá durante o ano anterior, a serviço da organização. Para realizar levantamentos e informações sobre a Base Aérea, então em construção. Desci antes de chegar à rodoviária, que era sempre um lugar perigoso, porque muito vigiado; mas os caras tinham montado um cerco mais amplo do que eu tinha imaginado...

Foi então que você foi preso?

Foi. Mas não consegui localizar, de início, como é que os caras souberam que eu ia para lá. Eu ia cobrir o ponto com uma pessoa. Fui preso no final da manhã. Eram uns doze agentes. Em três carros. Me desarmaram. Quatro deles me jogaram dentro de um Opala, me botaram no chão, atrás das poltronas da frente. Dois deles sentaram no banco de trás e puseram os pés em cima de mim. Fiz essa viagem de Anápolis para Goiânia, que são 53 quilômetros, com o corpo dobrado. Fui interrogado numa dependência da Polícia Federal, em plena Avenida

Goiás, a duzentos passos do Palácio das Esmeraldas, sede do governo do estado. Ali começou a pauleira. Dali fui levado para o 10º Batalhão de Caçadores. Me enfiaram um capuz preto na cabeça, como era habitual, daqueles que tem elástico preso aqui no pescoço, e fui interrogado durante todo aquele dia e a noite inteira. No final do dia seguinte, suspenderam. Cometi um erro que me custou caro. Você vai chegando numa situação limite, e eu disse: "Por que vocês não me matam?". Você nunca deve dizer isso, porque aí os caras sabem que você chegou...

No limite...

No limite. Eles redobraram a violência. As técnicas de tortura eram as conhecidas: pau-de-arara[11], afogamento, aquela pancadaria que eles chamam de "pau de esculacho", sem perguntas, choques acompanhando tudo isso, muitas vezes eles jogavam água no corpo... faziam uma espiral com fio descascado envolvendo o pênis e rodavam a manivela da maquininha de choques elétricos. Botavam uns alfinetes, um pino, entre os dentes e aí pegavam o "jacarezinho"[12] e prendiam ali... Quando rodam a manivela a sensação que você tem é de que está mastigando vidro... Uma coisa terrível. A boca sangra. E depois de tudo vem uma sede atroz. Mas nós tínhamos uma regra na organização: "Não abra até 24 horas [após a prisão]". Ou seja, você tem um ponto; vinte e quatro horas depois, se você não apareceu, o teu camarada desmobiliza aquele ponto. Depois, tinha uma referência, que não era um lugar preciso, mas uma área. Às vezes, você perde o ponto, mas pode tentar encontrar numa determinada área. Isso por quê? Eu tinha que defender o meu aparelho onde o João Henrique tinha ficado. Bom. O ponto era na Panificadora Amarante, na esquina da [Rua] Luís Góes com a [Avenida] Domingos de Morais, na Vila Mariana. Uma padaria que ainda existe lá. Eu tinha marcado com ele às 2 horas. Vinte e quatro horas depois, como eu não apareci, ele deveria ter caído fora de lá e do aparelho. Bom. No final da tarde seguinte, fui levado para Brasília, para ser interrogado pelo pessoal da Operação Bandeirantes (Oban)[13] que tinha sido deslocado para lá. Fui para o Setor Militar Urbano. Eles mantinham uma dependência do Ministério do Exército, na Esplanada, para uma espécie de começo de conversa... Tinham um outro espaço da na Polícia Federal, na ponta da Asa Sul, onde, hoje, a gente faz requerimento de passaporte... Agora, o lugar barra pesada era o PIC [Pelotão de Investigações Criminais], onde fiquei um período bastante longo. Bom. Como ainda não dissera o meu nome, tinha documento "frio", estava bem feito, eles, passadas as 24 horas, não sabiam quem era que estavam interrogando. Aí, me levaram para Brasília, o que foi um erro deles. Porque suspenderam o interrogatório no meio, ou seja, eles estavam perdendo tempo. Cerca de três horas e meia... Quando recomeçou o pau, eu já tinha tido uma vantagem, porque os meus pontos todos...

Já estavam desmobilizados...

Eu tinha ponto com Bruno, Antonio Carlos Bicalho Lana, tinha ponto com Crioulo... Quando eles chegaram na minha casa aqui na Água Fria, o João Henrique já estava fora. Mas não levou os mapas [ri]. Eram mapas da Represa de Guarapiranga... [ri]. Ou seja, eu, que nunca fui engenheiro na minha vida, tive que explicar mapa... Bom. Quando os caras da Oban fizeram o interrogatório, era nítida a diferença de qualidade. Eu tenho marcas no corpo até hoje; mas os caras da Oban não me deixaram nenhuma marca. Eles botavam médico: "Pode dar mais uma carga que ele agüenta"; "Esse só entende em dó maior"; "Não pode mais, suspende!". Era um negócio "profissionalíssimo". Só que havia também uma disputa de preso – "O preso é meu, não é seu" –, essa coisa. Então, os caras que tinham feito os primeiros interrogatórios chegavam, às vezes com uma informação nova... Porque, nesse momento, eles tinham prendido a minha irmã, tinham prendido várias outras pessoas daquele grupo de teatro lá de Porto Nacional. Era uma coisa medonha, completamente absurda...

É. Prendiam muitas pessoas que não tinham nada a ver...

Mas eu acho que deram por concluída essa etapa quando abriram o aparelho aqui em São Paulo. E eu não entendia muito bem como é que tinham conseguido. Só muitos anos mais tarde é que eu fui desvendar isso. Aqui, é importante a gente se deter rapidamente sobre esse cidadão, o João Henrique. É um médico. Fi-

cou conhecido por uma capa da revista *Isto é*, com a manchete "Jota: o cachorro da repressão". Era o termo usado pelo SNI [Serviço Nacional de Informações][14] para agente infiltrado. Bom. Esse cara saiu do nosso aparelho, passou por Curitiba, na casa do meu irmão, Nilo, que o conhecia, pediu ajuda financeira e foi para a Argentina. Em seguida, fez contato com a família, ele estava pensando em ir para o Chile, inicialmente; mas o irmão dele fez um acordo com a repressão. Aí trouxeram-no de volta. E fez o acordo. Esse cara fez um estrago monumental na ALN. Entregou meio mundo. Eu só vim a saber disso algum tempo depois. Tinha alguns indícios... No mês de julho, eles me devolvem para o PIC. Nesse momento, a minha irmã Dagmar, que estava presa do 10º BC, é libertada...

Mas ela tinha envolvimento direto?

Não. Ela era professora de matemática do secundário e era culpada pelo crime de ter dois irmãos que estavam na clandestinidade. Ponto. Permaneço os meses de julho, agosto e setembro em Brasília, um período mais ou menos tranqüilo, em que eu vou conhecer o companheiro José Genoino. Ele tinha chegado de Xambioá[15] e nós ficamos numa cela, junto com outros catorze, quinze presos. Particularmente, Geraldo Tibúrcio, Sebastião Bailão, e uma figura notável, chamada Alaor Figueiredo, todos dirigentes estaduais do PCB goiano. Alaor está hoje com mais de 90 anos. Uma coisa curiosa é que a quantidade de espíritas ligados ao PCB era muito grande... A gente já estava há tempos, já era "cadeieiro velho". Chegou aquela leva de presos novos. Daqui a pouco, eles estão se dando as mãos, fazendo uma "corrente de pensamento positivo". Repetiam em voz alta: "Hoje tudo vai ser bom" [ri]. A gente começou a rir. "Ih! rapaz. Isso, aqui, não vale porra nenhuma" [ri]. Eu, nesse momento, fui testemunha de atrocidades. Vi, por exemplo, o Genoino chegar de sessão de tortura com 40 graus de febre, crise de malária. Um negócio bárbaro. Aqueles caras não tinham limite.

E como foi essa experiência de convivência com militantes de uma geração anterior?

Teve uma cena cinematográfica. Chega o general [Antônio] Bandeira, comandante militar do Planalto, em pessoa. Ele era um baixinho, nordestino, aquele tipo de pessoa sem pescoço. Era um sujeito que mandava torturar, mas também gostava de fazer, porque achava que tinha que dar o exemplo. Era o senhor absoluto das nossas vidas ali. Ele mandou abrir a cela. Entrou, deu dois, três passos. Era uma cela grande, comprida, com dezessete beliches. Aí os presos fizeram um semicírculo, e ele disse, "Quem é de vocês que vai para a televisão se arrepender?". Foi aquele silêncio. Ele insistiu. Aí o Alaor, que naquela época devia ter uns 55 para 60 anos, um militante experimentado do PCB, disse: "General, a cela é o espaço do preso, portanto o senhor nem devia ter entrado aqui. O senhor dizer para esses meninos se arrependerem e irem para a televisão já é um absurdo. Agora, o senhor dizer isso para mim, que sou um militante comunista de muitos anos, é um insulto. Então eu quero que o senhor saia daqui, volte para o corredor, porque lá é que é o seu lugar". O cara ficou absolutamente sem gesto. Ele nunca imaginou na vida dele que um sujeito pudesse ter aquela grandeza humana. Ele saiu, acabou a história. Trancou a cela, nós fizemos uma festa depois disso [ri]. Era uma coragem que você não encontra na esquina. Um negócio ímpar. Eu fiquei muito amigo do Alaor.

Impressionante...

Lembro de um outro episódio. O presídio lá tem internamente a forma de uma ferradura, com celas individuais. Dentro da ferradura tem duas celas coletivas, às quais correspondem dois pátios pequenos destinados ao banho de sol. O Genoino estava na cela coletiva e foi para o pátio tomar sol... Por algum motivo que eu não me lembro, eu fui punido e estava numa cela solitária. Aí ele subiu na janela, e eu, vendo o movimento, subi na minha grade do outro lado do corredor. Ficamos conversando: "Você sabe que dia é hoje? 27 de novembro, dia do levante de 1935". Chegou o cabo Torrezan que, por algum motivo, ou sem motivo nenhum, odiava o Genoino e flagrou a cena [ri]. A parede do pátio era revestida de cimento chapiscado, na hora que ele desceu, se arranhou todo. E ele também foi parar numa cela solitária, para deixar de ser besta... [rindo]. Quando voltei

à cela coletiva, conheci duas personagens importantes, ligadas às lutas camponesas da região: José Porfírio e Geraldo Marques. Eram os dois principais líderes da rebelião camponesa de Trombas e Formoso[16], em Goiás, nos anos 1950. Aquelas coisas absurdas. O processo deles era sobre os fatos da rebelião de Formoso em 1956...

Retroativo...

É retroativo... Eu também fiquei amigo dos dois. O José Porfírio estava com uns 60 anos, e o pessoal achava que ele era muito preguiçoso: não gostava de fazer ginástica. E precisa fazer ginástica, senão não sobrevive. O Geraldo Marques, não, era um negro alto, forte, já com problema de coração, problemas circulatórios. Eu tinha acabado de voltar da cela solitária, na manhã seguinte, 5 horas, na hora de distribuir o pão, ao invés de botar entre os ferros das grades, como era de costume, o carcereiro chegou com o cesto e começou a jogar o pão dentro da cela. Eu fiquei louco! Peguei os pães que ele ia jogando no chão e jogava de volta. "Aqui dentro tem homens, não tem porcos." Aí ele berrou comigo, e eu falei: "Não quero conversar com você. Chama seu dono". Aí foi aquele pandemônio. Até que se apaziguaram os ânimos. A cela já estava toda de pé. Geraldo Marques, na noite anterior, quando eu entrei, tinha ficado absolutamente indiferente. Quando terminou esse entrevero, falou assim: "Vem cá. Quero conversar com você" [ri]. Ele me cumprimentou: "Nós vamos ser amigos". Ensinou: "Nós temos que brigar todo dia contra os carcereiros". Todo dia, mesmo que não tivesse motivo nenhum, sempre tem... ele chegava ali, xingava a mãe do cara. Fazia parte do preparo físico, digamos assim, da resistência [ri].

E o José Porfírio?

O Porfírio gostava muito de conversar, era uma pessoa cativante. Ele nasceu no Maranhão. Era um tipo branco, olhos claros, já muito pesadão, e contava as histórias da luta de Formoso com muita economia. Porque, na cadeia, você nunca dever saber o que levou as pessoas para ali, com quem está lidando. Ele tinha sido deputado estadual em Goiás. Foi um dos primeiros cassados pelo golpe de 1964. Leu um livro na vida: a Bíblia. E, da Bíblia, o livro que ele mais gostava era o *Apocalipse* [risos]. Ele dizia que o fim do mundo ia começar no Oriente Médio, porque lá o povo não pára de brigar nunca [ri]. Eu saí dessa cela dia 26 de março de 1973, e o Zé Porfírio estava concluindo a pena dele. Saiu do PIC com destino a Goiânia e nunca mais foi visto. Os caras sumiram com ele nesse trajeto. Depois de muitos anos, eu me fiz amigo, aqui em São Paulo, do filho de Zé Porfírio, Manoel Porfírio – Manezinho –, que estava preso junto com frei Betto, Fernando, Ivo, lá em Presidente Wenceslau, no interior de São Paulo. Bom. Essa parte encerra Brasília. No dia 14 de novembro de 1972, eu fui levado para a Auditoria Militar em Brasília, para prestar depoimento. Vejam bem. Eu tinha sido preso em julho... Eu denunciei, naquela ocasião, o assassinato, no 10º BC, do militante do PCB Ismael Silva de Jesus, um jovem estudante. O resultado dessa denúncia foi que eu saí da Auditoria e fui levado para uma câmara de tortura novamente. Aí, sem perguntas...

Era punição...

Era punição por causa da denúncia. Os caras não queriam saber de mais nada. Ou seja, esse exercício da tortura estava no cerne do aparelho repressivo do regime, não era um negócio ocasional, fortuito. Bom. Eu saí dia 26 de março; dia 27 de março, entrei na Oban novamente, pela terceira vez, ali na Rua Tutóia, esquina com a [Rua] Tomás Carvalhal. Aí eu ficaria de março a outubro. Alexandre Vannucchi Leme tinha sido assassinado na cela em que eu fiquei, a cela forte, dez dias antes da minha chegada. É uma estrutura bastante simples, muito típica das delegacias daqui de São Paulo. São três celas frente a frente, com um muro no meio para que os presos não se vejam, nem se comuniquem, uma cela que era especial para mulheres, e uma cela forte ao lado esquerdo de quem entra. Nesse momento, quem comandava a Oban era o então major Carlos Alberto Brilhante Ustra, major Tibiriçá era o seu nome de guerra. Comandava um punhado de "valentes": o capitão Ubirajara, o Ramiro, o dr. José, o Mangabeira. Os carcereiros Marechal e o Lunga. Especialistas em lutar contra presos políticos amarrados ao pau-de-arara, à cadeira do dragão...

Você teve contato direto com ele?

Tive. Sou testemunha de que ele é um torturador. Eu o vi torturando pessoas naquele período, e até justificando a necessidade da tortura. Um dia, eu estava na frente da cela, porque estava havendo uma movimentação – não dava para ver bem por causa do muro –, aí passam uns caras carregando um corpo, envolto num cobertor verde do exército. E o Ustra estava por ali, elegantíssimo nos trajes de oficial. Não fosse moreno pareceria um oficial da SS[17] comandando um campo de prisioneiros, desses de filme. Ele chegou à frente da cela, disse assim: "Está vendo isso aqui? Tem três dias que ele está sendo interrogado. Não fala nada. Nós lidamos com informação. O que vocês querem que a gente faça?". Era um dentista chamado Osvaldo Rocha, militante da AP, ele era lá da região em que eu nasci. Naquele período, eu era levado da Oban para a Auditoria Militar, lá na [Avenida] Brigadeiro [Luís Antônio], para a visita semanal de uma hora. Lá eu disse para meu irmão Airton: "Osvaldo Rocha da AP está sendo torturado. Se não cuidar, ele morre". Meu irmão passou essa notícia para dom Paulo Evaristo Arns, que falou com o comandante do exército e salvou a vida daquele rapaz. Eles estavam montando aquelas farsas para que as mortes parecessem acidentes, tentativas de fuga que a *Folha* publicava como se fossem notícias... Eu passei pela cela onde eles armaram a farsa do suicídio do Vladimir Herzog. A cela era tão baixa que não dava para alguém se enforcar lá. Tanto que na fotografia ele está com os joelhos dobrados. Dali eu os vi chegarem com o corpo do companheiro Luís José da Cunha, o Crioulo. Foi um ritual macabro: eles dançavam em torno do corpo, no pátio, urravam como animais. Dava para ver por uma frestazinha assim. Bom. Mataram Luís José da Cunha, mataram Antonio Carlos Bicalho Lana, o Bruno. Naquele ano, foram mortos também o José Carlos Mata Machado, o Paulo Stuart Wright, ambos militantes da AP. Quer dizer, foi um ano de ondas repressivas sucessivas. Um ano de terror.

E depois disso?

Fui levado para o Presídio do Hipódromo. Foi o primeiro momento em que eu passei a conviver em São Paulo com outras pessoas. Sempre tinha ficado em cela solitária, numa cela maior, mas sozinho. A Oban não era lugar para preso ficar, era lugar de interrogatório. A primeira vez que eu fui, em 1972, fiquei uma semana de interrogatório. Não passei pelo Dops, fui levado para o [Presídio] Tiradentes. Fiquei sem entender por quê. Depois do Tiradentes, imediatamente me puxaram para um novo interrogatório lá na Oban. Aí eu fiquei mais uns dias. Depois, fui devolvido a Brasília para prestar depoimento, no dia 14 de novembro. Muitos anos depois, eu conclui que permaneci tanto tempo porque eles imaginavam que eu sabia o percurso feito pelo João Henrique, que, naquele momento, estava entregando a ALN. Ele é responsável por dez ou doze mortes naquele período...

Você já tinha se dado conta?

Eu tinha indícios, mas não podia afirmar nada... Eu era interrogado sobre coisas que só ele sabia. Então... Aí eu vou para o [Presídio do] Hipódromo e fico lá do final de 1973 até o meu julgamento, no começo de 1974... Fui defendido de forma brilhante pelo dr. Mário Simas. Ele apresentou no processo pela primeira vez um laudo de legista que confirmava marcas de tortura em meu corpo. Está registrado no *Brasil: nunca mais*[18]. O Hipódromo devia ter uns quatrocentos presos. Era um navio negreiro em terra. Nós tínhamos uma ala separada para os presos políticos, na verdade não havia esse *status* até 1974, a figura usada para nos designar era "os terroristas". Naquele lugar, eu conheci Joel Rufino [dos Santos], que além de ser um belo escritor tem uma grande virtude: é Botafogo. Ficamos amigos. Tinha pessoas ligadas ao Partidão, Moacir Longo e outros: Fábio Marenco, dirigente do POC... Houve uma rebelião dos presos comuns no presídio. E o juiz, Nelson Machado Guimarães, da 2ª Auditoria, identificou as digitais dos presos políticos na rebelião. Como punição, me tirou de lá, dizendo que eu tinha participado daquilo. Fui transferido para o Carandiru, onde estavam os meus companheiros da ALN, no mesmo processo. Pelo Hipódromo passou o Idibal Piveta, que era advogado de presos políticos e teatrólogo, fundou o grupo União e Olho Vivo. Encenou na época *O Evangelho segundo Zebedeu*, *O rei momo.* Hoje, é um grande amigo...

AS LUTAS DOS PRESOS POLÍTICOS E A RECONQUISTA DA LIBERDADE

E como foi a sua trajetória de preso político a militante do PT?

Estou vendo que vocês vão ter que conversar um ano comigo [risos]. Isso ainda é 1974. No Carandiru, a gente faz uma greve de fome. A punição: nós somos transferidos da Casa de Detenção para a Penitenciária do Estado, na Rua Ataliba Leonel: 22 horas na cela solitária e duas horas de sol, diariamente. Foi um ano frio. O ano da epidemia de meningite, 1975. A gente fez a greve de fome e, pela primeira vez, conseguimos nossa reivindicação central: uma cadeia para os presos políticos. Depois de 110 dias na Penitenciária do Estado, fomos devolvidos para a Casa de Detenção, enquanto se ultimavam as celas do Presídio Romão Gomes, no Barro Branco. Inauguramos aquele presídio no início de 1976, 42 presos. Tínhamos, pela primeira vez, condições mais decentes. Estávamos divididos em quatro celas, tinha um refeitório, um pátio para o banho de sol e o futebol. Havia três celas fortes, que a gente cuidou de preencher imediatamente [ri] com livros. E tínhamos uma oficina para trabalhar com material de couro: sandália, cinto, bolsa, para ajudar as famílias de quem precisava mais. Um fato importante, na Casa de Detenção, foi a visita de Pedro Casaldáliga, que estabeleceu um vínculo que teve desdobramentos muito importantes para a minha vida futura.

A essas alturas, você já tinha começado a escrever...

Eu recomecei a escrever na Oban. Você não podia ter nada na cela. Mas na sala de interrogatório, os caras me deixaram sozinho uma vez e eu catei uma caneta. O único papel que eu tinha era ou papel higiênico ou papel de cigarro. Eu nunca fumei, mas os outros presos me davam o papel do maço. Escrevi alguns dos primeiros poemas, mas sempre tive o cuidado de memorizá-los, por causa das revistas... Os poemas do primeiro livro[19], quase todos, se referem a fatos vividos na Oban, no ano de 1973. Quando Pedro Casaldáliga foi ao Carandiru, eu não tinha visita prevista para aquele dia. O pessoal já tinha descido, aí, chega alguém da administração da carceragem e diz: "Tem uma pessoa que quer visitar você". Quando eu desci, era o Pedro [ri]. Uma magnífica figura humana. Ficamos amigos a partir daquele momento.

Ele foi te visitar por quê?

Porque vinha de São Félix do Araguaia, uma região próxima da região onde nasci. Era muito amigo do bispo de Porto Nacional, dom Celso Pereira, que era amigo da minha mãe. Então, ficou sabendo que eu estava lá. Foi por solidariedade aos presos. Ele estava na casa dos jesuítas, em Itaici, município de Indaiatuba, aqui perto de São Paulo, para os encontros da CNBB, e resolveu fazer essa visita. Nesse período, também aparece outro personagem muito importante, que é o padre Renzo Rossi, um italiano, cuja vida é objeto de um belo livro escrito pelo nosso companheiro Emiliano José, da Bahia. Eu fiquei muito amigo do Renzo, ele conheceu os poemas, ficou impressionado com eles, e aí começou a ajudar a tirá-los da cadeia, ele e o Luiz Eduardo Greenhalgh. Naquela época, fabricavam uma caneta, Bic escrita fina, que era amarelinha, a capa era opaca. Eu escrevia os poemas, com letra miúda, no papel de cigarro e envolvia a carga da caneta. Ele trazia uma caneta igual e, durante a entrevista, eu punha em cima da mesa, pegava a caneta que ele trazia, e ele pegava a caneta que eu deixava. A cada semana ele tirava um, dois poemas com esse método. São os *Poemas do povo da noite,* que recebeu um prefácio emocionado e uma tradução para o espanhol de Pedro Casaldáliga. Meu primeiro livro. Foi publicado na Itália, depois na Espanha. Só mais tarde seria publicado no Brasil, pela Editorial Livramento, de São Paulo.

E como foi que nasceu o seu pseudônimo, Pedro Tierra?

Foi no presídio do Barro Branco, onde as condições eram melhores. A gente começou a fazer outras

coisas, cartão de natal feito com xilogravura. Moldes entalhados a partir de desenhos do Arthur Scavonne. E, em geral, os textos eram meus. A assinatura é HPS [Hamilton Pereira da Silva]. Mas eu tinha uma dificuldade grande para mandar os poemas para fora porque passavam pela censura da cadeia e eles não entregavam. Então eu escrevi uma carta para o meu irmão, Airton, para experimentar, dizendo: "Olha, eu encontrei aqui, entre os livros que a gente tem, os versos desse cara, Pedro Tierra – inventei –, pelo nome suponho que deve ser espanhol". E como a censura é um exercício para cassar a inteligência... Passou... Eles engoliram. Assim também saíram alguns poemas desse primeiro livro. Por carta. Uma explicação para o nome: por paixão e por posição política sempre fui muito ligado à América Latina. A poesia que escrevemos aqui no Brasil historicamente se mirou no espelho europeu, particularmente francês. Escrevemos com as costas voltadas para o continente. Quis que minha poesia pudesse ser um laço. Por isso o nome: Pedro se pronuncia igual nos dois idiomas. Tierra: o filho de lavradores nordestinos incorpora hispanoamérica no sobrenome. Bom. Um fato importante, decisivo para minha vida, é que nessa época eu conheço a Cristina, minha primeira mulher, mãe dos meus filhos. Irmã do Alexandre Vannucchi Leme. Nessa época, ela ia visitar o primo, Paulo Vannuchi, hoje ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Com ela vivi 26 anos. Nesse período, a gente tinha um acesso maior a informações. Produzimos muitas denúncias da situação da Penitenciária do Estado, de onde havíamos saído, que era desumana. Tiramos um documento bastante importante, com a ajuda do dr. Sobral Pinto, que foi nos visitar uma determinada ocasião. Ele falou assim: "É comigo mesmo. Eu levo". Foi uma coisa muito legal. Parece história de filme. Nós redigimos o documento e o colocamos dentro do tubo de uma garrafa térmica, entre o êmbolo e a capa externa da garrafa.

Como foi isso?

O dr. Sobral Pinto dizia assim para os carcereiros: "Eu quero falar com um por um", com os 42 presos. E o carcereiro mais filho da puta estava de plantão naquele dia. A combinação era: num determinado momento, a gente vai pedir o café para o dr. Sobral Pinto e leva a garrafa que tem o documento dentro. A sala do advogado é vedada, a polícia não entra. Na hora em que chegou o café, eu estava com ele, abri o fundo da garrafa térmica tirei o documento, ele botou dentro da pasta. Pouco depois, aquele documento foi publicado pelos jornais norte-americanos. Tinha um cara chamado Jack Anderson, cuja coluna era reproduzida em muitos jornais... A repercussão foi muito importante para nós. Mas, no final de 1976, um grupo do qual eu fiz parte foi levado ao Dops... Eles inventaram um negócio contra nós, de insubordinação, mau comportamento, coisa desse estilo. Ficamos lá, dez, quinze dias, depois voltamos para o presídio. Eu entrei com o pedido da [liberdade] condicional. Foi negado. Na verdade, eu já podia ter obtido, porque eu era réu primário. E o juiz Nelson Machado Guimarães não deu. Fui libertado em março de 1977, a três meses de cumprir os cinco anos integrais [da pena]. Quem me acompanhou na saída foram o filho do José Porfírio, o Reinaldo Morano, psiquiatra daqui de São Paulo, que foi presidente do Caoc [Centro Acadêmico Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina da USP], o Pedro Rocha e mais dois companheiros. Isso encerra esse ciclo. A gente sempre acha que encerra...

A sua família permaneceu em Porto Nacional?

Sim, permaneceu lá. O meu pai ficou um homem... soturno. Minha mãe não queria mais viver. Meu irmão padre teve que permanecer um longo tempo lá na casa deles... Dava comida para ela na boca, porque ela se recusava a se alimentar. Ficou absolutamente indiferente a qualquer coisa. Eu estava preso, o Athos tinha ido para o Chile, junto com a Dagmar, que é a única filha mulher, depois do golpe que derrubou Salvador Allende, estavam no exílio, na Bélgica. Eles voltam só em 1979, com a anistia. O retorno significou um impulso para mais vinte anos de vida dos meus pais. Quando voltei da prisão em 1977, meu pai soltou fogos para comemorar. Fez o mesmo quando os dois regressaram do exílio. Donana e Sabino morreram com quase 90 anos, com uma diferença de seis meses um do outro...

Como é que foi esse período depois que você saiu da prisão?

A primeira coisa que eu fiz quando saí da prisão foi uma filha [risos]. Eu saí em março, me casei formalmente em junho, e Ana Terra, minha primeira filha, nasceu em 7 de dezembro [ri]. Foi uma paixão absolutamente urgente [risos]. Ao sair da prisão, aconteceu uma coincidência: fui para o convento dos dominicanos, onde morava o meu irmão. Ali estava de visita, de passagem, dom Tomás Balduíno, que é amigo da minha família e dominicano também. Nós tínhamos vivido um episódio interessante no final de 1976... Eu escrevera uma carta para dom Tomás, por ocasião do assassinato do padre João Bosco Burnier. Ele respondeu, a censura da cadeia pegou e entregou para o coronel Erasmo Dias, um conhecido "democrata" que era, então, secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo. Erasmo denunciou ao *Estadão*, à *Folha*, aos semanários: "Os bispos católicos, esses comunistas enrustidos, estão se correspondendo com os terroristas". Mas, no dia que cheguei ao convento de Perdizes, foi anunciado o Pacote de Abril[20] pelo general Geisel. Dom Tomás perguntou para mim: "Você já tem trabalho?". Falei: "Não. Eu estou saindo da cadeia". "Você precisa, não pode ficar lá em Porto Nacional. Os caras vão sumir com você. Venha para Goiânia, estará mais seguro. Eu preciso de alguém que saiba escrever e que não exija um alto salário."

E qual era o emprego?

Ele queria que eu dirigisse o boletim do Conselho Indianista Missionário [Cimi], que depois se transformou num jornalzinho, publicado até hoje, chamado *Porantim*. Então fui para Goiânia. Em junho, me casei com a Cristina, grávida da Ana Terra. Saímos de Sorocaba [SP], e fomos parar em Belém, de ônibus [ri]. Participamos de um curso de indigenismo que o Cimi oferecia, para dar entrada no trabalho. Ficamos lá em Ananindeua, perto de Belém, durante uns quinze dias. Em seguida, fomos morar em Goiânia, junto com uma figura maravilhosa chamada Antonio Carlos Moura. Depois foi eleito deputado estadual pelo PT de Goiás. Ele era um jornalista de esquerda e militante cristão, da base de apoio de Pedro Casaldáliga em Goiânia. Na prisão, a partir do momento em que a gente teve acesso a jornais, nós montamos uma espécie de divisão de trabalho. Alguém se encarregava das notícias sobre movimento operário, alguém das notícias sobre o Parlamento etc. Eu fiquei encarregado de área indígena, conflito de terras e conflito entre trabalhadores rurais e latifundiários. Isso, para o que ia se seguir, foi muito importante.

Acumulou um capital de conhecimentos...

Exatamente. Quando eu saí, mantive os vínculos com os meus companheiros de cadeia que eram militantes da ALN: Paulo Vannucchi, Reinaldo Morano, Mané Cyrillo, Celso Horta, José Carlos Vidal, Carlos Lichenstein, Ariston Lucena, Laerte Méliga... Alguns saíram da prisão antes, alguns saíram só em 1979 com a anistia...

Mas a organização ainda existia?

Existia. Realizamos, ainda na prisão, um processo autocrítico a respeito da luta armada. E cada um que saía, saía para militar numa certa área de trabalho, um trabalho de base. Foi isso...

A identidade da ALN se mantinha com outra estratégia política?

Exatamente. Sai de cena a sigla, mas o vínculo político de confiança estabelecido, que unia as convicções a respeito do processo anterior, estava vigente.

Vocês fizeram contato com militantes da ALN de outros estados?

Sim. Gente que tinha ou não tinha passado pela experiência da prisão. Eu saio da prisão e vou trabalhar na área indígena, junto – no mesmo espaço físico inclusive – com um organismo que foi fundamental para a reorganização dos movimentos de trabalhadores rurais no Brasil, que é a Comissão Pastoral da Terra. Já em

1977, eu ajudei a redigir as linhas de ação da CPT, junto com Ivo Poleto e Pedro Casaldáliga. Nesse período, eu vou viajar muito pelo país. Era um trabalho de base, muito exigente. Uma experiência extraordinariamente rica para as esquerdas brasileiras. A Igreja Católica no Brasil, naquele momento, vivia o momento em que ela manteve a maior identidade com os interesses populares em quinhentos anos. Uma geração de bispos como nunca houve igual estava no auge de sua maturidade e capacidade de ação: dom Paulo Evaristo, em São Paulo; dom Waldir Calheiros, no Rio; dom Tomás Balduíno, em Goiás; dom Pedro Casaldáliga, em São Félix do Araguaia, Mato Grosso; dom Fernando Gomes, em Goiânia; dom Alano Pena, no Pará, em Marabá e Conceição do Araguaia; dom José Maria Pires, em João Pessoa; dom Hélder Câmara, no Recife; dom Antonio Fragoso, em Carateús, no Ceará; dom José Gomes, em Chapecó, Santa Catarina; dom Moacyr Grechi, em Rio Branco, no Acre; além dos dois Lorscheider, Ivo e Aloísio, que eram as referências mais importantes do ponto de vista da instituição, e de dom Luciano Mendes de Almeida. A Igreja Católica havia se convertido num espaço protegido da repressão, onde muitos militantes de esquerda podiam realizar o trabalho de base com a população trabalhadora, seja no campo, seja na cidade.

A Igreja funcionou como um pólo de condensação...

É. Não é uma escolha a frio, é um processo cheio de contradições. A Igreja Católica estava na rua com as marchas "pela família e pela liberdade"[21], apoiando o golpe, em março de 1964. Já em 1966, a polícia invade o convento dos dominicanos em Belo Horizonte para impedir que se realizasse o congresso da UNE. Aqueles que me expulsaram do seminário [ri]. Quer dizer, já tinha começado a haver um movimento no sentido de se afastar do novo regime. Quando dom Paulo Evaristo Arns assume aqui, ele se paramenta como arcebispo e vai visitar o [Presídio] Tiradentes: lá estavam o frei Betto, o frei Fernando, o frei Ivo etc. Ali era um momento de confronto, de marcar posição: "Olha, a tortura nós não toleramos". No episódio do Alexandre Vannucchi, dom Paulo desempenhou o papel principal, no caso do Wladimir Herzog, também. Naquele momento, muita gente ligada ao MEP [Movimento de Emancipação do Proletariado], ao PCBR [Partido Comunista Brasileiro Revolucionário], ao PCdoB, gente como eu, que apesar de não ter a sigla ALN...

Tinha essa origem...

Isso. Trabalhávamos juntos, e eles não questionavam isso. Outro aspecto que favoreceu esse ressurgimento dos movimentos, particularmente no campo, foi o caráter ecumênico dessas organizações, tanto o Cimi como a CPT. Em outros lugares, a Igreja Católica não conseguiu avançar. Mesmo a Comissão de Pastoral Operária era mais fechada. A CPT nunca se definiu como um movimento, mas sim como um organismo pastoral de apoio à interligação das lutas dos trabalhadores, cristãos ou não. Isso abriu um horizonte imenso de trabalho para nós que estávamos chegando do exílio, da cadeia ou da clandestinidade. Eu passo a morar em Goiânia, trabalhando no Cimi, sempre fazendo contatos com os remanescentes da prisão e outros companheiros. Por exemplo, esse grupo ao qual eu pertencia e que discutia política mantinha contatos com o José Dirceu, que ainda estava na sombra, estava clandestino no Paraná. Ele vinha do Molipo [Movimento de Libertação Popular], que é uma fração da ALN, ocorrida com a vinda dos 28 de Cuba para cá em 1971. Fizemos contato com outros companheiros que vinham dessa mesma vertente. Qual foi o trabalho imediato? Qual era a tarefa estratégica? No campo das políticas indigenistas, Rangel Reis, o ministro do Interior, dava a seguinte declaração: "Dentro de quinze anos não haverá mais índios no Brasil. Nós vamos emancipá-los" [ri]. E eu dizia: "O Ministério do Interior não quer emancipar os índios, ele quer emancipar as terras dos índios" [ri]. Começamos uma luta contra a falsa emancipação dos índios. E vencemos. O Cimi apoiava o trabalho de regularização e reconquista das terras indígenas, que estavam ameaçadas, seja pela Volkswagen ou pelo Grupo Silvio Santos, que as tinham invadido; seja por lutas entre comunidades indígenas, como no caso dos Kaiapó que combatiam os Tapirapé[22]; seja contra garimpeiros ou madeireiros que invadiam como ainda hoje ocorre. Bom.

DAS LUTAS SOCIAIS DO FINAL DOS ANOS 1970 À CRIAÇÃO DO PT

Era um período de muita radicalização, não é?

Sem dúvida. Em 1976, eu ainda não havia saído da prisão, ocorreram dois assassinatos. O padre João Bosco Burnier, que trabalhava com os índios Bakairi, foi assassinado por um soldado da PM do Mato Grosso, que pensou que estava matando dom Pedro Casaldáliga. O padre João Bosco era um senhor de mais idade, que estava de batina, então pensaram que ele era o bispo. Antes, em julho, tinha sido assassinado, dentro da aldeia Bororo de Merure, o padre Rodolfo Lunkenbein. Havia um confronto muito forte. A esquerda se apropriava desses temas para fazer a disputa pela democracia, pelo respeito às populações trabalhadoras, tendo como amparo o escudo da Igreja. Bom. O escritório do Cimi funcionava dentro da sede do secretariado nacional da CPT. Eu produzia o boletim, mas também participava de tudo que era atividade da CPT com os trabalhadores rurais, que viviam o processo de construção das chamadas oposições sindicais, da disputa dos sindicatos pelegos. E, é bom lembrar, os sindicatos de trabalhadores rurais eram uma calamidade pública. O ano em que mais se fundou sindicatos de trabalhadores rurais na história do Brasil foi 1970, no governo Médici. Quem fundava era o Incra, não eram os trabalhadores. E o sindicato se resumia a um gabinete dentário.

Sem esquecer que os sindicatos ficavam dentro do Sindicato Rural...

Isso. Do sindicato dos próprios patrões. Então, a CPT estava começando a se expandir para todos os estados do Brasil onde as dioceses tinham certa sensibilidade para o tema. A CNBB era dirigida pelo setor mais progressista da Igreja no continente. Há uma produção teórica fecunda: Leonardo Boff, Clodovis [Boff], Carlos Mesters, Oscar Beozzo, Paulo Suess, Ivo Lesbaupin, Luiz Alberto Gomes de Souza...

É uma produção teológica e teórica dessa prática...

Isso. Daquele grupo remanescente da ALN, outros companheiros estavam trabalhando na periferia de São Paulo, na zona leste, na zona sul, no Camp [Centro de Assessoria Multiprofissional][23], no Rio Grande do Sul, procurando estimular o trabalho de base. Muita gente estava trabalhando no Instituto Sedes Sapientiae. Eu, como estava ligado ao Secretariado Nacional da CPT, ia para tudo que é estado do Brasil, muita vezes para "apartar briga de pobre" [ri]. Teve um momento que, em Glória, na Bahia, tinha uma briga entre a comunidade indígena Pankararé[24] e o sindicato local. E eu, explicando para eles: "Olha, se vocês dois brigam, os dois saem perdendo, quem sai ganhando é o latifundiário". E todo mundo prestando muita atenção no que eu dizia. Terminei a minha fala, o presidente do sindicato, um caboclo forte, chamado Silvestre, que só tinha o toco do braço esquerdo – a moenda tinha comido o braço dele –, disse: "A gente sabe tudo o que o senhor está dizendo". Falei: "Mas, se você sabe, por que é que a gente não consegue resolver isso?". Aí ele falou assim: "Eu sei, porque antes de ser presidente do sindicato eu já trabalhei muitos anos de cacique..." [rindo]. Aí eu peguei minha sabedoria, botei minha viola no saco... Vamos mais devagar. Vamos ver se a gente se entende... [rindo].

Essa experiência do movimento social foi um aprendizado fantástico, porque antes a esquerda vivia muito isolada, em discussões teóricas...

Exatamente. E tínhamos a vantagem de ter uma amarga experiência anterior, e alguma possibilidade de leitura. Quando a gente chega para fazer o diálogo com os trabalhadores, que é um momento ímpar na história da esquerda brasileira, nós tínhamos acumulado alguma experiência. O frei Betto, por exemplo, estava na Pastoral Operária, junto com o pessoal que, depois, ia resultar nas greves do ABC. Ele passou por

Vitória [ES] e depois veio para cá. Paulo Vannucchi, que também vinha da ALN, estava trabalhando na zona leste, na zona sul [de São Paulo], na organização de movimento contra a carestia, movimento de educação, via Sedes Sapientiae. Eu estava junto com a CPT, que vai ser matriz de dois movimentos importantes para o campo. Primeiro, o movimento que resulta na constituição das oposições sindicais, particularmente a Oposição Sindical de Goiás, e o diálogo com a extraordinária experiência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, no Pará. Essas duas experiências desempenharam um papel fundamental no estímulo à organização para a conquista de sindicatos, federações, até chegar à Contag. É a matriz geradora da construção da CUT no campo. O outro é aquilo que será mais tarde o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. O João Pedro Stedile oferecia um trabalho de assessoria à CPT, produzindo textos de análise econômica, eu produzia textos de análise política, e o monge beneditino Marcelo Barros se encarregava de redigir textos de leitura bíblica para que inspirassem o compromisso das comunidades de base na participação nas lutas dos trabalhadores. Isso no começozinho dos anos 1980.

E como você relaciona esta atuação naquele momento com as suas experiências políticas anteriores?

Nós, remanescentes da experiência de prisão que tínhamos feito a autocrítica da luta armada, trazíamos uma espécie de compromisso. Isso nunca foi escrito em lugar nenhum, mas vimos a necessidade de estabelecer esse contato direto com as lutas sociais dos trabalhadores, que estavam "pipocando" por todo lugar. E qual era o compromisso? Não assumir cargo de direção. Realizar o trabalho de base, porque, as direções, nós tínhamos que ajudar a formá-las. O resultado disso é que vamos nos aproximar do movimento operário do ABC, que começa a polarizar a luta social no país, com maior rapidez do que outras antigas siglas de esquerda, que não tinham feito ainda esse processo de autocrítica. Eu me refiro, agora, não como um corpo, mas aos militantes que pertenceram à ALN. Se você olhar o conjunto deles, vai ver que poucos não se engajaram na construção do PT na primeira hora. Para a maioria de nós a alça de mira – símbolo da ALN – havia explodido e dera lugar à estrela... Diferentemente de outros grupos que viram o movimento do ABC como adversário. O pessoal ligado ao PCB, ao MR-8, ao PCdoB não ia jamais aceitar aquilo... O PCdoB vivia a sua crise em razão da avaliação da Guerrilha [do Araguaia][25], e do Massacre da Lapa[26]. E tem as suas definições, como continua tendo até hoje, quer dizer, o PT é um aliado, na melhor das hipóteses. Em muitos momentos, nós fomos adversários, no campo da esquerda... Não foram poucas as vezes em que a gente enfrentou problemas, no âmbito das pastorais populares da Igreja Católica, com companheiros ou companheiras do PCdoB disputando aquele espaço com outros, de outra organização de esquerda. Agora, o que eu acho que tem que se destacar a respeito da Igreja é: eles tiveram, naquele momento, a sensibilidade de que o ecumenismo não era apenas para aceitar a contribuição ou a partilha de experiências com outros cristãos, mas era o que eles chamavam de macroecumenismo, ou seja...

Mesmo quem não era cristão...

Mesmo quem era ateu era bem-vindo, desde que tivesse os mesmos objetivos. Esse é um momento raro numa instituição como a Igreja Católica. E durou pouco tempo. Tanto a experiência do Cimi como a da CPT foram de enorme valia. Quando houve a fundação do Partido dos Trabalhadores, elas funcionaram como sementeiras de lideranças, de dirigentes, e não como obstáculos, como competidoras. Era um fenômeno que nunca tinha acontecido no campo das esquerdas no Brasil. Nos anos 1950, quando Gregório Bezerra organizava os sindicatos de trabalhadores rurais no Rio Grande do Norte, quem era o adversário? Era dom Eugênio Salles! Ele organizava os sindicatos na sacristia da igreja de Natal, no Rio Grande do Norte, antes de ir para o Rio de Janeiro. Então, nas décadas de 1970, 1980, a gente se beneficiou desse momento que a Igreja vivia. O próprio Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, que era uma referência fundamental para nós, era estimulado, localmente, pela Igreja Católica. Ranulfo Peloso era franciscano, "cria" de seminário... O Antonio Vieira, da Fase, uma figura indispensável para a definição e a qualidade do processo

de conquista pela base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém e da sua divulgação pelo boletim *Lamparina*, que funcionava como o organizador do pensamento e das propostas do novo movimento, trabalhara na equipe de dom Hélder Câmara, no Recife. É difícil dizer quem não era. João Pedro Stedile também é "cria" de seminário...

Mas, voltando à sua produção literária, quando é que o Pedro Tierra ganha vida pública?

Com a anistia, em 1979, é que sai o primeiro livro, *Poemas do povo da noite*, que não foi publicado no Brasil, mas na Espanha, com prefácio e tradução de Pedro Casaldáliga. Ele foi levado pelo Fernando Morais para a Casa de las Américas[27] e lá recebeu a menção honrosa. Depois foi publicado aqui pela Editorial Livramento. Ao mesmo tempo, eu publiquei dois poemas litúrgicos que se tornaram muito conhecidos na época: a *Missa da terra sem males*[28], que eu escrevi junto com Pedro Casaldáliga, e que recebeu música de Martín Coplas, um argentino que vive no Rio Grande do Sul, e a *Missa dos quilombos*[29], que recebeu a música de Milton Nascimento. Ambos foram proibidos pelo Vaticano. Do mesmo modo que nas concepções leninistas você não separa o jornal do núcleo de pensamento e da estrutura orgânica do partido, na Igreja Católica você tem uma coisa que é a pastoral, você tem que ter uma teologia – como a Teologia da Libertação –, mas você deve ter também uma liturgia. Ou seja, você deve ter uma linguagem para expressar a reflexão teológica de uma determinada maneira, através do culto. Pedro Casaldáliga dizia: "É, a Igreja também precisa dos ateus e dos comunistas, porque, para fazer uma liturgia latino-americana, precisou se servir do seu texto" [risos].

Quer dizer que o Casaldáliga tinha essa intenção de criar uma nova liturgia compatível com a Teologia da Libertação, com as comunidades de base?

Isso. O Vaticano proibiu, mas ninguém deu bola. Até hoje ela é celebrada em várias partes do mundo... Eu acho que essa nova liturgia ajuda a compor algo que, se fosse no começo do século XX, eu chamaria de uma cultura libertária. Naquele momento, talvez libertadora fosse o melhor termo... Mas, voltando à pergunta, é nesse momento que o Pedro Tierra ganha vida própria...

O seu depoimento mostra um outro olhar sobre a fundação do PT. Em geral, parece que tudo aconteceu em São Paulo, e, no máximo, o que surge nesse núcleo é levado para o resto do país. Você mostra a importância do que estava acontecendo naquele momento em vários lugares do Brasil, inclusive, no mundo rural. Na sua perspectiva, parece ser mais um caminho de mão dupla...

É uma troca, as coisas não têm uma ordem cronológica. Elas se criaram a partir das condições sociais que vivíamos, do desmoronamento do arcabouço do discurso da ditadura, que estava sendo minado dentro do Parlamento, nos centros urbanos em crise – vamos lembrar das estações ferroviárias, dos trens que foram depredados em 1976 –, eram todos elementos formadores disso que eu chamei de cultura libertadora....

A própria difusão da pedagogia do Paulo Freire...

Isso. E essa cultura encontra no movimento operário o seu catalisador mais elevado. Porque ele tem a capacidade de converter todos esses movimentos marcados pelo localismo, pela estreiteza de horizontes, num movimento nacional. Quando essa cultura cai na boca do Lula, do movimento operário do ABC, ela ganha uma potência política que não tinha, porque antes tudo estava disperso. Então, nós encontramos o leito. Quer dizer, a minha geração, depois da derrota política, militar e ideológica da luta armada, tem a possibilidade de produzir o encontro do pensamento da esquerda com as lutas populares. Quando eu chegava, trabalhando pela CPT, em Santarém ou no interior da Bahia, as pessoas diziam assim: "Eu quero conhecer o sindicato de São Bernardo do Campo". Eles não queriam conhecer o sindicato vizinho. Estava se construindo uma referência unificadora. Funciona como esse elemento polarizador, dirigente no melhor

sentido. Porque agrega, unifica... São Bernardo atua como unificador desses processos que estavam "pipocando". Houve as experiências anteriores da Conclat, aquele documento de [João] Monlevade [MG]... Tem o encontro de João Monlevade. Lá dirigia o sindicato dos metalúrgicos o companheiro João Paulo [Pires de Vasconcelos], que mais tarde foi eleito deputado federal pelo PT. Depois, aconteceu o encontro de Vitória, no Calir [Centro de Aperfeiçoamento de Lideranças Rurais], em Cariacica [ES], onde se constituiu a Anampos. Todas essas experiências foram, na verdade, passos, em que estava metida toda essa esquerda, ainda fraturada, mas que percebera que havia algo de novo acontecendo na vida do país, que era o movimento operário do ABC. Isso é pré-PT. Mas essa coisa já fazia parte de uma construção simultânea, porque, mesmo em outras condições, as lutas estavam sendo travadas. Em Goiás, por exemplo, havia lideranças que fundiam na mesma figura a expressão artística, a expressão política e de comunicação. Não eram poucos os dirigentes que, ao mesmo tempo, faziam música para o pessoal cantar nas reuniões e orientavam a formulação das reivindicações...

No Rio Grande do Sul, também, havia o Antonio Gringo...

No caso de Goiás, o Nativo da Natividade escrevia letra de música. O Tião da Paz, presidente do sindicato de Uruaçu, tocava sanfona... Ambos foram assassinados a mando de latifundiários. Formou-se um ambiente cultural no período que desempenhou um papel extraordinariamente importante no sentido de plasmar no útero do movimento o que vai acontecer em 1980. No dia 10 de fevereiro[30], o Mané [Manoel] da Conceição[31] faz a ponte, ele é a ponte entre as lutas dos anos 1960, no Pindaré, no Maranhão, e essa coisa nova. É um momento de encontro das diferentes vertentes do pensamento e das lutas da esquerda, gerações de lutadores de etapas diferentes. Mário Pedrosa e Apolonio [de Carvalho][32] eram duas faces da esquerda, digamos, ortodoxa, do século XX no Brasil. Um mantinha correspondência com o Trotski, e o outro era filho legítimo da III Internacional. E os dois caminharam juntos pelo corredor do [Colégio] Sion. O Mário Pedrosa chorava, e o Apolonio, risonho, acenava para nós. Quer dizer, as gerações dos anos 1930 estavam se encontrando com a geração que havia sido derrotada politicamente, militarmente, pela ditadura e buscava caminhos a partir do chamado do novo movimento operário que nascia. Imaginem só o que isso significava para nós, que estávamos vindo da cadeia. Tinha gente que tinha sido condenada à morte e nunca tinha participado de uma assembléia [ri].

E como você situa a sua participação no partido de 1980 para cá?

Eu escrevi uma vez, num poema dedicado ao PT: "Nascemos num campo de futebol/ haverá berço melhor para dar à luz uma estrela?". E, mais adiante: "A revolução que acalentamos na juventude/faltou/a vida, não./A vida não falta./E não há nada mais revolucionário que a vida"[33]. Assim eu via o partido ao nascer. Esse foi o berço por onde ele olhava o Brasil. O PT olhava o Brasil pela ótica da metrópole. Mas nós tínhamos movimentos fortes, por exemplo, entre os canavieiros de Pernambuco. Naquele momento, eram centenas de milhares de trabalhadores, articulados pela Contag e pela Fetape [Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco], que era uma federação de trabalhadores muito ativa. Tínhamos as lutas pela terra, particularmente na região da Amazônia legal, amparadas e estimuladas pelos organismos da Igreja Católica como a CPT. Em 1983, depois de uma sucessão de greves no ABC e depois do período de recessão, as mobilizações começam a ser retomadas. No mês de agosto, fundamos a Central Única dos Trabalhadores, lá no Vera Cruz[34]. No total, estavam presentes 913 entidades sindicais, das quais 250 eram sindicatos de trabalhadores rurais. E quem levou aqueles sindicatos foi a CPT. Porque a Contag, dirigida por companheiros ligados ao PCB, e outros setores conservadores, era contra a formação da CUT. Houve um memorando no final de julho expedido pela Contag para todos os 2.400 sindicatos do país, para dizer que não haveria o congresso de fundação da CUT. E nós mobilizamos, da maneira que a gente conseguiu, a presença desses 250...

A IGREJA CATÓLICA, AS LUTAS SOCIAIS E OS MILITANTES DA ALN

Que função você exercia?

Eu era assessor da Comissão Pastoral da Terra em Goiânia. João Pedro Stedile também estava lá dando assessoria econômica. Produzíamos subsídios para os movimentos dos trabalhadores rurais do país nas áreas de economia, política e leituras bíblicas que eram assinadas pelo monge beneditino Marcelo Barros. Bom. Nós vivíamos um processo de mobilização e de lutas disseminado nas diversas regiões do Brasil. Isso vai ter, naturalmente, incidência na aproximação entre o PT e as lutas dos trabalhadores rurais, até começar a Constituinte, em 1987. A experiência de Santarém vem para o âmbito do partido. Há quem pense que foi o PT que criou o novo sindicalismo rural no Brasil. Na verdade, o sindicalismo rural foi um fator importante de consolidação do PT como um partido nacional. Foi uma coisa de mão dupla. Em Mato Grosso, por exemplo, havia um PMDB forte, por razões históricas, com a presença do Dante de Oliveira como liderança... E o fato da equipe de Pedro Casaldáliga, lá em São Félix, não se identificar, inicialmente, com as posições do PT criou obstáculos importantes ao crescimento do partido na região. Havia uma forte influência do PCdoB. No Acre foi o contrário. Havia experiências que obedeciam a diversas vertentes: tinha um pessoal ligado aos trotskistas, do Trabalho, tinha o pessoal do PRC [Partido Revolucionário Comunista] etc. Isso ocorre também na região de Rondônia, mas o Acre é exemplar.

Por quê?

Lá, a Igreja Católica era dividida em duas prelazias importantes. A prelazia do Acre e de Purus, que cobre a área de Rio Branco; e a prelazia de Cruzeiro do Sul. Numa o bispo era dom Moacyr Grechi, progressista. Na outra, era um alemão chamado Heinrich (Henrique) Rüth, que era contra qualquer mobilização de trabalhadores. Então, lá, era um cemitério, não acontecia nada. Ou seja, sem a presença estimuladora da Igreja Católica, não vingava nada, porque era um dos poucos espaços em que a sociedade tinha a possibilidade de falar livremente, de se articular. Daí vão surgir lideranças que se afirmaram no estado e depois nacionalmente: Bacurau, Wilson Pinheiro, Raimundão, o Nilson Mourão, Chico Mendes, a própria Marina Silva, ministra do Meio Ambiente. Bom. Na estrutura do PT, havia uma Secretaria Agrária, encabeçada inicialmente pelo Mané da Conceição, mas o PT ainda não tinha estabelecido as pontes entre a sua proposta e as lutas dos camponeses, dos trabalhadores do campo. Isso vai obedecer a um certo ritmo, ditado por um momento de afluxo dos movimentos sociais. Meu trabalho, nesse período, está voltado para isso.

O trabalho da CPT tinha alcance nacional?

A CPT tinha uma rede de 23 representações regionais, e eu percorria o país, acompanhando as lutas pela terra. Nós estávamos trabalhando num terreno fecundo, porque a Contag vivia uma crise. A Contag nasceu de maneira independente às vésperas do golpe, em 1963, e tem uma história de resistência à ditadura. Eu identifico o 3º Congresso da Contag como um momento marcante, de afirmação da luta pela reforma agrária durante a ditadura. Mas ela vivia uma crise, e o PT acabou por se beneficiar dessa crise. A Contag não conseguia responder, naquele momento, aos três principais desafios que os trabalhadores do campo tinham que enfrentar: a questão da conquista da terra, a questão da produção agrícola e a disputa dos recursos públicos, dos financiamentos. Era um organismo burocratizado, na minha opinião, como em geral aconteceu com as confederações. O PT se beneficia disso por quê? Porque mantém um vínculo bastante estreito com lutas dos trabalhadores rurais, que, em geral, alcançam um grau de radicalidade muito rapidamente. Quando você disputa a terra, três dias depois você enfrenta ou o jagunço ou a polícia. Alguns meses depois, se tanto, você está na frente de um juiz. Ou seja, é um conflito de velocidade muito grande...

E muito pesado...

É. Porque disputa uma questão objetiva, que é a propriedade. Então o PT se engaja nesse processo, ganha simpatia. É um partido de berço urbano, mas que estabelece, com certa rapidez, o diálogo com as lutas do campo, como, em geral, os partidos da esquerda anterior não conseguiam. Se a gente pegar a história do PCB, a entrada no campo é pequena, fora alguns momentos exemplares: Porecatu[35], no Paraná, nos anos 1950; Trombas e Formoso, em Goiás... Ou a luta, também em Goiás, na região da estrada de ferro, em Pires do Rio[36], que teve entre os seus protagonistas o próprio Gregório Bezerra, que estava clandestino por lá. Bom. O PT avança porque tem um vínculo bastante estreito com as pastorais populares, esse comunitarismo cristão, que tinha um impulso muito forte, particularmente nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte do Brasil.

E na Região Sul?

No Sul, há um outro perfil. A Igreja Católica produz resultados bastante interessantes a partir das lutas dos deslocados de Itaipu[37], onde houve uma experiência de colaboração com os luteranos liderados pelo pastor Werner Fuchs[38] e o pessoal da Assesoar [Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural]. Uma entidade fundamental para a qualificação das lutas e das reivindicações. No Rio Grande do Sul, a Igreja começa a trabalhar com os filhos dos pequenos proprietários. Isso vale também para Santa Catarina. Essa posição da Igreja mexe com setores que são de formação tradicionalista, conservadora, mas uma gente muito lutadora, muito aferrada ao trabalho da terra. Não só ao trabalho produtivo, também ao trabalho simbólico, àquilo que a terra significa no imaginário. São pessoas que consideram a Bíblia como o código de honra dos trabalhadores do campo. Isso é muito importante para que a gente possa compreender a diversidade que o PT abriga...

E essa ponte com o campo foi fundamental até para o partido passar a ter um caráter realmente nacional...

Esse é o aspecto que me parece mais valioso. É assim que o PT se converte num partido que traz consigo as diversas expressões do Brasil. Porque a Igreja é uma instituição nacional. E, naquele momento, ela se contrapunha a outra tradicional instituição nacional, que é o Exército. Então o PT vai ganhando complexidade. O próprio discurso classista do PT – "Vote no 3, que o resto é burguês!" ou "Trabalhador vota em trabalhador!"[39] – vai começar a ruir no primeiro processo eleitoral. E o pequeno proprietário, que vai com o PT pelas mãos da Igreja, onde fica? Ele não é assalariado, e tampouco é burguês. Mas é igualmente oprimido. Então, essa aproximação do PT com as lutas dos trabalhadores do campo enriquece, traz um grau de complexidade, porque o aproxima da realidade concreta do país, que não foi estudada por Marx, por Lenin ou Trotski, tal como a liam os nossos dirigentes que vinham da esquerda anterior ao PT.

Mas você era uma liderança que vinha de uma tradição marxista e vai militar no seio da Igreja Católica. Como é que foi isso para você?

Uma vez eu conversei com dom Tomás Balduíno, que era meu chefe: "Você sabe que eu sou marxista, Tomás". Ele falou assim: "Eu sei. O que nos une não é a fé, são os nossos objetivos. Você luta pela organização dos trabalhadores, nós também. Então, vamos trabalhar no que nos unifica e vamos pautar o que produz a divergência entre nós". Ou seja, eu estava diante de um quadro político de primeira categoria. Provavelmente ele não aprendeu isso nos manuais de São Tomás de Aquino... Como eu já disse, a Igreja Católica vivia um momento singular e fecundo. A Teologia da Libertação é um movimento que interpreta o catolicismo popular brasileiro e incorpora determinados elementos da teoria marxista, na ação de Camilo Torres, e mais profundamente na formulação do pensamento do peruano Gustavo Gutiérrez e de outros religiosos que se engajaram no processo de libertação na América Latina. Mas, no caso brasileiro, que na minha opinião é o que se aprofundou mais, ela se tornou um escudo de proteção para o trabalho de organização dos trabalhadores, numa situação de resistência à repressão da ditadura. É uma mudança enorme, porque a tradição da Igreja, desde a Liga Eleitoral Católica[40] dos anos 1930, era que o eleitor cristão recebia a cédula com o nome do candidato



Hamilton Pereira em Goiás Velho (1977).

que ele ia depositar na urna. Sem essa mudança na Igreja, levaria anos para essa aproximação entre a esquerda e aquilo que havia de mais fecundo nas lutas dos trabalhadores – se é que a gente ia conseguir. Se isso é difícil na cidade, imagine no campo...

E você vê alguma diferença na forma como os remanescentes da ALN fizeram essa aproximação em relação a outros setores da esquerda?

Sim. A autocrítica da luta armada que nós fizemos ainda na prisão nos permitiu uma abertura maior para a participação no PT. Sem uma caracterização de *entrismo,* ou seja, nós não entramos organizados como ALN para dentro do PT. Isso não ocorreu, em geral, com as organizações. O pessoal ia com uma visão, que se revelou ilusória, de que eles eram portadores da ideologia revolucionária e bastava se articular isso com o movimento operário para dirigi-lo. Ocorreu o contrário. O processo do PT digeriu os setores mais conseqüentes dessas organizações de esquerda. Elas foram se dissolvendo de maneira fecunda dentro do PT. Nós, que vínhamos da ALN, mantínhamos encontros, realizávamos debates para avaliar o processo de crescimento das lutas populares, mas não era uma coisa muito sistemática. A alça de mira dera lugar à estrela.

Como você avalia as declarações do Paulo de Tarso Venceslau de que um certo núcleo da ALN se mantinha organizado mesmo depois da constituição da Articulação? Ele diz que tem documentos da ALN de 1988...

Eu acho que esse processo tem um pouco de lendário, e tem muito a ver com a figura do José Dirceu, que tinha se afastado da ALN e se aproximado do Molipo, mas dialogava, permanentemente, com o grupo da

ALN que foi para o PT: Paulo de Tarso Venceslau, Paulo Vannucchi... Nesse debate político, havia pessoas que não vieram, inclusive, a ser militantes do PT, como Reinaldo Morano. Havia Mané Cyrillo, que foi militante do GTA [Grupo Tático Armado] da ALN, participou do seqüestro do embaixador americano[41]. Ou ainda figuras como José Carlos Vidal, ou Laerte Méliga, no Rio Grande do Sul. Eram pessoas com as quais eu dialogava permanentemente. Conversávamos e traçávamos estratégias de trabalho, cada um na sua área, mas tendo a clareza de que o PT era um partido estratégico. Isso é importante, porque, como diz o Lula, houve grupos que discutiram por anos e anos para saber se o PT era "estratégico" ou "tático" [risos]. Tinha gente que achava que o partido não era para disputar eleição [ri]. Quer dizer, a minha leitura é que esse grupo que vem da ALN se dissolve dentro do PT e eu não atribuo o seu peso à sua condição de grupo, porque ele não tem essa condição, mas ao conjunto das pessoas...

Não é mais uma organização...

Não. O que dá o peso é o lugar que essas pessoas ocuparam. Em 1987, no 5º Encontro [Nacional do PT], eu fui para o Diretório Nacional e para a Executiva Nacional. O Zé Dirceu é o secretário-geral do partido nesse momento. Paulo de Tarso Venceslau ocupava um lugar de destaque na assessoria da CUT. Paulo Vannucchi, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o Laerte Méliga estava no Camp, em Porto Alegre, apoiando os trabalhadores rurais, Carlos Liechenstein trabalhava no Sedes Sapientiae, que era um grande centro de difusão do trabalho popular e de apoio à construção do PT, o Aton Fon Filho se tornara advogado de movimentos populares. Então, eu diria que é mais pela biografia individual do que por uma, digamos, estratégia organizativa etc.

Mas era um grupo que tinha também essa concepção de que, por dentro da própria Articulação, seria necessário criar um núcleo dirigente...

Isso sim. Na constituição dos 113 [Articulação dos 113], não tem ninguém de fora... Ocorre que o PT, inicialmente, é muito forte e muito frágil. É muito forte porque ele é o lugar de encontro entre a esquerda que fora pulverizada pela repressão e um movimento operário nascente. Agora, muito frágil por que é um partido que nasce rompendo tanto com a tradição da III Internacional como com a tradição da social-democracia, que não tinha presença expressiva no Brasil. Só que o PT é mais complexo que isso. Então ele incorpora o pessoal que vem da tradição da Igreja e os sindicalistas. Naquele momento, o que é que nós estávamos vendo? Um partido que reconhecia tacitamente o direito de tendência, que só vai ser formalizado no 5º Encontro... Para a tradição do Apolonio era inconcebível. "Isso está fadado ao fracasso." Mário Pedrosa achava uma maravilha [ri].

Como é que se materializava esse direito de tendência?

Por exemplo, na tradição leninista, o jornal próprio era fundamental – "o *Iskra*[42] é o fator de aglutinação dos revolucionários" –, então, cada tendência tinha o seu jornal, que se expressava dentro do movimento estudantil, e mesmo dentro do movimento operário. O que é que resultava disso? O perigo da falta de coesão, da fragmentação. O grande mérito dos nossos primeiros dirigentes do PT, Lula, Zé Dirceu, foi que eles formularam a seguinte visão: "Nós não podemos partir de um pressuposto de que somos um pacto ideológico. Para o PT dar certo, temos que nos constituir como um pacto político, que abrigue essas diferenças". Mas essa percepção não foi explicitada inicialmente. Ela só será explicitada no 5º Encontro. Era um negócio meio instintivo: "Gente, não faz disso aqui uma religião, que desanda". Não pode virar Igreja... Era um grupo não-grupo, uma tendência contra as tendências...

E como vocês, que vinham da ALN, conseguiram criar relações de proximidade e de confiança com os sindicalistas e com a Igreja?

Veja só, por exemplo, frei Betto vinha da ALN e estava perto do Lula em São Bernardo, antes da fundação do PT, na Pastoral Operária, lá com dom Cláudio Hummes etc. Nós fizemos a ponte entre o movimento do ABC

e o de Santarém, que é uma experiência "leninista tropical". Todos os passos de uma organização leninista foram cumpridos naquela experiência... O [Antonio] Vieira estava à frente do processo inicialmente, mas surgiram lideranças importantes: Avelino Ganzer vai se tornar o primeiro vice-presidente da CUT, Geraldo Pastana vai ser o segundo secretário Agrário do PT. Eu diria que aí há uma percepção histórica, ou seja, nós passávamos de uma experiência acumulada para uma experiência nova. Então, nós vamos trabalhar para reforçar esse núcleo dos 113: os sindicalistas, as redes que foram sendo construídas no âmbito do trabalho da Igreja, e essa parcela da esquerda que vinha da luta armada e percebeu o PT como um projeto estratégico. Entendíamos que era preciso construir esse núcleo dirigente, para fazer o enfrentamento político e ideológico com as demais correntes...

Mas, entre os que vinham da luta armada para a Articulação, nem todos eram da ALN, não é?

Não. Seguramente éramos minoria. Outros foram se incorporando. Havia o pessoal que vinha do PCdoB, que acompanhou o Wladimir Pomar. Eu diria que nós prestamos um serviço para a consolidação do PT. E o 5º Encontro, em 1987, explicita o PT como um partido que reconhece o direito de tendência, mas ainda não reconhece o direito da proporcionalidade da representação. Isso foi só no encontro posterior. Já lá em Goiás, o PT repousava sobre dois pilares. Primeiro, o movimento dos trabalhadores rurais. É bom lembrar que ainda era "Goiás inteiro", Goiás e Tocantins. Só com a Constituição de 1988 é que vai se dividir ao meio. As experiências de luta dos trabalhadores rurais no estado abrigavam, em primeiro lugar, pequenos proprietários, sob influência do trabalho da diocese de Goiás, dirigida por dom Tomás Balduíno. São sindicatos consolidados, fortes, que abrigam assalariados agrícolas mas são dirigidos por pequenos proprietários. E, no plano urbano, a base do partido era o movimento dos professores da rede pública. Isso ocorreu em outros lugares do Brasil...

Minas Gerais, Rio de Janeiro...

A CUT de Goiás também: eram os sindicatos dos trabalhadores rurais e o CPG, Centro dos Professores da Rede Pública. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado de Goiás nós só conquistamos bem mais tarde. Ela passou da gestão de dirigentes sindicais formados na época da ditadura para as mãos dos companheiros do PCdoB. O partido tinha também uma presença bastante expressiva dentro das universidades, tanto as federais como as católicas, e se destaca aí a figura do Pedro Wilson Guimarães, que foi prefeito de Goiânia e voltou para a Câmara dos Deputados em 2006. Na primeira eleição para as capitais, em 1985, o PT, absolutamente débil, ganhou as eleições em Goiânia. E as eleições foram fraudadas pelo Íris Rezende [ri]. O nosso candidato era um gaúcho de Nova Prata chamado Darci Accorsi, professor da universidade federal, que teve uma trajetória um tanto conturbada depois. Foi candidato a governador em 1986, foi deputado estadual, depois foi eleito prefeito da cidade de Goiânia, em 1992. Goiás é um estado de agricultura e pecuária. Então, a nossa capacidade de inserir o partido dentro do sistema político é muito reduzida. Em 1982, nossa primeira eleição, lançamos candidato próprio a governador do estado, Athos Magno Costa e Silva, que tinha chegado do exílio, era presidente do partido. Ele teve 9 mil votos... O Íris Rezende, que era o candidato a governador do MDB, teve 1 milhão [ri]. Eu participei da direção municipal como secretário de Organização. E o primeiro posto que eu assumi depois disso foi o de membro do Diretório Nacional, em 1987.

A ATUAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO PT

Você concorreu na eleição de 1982?

Não. Ainda estava com os direitos políticos cassados. Concorri depois, em 1986. Tive a maior votação do PT para deputado federal constituinte em Goiás: 10 mil votos [ri]. Somando toda a legenda, chegamos a 88 mil votos. Mas o coeficiente era 90 [ri].

Então sua carreira parlamentar foi abortada por um triz [ri].

Minha carreira parlamentar... [rindo]. Minha votação tinha o perfil de uma face do PT, que era o campo. O segundo mais votado do PT foi um dirigente do Sindicato dos Médicos, o Valdir Camárcio, que trabalhou na Funasa [Fundação Nacional de Saúde] já no nosso governo. E o terceiro era um professor da rede pública chamado Delúbio Soares de Castro [ri]. O Delúbio previu: "Ah, eu vou ter uns 70 mil votos". Teve 7 mil [risos]. Depois do processo eleitoral, eu assumi a Secretaria Agrária Nacional do PT. Esse momento é decisivo na minha participação no partido. É o período em que nós estamos nos mobilizando para interferir na Constituinte, 1987-1988, momento em que o grau de violência da luta pela terra chega ao paroxismo. A cada três dias, se matava um dirigente sindical, uma freira, um padre, alguém que estivesse envolvido na luta pela terra. O PT, nesse período, se afirma como a principal referência partidária da luta dos trabalhadores do campo. Porque os dirigentes da Contag, que queriam manter o PT a distância, viviam a crise do PCB, que entrava num processo de afastamento do Prestes etc.

E apoiavam o governo Sarney...

Isso, e nós numa oposição forte. É o momento em que começa a ganhar corpo dentro do PT um esforço organizativo, que vai resultar na constituição de coletivo da Secretaria Agrária Nacional. Eu percorri o país nesse momento... Por exemplo, no dia 21 ou 22 de dezembro de 1988, eu recebo um telefonema: "O Chico Mendes foi assassinado". Imediatamente, a gente se mobilizou para que o Lula fosse para o sepultamento. Ainda em 1986, padre Josimo Tavares foi assassinado em Imperatriz do Maranhão. Eu saí de Goiânia de carro – mais ou menos 1.800 quilômetros – para, junto com os companheiros do PT, da CPT e dos sindicatos, sepultá-lo. Dom Luciano Mendes, dom Tomás Balduíno, Pedro Casaldáliga, todos estavam lá. Ao mesmo tempo, a gente sistematiza as primeiras elaborações teóricas. A revista *Teoria e Debate* vai aparecer logo em seguida. Mas até então, no PT, apesar da presença já expressiva dos camponeses, na hora de elaborar o documento final dos encontros, alguém se dava conta: "Ih, faltou a referência à reforma agrária". Então botava lá um pé de página: "Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores!" [ri]. Então, para avançar na elaboração, nós vamos incorporando figuras como José Graziano, um colaborador muito efetivo e de grande qualidade, que já vinha elaborando na academia desde o começo do partido. Na outra ponta, havia o Claus Germer, fortemente doutrinário, que batia de frente com as concepções defendidas pelo Graziano...

Houve um debate também sobre essa questão da participação ou não dos rurais na CUT...

Isso. "É central sindical ou central de trabalhadores?" E o PT enriqueceu esse debate. Eu me lembro de um texto que eu escrevi na *Teoria e Debate* chamado "Levantados do chão" – empréstimo do título de um romance do Saramago –, discutindo como se estabelecia a relação entre os trabalhadores do campo e trabalhadores urbanos no âmbito de um partido, num país como o Brasil. Esse trabalho vai contribuir para o debate interno do PT e a produção, em 1989, do programa de reforma agrária do Lula. Incorporamos nessa época uma figura central no esforço de elaboração, o dr. José Gomes da Silva, que vinha de uma longa luta pela reforma agrária no Brasil, que nos chegou pelas mãos do Lula. Foi um dos formuladores do Estatuto da Terra[43], durante o governo Castelo Branco, depois saiu do governo, constituiu a Abra [Associação Brasileira de Reforma Agrária][44]. A partir de Campinas, ele organizou uma massa crítica importante no âmbito acadêmico sobre esse tema, dentro do que era possível naquele momento. Uma figura essencial que naquele momento estabeleceu pontes entre nós e setores importantes da formulação teórica e política sobre a reforma agrária. O Estatuto da Terra tornou-se uma referência política, a grande bandeira para a Contag no período pós-1964.

Mas a discussão já estava vindo com a Contag antes do golpe...

Isso. Mas o interessante é que o Estatuto é um produto da ditadura, é de novembro de 1964, feito por encomenda do Castelo Branco. Então, ele serve de escudo para a ação da Contag. E o Estatuto vai nutrir,

por longos anos, o discurso em favor da reforma agrária no Brasil. Nós fomos ver a importância disso quando, na Constituinte, enfrentamos o Centrão[45] e o Ronaldo Caiado, e fomos derrotados. A Constituição retrocedeu com relação ao Estatuto da Terra, em certos aspectos. A correlação de forças ainda era pior do que no momento em que o Estatuto foi redigido, em 1964. Então o dr. Gomes [da Silva], a pedido do Lula e com o apoio da Secretaria Agrária Nacional, centraliza um esforço de elaboração que resultou na produção de três textos: um sobre reforma agrária; um sobre política agrícola para pequenos agricultores; e o terceiro que introduz uma novidade, com o tema da *segurança alimentar.* Esse terceiro documento é que serve de base para a audiência que o Lula realizou com o então presidente Itamar Franco e que resultou na criação da Campanha Contra a Fome[46], que foi, inclusive por sugestão do Lula, capitaneada pelo Betinho [Herbert de Souza].

O que levou à criação do Consea (Conselho Nacional de Segurança Alimentar)...

Isso. Era elaboração do partido. Porque, durante um certo período, realizamos uma proeza. A Secretaria Agrária Nacional do PT organizou um coletivo em que tinham assento o João Pedro Stedile, do MST, o Avelino Ganzer, que era dirigente da CUT, gente da CPT, eu estava lá, e gente da academia: José Graziano, Rolf Hackbart, Claus Germer, Bianchini (do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais da CUT – Deser) e também o deputado Plínio de Arruda Sampaio. O Rogério Sottili tinha vindo do Rio Grande do Sul e trabalhou comigo, ao longo de quase nove anos, na estruturação desse mecanismo partidário. O Rogério é um militante excepcional. Um executivo de grande compromisso e capacidade de trabalho. É um momento em que o PT aponta para a superação da concepção leninista de partido: o partido não comanda o movimento social, de acordo com a concepção tradicional da *correia de transmissão,* abre espaço para que o movimento social dialogue no âmbito do espaço partidário, respeitando sua autonomia. Eu tive muito apoio do José Dirceu, então secretário-geral, nessa etapa. E o Lula estava absolutamente entusiasmado com o resultado desse esforço teórico e político.

E a Secretaria fazia um trabalho específico de formação política...

Isso. A gente realizou, de 1987 a 1995, o esforço de formação articulado com o Instituto Cajamar[47]. Por ali passaram o [Vilson] Santin, de Santa Catarina, o Sibá Machado, que hoje é senador... Quer dizer, a Secretaria trazia um pouco o "Brasil profundo" para a reflexão do PT. Valdir Ganzer e Ranulfo [Peloso] também nos ajudavam muito nesse processo, assim como Selvino Heck e Ivar Pavan, do Rio Grande do Sul, Pedro Tonnelli, do Paraná... Nós tínhamos uma influência reduzida no Nordeste, onde a presença da Contag entre os assalariados era mais forte. Só quando a gente passou a travar o embate com a antiga direção da Contag é que o PT conseguiu avançar no interior do Nordeste. O PT nordestino nasce urbano também. E de classe média, em alguma medida. Isso vale para a Bahia, para Pernambuco, para o Ceará. Os três pólos importantes. Mas a gente tinha a [Maria da] Penha, por exemplo, que fazia parte do coletivo da Secretaria, lá na Paraíba. No Maranhão, o Manoel da Conceição, e o [Domingos] Dutra, de Caxias, que foi presidente estadual da CUT.

E como era a relação da Secretaria com o MST?

Havia uma articulação muito forte. Na campanha de 1989, perguntaram para o Lula se ele, como presidente da República, iria estimular ou conter o Movimento dos Sem-Terra. Ele disse: "Se for para reprimir movimento social, eu não quero ser presidente da República" [ri]. Nós discutimos as ocupações que o MST pretendia realizar no mês de agosto de 1989. O João Pedro [Stedile] falou: "Olha, o MST não está pedindo permissão ao partido, está avisando que vai acontecer". Foi um período bastante fecundo da atuação do partido na sua relação com os movimentos sociais rurais, a partir de uma perspectiva horizontal, sem conceber o movimento social como correia de transmissão das idéias do partido.

Na campanha, também aconteceu a tua relação com a Rede Povo[48]*...*

Eu fui designado pela Executiva para acompanhar, junto com José Américo [Dias], a área de comunicação:

rádio e TV. Começamos o trabalho com a TVT [TV dos Trabalhadores], depois, precisamos contratar uma equipe mais ampla. Foi uma experiência magnífica, muito inovadora na linguagem, seguindo experiências anteriores do PT, que inaugurou uma comunicação com o eleitor que ia muito além do "palanque eletrônico" praticado pelos demais partidos. A Rede Povo foi algo de excepcional qualidade, para as condições daquele momento, no que diz respeito à ousadia, à criatividade na linguagem televisiva. Ela opera um pequeno milagre, que é o programa de televisão e de rádio funcionarem como estimuladores da militância. Cria uma identidade muito forte entre os setores organizados da esquerda brasileira e a candidatura do Lula...

Aquela idéia do "sem medo de ser feliz"[49] *nasce dentro disso?*

Nasce nesse processo. O "Lula Lá" foi a música criada pelo nosso companheiro potiguar Hilton Accioli... Um artista de grande talento. A coordenação de criação estava a cargo do Paulo de Tarso, o jornalismo, a cargo do Azevedo, que era um simpatizante do PCdoB, um jornalista tarimbado. E em nome do PT estávamos José Américo e eu acompanhando esse processo. Nós tínhamos um enorme espaço para o estabelecimento de relações com a intelectualidade, com os artistas de maior visibilidade pública do país. Tem um coral, que foi feito para cantar o "Lula-lá", que é uma coisa maravilhosa. Depois disso, ainda houve o requinte de botar o Djavan, o Chico Buarque e o Gilberto Gil num estúdio para cantar um novo arranjo do *jingle* do Hilton Accioli. E tudo isso era gratuito. Foi um ato de generosidade dos artistas para um partido que sequer tinha um mecanismo institucionalizado de relação com eles. Uma coisa absolutamente espontânea. Era um ato de doação. Havia pessoas, inclusive, que mantinham vínculos com outros partidos, como a Beth Carvalho, mas que viam na eleição do Lula a realização de um sonho... Foi um momento absolutamente fantástico...

E as condições financeiras da campanha?

Eu falei do sonho, vou falar do feijão [ri]. Nós levamos o primeiro programa ao ar, e a produtora segurou o segundo: "Só passamos se vocês pagarem o primeiro" [ri]. A gente não tinha dinheiro nem para transmitir, pela Embratel, para Brasília, o *link* do programa. A gente pegava a cota de passagem de um deputado, o sujeito botava o vídeo debaixo do braço e trazia para o TSE [Tribunal Superior Eleitoral] [ri]. Mesmo assim, realizamos um programa que falou para o Brasil inteiro. Vou registrar a contribuição do Guel Arraes, que na época fazia um enorme sucesso com o *TV Pirata*[50]. Ele entregou pronta uma fita: "Agora levem para o ar". Não custou um tostão para nós. E eu vivi um momento ímpar na história política do Brasil. O dr. Miguel Arraes visitou o estúdio, e nós exibimos para ele a contribuição que tinha sido enviada pelo filho dele. Eu juro que é verdade: eu vi o dr. Miguel Arraes gargalhando [risos]. Naquela campanha, nós também constatamos – não era exatamente uma novidade – que era impossível o engenheiro Leonel Brizola expressar o seu apoio em cinco minutos... [risos]. É importante comparar essa experiência com o que veio depois...

O que você acha que mudou?

O PT comete um erro brutal ao abandonar uma estética revolucionária, inovadora, cuja raiz está plantada no Henfil, no Carlito Maia, nas experiências do Zé do Muro na campanha do Eduardo Suplicy etc. Era uma linguagem extremamente eficaz e muito popular. Nos processos posteriores, o PT vai se rendendo à indústria cultural e à pasteurização. O ponto máximo é Duda Mendonça em 2002, uma esterilização absoluta. A concepção que o Duda Mendonça expressava era que não precisava do PT para eleger Lula. Um arrivista que surfou na crista de uma onda que se construiu ao longo de duas décadas. O que ele produz é uma coisa bela e fria, uma falência absoluta, uma rendição ao conservadorismo. Eu acho, por exemplo, que o João Santana, na campanha de 2006, recupera algo mais instigante. Mas 2002 é o enquadramento absoluto aos padrões globais, a esse gosto duvidoso, que jamais apela para a inteligência das pessoas, mas sempre para o lacrimejante, exclusivamente para a emoção. Para a infantilização das pessoas. E olha que eu sou poeta. Eu conto com a emoção. Mas acho que foi uma rendição completa...

E, depois de 1989, quais foram as suas tarefas no PT?

Eu sigo na Executiva Nacional e, na campanha de 1994, além das tarefas de programa – eu havia me tornado uma referência para as questões do campo –, fiquei encarregado da agenda do Lula. Uma tarefa que eu não quero nunca mais [ri]. Imagine você. Até o mês de junho de 1994 o Lula alcançava patamares de 42% de intenção de voto. Era um pandemônio. O cara era o virtual presidente da República. Aí vem o Plano Real[51], e a campanha terminou só em outubro. Ou seja, foi muito duro [rindo]. Ele dizia: "Mas, quanto mais eu faço campanha, menos votos eu consigo nas pesquisas... Desse jeito eu vou chegar no final da campanha devendo" [rindo]. Esse momento me permitiu uma certa aproximação com o Lula, porque era uma conversa diária. Só que não viajava com o candidato. Foram raros os momentos em que eu fiz isso. Fui com ele no Rio Grande do Sul, para um momento triste, que foi a despedida do [José Paulo] Bisol, lá nas Missões... Depois da campanha, fiquei ainda um ano na direção nacional, quando aconteceu o Encontro de Guarapari[52]...

Antes de chegar a Guarapari, em 1993 tem o "racha" da Articulação. Conta um pouco como é que você viveu esse momento...

Bom. Minha atuação sempre foi vinculada às posições de esquerda...

Você manteve a vinculação com o marxismo?

Sim. Sim. Nunca me afastei. Mas, como eu não sou religioso, não sigo igrejas, tenho uma relação intelectual com o marxismo, não uma relação de fé. Aliás, no meu depoimento na 2ª Auditoria Militar, o juiz Nelson Guimarães, um fascista notório, me perguntou se me considerava marxista. Respondi que me sentia muito pequeno e ignorante para me afirmar como marxista. Bem, mas, em 1993, a gente passa a viver uma crise de hegemonia do PT, passado o impulso do 5º Encontro de 1987, que tinha produzido a formulação que nos levou até a campanha de 1989. Ocorre o fim do ciclo de ascensão do movimento de massa no Brasil. A gente entra num platô, pára de crescer, estabiliza. Então começa a era Collor. 1990 foi "o ano do cachorro louco", um negócio pesadíssimo. No ano seguinte, começam as mobilizações que vão resultar na queda do Collor. Esse período revela que a construção política que havia levado o partido do 5º Encontro até 1989 já era insuficiente. O projeto democrático-popular precisava de ser realimentado...

Há o I Congresso do PT, em 1991...

Isso, lá em São Bernardo. É um período de reorganização de forças internas. É bom lembrar que o PT segue mais ou menos o mesmo ritmo desde que nasceu: ele vai dobrando a sua representação nas Câmaras, nas Assembléias e no Congresso Nacional. Nós tínhamos oito deputados antes do Colégio Eleitoral; afastamos três; mas, para a Constituinte, elegemos dezesseis. Aí fomos dobrando as bancadas parlamentares e se observa uma novidade: uma perda de vitalidade das instâncias internas do partido e o fortalecimento do peso dos mandatos, dos gabinetes. Então, vai se constituindo uma diferenciação no âmbito da Articulação, que resulta do fortalecimento dessas lideranças parlamentares, em São Paulo, em Minas, no Rio Grande do Sul... O PT do Rio samba noutro ritmo: às vezes explode, às vezes encolhe. Quer dizer, ele não tem essa continuidade mais cumulativa dos outros lugares. O PT do Rio guarda uma certa *cultura da corte* que marca o fazer político tradicional do estado. Então, quando ocorre a constituição do que viria a se chamar [a tendência] Hora da Verdade, depois Articulação de Esquerda, há um apelo forte para buscar uma face da militância da Articulação, que não é bem-sucedido. As grandes lideranças dos sindicatos de maior peso permanecem naquilo que vai se constituir como [a tendência] Unidade na Luta. E eu vou acompanhar a Hora da Verdade inicialmente, o que vai resultar na apresentação do meu nome, em 1995, lá em Guarapari, como candidato a presidente do partido...

Essa crise da Articulação tem um pouco a ver com a conjuntura: queda da União Soviética, derrota dos sandinistas na Nicarágua[53]*...*

É. Esse momento que o Brasil vive a partir de 1990 é muito contraditório, porque nós sofremos uma derrota eleitoral, mas conquistamos uma vitória política muito importante com a eleição de 1989. Consolidamos uma imagem de partido nacional. Na verdade, era um espectro, nós não tínhamos estruturas nacionais, mas mesmo assim era uma conquista formidável. Mas, a queda do Muro deixa as esquerdas do mundo num estado de confusão. Reagan, Thatcher, a ofensiva contra os sindicatos, a precarização das relações de trabalho, a desmoralização da perspectiva socialista, a afirmação do *sindicalismo de resultados.* Eu me lembro de discussões, em meados da década de 1980, em que o Paulo de Tarso Venceslau dizia: "Nós já não temos paradigma, porque, para o PT, o paradigma da União Soviética não é aceitável, só que nós não construímos outros". Há um certo sentido de orfandade para alguns dentro do PT. Porque o PT é diverso, é muito plural. Então, nesse momento, há uma afirmação de outros pontos de vista que já tinham, durante o processo de construção partidária, se afastado das referências da Europa Oriental. E isso bate de maneira muito forte nos movimentos sociais. Parte da debilidade do PT no período que vai se seguir resulta da crise dos movimentos sociais. E não há como separar a crise do PT e dos movimentos sociais dessa crise de paradigma. Querendo ou não, nós respondíamos por isso diante da sociedade... Se não me falha a memória, é dessa época a definição do Marco Aurélio Garcia de que o PT é um partido pós-social-democrata e pós-comunista...

E como o partido vai enfrentar isso?

Em 1991, nós temos nossa formulação mais feliz sobre o socialismo. Hoje, depois de ter governado o Brasil por quatro anos, precisamos avançar. Mas o "socialismo petista", que está entre os textos aprovados pelo [I] Congresso, é uma formulação lúcida, inteligente, porque não opta por uma definição conceitual, metafísica, do socialismo, mas por indicar o caminho a seguir para uma formulação. Isso foi um achado político da maior importância. O PT deve isso ao Luiz Dulci[54], que se encarregou da formulação final desse texto. Quer dizer, o PT enfrentou enormes dificuldades para se consolidar como um pacto de natureza política nos anos 1980. Mas consegue, no miolo da crise, da desmoralização do socialismo, encontrar uma fórmula que dá coesão ideológica ao partido. O PT conseguiu um elevado padrão de disciplina e unidade de ação. Em grande medida gerado pela expectativa de eleger o Lula presidente da República, é verdade. Eu acho que o PT deve isso aos companheiros que permaneceram na [tendência] Unidade na Luta. A repercussão desse cenário internacional na vida do país e do partido é brutal. A gente vai para a campanha do *impeachment* do Collor com uma mobilização um pouco estranha... Quem saiu às ruas para derrubar Collor foram os estudantes, não foi o movimento operário...

E os estudantes secundaristas. A turma mais jovem...

Aquilo é um soluço das lutas democráticas no Brasil. A atuação parlamentar é o fator de estímulo da luta de massa, por meio da denúncia etc. E o movimento operário fica assistindo aquilo. Aí, começa a se afirmar uma nova face do PT, que vai marcá-lo na década seguinte. O movimento social, depois da derrubada do Collor, estabiliza e, na metade da década, entra em declínio. São repercussões de modificações na economia internacional. O que ocorre é o crescimento do PT nos espaços institucionais. A afirmação do PT como um partido nacional, em 1989, permitiu que ele passasse a se nutrir de outras energias, que não, apenas, a luta dos setores organizados dos trabalhadores. Ele passa a ser uma referência simbólica dos despossuídos no Brasil, e é o Lula que faz a ponte.

Você se envolveu com a experiência das Caravanas da Cidadania?

Nós, da Secretaria Agrária, ajudamos a organizar as Caravanas da Cidadania. Eu, Rogério Sotilli, Cíntia [Campos], Rochinha [Francisco Rocha da Silva] mais perto do Lula. O Lula sempre confiou muito nele. Eu acompanhei as caravanas. O Rogério fez a [viagem] precursora, de Garanhuns a Santos... Uma delas foi a de Xapuri [AC] a Dourados [MS]. Essa idéia das caravanas foi o Ricardo Kotscho que propôs ao Lula. Ele tentou

fazer em 1989, mas não conseguiu. Depois emplacou. Aquilo tinha uma carga simbólica forte, era algo que nenhum outro partido político no Brasil tinha condição de fazer. É essa maravilhosa fusão entre a estrela do PT e o que o Lula encarna como pessoa, diante da população pobre do país. Aí você vai fundindo o líder, um líder popular, mas que atua tendo como suporte um partido que já está estruturado, que tem diretório municipal, já tem prefeituras... Quer dizer, o PT deixa de ser aquele partido que olha o Brasil com os olhos da metrópole. O PT olha o Brasil com os olhos do Lula. E Lula, um político formado na metrópole, se reencontra com o Brasil nas caravanas. E leva o PT junto com ele. As cenas das caravanas, que o José Serra, prudentemente [ri], proibiu na campanha seguinte[55] são impressionantes...

A DISPUTA PELA PRESIDÊNCIA DO PT, A ATUAÇÃO NA ÁREA DA CULTURA E A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Você já ameaçou duas vezes... Vamos então para Guarapari... [risos].

Bom. Vamos aos fatos. Eu não cheguei candidato em Guarapari [ri]. A nossa proposta é que devia ser o Plínio de Arruda Sampaio, que tinha possibilidade de ampliar para além das esquerdas do partido. O João Machado e eu conversamos com o Plínio, assim que chegamos a Guarapari. E ele disse que não tinha condições de encarar aquela tarefa, por motivos políticos e pessoais. O PT não tinha força hegemônica, estava dividido, embora não em partes iguais. Tinha um bloco, mais ou menos a metade do partido, e, do outro lado, um conjunto de posições que, somadas, davam mais ou menos a outra metade. Nós vínhamos, por outro lado, de um I Congresso que havia redefinido rumos para o próximo período...

E como é que você avalia aquela conjuntura?

Estávamos em 1995, o ano em que Fernando Henrique assume [a presidência da República]. O marco é a greve dos petroleiros[56]. A repressão àquela greve põe em marcha um tipo de conduta do Estado brasileiro, no sentido de criminalizar os movimentos sociais dos trabalhadores diante da sociedade, e de estabelecer uma pressão fortíssima sobre as finanças dos sindicatos. Ou seja, é a política da Margareth Thatcher posta em prática aqui pelos tucanos... Ao lado disso, o país passa a viver as repercussões de um conjunto de crises, a própria fragilidade que deriva da precarização das relações de trabalho, do desemprego. Isso vai acovardando o movimento social...

E qual o impacto sobre o PT?

O primeiro sintoma disso dentro do PT se dá nas formulações. Forças internas dentro do PT começam a trabalhar a partir do seguinte pressuposto: temos que radicalizar para conseguir dar respostas aos problemas. Na verdade, a experiência histórica mostra que quem busca radicalizar nesses períodos fala sozinho, porque o movimento operário reflui. E foi o que de fato aconteceu. A Articulação, como nós vimos, já tinha se fraturado, com o aparecimento da [tendência] Hora da Verdade, que se soma à aliança das forças de esquerda: [as tendências] Força Socialista, DS, O Trabalho e o pessoal que se agrupou, sem um contorno muito nítido, em torno do Arlindo Chinaglia. O Lula – é bom lembrar – estava se afastando da presidência do partido. Era um encontro que elegeria o novo Diretório Nacional, e ainda não tínhamos o processo de eleição direta [para a direção do PT]. E o Lula vinha com uma clara opção, que era eleger o Zé Dirceu presidente do PT. O curioso é que poucas pessoas, no ano anterior, tinham estado tão próximas do Lula quanto eu, por dever de ofício...

E ele apoiou o José Dirceu?

Sempre. Ele fez o discurso de abertura do congresso explicando por que é que ele não queria continuar sendo presidente do PT. Ele queria se dedicar ao Instituto Cidadania[57]. Ele dizia: "Eu como presidente do PT não posso fazer certos movimentos. Eu preciso ter liberdade para buscar alianças...". Ele fazia a clara defesa de uma aproximação com o PSDB. Citou, mais de uma vez, o Tasso Jereissati como interlocutor. E o [Mário] Covas, com quem ele mantinha um diálogo até mais próximo. Mas ele sabia da grande resistência do PSDB de São Paulo a uma aproximação conosco. Então, ele chegou a Guarapari querendo se soltar dessas amarras da institucionalidade partidária para buscar criar um campo mais amplo. Ou seja, ele desenha uma estratégia para além da aliança fixada nos termos de 1989, com o PSB e com o PCdoB. Ele quer disputar o centro político com a direita. Por isso, ele fez um discurso em defesa do nome do José Dirceu...

Que já tinha abraçado essa idéia de abertura para as alianças...

Já. Ele defendia que nós tínhamos que conquistar o centro político, se possível fazer essa aproximação com o PSDB ou com o PMDB etc. E o Lula sentiu a necessidade de jogar o peso dele como principal líder e dirigente do partido para aquele embate. Porque todo mundo sabia o mapa dos delegados... [ri]. Ele chamou os dois candidatos para a frente do plenário... e fez um discurso em defesa do Zé [ri]. E me disse, reservadamente: "Você pode até ser eleito. Mas, para governar o PT hoje, precisa ser alguém que está em São Paulo". E eu não tenho nenhum motivo para achar que ele não tinha razão [risos].

Você, nesse momento, tinha uma posição contrária a essa abertura para fazer alianças?

A minha leitura era: nós só podemos nos aliar com quem quer se aliar conosco. O PSDB não quer. Então, o esforço de aproximação será em vão.

Mas você não era contra as alianças por princípio...

Não. Mas eu acho que o Lula enxergava de maneira mais ampla, assim como o José Dirceu, porque eles detinham um conjunto de informações que nós não detínhamos... É bom lembrar que eu não era exatamente um líder de tendência. As lideranças eram outras: o Valter Pomar, o João Machado, o Ivan Valente, o Macarrão [Jorge Almeida], o Markus Sokol. A minha participação dentro do partido, inclusive, na posição em que eu me encontrava, derivava da composição de forças anterior. Os meus laços não estavam no âmbito da institucionalidade petista, estavam atados aos movimentos sociais, particularmente do campo...

E como se deu o enfrentamento com a candidatura do José Dirceu?

Para começar, não havia unidade programática entre as forças de esquerda do partido. Tinha um pessoal que dizia: "Aliança nós fazemos com os movimentos sociais", que é um discurso sabidamente antialiancista. O Lula respondia com toda categoria: "Quer dizer, aliança, só com nós mesmos, não é?". Agora, o embate aconteceu mais ou menos dentro da tradição do PT. Havia aquele ritual: cada candidato falava e depois havia duas defesas de cada posição. Quem defendeu a candidatura do Zé Dirceu foi o [Luiz] Dulci e mais uma pessoa, que eu não me lembro. Mas nem precisava, porque o Lula tinha defendido... E a minha seria feita pelo Plínio e pelo César Benjamin. Por quê? Porque o Cesinha é um cavalheiro. Eu disse: "O Cesinha pode atrair votos do outro campo". O Plínio fez o discurso esperado: o vínculo do partido com os movimentos sociais, a política de acumulação de forças, um discurso antialiancista...

E o César surpreendeu vocês?

O Cesinha não fez uma defesa da minha candidatura, ele fez um ataque frontal e inusitado, surpreendente ao José Dirceu... Uma parte do pessoal da Unidade na Luta levantou e foi com as cadeiras na mão na direção dele. Porque ele denunciava que o José Dirceu tinha recebido dinheiro das empreiteiras; que era um absurdo um par-

tido de trabalhadores se sustentar com finanças de grandes empresários, de maneira espúria. Enfim, ele disse tudo o que lhe ditou o fígado... Eu fui surpreendido por aquilo... No meio da confusão, a primeira providência que eu tomei foi de ir ao encontro do Zé e dizer: "Olha, esse não é o meu ponto de vista. Ele não fala em meu nome". O Zé Dirceu chorava. Ele disse: "Eu sei que você não pensa isso". Aí eu disse: "Mas eu vou para o microfone, agora, dizer isso". Aí, fui para o microfone e desautorizei o Cesinha. Aí se estabeleceu o caos. Um companheiro que me é muito próximo e é muito próximo do Lula chegou, no meio daquele rolo, e disse: "Agora, só tem uma solução: você retira a sua candidatura". É a primeira vez que eu estou contando isso em público. Eu falei: "Você sabe que eu não vou fazer isso. O que o Cesinha disse é o que o Cesinha disse, o que eu disse é o que eu disse". Isso criou graves problemas para a minha vida futura [ri]. Mas fomos para o embate. E foram 2% ou 3% de votos de diferença. Foi uma eleição muito apertada, que revelava um partido fraturado e a ausência de um projeto hegemônico para o PT para o próximo período. Nos meses seguintes, não se consegue constituir a Comissão Executiva Nacional. Veja a que ponto nós tínhamos chegado em termos de fragilização...

Fragmentação...

É. Eu decidi que não faria parte da Executiva, fiquei no Diretório Nacional mais um período. Esse momento da vida do PT se prolonga até o encontro seguinte, no Rio de Janeiro, em 1997, em que se reproduz mais ou menos a mesma coisa, inclusive na proporção, com outros personagens. O Zé Dirceu ganha do Milton Temer, mas por uma pequena diferença... Só com o Processo de Eleições Diretas (PED)[58] é que vai se consolidar a nova maioria, como queria o [Luiz] Gushiken, a nova hegemonia. Houve um deslocamento expressivo de posições internas. De maneira que o Zé Dirceu conseguiu coesionar um campo majoritário, que somou mais ou menos 60% da direção do partido.

Quer dizer, ao longo desse segundo mandato, o José Dirceu consegue neutralizar essa fragmentação e constituir uma base mais sólida.

Uma base programática e política mais sólida que a anterior.

Quais os elementos fundamentais dessa nova base programática?

O objetivo político é eleger o Lula. Essa é a tarefa central. Ela organiza as demais. A visão era que esse objetivo tinha que ser alcançado para que a gente pudesse implementar o "programa democrático-popular" que nós defendemos para o Brasil, ou o "programa da revolução democrática", de 1994. E, para eleger o Lula, tínhamos que costurar uma política de alianças mais ampla do que em 1989 e 1994... Em 1998, foi com o PDT, com o Brizola de vice. Mas o Zé [Dirceu] já trabalhava explorando as peculiaridades regionais do PMDB. E o Lula foi vendo que com o PSDB não dava. Porque o PSDB acabou hegemonizado pelo conservadorismo do Fernando Henrique. Ele atropelou o movimento de aproximação que o Lula fazia. Fez o acerto com o PFL, em 1994. Essa aliança consolidada ganha corpo e dá um perfil nítido para o PSDB... Quer dizer, não se pode dizer que o PSDB é um partido de direita, mas ele se converte, a partir de então, no partido *da* direita no Brasil.

Na sua opinião, por que o Fernando Henrique inviabilizou essa possibilidade de aproximação?

A opção do Covas não era essa, como vocês sabem. Só que o Fernando Henrique ganhou a parada. O Fernando Henrique, que é um homem conservador mais "contemporâneo" do que o PFL, sempre viu o PT como concorrente. Desde o Encontro de Lins, lá atrás, ele era contra criar o PT. Há uma disputa, desde o nascedouro, entre o PSDB e o PT, por um setor mais esclarecido das classes médias de São Paulo. Só que há uma pia de batismo que os diferencia. Eu escutei isso de um tucano de "alta plumagem", que foi secretário-geral do PSDB, o Euclides Scalco. Ele dizia assim: "Vocês têm que compreender uma coisa. O PSDB nasceu de um drama de consciência. O PT nasceu de uma necessidade histórica". Ele se referia ao fato de que o PSDB nasce do conflito entre Fernando Henrique e [Orestes] Quércia em torno das questões de combate à corrupção.

Enquanto o PT nasce por um impulso que vem do movimento operário que buscava lugar no cenário político formal do país. Eu acho que é uma definição muito reveladora, muito esclarecedora, muito lúcida. Quando o Fernando Henrique "atropela" o Covas é porque a vocação política profunda do PSDB é mais conservadora do que transformadora. O PSDB, diferentemente de qualquer outro partido que ponha na sua sigla a social-democracia, jamais manteve vínculo com qualquer movimento operário. A base social do PSDB se identifica muito mais, naquele momento, com o Fernando Henrique do que com o Covas, tende mais para o PFL. E o Lula perdeu a parada aí.

Hamilton, saindo da Executiva, como fica a tua atuação profissional?

Eu acho que esse negócio de ser dirigente profissional deve ser só por um certo tempo, senão acostuma... Então pedi para me desprofissionalizar da Executiva Nacional. Deve estar nas atas do Partido. Passei a atuar na assessoria ao movimento sindical do campo, numa entidade chamada Instituto de Formação e Assessoria Sindical Sebastião Rosa da Paz (Ifas), em Goiânia. E continuava na militância na Secretaria Agrária do partido. Em 1995, eu tinha tensionado muito dentro do partido em Goiás com o então prefeito, Darci Accorsi. O partido era muito frágil, e a prefeitura "engoliu" o PT. Todo mundo ficou muito subordinado ao prefeito. E eu tinha muitas discordâncias políticas e administrativas com ele. Então eu trabalhei em dois gabinetes na Câmara Federal: um ano no gabinete do Milton Temer e um ano no do Miguel Rossetto. Em 1996, a gente estava discutindo a criação de uma fundação para o partido. O Dulci me propôs, em nome do Lula, que eu ajudasse na criação da [Fundação] Perseu Abramo. Depois, o próprio Lula falou: "Vamos precisar de você. É importante que você dê a sua contribuição". O diretório criou a Fundação, e passei a fazer parte da primeira diretoria: o Dulci era o presidente, a Zilah Abramo, vice, o Ricardo Azevedo e eu éramos diretores...

E a participação no governo do Distrito Federal?

Foi uma coisa importante para minha vida de militante. Em 1997, depois de dois anos de crise na área de Cultura aqui no governo do Distrito Federal, o Cristovam [Buarque], governador, me convidou para assumir a Secretaria de Cultura. Eu permaneci nos dois últimos anos do governo. Havia um grupo aqui, no Distrito Federal, da Unidade na Luta, que dizia: "Ô Cristovam, você está doido? Como é que você vai nomear esse cara. Ele disputou a presidência do PT contra o Zé Dirceu" [ri]. Aí o José Dirceu disse ao Cristovam: "Nomeia o cara, rapaz. Só vai te ajudar" [ri]. Eu fui consultar o Lula. Ele disse: "O que é que você está esperando para aceitar?" [ri]. Eu falei: "Aceito, com a condição de que você vá na minha posse". Aí, veio o Lula, veio o Zé, veio o Suplicy, vieram onze deputados federais... Então, eu não tive nenhum problema para fazer a minha gestão na Secretaria de Cultura. A posse foi um ato político muito expressivo. Acho que surpreendeu até o Cristovam [ri]. Então, fora o problema de orçamento – que é o mesmo que ele reclamava do Lula quando era ministro... – eu não tive problema com Cristovam.

Como foi a experiência do executivo?

Gratificante, porque é uma faceta da ação política que eu não tinha experimentado. Consegui compor uma boa equipe, gente muito capaz, com o Nilson Rodrigues à frente da Fundação Cultural. O pessoal tinha uma vontade enorme que o PT assumisse a cultura no governo do Distrito Federal. Porque, dos dois secretários anteriores, a professora Maria Duarte era mais distante, embora simpatizante do PT. O Silvio Tendler significou um ano de crise, porque ele não dialogava com o PT. Eu trabalhei dois anos assentado sobre três programas...

Quais são os programas?

O mais conhecido chama-se Temporadas Populares. Um espetáculo que no Rio de Janeiro custa 20 reais, em Brasília, no Teatro Nacional, custava 120. Nós baixamos o preço médio do espetáculo, e durante um

mês fazíamos espetáculos de música, teatro e dança a 6 reais nas cidades-satélite e a 8 reais no Teatro Nacional. Isso tudo com meia-entrada, direitinho. Os espetáculos que passavam pelo Teatro Nacional também eram apresentados em algum lugar das dezenove administrações regionais. Só não levávamos para o Lago Sul e o Lago Norte[59]. Não precisa, não é? A gente fazia isso duas vezes ao ano: janeiro e julho. Tinha gente que não saía de férias nessa época para assistir aos espetáculos. E todas as apresentações de artistas convidados eram precedidas por apresentações de artistas locais que tivessem algum tipo de diálogo em termos de linguagem. Nós trouxemos Paulinho da Viola e para abrir convidamos o Clube do Choro de Brasília.

Você tem uma estimativa do público atingido por essas iniciativas?

Ao final do processo, algo em torno de 700 mil pessoas passaram por esses espetáculos, alguns gratuitos. Isso era patrocinado pelo governo e pelas três empresas públicas do Distrito Federal: o BRB [Banco Regional de Brasília], a Companhia de Energia [CEB] e a Companhia de Saneamento [Caesb]. O segundo projeto é um que, hoje, o governo federal está utilizando. Esse projeto se chamou aqui Mala do Livro: uma pequena caixa-estante com 180 títulos de literatura brasileira, literatura estrangeira, literatura infantil e livros de referência tipo dicionário... Nós treinamos em torno de seiscentos agentes comunitários de leitura – 84% de donas de casa – que faziam da casa deles o espaço de leitura da rua: virava uma minibiblioteca da rua, por dois meses. A gente botava uma bandeirinha na casa dizendo: "Aqui tem a mala do livro", e a criançada da rua ia para lá. A gente pediu para a CEB e para a Caesb que fizessem para aquela casa uma taxa social de consumo de eletricidade e de água, de maneira que a pessoa não tivesse despesa para fazer aquele trabalho.

E qual foi o terceiro projeto?

É uma experiência que eu acho que tem que ser aprimorada, chamada Classe Arte. A proposta era levar o artista para dentro da escola. Foi um esforço conjunto com o professor Ibañez [Antonio Ibañez Ruiz], que era o secretário de Educação. Pegávamos os artistas de Brasília para ir dialogar com a meninada dos cursos. Esses eram os três projetos mais importantes. Fizemos também a reforma e ampliação do Arquivo Púbico do Distrito Federal. A avaliação foi muito positiva. Terminou o governo, eu passei a me dedicar exclusivamente à Fundação, apesar de continuar morando em Brasília... Eu não voltei mais para o Diretório Nacional do PT. Na campanha de 2002, eu participei da coordenação do programa de Cultura...

Que era uma novidade...

Era. O resultado do processo de debate foi um texto que se chama *A imaginação a serviço do Brasil*, que a gente entregou para o Lula, no Canecão, numa solenidade belíssima. E eu saquei, naquele dia, quem ia ser o ministro. Fiz a apresentação do programa, ao microfone, e entreguei o caderno impresso para o Lula, que estava ao lado do Gilberto Gil. O Lula falou assim: "Tem mais exemplares aí?". "Tem." Passei o segundo e ele entregou para o Gil [risos]. Eu falei: está dado o recado [ri]. Depois desse processo, criamos a Secretaria de Cultura do PT.

Houve uma movimentação em defesa do teu nome para o Ministério da Cultura...

Secundária, mas houve. Porque o processo de debate do programa foi muito rico. Não foi tão amplo como o de 1994, que, para mim, foi a melhor experiência de elaboração de programa. Mas, em 2002, foi bem organizado, e muito fecundo. Realizamos cinco conferências regionais, com uma participação bastante efetiva. No PT, ainda resiste aquela idéia de que cultura é assunto de artista. A gente trabalhou numa outra perspectiva, da cultura como direito social, como assunto do cidadão. Evidentemente, dialogando com criadores e com produtores de cultura. Esse processo resultou num acúmulo bastante importante para o partido e o resultado é que se levantou o meu nome como possibilidade... Mas também surgiram os nomes do Antonio Grassi, do Sérgio Mamberti, de maior visibilidade pública... Quando o Lula nomeou o Gilberto Gil, nós pedimos uma

conversa com ele e falamos: "Quem nomeia ministro é o presidente da República. Mas nós queríamos ter sido avisados antes" [ri]. Mas foi uma reunião tranqüila. A gente conseguiu disputar na composição da equipe do Ministério da Cultura, e indicamos nomes como o Grassi na Funarte, o Márcio Meira e o Mamberti nas secretarias do Ministério e outros militantes para diferentes áreas. Em janeiro de 2003, o Dulci se afastou da presidência da Fundação, e eu fui eleito pelo Diretório para assumir o posto. Em outubro de 2003, fui reconduzido para a presidência, por unanimidade, coisa rara no PT, para um novo mandato de quatro anos. Imaginem o que foi para nós aquele momento depois de duas décadas de lutas...

A Fundação, até hoje, tem tido um respaldo amplo no partido...

É. A Fundação deve muito ao perfil de quem foi escolhido para dirigi-la. São pessoas que não buscam os holofotes. A Fundação é bastante autônoma, é uma ponte entre o partido e os movimentos sociais, a intelectualidade acadêmica, com os demais partidos e com a sociedade. É o papel que eu defendo para uma fundação de um partido socialista democrático contemporâneo, e isso tem que ser preservado. Tivemos cuidado, ao longo dos dez anos de vida da Fundação, para que ela não fosse colhida pela dinâmica interna do PT... A contribuição do José Dirceu, que era presidente do partido, foi fundamental, porque ele tem uma clara noção dos papéis e dos espaços institucionais. Hoje, nós temos certas tensões, que são naturais, em razão da crise vivida pelo partido, que não é exclusivamente financeira, é uma crise política, uma crise de valores. Agora, acho que essa construção anterior da Fundação foi fundamental para fazermos a travessia da crise. Depois do José Dirceu, com a crise que eclodiu em 2005, o partido já teve cinco presidentes... Não foi um período fácil para a diretoria da Fundação Perseu Abramo, acreditem... As tensões são naturais, mas a relação entre a Fundação e a direção do partido permanece preservada... A Fundação se consolidou, está com dez anos de trabalho, com cerca de 140 títulos no catálogo, já realizou um sem-número de seminários e debates pelo país afora. Temos uma estrutura centralizada, mas procuramos descentralizar as atividades. O grande desafio é ampliar o alcance do que a Fundação realiza. É um trabalho muito reconhecido por quem o conhece, mas esse número é restrito...

Acho que a gente pode encerrar por aqui. Obrigada. Foi muito bom.

Os Filhos da Paixão

Nascemos num campo de futebol.
Haverá berço melhor para dar à luz uma estrela?
Aprendemos que os donos do país só nos ouviam
quando cessava o rumor da última máquina...
quando cantava o arame cortado da última cerca.
Carregamos no peito, cada um, batalhas incontáveis.
Somos a perigosa memória das lutas.
Projetamos a perigosa imagem do sonho.
Nada causa mais horror à ordem
do que homens e mulheres que sonham.
Nós sonhamos. E organizamos o sonho.
Nascemos negros, nordestinos, nisseis, índios,
mulheres, mulatas, meninas de todas as cores,
filhos, netos de italianos, alemães, árabes, judeus,
portugueses, espanhóis, poloneses, tantos...
Nascemos assim, desiguais, como todos os sonhos humanos.
Fomos batizados na pia, na água dos rios, nos terreiros.
Fomos, ao nascer, condenados a amar a diferença.
A amar os diferentes.
Viemos da margem.
Somos a anti-sinfonia
que estorna da estreita pauta da melodia.
Não cabemos dentro da moldura...
Somos dilacerados como todos os filhos da paixão.
Briguentos. Desaforados. Unidos. Livres:
como meninos de rua.
Quando o inimigo não fustiga
inventamos nossas próprias guerras.
Desenvolvemos um talento prodigioso para elas.
Com nossas mãos, sonhos, desavenças compomos um rosto de peão,
uma voz rouca de peão,
o desassombro dos peões para oferecer ao país,
para disputar o país.
Por sua boca dissemos na fábrica, nas praças, nos estádios
que este país não tem mais donos.
Em 84 viramos multidão, inundamos as ruas,
somamos nosso grito ao grito de todos,
depois gritamos sozinhos
e choramos a derrota sob nossas bandeiras.
88. Como aprender a governar,
a desenhar em cada passo, em cada gesto,
a cada dia a vida nova que nossa boca anunciou?
89. Encarnamos a tempestade.
Assombrados pela vertigem dos ventos que desatamos.

Venceu a solidez da mentira, do preconceito.
Três anos depois, pintamos a cara como tantos
e fomos pra rua com nossos filhos
inventar o arco-íris e a indignação.
Desta vez a fortaleza ruiu diante dos nossos olhos.
E só havia ratos depois dos muros.
A fortaleza agora está vazia
ou povoada de fantasmas.
O caminho que conduz a ela passa por muitos lugares.
Caravanas: pelas estradas empoeiradas,
pela esperança empoeirada do povo,
pelos mandacarus e juazeiros,
pelos seringais, pelas águas da Amazônia,
pelos parreirais e pelos pampas, pelos cerrados e pelos babaçuais,
mas sobretudo pela invencível alegria
que o rosto castigado da gente demonstra à sua passagem.
A revolução que acalentamos na juventude faltou.
A vida não. A vida não falta.
E não há nada mais revolucionário que a vida.
Fixa suas próprias regras.
Marca a hora e se põe de nós, incontornável.
Os filhos da margem têm os olhos postos sobre nós.
Eles sabem, nós sabemos que a vida não nos concederá outra oportunidade.
Hoje, temos uma cara. Uma voz. Bandeiras.
Temos sonhos organizados.
Queremos um país onde não se matem crianças
que escaparam do frio, da fome, da cola de sapateiro.
Onde os filhos da margem tenham direito à terra,
ao trabalho, ao pão, ao canto, à dança,
às histórias que povoam nossa imaginação,
às raízes da nossa alegria.
Aprendemos que a construção do Brasil
não será obra apenas de nossas mãos.
Nosso retrato futuro resultará
da desencontrada multiplicação
dos sonhos que desatamos.

Pedro Tierra (1994)

Notas

1 Cesto rústico feito de taquara trançada.

2 A Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, ficou conhecida pelo nome do seu proponente, o ministro da Educação do governo Castelo Branco, Flávio Suplicy de Lacerda. Ela criava um Diretório Nacional dos Estudantes para substituir a UNE, estabelecia mecanismos de controle sobre os DCEs das universidades e substituía os antigos Centros Acadêmicos por Diretórios Acadêmicos, também vinculados às estruturas dirigentes das universidades. Na prática, isso significava jogar o movimento estudantil na ilegalidade. Disponível em <http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/capa_16101968.shtml>. Acesso 17 maio 2008.

3 A Boca Maldita é um local na Avenida Luís Xavier, em Curitiba, onde políticos e cidadãos interessados em política se reúnem no final da tarde para conversar sobre os principais assuntos do dia e trocar informações. A avenida é considerada "a menor do mundo", pois tem apenas um quarteirão. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Turismo_no_Paran%C3%A1>. Acesso em 21 mar. 2008.

4 Central Intelligence Agency (CIA), em português, Agência Central de Inteligência, é um dos principais organismos oficiais de inteligência dos Estados Unidos da América. Criada após a Segunda Guerra Mundial, a CIA possui um amplo histórico de operações ilegais em outros países contra ameaças reais ou supostas aos interesses norte-americanos.

5 *Arena conta Zumbi* é um musical escrito por Gianfrancesco Guarnieri e Augusto Boal em 1965, com música de Edu Lobo, direção de Augusto Boal e direção musical de Carlos Castilho. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arena_conta_Zumbi>. Acesso em 21 mar. 2008.

6 *Liberdade, liberdade* é um musical escrito por Millôr Fernandes e Flávio Rangel, em 1965, e que estreou no palco no mesmo ano. É um marco da história teatral do Brasil por ter sido o texto de maior sucesso do chamado teatro de protesto – conjunto de peças que criticava o golpe de 1964. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Liberdade%2C_Liberdade>. Acesso em 21 mar. 2008.

7 Escrito originalmente em 1933 e publicado somente em 1937, *O rei da vela* constitui-se no texto teatral mais importante de Oswald de Andrade. José Oswald de Sousa Andrade (SP, 1890 – SP, 1954) foi um dos promotores da Semana de Arte Moderna de 1922 em São Paulo, tornando-se um dos grandes nomes do Modernismo literário brasileiro. A peça demorou trinta anos para ser apresentada em São Paulo, e foi desbravada pelo Grupo Oficina, sob a direção de José Celso Martinez Correa. A encenação marcou época na história do teatro brasileiro. Disponível em <http://www.blocosonline.com.br/teatro/TMundi/tmunådi009.php>. Acesso em 21 mar. 2008.

8 A Coluna Miguel Costa-Prestes, popularmente conhecida somente por Coluna Prestes, foi um movimento político-militar ocorrido entre 1925 e 1927 e ligado ao movimento tenentista. A coluna deslocou-se pelo interior do país pregando reformas políticas e sociais e combatendo os governos dos presidentes Artur Bernardes e Washington Luís. Enfrentou tropas regulares do exército e forças policiais de vários estados, além de tropas de jagunços, estimulados por promessas oficiais de anistia. O impacto da marcha de mais de 20 mil quilômetros da coluna por doze estados brasileiros, até sua retirada para a Bolívia, ajudou a abalar ainda mais o prestígio da Primeira República e a preparar o terreno para a Revolução de 1930. Projetou também internacionalmente a figura de Luís Carlos Prestes, que posteriormente viria a aderir ao PCB, do qual se tornaria o mais importante líder. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Coluna_Prestes>. Acesso em 21 mar. 2008.

9 Ver nota 10 na entrevista de Olívio Dutra, neste volume.

10 Cidade-satélite do Distrito Federal.

11 De acordo com Antonio Carlos Fon, no livro *Tortura: a história da repressão política no Brasil* (Global, 1979), o pau-de-arara "É o instrumento de tortura mais usado no Brasil. São dois cavaletes de madeira, com cerca de 1,5 metro de altura e uma ranhura na parte superior, onde se encaixa um cano de ferro. A vítima, geralmente nua, tem os pulsos e tornozelos envoltos em tiras de cobertores ou pano grosso e amarrados com cordas. Em seguida, o interrogado é obrigado a sentar-se

no chão, de tal forma que os joelhos dobrados sejam abraçados. No espaço sob os joelhos – e entre os cotovelos – introduz-se a barra de ferro, por onde se levanta o prisioneiro para pendurá-lo entre os dois cavaletes. Nesta posição, o supliciado, além das dores provocadas pelo próprio pau-de-arara – devido à tração e à paralisação da circulação nos membros inferiores e superiores –, fica completamente à mercê dos interrogadores para ser submetido a outros tipos de tortura".

12 Jacarezinho é a denominação informal adotada pelos torturadores para descrever os terminais dentados ligados por fios a máquinas geradoras de corrente elétrica que são afixados a pontos sensíveis dos corpos das vítimas para a aplicação de choques.

13 Ver nota 16 na entrevista de Raul Pont, neste volume.

14 Ver nota 7 na entrevista de Avelino Ganzer, neste volume.

15 Município do estado de Tocantis; até 1988, era parte do estado de Goiás.

16 "Em 1948, iniciou-se a ocupação de Trombas e Formoso, região de terras férteis e devolutas. Camponeses resistiram a um grupo de fazendeiros e grileiros que reivindicavam judicialmente a propriedade. Após muitas perseguições e sofrimentos, os camponeses decidem se organizar e pleitear a posse daquela área de forma legal. [...] Desenganados, resolvem partir para o enfrentamento e resistência. A partir da organização de núcleos onde se discutiam e decidiam os rumos da organização, despontam algumas lideranças de projeção estadual e nacional (José Porfírio, Geraldo Marques, Nego Casseiro e outros), que resolvem organizar a produção e a comercialização. Surgem então as Associações e Cooperativas. [...] O Exército, nos primeiros dias da ditadura militar que se instalou no país em 1º de abril de 1964, ocupou Trombas e Formoso e dispersou a população à força." Cf. *Calendário histórico dos trabalhadores*. São Paulo: MST, Setor de Educação, 1999.

17 As Waffen-SS – tropa de elite nazista originária da Schutzstaffel (SS) – tinham inicialmente o objetivo de garantir a proteção pessoal de Adolf Hitler em um período conturbado politicamente. Seu comandante, Heinrich Himmler, conseguiu posteriormente anexar aos seus domínios o Ordnungspolizei (a polícia regular), e o Sicherheitspolizei (a polícia de segurança). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Waffen-SS>. Acesso em 21 mar. 2008.

18 Ver nota 9 na entrevista de Manoel da Conceição, neste volume.

19 Trata-se do livro *Poemas do povo da noite*: "Escrito nas prisões pelas quais passou o seu autor entre os anos de 1972 e 1977, *Poemas do povo da noite*, de Pedro Tierra, pseudônimo de Hamilton Pereira da Silva, encarna bem o espírito, a forma, o conteúdo e o percurso do que chamo de 'livros de oposição' –, ou seja, livros editados nos anos 1970 e início dos anos 1980 no Brasil que tratavam de temas que punham em questão a ideologia, os objetivos e/ou os procedimentos do regime de 1964 ou, ainda, cujos autores faziam oposição ao governo. Entre estes, destacavam-se as obras escritas por ex-exilados e ex-presos políticos". Cf. MAUÉS, Flamarion. "Um livro de oposição: *Poemas do povo da noite*, de Pedro Tierra." *Revista Espaço Acadêmico*, ano IV, nº 48, maio 2005. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/048/48cmaues.htm>. Acesso em 22 mar. 2008.

20 O Pacote de Abril foi um conjunto de leis outorgado em 13 de abril de 1977 pelo então presidente da República Ernesto Geisel, que entre outras medidas fechou temporariamente o Congresso Nacional. O pacote instituía uma série de leis que afetavam as futuras eleições. Um terço dos senadores não mais seriam eleitos por voto direto, mas passavam a ser indicados pelo presidente da República, garantindo ao regime militar uma maior base de apoio no Congresso Nacional. O mandato presidencial era ampliado de cinco para seis anos, as eleições indiretas para governador mantidas e a representação dos estados mais populosos no Congresso Nacional diminuída. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pacote_de_abril>. Acesso em 22 mar. 2008.

21 Sobre este assunto, ver nota 3 na entrevista de Raul Pont, neste volume.

22 Etnia indígena pertencente ao tronco tupi-guarani, vive na serra do Urubu Branco (MT).

23 Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp). Criada em 1983, em Porto Alegre, é uma entidade de assessoria aos movimentos sociais e sindicais do Rio Grande do Sul. Cf. STEDILE e MANÇANO, *op. cit.*

24 Etnia indígena brasileira que vive em Nova Glória (BA).

25 Ver nota 16 na entrevista de Avelino Ganzer, neste volume.

26 Em 16 de dezembro de 1976, uma operação militar do Exército cercou e metralhou uma casa situada no bairro da Lapa, em São Paulo, quando se realizava uma reunião do Comitê Central do PCdoB. Nessa operação, que ficou conhecida como Massacre da Lapa, foram mortos Pedro Pomar e Angelo Arroyo, e presos Wladimir Pomar, Aldo Arantes e Haroldo Lima. Anos mais tarde, descobriu-se que a operação militar contou com a ajuda de um delator preso naquele ano, o dirigente do PCdoB, Manoel Jover Teles, que fora preso pouco tempo antes e concordara em colaborar com os órgãos de repressão em troca de bom tratamento e emprego. Cf. POMAR, Pedro Estevam da Rocha. *Massacre na Lapa. Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006, 3ª ed.

27 Fundada em 1959, a instituição cultural cubana Casa de las Américas promove a arte e a literatura tendo como princípio a integração latino-americana. Os prêmios que concede para obras literárias da região são importantes referências para escritores e artistas. Disponível em <http://www.guantanamera.org.br/cla.htm>. Acesso em 19 mar. 2008.

28 O texto completo da *Missa da terra sem males*, com comentários de dom Pedro Casaldáliga e de Pedro Tierra, está disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/casaldaliga/casaldaliga_missa.html>. Acesso em 22 mar. 2008.

29 O texto completo da *Missa dos quilombos*, com apresentação de dom Pedro Casaldáliga, está disponível em <http://www.servicioskoinonia.net/pedro/poesia/quilombos.htm>. Acesso em 22 mar. 2008.

30 Data de fundação do PT.

31 Ver entrevista de Manoel da Conceção, neste volume.

32 Ver entrevista de Apolonio de Carvalho, neste volume.

33 Trata-se do poema "Os filhos da paixão", de Pedro Tierra; ver a transcrição completa do poema na página 277 deste volume.

34 Ver nota 4 na entrevista de Djalma Bom, neste volume.

35 Porecatu: resistência camponesa ocorrida na década de 1950 no norte do Paraná. Os posseiros resistiram de forma armada à grilagem das empresas colonizadoras. Cf. STEDILE e MANÇANO, *op. cit.*

36 As lutas camponesas dos anos 1940 em Pires do Rio, assim como em outros municípios de Goiás, contaram com o apoio dos grupos ligados ao PCB, organizados clandestinamente por militantes como Clóvis Bueno. Disponível em <http://www.anovademocracia.com.br/37/30.htm>. Acesso em 22 mar. 2008.

37 A hidrelétrica binacional de Itaipu, construída durante a década de 1970, no rio Paraná, demarca a fronteira do Brasil com o Paraguai, na altura do município de Foz de Iguaçu. É considerada a maior hidrelétrica do mundo. Para a sua construção, mais de 12 mil famílias de pequenos agricultores foram desalojadas de suas terras.

38 A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) possui trabalho pastoral entre os camponeses do Sul e do Centro-Oeste, especialmente entre os de ascendência alemã, por meio da Pastoral Popular Luterana (PPL). Werner Fuchs, pastor da Igreja Luterana e membro da CPT do Paraná, acompanhou pastoralmente os agricultores atingidos pela construção da barragem de Itaipu, que criaram o Movimento Justiça e Terra, reivindicando não apenas indenização, mas também o direito de trocar terra por terra. O movimento reuniu milhares de agricultores, que conquistaram seus direitos por meio de diversas mobilizações. Essas mobilizações deram origem ao MST na região oeste do Paraná. Cf. STEDILE e MANÇANO, *op. cit.*

39 *Slogans* do PT na campanha eleitoral de 1982.

40 Em 1932, sob a liderança do arcebispo do Rio de Janeiro, dom Sebastião Leme, foi criada a Liga Eleitoral Católica (LEC), que teve como secretário-geral Alceu Amoroso Lima. Congregando intelectuais e segmentos da classe média, a LEC teve participação expressiva nas eleições de 1933 para a Assembléia Nacional Constituinte, supervisionando, selecionando e recomendando ao eleitorado católico os candidatos aprovados pela Igreja. A LEC argumentava não haver necessidade de um partido católico, já que as mais variadas agremiações partidárias aceitavam os postulados da Igreja. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos30-37/ev_liga_eleitoral.htm>. Acesso em 22 mar. 2008.

41 Referência ao seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, em 4 de setembro de 1969, por militantes do MR-8 e da ALN. Após tensas negociações com o governo militar, o embaixador foi libertado em troca de quinze presos políticos, que foram levados em um avião para o México, de onde partiram para o exílio em diferentes países.

42 Centelha ou fagulha em russo. Nome do jornal do Partido Operário Social-Democrata Russo, criado em 1900.

43 Estatuto da Terra. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, promulgada pelo governo militar do marechal Castelo Branco. Redigida por um grupo de especialistas progressistas, entre eles José Gomes da Silva, foi muito importante para a história da reforma agrária. Criou um organismo público para implementar a reforma agrária, o atual Incra, e consolidou o Instituto Legal da Desapropriação de Latifúndios pelo Poder Público. Cf. STEDILE e MANÇANO*, op. cit.*

44 Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra). Entidade de pesquisa, estudo e assessoria dedicada à divulgação da causa da reforma agrária. Fundada em 1968 por um grupo de técnicos, intelectuais e professores universitários, preocupou-se em manter viva a chama da reforma agrária, mesmo com a ditadura militar. Entre seus fundadores estava José Gomes da Silva. A Abra edita a revista *Reforma Agrária*, considerada a principal publicação científica brasileira sobre o tema. Cf. STEDILE e MANÇANO, *op. cit.*

45 Ver nota 29 na entrevista de Olívio Dutra, neste volume.

46 A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida é um movimento de ação social lançado em 1993 pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, a partir do Movimento pela Ética na Política. Entre os seus objetivos encontram-se o fomento da mobilização de todos os segmentos da sociedade brasileira na busca de soluções para as questões da fome e da miséria, visando um país onde todos tenham direitos de cidadania e justiça. Dentre as atividades do movimento, destacou-se inicialmente a realização da Campanha Natal sem Fome, que entre 1993 e 2005 arrecadou mais e 30 mil toneladas de alimentos, doando-as para mais de 15 milhões de pessoas pobres, para denunciar a falta de políticas públicas efetivas de combate à fome. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/A%C3%A7%C3%A3o_da_Cidadania_contra_a_Fome%2C_a_Mis%C3%A9ria_e_pela_Vida>. Acesso em 17 maio 2008.

47 O Instituto Cajamar, nomeado a partir do município em que se localizava sua sede, a cerca de quarenta quilômetros da capital do estado de São Paulo, foi um centro de formação política criado em 1986 por um conjunto de dirigentes políticos e sindicais, bem como por diversos educadores vinculados ao PT. Tinha como presidente de honra Paulo Freire e como diretor geral inicialmente Wladimir Pomar e, posteriormente, Gilberto Carvalho.

48 A Rede Povo foi uma estratégia utilizada na campanha na TV de Lula à presidência da República em 1989. Constituía-se numa paródia à programação da Rede Globo de Televisão, mostrando, com muita ironia e criatividade, fatos que eram omitidos pela grande mídia e abordagens alternativas em relação aos grandes temas nacionais.

49 *Slogan* da campanha presidencial de Lula em 1989.

50 *TV Pirata*, programa humorístico brasileiro de esquetes, transmitido pela Rede Globo entre 1988 e 1990 e em 1992. Foi criado pelo diretor Guel Arraes e pelo roteirista Cláudio Paiva e foi um dos maiores sucessos do gênero no Brasil, com seu humor com base no *nonsense* e na sátira, executado por uma equipe de roteiristas que incluía Luís Fernando Veríssimo, os quadrinistas Laerte e Glauco, e integrantes do *Planeta Diário* e da *Casseta Popular*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/TV_Pirata>. Acesso em 22 mar. 2008.

51 O Plano Real foi um plano de estabilização econômica conduzido sob o governo de Itamar Franco e desenvolvido pela equipe econômica do Ministério da Fazenda, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, em 1993. Seu objetivo primário era controlar a hiperinflação. Organizado em etapas, o plano resultaria no fim de quase três décadas de inflação elevada e na substituição da antiga moeda pelo Real, a partir de primeiro de julho de 1994. Num primeiro momento o plano obteve resultados muito positivos, com controle da inflação e aumento da taxa de investimentos na economia, embora uma persistente inflação residual tenha se mantido. Durante a vigência do Plano Real, o país sofreu várias crises econômicas como a crise mexicana (1994), asiática (1997), russa (1998), a desvalorização cambial de 1999 e a crise argentina (2001), cujo impacto no Brasil foi ampliado devido à extrema vulnerabilidade nas contas externas e das finanças públicas após a adoção do câmbio supervalorizado e do brutal aumento da dívida pública. Em janeiro de 1999, após ter obtido a sua reeleição para a presidência da República prometendo manter o poder de compra do Real, o presidente Fernando Henrique promoveu uma forte desvalorização da moeda brasileira frente ao Dólar. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_Real>. Acesso em 17 maio 2008.

52 Referência ao 10º Encontro Nacional do PT, realizado de 18 a 20 de agosto de 1995 no Sesc de Guarapari (ES).

53 A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) foi assim batizada em homenagem a Augusto [César] Sandino, que combateu a intervenção norte-americana na Nicarágua entre 1927 e 1933. A revolução liderada pela FSLN derrubou o ditador Anastasio Somoza e chegou ao poder na Nicarágua em 1979. O governo sandinista era visto pela maioria dos militantes do PT como um exemplo de caminho democrático de construção do socialismo. Entretanto, em 1990, nas primeiras eleições pluripartidárias realizadas desde a revolução, embora inicialmente favorito, o candidato sandinista, Daniel Ortega, foi derrotado pela líder da oposição, Violeta Chamorro. O resultado foi atribuído em grande medida ao desgaste provocado pela ação dos *contra*, misto de ex-revolucionários dissidentes e mercenários, armados e financiados ilegalmente pelos Estados Unidos. Em 2006, Ortega foi eleito presidente, e a FSLN voltou ao poder.

54 Ver entrevista de Luiz Dulci, neste volume.

55 Em 1994, Lula disputou a Presidência da República pela segunda vez, iniciando a campanha como franco favorito. Tinha como um dos seus grandes trunfos as imagens das Caravanas da Cidadania, que seriam usadas na sua propaganda eleitoral na televisão. Pouco antes do início do horário eleitoral gratuito, entretanto, o Tribunal Superior Eleitoral, respondendo a consulta apresentada pelo PSDB, decidiu pela proibição do uso de imagens externas na campanha. José Serra, então candidato a senador por São Paulo, destacou-se como um dos principais defensores da medida.

56 A greve de 32 dias dos petroleiros teve início em 3 de maio de 1995. Apesar da legitimidade do movimento – a direção da Petrobras e o governo haviam desrespeitado três acordos coletivos assinados com os petroleiros em 1994 –, Fernando Henrique não titubeou ao enviar a tropa de choque e tanques de guerra às refinarias. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) impôs multas milionárias aos sindicatos, e a Petrobras demitiu e puniu centenas de trabalhadores. Mesmo condenado pela Organização Internacional do Trabalho por violação dos direitos de greve e de livre negociação, o governo

em 1998 ainda vetou parte do projeto de lei que anistiaria os sindicatos dos abusos cometidos pelo TST. Disponível em <http://www.fup.org.br/anistia/noticias_1995.htm>. Acesso em 22 mar. 2008.

57 O Instituto Cidadania foi criado a partir das experiências do Governo Paralelo, estabelecido por Lula após a vitória de Fernando Collor de Mello nas eleições presidenciais de 1989 e das Caravanas da Cidadania. Tem como objetivo realizar debates e estudos voltados à formulação de diretrizes de políticas públicas para enfrentar os principais problemas nacionais.

58 O novo estatuto do PT, aprovado em 11 de março de 2001, define, em seu artigo 19, que todo filiado participará e interferirá na política do partido por meio da eleição direta das direções e dos encontros, que deliberam o programa, a estratégia, a tática, a política de alianças e as linhas da construção partidária. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2024>. Acesso em 22 mar. 2008.

59 Bairros nobres do Distrito Federal.

Muitos Caminhos, uma Estrela



Memórias de Militantes do PT

Benedita da Silva

Entrevista realizada no Rio de Janeiro (17 e 28 de março de 2006)

Página anterior:
Benedita da Silva, com Lula, em campanha para o Senado (1994).



Benedita Sousa da Silva Sampaio nasceu em 1942 na cidade do Rio de Janeiro, na favela da Praia do Pinto, e viveu, durante 57 anos, no morro do Chapéu Mangueira, no bairro do Leme, zona sul da cidade do Rio de Janeiro. Formou-se auxiliar de enfermagem e graduou-se em estudos sociais. Filiada ao PT desde os primeiros momentos de organização do partido, iniciou sua carreira política ao se eleger vereadora em 1992, após militância na Associação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro. Em 1986, foi eleita deputada federal, cargo para o qual se reelegeu em 1990. Na Legislatura de 1987-1991, Benedita participou da Assembléia Nacional Constituinte, onde atuou como titular da Subcomissão dos Negros, das Populações Indígenas e Minorias. Em seguida, passou à Comissão de Ordem Social e à Comissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher. Em 1992, tida como favorita para vencer as eleições para a prefeitura do Rio de Janeiro, terminou o primeiro turno na frente, mas foi derrotada no segundo turno por César Maia. Em 1994, tornou-se a primeira mulher negra a ocupar uma vaga no Senado. Foi eleita vice-governadora do Rio de Janeiro em 1998 na chapa de Anthony Garotinho. Para assumir o cargo, renunciou ao mandato de senadora, que só terminaria em 2002. Com a renúncia de Anthony Garotinho para concorrer à presidência da República, assumiu o governo em abril de 2002, tornando-se a primeira mulher negra a governar um estado brasileiro. Foi candidata a reeleição, mas foi derrotada ainda no primeiro turno por Rosinha Garotinho, esposa do ex-governador. Em 2001, presidiu a Conferência Nacional de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, que reuniu mais de 10 mil pessoas de todo o país. Com a eleição de Lula para a presidência do Brasil, assumiu em 2003 a Secretaria Especial da Assistência e Promoção Social, com *status* ministerial. Desde janeiro de 2007, é secretária de Assistência Social e Direitos Humanos no governo do estado do Rio de Janeiro[1].

O SURGIMENTO DE UMA LIDERANÇA POPULAR

Vamos começar pelas suas origens sociais, os primeiros anos da sua vida, sua formação. Enfim, um pouco da sua vida pessoal.

A minha história é uma história bem religiosa, bem bíblica: é a história de João, de Maria e de José. Eu nasci de uma complicação dos três. Minha mãe, ainda esposa do José, numa escapulida daquelas, arrumou uma Benedita com João. Ninguém sabia da história, mas, quando eu tinha aproximadamente 5 para 6 anos, aconteceu uma confusão enorme em casa, uma loucura total. Eu me lembro da minha mãe dizendo para mim, desesperada, me sacudindo: "Olha, você é filha do João, você não é filha do José. Mas, se você disser isso, a sua mãe morre". Minha mãe era uma mulher maravilhosa, que sempre criou seus filhos com muita garra, morando e trabalhando em Minas Gerais. Veio para o Rio de Janeiro tentar a vida e conheceu uma pessoa, de quem ela cuidou porque estava doente. Depois, tiveram esse relacionamento, e a Benedita nasceu.

Você nasceu aqui no Rio de Janeiro?

Nasci no Rio de Janeiro, em 1942. Minha mãe teve quinze filhos. Dois nasceram no Rio de Janeiro – meu irmão caçula e eu –, os outros treze filhos nasceram em Minas. Eu aprendi com a mamãe, desde cedo, a ter preocupação com as pessoas, com os outros. Tem um episódio que me marcou muito. Quando ela ficou doente, para morrer, ela dizia: "Filha, eu vou e não volto, e você já sabe como é que você tem que lidar...". Eu com 14 anos, e ela me dando aqueles aconselhamentos: "Obedeça à sua irmã". Aquela coisa. E, quando ela morre, nós éramos duas mulheres com dois grandes segredos na vida. Ela teve a oportunidade de me contar, e eu não tive oportunidade de contar a ela. Porque, numa certa ocasião, ela colocou um rapaz em nossa casa e ele me estuprou. Foi uma coisa muito... muito terrível. Traumática. E eu pensando: "Se eu contar que eu sou filha do João, não sou filha do José, minha mãe morre, imagine se eu for falar isso". Então eu era uma menina-mulher muito oprimida. Aquilo mexeu demais com a minha vida, com a minha cabeça. E a mamãe morreu sem saber. Eu tentei dar um jeito para ela descobrir, com 7 anos. Inventei que estava com uma coceira estranha. Eu queria que ela me examinasse, que ela olhasse, mas ela me levou ao médico. Mas o médico, naquela época, não tinha diálogo com o paciente. Aí ele receitou qualquer coisa lá, não disse nada para ela, e ela também não comentou nada comigo.

Como ficou a sua situação com a morte dela?

Desde então, eu sempre tive uma vida muito responsável, era muito mais mulher do que menina. Minha mãe era uma mulher muito forte para enfrentar as adversidades da vida. Ela me ajudou muito, na personalidade que tenho hoje, o caráter que tenho. Tanto que eu passei muitas necessidades e fome, fiquei sem

casa e tudo, mas esmola eu não conseguia pedir. Ela dizia: "Não deve mexer nas coisas dos outros, não deve pedir esmola, deve de estudar". Ela dizia: "Negro tem que ter brio". Ela era analfabeta, mas dizia para a gente que tinha que ter brios, tinha que ter dignidade, que ser pobre não era justificativa para você ser desonesto. Se você chegava com alguma coisa, ela perguntava: "Quem deu?". Então ela criou em nós essa identidade forte, de mulher que vai à luta, guerreira, que não tem medo de nada. Eu comecei a enfrentar a vida muito cedo. Quando ela morreu, eu ia fazer 15 anos de idade. O mundo caiu sobre minha cabeça, porque eu tinha uma cumplicidade enorme com ela. Eu fiquei num desespero tão grande... E, aos 16 anos, eu me casei. Eu era uma menina que queria estudar muito, mas eu não tinha oportunidade, eu não tinha "QI" – quem me indicasse –, então, quando eu terminei o primário, eu tinha que trabalhar, não é? Eu vendia limão, engraxava sapatos, vendia pastel, trabalhava na feira, na Central do Brasil. Mas sempre envolvida com a comunidade...

Onde é que você morava?

Aí eu já morava no [morro do] Chapéu Mangueira, no Leme. A gente se envolveu muito com a comunidade porque minha mãe era parteira. Ela entrava na casa das pessoas, ela compartilhava. Se alguém estava precisando, ela pegava um franguinho no quintal, levava para aquela pessoa. Dividia o arroz ou a farinha, o que ela tivesse. E com isso ela nos ensinou muito. Ela era umbandista e nós vivíamos o sincretismo, porque, aos domingos, tinha que ir para a igreja, mas também tinha que ir lá para o centro de umbanda. Ela era uma liderança na comunidade. As pessoas diziam: "Ah, eu trato vocês muito bem porque sua mãe foi muito boa. Não é por vocês, é pela sua mãe". Ela criou isso na vizinhança, e eu acho que herdei um pouco disso. E comecei minha militância muito cedo, no envolvimento com a comunidade, na área educacional. Nós aplicamos o Método Paulo Freire para ajudar na organização da comunidade e, a partir daí, eu comecei a conversar com as pessoas, com os vizinhos, formar grupos.

Isso é em que época, mais ou menos?

Ah, eu já estava com 16, 17 anos. Nós começamos a organizar, ajudar na associação de moradores – que naquela época de remoções de favela a gente chamava de "comitê". Então, era essa militância: pegar água para a vizinha, pegar a xepa na feira e dividir com quem não tinha comida. Quer dizer, eu herdei de minha mãe esse trabalho na comunidade. Eu era muito conhecida. E muito diferente das minhas irmãs e dos meus irmãos. A maioria deles ainda morava no Chapéu Mangueira. Só três eram casados e moravam mais distantes. Mas eles foram morrendo...

Então, se você tinha 16, 17 anos, o seu envolvimento começou antes do golpe militar.

Antes do golpe militar. Eu me lembro que eu entrei para um cursinho pré-vestibular. Eu não entendia absolutamente nada, eu só tinha o primário, mas eu ia, para poder fazer contato com as filhas dos coronéis. Aí, levava elas para o morro, para elas me ensinarem. Elas ficavam com pena e iam me ensinar. Mas eu queria era que elas vissem a situação da nossa comunidade: com casa caindo, aquelas casas de barro... A gente não podia consertar, não podia fazer casa de tijolos, que eles jogavam no chão... Eu não podia mudar telhado... Nós sofremos coisas tremendas, ficamos exilados no nosso próprio país, na nossa terra, na nossa comunidade.

No governo Lacerda, a campanha de remoção era enorme.

É. Remoção, remoção, remoção. E nós lutando, lutando, junto com os dominicanos que faziam o trabalho conosco na comunidade. E nós conseguimos, junto a outras lideranças, organizar as mulheres... Tudo isso aparecia nas nossas aulas. "O Ivo no morro não via a uva, o Ivo no morro via a vala. E a vala estava aberta"[2]... Nós questionávamos os políticos, que chegavam, colocavam uma torneira, uma bica d'água.... Depois da eleição, a bica sumia. Nós passamos maus pedaços na nossa organização política. Mas, com o passar do tempo, vimos que éramos uma força, que se nós nos uníssemos... Então nós começamos a fazer mudanças na comunidade. Como

é que a gente consegue água? Como é que a gente consegue luz direto da Light? Como é que a gente faz isso, faz aquilo? Então criamos essa figura do mutirão, que mutirão não era remunerado. Uma freira que já faleceu, Renée Jeanne Delore, foi lá para os dominicanos e foi morar na comunidade conosco. Chamavam ela de "dama de ferro", porque ela botava os homens para trabalhar. Também herdei isso muito dela, depois, na minha militância. Porque eu fui concluir uma série de obras na comunidade, então eu estava lá, na frente dos mutirões, com os homens. Mas, em 1966, eu perdi a minha casa, o meu barraco. Teve uma enchente enorme.

Aquele ano terrível durante o governo Negrão de Lima.

É. Terrível. Eu perdi a minha casa, e a gente sem casa, sem trabalho, a cabeça não funciona, eu fiquei meio enlouquecida. Mas a própria comunidade me cercou de muita força, e eu me engajei mais ainda no ativismo político, na defesa da criança, do negro, do favelado, da mulher. Até que começaram a conversar conosco, se nós não queríamos ajudar a criar um partido, e que, nesse partido, nós íamos ter vez e voz, aquela coisa. E eu já estava meio cansada daqueles políticos que nos deixaram na mão. No período duro do Brasil, nós ficamos praticamente na mão. Mas nós criamos nosso próprio mecanismo de defesa. Quando eles vinham derrubar nossos barracos, nós entrávamos na casa com as crianças. Às vezes, derrubavam assim mesmo, outras vezes não. Levávamos muito chute na barriga. Nós, mulheres, nos colocávamos na frente, escondíamos nossos maridos. Nós cavávamos, à noite, buracos e enterrávamos aqueles livros revolucionários, para que ninguém pudesse ver. E cada um que ia trabalhar na casa de alguém, fazer uma faxina, ficava tentando descobrir o que estava acontecendo, olhar... Era a nossa "imprensa nagô"[3], não é? De boca em boca... "O que é que você ouviu hoje?" Não podia reunir, se fazia uma seresta, ficava cantando ali, e, entre uma seresta e outra, nós colocávamos as coisas em dia. E nós fomos crescendo politicamente. Essa proposta do PT, primeiro, nós questionamos bastante. Mas acabamos indo para São Paulo...

Mas, antes do PT, teve um período que você militou um pouco no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), não?

O MDB era o único partido de oposição. Só tinha Arena e MDB. Aí nós fizemos campanha para muita gente: Edson Khair, Marcelo Cerqueira, José Frejat, Modesto da Silveira, Aloysio Teixeira. Até Moreira Franco... A comunidade recebia todo mundo. Tinha o pessoal do MDB, e você recebia também gente da Arena, como a Lygia Lessa Bastos...

Você já tinha alguma função na associação de moradores, nesse final dos anos 1970?

Já. Além de alfabetizadora, eu fui secretária, fui presidente da associação, fui vice, ocupei todos os cargos. Eu participei da criação da Associação de Moradores de Chapéu Mangueira. E do departamento feminino das favelas. Eu fui fundadora da Federação das Favelas [do Rio de Janeiro – Faferj][4], e depois nós criamos o MDF [Movimento de Defesa dos Favelados][5], que era o movimento nacional dos favelados. E começamos a fazer um trabalho de consciência, para que nós pudéssemos mudar as nossas condições de vida. Eu comandava muitos mutirões, estava sempre à frente de tudo. Eu fui servente naquela escola da [Rua] General Ribeiro da Costa, no Leme. E eu sou uma das moradoras mais antigas daquele bairro. Não tinha nem aqueles prédios, não tinha escola, não tinha absolutamente nada. Um dia desses fui mostrar um pouco a comunidade a um pessoal. Quando eu cheguei na varanda da minha casa – que hoje é uma fundação, Fundação Benedita da Silva[6] –, eu mostrei para eles: "Olha, não tinha nada disso aqui". Eu ia lá no Posto Seis[7] pegar água, pegar lavagem para os porcos. Tive uma vida muito, muito, muito dura.

E quais são as suas lembranças mais fortes destas lutas da comunidade?

Essa história ainda não foi contada, não é? Do sucesso que foi, para nós, por exemplo, a chegada da água encanada... Outro dia eu morri de rir. Nós estamos, agora, dando aulas de audiovisual e cinema, através do PAC [Pró-Apoio Comunitária][8], que é uma ONG de apoio comunitário, e da Fundação, com apoio da Pe-

trobras. Estamos já com a segunda turma se formando, lá do Chapéu Mangueira e da Babilônia, que são duas comunidades, uma perto da outra. E eu estava me lembrando de quando chegou a luz elétrica na comunidade. Todo mundo saía de dentro de casa, pegava um cabo de vassoura para ligar a chave. Aí saía aquela faísca e todo mundo saía correndo. Às vezes, meu pai demorava a chegar do trabalho, lá na pedreira. Aí, quando ele chegava, ele ia lá na chave e ligava. "Criança não pode botar a mão aqui!" E da primeira água assim na torneira. E a gente querendo tomar banho... Quer dizer, são todas vitórias conquistadas ali, pela consciência e pelo trabalho da comunidade. Cada pedacinho de chão que nós pisamos no Chapéu Mangueira tem as minhas marcas, até de trabalho braçal... Nós carregávamos pedra, cimento, areia. Nós fizemos uma caixa d'água lá no último andar, no cume mesmo, no alto do morro, e colocamos a água para todos.

Em relação a essa questão do sincretismo na sua família, há essa convivência com a Igreja Católica e também com a umbanda. Depois, esse contato com os dominicanos, com o braço mais militante da Igreja Católica. E como é que se dá a sua conversão à Assembléia de Deus[9]*?*

O sincretismo é histórico nas comunidades de matriz africana, que têm essa similaridade dos orixás com os santos da Igreja Católica. Minha mãe foi muito questionada, muito perseguida. Ela e tantas outras, não é? Hoje não. Hoje é visto como um elemento cultural, você tem o seu registro, você tem a licença, o seu centro funciona normalmente. Mas antes, tal qual a capoeira, você ia preso. Eu vivi isso muitas vezes. A polícia chegava, fechava, minha mãe tinha que botar os santos na bacia e sair. Era uma coisa até muito agressiva, vexatória. Mas eu sempre questionava outros valores daquela cultura, que para minha cabeça, para minha geração, não traziam satisfação plena. Eu fui criada ali, naquele ambiente, com meus pais, mas, à medida que eu fui crescendo, eu fui tomando novos rumos. Depois que minha mãe faleceu, eu ainda fiquei um tempo. Depois, eu saí totalmente. Sofri também grande influência do ambiente em que eu estava vivendo, porque aí eu estava muito mais dedicada à militância política apartidária e isso me fez conviver de forma muito próxima com a Igreja Católica. Até que, aos 26 anos de idade – tudo, na minha vida, foi muito rápido –, eu fui para a Igreja Assembléia de Deus, para a Igreja Evangélica. Mas sempre tratei com muito respeito as outras religiões.

E a Assembléia de Deus, nesse momento, já tinha um templo na própria comunidade?

Já. Mas, quando eu "aceitei Cristo", como o evangélico fala, nem foi dentro da comunidade, foi fora. Mas eu fiquei congregando, quer dizer, freqüentando, porque ali na comunidade também tinha.

O que é que levou você a se converter?

Olha, sempre me perguntam isso. O que é que faz uma opção? Eu acho que a religião é uma questão de foro íntimo, é um sentimento. E quando você começa a questionar... É como alguém que muda de partido... Se você é médico, seus filhos não têm que necessariamente ser médicos. Eles chegam à conclusão deles. É igual à minha família. Eles querem ser tudo, menos políticos. Porque eles acham que é loucura. Como é que eu posso me envolver numa coisa dessas... Querem optar por outras coisas. Também é assim na questão da religiosidade. Eu acho que a minha mãe fez o correto, ela nos criou na crença que ela tinha e que ela achava que poderia nos dar valores. Ela era muito poderosa nesse sentido, de passar valores. Mas depois, eu e meus irmãos, cada um foi tomando um rumo na sua vida. Eu saí da umbanda, não praticava mais o sincretismo, fiquei na Igreja Católica. E depois fui para a Igreja Evangélica, onde estou até hoje.

E teve algum fato que marcou essa mudança?

Olha, de fato teve. Eu sentia um vazio enorme, espiritualmente falando, que eu não tinha preenchido nem na umbanda nem na Igreja Católica... Eu sempre fui muito ativista. Na umbanda, eu era aquela que chegava primeiro, que fazia tudo que o santo mandava. Depois, eu comecei a brigar com os santos. Aí eu comecei a ter questionamentos de ordem de classe social. Eu digo: "Esse santo me pede isso, me pede aquilo, vai me

castigar... Ah... Não quero mais saber de nada". Depois, fui para a Igreja Católica. E eu, desde criança, sempre quis ser anjo e coroar Nossa Senhora, essas coisas, mas me diziam que eu era negra, que isso não existia. Quer dizer, todas essas coisas foram trabalhando na minha cabeça. E eu me deparei com a possibilidade de poder me desprender um pouco daqueles medos, daqueles tabus, daquelas heranças que eu tinha – "Não dorme com a luz apagada, que a morte vem te pegar...". É lógico que ninguém quer morrer. Eu tinha um medo de morrer que era uma loucura! E acreditava num monte de coisas, era supersticiosa. Então, quando eu me vi livre...

A Igreja Evangélica foi uma libertação?

Foi uma libertação. Uma libertação para mim, para continuar a vida. Eu reclamava que meu pé era grande... Eu tenho os pés cheios de calos, porque não tinha sapato para calçar, calçava o sapato menor do que o pé... Reclamava porque eu era muito alta: "Ai, por que eu era tão alta assim?" [ri]. Eu comecei a gostar mais de mim, sabe, gostar do meu cabelo, gostar da minha altura, gostar de mim...

E aqueles grupos em que você militava, eles aceitaram bem essa mudança?

Eu fiquei até um pouco complexada, porque essa minha mudança foi muito questionada. Mas depois eu fui crescendo para o mundo, não é? Então, se nós olharmos para a África, a África não é toda vodu[10], a África é muçulmana, a África é... Quer dizer, tem outros valores religiosos na origem africana, que a diáspora, aqui, deve ter absorvido também. Mas eu não estava procurando muita justificativa, não... Eu já tinha deixado para trás isso de justificar sempre as coisas, de achar que o outro é o dono da verdade, que eu nunca estou certa. Não. Quando você começa a ter esse tipo de libertação, você produz muito mais, você é capaz de compreender o outro, porque você passou por aqueles caminhos. Quando a Lúcia Arruda entrou para o Santo Daime, eu acho que eu fui uma das poucas que pôde parar e conversar com ela. Ela falou: "Eu quero uma outra coisa para minha vida. Eu não quero mais isso. Eu não quero fazer defesa de aborto, disso, daquilo". Bateram muito nela. E eu disse: "Eu te entendo". Aí ela falou: "Ah, agora eu também começo a te compreender". Porque ela era fraterna, não é? Mas discordava, também, de algumas posições minhas. O que nos uniu foi exatamente essa cumplicidade feminina, essa solidariedade. Então eu consegui superar essa fase. Até porque, dentro do movimento, também tem pessoas que têm essa compreensão, que chegaram perto de mim: "Não, Bené, você não é mais negra ou menos negra porque você...".

É importante essa questão da tolerância, não é? De você respeitar as opções do outro...

É. Eu pude ver como nós não somos nada tolerantes. De uma forma ou de outra, de racista e de machista todos nós temos um pouco. Eu sou muito exigente comigo, mas eu também tenho analisado como é que as pessoas se comportam em relação a mim. No Brasil, nós temos essa intolerância religiosa, por exemplo, a relação dos evangélicos com os candomblecistas, com os umbandistas também. Se questiona muito as igrejas evangélicas, se acha que elas perseguem demais as outras igrejas. Mas, ao mesmo tempo, o que é cobrado a você por uma opção sua, por uma mudança... É como se eu optasse por ser homossexual. Eu ia encontrar um segmento que ia me questionar em relação a isso. Mas eu iria também encontrar outros que saberiam me compreender. E uma das características das igrejas que as pessoas não compreendem é como alguém que assassinou, que roubou, de repente, vira um cidadão, muda totalmente de vida, primeiro, espiritualmente, depois, materialmente. Ele recebe valores, consciência... Isso é bom ou isso é ruim? Eu passei por todos esses questionamentos. Teve dias difíceis, dias tristes. Eu também fui das Comunidades Eclesiais de Base[11], esse trabalho magnífico, extraordinário do Leonardo Boff, da Teologia da Libertação[12], também do Rubem Alves, do lado dos evangélicos, esses grandes teólogos que nós temos. Eu estou estudando até hoje. Agora estou estudando as etnias, porque isso é importantíssimo para que nós possamos nos entender uns aos outros, religiosamente falando. Na *Bíblia*, por exemplo, o que significam determinados atos e costumes daquela época? E hoje, isso continua? Continua sim. É como a escravidão. Tiraram o chicote e botaram uma caneta no lugar. Então, quem

não tinha escola ficou escravo do mesmo jeito. São coisas que o ser humano tem que questionar, baseado nesse princípio de tolerância, de que o diferente é o diferente, mas deve ser tratado com igualdade.

Você acredita que é possível construir essa tolerância?

No movimento negro, eu encontrei mulheres candomblecistas... E uma chora no braço da outra: "A sua igreja está me perseguindo" [ri]. É assim que se faz. E pode ser um exemplo de convivência fraterna, de respeito mútuo. A palavra "ecumenismo" não soa muito bem ainda entre essas diferentes religiosidades. Mas a prática do ecumenismo ela se faz na comunidade. A questão racial marcou muito a minha vida. Eu me sentia a patinha feia diante das dificuldades que se apresentavam, eu não era "criança bonita"... Hoje, eu sou uma ativista, com a compreensão de que os métodos são outros, mas que ainda perpetuam o preconceito, a discriminação. Antes, eu não podia ser Nossa Senhora, eu não podia ser anjo... Até há pouco tempo, eu não aparecia na televisão. Então, houve um crescimento, as imagens foram projetadas, tanto enquanto mulher como enquanto negra. Essas coisas têm evoluído. A comunidade também não esgotou sua luta na água, na luz, no esgoto. Hoje ela busca o conhecimento. Quer dizer, hoje, a luta é outra. Existem os preconceitos, os *apartheids*, social, econômico, político, racial, mas existe uma evolução quase natural do ser humano, em querer saber, em querer estar informado e se descobrir. E isso passa também por essas comunidades, passou pela minha vida. Eu digo isso como uma pessoa que tem 64 anos, mais de meio século de vida...

O ENGAJAMENTO NO PROJETO DO PT

Mas como é que foi a sua entrada para a militância partidária do PT?

Me disseram: "Olha, tem um homem que está revolucionando, um sindicalista...". Eu falei: "Ah, não quero saber!" [ri]. "Eu já estou cansada." Tivemos um período difícil, duro, encontramos poucos parceiros, não é? Vimos muita gente morrer, sumir. Então, eu sou fundadora do Partido dos Trabalhadores, mas eu não deixei de questionar, como o sistema questionou, o surgimento do Lula. Jamais pensei que eu fosse ser uma das pessoas mais apaixonadas por ele, que ele fosse mexer tanto com a minha vida, com a minha energia, com a minha coragem, que estava um tanto incubada. Ao ver aquele homem, a gente pensa: "Não, você tem um compromisso. Ele é a tua cara. Ele é a tua imagem e semelhança". Eu pensei: "Benedita, levanta, vamos lá. Você não é disso. Você é de construir. Se ele, que até hoje votou nos outros, quer ser um deputado, quer ser qualquer coisa, por que você não pode ser também?". Aí, eu fui para São Paulo. Porque disseram para eles também: "Olha, tem, no Rio de Janeiro, uma mulher muito legal, uma mulher assim, uma mulher assado, vocês precisam conhecer a Benedita".

Você lembra quem conversou com você pela primeira vez sobre o PT?

Eu não me lembro o nome dele, sabe, porque a gente chamava ele de Amanhã. Porque ele chegava e dizia: "Amanhã...". Tudo dele era "amanhã", "amanhã"... Era um militante daqui do Rio mesmo. Porque tinha pessoas que tinham dinheiro para pagar a passagem e ir para São Paulo fazer a discussão. Nós não tínhamos. Quando nós começamos a discutir o PT, foi uma ciumeira danada, não é? Aquela história de dizer que o PT não deveria acontecer, que ele vinha para dividir a esquerda... Diziam: "Esse cara é um enganador, ele veio para explorar o trabalhador. É tudo mentira...". Aquela inveja política do crescimento de Lula. E aí eu, junto com outros companheiros e companheiras do asfalto[13], do morro, rico, pobre, classe média, nós começamos a trabalhar. Eu ia de porta em porta, nas favelas. Eu rodei o Brasil, conheço todos os estados. E, para nós, foi um enfrentamento muito grande. Porque, com o PT, surgiu um movimento mais de organização de classe média, as associações de bairros. Primeiro, só havia associações de moradores de favela. Quando esse setor de classe média

começou a criar associações, nós já estávamos lá. Quando o movimento feminista aqui no Brasil falava com as mulheres: "O meu corpo me pertence", nós, há muito, já estávamos trabalhando isso, numa outra ótica. Sem se contrapor a isso, mas o nosso mecanismo de defesa era diferente. O cara te batia, você batia também. O cara chegava embriagado, você não tinha relações sexuais... E ele dizendo que você tinha outro... Panelas voavam pela coisa... Depois, nós fomos trabalhando um pouco isso. "Espera aí. Não é bem assim. Não é guerra de sexos." Mas nós tínhamos no social a nossa base de sustentação contra a violência doméstica. Já outros não, porque não tinham essas necessidades sociais, tinham mais condição de olhar para a violência mais de foro íntimo. Porque o meu corpo não me pertencia coisa nenhuma. Nem meu corpo, nem minha casa, nem nada. A polícia chegava, batia, entornava minha comida. Eu morava num lugar que nem tinha no mapa da cidade! "Chapéu Mangueira, Babilônia, onde é que está?" Não existia no mapa. Então, foi um grande movimento. E esse movimento favoreceu muito a que essa base popular, que não era sindical, entrasse para o Partido dos Trabalhadores.

E essa opção de você se candidatar como vereadora?

Veio por uma necessidade, porque o partido precisava de candidatos. Primeiro, nós fomos construir o partido. Nós saíamos para filiar. Eu dizia: "Vem para o PT, um partido onde nós vamos ter vez e voz" – e começamos a fazer as nossas discussões.

Nesse momento, você já tinha relações com o movimento de favelados na cidade toda.

Isso eu já tinha bem antes do PT. O PT vem depois. Eu só fui conhecida, exatamente, pelo trabalho que fazia na comunidade. Já trabalhava em nível nacional essa coisa das comunidades, da favela. Era engajadíssima. Nós começamos a apresentar as nossas propostas, o que a favela queria. Quer urbanização. Aí fazíamos aquelas discussões teóricas enormes, o marxismo, o leninismo[14]... O PT foi uma grande escola para nós, do movimento dos favelados, principalmente para as mulheres. Dentro do PT, conhecemos as tendências, foi uma troca riquíssima. Aqui no Rio, havia uma febre brizolista. Eu me lembro que Betinho [Herbert de Souza] – que conhecia meu trabalho – foi lá em casa: "Você tem que votar no Brizola. O Lula é novo. Depois, ele vai ter a oportunidade dele. Mas o Brizola está chegando, exilado, tem uma história...". Mas nós resolvemos ficar no PT e lançar candidaturas. Foi muito interessante, porque as pessoas de classe média, professores, todos quiseram ser deputados estaduais e federais. E as comunidades disseram: "Não, vamos botar as lideranças comunitárias para serem candidatas à vereança". Aí eu falei assim: "Ninguém vai votar mesmo em mim...". E fui escolhida de modo altamente democrático. Reuni as favelas e disse assim: "Olha, o PT quer me lançar candidata a vereadora. Eu queria saber quem é que vem comigo, quem é que não vem". Estava aquela disputa com o PDT, e eu falei: "Ih! Estou ferrada"...

Mas foi uma campanha superbonita...

Foi uma campanha lindíssima. Nós não tínhamos nada, era só um mimeógrafo... Cada um tirava um pouco de farinha, de açúcar, para fazer os bolinhos, para ir vender nos atos públicos. Aí, chegava nas reuniões, o pessoal dizia: "Eu não sou negro, não sou mulher, não sou favelado, o que é que eu tenho a ver com você?". Eu digo: "Eu limpo a sua casa, eu cuido das suas crianças, eu faço uma porção de coisas para vocês. Vocês já imaginaram se eu chegar lá, com o esgoto a céu aberto, toda contaminada, e cuidar do seu filho, fazer a sua comida? O que é que adianta você ter toda a higiene dentro da sua casa, se eu estou morando num barraco infecto? Você não tem nada a ver comigo?". E muitas pessoas, na Tijuca, Alto Leblon, depois diziam: "Eu vou votar em você". Trabalhamos bastante, e eu fui a única petista na cidade do Rio de Janeiro eleita para a Câmara de Vereadores em 1982.

E como foi a experiência na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro?

Na Câmara de Vereadores, nós tivemos a oportunidade de defender os interesses da comunidade carente. Eu me lembro que, quando eu tomei posse, eu disse: "Mulher, negra, favelada, assim eu prometo".

Me chamaram de demagoga. E eu disse: "Eu não sou mulher? Não sou negra? Não sou favelada? Onde está a demagogia?". A coisa era tão séria que eles demoraram um tempo enorme para me dar o carro a que eu tinha direito, porque eles pensavam o seguinte: "Ela mora no morro... Carro oficial não sobe morro...". Uma coisa bem preconceituosa... A Casa [Câmara de Vereadores] não estava acostumada a receber pessoas com aquele perfil. Foi difícil para mim, nos primeiros momentos. Porque ainda não tinha uma base que pudesse freqüentar as galerias. Mas, aos poucos, eu fui levando os movimentos sociais para lá, na hora de defender questões específicas, tanto para o asfalto quanto para o morro: o aumento do quarto da empregada doméstica, a urbanização nas favelas, o tombamento do Copacabana Palace... Isso deu uma sustentação ao meu mandato de vereadora. Por outro lado, o PT só tinha o meu mandato. E foi extremamente difícil. Não tínhamos um partido com secretarias, que fizesse um acompanhamento àquele parlamentar na área específica dele ou mesmo em geral. Nós, militantes e técnicos nas áreas, acompanhávamos as comissões. Mas, às vezes, você tinha que dar um parecer, tinha que falar de alguma coisa que era comprometedora, porque ou você poderia ter problemas com o partido ou você poderia ter problemas com a população. Então você precisava de uma cabeça a mais para ajudar na intervenção. E muitas vezes eu não tinha aquela pessoa para compartilhar, eu ia para a tribuna e defendia o que eu pensava.

E como foi esse movimento de levar as comunidades para dentro da Câmara de Vereadores, que sempre foi tão distante da população?

Diziam que era a "gaiola de ouro", a população não entrava ali. Era quase a casa dos nobres, como o Senado Federal. E aquela é uma casa do povo, o povo tinha que entrar. Eu compreendia dessa forma. Então criei um projeto para que a população viesse à tribuna. Não passou, é claro, porque os vereadores achavam que era transferir o poder para o povo, que eles já eram representantes legítimos do povo... Mas a verdade é que, naquela época, eles não queriam era ir à Câmara na segunda-feira, e esse foi o dia em que eu e o vereador Sérgio Cabral, o pai, acabamos conseguindo criar essa chamada "tribuna livre". Não era só um protesto. Havia belas idéias nas associações de moradores, nos movimentos sociais, nas pastorais. Nós iríamos apenas ouvi-los, não haveria outra intervenção. Mesmo assim foi muito difícil. Eu criei também o gabinete itinerante. Tornei-me uma vereadora estadual, depois eu tornei-me uma vereadora nacional e depois tornei-me uma vereadora internacional.

Como começou esta sua experiência internacional?

Minha primeira viagem internacional foi à Venezuela, para discutir desenvolvimento comunitário, e foi paga pelo Ibam [Instituto Brasileiro de Administração Municipal][15]. Eu não entendia uma palavra de espanhol e passei algumas dificuldades porque alguns termos não eram compatíveis com os nossos, e eu fiquei um pouco perdida [ri]. Mas depois de três dias eu comecei a me ambientar, foi uma troca muito interessante. Eu fiquei grata ao Ibam a vida inteira por ter me dado a oportunidade de que um mandato popular pudesse discutir, em alto nível, política de desenvolvimento comunitário. E eu tornei aquela casa uma casa chique. Tínhamos o direito de dar títulos. Em geral, eram os grandes empresários, os ricaços, que recebiam os títulos. Eu comecei a dar às lideranças comunitárias, às mulheres, aos negros. Quando tínhamos um projeto de interesse da cidade, eu não chamava só as pessoas da comunidade, da favela, eu chamava também as do asfalto. Todos moramos, queiramos ou não, ricos e pobres, na cidade do Rio de Janeiro. Então, era do interesse de ambos. Fiz isso durante quatro anos. Eu fui eleita com o mandato de seis, o chamado mandato-tampão[16]. Mas veio, em 1986, a Assembléia Nacional Constituinte, e eu fui eleita deputada federal.

E como é que foi essa candidatura à Constituinte?

Eu disse que eu virei vereadora nacional, não é? De conhecer os municípios, conhecer os estados, começar a ver o mapa do Brasil que eu não tinha ainda na minha retina. Eu nunca nem pensei em andar de avião, não pensei em ir a lugar nenhum, a não ser ali, naquele universo em que eu vivia. Então comecei a crescer politicamente, a amadurecer, a estudar. Fui para a faculdade – que tinha pelejado muito para ir e não tinha conseguido –,



Benedita da Silva em campanha para a prefeitura do Rio de Janeiro (1992).

aí me formei. Então, eu estava com outra perspectiva. Nós iríamos fazer uma nova lei para o país e havia causas específicas – que, na verdade, eram causas nacionais –, como a questão da mulher, a questão da empregada doméstica, a questão do usucapião urbano, do usucapião rural, da lei de punição ao racismo – que era a Lei Afonso Arinos[17] –, e nós achávamos que ela não penalizava o suficiente. Então, começamos a trabalhar...

A candidatura foi uma iniciativa sua?

Não. Foi uma iniciativa do movimento. Nós estávamos em crescimento. Me lembro que, quando eu disse: "Olha, eu vou me candidatar a deputada federal", alguém chegou a me aconselhar: "Eu acho que vereadora, tudo bem, mas... Não vamos pensar tão alto. Deputada federal, cuidado. Lá é outra coisa". Eu sempre ouvi essas coisas, não é? Mas, como diz o [Antônio] Pitanga, eu gosto de viver perigosamente. Então eu vou enfrentar o perigo de Brasília, não é? No meu primeiro discurso, eu usei uma linguagem que aquele jornalista que metia o pau na gente do PT – o Paulo Francis – saiu dizendo que a Constituinte não ia dar certo porque lá tinha "até uma Benedita da Silva, que veio do morro". A coisa era nesse nível, tudo muito agressivo. Eu fui enfrentando, enfrentando, e me fiz respeitar pelos meus pares na Assembléia Nacional Constituinte, com as minhas idéias. Comecei na minha bancada, porque há alguns companheiros que se têm como intelectuais, como revolucionários, têm até compromisso, mas não tem o conhecimento necessário para fazer uma defesa mais incisiva de algumas questões altamente polêmicas...

Por exemplo?

Direito da empregada doméstica. Todo mundo tinha uma empregada doméstica em casa. E o ser humano é ser humano, seja ele de esquerda, de direita, de centro... Todo mundo: "Bom, é justo que ela tenha isso, que ela tenha aquilo, mas a minha empregada...". Aí todo mundo já começou: "Pronto. Se sair essa lei, eu não vou poder pagar, eu vou ficar sozinho, eu vou desmaiar, eu não vou conseguir...". Você tem que ganhar as pessoas para uma proposta dessa natureza. Foi difícil.

Nesse caso, quem foram os seus principais aliados?

Olha, eu tenho duas pessoas, assim, maravilhosas, que estiveram do meu lado, dando o maior apoio. Um hoje é presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, o outro hoje é o senador Paulo Paim. Eles eram sindicalistas, mas começaram a ter intimidade com essas coisas. Foi interessante, porque tinham dito para as empregadas domésticas: "Vocês não vão conseguir nada, isso não é na Constituinte". Eu digo: "Tem que ser aqui". Aí conseguimos colocar na Constituição o direito da empregada doméstica, a história da África. Eu queria colocar como obrigatório, mas a correlação de forças não permitia. Mas eu batalhei até que conseguimos incluir a história das diferentes etnias que contribuíram com a formação da sociedade brasileira, e agora se tornou obrigatório. Nada como você acompanhar essas lutas e essa batalha. Eu estou citando alguns dos projetos com que nós enchemos aquela Casa. A gente brigou, a gente saiu pela rua, nós fizemos caminhadas, ficamos noites, praticamente, sem dormir... Aquele meu apartamento parecia uma colônia, cheio de gente que não tinha nem o dinheiro da passagem para voltar, e a gente ali, comendo pão com manteiga, tomando leite, até poder realmente...

Mas era uma vitalidade muito grande, não é?

Muito! Lutamos pelos direitos das trabalhadoras rurais também, pelos direitos dos indígenas. Foi um momento maravilhoso. Eu comecei a conhecer tribos e mais tribos, e houve aquela troca mútua. Eles muito identificados com a causa racial, não é, do negro. Foi muito importante para nossas vidas, importante até para o presidente Lula, ter esse contato assim. Ele tinha conhecimento geral, é lógico, mas era muito imbuído nas questões sindicais. Então foi importante para ele ver que outras categorias passaram a ter direitos: empregadas domésticas, mulheres, crianças e adolescentes... Eu participei da Comissão dos Direitos Sociais, que tratava de minorias, de etnia, da mulher, de uma série de especificidades, da área dos direitos humanos...

Você tem esse vínculo muito forte com a base. Como foi morar em Brasília, distante da cidade do Rio?

Foi interessante. No dia de ir para Brasília, eu ainda não tinha escolhido o chefe de gabinete. Aí, tinha uma menina, que me foi apresentada pela liderança do Partido dos Trabalhadores, a Ciça, e eu deixei por conta dela. Eu cheguei lá com dengue. Lembro que eu estava com um vestidinho branco – que eu adoro, tenho até hoje, mas não cabe mais em mim, aquela era outra Benedita – e ainda não tinham entregado as chaves dos apartamentos para algumas pessoas, principalmente da bancada do PT [risos]. Aí eu falei assim: "Gente, eu estou me sentindo mal. Arranja uma chave para mim...". Aí eu perguntei: "Onde é que tem uma comunidade aqui?". Aí eles: "Tem a Ceilândia". Eu digo: "Ah, então deixa eu ir para a Ceilândia[18]. Chega lá, eu vou ser a moradora mais bem remunerada, vou contribuir com a associação de moradores...". Num instante, apareceu uma chave para mim [risos].

Já imaginou a manchete dos jornais: "Deputada Benedita se muda para a Ceilândia"?

Uma coisa importante para mim foi ter o cuidado de não ser folclorizada, com a minha simplicidade, com a minha linguagem popular, na maneira de vestir... Primeiro eu coloquei "paletó e gravata", como manda o figurino, aquelas roupas mais sóbrias. Aí, com o tempo, eu vi que eu já podia botar minhas roupas afro [risos]. Botei. Porque eu não queria que alguém ficasse prestando atenção na cor da minha roupa, em como estava meu cabelo. Eu precisava, naquele momento, me impor mesmo, era a primeira mulher negra ali... Então eu fiz esse ritual. Eu sempre fui muito didática com essas questões. Porque você tem que ter cuidado. Quando você trabalha com preconceito, você sabe como o outro se comporta, como ele reage. Aí foram se acostumando, não é? Eu já recebia até elogios quando eu passava. Não era folclore, eram elogios mesmo, porque eu tinha um guarda-roupa diferenciado das outras mulheres e que se identificava com a referência africana.

E havia uma solidariedade das outras mulheres em relação a você?

Não só em relação a mim. Uma das coisas interessantes, na Assembléia Nacional Constituinte, foi a par-

ceria, a cumplicidade das mulheres. Enquanto os homens se acabavam lá naquela tribuna, brigando uns com os outros, a mulherada – de partidos diferentes, de centro, de direita, de esquerda –, nós tínhamos questões comuns. A nossa "bancada feminina" se reunia e dizíamos assim: isso aqui, no PFL, no PMDB, ou outro partido, não passa. Então, nós vamos para a tribuna do PT, do PCdoB... Agora, não vamos levar para o plenário as nossas divergências. E fizemos isso até o final da Assembléia Nacional Constituinte. Algumas votavam contrárias, mas caladinhas, para não criar entre nós nenhuma animosidade. Porque é uma coisa incrível o machismo. O que eles esperavam era: "Essas mulheres vão brigar, elas não vão se entender". Não. Eram parlamentares eleitas pelo voto do povo para defender causas nobres, que iam da economia, com a Maria da Conceição Tavares, à Benedita da Silva na área social. Mas como a nossa primeira reivindicação, parece incrível... Era que não tinha banheiro feminino. Aí nós: "Queremos um banheiro feminino". Aí já começaram... "Ih, será que elas vão pedir... cortina, tapete?". E fomos para a tribuna, fazer o discurso do banheiro [risos]. Eles também cuidaram de não folclorizar porque é um reflexo da invisibilidade do poder feminino. Uma loucura! Então aquilo não foi feito para mulheres? Não, senhora. O banheiro era muito relevante, imagine. Às vezes, nós íamos pela madrugada afora naquele plenário.

Benedita, com esse crescimento político, imagino que também tenham se ampliado bastante os seus contatos internacionais, não é?

Durante os doze anos que eu fiquei em Brasília eu participava também da Comissão de Relações Internacionais. Até por conta dessa aproximação com a África, não é? Nós estávamos ainda trabalhando muito pela independência da Namíbia, as questões de Angola, São Tomé e Príncipe, Haiti... Mas é bom que saibamos que ninguém ali se faz sozinho, não é? Ou você tem as pessoas para apoiarem... Eu tive muito, mas muito apoio. Da bancada do PT e mesmo das outras bancadas. Porque não é uma coisa fácil você aprovar alguma coisa.

A CAMPANHA DE LULA DE 1989 E A ELEIÇÃO DE BENEDITA PARA O SENADO

E a campanha de Lula para presidente da República em 1989? Vamos lembrar um pouquinho esse momento tão emocionante e tão triste.

Eu andei pelo Brasil afora acompanhando Luiz Inácio Lula da Silva. Pegando aquele calor do Nordeste... Quarenta e cinco graus, pra cima de Benedita, porque essa cor aqui atrai, não é? [ri]. Mas com muita felicidade. O povo, aquela esperança... Quando nós perdemos aquela eleição, eu fiquei muito doente... Eu me apeguei demais ao Lula como pessoa. Sou apaixonadíssima por ele, politicamente falando. Tem que deixar isso muito claro. (A Marisa[19] e o Pitanga não ligam.) [risos]. Eu tenho o maior orgulho desse cara. Puxa, eu queria ser igual a esse cara, na inteligência, na força, na garra... A eleição de Lula significava um ato revolucionário... E o danadinho chegou à presidência da República. Eu freqüentava aquelas reuniões da direção nacional, e ele batalhando, com um PT muito difícil, não é? Um PT muito exigente...

Como é que era a sua relação com o PT do Rio de Janeiro?

A minha situação com o PT do Rio de Janeiro sempre foi conflitante. Primeiro eu defendia a Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana. Aí disseram que era coisa do MR-8. Eu defendia eleições diretas para a presidência da República do Brasil e do Partido dos Trabalhadores. Depois, defendia a participação das mulheres. E o meu maior desafio foi a questão religiosa. Porque, na Igreja, eu era malvista porque eu era do PT. No PT, eu era malvista porque eu era da Igreja Evangélica... Para a Igreja, eu era uma radical comunista e para

o PT eu era uma radical direitista... [ri]. Depois, eu tive a experiência de ver, em determinados momentos da disputa interna, como o tratamento era diferenciado. Eu posso dizer com certeza que o machismo e o racismo permeiam tanto a direita, o centro quanto a esquerda. É do ser humano. Não tem direita, não tem esquerda. Foi uma batalha para me fazer respeitar, colocar o meu ponto de vista, não ser usada por ser uma liderança comunitária. Eu não queria ser símbolo... Não. Eu batalhei muito, muito, dentro do Partido dos Trabalhadores. Até hoje ainda batalho, é o meu partido. Hoje, o Partido dos Trabalhadores tem secretaria da mulher, tem secretaria disso, daquilo. Tudo foi uma construção desse casamento: classe média, intelectuais, estudantes, professores, comunidades, e outros movimentos que foram se somando ao movimento sindical. O meu discurso não mudava. É claro que eu tinha total conhecimento das articulações políticas, ideológicas. Elas também passavam pelas comunidades. Mas eu acho que o PT foi uma grande escola. Tinha dia que eu ia para a reunião, saía com uma dor de cabeça [fala de modo enfático], porque eu não entendia nada, falavam tão difícil para o meu intelecto... Aí, eu via o pessoal da comunidade falar assim: "Olha, a gente está com você, a gente está com o PT, a gente está com o Lula. Mas a gente está indo, tá?". E eles iam embora das reuniões...

Não agüentavam [ri].

Entendeu? Aí eu fui entendendo o que era tendência, fui entendendo uma série de coisas. Não vou dizer que eu virei uma Brastemp [risos], mas eu virei uma Consul[20], comecei a entender qual era o jogo. Eu não fui para outro movimento senão o do Lula... Eu digo: "Ele é igual a mim. Eu vou por aqui, porque aqui vai sair alguma coisa". Mas era difícil, para você entender, para você passar uma proposta... Aí nós começamos a disputar, e a coisa foi ficando acirrada. "Ah, não, quem vai sair delegado é fulano, é sicrano, porque vai chegar lá na frente, vai fazer intervenção." Eu disse: "Não, eu também tenho que falar. O melhor intelectual é o que fala e todo mundo entende, e não aquele que fala e as pessoas não entendem. Então eu vou falar. Senão o meu pessoal não vai entender". Então, começar a fazer esse tipo de ocupação desses espaços. Só faltou voarem as cadeiras na Assembléia Legislativa no dia em que eu, Lúcia Arruda, Lélia Gonzáles, Liszt Vieira defendemos: Assembléia Nacional Constituinte. Lá atrás o pessoal gritava: "MR-8, MR-8". Outra coisa que eu sofria no Partido dos Trabalhadores era que inventavam coisas a meu respeito. Diziam: "Ela vai para o PDT". Todo dia eu estava indo para o PDT. Eu acho que eles tinham uma vontade mesmo que eu... [ri].

Que você fosse [ri].

Juntasse a minha mala... Eu dizia assim: "Minha mãe me ensinou: quem pariu Mateus que o embale" [ri]. "Eu estou no meu partido e não vou sair. E aprendi uma outra coisa com a mamãe: os incomodados que se mudem. Eu vou ficar aqui." E foi muito bom eu ter ficado, foi muito bom ter construído, houve um crescimento político enorme. Como nós teríamos essa projeção se não fosse esse instrumento partidário? Nós já conhecíamos outros partidos, e sabíamos, realmente, que é um partido diferente. Eu dizia para as mulheres, para os negros, para os brancos, para os pobres: "Esse partido não tem dono, ele é nosso". No Congresso, às vezes, eu olhava e pensava: "Só no PT mesmo". Para chegar uma mulher lá – dona lavadeira não sei das quantas –, outra do Chapéu Mangueira, o outro do sindicato – peão de não sei que lá... E a gente fala errado... Eu nunca me preocupei. No meu primeiro discurso, eu disse: "Não me preocupo com os 'esses' – até porque eu engulo 'esse' pra caramba [ri] – e nem com a concordância verbal. O meu compromisso aqui é social, com isso, com isso, com aquilo".

E a campanha para a prefeitura, em 1992?

Até hoje, eu digo que o PT perdeu uma eleição ganha. O PT foi para casa no segundo turno, achou que já tinha ganhado. Nós tivemos erros. Porque, também, imagine, a candidata erra, o partido erra, todo mundo erra. Foi uma bobeada, uma escorregada. Porque, se eu tivesse tido a oportunidade – que os meus companheiros têm hoje – de uma política de aliança, não tinha perdido. Eu devia ter peitado o partido na-

quele momento, mas eu não peitei, eu não fiz aliança. Eu me lembro que o Marcello Alencar chegou a gravar um apoio, e o PT não deixou botar no ar. Aí o filho dele puxou: "Eles não querem a gente, então vamos para o César Maia". Aquilo me doeu muito, muita coisa. Mas hoje, até num projeto maior, nós já conseguimos uma aliança para Lula, para Lindbergh [Farias], Godofredo [Pinto]. São as alianças mais amplas que o PT vem fazendo. E eu estou falando do Rio de Janeiro, não quero falar dos outros estados. Mas que a gente perdeu, por um pouquinho de nada, perdeu.

Foi uma campanha muito bonita.

Muito bonita, muito bonita mesmo. Aliás, as campanhas do PT são campanhas muito bonitas. Porque a gente vai para a rua com muita vontade de ganhar, não é? Mas não é ganhar a qualquer custo. Isso também tem um preço para o PT. Porque o nosso código de ética, ele nos permite fazer uma campanha para cima, não fazer uma campanha de baixaria. Nós não temos essa cultura. Quando você ganha, você ganhou mesmo. E o PT tem dado uma demonstração de competência administrativa. Porque foi um crescente, não é. Pega uma prefeiturazinha... Eu me lembro que eu ia fazer campanha em Diadema [SP], depois fazia campanha não sei onde, e aquilo foi crescendo, crescendo, crescendo. Em todas as campanhas, eu nunca deixei de me emocionar.

Depois você continuou fazendo história. Se na Câmara já foi uma novidade a presença de uma mulher negra, no Senado ainda mais...

É... Outro dia, eu fui assistir ao show dos Rolling Stones na praia de Copacabana. Fui na casa de uma amiga, no quarto andar, na Avenida Atlântica, o palco era de frente para a janela dela. Tinha 1 milhão e 200 mil pessoas. Eu estava tão bem de estar ouvindo, depois de tantos anos, aquelas músicas, da minha época. Depois, você olha e vê aquele homem no palco, numa energia, naquela idade... (O Mick Jagger tem a minha idade.) E ele estava dando tudo. Eu disse assim: "Como ele não deve estar se sentindo de ver essa gente toda! Eu acho que ele nunca teve uma platéia como essa. Acho que ele nunca teve tanta alegria em cantar... Ele deve estar muito emocionado". Aí veio aquela coisa assim, sabe, Deus falando assim comigo: "Olha, o dobro disso que está aí votou em você para o Senado". Eu comecei a chorar, me arrepiei, e fiquei olhando aquela multidão... Não só pelo voto. Porque o voto é uma manifestação política democrática, mas também é um sentimento colocado na urna, não é? E você, às vezes, se sente tão só na sua luta, na sua batalha. Então, quando você vê aquele presente de Deus, aquela multidão votando em você... As pessoas não te conhecem, nunca te viram, nem tem esperança de te ver. Às vezes, encontro pessoas na rua que falam assim: "O meu sonho era te dar um abraço". Eu digo: "Pronto. Está toda aqui, ao vivo e a cores". Então, é muita responsabilidade... Aí você se dá conta... E é bom você olhar o passado nessa hora. Eu conversava outro dia com uma pessoa, contando algumas coisas que eu consegui fazer, aí eu falei assim: "Eu fiz tudo isso?". E a pessoa disse assim: "Benedita, muito mais. Você não tem idéia do que você representa, não é para você nem para sua família, mas para a história". Ela disse assim: "Olha, não tem, na história da República, alguém que, em tão curto espaço de tempo, teve uma ascensão política dessa natureza. Você foi vereadora, foi deputada federal e senadora". Virei vice-governadora, virei a primeira senadora negra da República; depois, a primeira governadora mulher no estado do Rio de Janeiro. Negro, então, nem se fala, mas mulher... Meu Deus.

Se pensar que, em 1982, todo mundo dizia que votar no PT era jogar o voto fora, não é? Que tinha que fazer voto útil.

E, aqui no Rio, que era a volta do Brizola? Todo mundo tinha um gesto de gratidão com Brizola. Era Brizola, Brizola, Brizola, Brizola. Eu falava: Meu Deus! Coitado de Lysâneas [Maciel]. Só deu Brizola mesmo. E eu fui a única do PT eleita aqui. Mas naquele dia da eleição do Lula foi uma coisa emocionante. Ai, eu chego a me arrepiar. Eu me preparei tanto para aquele dia, meu Deus! Aí o [José] Serra ligou para ele e falou: "Parabéns, presidente". Daqui a pouco, nós estávamos na televisão, o telefone toca de novo, aí o Lula... Eu saí de

fininho, gente, eu fui para o banheiro. Me deitei no chão, aí começava a agradecer a Deus. Obrigada, obrigada, obrigada, obrigada, Deus, muito obrigada, muito obrigada. Gente, mas eu chorei demais. Eu me lembro da gente saindo do apartamento, ele dizia assim: "Bené, eu ainda não me dei conta". No dia seguinte, eu toco a campainha, ele abre a porta. O presidente abrindo a porta. Aí eu falei assim: "Ô presidente...". Aí ele se virou para mim e falou: "Ô Bené. Me chama de Lula". Eu disse: "Ah, Lula, me desculpe, mas eu não vou abrir mão de chamar um trabalhador, um homem do povo, de presidente? Nem pensar! É 'senhor presidente'. Com muito orgulho". Mas eu fiquei muito doente de prazer. Porque prazer também mata a gente, não é? [risos] Deu um negócio aqui no peito... Sabe? Gente, é muito bom, é muito bom...

O Senado é um "ninho de cobras": ex-governadores, ex-presidentes... Você sentiu muita diferença?

Tem diferença. Da Câmara de Vereadores para a Câmara de Deputados e da Câmara de Deputados para o Senado, há diferenças. Os poderes têm suas simbologias e elas se diferenciam. O poder tem ritual, não é? E, na medida que você vai galgando, esse ritual vai aumentando. Agora eu sempre facilitei as coisas para mim. Eu sempre lidei com essas coisas, dando o maior valor, mas não superestimando. Eu sempre penso na possibilidade de não ter nenhum cargo no dia seguinte. E isso faz com que você possa avançar, tenha tranqüilidade para compreender as adversidades. Lidando com o poder, você aprende a lidar com a derrota, aprende a ter um pouquinho mais de maldade. Às vezes, você chega cheio de sonhos, e aí diz: "Não é bem assim, não". Então você vai aprendendo a conviver com aquelas diferenças. A divergência ideológica, você tenta superar com a relação pessoal. Você é humano, você é humano. Não sei por que você olha para mim assim, com raiva de mim, eu com raiva de você. Não tem sentido isso. Então, vamos experimentar ter outra relação. E, no Senado, isso é muito mais comum do que na Câmara.

A proximidade entre os senadores é maior?

É. Não sei se pelo número, pelo ambiente, mas você se senta, você conversa, você toma café... Você coloca com muita elegância a divergência. Quando você faz um discurso mais agressivo, você mesmo pára e diz: "Não. Eu vou dizer a mesma coisa em outro diapasão". É realmente interessante. O poder, você tem que ter intimidade com ele. Quando você tem intimidade com o poder, você tem segurança. Eu nunca tive tanta vontade de ter um mandato como nessa crise do PT[21]. Porque eu queria responder, sem baixar o nível, a essas baixarias, que não podem ficar sem resposta! E, quando o PT é apanhado assim, é aquele recuo... Meu Deus do céu! Estupraram o PT. Eu digo: "O que é isso?!". O PT tem muita dificuldade de reagir a esse tipo de coisa. Como nosso discurso foi sempre o discurso da ética, da moral... O discurso pode ter sido correto, mas o nosso comportamento não foi, ele foi irreal. Não é que estivesse errado, mas ele foi irreal diante dos enfrentamentos. Ou nós estávamos pensando o quê? Eles passaram a vida inteira dizendo que Lula ia botar fogo no país. Então, qual é o tratamento que nós vamos receber desse povo? Nós temos que ter o nosso batalhão de choque, entendeu, para...

Enfrentar.

Você não vê que isso existe na casa da gente? O pai fala grosso, a mãe vem: "Ah meu filho...". Mas tem que ter alguém para falar forte. Você conversa com seu filho... Mas tem um momento em que você levanta a voz. E dá a seu filho o direito de levantar também. Mas você vai responder. Aí, o teu filho vai te encarar como pessoa, e você vai encarar o teu filho como pessoa. Dizer: "Olha aqui, isso aí não é tutela, não. Agora cresci, sou adulto e pronto, e estou aqui, quero discutir. Vamos conversar". Então é isso, você tem que ter essa intimidade com o poder. Não pode ficar sem resposta. O PT não sabe tratar dessas coisas em campanha. Quando o Collor disse aquela asneira do "aparelho três em um", eu telefonei para o Lula. E era, praticamente, o único telefonema que ele tinha recebido, porque todo mundo ficou tonto. Eu falei: "Gente! Esse cara de pau desgraçado. E ninguém faz nada?!" [rindo]. Aí, ainda vêm aqueles evangélicos todos: "O Lula mandou a

mulher abortar". E ela abortou? Não. Então, não fala nisso, droga! [risos] E a casa do Lula? Ele tem uma casa, que tem que ter... O PT não sabe lidar com isso. Foi uma das coisas que o PT não soube lidar na minha disputa aqui[22]. E a história do certificado de segundo grau do meu filho?[23] Tinha mais de trezentos certificados falsos. Pegaram o do meu filho, porque era o filho da candidata. Depois, ninguém cuidou dos outros. O que é que o PT tinha que fazer? Os vereadores do PT na Câmara deveriam pegar aquela lista, sem mostrar, para não prejudicar aquelas pessoas, e dizer: "Ó, está aqui. São trezentos! Isso é manobra. Está errado, sim"... Mas sabe o que o PT fez? Chegou perto do meu filho, disse assim: "Pede demissão". Meu filho, casado, pai de um filho, não entrou na Câmara com nenhum documento falso... Na verdade, queriam era pegar a vaga dele. Então exigiram dos trabalhadores, para que eles continuassem naquela função, que cada um apresentasse o seu certificado. Você tinha o primeiro grau, eles te pediam o segundo. Você tinha o segundo, eles te pediam o superior. Tudo chefe de família. Bom. O que é que eles fizeram? Arrumaram... Ao invés de o PT questionar: aonde foi que conseguiram arrumar trezentos certificados falsos?... Não. Foram lá para casa, infernizar a minha cabeça: "Vem uma bomba aí! Uma bomba". Eu digo: "Não tem bomba. Primeiro, que o certificado é do meu filho, não é meu. Deixa que eu rodo minha baiana".

E o que aconteceu?

Não deixaram eu falar, minha filha. Não deixaram eu ir para a televisão. O César Maia disse que eu tinha até um apartamento em Nova York. Depois, era a filha dele que tinha apartamento em Nova York. Entendeu? Eles publicaram o meu telefone de casa! Botaram o extrato da minha conta bancária no jornal. Eu tenho uma conta no Banco do Brasil em Miami. Porque a minha neta estudava lá. Tinha que mandar o dinheiro. De vez em quando, eu também faço palestra nos Estados Unidos, eu dou consultoria... E o extrato tinha tão pouco dinheiro, que foi até vergonhoso... Mas foi aquele horror. "Ela tem dinheiro no exterior!" Eu digo: "Deve estar nas Ilhas Cayman... Vai procurar" [ri]... Eu não dou para lidar com essas coisas. Eu perdi para o César Maia nessa última disputa[24], mas ele amargou. Porque eu falei: "Eu já conheço o César Maia"...

AS EXPERIÊNCIAS NO EXECUTIVO ESTADUAL: VICE-GOVERNADORA E GOVERNADORA

Você podia falar um pouquinho de toda a discussão da aliança do PT com o PDT em 1998, porque havia aquela proposta de não ter aliança...

Não. Não havia proposta de não ter aliança. É bom que vocês publiquem isso. Benedita da Silva era candidata ao governo do estado do Rio de Janeiro. Fiz um documento manifestando ao meu partido o desejo de ser candidata a governadora do estado. Comecei a trabalhar. Fui a Campos. Garotinho chegou até a me lançar, em Campos, dizer que ele iria me apoiar. Por baixo dos panos, eles estavam conversando com o PT nacional, que pediu que eu retirasse a minha candidatura a governadora, porque era preciso. O Brizola tinha dito que, para ele apoiar o Lula, o Garotinho tinha que ser o candidato a governador. Eu acho que o mandato é do partido. É da pessoa também, mas tem que estar à disposição do partido. Eu disse: "Eu só quero ser candidata a governadora do estado". Aí, o que foi que Lula fez? Me convenceu a retirar minha candidatura. Quando o Vladimir [Palmeira] viu que o PT ia fazer uma aliança com o PDT, ele se colocou como candidato. Nós fomos para a Convenção, e, como todo mundo tinha aquela raiva política do Brizola – que eu nunca entendi –, o Vladimir conseguiu lançar a candidatura dele... O Lula, José Dirceu fizeram a mesma coisa que fizeram comigo. Mas todo mundo só conta a parte do Vladimir; a minha não contam. Eu fico muito furiosa.

É uma ótima oportunidade de você contar...

Eu estava presente. Chamaram o Vladimir e disseram: "Vladimir, é um apelo que nós estamos fazendo. Retire a sua candidatura aqui no Rio de Janeiro. Vai facilitar para a política nacional". Ah!... Vladimir disse: "Não retiro. Não retiro". Eles diziam: "Não nos obrigue a tomar uma deliberação constrangedora. Não nos obrigue a intervir". Porque, quando o Lula é candidato, na minha cabeça, quem determina a política tem que ser o nacional. Não pode cada pedacinho tomar conta do seu... Assim não se chega a lugar nenhum. Não podia brincar ali, naquela hora. Eu desejava ser governadora, naquele momento, tinha todas as condições para ser. Até porque existia um sentimento no estado de dívida com a Benedita, por não terem votado em mim para a prefeitura. Bom. Moral da história. Eu me lembro como se fosse hoje. José Dirceu em pé, Lula sentado, Vladimir diz assim: "Então intervém! Porque eu não retiro minha candidatura". E foi embora. Aí...

Houve a intervenção.

Ninguém chegou dizendo: "Vamos intervir"... O Diretório Nacional apoiou a aliança, decidiu que nós não iríamos lançar candidato a governador. E foi isso que aconteceu. Não foi outra coisa.

Mas não foi uma imposição do Diretório Nacional?

Não, não foi imposição, querida. Eu não aceito como imposição. Uma coisa que você busca um acordo, uma discussão, eu não posso aceitar como imposição. O Diretório Nacional não me impôs. Ele me convenceu de que era melhor para a política...

No seu caso, sim...

Não! Espera aí. Porque eu tenho que ser diferente dos outros?

Mas você concordou...

Mas, por que é que eu concordei?

Bom, você tinha mais proximidade com o Lula...

Não, minha querida. Amigos, amigos, negócio à parte. Por que foi que eu concordei? Eu percebi que eu não tinha a mesma concepção de partido que o Vladimir. Porque, naquele momento, o que estava em jogo era a eleição do Lula, e não a eleição da Benedita. Nós poderíamos fazer uma belíssima bancada e poderíamos participar do governo, e ainda ter Lula presidente do Brasil. Não deu certo. Poderia ter dado. Política é assim. Então, não foi uma intervenção. Ele escolheu que fosse assim. Não foi generoso com o partido... Eu não agüento aquelas guerras de São Paulo. É um negócio muito doido. É levar um partido ao desgaste, desnecessariamente. Eu não faço isso.

E como foi a experiência no governo do estado? Você recebeu o governo destruído, não é?

Quando o PT saiu do governo do Garotinho, eu fiquei três anos amargando o isolamento – do meu partido, que parecia que não tinha nada a ver com isso, e teve sim. É duro, para alguém que renunciou a quatro anos de mandato no Senado, para alguém que queria ser senadora... E ainda tive que assumir uma barrigada, um governo de nove meses[25]... Ele deixaram tudo destruído, fizeram um apagão. Vão brincar assim na China! Sabe por quê? Para tirar a autoridade de Luiz Inácio Lula da Silva. Para dizer: "Vocês não foram capazes de governar nove meses, querem governar quatro anos?". Todo mundo achou ótimo eu assumir o governo. Foi uma maravilha. Mas eu fui parar na ABBR [Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação][26]. Botei colete ortopédico... Isso só para aceitar assumir como governadora [risos]. Veio a direção nacional toda aqui. Quando eles viram que não tinha jeito, mandaram o Lula. Aí ele disse: "Não faz isso comigo, não. Nós vamos ganhar essa eleição, Benedita". E aí? Vai que o homem perde por um décimo aqui, vão dizer que a culpa foi da Bené.

Falei: "Estou perdida". Mas, ao mesmo tempo, eu tinha responsabilidade política. O PT não podia deixar de assumir. Afinal de contas, as pessoas votaram no Garotinho, também por causa do PT. Então, agora você larga? Aí todo mundo dá aquele fricote porque Garotinho, malandro, na véspera da convenção, chama o PT de "partido da boquinha"[27]. Claro. Ele é um marqueteiro de primeira. Ele é bom nesse negócio. Eu digo: "Ah... Comeu a carne, rói o osso, gente". Eu fui uma vice sem assumir uma secretaria. O PT decidiu tudo, dividiu entre quem ele quis. Portanto, quando o Garotinho saiu, eu continuei sem nada. E ninguém levou pisada, beliscão, nem cotovelada. Eu fiquei levando tudo isso. E, além de governar, ainda tinha que fazer a campanha. Mas eu falei: "Eu vou provar para esse Lula que ele vai ter a maior votação aqui no estado do Rio de Janeiro". Fui para a rua! Fui para rua, feito uma louca. Pegava a bandeira, com quantas pessoas? Com quantas pessoas? Porque, aqui, o PT tem mania de já ganhou. Com quantas pessoas? Eu, gritando pelo meio da rua... Acabou a eleição para governadora[28], no dia seguinte todo mundo chorando, e eu gritava: "Gente! Tem uma eleição para ganhar. Lula vai ser presidente. Vamos embora, vamos embora...". Eu sou assim, tudo é bom enquanto dura. Acabou, chamei quem ia ficar para a transição, quem não ia... "Gente, vamos fechando tudo aqui, arrumando direitinho. Vou entregar o governo na mão da Rosinha, não vou fazer o que o Garotinho fez comigo. Vou entregar na mão, direitinho." Entreguei, peguei um avião e fui para Brasília, para a posse de Lula. Mas valeu, sabe. Com todo sofrimento, eu faria tudo de novo, se tivesse a certeza de que isso ia reeleger Lula.

Benedita, agradecemos muito pelo seu depoimento.

Notas

1 Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Benedita_da_Silva>. Acesso em 4 abr. 2008.

2 Benedita faz aqui uma paródia das cartilhas tradicionais usadas para alfabetização, que foram duramente criticadas por Paulo Freire. "Eva viu a uva. Ivo viu a uva" eram, por exemplo, algumas das primeiras frases do material pedagógico utilizado em todo o país. No sertão nordestino, como apontou Freire, não havia uvas e quase ninguém se chamava Eva ou Ivo.

3 Nagô é o nome que se dá ao iorubano ou a todo negro da Costa dos Escravos que falava ou entendia o Iorubá. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Nag%C3%B4>. Acesso em 8 abr. 2008. A expressão "imprensa nagô" é usada aqui como uma paródia do movimento negro à "rádio peão", rede de comunicação informal fundamental para a circulação das informações necessárias ao trabalho sindical dentro das fábricas.

4 A Federação das Associações de Moradores de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj) foi criada em 1963, sendo então denominada Federação da Associação de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg). Canalizou a luta das lideranças comunitárias contra a ditadura militar, contando com o apoio do PCB, dando continuidade a uma espécie de aliança não-declarada entre o morro e os políticos de esquerda, que tem origem na década de 1940. Nas eleições de 1947, por exemplo, dezoito dos cinqüenta vereadores escolhidos por votação direta na então capital do país pertenciam ao PC e muitos deles contavam com o apoio maciço dos moradores de comunidades. Disponível em <http://faferj.blogspot.com/2008/03/faferj-o-que.html>. Acesso em 12 abr. 2008.

5 O Movimento de Defesa dos Favelados (MDF) nasceu na década de 1970 a partir da luta dos favelados por saneamento básico, água, luz, rede de esgoto e terra no bairro do Belém (zona leste da capital paulista), com o apoio do padre Patrick Clarke, irlandês, e da irmã franciscana Ana Boran, assim como do bispo da região episcopal do Belém, dom Luciano Mendes de Almeida. Em 1978, realizou sua primeira Assembléia Regional e, em 1985, foi legalmente instituído tornando-se referência para toda a cidade. Disponível em <http://www.mdf.org.br/historico.html>. Acesso em 12 abr. 2008.

6 Fundação Benedita da Silva de Assistência Social e Desenvolvimento Econômico (FBS).

7 Refere-se à área da praia de Copacabana próxima ao Forte, a uma distância de cerca de dois quilômetros do morro onde se localiza a comunidade Chapéu Mangueira.

8 A ONG Pró-Apoio Comunitário (PAC) é coordenada pelo ator Antônio Pitanga.

9 A Assembléia de Deus chegou ao Brasil por intermédio dos missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg, que aportaram em Belém (PA), em 1910, vindos dos Estados Unidos. Ambos haviam freqüentado a Igreja Batista e se associado à doutrina que via no fenômeno da glossolalia – o falar em línguas estranhas durante o culto – evidência da manifestação do Espírito Santo. Os adeptos do pentecostalismo foram desligados da Igreja Batista e, em 1911, fundaram a nova Igreja denominada Missão de Fé Apostólica, que, em 1918, passou a se chamar Assembléia de Deus, seguindo o nome adotado no Arkansas, Estados Unidos, a partir de 1914, embora não houvesse ligação institucional entre ambas as Igrejas. No Brasil, a Assembléia de Deus propagou-se pelo Norte e Nordeste e, em 1924, Gunnar Vingren transferiu-se para o bairro de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. A Convenção Geral das Assembléias de Deus no Brasil (CGADB) hoje conta com cerca de 3,5 milhões de membros (dados do Instituto de Estudos da Religião – Iser). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Assembl%C3%A9ia_de_Deus>. Acesso em 12 abr. 2008.

10 Refere-se às religiões animistas presentes em diversas partes do Continente Africano.

11 Ver nota 10 na entrevista de Apolonio de Carvalho, neste volume.

12 Ver nota 11 na entrevista de Avelino Ganzer, neste volume.

13 A contraposição tipicamente carioca entre "asfalto" e "morro", como expressões para designar, de um lado, os bairros de elite e de classe média, e, de outro, as favelas, aponta para a falta de infra-estrutura característica das segundas, que na maior parte da cidade se localizam predominantemente nas encostas.

14 Leninismo é o nome dado ao conjunto de teses defendidas pelo russo Vladimir Ilitch Ulianov, mais conhecido como Lenin, principal líder da Revolução Bolchevique de 1917. Enquanto Karl Marx, morto em 1883, acreditava que a revolução do operariado contra a burguesia e a construção de uma sociedade socialista só seriam possíveis em um país no qual o capitalismo já estivesse em um estágio avançado, Lenin buscou reinterpretar o marxismo à luz das lutas dos socialistas na Rússia, um país atrasado e agrícola, que abolira a servidão apenas em 1870. Acreditava que a tendência ao predomínio dos monopólios sobre a livre concorrência e a corrida imperialista do final do século XIX demonstravam que o capitalismo se encontrava em um novo estágio, com grau crescente de integração internacional. Disso resultaria que os países atrasados poderiam se constituir no "elo mais fraco" em que o sistema poderia ser rompido, desencadeando a revolução mundial. Em países atrasados e agrícolas, concluía Lenin, a revolução seria possível com a união dos trabalhadores da cidade e do campo, liderados por um partido comunista de vanguarda. A concepção leninista de partido, dirigido por quadros profissionalizados e organizado com base no princípio do "centralismo democrático", foi depois adotada como modelo a ser seguido em todo o mundo pela Internacional Comunista, fundada em 1919. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Leninismo>. Acesso em 12 abr. 2008.

15 Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) é uma organização não-governamental, não lucrativa e reconhecida como de utilidade pública pelo governo federal, criada na cidade do Rio de Janeiro em 1952, com o fim de oferecer subsídios às pesquisas sobre questões administrativas municipais e urbanas em todo o país. Disponível em <http://www.ibam.org.br/>. Acesso em 5 jul. 2007.

16 A expressão "mandato-tampão" é utilizada para um mandato com duração atípica, em função de mudanças nas regras do sistema eleitoral. No caso, refere-se aos vereadores eleitos em 1982 nas capitais e áreas de segurança nacional, que tiveram mandatos de seis anos em vez de quatro, para que o final destes coincidisse com os dos prefeitos desses municípios, que voltaram a ser eleitos em 1985, para um mandato igualmente extraordinário de três anos. A partir de 1988, as eleições para prefeitos e vereadores em todos os municípios brasileiros passaram a ocorrer de quatro em quatro anos.

17 A Lei Afonso Arinos "inclui entre as contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceitos de raça ou de cor" e estabelece multas para cada um desses atos. Foi proposta por Afonso Arinos de Melo Franco (1905-1990) e aprovada em 3 de julho de 1951. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_Afonso_Arinos>. Acesso em 12 abr. 2008.

18 Na época, uma das cidades-satélites mais pobres e periféricas do Distrito Federal.

19 Refere-se à esposa de Lula, Marisa Letícia da Silva.

20 Benedita brinca aqui com uma famosa campanha comercial das geladeiras Brastemp dos anos 1990. O bordão da propaganda era a resposta de um vendedor quando perguntado pela qualidade de um refrigerador de uma marca concorrente: "Ah, não é nenhuma Brastemp!". A Consul era a segunda marca mais vendida no país.

21 Refere-se à chamada crise do "mensalão".

22 Benedita refere-se aqui a vários ataques pessoais sofridos por Lula em campanhas presidenciais. O primeiro caso foi o da insinuação feita por Fernando Collor no último debate da eleição de 1989 de que Lula teria um padrão de vida superior ao dele por ter um aparelho de som de melhor qualidade. O segundo, no mesmo período, foi a utilização pela campanha de Collor de um depoimento de Miriam Cordeiro, com quem Lula manteve um relacionamento após ter ficado viúvo e antes de se casar pela segunda vez, do qual se originou sua filha Lurian. O terceiro caso refere-se à casa na qual Lula morava durante a eleição de 1994, que havia sido cedida por seu amigo e compadre, o empresário Roberto Teixeira.

23 Benedita refere-se à denúncia surgida durante sua campanha para a prefeitura do Rio de Janeiro em 1992 de que um de seus filhos havia utilizado um certificado falso de conclusão do ensino médio para manter um cargo que detinha na Câmara de Vereadores do município.

24 Refere-se à eleição para a prefeitura municipal do Rio de Janeiro em 2004.

25 Referência aos nove meses (abril a dezembro de 2002) em que Benedita da Silva assumiu o governo do estado do Rio de Janeiro em função da renúncia do então governador, Anthony Garotinho, para concorrer à presidência da República.

26 Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR). Centro de referência em fisioterapia e reabilitação.

27 Expressão usada pelo ex-governador Anthony Garotinho para acusar o PT de fazer política em função da ocupação de cargos.

28 Em função do quadro descrito anteriormente, Benedita não obteve votos suficientes para ir para o segundo turno na eleição de 2002 para o governo do estado. Rosinha Garotinho foi eleita já no primeiro turno.

Muitos Caminhos, uma Estrela



Memórias de Militantes do PT

Irma Passoni

ENTREVISTA REALIZADA EM SÃO PAULO (28 DE AGOSTO DE 2006)

Página anterior:
Irma Passoni participa
do Movimento contra a
Carestia (1981).



Irma Rossetto Passoni, nascida em Concórdia, no estado de Santa Catarina, mudou-se para São Paulo em 1959, a fim de realizar os estudos secundários. Foi religiosa da Ordem Instituto Beatíssima Virgem Maria (atual Congregação de Jesus) de 1965 a 1971. Formada em pedagogia, especializou-se na área de recursos humanos. Com papel destacado na organização dos movimentos populares da zona sul da cidade de São Paulo, especialmente o Movimento Contra o Custo de Vida, foi eleita deputada estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1978. Com a decisão da maioria da militância das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) do estado de aderir à proposta do Partido dos Trabalhadores, Irma tornou-se fundadora do partido e sua secretária estadual de Organização. Foi eleita deputada federal pelo PT de São Paulo em 1982 e reeleita em 1986 (integrando o Congresso Constituinte) e 1990. Na Câmara Federal, chegou a ser líder da bancada do partido em três ocasiões e integrou a sua Comissão Executiva Nacional. Foi relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) Causas e Dimensões do Atraso Científico-Tecnológico Brasileiro no Sistema de Ensino, Pesquisa e Extensão, presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática e relatora da Lei de Informática. Licenciou-se da sua filiação ao PT em 1995 para atuar no Programa de Ampliação das Telecomunicações do governo federal. Retomou a sua filiação ao PT, sendo candidata a vereadora nas eleições de 2004, mas não foi eleita. Atualmente preside o Instituto de Tecnologia Social (ITS), uma Organização Social Civil de Interesse Público (Oscip) com sede em São Paulo.

DO OESTE CATARINENSE À PERIFERIA DE SÃO PAULO

Vamos começar falando sobre as suas origens familiares, a sua formação e o início da sua militância política.

Eu sou de Concórdia, Santa Catarina, minha família era de comerciantes. Vim para São Paulo em 1959; estudei num colégio que hoje se chama Instituto Beatíssima Virgem Maria. A congregação que mantém esse colégio foi fundada por Mary Ward, na Inglaterra, uma religiosa que não se dedicava à clausura, mas sim à educação. Fui religiosa até 1971. Sou formada em pedagogia – a propósito, fui aluna de dom Luciano Mendes, que faleceu ontem[1] – e atuei sempre na educação. Comecei lecionando no Instituto Beatíssima Virgem Maria, no bairro do Brooklin, na cidade de São Paulo, em 1972, 1973 e depois, como concursada, lecionei na rede estadual de educação de São Paulo. Também tenho especialização na área de administração e treinamento de pessoal, recursos humanos. Trabalhei dois anos em empresas privadas na área de treinamento de pessoal. Inicialmente junto a uma empresa prestadora de serviços, multinacional, depois na Clínica Infantil do Ipiranga e no Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo, em treinamento e capacitação de pessoas na área de desinfecção hospitalar. Em 1975, por aí, eu voltei para a educação pública do estado de São Paulo, como professora concursada...

Vamos voltar um pouquinho. Como foi o nascimento da sua vocação religiosa?

Eu vim de Santa Catarina para estudar, e ingressei na vida religiosa propriamente dita em 1965. Nesse período, participei de um curso superior de Pastoral Catequética, que incluiu estudos aprofundados de todos os documentos desde o Concílio do Vaticano II: documentos da Conferência de Medellín[2], documentos dos bispos do Brasil, Estudos Bíblicos etc. Tais estudos nos levavam a uma revisão do ponto de vista do compromisso da Igreja com a sociedade. Até então, mantínhamos aquela visão da Igreja intramuros, voltada para os interesses só da religião e da salvação eterna. Esses documentos marcaram muito minha formação e atuação durante o curso de Juniorato Intercongregacional[3], na Rua Caio Prado, em São Paulo, na época Colégio Des Oiseaux. Esses cursos eram marcados por uma visão de compromisso de fé e engajamento social muito forte. A partir daí, formatamos o processo da construção das comunidades de base no Brasil. Nesse período, participávamos de toda a resistência à ditadura, fazendo análise de conjuntura semanal e também ações práticas. Nós colocávamos casas à disposição das pessoas que eram perseguidas, acompanhávamos todos os presos políticos, visitávamos o Presídio Tiradentes, o Dops[4], para forçar a identificação de pessoas que tinham sido presas. Começamos a resistência à ditadura militar de forma organizada. Primeiro, buscamos entender, compreender o que estava acontecendo no país. Essa análise de conjuntura era feita com religiosos, leigos etc. Depois, tínhamos uma ação voltada para a questão da organização das comunidades, em dois vieses: um deles era a educação popular; o outro a organização do grupo de mulheres em Clubes de Mães. Começamos a fazer alfabetização

de adultos pelo Método Paulo Freire, que na época era um método absolutamente proibido. Eu era professora, mas ao mesmo tempo participava da militância nas comunidades.

Você ainda era religiosa?

Sim. Em 1970, nós já começamos a fazer esse trabalho mais global, de compreensão da realidade e de formatar projetos e programas sociais. Em 1971, eu me desliguei da Congregação. A Congregação se dedicava à educação formal em escolas particulares; nós (quatro religiosas) resolvemos adotar a visão da educação popular, social e fazíamos a pastoral nas comunidades de base, catequese, Clubes de Mães, Pastoral Operária. Atuávamos num bairro chamado Jardim Santa Margarida, Paróquia de Vila Remo. Hoje é mais conhecido como Jardim Ângela, no [bairro de] M'Boi Mirim. Era um trabalho absolutamente novo, lá tudo estava no começo. Fisicamente, o que era chamado de "periferia" era a região que ficava além de Santo Amaro, na zona sul, São Miguel, na zona leste, Saúde, na zona sudeste... A pedido do monsenhor Ângelo Gianola, vigário episcopal da região sul da cidade de São Paulo, e da comunidade de Santa Margarida, eu e Geraldo Magela, com apoio da equipe do monsenhor Ângelo, começamos a organizar as comunidades de base a partir de cursos chamados Missão Conciliar. Eram encontros comunitários de vários dias em que estudávamos trechos bíblicos como os de Abraão, Moisés, Judite, Ester, os profetas, o *Novo Testamento* – especialmente os *Atos dos Apóstolos* –, documentos do Concílio Vaticano II, entre outros... Comparávamos com a realidade que vivíamos – desemprego, falta de escolas, água, habitação, transporte, atendimento aos doentes – e nos perguntávamos como poderíamos ser solidários e mudar aquela realidade. Perguntávamos o que era salvação para nós naquele momento... O que Deus queria de nós. Celebrávamos aos domingos com muita oração e música. Durante a semana, através dos clubes de mães, de grupos de alfabetização de adultos e da Pastoral Operária, organizávamos as ações de abaixo-assinados, visitas ao Poder Público para exigir a solução dos problemas.

E qual era a metodologia usada para organizar esse trabalho?

Todas as ações eram feitas a partir de planejamento e de grandes mobilizações, pois tínhamos claro que era preciso muita pressão popular para que nossas reivindicações fossem ouvidas e atendidas. A metodologia de educação, fé, compromisso social e de política pública tinha tal consistência que foi se alastrando, nascendo comunidades e movimentos semelhantes em todo o país. Esta educação política, social, era feita a partir da vivência da fé, com inspiração bíblica na doutrina social da Igreja e com visão ecumênica. Na verdade, era impossível se falar qualquer outra coisa em relação a política, fazer um debate, reivindicar qualquer solução de problemas naquela época se não fosse por esse caminho. Vivíamos em plena ditadura, e o povo era inimigo dos militares no poder, qualquer participação feria a doutrina de segurança nacional[5]. Mesmo assim foi um período muito rico, de vivências religiosas, de mobilizações populares e conquistas. No meio disso tudo, as visões religiosa, social e política foram clareando. Foi formulado um novo princípio para a Igreja no mundo. A Constituição *Gaudium et spes*[6], do Concílio do Vaticano II, que aconteceu entre 1962 e 1965, dizia: "Às alegrias e às esperanças do mundo de hoje". As alegrias e esperanças da Igreja também foram se tornando realidades.

Vocês trabalhavam como educadores para o estado e não tinham nenhum tipo de estrutura?

Hoje eu diria que nós trabalhávamos políticas públicas. Mas não recebíamos nenhum dinheiro para isso. Nada. Como professoras da rede pública do estado, tínhamos que arrumar a infra-estrutura para dar aula, aqui, em plena cidade de São Paulo. Então, dávamos aula ou numa área de igreja, quando tinha, ou nós mesmos alugávamos barracos nos fundos das casas e pagávamos o aluguel com o nosso salário. Pedíamos doações de carteiras, material, e montávamos as escolas, chamadas "salas de emergência". A merenda escolar éramos nós mesmas que dávamos. A situação era caótica. Organizamos com a comunidade um processo de reivindicar a construção de escolas, prédios escolares, porque todo fim de ano as crianças ficavam sem referências, os documentos se perdiam e as pessoas não sabiam como recuperar o que tinha sido feito no ano anterior. Recorremos

ao princípio da Constituição que obrigava os pais a colocar os filhos nas escolas e começamos a contestar por que o Estado não oferecia estrutura escolar. Foi a primeira vez que fizemos um movimento com quinhentas pessoas, com a participação de 25 bairros. Essa assembléia aconteceu no Jardim Alfredo, bairro ao lado do Parque do Guarapiranga. Naquela época, uma ação dessas era impensável, pois, se duas ou mais pessoas se reunissem, a polícia as denunciava, e poderia ser motivo de prisão, tortura e morte. Mas colocamos em pauta a necessidade das escolas e chamamos o Poder Público para ir até lá. Claro que eles não foram. Aí começamos a articular, ver para onde nós íamos encaminhar nosso pedido. Resolvemos levar nossa reivindicação para a Assembléia Legislativa de São Paulo.

Esse movimento conseguiu algum apoio dentro da estrutura do Poder Público?

Conseguimos junto ao FECE [Fundo Estadual de Construções Escolares] uma parceria muito importante, com uma professora e arquiteta chamada Mayumi [Watanabe de Souza Lima]. Ela foi uma pessoa muito importante porque, dentro do sistema, compreendeu nossa demanda e viabilizou a construção das escolas de 25 bairros naquela região. Foi uma conquista importante. Esse grupo que se reunia e fazia análise de conjuntura realizou dois processos importantes. Da educação popular veio a alfabetização, e também a organização das mulheres em grupos chamados Clubes de Mães. Era uma atividade que a gente desenvolvia às quintas-feiras, à tarde, em todos os bairros onde havia militância: duas horas de debate sobre saúde, educação, que sempre resultavam em mobilização para resolver algum problema importante. Depois, fazíamos trabalhos manuais. Nesses grupos de educação da Comunidade de Santa Margarida, participavam líderes comunitários como Santo Dias da Silva, sua esposa, Ana Dias, Cinerino, Dita, Carlos, Iraci, Verônica, Lucia, dona Quitéria – mãe de dezenove filhos –, Tanzinha – que mesmo morando num barraco de dois cômodos formou seus filhos com muita dignidade etc. O Santo [Dias] era da Pastoral Operária, e a Ana do grupo de Clubes de Mães. Em 1972, um grupo de mulheres (elas participavam da comunidade e do Clube de Mães do Jardim Alto da Riviera, Nakamura e Fujiara) sugeriu a idéia de fazer uma carta de protesto ao governo, dizendo que o custo de vida estava muito alto, os salários estavam muito arrochados e não dava mais. Na noite do mesmo dia, lavando roupa no tanque, Ana e eu escrevemos o primeiro rascunho da carta e apresentamos ao grupo, que a aprovou. Daí surgiu um abaixo-assinado contendo 1 milhão e 300 mil assinaturas que, enfrentando a repressão do general Newton Cruz, foi levado a Brasília, lido na Câmara pelo então deputado federal Freitas Nobre e apoiado por muitos outros parlamentares.

É aí que começa o Movimento contra a Carestia?

Para nós, era Movimento contra o Custo de Vida. Depois, houve todo um problema sério, e se decidiu mudar o nome para Movimento contra a Carestia[7]. Por trás disso, havia todo um debate sobre se aquele movimento era político ou não, [ou se] era só reivindicatório. Se havia partidos políticos clandestinos por trás ou não. Porque, nesse período, nós trabalhamos muito abertos, e nunca se pediu a carteirinha de filiação de ninguém. Era um período que não nos permitia isso. Sabíamos que havia informantes do Dops no movimento, assim como militantes muito sérios, de grupos políticos como o PCdoB e a AP. Mas a maioria era apenas militante das comunidades e dos movimentos sociais. Foi a primeira vez que tomamos as praças, conversamos com as pessoas na rua, fomos para a Praça da Bandeira, Praça da Sé... E o movimento se espalhava pelo país...

Isso ocorreu em 1977?

O cume foi 1977, quando foi realizada a Assembléia da Praça da Sé[8] e houve a primeira tentativa de entregar a carta ao presidente da República. Esse movimento foi marcante. Hoje vejo que ele nos posicionou perante os problemas, em confronto com a ditadura, desmistificou a visão que a gente tinha de cuidar só da vida eterna, não cuidar da vida terrena. Percebemos que corpo e alma são uma coisa só no ser humano. Vimos que as nossas coisas e as coisas do governo tinham a ver umas com as outras. O movimento trouxe uma crítica à sociedade de pessoas dependentes: filhos dependentes dos pais; alunos dependentes dos professores; nós de-

pendentes do governo; os cristãos dependentes da Igreja e o operário dependente do patrão. Essa coisa da dependência começou a ser questionada. E a gente foi construindo caminhos, rompendo barreiras e começando a dizer: "Espera aí!!! Nós também somos cidadãos, nós também temos opinião, nós também somos parte desta nação". Todo um movimento foi construído a partir de busca de soluções de coisas muito concretas: o custo de vida, a escola, a creche, a iluminação pública, a casa, a habitação, o transporte público, os hospitais... Todos os movimentos possíveis e imagináveis. E era sempre o confronto entre a sociedade e o poder instituído. Essa era a dinâmica que a gente seguiu a partir de 1968, nas décadas de 1970, 1980. Em 1974, começou a discussão política: "Por que a gente vota?". Pela primeira vez, começamos a recomendar o voto em alguém. Na época, os candidatos apoiados foram Alberto Goldman e Freitas Nobre. Em 1976, voltamos a discutir: "O que é política? O que é partido? Qual é o papel de um vereador? Por que escolher esse tipo de candidato?"... Nessa época, apoiamos Benedito Cintra, candidato a vereador. E, em 1978, houve a decisão de que Aurélio Peres deveria ser candidato a deputado federal e eu deveria sair candidata a deputada estadual.

A EXPERIÊNCIA POLÍTICO-PARTIDÁRIA

Foi nessa conjuntura que você se aproximou do MDB?

Sim. Esse movimento social amplo articulava muitos bairros. A gente reuniu 63 entidades, na Capela do Socorro [bairro de São Paulo], e houve a decisão de lançar os candidatos. Foi escolhida uma representação para falar com os dirigentes do MDB (Quércia, Montoro...) e pedir legenda para os candidatos. A gente apoiaria o Fernando Henrique como senador porque o Montoro, na época, já era considerado eleito, e queríamos eleger o primeiro e o segundo senador por São Paulo. Mas houve um problema sério, porque eu fui indicada candidata a deputada estadual, mas não era militante de partido. Algumas pessoas achavam que o candidato tinha que ser uma pessoa de confiança do PCdoB (na época, clandestino), mas, como as pessoas mais ligadas a comunidades não tinham nenhuma participação partidária, o movimento falou: "Não, a nossa candidata é a Irma". Aurélio Peres, candidato a deputado federal, era mais identificado como militante do PCdoB, mas eu não. Mas, com o apoio também das comunidades, fui eleita deputada estadual pelo MDB.

E como foi essa experiência? Sair dessa movimentação social para fazer política dentro do Legislativo, ligada a um partido oficial?

A gente tinha claro que o essencial era continuar o movimento popular, e que estava militando no partido porque era o caminho possível. Pessoas que militavam conosco já tinham sido presas, torturadas e mortas. Então, sabíamos que não íamos fazer uma revolução via luta armada, e que cabia o caminho da política. Quando eu entrei na Assembléia Legislativa, trazia gente dos movimentos populares para apresentar as reivindicações. Nessa época, enfrentamos uma resistência horrível. Os então deputados Manoel Sala e Oscar Yazbek, ambos da Arena [depois PDS], subiam na tribuna e faziam terrorismo contra a gente: "A Irma veio para cá e agora trouxe os maltrapilhos, os *desgravatados* para dentro da Assembléia Legislativa". Um escândalo! Gente do povo entrar na Assembléia Legislativa? Era inconcebível para eles. Outro marco foi quando fiz uma denúncia sobre a qualidade da merenda escolar. Havia até denúncias sobre desvio de verba da merenda. Nós, como professores, sabíamos que o que chegava na merenda escolar era chá com bolacha seca, e acabou... Às vezes, também vinha uma mistura, num pote de alumínio, servida como "sopão" para as crianças, que tinha um gosto horrível. E a verba da merenda sendo desviada. Por ocasião da instalação de um lanche – todo sofisticado – para os parlamentares, levei aquele panelão com sopa e disse: "Olha, é bom que vocês experimentem a merenda escolar que é servida para as crianças da rede pública de São Paulo". Esses gestos chacoalharam os membros do Poder Legislativo. Paulo Maluf era governador nomeado em São Paulo, e a Assembléia Legislativa

era uma instituição onde ocorriam grandes questionamentos e mobilizações contra a ditadura, que posteriormente resultaram no movimento das Diretas Já[9].

E como foi a discussão sobre a idéia do PT entre os parlamentares de esquerda de São Paulo?

Deputados do MDB como Eduardo Suplicy, Marco Aurélio Ribeiro, Sérgio dos Santos, Geraldo Siqueira e eu começamos a discutir com os sindicalistas o novo partido. Começamos uma discussão muito difícil com o movimento popular. O pessoal do Aurélio Peres achava que nós íamos trair o povo, trair toda uma visão de história se nós fôssemos para o PT. E a gente falou: "Nós não temos compromisso com o MDB. O MDB era apenas um instrumento para nós. Se agora tem um partido que tem mais a cara da gente, uma expressão do movimento popular e operário, então nós temos que construir o PT". A partir daí, houve um rompimento entre o grupo que aparentemente era MDB – mas era PCdoB – e nós que éramos das comunidades de base...

Vocês já tinham contato com os sindicalistas do ABC?

Desde 1971, tínhamos o trabalho do movimento popular e o trabalho da Pastoral Operária. Participávamos da Oposição Sindical de São Paulo, contra o Joaquinzão [Joaquim dos Santos Andrade], que era o eterno presidente do Sindicato dos Metalúrgicos. O custo de vida trouxe a discussão dos salários, e repercutiu primeiro em Osasco [SP], onde a Pastoral Operária era muito atuante, e depois, claro, no ABC. O fio condutor sempre foi a Igreja, a pastoral, as comunidades, não o partido político. Quando começamos a discutir uma alternativa de partido político, eu participei de algumas reuniões com o Fernando Henrique para construir o Partido Socialista – ao qual no começo queriam dar o nome de PT. Mas foi a liderança dos sindicalistas, especialmente do ABC, que tomou a decisão de fazer um partido com o nome de PT – Partido dos Trabalhadores –, apesar de que essa discussão já vinha de longe. Diante desse fato, um grupo de militantes se desvinculou do MDB e participou da construção do PT, desde a sua fundação.

E você teve uma aproximação com as greves do ABC?

Nossa primeira participação foi nas greves de São Paulo. Tivemos umas greves ferrenhas aqui, foram horríveis. A gente teve que enfrentar a cavalaria, o Exército. O operário Santo Dias da Silva, militante da Pastoral Operária e das comunidades de base, foi morto. A polícia e o Exército brasileiro ocuparam o bairro da Capela do Socorro em São Paulo, com grande aparato, e nós, que estávamos reunidos, fomos empurrados para dentro da igreja local com bombas de gás lacrimogêneo, cassetete e muita violência. Assim como aconteceu com o Movimento contra o Custo de Vida na Praça da Sé. Então, na época, a nossa relação mais direta era com as greves de São Paulo, na Oposição Sindical. Quando começaram as greves do ABC, eu já tinha sido eleita deputada. Eu e outros deputados fomos dar solidariedade aos operários. Na greve de 41 dias, nós das comunidades organizamos a coleta de alimentos e levamos um caminhão de alimentos para os sindicalistas do ABC. Nós, como deputados do MDB, fizemos piquetes nas greves do ABC em 1979, para contribuir para que os operários não fossem reprimidos pela polícia. Eu até tenho uma foto minha na frente da fábrica da Volkswagen, entre a cavalaria militar e os operários às 4h30 da manhã. Eu estava grávida de nove meses – minha filha nasceu em abril de 1979. Os deputados Suplicy, Marco Aurélio, Sergio dos Santos, eu etc. éramos solidários, permanentemente, com todas as greves e com a construção da luta operária do ABC.

Irma, você fala que a Igreja era a força motriz do trabalho de base. Como era a relação de vocês com a hierarquia da Igreja, com a diocese?

Tivemos uma experiência muito rica, muito boa. Era uma relação de pessoas ligadas ao que hoje a gente chama Teologia da Libertação[10]. Mas, na época, era uma militância a partir dos documentos do Concílio Vaticano II, como já disse antes. Monsenhor Ângelo Gianola era o bispo da regional de Santo Amaro, que incluía oitenta paróquias, desde o bairro do Ipiranga até Juquitiba, na BR-116. Ele era uma pessoa

fantástica. Coordenava esse trabalho de pastoral. Eu fazia parte da equipe de formação catequética. A relação com a arquidiocese era difícil até a chegada do dom Paulo Evaristo Arns como cardeal de São Paulo. O bispo anterior era identificado com a direita[11]. Já dom Paulo participava das reuniões, ia até os bairros com a gente, visitava as comunidades, nos incentivava muito. O padre Luiz Giuliani, um italiano, da paróquia da Vila Remo, no Jardim Ângela, era extraordinário, assim como os padres irlandeses – lá no Embu das Artes [SP] – e outros padres: franceses, italianos, americanos – na Cidade Dutra [bairro de São Paulo] –, muitos brasileiros etc. Todos faziam um trabalho articulado, discutiam, pensavam a política e pensavam a ação, a questão da salvação aqui e agora. Era uma formação humana, social, religiosa, tudo junto numa síntese. Dom Fernando Legal, que era padre, depois foi nomeado bispo, morava ali na Cidade Leonor [bairro de São Paulo], ao lado do Aeroporto de Congonhas. Mais tarde, veio também o dom Mauro Morelli, e mantínhamos também muito diálogo com dom Pedro Casaldáliga; dom Davi Picão, de Bauru, desenvolvia um trabalho de educação e também foi uma pessoa que marcou muito o compromisso da Igreja com a realidade. Teria sido impossível fazer qualquer movimento social, qualquer resistência, se a gente não tivesse tido essas pessoas com autoridade eclesiástica na articulação e no apoio efetivo. Todos eram agentes de defesa nacional, da cidadania e em favor da vida, de forma muito solidária.

Nesse quadro, então, ter deixado o hábito e passado a essa militância, digamos, laica não representou nenhum trauma maior, foi um processo quase natural?

Exatamente. A Congregação sempre contribuiu com os trabalhos das comunidades de base.

Mesmo aquelas irmãs que continuaram na Congregação davam suporte para vocês?

Davam. Porque bem no início, em 1972, um grupo de religiosas que foi morar no bairro, na comunidade – uma era enfermeira e três eram professoras –, produzia a nossa própria sustentabilidade. O trabalho de pastoral era assumido absolutamente de forma voluntária, e as irmãs da Congregação continuaram a contribuir também, sem nenhum rompimento, sem nenhum problema.

Você falou antes de ter participado da discussão daquela primeira idéia de um partido socialista mais amplo. Essa adesão à idéia do PT, para você, foi tranqüila? Você teve dúvidas se criar um partido com esse perfil era mesmo o rumo a seguir?

Toda decisão que tomávamos era com a participação de muita gente. Eram centenas de comunidades. Foram realizadas 750 assembléias no estado de São Paulo, quando examinamos essa possibilidade de surgimento e construção do PT: foi uma tomada de decisão coletiva, muito bem pesada. Em Campinas [SP], por exemplo, tinha uma organização chamada Assembléia do Povo[12]. Lá, nós reunimos quinhentas pessoas e dissemos: "Vamos ou não vamos?". A decisão de formar o PT foi coletiva. Apesar de que, quando ocupei o mandato de deputada, passei a me sentir como uma leprosa na igreja. Para a esquerda eu era uma "papa-hóstias" e, para alguns setores da Igreja, eu era uma "comunista". Mesmo tendo mantido um trabalho intensíssimo no movimento popular, fazendo partido, tendo filho pequeno e atuando no parlamento – uma ação exaustiva, de 24 horas por dia, o dia inteiro, o ano inteiro –, eu sentia que a Igreja, de repente, me via como um "político eleito"... E, para o partido, éramos os "basistas", os igrejeiros, não é? Enfrentávamos questionamento de todos os lados. Era muito complicado, muito sacrificado e muito sofrido também. As dificuldades aumentaram quando eu fui secretária de Organização do PT e fui formar as comissões provisórias do partido. Se aqui na capital já era difícil, no interior era muito pior... Éramos chamados de comunistas, revolucionários, não sei o quê. Como é que a gente ia organizar o PT nos 120 e poucos municípios necessários [para legalizar o partido]? Era um trabalho insano. A construção inicial do PT no interior se deu por operários que tinham saído do ABC e por pessoas de comunidades. Fui secretária de Organização sem nenhuma estrutura, sem nenhum tostão. A gente dormia na casa de pessoas que participavam das comunidades, comia na casa deles, que, muitas vezes,

mal tinham o que comer. Construímos o PT assim. Isso também aconteceu na organização nacional do PT. A estrutura disponível era a dos mandatos dos deputados...

Essa estrutura legislativa ajudava a conseguir algum recurso: carro, correio, telefone...

Claro. Os deputados eleitos tinham que dar 30% do seu salário diretamente ao PT. Mas, ao mesmo tempo, todas as despesas eram por conta da gente. Fui organizar o PT em 26 estados, o número mínimo de municípios... Formamos uma equipe, em nível nacional, de personalidades históricas: o Carlos Eduardo Zanatta, de Brasília, e o César Alvarez, do Rio Grande do Sul. Contamos com militantes em nível regional: no Piauí, Ceará, Rondônia, Acre... E assim fomos construindo o PT no Brasil inteiro, com os esforços de cada indivíduo, em cada lugar, com recursos próprios. Foi um nascer a partir das forças que cada um tinha para fazer acontecer.

A senhora participou da reunião no Colégio Sion?

Sim. Como fundadora. Eu e meu marido, Armelindo Passoni. Para mim foi um coroamento, um evento de alegria, de festa. É essa a imagem que ficou: a filiação, o manifesto. Foi um resgatar da história da gente. Dizíamos: "Somos legais, nós existimos, nós temos direito de estar aqui". Acho que essa foi a marca. Tinha o pessoal sindicalista, os chamados intelectuais, e nós do movimento popular. Para mim, sempre foi muito claro: essas eram as três forças do partido.

E como era a relação do grupo mais católico das comunidades eclesiais com as tendências de esquerda, as organizações que tinham outra orientação política?

Com muito sofrimento. Era um horror [risos]. Como secretária da Organização, preparei as primeiras convenções. No dia da convenção, aquele menino, o Flávio Andrade, chegou a Santo Amaro... Eles não tinham conseguido fazer uma chapa. Tínhamos uma caixa de papelão, que era a urna para pôr os votos. Uma miséria de estrutura. Ele chegou, rasgou nossas cédulas, rasgou a caixa e falou: "Aqui não tem convenção coisa nenhuma!" – e foi embora... A gente nem sabia muito bem que ele era herdeiro da construtora Andrade Gutierrez, o que significava isso... Mas isso foi muito simbólico. A marca dos confrontos eram aquelas reuniões intermináveis, debates e mais debates... E a gente vinha do "pão nosso", da necessidade prática. A gente queria resolver os problemas. Vínhamos da prática para discutir a teoria. Lembro-me que, na década de formação da Oposição Sindical, levantávamos às 5 horas da manhã... E tinha um grupo de pessoas que foi morar lá no bairro – gente muito legal –, eram engenheiros e queriam fazer o processo da mudança junto com a gente. Eles queriam que a gente lesse Marx, e a gente lia a *Bíblia* [risos]. Era muito complicado. A gente fazia os encontros, tinha as músicas, tinha as histórias bíblicas. Mas o debate teórico a gente não conseguia compreender, nós não tínhamos estrutura teórica para compreender aqueles textos difíceis. A linguagem era incompreensível... A gente compreendia muito bem os profetas, as mulheres da *Bíblia*, a Judite que mata Holofernes... Mas entender a teoria econômica, os documentos das organizações... Ah! Para nós, era inconcebível [risos]. Mas era um período muito rico, muito bom. A ousadia dessa juventude... Tinha muita gente do IPT [Instituto de Pesquisas Tecnológicas] da USP – um deles é o atual prefeito de Diadema, José de Filippi. Ele ia às comunidades para desenhar os projetos de engenharia das igrejas. E a interação dele com a gente era plena, total. Teve um casal de engenheiros, ela era química e ele da área eletroeletrônica, que foi morar no bairro. Eram pessoas absolutamente comprometidas com uma visão de mudança da história. E o diálogo era muito legal, era muito bom. Depois, claro, deu problema. Os confrontos vieram na discussão sobre o movimento "do custo de vida" ou "contra a carestia". E, quando eu fui para o PT, dividiu. Eles se mantiveram no MDB, aí houve acusações muito pesadas, de "traição histórica". Mas, depois, a maioria veio para o PT.

O pessoal que era do PCdoB?

Isso. Eu me lembro do Odilon Guedes, ou do próprio prefeito de São Carlos, o Newton Lima, que era militante lá no nosso bairro, nessa época. Ele era também da USP. Teve uma coisa que me marcou muito, na

formação do PT. Era a militância do pessoal da área rural. Visitei comunidades nos "fim-de-mundos". Lembro de uma viagem que fizemos para o Araguaia, com o Manoel da Conceição[13]. Fomos para Augustinópolis [TO] fazer uma manifestação em favor da reforma agrária. Naquela época, grileiros contratavam jagunços para "limpar a terra". As casas das pessoas eram queimadas, muitas famílias eram queimadas dentro das casas. Eram posseiros que há muitos anos moravam e não tinham o reconhecimento de posse, resistiam à expulsão, por isso eram mortos, e os jagunços entregavam as terras aos grileiros por qualquer trocado. Pessoas da Justiça eram compradas e reconheciam a titulação das terras em nome dos invasores. Os antigos posseiros só tinham o apoio da Pastoral da Terra. Muitos deles viram no PT uma esperança. Isto aconteceu em Porto Nacional – que na época era estado de Goiás, agora é Tocantins –, em Rondônia, no Acre... Eram pessoas militantes fantásticas, gente de fibra, verdadeiros heróis nacionais que arriscaram a própria vida. Muitas vezes, se separaram das mulheres, perderam o emprego, por causa do PT. No interior, era muito difícil. Se você começava a ser militante do partido, era demitido, e o emprego era o artigo mais difícil de encontrar. Essas pessoas deram a vida para a construção desse partido.

E, hoje em dia, como você acha que está a militância?

Quando vem uma crise dessas do ano passado[14], é incompreensível para as pessoas: "A gente pagou com a vida, como é que acontece um negócio desses?". Por isso é que muita gente nesse momento preferiu ir para o PSOL ou não ir para coisa nenhuma. Mesmo no interior aqui de São Paulo tem gente procurando outras saídas, porque não consegue compreender. Somos testemunhas de cinqüenta, sessenta anos de história, para conquistar o governo, e agora não somos parte dele. Como entender isso? Isso traz muito conflito, muito sofrimento, muito desgaste e desesperança. Falta muito ainda, na nossa ação política, para passar da militância "voluntarista" para a militância com capacidade estratégica de efetivamente ser parte do governo e do poder e se fazer respeitar. Quem está no governo é envolvido pela redoma do poder, por aqueles que sempre estiveram no poder, e constroem a barreira que torna qualquer tentativa de aproximação ou diálogo impossível. Os chamados intelectuais têm mais facilidade. Os militantes dos grupos de dentro do partido, eles se reuniam e liam, liam e liam, e eram mais rápidos. Nós tínhamos que ter outro tipo de formação. Aí, é claro que a gente não conseguiu acompanhar. Houve certo momento em que... É dolorido falar isso, mas certas pessoas que ocuparam a Secretaria de Organização Nacional, a Secretaria Geral do Partido, achavam que só podiam fazer isso passando por cima das cabeças dos outros. Isso também foi ruim. Não souberam administrar a construção do movimento popular junto ao partido. Eu acho que os sindicalistas conseguiram se estruturar, se fortalecer e se manter. Mas o movimento popular se perdeu. Ele não tem expressão no partido. Assim como os intelectuais. Eu acho que eles também ficaram sem papel, especialmente na hora do poder, do governo...

DOS MOVIMENTOS POPULARES AO PARLAMENTO

E como é que foi essa decisão, em 1982, de se candidatar a deputada federal?

É que o PT estava organizado em São Paulo, mas faltava toda uma organização nacional, não é? Então, era natural que algumas lideranças fossem disputar a eleição para deputado federal, dando apoio para novos deputados estaduais. Claro que foi conflituoso, por conta dessa "aliança" que nós tínhamos com Aurélio Peres, que era PMDB. Da outra vez, todo mundo que votou em mim votou no Aurélio, e quem votou no Aurélio votou em mim. Agora, eu era PT, ele era PMDB, e nós dois éramos candidatos a deputado federal.



Irma Passoni, ao centro, durante o Congresso da Mulher Paulista na Catedral da Sé, em São Paulo (1975).

Foi uma campanha mais ou menos tranqüila para mim, porque eu, como secretária de Organização, andava pelo estado inteiro, estava com o movimento popular o tempo todo. Eu nem gastei muito dinheiro. O pouco que ficou de dívida de campanha paguei durante o mandato seguinte. A campanha política era assumida por todos os militantes. Tinha gente que fazia cédula em papel de pão e dava para as pessoas...

Você tinha essa rede de apoio das próprias comunidades da Igreja Progressista...

Também. Agora, nessa eleição para federal, a Igreja já dizia: "Espera aí, o partido lá, nós aqui!". E eu acho que isso foi natural. Enquanto havia a ditadura militar e uma oposição organizada, articulada, única, a Igreja foi o grande guarda-chuva. Na hora em que o PT nasce, ele tem que se virar. Então, militante do PT é militante do PT, e a militância da Igreja é outra coisa. É claro que isso começou também a criar problemas, mas, ainda assim, foi uma sustentação, que me elegeu outras vezes. Não era a minha única sustentação, mas era uma parte importante dela.

O ambiente de Brasília foi muito diferente da experiência parlamentar no estado?

Bom. No estado, já era extremamente difícil. Eu tive uma assessora na época, a Ida Maria, uma militante que tinha sido exilada. Quando vinham aqueles ataques, ela dizia: "Não responde. Não é por aí. Vai fazendo o seu trabalho que é melhor". A gente tinha uma militância prática, mas não tinha a capacidade de elaborar projetos legislativos mais fortes. E o espaço, na época, também era muito pequeno. A estrutura era a da ditadura militar. Então, tínhamos que refazer tudo, precisava de uma Constituinte. Fazer leis como? Para quê? Só dava para fazer movimentos, como as Diretas Já. Então, o espaço era de debate político, mais do que de elaboração legislativa. O importante nesta época era a mobilização popular e a resistência à ditadura... As leis mais marcantes que eu elaborei como deputada estadual foram: a criação do parque estadual do Petar[15], a inclusão das mulheres nas pesquisas do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] e questões referentes a escola, creche, mas aconteciam mais como pressão popular. A construção do movimento popular e do partido é que

tomava o nosso tempo. E havia outras questões no debate político, como a proposta do Maluf de mudança da capital de São Paulo, que foi muito polêmica, tomou conta, praticamente, do nosso primeiro mandato, mas nós o derrotamos. Na época, a minha filha nasceu, e eu fiquei na maternidade oito dias. Mas as pessoas conseguiram segurar o processo até eu poder voltar para a votação. Eu dei o último voto, e nós derrotamos o projeto de mudança da capital exatamente por um voto. Houve toda uma mobilização da sociedade, da classe média, para que a gente não aprovasse essa lei.

E lá em Brasília?

Eu costumo dizer que não há como uma pessoa ser eficaz como deputada federal no primeiro mandato. Até se localizar nas comissões, como é que se faz um projeto, onde participar... Aquilo é uma Babilônia... Então, para você compreender o papel político de um deputado que representa a nação brasileira – que é um continente, com todas as suas variedades –, precisa, no mínimo, de dois mandatos. Em 1994, quando não fui reeleita, fui fazer uma pesquisa sobre quais são os interesses que um deputado leva com ele para a Câmara. Como é que ele chega lá? O que ele representa? O que é que ele defende? Como é que ele sustenta suas idéias? Como constrói a sua política? Que projetos ele pretende apresentar? Fiz isso para tentar entender como é que o parlamentar vota... A nossa época foi muito rica, porque havia muita efervescência, era época da Constituinte etc. Na década de 1980, 1990, o Parlamento tinha um grande nível de compromisso público. Depois, começou a decair muito. Olhando pelo retrovisor, considero que fiz um bom mandato, apesar de todas as dificuldades. Imagine uma mulher que tem um recém-nascido aqui em São Paulo e vai para Brasília com a proposta de defender os interesses populares... Era uma atividade sobre-humana, mas ao mesmo tempo extremamente rica. Representávamos a construção de uma oposição ao regime político ditatorial, e as grandes questões giravam em torno das Diretas Já, do Colégio Eleitoral[16]... Tudo estava em ebulição, era a democracia nascendo... No PT, a cada ano um parlamentar ocupava a função de líder... Eu assumi pela primeira vez depois da saída do Airton Soares, e exerci a liderança em mais duas ocasiões. Ocupei a presidência de comissões, coisa que nunca tinha ocorrido com uma mulher. Não tinha nem banheiro para mulheres, só tinha banheiro de homem, na Câmara Federal. Houve toda uma articulação das mulheres, do movimento popular, preparando propostas para a Constituinte. Isso foi muito bom, porque a gente conseguiu fazer um trabalho organizado, que permeou todas as áreas: educação, direitos de igualdade da mulher... E trabalhamos suprapartidariamente. Eu fiquei na Subcomissão de Comunicação, que foi um desastre, porque veio um pacotinho fechado dos meios de comunicação, dando a "receita" de como seria. A gente trabalhou também a questão da reforma agrária, dos direitos dos trabalhadores e da educação, porque eu era professora. Na campanha do Lula em 1989, eu também estava na Executiva Nacional, e participei muito.

Em 1991, houve uma questão polêmica sua com o governo Erundina. Como foi isso?

O que aconteceu com a Erundina? Na posse dela, a gente tentou ir lá e dizer: "Nós estamos aqui também". E a gente não conseguiu ser parte do governo. O poder também a cercou, do mesmo jeito que com governos anteriores, e nos restou como sempre a organização e a pressão popular. A gente não tinha canais de diálogo. Eu sou amiga da Erundina, mas nós não tínhamos nenhuma facilidade a mais por ela ser do PT. Mas eu acho que o poder é assim. Ele captura quem está lá, cria uma redoma e não deixa ninguém penetrar. O poder é privatizado, não é? O Lula me cobra: "Por que você não vai lá conversar comigo?". Falei: "E quem é que chega lá?". Mesmo tendo sido deputada, eu nunca cheguei perto do Palácio do Planalto, a não ser no dia da posse. No governo da Erundina, foi a mesma coisa. Pessoas que nunca tinham usado a estrela põem uma baita estrela no peito – de prata, não é? – e tomam o poder. E eles dizem quem entra e quem não entra. Com a Erundina foi a mesma coisa. Ela era muito mais uma militante sindical, da categoria dos assistentes sociais, não tinha esse envolvimento popular que a gente tinha. Então, ela não nos enxergava, ela não nos entendia. Foi guerra o tempo todo.

Mas você não era somente uma líder do movimento social, você era uma deputada federal...

Mas nenhum de nós tinha acesso, nenhum deputado federal tinha. Na prática, o único instrumento era a pressão. Pôr gente "adoidado" lá, como fizemos com o Jânio Quadros, para conseguir o mínimo de diálogo. Era difícil. Eu posso estar errada, mas acho que a história do Brasil é feita pelas elites, é contada pelas elites, e o movimento popular só vai conquistando algumas migalhas. A gente não é poder. Nós não tivemos um processo de educação política mais participativa. Então, sempre nos disseram: "Vocês não têm competência para ocupar cargos". Isso eu ouvi um mês atrás, aqui, numa reunião com empresários, professores da USP, umas 25 pessoas. Um determinado candidato, que hoje é deputado estadual, falou isso. E eu perguntei: "Mas os outros têm?". O que é esse preparo? Para ocupar cargo, você tem que ter dinheiro? Porque participação popular, organização, isso a gente faz com a vida. A gente não tem é dinheiro para colaborar. Ao mesmo tempo, tem um monte de gente que não tem nenhuma competência ocupando cargos. Gente que não sabe de nada, um bando de oportunistas. Acho que isso é próprio do processo. Nós decidimos fazer aqui um curso, chamado Inteligência Estratégica na Política, usando material didático baseado naquele livro *Man Tum: entrevistas com a velha senhora da guerra do reino de Cham*[17]. Porque *A arte da guerra*, todo mundo conhece, é o poder pela força. Já esse outro livro é mais de educação política, é a estratégia da inteligência e do empreendedorismo. Eu não sei se é uma personagem fictícia, mas é um livro de um jornalista que conta como essa mulher, viúva de Sun Tzu, observava o marido e dizia: "Bom, eu quero fazer, mas com inteligência, não com força". O livro mostra como se constroem projetos políticos. Nós o estudamos com um grupo de pessoas e foi muito bom, porque essa formação a gente não tem. Como é que se constroem projetos, como é que se viabilizam os projetos, como é que você negocia, como é que você percebe a oposição... Isso tudo é uma arte. E nós nunca fomos preparados para isso.

Nós conversamos muito sobre isso com o Luiz Gushiken, em Brasília...

No ano retrasado, a gente se confrontou. Porque nós estamos nesse processo de construção de tecnologia social desde 2001, construindo conceitos, metodologias, com setecentas entidades não-governamentais do país inteiro. De repente, ele faz um evento internacional sobre tecnologia social e nós não somos chamados para debater. Eu perguntei: "Gushiken, como é que é isso?". Eu não sei por que, mas ele nos excluiu e criou a Rede de Tecnologia Social[18], na qual os movimentos populares não estão. O que é que tem no fundo disso? Poder. A questão é em nome de quem e como o poder é exercido. Ou então quer dizer que nós não sabemos fazer política pública? Talvez porque nós sejamos muito ingênuos. Negociação é palavra proibida no movimento popular. É entregar a alma ao diabo... Por isso que o estudo coletivo do livro *Man Tum* é tão importante. Ele mostra que você não pode fazer um governo sem ouvir a oposição. A oposição tem a metade da verdade que você não tem. Você ganhou, mas ela também tem metade da verdade. Na eleição do Lula, um deputado federal do meu tempo, ligado ao [José] Sarney, falou assim: "Não se preocupe, Irma, porque vocês ganham a eleição, e nós governamos". Eles são cobras criadas, eles sabem fazer a coisa para a elite. Eles têm gente nos pontos-chave. Outro dia a gente conversou com a ABDL [Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças][19], essa associação brasileira de formação de lideranças. A estratégia deles, com apoio da Fundação Ford[20], é formar líderes e colocá-los em postos-chave. E nós do movimento popular achamos que votando e tendo boa vontade é suficiente. Não dá. Eu acho que o problema mais grave é a juventude. Porque bem ou mal, no nosso tempo, a juventude discutia e confrontava. E os jovens, hoje, não têm esse espaço de formação. Nós vamos pagar um preço histórico por não termos formado politicamente a juventude.

Mas será que depende só da gente?

Olha, desculpe eu te falar de família, mas eu tenho um filho que é simpatizante do PSDB. Na minha família, é assim. Meu pai era de um partido, meu irmão mais velho é fundador do PP [Partido Progressista], junto com Delfim Netto, e o meu outro irmão é PFL [Partido da Frente Liberal]. Fui proibida de usar meu

sobrenome – Rosseto – durante a ditadura militar por ser do PT: "Você pode fazer o movimento popular, mas você não pode falar que é da família". Já o meu filho se formou em Negócios e fez a Escola Kennedy de Política Pública[21], tudo em Harvard, lá em Boston, nos Estados Unidos. Ele esteve aqui na semana passada. É um executivo de alto nível, da área financeira. Minha filha, ao contrário, é socióloga, faz cinema. Meu filho fala: "Olha, vocês não sabem lidar com a política". Ele acha que o grande acerto da história do Brasil seria a aliança entre o PSDB, que teria a "inteligência" da máquina administrativa, e o PT, que tem a mobilização social. Segundo ele, essa aliança daria certo no Brasil. Na época, havia uma grande articulação, que duvidava muito da sustentabilidade do Lula. Os grandes grupos internacionais acham, por exemplo, que o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social][22] não deveria existir. Para que concorrer com os fundos internacionais? Quer dizer, nos enxergam como país dependente. Eles não querem que o Brasil seja uma nação. Eu acho que isso foi o grande resgate que o Lula conseguiu fazer. Esse eu acho que foi o grande papel do PT, que a gente não pode deixar morrer. Por isso mesmo, esse ataque de corrupção que, se houve, foi pontual não foi do partido, tem que ser deixado de lado e temos que retomar a nossa história, não é?

TECNOLOGIA SOCIAL: UMA NOVA FRENTE DE ATUAÇÃO

Irma, como começou sua relação com o tema da tecnologia?

Em 1991, em pleno processo de cassação do Collor, a gente se perguntava como podia fazer alguma coisa a mais. Houve uma reunião em que, por incrível que pareça, estavam pessoas como Roberto Freire, Marco Maciel, várias outras... E a discussão era: "Por que só investigar corrupção? Por que a gente não investiga por que esse país não avança?". Aí decidimos requerer uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito [CPMI], chamada Causas e Dimensões do Atraso Científico-Tecnológico Brasileiro no Sistema de Ensino, Pesquisa e Extensão. O senador Covas foi indicado presidente, e eu fui indicada relatora. Essa comissão foi criada justamente no período em que a Argentina estava em derrocada final: estavam entregando todas as fábricas, eliminando tudo, e nós tomamos os depoimentos de vários argentinos, intelectuais etc. Do Brasil, trouxemos para a comissão pessoas ligadas à pesquisa, ao ensino, às empresas, aos trabalhadores, às políticas governamentais... Ouvimos o setor automobilístico, a indústria farmacêutica, a indústria naval, a agroindústria, a indústria de informática, todos os setores. E visitamos parques industriais. A gente se perguntou: "Temos o ITA [Instituto Tecnológico de Aeronáutica][23], que é a instituição de ensino, o INPE [Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais][24] e o CTA [Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial][25], que são de pesquisa, a Embraer [Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A][26], que é uma empresa e tem um pólo industrial. O que falta para dar certo?". Faltava a vontade política de ter uma estratégia de política industrial, com planejamento, organização e financiamento. Felizmente, a Embraer se salvou. Comecei a me preocupar com Ciência e Tecnologia como relatora dessa CPMI e procurei tratar desta temática em nível popular, através de elaboração de boletins. Fui eleita para presidir a Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, e fui relatora da Lei de Informática. Já era na época do segundo Planin (Plano Nacional de Investimento na Área de Informática).

E quais eram os grandes debates nesta área?

A discussão, na época, se centrava muito na questão de reserva de mercado, da política de informática… Nesta comissão, foi apresentado pelo deputado Tilden Santiago o Projeto de Lei de TV a Cabo elaborado pela Federação dos Sindicatos dos Jornalistas. Na época, se alguém perguntasse para um parlamentar o que era TV a cabo, ninguém sabia. Então falei: "Bom, vamos procurar quem sabe". Utilizamos a mesma metodologia da

CPMI. Convidamos trabalhadores, empresários, pesquisadores para debater, e fomos compreendendo a tecnologia e o seu impacto nas comunicações. Era o início da implantação da internet, do uso mais massivo da informática e da sua interligação e convergência com a telefonia. Vimos como era importante entender essas mudanças. Vimos que a TV a cabo, com tecnologia de fibra ótica, permitiria criar muitos canais e que isso poderia ser a oportunidade de existência de canais comunitários, universitários, educativo-culturais, canais legislativos, canais do Poder Executivo etc. A tecnologia já não era um impedimento. Introduzimos esses canais de acesso público na lei, que foi aprovada no finalzinho de 1994 e sancionada pelo Fernando Henrique em 1995. Quando assumi a Comissão de Ciência e Tecnologia, estavam em andamento ações judiciais para impedir que a tecnologia de telefonia celular chegasse a São Paulo. Um telefone celular no Rio de Janeiro, na época, valia 20 mil dólares. Então eu chamei os representantes das empresas interessadas no negócio e alertei sobre a necessidade de implementação urgente da telefonia celular em São Paulo.

E qual era o problema?

Perguntei isso para eles e para os representantes do CPqD [Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações] de Campinas, e eles falavam: "Olha, é o protocolo chamado 41SB, de *roaming* automático". Eu perguntei: "E o que é isso?". Eles explicaram: "Você tem celular aqui, vai para outra cidade e não precisa pedir para a operadora a transferência do seu telefone, cada vez que vai falar. Só uma empresa diz que tem essa tecnologia e ainda não provou que funciona. Nos Estados Unidos, ela foi expulsa de doze áreas que estavam em teste". Aí entendi que havia uma competição internacional que envolvia muitos interesses e muito dinheiro... Falei: "Por que vocês não desistem da ação? Dêem um período de teste como estava previsto para ver se a empresa que ganhou a concorrência no Brasil tem ou não tem a tecnologia do *roaming*". Esse acordo fez com que a Net contratasse mais cinco engenheiros no Japão e resolvesse esse problema. O *roaming* automático foi testado no dia em que o Airton Sena sofreu o acidente [em que morreu][27]. Colocaram muita gente, do Brasil inteiro, para usar o celular e funcionou. Foi derrubada a tese de que o impedimento estava na tecnologia, e ficou clara a disputa de mercado. A gente conseguia vencer as questões desse jeito. Chamava as pessoas, debatia, mas registrava o debate no plenário, porque senão a imprensa dizia que eu estava a serviço de interesses específicos, o que não era verdade. O que precisávamos era liberar o acesso à telefonia no Brasil, pois na época só 9% da população tinha acesso a um telefone, e hoje são mais de 120 milhões de usuários.

E a questão das concessões de rádio e TV?

O deputado Antonio Britto, que foi presidente antes de mim, fez uma norma de procedimento para concessão de rádio e TV. E eu falei: "Só vai passar por aqui quem cumprir essas regras". Tinha que estar em dia com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço [FGTS], os encargos sociais etc. Isso foi um horror para os donos de empresa, porque ninguém cumpria, especialmente o pessoal que era ligado ao Antonio Carlos Magalhães. Mas a gente conseguiu regulamentar de forma mais simples e clara, tanto para a TV a cabo quanto para a TV aberta. Quando eu não fui reeleita, o pessoal do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações [Sinttel], da Federação Nacional dos Jornalistas [Fenaj], pediu que eu continuasse atuando para regular esses serviços… Para mim estava muito claro que estava começando a era da informação. O conhecimento é que agregaria mais valor. A infra-estrutura de telecomunicação era fundamental. Não era mais a disputa da terra, da indústria, era a disputa pelo conhecimento. Mas como dizer isso na época da eleição? Como transformar esta questão em política pública? Hoje mesmo saiu uma pesquisa, na revista *Carta Capital*, sobre os assuntos que as pessoas acham mais importantes. Elas colocam Ciência e Tecnologia em quinto lugar. Mas aí fizeram a pergunta: "Para que é que serve?", e ninguém soube responder. Para mim, estava claro que Ciência e Tecnologia eram importantes, que as comunicações eram estratégicas, e que a gente precisava fazer uma popularização disso. A Igreja dizia que você não podia fazer Ciência e Tecnologia, porque gerava desemprego. No PT, a gente nunca conseguia desenvolver muito bem esse debate...

E como foi para você sair do PT?

Ah, foi horrível. Eu falei com a direção nacional, eles disseram: "Você só pode ir para o governo Fernando Henrique se tirar licença". Aí eu discuti com Lula, e ele falou: "Então, você tira a licença, e, quando você voltar, a gente te filia outra vez". Fui lá para uma tarefa específica, não é? E, ao mesmo tempo, eu precisava trabalhar. Eu não tinha construído nenhuma infra-estrutura para a minha vida. E eu também acreditava que a questão das comunicações precisava ser enfrentada.

O que você acha do projeto do Sérgio Motta?

Ele teve o mérito de abrir a questão. A gente fez o PAT (Programa de Ampliação das Telecomunicações). O problema não era o Serjão. Vocês não imaginam o que era o ambiente de controle para cima dele. Era uma coisa faraônica. Construiu-se um grupo de lobistas nacionais, com relações internacionais, *muito* poderoso. Só passava o que eles desejavam. Nós não conseguimos participar de nenhuma reunião... Mas a gente conseguiu regulamentar as TVs comunitárias, regulamentar a TV a cabo... Queríamos construir um projeto mais estratégico de telefonia, ir além da questão de vender telefone, incrementar a produção nacional de tecnologia para telefone celular. Havia uma oportunidade imensa da cadeia produtiva, que podia alavancar todo um projeto industrial brasileiro. No entanto, o Brasil dependia da microeletrônica internacional. A Itautec tinha uma fábrica de microeletrônica em Belo Horizonte, tinha o professor Zuffo, do Laboratório de Sistemas Integráveis da USP, mas eles não conseguiam convencer o BNDES a fazer os investimentos necessários. O Brasil estava, no momento crucial, sob o modelo neoliberal, que desqualificava qualquer tentativa que tivesse qualquer caráter "nacional". Era impossível reagir. É claro que conseguimos muito pouco, a não ser a sobrevivência da Embraer e de alguns outros setores... Muitas fábricas foram à falência, e o mercado foi pressionado para comprar quantidades imensas de produtos *Made in China*, sem se importar com as conseqüências da contaminação de mercúrio etc. Assim como a gente não se importa de pegar as pilhas e baterias, jogar no lixo e contaminar tudo, porque não há co-responsabilidade dos fabricantes. Eles lavam as mãos. No governo Lula, já se pensa que a ciência e a tecnologia têm que cumprir os princípios da Constituição, que devem contribuir com a solução dos problemas brasileiros. Foi criada uma Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis). Trabalhamos hoje as tecnologias sociais, com envolvimento das entidades não-governamentais em fóruns regionais – Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Mapeamos as melhores experiências brasileiras, desenvolvemos metodologias e implantamos projetos de desenvolvimento local participativo com tecnologia social: tecnologias assistidas para pessoas com deficiência; incubadoras públicas de empreendimentos solidários com pessoas que participam do Programa Fome Zero; capacitação em projetos de desenvolvimento humano, social e econômico. Tudo dentro de uma visão de sustentabilidade. Há centenas de experiências vitoriosas pelo país afora nesse movimento de "ciência, tecnologia e inclusão social"...

O Instituto de Tecnologia Social(ITS), que você preside, é ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia?

Não. Somos uma Oscip. Temos uma parceria com o Ministério que – por incrível que pareça – é do PSB. Nós não conseguimos fazer parceria com nenhum ministério com gestão de petistas. Nem com a Petrobras.

Você voltou para o PT?

Voltei logo em seguida. Saí do Ministério e me filiei ao partido. Depois fui candidata a vereadora, a pedido do partido, em 2004, e não fui eleita. Acho que Deus me protegeu [risos].

E como é que foi a campanha de 2004?

Foi um novo choque de realidade para mim. A campanha faz com que você se defronte com a realidade muito nua e crua. Quando eu morava lá no Jardim Ângela e fui eleita deputada pela primeira vez, em 1978, nós já sentíamos o problema de segurança. Eu fui assaltada cinco vezes na minha casa. E o assaltante era um

cara que morava ao lado de uma creche que nós tínhamos conquistado, e que ele queria transformar num depósito de caminhões roubados. Eu sei até o nome dele. Ele assaltou um vizinho meu e matou, me assaltou cinco vezes, até a gente sair do bairro. A gente ia à Secretaria de Segurança Pública e o nosso ofício chegava ao bairro antes de a gente chegar de volta. Então, nessa época, já tinha gente do narcotráfico infiltrada na Secretaria de Segurança Pública. Eu já fazia as denúncias na Assembléia Legislativa, na Câmara Federal, dizendo que, se não fosse feito um processo de desenvolvimento, nós íamos chegar a impasses seriíssimos. Mas, na campanha do ano passado, quando eu voltei para os bairros, a situação era muito pior. Eu vou dar um exemplo. Num bairro chamado Piraporinha, onde tem a antena da TV Record, indo para o Jardim Ângela, tem uma favela. Eu cheguei, a pedido de um pastor, para visitar a comunidade. Tive que esperar quarenta minutos num bequinho para avisarem o chefe do narcotráfico de lá. Ele mandou gente dele para eu atravessar uma área do tamanho de um imenso campo de futebol, como se fosse o Maracanã. A favela tem cinco andares de barracos, em volta desse campo de futebol. Fiz a reunião e tive de esperar mais quarenta minutos para chamarem o cara que ia me acompanhar. Depois, fui ao Jardim São Paulo, na região oeste, foi a mesma coisa. Eu senti a miséria tão poderosa, a questão social tão desprovida, que, na campanha, eu dizia assim: "Nós estamos preparando um exército que, se quiser, em um minuto põe milhões de pessoas por aí, para fazer o que ele quiser". Dito e feito. No ano passado, apareceu isso que estava sendo plantado[28]. Nós estamos deixando a sociedade muito sem saída. Nós temos os trabalhos com tecnologia social na região da Avenida [Engenheiro Luís Carlos] Berrini, subindo a Avenida Águas Espraiadas [atual Avenida Jornalista Roberto Marinho]. Gente, aquilo é uma coisa que não tem sentido! As crianças, as famílias moram em cima do córrego, em três andares. Se pegar fogo em um, vai todo mundo. As mães têm que ficar de plantão, porque os ratos comem as crianças. Por isso que a gente diz: "Bom, espera aí. O PT quer desenvolvimento social, mas tem que ter o combate à fome, tem que ter o prato de comida". É o poder da sobrevivência. Agora, tem que fazer um projeto de movimento social com eles. E a gente tem uma juventude imensa e sedenta por isso...

Como é que funciona o Instituto de Tecnologia Social?

O ITS tem como missão desenvolver projetos que façam a ponte entre os problemas e as soluções, realizando pesquisas participativas, capacitando pessoas para o desenvolvimento humano social e econômico. O nosso foco é o desenvolvimento social, ou seja, desenvolver a capacidade das pessoas usarem e produzirem conhecimento. Os principais valores da tecnologia social são: inclusão cidadã, participação, relevância social, eficácia e eficiência, inovação, acessibilidade, sustentabilidade (econômica e ambiental), organização, dimensão pedagógica e promoção do bem-estar.

Você pode dar alguns exemplos do trabalho feito pelo ITS?

Fomos numa comunidade da Cidade Ipava, Jardim Ângela, no dia 25 de janeiro de 2005, e o pessoal disse: "Pô, faz dezesseis anos que a gente está aqui!". "Aqui" é a saída da represa do Guarapiranga, que abastece de água 40% da população da cidade de São Paulo. A água está contaminada, porque não foi feita a rede de esgoto. O Banco Mundial[29] já financiou isso, não sei quantas vezes. Aí, a comunidade organizou um conselho de desenvolvimento local com metodologias de tecnologia social. Foram selecionadas doze pessoas, seis adultos e seis jovens, que foram capacitadas e pesquisaram mais de 2 mil residências. Elas organizaram os dados e apresentaram os resultados à comunidade, já em forma de projetos. Em um ano e meio, foi possível negociar a instalação de esgoto e asfalto em todo o bairro. Foram plantadas cerca de 2 mil árvores num projeto de educação ambiental e, com a ajuda da comunidade, foi instalado um telecentro[30] que já capacitou 280 jovens. Conseguimos mostras de que com ciência e tecnologia, com conhecimento acadêmico e popular, dá para fazer mais e melhor, em menos tempo. Os projetos sempre andam em duas frentes: "O que é que o Poder Público tem que fazer?" e "O que é que nós temos que fazer?". Então, não é só o direito, é o dever também. É papel do Poder Público fazer esgoto, asfalto e fazer a ponte de acesso ao bairro. A parceria do saber popular com o

saber acadêmico dá muito certo. A combinação da experiência, da história dos adultos, com a ousadia dos jovens também foi muito boa. A construção da escola de informática, por exemplo, era uma decisão que eles tinham tomado. Eles se prepararam para ser monitores, viabilizar e sustentar esse telecentro com a própria comunidade, com os próprios alunos pagando. E foram os próprios monitores que a gente formou que viabilizaram isso. Então, eles passam a ter a responsabilidade sobre o desenvolvimento do próprio local. Eu acho assim: para passar da assistência para o desenvolvimento, é consciência e tecnologia, com conhecimento. Acho que isso o PT precisa aprender... Tem que relacionar o projeto Fome Zero a esse tipo de iniciativa. Nós, aqui no ITS, fazemos pesquisa, mapeamento de tecnologias, e construímos a metodologia da tecnologia social para desenvolvimento social participativo: para a agricultura familiar, para a educação... Agora nós estamos com um projeto de política de acesso para os deficientes. Só que a metodologia, os princípios, os parâmetros são de tecnologia social...

Você gostaria de acrescentar alguma coisa?

Acho que eu não falei muito na questão da mulher na política. Às vezes, a gente se questiona porque as mulheres não participam. Na verdade, é quase humanamente impossível. Eu sempre militei muito em favor das creches para as crianças, mas hoje me arrependo um pouco. Uma grande bandeira nossa foi liberar as mulheres para elas poderem trabalhar. Hoje, nós temos a responsabilidade do trabalho, da família e dos filhos. Como é que nós, mulheres, vamos participar? E sem a participação da mulher você não vai fazer diferença na política. Acho que essa é uma questão que nós vamos ter que enfrentar, dialogando com forças que não são do PT.

Irma, agradecemos muito pelo seu depoimento.

Notas

1 Dom Luciano Mendes de Almeida faleceu no dia anterior à entrevista, em 27 de agosto de 2006. Ver a seção "Notas biográficas", neste volume.

2 A Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano ocorreu na cidade de Medellín (Colômbia), no período de 24 de agosto a 6 de setembro de 1968. Marcou o início do período em que a Igreja Católica fez a "opção pelos pobres" na América Latina. Os documentos dessa importante conferência foram publicados em 1970 pela Editora Vozes; foram fundamentais no crescimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na Teologia da Libertação na América Latina. Ver também nota 20 na entrevista de Paulo Rocha, neste volume.

3 O Juniorato é definido como "o tempo de continuar a confirmação da afeição inicial, de consolidar o hábito da intimidade com Deus e a pertença a este gênero de vida". O termo "intercongregacional" refere-se a uma atividade que envolve religiosos de diferentes ordens. Disponível em <http://acf.mmcafe.com.br/content/brocicecro.mmp>. Acesso em 8 abr. 2008.

4 Ver nota 10 na entrevista de Djalma Bom, neste volume.

5 Ver nota 11 sobre a Lei de Segurança Nacional na entrevista de Djalma Bom, neste volume.

6 O texto completo da Constituição *Gaudium et spes* está disponível em <http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html>. Acesso em 8 abr. 2008.

7 Com origens que remontam à "Carta das Mães da Periferia de São Paulo", de 1973, o Movimento contra o Custo de Vida surgiu em 1977. Uma assembléia popular com mais de 7 mil pessoas lançou o abaixo-assinado pelo congelamento dos preços – que reuniu 1,3 milhão de assinaturas entregues ao presidente Geisel. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/base.asp?texto=19506>. Acesso em 8 abr. 2008.

8 "Em 1977, os estudantes já haviam saído às ruas. Clamavam por liberdades democráticas e cantavam: *Vai acabar, vai acabar a ditadura militar!*. Nessa época, moradores dos bairros organizavam-se em associações e entidades para exigir saneamento, asfalto, transporte, escolas. Donas de casa começaram a se reunir, passando a exigir creches, saúde para todos, o fim da carestia. Dessas discussões nasceu o Movimento contra o Custo de Vida, que, em agosto de 1978, realizaria uma grande manifestação na Praça da Sé, na cidade de São Paulo, sob olhares vigilantes da Polícia Militar." Cf. *Partido dos Trabalhadores: trajetórias*. 2ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 15. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2005>. Acesso em 8 abr. 2008.

9 Ver nota 19 na entrevista de Apolonio de Carvalho, neste volume.

10 Ver nota 11 na entrevista de Avelino Ganzer, neste volume.

11 O cardeal que antecedeu a dom Paulo Evaristo Arns na arquidiocese de São Paulo, no período 1964-1970, foi dom Agnelo Rossi (SP, 1913–SP, 1995).

12 O movimento Assembléia do Povo foi formado pela reunião de várias associações de favelados, e articulou a luta por habitação em Campinas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980. Disponível em <http://www.unicamp.br/cmu/iconografia/col-map.html>. Acesso em 10 abr. 2008. Depoimentos de participantes do movimento podem ser acessados em: <http://www.sitiopolemico.com.br/?p=59>. Acesso em 10 abr. 2008.

13 Ver entrevista de Manoel da Conceição, neste volume.

14 Referência à chamada crise do "mensalão".

15 Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar). É um dos parques mais antigos do estado de São Paulo, com área de 35.712 hectares, criado para proteger o rico patrimônio natural da região do Alto Ribeira, onde se encontram grande biodiversidade nos extensos contínuos de Mata Atlântica, sítios paleontológicos, arqueológicos e históricos. Abriga ainda uma das maiores concentrações de cavernas do país: há 250 cavernas cadastradas.

16 Ver nota 17 na entrevista de Djalma Bom, neste volume.

17 TELIEN, Marc. *Man Tum: entrevistas com a velha senhora da guerra do reino de Cham*. Brasília: AED, 2001.

18 O primeiro encontro que discutiu a idéia de articulação em torno da tecnologia social aconteceu em julho de 2004, em Brasília. A partir daquele momento, passaram a participar do processo de discussão e construção várias organizações da sociedade civil, instituições governamentais, empresas, universidades e institutos de pesquisa. Em novembro de 2004, foi realizada em São Paulo a 1ª Conferência Internacional e Mostra de Tecnologia Social, com quatrocentas pessoas. Já a Rede de Tecnologia Social (RTS) foi lançada no dia 14 de abril de 2005, em Brasília. Disponível em <http://www.rts.org.br/a-rts/historico/>. Acesso em 10 abr. 2008.

19 A Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL) é uma Organização Social Civil de Interesse Público (Oscip) com a missão de "articular lideranças para um mundo sustentável". Nasceu em 1991, resultante de uma parceria entre a USP e a Fundação Rockefeller, para trazer ao Brasil um inovador programa de formação de lideranças em meio ambiente e desenvolvimento, o Programa Lead (Leadership for Environment and Development). Disponível em <http://www.abdl.org.br/article/fix/49?GlobalSectionIDOverride=1>. Acesso em 10 abr. 2008.

20 A Fundação Ford foi criada em 1936 a partir de uma doação inicial de 25 mil dólares feita por Edsel Ford, filho de Henry Ford, o fundador da Ford Motor Company. Inicialmente atuou sob direção da família Ford e dedicou-se a "propósitos científicos, educacionais e caritativos, todos em benefício do bem-estar público". A partir de 1950, os objetivos da fundação passaram a ser definidos de modo mais ambicioso, por exemplo: "contribuir para um mundo de paz com o estabelecimento de uma ordem mundial de lei e justiça" e "fortalecer, expandir e aperfeiçoar métodos e estabelecimentos educacionais para capacitar os indivíduos a realizar mais amplamente seu potencial intelectual, cívico e espiritual". Atualmente a Fundação Ford apóia um grande número de projetos em todo o mundo a partir de seus programas voltados "ao fortalecimento de valores democráticos, à redução da pobreza e da injustiça, à promoção da cooperação internacional e ao avanço da capacidade de realização humana". Disponível em <http://www.fordfound.org/about/history/overview>. Acesso em 10 abr. 2008.

21 A Kennedy School é uma unidade da Universidade de Harvard dedicada à capacitação "dos maiores e mais brilhantes líderes internacionais" para os setores público, privado e não-lucrativo. Disponível em <http://www.hks.harvard.edu/about>. Acesso em 10 abr. 2008.

22 Ver nota 43 na entrevista de Olívio Dutra, neste volume.

23 O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), criado em 1950, é o órgão do Comando da Aeronáutica que tem como missão ministrar a educação e o ensino, necessários à formação de profissionais de nível superior nos setores da ciência e da tecnologia, nas especialidades de interesse da aviação em geral e da Aeronáutica em particular. Mantém cursos de graduação, de especialização e extensão universitária e de pós-graduação e promove pesquisas relacionadas às atividades do setor aeroespacial. Disponível em <http://www.ita.br/>. Acesso em 10 abr. 2008.

24 O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) teve origem no Grupo de Organização da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (Gocnae), criado em 1961. As primeiras campanhas de lançamento de foguetes de sondagem foram realizadas em 1965, a partir do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (Natal-RN). Em 1971, assumiu a atual denominação. A Missão Espacial Completa Brasileira (MECB), aprovada em 1979, estabeleceu que o INPE desenvolveria satélites de coleta de dados e de sensoriamento remoto, e o CTA o veículo lançador de satélites e a implantação de um centro de lançamentos brasileiro. Após uma série de conquistas em todas essas áreas, em 1993 é lançado o SCD-1, primeiro satélite brasileiro de coleta de dados, totalmente desenvolvido pelo INPE. Entre diversos outros serviços relevantes, o INPE disponibiliza na internet, desde 2004, dados do programa de Detecção de Desmatamento da Amazônia em Tempo Real (Deter). Disponível em <http://www.inpe.br/institucional/historia.php>. Acesso em 10 abr. 2008

25 O Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA) foi criado a partir de 1941 com o objetivo de desenvolver tecnologia aeronáutica no país, de modo que o Ministério da Aeronáutica pudesse se desincumbir de sua atribuição mista, civil e militar Disponível em <http://www.cta.br/historico.html>. Acesso em 10 abr. 2008.

26 A Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer) é uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo. Fundada em 1969 como empresa de capital misto, foi privatizada em 1994, permanecendo o controle do seu capital em mãos de proprietários brasileiros. A empresa já produziu cerca de 4.100 aviões, que hoje operam em 69 países nos cinco continentes. A Embraer foi a maior exportadora brasileira entre os anos de 1999 e 2001, e foi a segunda maior empresa exportadora nos anos de 2002, 2003 e 2004. Emprega mais de 23 mil trabalhadores, 88,2% baseados no Brasil, e contribui para a geração de mais de 5 mil empregos indiretos. Disponível em <http://www.embraer.com.br/portugues/content/empresa/profile.asp>. Acesso em 10 abr. 2008.

27 Dia 1º de maio de 1994.

28 Irma refere-se aqui aos motins desencadeados em São Paulo em 2005 com ordens da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

29 O Banco Mundial é uma agência do sistema das Nações Unidas, fundada em 1944 por uma conferência de representantes de 44 governos em Bretton Woods, New Hampshire, EUA, e que tinha como missão inicial financiar a reconstrução dos países devastados durante a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, sua missão principal é a luta contra a pobreza por meio de financiamentos e empréstimos aos países em desenvolvimento. Seu funcionamento é garantido por quotizações definidas e reguladas pelos países membros. É composto por 184 países membros. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Banco_Mundial>. Acesso em 10 abr. 2008.

30 Telecentros são espaços com computadores conectados à internet, com uso livre dos equipamentos, cursos de informática básica e oficinas oferecidas à população. Em geral, os telecentros possuem um Conselho Gestor, formado por membros eleitos pela comunidade, que ajudam os funcionários na fiscalização e gestão do espaço. É um projeto de uso intensivo da tecnologia da informação para ampliar a cidadania e combater a pobreza, para garantir a privacidade e segurança digital do cidadão, sua inserção na sociedade da informação e o fortalecimento do desenvolvimento local. Um dos objetivos principais do projeto é organizar uma rede de unidades de múltiplas funções que permita às pessoas adquirirem autonomia tecnológica básica e privacidade a partir do *software* livre. Disponível em <http://www.idbrasil.gov.br/docs_telecentro/docs_telecentro/o_que_e>. Acesso em 10 abr. 2008.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Abdias José dos Santos. Foi presidente da Associação de Moradores do Morro de São Carlos, no Rio de Janeiro, de 1965 a 1968, e membro do Conselho Deliberativo da Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara (Fafeg). Posteriormente, tornou-se presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói (RJ) e foi eleito tesoureiro da CUT Nacional quando da fundação da central, em 1983. Atualmente é presidente da Comissão Municipal de Emprego de São Gonçalo (RJ) e secretário de Finanças do Sindicato Nacional dos Aposentados e Pensionistas (Sintap/CUT).

Adão Pretto (RS, 1945–). Pequeno agricultor, iniciou sua militância política nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e na Comissão Pastoral da Terra. Trovador, o petista está sempre presente com sua gaita nos encontros, lutas e mobilizações do povo trabalhador do campo. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Miraguaí e fundador da CUT Celeiro. Ajudou a fundar o MST do Rio Grande do Sul. Iniciou sua trajetória política em 1980, no PDT, e em 1985 migrou para o PT, pelo qual foi eleito deputado estadual constituinte em 1986. Exerce (2007–2010) o quinto mandato consecutivo como deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Em 2007, integrou o Parlamento Latino-Americano. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ad%C3%A3o_Pretto>. Acesso em 3 abr. 2008.

Adão Villaverde. É deputado Estadual pelo PT-RS.

Ademir Galvão Andrade (BA, 1950–). Engenheiro civil formado pela Escola Politécnica da UFBA, foi deputado federal de 1983 a 1990 e senador de 1995 a 2003, sempre pelo estado do Pará. Disponível em <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.aspcodparl=1&li=50&lcab=1995-1999&lf=50>. Acesso em 5 mar. 2008.

Adhemar Pereira de Barros (SP, 1901–Paris, 1969). Médico e empresário, foi um influente político brasileiro entre as décadas de 1930 e 1960. Pertencente a uma família de tradicionais cafeicultores de São Manuel (SP), foi prefeito da cidade de São Paulo, interventor federal e duas vezes governador do estado. Era voz corrente que seu lema de atuação à frente da administração pública era "Rouba, mas faz". Criou o Partido Social Progressista (PSP), que deu sustentação ao seu projeto político em âmbito estadual e alcançou alguma penetração em outros estados, sendo em vários lugares utilizado pelos comunistas como legenda após a cassação do PCB em 1947. Diante do acelerado crescimento de São Paulo e da ampliação do eleitorado urbano, Adhemar tornou-se uma das maiores expressões do estilo populista de política característico do período 1945–1964. Concorreu à Presidência da República em 1955 e em 1960, conquistando nessas duas eleições o terceiro lugar. Em 1964–1965, depois de ter apoiado decisivamente o movimento que depôs o presidente João Goulart, prepara-se para lançar sua terceira candidatura presidencial, frustrada pela suspensão das eleições pelo governo militar. Em 1965, seus direitos políticos foram cassados. Disponível em <http://

pt.wikipedia.org/wiki/Ademar_Pereira_de_Barros>. Acesso em 26 mar. 2008. E <http://www.adhemar.debarros.nom.br/biografia.htm>. Acesso em 29 mar. 2008.

Afonso Henriques Neto. Mais um dos poetas revelados pela antologia *26 poetas hoje*, organizada por Heloísa Buarque de Hollanda. Publicou *Cidade vertigem* (2005). Disponível em <http://www.revista.agulha.nom.br/r2souza12c.html>. Acesso em 7 mar. 2008.

Afonso Monteiro da Cruz (PE). Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema de 1965 a 1969. Em 1981, presidiu a Junta Governativa da entidade por seis meses. Foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores. Disponível em <http://www.camarasbc.sp.gov.br/camara_materia.asp?id=61>. Acesso em 7 mar. 2008.

Airton Estevens Soares (SP, 194–). Advogado defensor de presos políticos durante a ditadura militar, foi eleito deputado federal pelo MDB em 1974 e 1978, ligando-se ao "grupo autêntico" desse partido. Engajou-se na fundação do PT, partido pelo qual foi reeleito deputado federal em 1982, tornando-se líder da bancada. Deixou o partido no episódio do Colégio Eleitoral em 1985, juntamente com seus colegas de bancada Bete Mendes e José Eudes, e filiou-se ao PMDB. Foi candidato a prefeito (1988) e a vice-prefeito (1992) de São Paulo pelo PDT. Advoga em São Paulo e é integrante do Conselho Administrativo da Infraero. Cf. DHBB/FGV, *op. cit*.

Alain-Fournier (França, 1886–França, 1914). Pseudônimo do escritor francês Henri Alban Fournier, também conhecido como Henri Alain-Fournier.

Alano Maria Pena (RJ, 1935–). Dominicano, desde 2003 é arcebispo metropolitano de Niterói (RJ). O papa Paulo VI, em 1975, nomeou frei Alano bispo titular de *Vardimissa* e auxiliar do arcebispo de Belém. De 1976 a 1985, foi bispo de Marabá (PA); de 1985 a 1993, bispo de Itapeva (SP); e de 1993 a 2003, bispo de Nova Friburgo (RJ). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alano_Maria_Pena>. Acesso em 22 mar. 2008.

Alberto Goldman (SP, 1937–). Engenheiro civil formado pela USP. É o atual vice-governador de São Paulo pelo PSDB, além de secretário estadual de Desenvolvimento e primeiro vice-presidente nacional do PSDB. Militante do então proscrito PCB, Goldman atuou na luta contra a ditadura militar e iniciou sua vida parlamentar pela legenda do MDB. Posteriormente, filiou-se ao PMDB e ao PSDB. Foi deputado estadual por dois mandatos (1971–1978) e exerceu seis mandatos de deputado federal (1979–1987; 1991–2007). Foi ministro dos Transportes no governo Itamar Franco (1992–1994). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alberto_Goldman>. e <http://www.albertogoldman.com.br/resumida_pt.php>. Acesso em 10 abr. 2008.

Alberto Marcelo Gato (SP, 1941–). Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá (SP) em 1968. De 1970 a 1972, foi presidente do Dieese na capital paulista. Bacharelou-se em 1972 em Ciências Jurídicas e Sociais em Santos, ano em que também elegeu-se vereador pela mesma cidade pelo MDB. Em 1974, foi eleito deputado federal por São Paulo, mas, em 1976, seus direitos políticos foram cassados por manter relações com o PCB. Em 1979, foi beneficiado pela Anistia política e filiou-se ao PMDB. Com o retorno do PCB à legalidade, em 1985, filiou-se a esta legenda e candidatou-se novamente à Câmara sem obter êxito. Em 1992, participou da fundação do PPS. Cf. DHBB/FGV, *op. cit*.

Alberto Pasqualini (RS, 1901–RJ, 1960). Advogado e professor, é considerado um dos maiores ideólogos do trabalhismo brasileiro. Secretário de Interior e Justiça do Rio Grande do Sul no final do regime do Estado

Novo, fundou a União Social Brasileira (USB) em 1945. No ano seguinte, ingressou no PTB, sendo um dos principais formuladores do programa do partido, pelo qual foi eleito senador em 1950. Disputou em duas ocasiões o governo do estado do Rio Grande do Sul, em 1947 e 1954, sendo derrotado em ambas as ocasiões. Cf. DHBB/FGV, *op. cit.*

Alceu Amoroso Lima (RJ, 1893–RJ, 1983). Também conhecido pelo pseudônimo literário Tristão de Ataíde, formou-se em direito pela Faculdade do Rio de Janeiro. Participou ativamente dos movimentos sociais e políticos brasileiros nos anos 1930, tornando-se um dos mais respeitáveis representantes do pensamento conservador católico no Brasil. Em 1935, tornou-se diretor da Ação Católica Brasileira e foi eleito para a Academia Brasileira de Letras. Trabalhou também como jornalista e crítico literário. Após o golpe de 1964, teve uma postura atuante na defesa dos direitos humanos. Publicou uma série de artigos contra a ditadura, valendo-se de seu prestígio como intelectual.

Alceu de Deus Collares (RS, 1927–). Advogado e político. Foi deputado federal por cinco mandatos, prefeito de Porto Alegre (1986–1989) e governador do Rio Grande do Sul (1991–1995), sempre pelo PDT.

Alex de Paula Xavier Pereira (RJ, 1949–SP, 1972). Militante da ALN morto pela repressão política em 1972. Ver mais informações no livro *Direito à memória e à verdade*, *op. cit.*, e no sítio <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>.

Alexandre Vannucchi Leme (SP, 1950–SP, 1973). Estudante de geologia da USP, vinculado ao movimento estudantil, foi preso no dia 16 de março de 1973 por policiais do II Exército, que o levaram para o prédio do DOI-Codi, na Rua Tutóia, em São Paulo. Após várias sessões de tortura, não resistiu aos sangramentos e no dia seguinte foi encontrado morto em sua cela. A repressão inventou duas versões para sua morte. Pela primeira, Vannucchi teria se matado com uma lâmina de barbear. Depois, foi divulgado nos jornais que ele teria sido atropelado por um caminhão. Seu corpo foi jogado como indigente em um cemitério de Perus e coberto com cal para que as marcas das torturas fossem logo apagadas. A família Vannucchi, conhecida em Sorocaba por sua atuação religiosa, só conseguiu o traslado dos restos mortais dez anos depois de sua morte, em 1983. Cf. IKEDO, Fernanda. *Ditadura e repressão em Sorocaba: histórias de quem resistiu e sobreviveu*. Disponível em <http://www.sorocaba.com.br/enciclopedia/ler.shtml?1096341446>. Acesso em 21 mar. 2008.

Alfredo Bosi (SP, 1936–). Professor universitário, crítico e historiador da literatura, e também imortal da Academia Brasileira de Letras. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alfredo_Bosi>. Acesso em 6 mar. 2008.

Almino Monteiro Álvares Affonso (AM, 1929–). Advogado, elegeu-se deputado federal pelo Amazonas em 1958 e 1962. Com a renúncia de Jânio Quadros apoiou a posse do vice João Goulart e, quando da volta do presidencialismo, em 1963, foi nomeado ministro do Trabalho. Poucos meses depois, foi destituído do seu cargo devido às dificuldades da política econômica e às divergências com o presidente. Voltou às atividades de deputado federal. Com o golpe de 1964 foi cassado pelo AI-1 e foi para o exílio; voltou ao país somente em 1977. Em 1979, filiou-se ao MDB e, com o fim do bipartidarismo, ao PMDB, atuando em sua "corrente popular". De 1983 a 1986, foi secretário dos Negócios Metropolitanos do Estado de São Paulo, no governo Montoro. Em 1986, foi eleito vice-governador de São Paulo na chapa de Orestes Quércia (PMDB). Em 1994, elegeu-se deputado federal pelo PSDB-SP, partido que deixou em 1997 por divergir da emenda da reeleição para presidente da República. Em maio de 1998, ingressou no PSB. Cf. DHBB/FGV, *op. cit.*

Almir José de Oliveira Gabriel (PA, 1932–). Médico, foi fundador do PSDB, secretário de Saúde do Pará, prefeito de Belém de 1983 a 1986, senador de 1987 a 1995. Também foi candidato a vice-presidente na chapa de Mário Covas nas eleições de 1989 e a governador do Pará nas eleições de 1990. Foi governador do estado do Pará por dois mandatos consecutivos, de 1995 a 2003. Foi em seu governo que ocorreu o massacre de Eldorado dos Carajás, ação policial que terminou com a morte de dezenove trabalhadores ligados ao MST. Depois de quatro anos afastado da vida pública, voltou à cena política como candidato ao governo do Pará nas eleições de 2006, numa aliança formada por quinze partidos. Foi derrotado no segundo turno pela então senadora Ana Júlia Carepa, do PT. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Almir_Gabriel>. Acesso em 5 mar. 2008.

Aloísio Leo Arlindo Lorscheider (RS, 1924–RS, 2007). Foi secretário-geral e duas vezes presidente da CNBB (1971–1978). Em 1972, foi eleito primeiro vice-presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano e reeleito em 1975, assumindo a presidência do organismo em 1976. Em 1973, o papa Paulo VI nomeou-o arcebispo de Fortaleza, e, em 1976, nomeou-o cardeal. Em 1995, com problemas cardíacos, solicitou ao papa João Paulo II sua transferência para uma diocese menor, sendo deslocado para Aparecida (SP). Em 2000, renunciou, por ter passado dos 75 anos. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Alo%C3%ADsio_Lorscheider>. Acesso em 22 mar. 2008.

Aloysio Maria Teixeira Filho (RJ, 1944–). Formado em engenharia civil, em administração de empresas e em direito. Em 1974, foi eleito deputado estadual do antigo estado da Guanabara pelo MDB e reeleito, já pelo estado do Rio de Janeiro, em 1978. Em 1982, elegeu-se deputado federal pelo PMDB, e foi reeleito em 1986. Disponível em <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro0711.nsf/10d6d451b00fd42b832566ec0018d836/f3266013d12bf23b8325739100542aec?OpenDocument>. Acesso em 12 abr. 2008.

Aluísio Marques. É presidente do PT de Belo Horizonte.

Álvaro de Barros Lins (PE, 1912–RJ, 1970). Advogado, jornalista, professor e crítico literário membro da Academia Brasileira de Letras. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%81lvaro_Lins>. Acesso em 6 mar. 2008.

Álvaro Ferdinando de Sousa da Silveira (RJ, 1883–RJ, 1967). Foi filólogo, lingüista, foneticista e lexicógrafo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sousa_da_Silveira>. Acesso em 17 maio 2008.

Amir Haddad (MG, 1937–). Ator, diretor de teatro e teatrólogo, fundou com José Celso Martinez Corrêa, Renato Borghi e outros, em 1958, o Teatro Oficina. Em 1965, mudou-se para o Rio de Janeiro para assumir a direção do Teatro da Universidade Católica do Rio. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Amir_Haddad>. Acesso em 6 mar. 2008.

Ana Cristina Cruz César (RJ, 1952–RJ, 1983). Poeta, jornalista e tradutora. Graduou-se em letras na PUC-RJ e fez mestrado em comunicação pela UFRJ e, na Inglaterra, em tradução literária (Universidade de Essex). Publicou pesquisas em cinema e literatura, escreveu livros de poesia, como *Cenas de abril* e *A teus pés*. Fez parte da famosa antologia organizada por Heloísa Buarque de Hollanda, *26 poetas hoje*. Disponível em <http://www.revista.agulha.nom.br/anac.html, consulta em 05/06/2007>. Acesso em 6 mar. 2008.

Ana Júlia de Vasconcelos Carepa (PA, 1957–). É a atual governadora do Pará. Em 1992, foi eleita vereadora em Belém. Dois anos depois, foi eleita deputada federal pelo Pará e, em 1996, foi eleita vice-prefeita

de Belém, na chapa de Edmilson Rodrigues. Em 1998, candidatou-se ao Senado, sendo derrotada. Em 2000, foi eleita a vereadora mais votada da história de Belém. Em 2002, tornou-se a primeira mulher a ser eleita senadora pelo estado do Pará. Em 2004, candidatou-se à prefeitura, a fim de suceder Edmilson Rodrigues e constituir um terceiro mandato petista consecutivo na capital do Pará, porém, não obteve sucesso. Em 2006, após três gestões consecutivas de políticos do PSDB, foi escolhida pelo PT para concorrer ao governo do estado do Pará, sendo eleita no segundo turno. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ana_j%C3%BAlia_carepa>. Acesso em 5 mar. 2008.

Ana Lucia Valenca de Santa Cruz Oliveira. Desde Em 1991, tornou-se professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Ana Maria Nacinovic (RJ, 1947–SP, 1972). Militante da ALN morta pela repressão política em 1972. Outras informações estão disponíveis no livro *Direito à memória e à verdade*, *op. cit.*, e no sítio <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>.

Ana Maria do Carmo Dias. Viúva do operário Santo Dias da Silva (SP, 1942–SP, 1979), líder da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Em outubro de 1979, a categoria reivindicava 83% de aumento salarial e uma assembléia com 6 mil trabalhadores decidiu pela greve. As subsedes do sindicato foram invadidas pela Polícia Militar, que prendeu mais de 130 pessoas. No dia 30, Santo Dias, como parte do comando de greve, engrossava um piquete na frente da fábrica Sylvânia. Viaturas da PM chegaram e, durante tentativa de negociação para que operários não fossem presos, um policial militar atirou em Santo Dias, matando-o. No dia 31 de outubro, 30 mil pessoas saíram às ruas da capital para acompanhar o enterro e protestar contra a morte do líder operário e contra a ditadura, e a favor do direito de livre associação sindical e de greve. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Santo_Dias_da_Silva>. Acesso em 7 mar. 2008.

Anatol Rosenfeld (Alemanha, 1912–SP, 1973). Foi importante crítico e teórico de teatro germano-brasileiro. Estudou na Friedrich-Wilhelms-Universitaet de Berlim (1930–-1934). Interrompeu o preparo da tese de doutorado em 1935 pela perseguição nazista. Chegou ao Brasil em 1937, trabalhando como colono de fazenda e caixeiro-viajante. Somente em 1945, iniciou a atividade de jornalista (tradutor, redator, repórter e articulista). Lecionou na Escola de Arte Dramática de São Paulo e na Escola de Comunicações e Artes da USP. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anatol_Rosenfeld>. Acesso em 6 mar. 2008.

Anatóli Lunatcharski (1875–1933). Estudou em Zurique (Suíça), onde fez amizade com Rosa Luxemburgo e Leo Jogiches. Retornou à Rússia em 1896 tendo sido logo preso e condenado ao exílio na Sibéria. No congresso do Partido em 1903, ficou ao lado dos bolcheviques. Em 1905, retornou à Rússia e editou junto com Máximo Górki o jornal *Zovaya Zhizn*, primeira publicação legal bolchevique na Rússia. Ingressou na corrente menchevique e, em 1914, passou a editar, com Martov e Trotsky, o jornal anti-belicista *Nosso Mundo*. Em agosto de 1917, voltou a ingressar no Partido Bolchevique e, após a Revolução de Outubro, foi indicado Comissário para a Educação, tendo coordenado a campanha que reduziu o analfabetismo da população adulta russa de 65% a praticamente zero. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/l/lunacharsky.htm> e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anat%C3%B3li_Lunatcharski>. Acesso em 24 abr. 2008.

André Cecil Forster (RS, 1945–RS, 1996). Em 1964, ingressou na Faculdade de Ciências Sociais da UFRGS e passou a trabalhar como assessor técnico do Incra. Entre 1966 e 1967, foi presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFRGS. No início dos anos 1970, assumiu a presidência da Associação Gaúcha dos Sociólogos, exercendo o cargo até 1977. Em 1972, ingressou na Universidade do

Vale do Rio dos Sinos para lecionar sociologia e ciências políticas, onde permaneceu até 1982. Forster ajudou a criar em 1972 o Iepes (Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais). Em 1982, elegeu-se vereador em Porto Alegre pelo PMDB. Disponível em <http://www.fug-rs.org.br/memoria_andre_forster.php>. Acesso em 3 abr. 2008.

André Franco Montoro (SP, 1916–SP, 1999). Formou-se em 1938 pela Faculdade de Direito da USP. Professor universitário, foi secretário-geral do Serviço Social da Secretaria de Justiça do estado de São Paulo e procurador do estado entre 1940 e 1950. Foi eleito vereador em São Paulo pelo PDC em 1947. Eleito deputado estadual em 1950 e deputado federal em 1958, 1962 e 1966, foi ministro do Trabalho e Previdência Social no gabinete parlamentarista de Tancredo Neves (1961–-1962). Com o AI-2, ingressou no MDB. Eleito senador em 1970 e 1978, filiou-se ao PMDB e foi eleito governador de São Paulo em 1982 na primeira eleição direta para o cargo após o golpe de 1964. Durante o mandato, apoiou a campanha das Diretas Já e participou das articulações para a eleição de Tancredo Neves à Presidência da República. Foi um dos artífices da criação do PSDB em 1988. Derrotado na eleição para senador em 1990, recompôs sua liderança política ao ser eleito deputado federal em 1994 e 1998. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Andr%C3%A9_Franco_Montoro>. Acesso em 11 abr. 2008.

Ângelo Gianola. Era um dos "barbudos missionários e educadores italianos, do Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME), com sede em Milão, [que] chegaram ao Brooklin Paulista em 1948". Eles assumiram a Paróquia Sagrado Coração de Jesus, desenvolvendo um trabalho inovador com a juventude da região, e criaram, no início dos anos 1950, o Colégio Meninópolis e o cinema de mesmo nome. Cf. PETRONI, João Bosco. "Brooklin Paulista – os padres e as freiras". Disponível em < http://www.saopaulominhacidade.com.br/list.asp?ID=921>. Acesso em 8 abr. 2008.

Antenor de Veras Nascentes (RJ, 1886–RJ, 1972). Foi filólogo, etimólogo, dialectólogo e lexicógrafo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Antenor_Nascentes>. Acesso em 17 maio 2008.

Anthony William Matheus de Oliveira (RJ, 1960–). Conhecido como Anthony Garotinho, começou sua carreira de radialista em Campos, onde foi apelidado de Garotinho ao narrar preliminares de jogos de futebol com apenas 15 anos de idade. Ingressou na política filiado ao PT, mas logo transferiu-se para o PDT, no qual permaneceu até 2000. Em Campos, conduzia um programa de rádio assistencialista, no qual organizava "enterros comunitários" para indigentes. Foi prefeito de Campos duas vezes (1989-1992 e 1997-1998). A recém-descoberta riqueza petrolífera da Bacia de Campos e o apadrinhamento político por Leonel Brizola alavancaram sua carreira política em âmbito estadual. Em 1994, concorreu ao governo do Rio de Janeiro, ficando em segundo lugar. Quatro anos depois, foi eleito por uma ampla coalizão de partidos de esquerda (PDT, PT, PSB e PCdoB). Seu governo foi marcado por polêmicas principalmente no campo da segurança pública e da assistência social. Deixou o PDT em 2000 por divergências com Brizola, passando para o PSB. Por este partido concorreu à Presidência da República em 2002 e lançou a candidatura de sua esposa Rosinha Matheus à própria sucessão, no mesmo ano. Perdeu a Presidência (sendo o terceiro mais votado, com 15 milhões de votos), mas Rosinha foi eleita no primeiro turno. Em 2003, Garotinho mudou novamente de partido, ingressando no PMDB. Acusado de crimes eleitorais, declarou-se vítima da imprensa e do próprio governo Lula, e realizou uma greve de fome de onze dias em abril de 2006. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anthony_Garotinho>. Acesso em 12 abr. 2008.

Antônio Bandeira (PB, 1916–). Anticomunista ferrenho ligado ao marechal Castelo Branco, era tenente-coronel e servia na 2ª seção (informações) do IV Exército quando ocorreu o golpe de 1964. Quando começou

a Guerrilha do Araguaia, já promovido a general de brigada, foi destacado para comandar a repressão. Passou ainda pela chefia da Polícia Federal, pelo Comando Militar do Planalto e, finalmente, esteve à frente do III Exército, com sede em Porto Alegre, onde encerrou sua carreira. Vive retirado em sua fazenda no sertão da Paraíba. Disponível em <http://www2.uol.com.br/JC/_1998/0904/po0904i.htm>. Acesso em 21 mar. 2008.

Antonio Batista de Fragoso (PB, 1920 – PB, 2006). Ordenado padre em 1944 e nomeado bispo em 1957, foi assistente do Círculo Operário e da Juventude Operária Católica (JOC) do Nordeste, de 1944 a 1957. Foi bispo auxiliar de São Luís (MA) de 1957 a 1963, vigário capitular na mesma cidade em 1963-1964 e bispo da Diocese de Crateús (CE) durante 34 anos, de 1964 a 1998. Foi um dos mais importantes expoentes da Teologia da Libertação no Brasil. Ficou conhecido pelo trabalho pastoral junto aos pobres e trabalhadores rurais. Combateu os crimes cometidos pela ditadura, solidarizando-se com as vítimas do regime e denunciando no exterior as torturas praticadas contra presos políticos. Disponível em <http://www.opovo.com.br/opovo/fortaleza/621023.html> e <http://www.cnbb.org.br/index.php?op=noticia&subop=12152>. Acesso em 27 fev. 2008.

Antônio Brito Filho (RS, 1952–). Jornalista e executivo. Ganhou destaque nacional como porta-voz do presidente eleito Tancredo Neves. Exerceu os cargos de deputado federal, ministro da Previdência Social no governo Itamar Franco e governador do estado do Rio Grande do Sul (1995–1999).

Antônio Cândido Ferreira. Engraxate da Praça da Alfândega, é conhecido como Bagé. Foi eleito vereador de Porto Alegre pelo MDB em 1976 e aderiu ao PT quando da fundação do partido, em 1980. Em 1982, candidatou-se sem sucesso à reeleição.

Antonio Carlos Bicalho Lana (MG, 1949–SP, 1973). Militante da Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente) e da ALN morto pela repressão política em 1973. Mais informações no livro *Direito à memória e à verdade*, *op. cit.*, e no sítio <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>.

Antônio Carlos Ferreira de Brito (1944–1987). Desenhista e poeta, é autor de *A palavra cerzida* (1967) e *Mar de mineiro* (1982). Foi uma das principais referências da "poesia marginal". Cf. MAGALHÃES, Milena. "Cacaso não é bem o caso do acaso." *Alea: estudos neolatinos*, vol. 8, nº 1, Rio de Janeiro, jan./jun. 2006.

Antonio Carlos Hohlfeldt (RS, 1948–). Jornalista, escritor, professor universitário e político, atualmente filiado ao PMDB, após passagens pelo PT e PSDB. Foi vereador na capital gaúcha por quase vinte anos e vice-governador do Rio Grande do Sul durante o mandato de Germano Rigotto. Atualmente é professor na Faculdade de Comunicação Social da PUC-RS.

Antonio Carlos Magalhães (BA, 1927–SP, 2007). Formado em medicina pela UFBA, foi presidente do DCE dessa universidade, da qual se tornou professor. Atuou também como jornalista no *Estado da Bahia*. Sua carreira política se iniciou em 1954 quando se elegeu deputado estadual pela extinta UDN. Em 1958, elegeu-se deputado federal, sendo reeleito em 1962 e em 1966. Em 1967, três anos após o golpe militar, foi nomeado prefeito de Salvador (BA). Em 1970, foi indicado para ser governador da Bahia pela primeira vez. Logo após terminar seu mandato, foi nomeado presidente das Centrais Elétricas Brasileiras S.A (Eletrobras). Em 1978, foi novamente designado governador da Bahia. Em 1995, foi nomeado pelo presidente José Sarney ministro das Comunicações. Em 1990, foi eleito, desta vez em eleições diretas, para o governo da Bahia. Em 1994, foi eleito senador e presidiu o Senado entre 1997 e 2001. Em 30 de junho de 2001, durante as investigações sobre a violação do painel eletrônico do Senado, renunciou ao mandato para pre-

servar seus direitos políticos. Em 2002, foi novamente eleito senador. Egresso da UDN, Arena, PDS e PFL, teve nos Democratas (DEM) sua última agremiação partidária. Disponível em <http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_652.html>; e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Carlos_Magalh%C3%A3es>. Acesso em 10 abr. 2008.

Antonio Costa Correia. Foi editor do jornal *Folha Socialista*, órgão oficial do Partido Socialista Brasileiro publicado em São Paulo, de 1959 a 1962. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Folha_Socialista>. Acesso em 21 abr. 2008.

Antonio Delagerisi (RS). Conhecido como Antonio Gringo, começou sua carreira artística cantando no conjunto Os Galãs, no final da década de 1960. Destacou-se como compositor e intérprete vinculado às lutas dos trabalhadores rurais sem-terra e do sindicalismo rural no Rio Grande do Sul desde o final dos anos 1970. Disponível em <http://www.camararodeio.rs.gov.br/principal.php?main=artistas>. Acesso em 22 mar. 2008.

Antônio Delfim Netto (SP, 1928–). Economista, é professor titular de análise macroeconômica da USP. Vinculado aos setores políticos que apoiaram o golpe de 1964, tornou-se, em 1967, ministro da Fazenda do governo Costa e Silva, cargo que ocupou também no governo Médici, até 1974. No governo Figueiredo, foi ministro da Agricultura em 1979 e ministro do Planejamento entre 1979 e 1985. Foi ministro da Fazenda no período conhecido como "milagre econômico". Sua gestão, entretanto, também foi marcada por uma política de arrocho salarial e pela grande expansão do endividamento externo brasileiro. Após a redemocratização, foi eleito cinco vezes consecutivas deputado federal por São Paulo, até 2006. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Delfim_Neto>. Acesso em 11 abr. 2008.

Antônio Erasmo Dias (SP, 1924–). Coronel reformado do Exército, ficou conhecido por ter liderado uma violenta invasão à PUC-SP, em 22 de setembro de 1977, onde uma reunião de estudantes pretendia refundar a UNE. Muitos estudantes saíram queimados devido ao uso de bombas de fósforo. Assumiu a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo entre março de 1974 a março de 1979, durante o governo de Paulo Egídio Martins. Sob seu comando os paulistanos experimentaram a pior época da repressão. Posteriormente foi deputado federal, depois deputado estadual e, por fim, vereador do PP na cidade de São Paulo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Erasmo_Dias>. Acesso em 22 mar. 2008.

Antônio Ermírio de Moraes (SP, 1928–). Presidente e membro do conselho de administração do Grupo Votorantim, organização empresarial com mais de 30 mil funcionários que atua na produção de cimento, celulose, papel, alumínio, entre outras áreas, além de possuir um banco próprio. É considerado um dos mais importantes líderes empresariais do país. Foi candidato ao governo do estado de São Paulo em 1986 pelo PTB, ficando em segundo lugar. A fortuna pessoal do empresário é estimada em US$ 10 bilhões, o que o torna uma das pessoas mais ricas do mundo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Erm%C3%ADrio_de_Moraes>. Acesso em 7 mar. 2008.

Antonio Ferreira Cesarino Júnior (SP, 1906–SP, 1992). Formou-se em Direito em 1928. Foi professor da Faculdade de Direito e da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativa da USP. Em 1952, formou-se médico pela Faculdade Paulista de Medicina. Fundou, em 1950, a Sociedade Internacional de Direito do Trabalho, da qual foi presidente. Foi fundador e diretor do Instituto de Direito Comparado e Segurança Social, da USP. Foi idealizador e realizador da Universidade para o Trabalhador (Unitra). Foi o fundador do Partido Democrata Cristão (PDC). Disponível em <http://www.centrodememoria.unicamp.br/arqhist/fec_pes_ant_cesarino.htm>. Acesso em 26 mar. 2008.

Antônio Grassi (MG, 1954–). Ator, foi presidente da Fundação Nacional de Arte (Funarte) de 2003 a 2007.

Antonio Ibañez Ruiz. Foi secretário de Educação do governo do Distrito Federal e reitor da UnB. É conselheiro da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

Antônio Pitanga. Ator baiano, é atualmente casado com a entrevistada, Benedita da Silva.

Antonio Tito Costa (SP, 1922–). Advogado, foi prefeito de São Bernardo do Campo de 1977 a 1983 pelo MDB/PMDB.

Antonio Vicente Mendes Maciel (CE, 1830–BA, 1897). Líder religioso e messiânico do Nordeste. Contrário à República, rebelou-se contra a cobrança de impostos pelo governo federal em 1893, sendo perseguido pela polícia. Fixou-se, com seus adeptos, às margens do rio Vaza-Barris, onde criou o povoado de Canudos, cuja população é estimada entre 15 mil e 25 mil habitantes. Ali, as terras, os rebanhos e a produção eram de posse coletiva. Canudos foi atacada violentamente pelo exército e somente na quarta ofensiva, em 1897, foi derrotado, após a maior campanha militar ocorrida no país desde a Guerra do Paraguai.

Antonio Vieira. Foi assessor sindical vinculado à Fase na Região Norte do país, atuando inicialmente em Santarém e posteriormente em Manaus. Juntamente com outros membros da diretoria e da assessoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, foi um dos responsáveis pelo desenvolvimento de um método de organização bastante sistemático e rigoroso, que permitiu que a entidade construísse uma organização de base sólida num contexto marcado por grandes distâncias e pelo uso da violência por parte dos latifundiários. Ver mais detalhes na entrevista de Avelino Ganzer.

Ariston Lucena. Militante da VPR, foi preso em São Paulo em setembro de 1970 e torturado no Dops e na Oban. Fez parte do grupo, liderado por Carlos Lamarca, que se instalou na região do Vale do Ribeira (SP) em 1970 para treinamento de guerrilha – do qual participaram também Diógenes Sobrosa de Souza, Yoshutane Fugimori, Gilberto Faria Lima, Edmauro Gopfert e José Araújo da Nóbrega. Disponível em <http://www.estado.com.br/editorias/2007/11/04/pol-1.93.11.20071104.15.1.xml?>. Acesso em 21 maio 2008.

Arlindo Chinaglia Junior (SP, 1949 –). Médico, formado pela UnB, é especializado em saúde pública e radiologia. Trabalhou no Inamps e no Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo. Filiado ao PT desde 1980, foi presidente do Sindicato dos Médicos de São Paulo, do PT e da CUT estaduais. Foi secretário de Governo da cidade de São Paulo (2001–2002). É deputado federal desde 1995. Em 2007, foi eleito presidente da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www.arlindochinaglia.com.br/biografia.php>. Acesso em 22 mar. 2008.

Armando Martins de Freitas Filho (RJ, 1940–). Poeta, foi pesquisador na Fundação Casa de Rui Barbosa, secretário da Câmara de Artes no Conselho Federal de Cultura, assessor do Instituto Nacional do Livro, pesquisador na Fundação Biblioteca Nacional, assessor no gabinete da presidência da Funarte, onde se aposentou. Recebeu, em 1986, o prêmio Jabuti e, em 2000, o prêmio Alphonsus de Guimaraens da Biblioteca Nacional. É o organizador da obra de Ana Cristina César. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Armando_Freitas_Filho>. Acesso em 17 maio 2008.

Armando Mazzo (SP, 1913–SP, 1990). Em 1933, participou da fundação do Sindicato dos Marceneiros, Carpinteiros e Classes Anexas de São Paulo. Em 1934, ingressou no PCB e, em 1942, filiou-se ao Sindicato

dos Metalúrgicos de Santo André. Foi eleito deputado estadual por São Paulo na Assembléia Constituinte de 1947. No mesmo ano, o TSE cassou os parlamentares do Partido Comunista. Mazzo candidatou-se a prefeito de Santo André pelo PST e foi eleito. Em janeiro de 1948, novamente o TSE cassou seus direitos políticos, e a cidade amanheceu em pé de guerra entre civis e militares. Em 1º de janeiro de 1989, Mazzo foi simbolicamente empossado pelo então prefeito de Santo André, Celso Daniel. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=323>. Acesso em 12 fev. 2008. E também <http://www.vermelho.org.br/diario/2004/0920/0920_mazzo-augusto.asp>. Acesso em 18 fev. 2008.

Armando Ziller. Militante do PCB, começou a formar em 1942 um grupo de oposição sindical no Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte, chegando à presidência da entidade em 1945. Disponível em <http://extranet.bancariosbh.org.br/novosite/detalhe.php?ID=226>. Acesso em 7 mar. 2008.

Armelindo Passoni. Foi vice-presidente da Associação Brasileira de Empresas para a Cidadania e membro do Conselho Fiscal da Companhia de Habitação de São Paulo (Cohab) durante o período de 2001-2004. Dirige a empresa de microcrédito Acredita.

Arnaldo Gonçalves. Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos (SP) entre o final dos anos 1970 e o início dos anos 1980, era vinculado ao PCB.

Arnaldo Pedroso d'Horta (SP, 19144–SP, 1973). *Formado* em ciências jurídicas e sociais pela USP em 1937, foi artista plástico, editor, crítico de arte e tradutor. Um dos fundadores da revista *Problemas, vinculada ao PCB, em* 1938, e da Associação Brasileira de Escritores, em 1945, colaborou com diversos periódicos desde os anos 1930, entre eles *Correio da Manhã, Folha da Manhã, O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil, Correio do Povo* (Porto Alegre), *Folha Socialista, Vanguarda Socialista e as* revistas *Anhembi, Senhor e Diretrizes.* Disponível em <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=1163&cd_idioma=28555&cd_item=3>. Acesso em 26 mar. 2008.

Arquíloco de Paros. Poeta lírico e soldado grego que viveu na primeira metade do século VII a.C. (talvez entre os anos de 680 a.C. e 645 a.C.). Os antigos colocavam-no em pé de igualdade com Homero. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Arqu%C3%ADloco>. Acesso em 6 mar. 2008.

Arthur Scavone (SP, 1949–). Foi preso em 1972, em São Paulo, pelo DOI-Codi, onde foi interrogado e, posteriormente, transferido para Dops. Na época, era estudante de física na USP e militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo). Ficou preso até 1977. É jornalista e foi membro do Diretório Nacional do PT. Cf. FREIRE, Alípio. "Quem pintou na cadeia". *Teoria e Debate*, São Paulo, Diretório Regional PT-SP, nº 27, dez. 1994/jan.-fev. 1995. Disponível em < http://www.fundacaoperseuabramo.org.br/td/td27/td27_cultura5.htm>. Acesso em 20 maio 2008.

Artur Neves. Editor de livros, trabalhou na Companhia Editora Nacional e foi um dos fundadores da Editora Brasiliense, em 1943, ao lado de Monteiro Lobato, Caio Prado Jr. e Maria José Dupré. Foi um entusiasta da venda de livros de porta em porta.

Astrojildo Pereira Duarte Silva (RJ, 1890–RJ, 1965). Gráfico e jornalista, foi um dos promotores, em 1913, do II Congresso Operário Brasileiro e atuou como organizador nas greves gerais de 1917 e 1919. Após a Revolução Russa, avaliou que as derrotas das greves dos anos anteriores se deviam à falta de centralização da organização da luta. Foi um dos nove fundadores do PCB, em 1922, do qual foi eleito secretário-geral. Em 1924, fez

sua primeira viagem à União Soviética. No ano seguinte, quando o PCB iniciou a publicação do jornal *A Classe Operária*, tornou-se, ao lado de Otávio Brandão, um de seus principais redatores. Em 1928, passou a fazer parte do comitê executivo da Internacional Comunista. Entre fevereiro de 1929 e janeiro de 1930, viveu em Moscou, de onde voltou com a orientação de promover a substituição dos intelectuais na direção do PCB por operários. Em novembro de 1930, acabou sendo atingido, ele próprio, pelo processo de proletarização e foi afastado da secretaria-geral do partido e, no ano seguinte, desligou-se do PCB. Tornou-se crítico literário reconhecido, colaborando no jornal carioca *Diário de Notícias* e na revista *Diretrizes*. Em 1944, publicou o livro *Interpretações*. Em 1945, foi delegado do estado do Rio ao I Congresso Brasileiro de Escritores e um dos redatores da declaração de princípios do encontro, marcada por críticas à ditadura de Vargas. Ainda em 1945, retornou ao PCB e passou a colaborar intensamente com a imprensa partidária. Em outubro de 1964, foi preso em decorrência do golpe militar e permaneceu na prisão por três meses, já com a saúde precária, vindo a falecer no ano seguinte. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/041/41croio.htm>. Acesso em 26 mar. 2008; e <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_astrojildopereira.htm>. Acesso em 26 mar. 2008.

Athos Pereira. É assessor político da bancada do PT na Câmara dos Deputados.

Aton Fon Filho. Advogado, foi militante da ALN. Foi diretor do Sindicato dos Advogados de São Paulo e da Federação Nacional dos Advogados. Membro fundador da Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares (Renap) e integrante da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e do Setor de Direitos Humanos do Movimento dos Sem Terra (MST). Disponível em <http://www.notadez.com.br/content/noticias.asp?id=6574>. Acesso em 21 maio 2008.

August Thalheimer (Alemanha, 1884–Cuba, 1948). Foi membro do Partido Social-Democrata Alemão (SPD) antes da Primeira Guerra Mundial. Em 1916, aderiu ao USPD (Partido Socialista Alemão Independente) e, posteriormente, tornou-se um dos fundadores e principais teóricos do KPD (Partido Comunista Alemão). Foi ministro das Finanças em Württemburg durante a crise hiperinflacionária de 1923 e acusado, juntamente com Heinrich Brandler, pelo desastre econômico, sendo obrigado a se refugiar em 1924 em Moscou, onde trabalhou na Internacional Comunista. Em 1928, voltou à Alemanha e disputou a liderança do KPD com Ernst Thälmann, sendo derrotado e expulso do KPD juntamente com Brandler. Ambos fundaram o Partido Comunista de Oposição (KPO), que criticou a política externa da União Soviética, embora apoiando sua política doméstica em questões como a coletivização forçada da agricultura e a política oficial de estímulo e pressão para o aumento da produtividade do trabalho (stakhanovismo). Em 1940, após a invasão da Alemanha à França, onde estava exilado, refugiou-se em Cuba, onde morreu em 1948. Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/August_Thalheimer>. Acesso em 3 abr. 2008.

Augusto Campos. Ex-vereador do PT na cidade de São Paulo (2001–2004), foi presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo e representante dos funcionários na direção do Banco do Estado de São Paulo (Banespa).

Augusto Meyer (RS, 1902–RJ, 1970). Jornalista, ensaísta, poeta, memorialista e folclorista. Foi membro da Academia Brasileira de Letras. Convidado por Getúlio Vargas para organizar o Instituto Nacional do Livro (INL), transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1937, junto a um grupo de intelectuais gaúchos. Foi diretor do INL durante cerca de trinta anos. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Augusto_Meyer>. Acesso em 6 mar. 2008.

Aurélio Peres (SP, 1939–). Formou-se em filosofia pelo Seminário Central Maria Imaculada, em São Paulo, em 1968. Entre 1969 e 1973, fez cursos de torneiro mecânico, fresador e ferramenteiro. Em meados

dos anos 1970, começou a atuar na Pastoral Operária da zona sul de São Paulo. Foi preso e torturado em 1974. Após ser solto, tornou-se coordenador do Movimento contra o Custo de Vida. Em 1976, começou a trabalhar na empresa Caloi. Foi um dos líderes da Oposição Metalúrgica de São Paulo vinculados ao PCdoB. Foi eleito deputado federal em 1978 pelo MDB e reeleito em 1982 pelo PMDB. Cf. DHBB/FGV, *op. cit.*

Azis Simão (SP, 1912–SP, 1990). Entre 1928 e 1929, militou na União dos Trabalhadores Gráficos e na Federação Operária de São Paulo. Em 1933, ingressou no Partido Socialista e, no ano seguinte, fundou a Escola Proletária Noturna, gratuita e aberta aos trabalhadores sindicalizados. Em 1939, ingressou na Faculdade de Filosofia da USP, da qual tornou-se professor em 1951. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_as/website-ael_as.htm>. Acesso em 26 mar. 2008.

Benedita da Silva. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Benedita_da_Silva>. Acesso em 4 abr. 2008.

Benedito Cintra. Nascido no bairro da Brasilândia, zona norte da capital paulista, foi ajustador mecânico, bancário, vereador pelo MDB e deputado estadual pelo PMDB e pelo PCdoB. Militou em diversos movimentos populares de São Paulo. Atualmente, é assessor parlamentar da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir). Disponível em < http://www.vermelho.org.br/diario/2005/0509/0509_cintra.asp>. Acesso em 17 maio 2008.

Beniamino Gigli (Itália, 1890–Itália, 1957). Cantor italiano considerado um dos maiores tenores de ópera de todos os tempos, devido à beleza da sua voz e à sua técnica, apesar da qualidade duvidosa de parte do seu repertório, especialmente no final da carreira.

Bernadete Menezes. Ex-vereadora do PT em Porto Alegre e ex-integrante da Executiva Nacional da CUT. Em 2005, juntamente com outros dissidentes, deixou o partido e aderiu ao PSOL. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u72714.shtml>. Acesso em 13 mar. 2008.

Bernardo Kucinski (SP, 1937–). Jornalista e cientista político, é professor da USP. Cursou graduação em física na USP entre 1967 e 1968. Militante estudantil durante o regime militar, foi preso e exilado. Retornou e entrou para os quadros da USP na Escola de Comunicações e Artes em 1986. Em 1991, obteve o título de doutor em ciências da comunicação pela USP, com tese sobre a imprensa alternativa no Brasil no regime militar. Foi assessor da presidência da República durante o primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bernardo_Kucinski>. Acesso em 3 abr. 2008.

Cacilda Becker Yáconis (SP, 1921–SP, 1969). Atriz, foi protagonista de vários espetáculos do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC). Versátil, ia da farsa à tragédia, do clássico ao moderno. É considerada por alguns críticos a maior atriz do teatro brasileiro. Em 1957, deixou o TBC e fundou, um ano depois, com Walmor Chagas, Ziembinski, Cleyde Yáconis e Fredi Kleemann, o Teatro Cacilda Becker, TCB, no qual desempenhou sua carreira durante 22 anos. O cerceamento imposto pelo golpe de 1964 à atividade teatral tornou Cacilda Becker militante das causas de sua classe. Demitida da TV Bandeirantes sob a alegação de que suas interpretações eram subversivas, a atriz assumiu a presidência da Comissão Estadual de Teatro de São Paulo, lugar em que enfrentou a repressão em defesa dos direitos de artistas e produtores. Durante uma sessão de *Esperando Godot*, de Samuel Beckett, com direção de Flávio Rangel, em 1969, a atriz sofreu um derrame cerebral e morreu 38 dias depois. Cf. *Enciclopédia Itaú Cultural – Teatro*. Disponível em < http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia_teatro/index.cfm?fuseaction=personalidades_biografia&cd_verbete=708>. Acesso em 18 jul. 2008.

Caio da Silva Prado Júnior (SP, 1907–SP, 1990). Bacharelou-se em Direito em 1928 pela USP, onde mais tarde seria livre-docente de Economia Política. Suas obras inauguraram no país uma tradição historiográfica identificada com o marxismo, buscando uma explicação diferenciada da sociedade colonial brasileira. Como intelectual teve importante atuação política ao longo das décadas de 1930 e 1940, tendo participado das articulações para a Revolução de 1930. Publicou, em 1933, a sua primeira obra, *Evolução política do Brasil*, uma tentativa de interpretação da história política e social do país. Em 1934, ano de implantação da USP, participou da fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Após uma viagem à União Soviética, publicou *URSS – um novo mundo* (1934), edição apreendida pela censura do governo Vargas. Ingressou na ANL, a qual presidiu em São Paulo. Em 1942, publicou o clássico *Formação do Brasil contemporâneo – Colônia*. Foi eleito deputado estadual pelo PCB (1945) e constituinte em 1947, tendo o seu mandato sido cassado quando da decretação da ilegalidade do partido. Dirigiu o vespertino *A Platéia* e, em 1943, juntamente com Arthur Neves, Monteiro Lobato e Maria José Dupré, fundou a Editora Brasiliense, na qual lançou, posteriormente, a *Revista Brasiliense*, editada entre 1956 e 1964. Sofreu novas perseguições durante o regime militar, após 1964. Em 1966, foi eleito o Intelectual do Ano, com a conquista do Prêmio Juca Pato, concedido pela União Brasileira de Escritores, devido à publicação, naquele ano, do polêmico *A revolução brasileira*, uma análise dos rumos do país após o movimento de 1964. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Caio_Prado_J%C3%BAnior>. Acesso em 26 mar. 2008.

Carlão Pereira. Professor de matemática e administrador de empresas, foi deputado estadual (1992–1995) e presidente do PT-MG (1985–1991). Em 1994, foi candidato ao governo do estado. Foi também presidente da Belo Horizonte Transportes (1995–2000) e administrador da Regional Centro-Sul de Belo Horizonte (2001–2002). É vereador em Belo Horizonte. Disponível em <http://www.vereadorcarlao.com.br/trajetoriadetalhe.phpCodTrajetoria=35&CodTrajetoria_Detalhe=188>. Acesso em 7 mar. 2008.

Carlito Maia (MG, 1924–SP, 2002). Um dos inovadores da publicidade no Brasil desde os anos 1960, foi um dos fundadores do PT. Pelo menos duas de suas criações para o PT entraram para a história: o *oPTei*, gestado na fase embrionária do partido, e o *Lula Lá*, que se transformou num marco da campanha presidencial de 1989. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlito_Maia>; e <http://www.carlitomaia.etc.br/home.html>. Acesso em 22 mar. 2008.

Carlos Alberto Brilhante Ustra. Coronel reformado do Exército brasileiro, comandou de setembro de 1970 a janeiro de 1974 o DOI-Codi de São Paulo, órgão de repressão aos grupos envolvidos na luta contra o regime militar. Houve 502 denúncias de tortura referentes ao DOI-Codi nesse período, e diversos sobreviventes confirmam que Ustra dirigia pessoalmente as sessões de tortura. Está sofrendo ações declaratórias na Justiça, movidas pela família Teles e pela família de Luiz Merlino, para que seja declarado torturador. É autor do livro *A verdade sufocada: a história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*, em que nega os crimes que lhe são atribuídos e acusa a esquerda de "terrorista". Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Alberto_Brilhante_Ustra>. Acesso em 21 mar. 2008.

Carlos Alberto Libânio Christo (MG, 1944–). Escritor e religioso dominicano conhecido como frei Betto. Adepto da Teologia da Libertação, é militante de movimentos pastorais e sociais, tendo ocupado a função de assessor especial de Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República entre 2003 e 2004. Foi coordenador de Mobilização Social do Programa Fome Zero. Esteve preso por duas vezes durante a ditadura militar. Sua experiência na prisão está relatada nos livros *Cartas da prisão* e *Batismo de sangue*. Este último descreve a participação dos frades dominicanos na resistência à ditadura, a morte de Carlos Marighella e as torturas sofridas por frei Tito de Alencar. O livro foi transposto para o cinema em filme homônimo, dirigido por Helvécio Ratton, em 2006.

Carlos Araújo. Deputado estadual pelo PDT-RS em várias legislaturas, antigo dirigente das organizações VPR e VAR-Palmares durante a luta armada contra a ditadura militar.

Carlos Eduardo Zanatta (MG, 1952–SP, 2007). Jornalista, foi professor de jornalismo da Ufes na década de 1980 e militante social durante toda sua vida, com forte ligação com o PT. Na condição de assessor da liderança do PT na Câmara, teve atuação destacada no processo da formulação da Lei nº 8.977/95, conhecida como Lei do Cabo, e também na organização do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=474AZL002>. Acesso em 10 abr. 2008.

Carlos Franklin Paixão de Araújo. Foi militante da VAR-Palmares, organização que resultou da fusão da VPR do capitão Carlos Lamarca com o Colina, em que militava a atual ministra chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Protagonizou uma das ações mais espetaculares da história da luta armada no Brasil, o roubo do cofre do ex-governador paulista Adhemar de Barros, que se encontrava na casa de sua amante, Ana Capriglioni, no bairro de Santa Teresa, no Rio de Janeiro, de onde foram extraídos 2,6 milhões de dólares. Capturado, foi submetido à tortura. Permaneceu vários anos como preso político. Posteriormente, participou do processo de reorganização do trabalhismo e ingressou no PDT de Leonel Brizola. Foi deputado estadual em diversos mandatos a partir de 1986, presidente municipal da legenda em Porto Alegre e candidato a prefeito na eleição municipal de 1988, chegando em segundo lugar, atrás de Olívio Dutra, do PT.

Carlos Frederico Werneck de Lacerda (RJ, 1914–RJ, 1977). Foi membro da União Democrática Nacional (UDN), vereador (1945), deputado federal (1947–1955) e governador do estado da Guanabara (1960–1965), além de fundador e proprietário do jornal Tribuna da Imprensa. Foi o grande coordenador da oposição à campanha de Getúlio Vargas à presidência em 1950 e, após a vitória de Vargas, uniu-se ao capital estrangeiro, aos militares golpistas e à UDN num esforço conjunto para derrubá-lo. Foi vítima de atentado em 5 de agosto de 1954. Com a instalação pelo governo de um Inquérito Policial Militar e a comprovação do envolvimento de membros da Guarda Pessoal do presidente, Lacerda intensificou seus ataques, exigindo a renúncia de Vargas. Dezenove dias depois, a 24 de agosto de 1954, Getúlio Vargas suicidou-se, e Carlos Lacerda teve de deixar o país, temeroso da reação popular. Participou ainda de nova tentativa de golpe de estado, em 1955, para impedir a posse do presidente Juscelino Kubitschek. Como governador do antigo estado da Guanabara, realizou diversas obras de destaque, ao mesmo tempo em que retirava parte da população pobre de favelas na zona sul, criando conjuntos habitacionais afastados como a Cidade de Deus, em Jacarepaguá. Foi um dos líderes civis do golpe militar de 1964. Com a prorrogação do mandato do presidente Castelo Branco, em 1966, passou à oposição e foi cassado em 1968 pelo regime militar. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/2684_1.asp>. Acesso em 26 mar. 2008. E < http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_lacerda>. Acesso em 26 mar. 2008.

Carlos Guilherme Mota. Professor titular (aposentado) de História Contemporânea da USP. Foi o primeiro diretor do Instituto de Estudos Avançados da USP (1986–1988), além de professor visitante das Universidades de Londres, do Texas, da Escola de Altos Estudos de Paris e da Universidade de Stanford. Professor nos programas de pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Presbiteriana Mackenzie e no Serviço Social da PUC. Publicou, entre outros livros, *Ideologia da cultura brasileira* (Ática, 1998) e *Idéia de revolução no Brasil, 1978-1801* (Ática, 1994). Disponível em <http://www.editorasenacsp.com.br/autor_new.cfm?id=1263>. Acesso em 26 mar. 2008.

Carlos Marighella (BA, 1911–SP, 1969). Em 1934, abandonou a Escola Politécnica da Bahia para ingressar no PCB. Elegeu-se deputado federal constituinte pelo PCB baiano em 1946, mas perdeu o mandato em 1948,

em virtude da decretação da ilegalidade do partido. Em maio de1964, após o golpe militar, foi baleado e preso por agentes do Dops no Rio de Janeiro. Libertado em 1965 por decisão judicial, no ano seguinte optou pela luta armada contra a ditadura. Foi expulso do PCB em 1967, e, em fevereiro de 1968, fundou o grupo armado ALN. Após o seqüestro, no Rio de Janeiro, do embaixador norte-americano Charles Elbrick, em uma ação conjunta da ALN e do MR-8, os órgãos de repressão concentram esforços em sua captura. Na noite de 4 de novembro de 1969, Marighella foi surpreendido por uma emboscada na Alameda Casa Branca, na capital paulista, e morto a tiros por agentes do Dops, em uma ação coordenada pelo delegado Sérgio Fleury. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Marighella>. Acesso em 21 mar. 2008.

Carlos Mesters (Holanda, 1932–). Frade Carmelita, formado em Teologia Bíblica e doutor em especialidade de Apocalipse, faz parte da Ordem dos Frades da Bem-Aventurada Virgem Maria do Monte Carmelo (OCarm). Ligado às Comunidades Eclesiais de Base (CEB), ajudou a criar o Centro de Estudos Bíblicos (Cebi) . Tem vários livros publicados, além de inúmeros folhetos pastorais. Disponível em < http://www.paulinas.org.br/loja/DetalheAutor.aspx?idAutor=6577> e < http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br/alvorada-nov04/entrevista_248.htm>. Acesso em 20 maio 2008.

Carlos Nelson Coutinho. Professor da Escola de Serviço Social da UFRJ. Tem sua imagem associada a inúmeras áreas de conhecimento, desde a ciência política até a crítica literária. É atuante na recepção de idéias de Georg Lukács e de Antonio Gramsci no Brasil. Foi, juntamente com Leandro Konder, um dos principais intelectuais identificados com o "eurocomunismo" no Brasil a partir do final dos anos 1970. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Nelson_Coutinho>. Acesso em 6 mar. 2008.

Carlos Ronald de Carvalho (RJ, 1948–). Usava o pseudônimo de Charles Peixoto, ou simplesmente Charles. É um dos nomes mais expressivos da poesia marginal, tendo estreado em 1972 com o livro mimeografado *Travessa bertalha 11*. Participou da antologia *26 poetas hoje*. Foi fundador do grupo Nuvem Cigana e um dos editores do *Almanaque Biotônico Vitalidade*. A partir da década de 1980, passou a escrever roteiros para a rede Globo para programas como "Armação Ilimitada" e "Malhação". Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Charles_Peixoto>. Acesso em 17 maio 2008.

Ceici Kameyama. Engenheiro, filiado ao PT desde 1980, ajudou a coordenar a campanha de Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo. Posteriormente, trabalhou em diversas iniciativas adotadas pelo PT no sentido de qualificar a atuação do partido à frente de governos municipais.

Célia Sodré Dória (SP, 1916–SP, 1997). Religiosa da Congregação de Nossa Senhora – Cônegas de Santo Agostinho, tornou-se madre Cristina. Educadora, doutora em psicologia pela PUC-SP, foi fundadora e diretora do Instituto Sedes Sapientae. Durante o governo Médici (1969–1974), ajudou a proteger militantes de esquerda e perseguidos políticos. Por isso foi chamada de comunista, radical e recebeu ameaças de morte e de prisão. Filiada ao PT desde a primeira hora, cedeu o espaço do Sedes, sempre que necessário, para realizar reuniões e até convenções do partido.

Celso Furtado (PB, 1920–RJ, 2004). Economista, foi funcionário da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal/ONU), criador da Sudene e ministro do Planejamento no governo João Goulart (1962–1964). Exilado, retornou ao Brasil em 1980 e foi ministro da Cultura no governo José Sarney (1985–1989). Seus estudos deram uma contribuição fundamental para a compreensão da formação econômica do Brasil. Defendeu a necessidade de um modelo econômico nacional. Cf: STEDILE e MANÇANO, *op. cit*.

Celso Horta. Jornalista, mestre em Comunicação e Regionalidade pelo Instituto Metodista de Ensino Superior e assessor da CUT. Foi militante da ALN, membro de um dos Grupos Táticos Armados da organização. Esteve preso na Oban.

Celso Pedro Luft (RS, 1921–RS, 1995). Professor, gramático, filólogo, lingüista e dicionarista. É autor de obras largamente usadas no ensino fundamental e ensino médio. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Celso_Pedro_Luf>. Acesso em 6 mar. 2008.

César Alvarez. Foi presidente do DCE da UFRGS no final da década de 1970, durante o auge da influência da tendência Liberdade e Luta (Libelu), à qual estava vinculado, no movimento estudantil. Fundador do PT, tornou-se, no início da década de 1990, secretário nacional de Organização do partido. Após realizar pós-graduação na Universidade de Bologna (Itália), regressou a Porto Alegre, participando do primeiro escalão do governo municipal durante as gestões de Tarso Genro e Raul Pont. É assessor especial da Presidência da República, responsável pelo acompanhamento dos programas de inclusão digital do governo federal.

César Cardoso. Redator de programas de variedades e de humor da TV Globo. Disponível em <http://www.releituras.com/ccardoso_menu.asp>. Acesso em 6 mar. 2008.

César de Queiroz Benjamin (RJ, 1954–). Jornalista e cientista político, é pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj. Nos anos 1970, militou na luta armada e foi preso político, cumprindo pena no presídio da Ilha Grande (RJ). Com a Lei da Anistia de 1979, voltou à atividade política e ajudou a fundar o PT. Em 1989, participou da coordenação da campanha de Lula à Presidência. Rompeu com o partido em 1995. Em 2006, concorreu ao cargo de vice-presidente da República na chapa da senadora Heloisa Helena, do PSOL. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A9sar_Benjamin>. Acesso em 22 mar. 2008.

César Epitácio Maia (RJ, 1945–). Estudou engenharia na Universidade Federal de Ouro Preto (MG). Militante do movimento estudantil, foi integrante do PCB; exilou-se no Chile em 1968. Estudou economia na Universidade do Chile, formando-se em 1972. Retornou ao Brasil em 1973, sendo preso no aeroporto. Após três meses, o processo foi arquivado por falta de provas. Foi professor da UFF e diretor do Sindicato dos Economistas. Em 1981, filiou-se ao PDT e na eleição para governador do estado, no ano seguinte, descobriu uma tentativa de fraude eleitoral conhecida como o "escândalo da Proconsult" contra o candidato Leonel Brizola. Convidado por Brizola, assumiu a Secretaria da Fazenda. Foi também presidente do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj). Foi eleito deputado federal constituinte em 1986 pelo PDT e reeleito em 1990. Em 1991, ingressou no PMDB, pelo qual venceu as eleições para prefeito do Rio de Janeiro em 1992. Em 1998, já no PFL, foi derrotado por Anthony Garotinho na corrida para o governo estadual. Nas eleições municipais de 2000, voltou à prefeitura concorrendo pelo PTB. Após a eleição, regressou ao PFL, atual Democratas (DEM). Foi reeleito em 2004 no primeiro turno. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%A9sar_Maia>. Acesso em 12 abr. 2008.

Cezar Augusto Schirmer (RS, 1952–). Advogado e professor universitário, formou-se em direito pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 1974. Foi vereador em Santa Maria (1972–1974) e deputado estadual (1975–1995), primeiro pelo MDB e depois pelo PMDB. É deputado federal desde 1999, tendo sido reeleito para o terceiro mandato em 2006. No governo do estado do Rio Grande do Sul, ocupou os cargos de secretário da Fazenda (1987), secretário Extraordinário para Assuntos da Casa Civil (1989) e secretário da Agricultura e do Abastecimento (1995–1998). Disponível em <http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/biodeputado/index.html?nome=CEZAR+SCHIRMER&leg=53>. Acesso em 3 abr. 2008.

Claus Germer. Agrônomo e antigo militante da reforma agrária. Foi secretário da Agricultura do Paraná no governo José Richa (1983–1987) e delegado da Associação Brasileira de Reforma Agrária. Assessorou a CPT-PR e as primeiras articulações dos sem-terra no estado. É professor de economia na UFPR. Cf. STEDILE e MANÇANO, *op. cit.*

Clodovis Boff. Sacerdote da Ordem dos Servos de Maria e responsável pela pastoral das favelas. Doutorou-se pela Universidade Católica de Lovaine, Bélgica, e é professor no Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis (RJ), na PUC-RJ e na Pontifícia Faculdade Marianum de Roma. É também membro do ISER-Assessoria. Disponível em <http://www.paulinas.org.br/loja/DetalheAutor.aspx?idAutor=7375>. Acesso em 17 maio 2008.

Clodsmith Riani. Foi presidente do Comando Geral dos Trabalhadores imediatamente após o golpe de 1964 e teve os direitos políticos suspensos pelo AI-1, juntamente com outras 101 personalidades de destaque na vida nacional. Cf. DHBB/FGV, *op. cit*. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/5744_1.asp>. Acesso 6 mar. 2008.

Clovis Ilgenfritz da Silva (RS, 1939–). Foi para Porto Alegre em 1957, trabalhou no DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) e formou-se em arquitetura na UFRGS. Foi dirigente estudantil e do Instituto dos Arquitetos do Brasil, fundador e presidente do Sindicato dos Arquitetos (RS) por três gestões, presidente da Federação Nacional dos Arquitetos e fundador e dirigente da CUT. Fundador do PT, integrou o Diretório Nacional. Foi secretário-geral, vice-presidente e presidente do PT-RS. Foi o candidato a deputado federal mais votado do partido em 1982, candidato a vice-prefeito de Porto Alegre em 1985 e a governador em 1988. Em 1988, foi eleito vereador e, no ano seguinte, assumiu a Secretaria Municipal de Planejamento de Porto Alegre. Em 1996, elegeu-se novamente vereador e em 1997 foi presidente da Câmara Municipal. Em 1998, passou a ocupar o cargo de secretário estadual da Coordenação e Planejamento. Disponível em <http://clovisilgenfritz.sites.uol.com.br/>. Acesso em 3 abr. 2008.

Cornélio Pena (RJ, 1896–RJ, 1958). Romancista, pintor, gravador e desenhista brasileiro nascido em Petrópolis, criador do romance psicológico brasileiro no século XX.

Coronel Jefferson Cardim Osório era o principal líder do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR).

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque (PE, 1944–). Formado em engenharia mecânica e doutor em economia pela Sorbonne, trabalhou por seis anos no Banco Interamericano de Desenvolvimento. É professor universitário da UnB, da qual foi o primeiro reitor democraticamente eleito, em 1985. Pelo PT, foi eleito governador do Distrito Federal em 1994 e senador em 2002. Foi ministro da Educação no início do governo Lula. Em 2006, foi candidato pelo PDT à Presidência da República. Disponível em <http://www.cristovam.com.br/index.php?secao=secoes.php&sc=7&sub=MA>. Acesso em 22 mar. 2008.

Crodowaldo Pavan (SP, 1919–). Biólogo formado pela USP, onde mais tarde fez doutorado em genética de populações. Seus estudos sobre a mosca *Rhynchosciara angelae* – descoberta por ele em 1951 – reorientaram a genética mundial, ao provar que os cromossomos não são constantes. Suas pesquisas contribuíram de forma pioneira para a consolidação da ecologia como uma nova ciência. Entre 1981 e 1986, foi presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). É presidente da Associação Brasileira de Divulgação Científica. Disponível em <http://www-mendhell.blogspot.com/2008/02/crodowaldo-pavan.html>. Acesso em 21 abr. 2008.

Dalmo de Abreu Dallari (SP, 1931–). Formou-se pela Faculdade de Direto da USP, da qual se tornou professor titular e diretor. Foi presidente da Comissão de Justiça e Paz, na época mais aguda da ditadura. Dedicou grande parte de suas atividades à defesa dos indígenas brasileiros e dos direitos humanos. Foi secretário dos Negócios Jurídicos da prefeitura de São Paulo na gestão Luíza Erundina (1989-1992).

Daniel Aarão Reis Filho (RJ, 1946–). Começou a atuar na militância estudantil secundarista entre 1963 e 1964. Ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, hoje UFRJ. No primeiro ano de estudos, participou das eleições paralelas para o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco-Livre), feitas em repúdio às eleições oficiais para diretoria de entidade, e foi eleito secretário-geral, tendo como presidente Antônio Serra. Em 1965, foi preso por dois meses em razão de sua militância no movimento estudantil. Em 1966, deixa o PCdoB e se elege vice-presidente nas eleições oficiais do Caco, tendo como presidente Vladimir Palmeira. Assumiu a presidência da União Metropolitana dos Estudantes (UME), em período de reconstrução. Foi um dos organizadores do seqüestro do embaixador norte-americano em 1969 e posteriormente partiu para o exílio. É professor titular de história contemporânea na Universidade Federal Fluminense, especialista em história da esquerda e do socialismo. Disponível em <http://www.memoriaestudantil.org.br>. Acesso em 3 abr. 2008.

Daniel Bensaïd (França, 1946–). Filósofo e líder do movimento trotskista francês, foi um dos líderes da revolta estudantil de 1968, quando estudava na Universidade de Paris X, Nanterre. É atualmente um dos mais destacados teóricos da Liga Comunista Revolucionária e do Secretariado Unificado da IV Internacional, e professor de filosofia na Universidade de Paris VIII. Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/Daniel_Bensa%C3%AFd>. Acesso em 3 abr. 2008.

Darci Accorsi (RS, 1945–). Professor de filosofia da Universidade Católica de Goiás e da Universidade Federal de Goiás. Foi vereador e prefeito de Goiânia e deputado estadual, nas três ocasiões pelo PT, sendo ainda o candidato do partido ao governo do estado em 1986. Deixou o partido e, em 1998, foi candidato a deputado estadual pelo PTB, a prefeito de Goiânia (PTB/PFL/PPB) em 2000, novamente a deputado estadual em 2002 e mais uma vez a prefeito de Goiânia em 2004. Disponível em <http://www.assembleia.go.gov.br/conheca_assembleia/parlamentares/1947_2002/DARCI_ACCORSI.htm>. Acesso em 22 mar. 2008.

Davi Picão (SP, 1923–). Formado em teologia pelo Seminário Central da Imaculada Conceição de São Paulo. Foi bispo de São João da Boa Vista (SP) e bispo de Santos. Desde 2000, é bispo emérito de Santos. Disponível em <http://mail.cnbb.org.br/catalogo/prelado.asp?mat=110>. Acesso em 10 abr. 2008.

Décio de Almeida Prado (SP, 1914–SP, 2000). Formado em Filosofia, Ciências Sociais e Direito pela USP, trabalhou no jornal *O Estado de S. Paulo* como crítico teatral, no período de formação do teatro moderno brasileiro. Durante o regime militar, presidiu a Comissão Estadual de Teatro de São Paulo e, posteriormente, abandonou a crítica teatral, dedicando-se ao Suplemento Literário do jornal *O Estado de S. Paulo*, em que permaneceu por dez anos. Publicou, entre outros, *João Caetano: o ator, o empresário, o repertório* (Edusp, 1972), *O teatro brasileiro moderno* (Perspectiva, 1988), *Peças, pessoas e personagens: o teatro de Procópio a Cacilda* (Companhia das Letras, 1993) e *História concisa do teatro brasileiro* (Edusp, 1999). Disponível em <http://www.teatrobrasileiro.com.br/tecnicos/deciodealmeida.htm>. Acesso em 26 mar. 2008.

Delúbio Soares de Castro (GO, 1955–). Formado em matemática pela Universidade Católica de Goiás, trabalhou como professor em Goiânia. Fundador do PT em Goiás, foi dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), tesoureiro nacional da CUT e, de 2000 a 2005, tesoureiro nacional do PT. Como responsável pelas finanças do partido e pela negociação das dívidas de campanha, tornou-se

um dos principais acusados no chamado "escândalo do mensalão". Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Del%C3%BAbio_Soares>. Acesso em 5 mar. 2008.

Devanir Ribeiro (SP, 1944–). Foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de 1975 a 1981. Filiado ao PT, foi vereador na cidade de São Paulo por quatro mandatos, de 1989 a 2003. Deputado federal de 2003 a 2006, foi reeleito e atualmente cumpre o seu segundo mandato. No PT, foi secretário de Organização entre 1980 e 1982, presidente do Diretório Estadual de São Paulo entre 1983 e 1984 e vice-líder na Câmara entre 2003 e 2004. Disponível em <http://www.devanir.com.br/>. Acesso em 7 mar. 2008.

Dino Segre (Itália, 1883–Itália, 1975). Escritor também conhecido pelo pseudônimo Pitigrilli. Alguns de seus romances são *Loira dolicocéfala*, *O colar de Afrodite*, *Moisés e o cavaleiro Levi*, *Os vegetarianos do amor*, *O deslize do moralista*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dino_Segre>. Acesso em 21 mar. 2008.

Dom Claúdio Hummes (RS, 1934–). Foi bispo de Santo André (SP) de meados dos anos 1970 até 1996, quando foi nomeado arcebispo de Fortaleza (CE). Em 1998, tornou-se arcebispo de São Paulo. Foi assistente nacional da Pastoral Operária da CNBB de 1979 a 1990. No período do regime militar, assumiu o corajoso apoio ao movimento grevista dos metalúrgicos e abriu as portas das igrejas para as organizações sindicais impedidas pelo governo de reunirem-se legalmente. Disponível em <http://www.arquidiocese-sp.org.br/dom_claudio_nomeacao.htm>. Acesso em 7 mar. 2008.

Frei Paulo Evaristo Arns O. F. M. (SC, 1921–). Em 1966, foi designado bispo auxiliar de São Paulo, e, em 1970, o papa Paulo VI o nomeou arcebispo metropolitano de São Paulo, função que exerceu até 1998. Sua atuação pastoral foi voltada aos habitantes da periferia, aos trabalhadores, à formação de comunidades de base nos bairros, às pastorais sociais e à defesa e promoção dos direitos da pessoa humana. Durante a ditadura militar, notabilizou-se na luta pelo fim das torturas e restabelecimento da democracia no país. Foi um dos autores do livro *Brasil: nunca mais* e integrou o Movimento Tortura Nunca Mais. Em 1972, criou a Comissão Justiça e Paz de São Paulo. É arcebispo emérito de São Paulo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dom_Paulo_Evaristo_Arns>. Acesso em 21 mar. 2008.

Dom Tiago Miguel Ryan, da Ordem dos Frades Menores (Franciscana), foi o quinto bispo de Santarém, permanecendo à frente da Diocese de 1958 a 1985. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Diocese_de_Santar%C3%A9m_%28Brasil%29>. Acesso em 7 mar. 2008.

Dom Tomás Balduíno. Bispo de Goiás Velho (GO), da linha progressista da Igreja Católica. É um dos fundadores da CPT e do Cimi. Considerado um dos bispos proeminentes da Igreja brasileira, tanto pela dedicação pastoral durante trinta anos de bispado como por sua contribuição intelectual. Cf. STEDILE e MANÇANO, *op. cit.*

Domingos Francisco Dutra Filho (MA, 1956–). Negro, filho de lavradores, formou-se advogado e destacou-se por sua luta em defesa dos trabalhadores do campo e pela prestação de assistência jurídica direcionada às comunidades humildes do Maranhão. Foi assessor jurídico do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Comissão Pastoral da Terra de Alcântara (MA), da Cáritas Brasileira de São Luís (MA) e do Sindicato dos Motoristas de São Luís. Fundador do PT, foi deputado estadual (1990), deputado federal (1994) e vice-prefeito de São Luís (1996). Voltou a ser eleito deputado estadual em 2002 e deputado federal em 2006. Disponível em <http://www.domingosdutra.com.br/padrao.aspx?lista.aspx?idContentSection=1778>; e <http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/biodeputado/index.html?nome=DOMINGOS+DUTRA&leg=53>. Acesso em 17 maio 2008.

Domingos Velasco (GO, 1899–GO, 1973). Advogado, participou do movimento tenentista. Posteriormente, foi um dos fundadores do Partido Socialista Brasileiro, em 1947. Exerceu os seguintes mandatos: deputado federal (1933–1937, 1946–1951 e 1959–1961), e senador (1951–1959). Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/v/velasco_domingos.htm>. Acesso em 26 mar. 2008.

Donaldo Schüller (SC, 1932 –). É escritor e professor titular do Instituto de Letras da UFRGS e autor de *Império caboclo* (3ª ed. Santa Catarina, Editora da UFSC, 2005).

Duarte Brasil Pacheco Pereira (BA, 1939–). Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais na UFBA. Foi um dos fundadores da Ação Popular (AP) em 1962 e vice-presidente da UNE em 1963. Em 1965, transferiu-se para São Paulo onde trabalhou como professor universitário e jornalista e, no final dos anos 1960, vinculou-se ao trabalho operário em Osasco. Autor de diversos livros e artigos, foi colaborador das revistas *Realidade* e *Veja* e do jornal *Movimento*. Cf. Fundo Duarte Pereira, Arquivo Edgard Leuenroth, Unicamp. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_dpp/website-ael_dpp_planilhaisad.htm>. Acesso em 2 abr. 2008.

Durbiratan de Almeida Barbosa. Nascido em Arapixi (AM), foi militante do movimento estudantil no curso de Medicina da UFPA e participou da primeira diretoria eleita do Diretório Central dos Estudantes. Foi fundador da Sociedade Paraense de Direitos Humanos da Associação e da Federação de Professores do Pará. Ajudou a fundar o PT no Pará, presidindo o partido em 1980, mas desligou-se em março de 1986. Filiou-se ao PMDB e, em 1988, foi eleito vereador em Belém. Em janeiro de 1989, renunciou ao cargo na Câmara para assumir uma cadeira na Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Atualmente é deputado estadual no Pará, filiado ao PSDB. Disponível em <http://www.alepa.pa.gov.br/deps.asp?cod=81068>. Acesso em 5 mar. 2008.

Eder Simão Sader (SP, 1941–SP, 1988). Sociólogo formado pela USP, foi um dos fundadores da facção Política Operária (Polop). Exilado no Chile entre 1971 e 1973, militou no Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR). Após o golpe de Pinochet, refugiou-se na França no período de 1974 a 1979 e lecionou na Universidade de Paris VIII. Ao regressar ao Brasil, tornou-se docente de sociologia na USP e foi um dos fundadores do PT. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89der_Sader>. Acesso em 7 mar. 2008.

Edmilson Rodrigues (PA, 1957–). Atualmente filiado ao PSOL, foi prefeito de Belém entre 1997 e 2004. Formado em arquitetura, é também mestre em urbanismo e doutorando em geografia pela USP. Eleito deputado estadual no Pará, pelo PT, em 1986 e reeleito em 1990, foi candidato ao Senado em 1994, não sendo eleito. Em 2006, foi candidato a governador do estado, ficando em quarto lugar. Sua saída do PT se deu em conjunto com outros dirigentes de sua corrente política, a Ação Popular Socialista (APS), como os deputados federais Ivan Valente (SP) e Maninha (DF). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Edmilson_Rodrigues>. Acesso em 5 mar. 2008.

Edson Khair. Ex-deputado federal, subprocurador-geral do Trabalho aposentado e advogado. Disponível em <http://fontanablog.blogspot.com/2008/03/edson-khair-tribuna-da-imprensa-link.html>. Acesso em 8 abr. 2008.

Edson Luiz de Lima Souto (PA, 1950–RJ, 1968). Estudante brasileiro assassinado durante confronto entre estudantes e a polícia no restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro. Sua morte marcou o início de um ano turbulento de intensas mobilizações contra o regime militar, que, em reação, decretou o AI-5. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Edson_Lu%C3%ADs_de_Lima_Souto>. Acesso em 21 mar. 2008.

Eduardo Gomes (RJ, 1896–RJ, 1981). Participou, em 1922, do levante do Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, que deu início ao ciclo de revoltas tenentistas contra o governo federal. Em 1924, já em liberdade, participou da deflagração do levante tenentista ocorrido na capital paulista. Participou da Coluna Prestes-Miguel Costa, que percorreu o interior do país por cerca de dois anos em campanha contra o governo federal. Preso novamente em 1929, em maio de 1930 foi libertado e se integrou imediatamente às conspirações pela derrubada de Washington Luís. Com o estabelecimento do novo regime, criou e dirigiu o Correio Aéreo Militar. Em novembro de 1935, como comandante do 1º Regimento de Aviação, combateu o levante contra o governo federal dirigido pela ANL. Em 1937, pediu exoneração do comando desse regimento por se opor à decretação do Estado Novo. Quatro anos depois, após a criação do Ministério da Aeronáutica, foi promovido a brigadeiro. No final do Estado Novo, setores de oposição liberal lançaram seu nome às eleições presidenciais pela recém-criada UDN. Foi derrotado pelo general Eurico Dutra (PSD), que havia sido ministro da guerra de Vargas. Em 1950, foi novamente lançado candidato a presidente da República pela UDN, sendo dessa vez derrotado pelo próprio Vargas. Foi um dos líderes da campanha pelo afastamento de Vargas após o atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, em agosto de 1954, e assumiu o Ministério da Aeronáutica no governo de Café Filho (1954–1955). Sempre alinhado com a UDN, opôs-se a posse de Juscelino Kubitscheck na Presidência da República argumentando que o candidato não havia obtido maioria absoluta no pleito realizado em 1955. Em 1964, já na reserva, esteve entre os articuladores do golpe militar que depôs João Goulart. Em janeiro de 1965, voltou a chefiar o Ministério da Aeronáutica, permanecendo no cargo até março de 1967. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_eduardogomes.htm>. Acesso em 26 mar. 2008.

Eduardo Matarazzo Suplicy (SP, 1941–). Administrador de empresas e economista, é professor da Fundação Getulio Vargas. Eleito deputado estadual em 1978 pelo MDB de São Paulo, foi um dos fundadores do PT e, em 1982, foi eleito deputado federal pelo novo partido. Em 1985, foi candidato à prefeitura de São Paulo e, no ano seguinte, candidatou-se ao governo do estado. Em 1988, foi o vereador mais votado para a Câmara Municipal de São Paulo, que presidiu no período 1989-1990. Tornou-se o primeiro Senador eleito pelo PT em 1990, sendo reeleito em 1998 e em 2006. Entre seus principais projetos de lei destaca-se o que instituiu o Programa Renda Básica de Cidadania, sancionado pelo presidente Lula em 2004. Disponível em <http://www.senado.gov.br/eduardosuplicy/>. Acesso em 22 mar. 2008.

Egídio Michaelsen (RS, 1908–RJ, 1972). Foi advogado e prefeito de sua cidade natal, São Sebastião do Caí, de 1935 a 1943. Em 1947, filiado ao PTB, elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte do Rio Grande do Sul. Em 1952, foi nomeado secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul no governo Ernesto Dornelles, em substituição a João Goulart. Identificado com a ala mais à esquerda de seu partido, em outubro de 1962 candidatou-se à sucessão do governador Leonel Brizola, mas acabou derrotado por Ildo Meneghetti, candidato da coligação encabeçada pelo PSD. Em junho de 1963, foi empossado pelo presidente João Goulart na pasta da Indústria e Comércio. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/Egidio_Michaelsen.asp>. Acesso em 4 mar. 2008.

Elisabete Mendes de Oliveira (SP, 1949–). Atriz, foi militante da VAR-Palmares. Em 1970, foi presa duas vezes pelo DOI-Codi, sendo vítima de tortura. Foi absolvida da acusação de crime contra a segurança nacional em 1972. Engajou-se na campanha pela anistia e, em 1980, foi uma das fundadoras do PT. Eleita deputada federal por São Paulo em 1982, desligou-se do partido em função da sua participação no Colégio Eleitoral em 1985. Filiou-se ao PMDB e foi novamente eleita deputada federal, licenciando-se para assumir a Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo no governo Quércia. Em 1990, candidatou-se novamente à Câmara Federal pelo PSDB, sem sucesso. Em 1992, participou da fundação do PPS. Em

1999, no governo de Anthony Garotinho, assumiu a presidência da Fundação de Artes do Rio de Janeiro (Funarj). Cf. DHBB/FGV, *op. cit*.

Elisabeth de Souza Lobo Garcia (RS, 1943–PB, 1991). Em 1965, graduou-se em Letras pela UFRGS; em 1979, concluiu seus estudos de pós-graduação na Universidade de Paris; e, em 1984, seu pós-doutorado no Centre National de la Recherche Scientifique. Como docente, trabalhou na Universidade de Santiago do Chile, em 1973, e na Universidade de Paris VIII, em 1978. De volta ao Brasil, entre 1981 e 1990 trabalhou na Unimep, na Unesp-Marília e na Unicamp. Em 1989, lecionou na Universidade de Québec, Canadá. Faleceu num acidente automobilístico que também vitimou a sindicalista rural Maria da Penha Nascimento Silva. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ael/website-ael_esl/website-ael_esl.htm>. Acesso em 3 abr. 2008.

Emiliano José. É professor Faculdade de Comunicação da UFBA. Já foi vice-presidente do PT da Bahia e membro do Diretório Nacional. Publicou diversos livros, entre eles, *As asas invisíveis do padre Renzo* (Casa Amarela, 2002) – livro ao qual Hamilton Pereira se refere – e *Lamarca, o Capitão da Guerrilha*, em parceria com o jornalista Oldack Miranda (Global, 1980). Foi diretor da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes) e pertenceu à Ação Popular. Foi preso político entre 1970 e 1974. Foi deputado estadual (1988–1989) pelo PMDB, vereador de Salvador, eleito em 2000, já pelo PT, e novamente deputado estadual (2003–2006), destacando-se no combate à dominação política de Antônio Carlos Magalhães e seu grupo político na Bahia. Disponível em <http://www.emilianojose.com.br/quem.htm>. Acesso 22 mar. 2008.

Emílio Garrastazu Médici (RS, 1905–RJ, 1985). General, foi presidente do Brasil de 1969 a 1974. Formou-se oficial na Escola Militar de Realengo (1924–1927). Em abril de 1964, era o comandante da Academia Militar de Agulhas Negras. Posteriormente, foi nomeado adido militar nos Estados Unidos e, em 1967, sucedeu o general Golbery do Couto e Silva na chefia do SNI. Lá permaneceu por dois anos e apoiou com entusiasmo o AI-5. Em 1969, foi nomeado comandante do III Exército. Seu governo foi marcado pela violenta repressão política, pelo grande crescimento econômico conhecido como "milagre brasileiro", pela utilização maciça de campanhas propagandísticas para promover o patriotismo e por projetos faraônicos, como a Transamazônica, a ponte Rio–Niterói e a usina hidrelétrica de Itaipu Binacional. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Em%C3%ADlio_Garrastazu_M%C3%A9dici>. Acesso em 7 mar. 2008.

Emir Simão Sader (SP, 1943–). Graduado em filosofia pela USP, mestre em filosofia política e doutor em ciência política pela mesma instituição. Foi professor da USP, pesquisador do Centro de Estudos Socioeconômicos da Universidade do Chile e professor de Política na Unicamp. Atualmente, dirige o Laboratório de Políticas Públicas (LPP) da UERJ, onde é professor de sociologia. Em 2006, foi eleito secretário executivo do Clacso (Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Emir_Sader>. Acesso em 3 abr. 2008.

Enilson Simões de Moura. Conhecido como Alemão, foi um dos líderes das greves dos metalúrgicos do ABC nos anos 1970. Tornou-se posteriormente presidente da Social Democracia Sindical (SDS). Atualmente, é um dos vice-presidentes da União Geral de Trabalhadores (UGT), que resultou da fusão entre diversas pequenas centrais sindicais brasileiras.

Enrico Caruso (Itália, 1873–Itália, 1921). Tenor italiano, foi considerado por muitos o maior intérprete da música erudita de todos os tempos.

Ernest Ezra Mandel (Alemanha, 1923–Bélgica, 1995). Economista considerado um dos mais importantes dirigentes trotskistas da segunda metade do século XX. Filho de judeus poloneses que emigraram para

a Alemanha nos anos 1930, sua família mudou-se para a Bélgica. Aos 16 anos, Mandel ingressou na seção belga da IV Internacional e, aos 18, já era membro do seu Comitê Central. Aos 23, tornou-se membro do Secretariado Internacional da IV Internacional. Durante a Segunda Guerra Mundial, atuou na resistência contra o nazismo. Preso em 1944, foi levado à prisão de Saint-Gilles, de onde conseguiu fugir antes de ser deportado para Auschwitz. Com as divisões no interior do trotskismo nos anos 1950, tornou-se dirigente do Secretariado Unificado da IV Internacional. Obteve a licenciatura pela École Practique des Hautes Études da Sorbonne, na França, em 1967. A partir de 1968, percorreu várias universidades européias e americanas, ministrando conferências sobre socialismo, imperialismo e revolução. Embora oficialmente impedido de entrar na antiga Alemanha Ocidental, em 1972 obteve seu PhD na Universidade Livre de Berlim por sua tese *O capitalismo tardio: uma tentativa de explicação marxista*. Em 1978, recebeu o importante Prêmio Alfred Marshall da Universidade de Cambridge por suas conferências sobre os ciclos longos do desenvolvimento capitalista. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ernest_Mandel>. Acesso em 3 abr. 2008.

Ernest Miller Hemingway (EUA, 1899–EUA, 1961). Escritor, trabalhou como correspondente de guerra em Madri durante a Guerra Civil Espanhola. Essa experiência inspirou uma de suas maiores obras, *Por quem os sinos dobram*. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, instalou-se em Cuba. Publicou ainda, entre outros: *O sol também se levanta*; *Adeus às armas* e *O velho e o mar*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ernest_Hemingway>. Acesso em 21 mar. 2008.

Ernesto Beckmann Geisel (RS, 1908–RJ, 1996). Foi o quarto presidente do regime militar instaurado pelo golpe de 1964. Ingressou no Colégio Militar de Porto Alegre em 1921 e formou-se oficial na Escola Militar de Realengo em 1928. Participou de ações militares na Revolução de 1930 e na Revolução Constitucionalista de 1932. No início dos anos 1930, foi secretário da Fazenda da Paraíba. Na década de 1950, Geisel comandou a guarnição de Quitaúna e gerenciou a refinaria de Cubatão, ambas no estado de São Paulo. Durante este período, estreitou suas ligações com o grupo militar que mais tarde seria conhecido como "Sorbonne", ligado à Escola Superior de Guerra. De 1969 a 1973, dirigiu a Petrobras e, após deixar a presidência da República, em 1979, assumiu a presidência da empresa petroquímica Norquisa. Em 1964, foi nomeado chefe da Casa Militar pelo presidente Castelo Branco, que o promoveu a general-de-exército em 1966 e o nomeou ministro do STM em 1967. Candidato oficial da Arena, venceu Ulysses Guimarães, do MDB, no Colégio Eleitoral em janeiro de 1974. Durante o seu governo (1974–1979), a política externa seguiu o chamado "pragmatismo ecumênico e responsável", procurando ampliar a presença brasileira na África e na Europa, intensificando as relações comerciais com países socialistas e evitando o alinhamento incondicional aos Estados Unidos; foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND); assinado o acordo nuclear com a Alemanha; e criado o Programa Nacional do Álcool. Foi iniciado ainda o processo de redemocratização "lenta, gradual e segura" do país, embora com alguns retrocessos, exemplificados pelo Pacote de Abril, em 1977. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ernesto_Geisel>. Acesso em 5 abr. 2008.

Ernesto Guevara de la Serna (Argentina, 1928–Bolívia, 1967). Conhecido como Che Guevara, formou-se médico e participou ativamente da vitoriosa Revolução Cubana. Abandonou os cargos que chegou a ocupar no governo cubano para contribuir com a luta revolucionária no Congo e, mais tarde, na Bolívia, onde foi assassinado. Transformou-se num ícone das lutas revolucionárias da América Latina. Cf. STEDILE e MANÇANO, *op. cit.*

Ésquilo (Grécia, 525 a.C.–Grécia, 456 a.C.). Poeta, é considerado o fundador da tragédia. Na sua obra, destaca-se a importância dada ao sofrimento, narrando as sagas dos deuses e dos mitos (por exemplo, em *Prometeu acorrentado*). A ele são atribuídas 79 tragédias, das quais apenas sete se conservaram completas. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89squilo>. Acesso em 6 mar. 2008.

Estilac Xavier. Foi secretário de Obras e Viação de Porto Alegre por oito anos (gestões Tarso Genro e Raul Pont). Elegeu-se vereador em 2000, sendo líder da bancada do PT e do governo na Câmara Municipal. Em 2002, elegeu-se deputado estadual. Disponível em <http://br.geocities.com/estilac13001/arquivos/candidato.htm>. Acesso em 3 abr. 2008.

Euclides Rodrigues da Cunha (RJ, 1866–RJ, 1909). Escritor, sociólogo, jornalista, historiador e engenheiro. Publicou *Os sertões,* considerado um dos mais importantes livros brasileiros, em 1902. A obra analisa a nação brasileira a partir da contraposição entre os povos litorâneos e os interioranos. Ao analisar os fatos ocorridos em Canudos, o autor refuta a noção de que no litoral se encontrariam condições de avanço civilizatório em oposição ao interior. Segundo a professora Walnice Nogueira Galvão, "*Os sertões* é uma obra de arte literária que aborda o avesso da modernização capitalista". Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Euclides_da_Cunha>; e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Os_Sert%C3%B5es>. Acesso em 21 mar. 2008.

Euclides Scalco (RS, 1932–). Farmacêutico químico, ingressou na política em 1960 como vereador do município de Francisco Beltrão (PR), onde também foi prefeito em 1963–1964. No Paraná, também ocupou o cargo de chefe da Casa Civil do governo do estado (1983–1985). Foi eleito deputado federal em 1978 sendo reeleito durante toda a década de 1980. Foi secretário-geral da Presidência da República no governo Fernando Henrique e diretor geral da Itaipu Binacional. Disponível em <http://www.democracia.com.br/parlamentares/parladados.asp?t=3&d=2&cp=777&tipo=3&me>. Acesso em 22 mar. 2008.

Eugen Berthold Friedrich Brecht (Alemanha, 1898–Alemanha, 1956). Um dos mais influentes dramaturgos e poetas alemães do século XX. Marxista, enfatizou a dimensão pedagógica de suas obras. Contrário à passividade do espectador, buscava formar e estimular o pensamento crítico do público. Após a chegada de Hitler ao poder, em 1933, Brecht exilou-se na Áustria, Suíça, Dinamarca, Finlândia, Suécia, Inglaterra, Rússia e nos Estados Unidos, país que teve que deixar em 1947 perseguido pelo macarthismo. Em 1949, fixou-se definitivamente em Berlim Oriental, onde fundou a sua própria companhia teatral, a Berliner Ensemble.

Eugenio Maria Giuseppe Giovanni Pacelli (Itália, 1876–1958). Tornou-se o papa Pio XII, em 1939. Foi o primeiro papa romano desde 1724. A atuação da Igreja Católica sob o seu pontificado no período da Segunda Guerra Mundial permanece cercada de controvérsias, havendo vários historiadores que o acusam de colaboracionismo, ou ao menos omissão, em relação ao nazi-fascismo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Papa_Pio_XII>. Acesso em 19 mar. 2008.

Expedito Soares Batista (MG, 1952–). Auditor (inspetor de qualidade) na Arteb, foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (1978-1981) e presidiu a Comissão Executiva Provisória do PT na cidade. Foi deputado estadual por São Paulo de 1983 a 1991. Disponível em <http://colunas.dgabc.com.br/colunas_textos.asp?materia=628787>; e <http://www.abcdeluta.org.br/Telas/Mandatos/Diretores_cargos.asp?Id_SubArea=4>. Acesso em 7 mar. 2008.

Febus Gikovate (Polônia, 1908–SP, 1979). Veio menino para o Brasil, estudou no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro e se formou na Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil em 1932. Membro do PCB, discordou em 1935 da preparação de uma insurreição militar e, ao lado de outros militantes do Rio, propôs a revisão dessa orientação em uma conferência nacional. Todos acabaram expulsos. Mesmo assim foi preso após a revolta militar comunista de novembro de 1935. As *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos, testemunham parte de sua estada nas garras da ditadura de Vargas. Libertado em 1937, ligou-se ao Partido Operário Leninista (POL), de orientação trotskista. Em fevereiro de 1938, foi enviado a São Paulo

para influir sobre os rumos de uma cisão que varria o PCB e buscar a adesão dos divergentes ao trotskismo. Para manter-se na capital paulista, foi professor do ensino secundário e começou a efetivamente exercer a medicina, destacando-se como pneumonologista. Acabou deixando o POL e, ao final da ditadura do Estado Novo, esteve entre os fundadores da Esquerda Democrática, que deu origem ao PSB, fundado em 1947. Permaneceu no PSB até sua dissolução pelos militares golpistas de 1964, ocupando cargos de importância em suas fileiras. Foi professor da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, desde sua criação, em 1963, até seu falecimento. Mesmo depois de 1964, nunca se afastou da política, estando, quando de sua morte, envolvido no processo de criação do PT. (*Nota redigida por Dainis Karepovs, Coordenador do Centro Sérgio Buarque de Holanda*)

Fernando Affonso Collor de Mello (RJ, 1949–). Empresário do ramo de comunicações e político, foi deputado estadual e federal por Alagoas, além de governador do estado. Foi o primeiro presidente da República eleito por voto direto após o regime militar, em 1989. Contou com apoio ostensivo da grande mídia e dos setores conservadores para derrotar, no segundo turno, o atual presidente Lula. Seu governo, entre 1990 e 1992, foi marcado pela implementação do Plano Collor (que bloqueou o acesso dos cidadãos às suas contas bancárias como parte de um conjunto de medidas de combate à inflação), pela abertura do mercado nacional às importações e pelo início do Programa Nacional de Desestatização. Foi afastado do cargo de presidente após processo de *impeachment* fundamentado em acusações de corrupção. Teve seus direitos cassados por oito anos por determinação do Senado Federal, e só foi eleito novamente para cargo público em 2006, tomando posse como senador por Alagoas em 2007, eleito pelo PTB. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Collor_de_Mello>. Acesso em 29 mar. 2008.

Fernando de Brito. Um dos religiosos que participavam da base de apoio católico à ALN e ao seu líder, Carlos Marighella, no Convento dos Dominicanos localizado no bairro de Perdizes, em São Paulo, no final dos anos 1960. Foi preso e torturado juntamente com outros frades por seu envolvimento político. De acordo com Frei Betto, outro dos dominicanos presos, posteriormente frei Fernando criou uma comunidade pastoral na Bahia, na fronteira com Sergipe.

Fernando Gomes de Morais (MG, 1946–). Jornalista, mudou para São Paulo aos 18 anos, trabalhando nas redações de *Veja*, *Jornal da Tarde*, *Folha de S. Paulo* e TV Cultura. Recebeu três vezes o Prêmio Esso e quatro vezes o Prêmio Abril. Foi deputado estadual durante oito anos pelo MDB e PMDB e secretário de Cultura (1988–1991) e de Educação (1991–1993) do estado de São Paulo nos governos Orestes Quércia e Fleury Filho. Publicou, entre outros livros, *A ilha*; *Olga;* e *Chatô, o rei do Brasil*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Morais>. Acesso em 22 mar. 2008.

Fernando Gomes dos Santos (PB, 1910–GO, 1985). Foi bispo de Penedo (AL) e de Aracaju (SE). Depois, foi designado arcebispo da recém-criada Arquidiocese de Goiânia (GO). Participou do Concílio Ecumênico Vaticano II e da II Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Medellín, na Colômbia. Disponível em <http://www.idfg.com.br/nossahistoria.asp>. Acesso em 22 mar. 2008.

Fernando Henrique Cardoso (RJ, 1931–). Sociólogo e professor universitário. Em 1968, assumiu a cátedra de Ciência Política da USP, mas foi aposentado compulsoriamente pelo AI-5. Lecionou no Chile, França, Inglaterra e nos Estados Unidos. Nos anos 1970, participou do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e se aproximou do MDB. Em 1978, foi candidato ao Senado, tornando-se suplente de Franco Montoro. Em 1980, filiou-se ao PMDB e, em 1983, assumiu uma cadeira no Senado. Foi líder do governo Sarney no Congresso Nacional. Derrotado na eleição para a prefeitura de São Paulo em 1985, foi

eleito senador em 1986, quando o PMDB teve uma expressiva vitória eleitoral em todo o Brasil devido à popularidade do Plano Cruzado. Em 1987, participou da fundação do PSDB. De 1992 a 1993, foi ministro das Relações Exteriores de Itamar Franco, e, em 1993, assumiu o Ministério da Fazenda, implantando o Plano Real, um conjunto de medidas de estabilização econômica e de combate à inflação. Em outubro de 1994, impulsionado pela popularidade do Plano Real, foi eleito presidente da República em primeiro turno, aliado ao PFL. No primeiro mandato, FHC conseguiu a aprovação de emenda constitucional que criou a reeleição para o Executivo, sendo o primeiro presidente brasileiro a ser reeleito. Em seus dois governos, deu continuidade ao processo de privatização de empresas estatais e à abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro iniciadas por Fernando Collor. Sua proposta de reforma do Estado, parcialmente implementada, foi concebida como uma ruptura com a Era Vargas e a concepção de Estado interventor na economia. O fim de seu primeiro mandato foi marcado por uma crise no setor energético, o "apagão", gerada pela falta de planejamento, ausência de investimentos em geração e distribuição de energia e insuficiência de chuvas. No início de seu segundo mandato, o Real, que tinha sido mantido artificialmente em paridade com o dólar a fim de assegurar a reeleição, sofreu brusca desvalorização, num cenário marcado por crises financeiras internacionais (México, Rússia e Ásia). Atualmente Fernando Henrique Cardoso atua como *professor at large* no Instituto Watson para Estudos Internacionais, da Universidade de Brown, nos Estados Unidos. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fernando_Henrique_Cardoso>. Acesso em 29 mar. 2008.

Fernando Legal (SP, 19311–). Formando em teologia pelo Instituto Teológico Pio XI de São Paulo, foi coordenador de estudos e diretor da mesma instituição. Na arquidiocese de São Paulo, foi delegado inspetorial da Pastoral, vice-inspetor e inspetor. Foi bispo de Itapeva (SP) e de Limeira (SP) e está à frente da diocese de São Miguel Paulista (zona leste da capital de São Paulo) desde 1989. Disponível em <http://mail.cnbb.org.br/catalogo/prelado.asp?mat=135>. Acesso em 10 abr. 2008.

Fernando Paulo Nagle Gabeira (MG, 1941–). Escritor, jornalista e político, participou da luta armada contra o regime militar de 1964, mais especificamente do seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, por militantes do MR-8 e da ALN ocorrido em 4 de setembro de 1969, episódio que retratou no livro de memórias *O que é isso, companheiro?*. Esteve exilado entre 1970 e 1979, voltando ao país com a anistia. Atualmente é deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro pelo Partido Verde (PV).

Fiódor Mikhailovich Dostoievski (Rússia, 1821–Rússia, 1881). Foi uma das maiores personalidades da literatura russa. Publicou, entre outros: *O duplo*, *Noites brancas*, *Memórias do subsolo*, *Crime e castigo*, *O jogador*, *O idiota* e *Os irmãos Karamazov*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dostoievski#Bibliografia>. Acesso em 21 mar. 2008.

Flávia Schilling. Filha do economista Paulo Schilling, que fora um dos principais assessores de Leonel Brizola quando este era governador do Rio Grande do Sul, tornou-se militante do movimento Tupamaro quando a família se encontrava exilada no Uruguai. Foi ferida e capturada após o golpe militar uruguaio de 1973, no mesmo momento em que seus pais eram expulsos do país. Permaneceu nas prisões políticas uruguaias por sete anos e meio. Os setores de oposição no Brasil organizaram uma ampla campanha para obter a liberdade de Flávia, o que ocorreu em 14 de abril de 1980. Graduou-se em pedagogia pela PUC-SP (1986), concluindo o mestrado em educação na Unicamp (1991) e o doutorado em sociologia na USP (1997), onde desde 2001 é professora doutora da Faculdade de Educação. Foi coordenadora do Centro de Referência e Apoio à Vítima e consultora da Comissão da Mulher do Parlamento Latino-americano. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1833> e também <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4791512U0>. Acesso em 3 abr. 2008.

Flavio Andrade. Foi proprietário, juntamente com sua irmã Marília, da Editora Joruês e da *Gazeta de Pinheiros*, jornal do bairro paulistano.

Flávio Giannetti Loureiro Chaves (1944). É autor, entre outros livros, de *História e literatura*.

Flavio Koutzii (RS, 1943–). Sociólogo, nos anos 1960, quando estudante de Economia da UFRGS, participou da fundação do Partido Operário Comunista (POC). Em 1970, refugiou-se na Argentina, onde foi capturado devido à sua atividade militante, ficando preso de 1975 a 1979. Libertado graças a uma campanha internacional de solidariedade, exilou-se na França, de onde retornou para o Brasil em 1984. Sobre a dramática experiência nos cárceres argentinos, escreveu o livro *Pedaços de morte no coração*, tese de sociologia defendida na École des Hautes Études en Sciences Sociales, na Sorbonne, em Paris. Candidatou-se pelo PT ao Senado em 1986 e, em 1988, quando Olívio Dutra chegou à prefeitura de Porto Alegre, elegeu-se o vereador mais votado do PT na cidade. Líder do governo na Câmara de Vereadores por dois anos, Koutzii foi eleito deputado estadual pela primeira vez em 1990, sendo reeleito em 1994, 1998 e 2002. Em 1998, licenciou-se para assumir a chefia da Casa Civil de Olívio Dutra no governo estadual. Em 2006, não disputou a reeleição à Assembléia Legislativa. Disponível em <http://www.flaviokoutzii.com.br/flavio.htm>. Acesso 31 mar. 2008.

Francelino Pereira dos Santos (PI, 1921–). Foi governador de Minas Gerais (1979–1983), eleito de forma indireta. Foi eleito senador em 1994. Atualmente está filiado ao Democratas (ex-PFL) de Minas Gerais. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Francelino_Pereira>. Acesso em 7 mar. 2008.

Francisco Alves Mendes Filho (AC, 1944–AC, 1988). Chico Mendes foi líder sindical e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri (AC). Fundador do PT e da CUT no Acre, foi assassinado por fazendeiros ligados à União Democrática Ruralista (UDR). Cf. STEDILE e MANÇANO, *op. cit.*

Francisco Correia Weffort (SP, 1937–). Cientista político, foi ministro da Cultura durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso na Presidência da República (1995–-2002). Professor da USP, fundador do Cebrap e do Cedec, Francisco Weffort foi um dos principais intelectuais envolvidos na criação do PT, no qual ocupou os cargos de secretário-geral e secretário de Relações Internacionais.

Francisco de Oliveira (PE, 1933–). Formou-se em ciências sociais na UFPE. Depois de ter trabalhado junto com Celso Furtado na Sudene e de ter se notabilizado como um dos mais importantes intelectuais da esquerda brasileira nos anos 1970, período em que trabalhou no Cebrap, foi um dos fundadores do PT. Atualmente, é professor aposentado da USP, onde é coordenador-executivo do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic). Afastou-se do PT em 2004 e deu apoio à fundação do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_de_Oliveira>. Acesso em 31 mar. 2008.

Francisco José de Oliveira Vianna (RJ, 1883–RJ, 1951). Professor, jurista, historiador e sociólogo, foi membro da Academia Brasileira de Letras. De formação católica conservadora, foi estimulado por Alberto Torres (1865–1917) a escrever o seu primeiro livro, *Populações meridionais do Brasil – volume I: populações do centro sul*. Depois da Revolução de 1930, tornou-se consultor da Justiça do Trabalho e influiu decisivamente na elaboração da nova legislação sindical e trabalhista, que concebia como um instrumento para fortalecer o papel dirigente do Estado na organização da sociedade em moldes corporativos. Publicou, entre outros: *Evolução do povo brasileiro* (1923), *Raça e assimilação* (1932), *Instituições políticas brasileiras* (1949), *Direito do trabalho e democracia social* (1951) e *Populações meridionais do Brasil – volume II: o campeador rio-grandense* (1952). Disponível em <http://www.ensayistas.org/filosofos/brasil/vianna/introd.htm>. Acesso em 26 mar. 2008; e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Oliveira_Viana>. Acesso em 26 mar. 2008.

Francisco Julião (PE, 1915–México, 1999). Foi o primeiro advogado dos camponeses que se organizaram em ligas nos engenhos. Elegeu-se deputado federal pelo PSB. Passou a liderar as Ligas Camponesas, sendo sua principal expressão pública. Considerado brilhante orador, alinhava-se com os setores mais moderados. Com o golpe militar, foi perseguido e exilou-se no México, onde faleceu. Cf. STEDILE e MANÇANO, *op. cit*.

Francisco Negrão de Lima (MG, 1901–RJ, 1981). Constituinte em 1934, deputado federal por Minas Gerais, embaixador no Paraguai e em Portugal, ministro da Justiça, prefeito do Distrito Federal e ministro das Relações Exteriores, foi candidato pelo PSD ao governo do estado da Guanabara em 1965. Sua vitória, junto com a de Israel Pinheiro para o governo de Minas, foi um dos pretextos para a edição do AI-2, que extinguiu os partidos políticos, e do AI-3, que tornava indiretas as eleições para o governo dos estados. Cf. DHBB/FGV, *op. cit*.

Francisco Pinto (BA, 1930–BA, 2008). Político progressista baiano, foi deposto da prefeitura de Feira de Santana (BA) após o golpe de 1964. Fez sozinho sua defesa no tribunal militar e, absolvido, foi eleito para a Câmara Federal em 1970, tendo papel destacado na aglutinação dos parlamentares do "Grupo Autêntico" do MDB. Foi reeleito deputado federal entre 1978 e 1990. Disponível em <http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI2168206-EI6578,00.html>. Acesso em 7 mar. 2008.

Francisco Rocha da Silva. Conhecido como Rochinha, é um dos fundadores do PT em Pernambuco. Integrou o Diretório Nacional do PT e foi assessor especial do Ministério da Saúde na gestão Humberto Costa.

Francisco Soares Alvim Neto (MG, 1938–). Poeta e diplomata brasileiro. Foi cônsul-geral do Brasil em Barcelona (Espanha) e em Roterdam (Holanda). Atualmente é embaixador na Costa Rica. Estreou como poeta em 1968 com o livro *O sol dos cegos*. Em 1988, lançou *Poesia reunida*, que lhe rendeu o Prêmio Jabuti, e, em 2000, *Elefant*e, livros depois reunidos em *Poemas (1968–2000).* Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Alvim>. Acesso em 7 mar. 2008.

François Marie Arouet (França, 1694–França, 1778). Mais conhecido pelo pseudônimo Voltaire, foi poeta, ensaísta, dramaturgo, filósofo e historiador iluminista. Defendia a submissão ao domínio da lei, baseava-se na convicção de que o poder devia ser exercido de maneira racional e benéfica. Para ele, a sociedade devia ser reformada mediante o progresso da razão e o incentivo à ciência e à tecnologia. Assim, Voltaire transformou-se num perseguidor ácido dos dogmas, sobretudo os da Igreja Católica. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Voltaire>. Acesso em 21 mar. 2008.

Frédéric Chopin (Polônia, 1810–França, 1849). É amplamente conhecido como um dos maiores compositores para piano e um dos pianistas mais importantes da história. Sua perfeição técnica, seu estilo refinado e sua elaboração harmônica foram comparados aos de Johann Sebastian Bach e Wolfgang Amadeus Mozart. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Fr%C3%A9d%C3%A9ric_Chopin>. Acesso em 17 maio 2008.

Friedrich Engels (Alemanha, 1820–Inglaterra, 1895). Filósofo alemão que junto com Karl Marx fundou o chamado socialismo científico ou marxismo. O livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* foi publicado originalmente em 1884.

Fúlvio Abramo (SP, 1909–SP, 1993). Jornalista, foi um dos mais destacados militantes trotskistas brasileiros. Assim como alguns de seus irmãos, o artista plástico Lívio Abramo, a atriz Lélia Abramo e o também

jornalista Cláudio Abramo, ocupou lugar de destaque no cenário cultural da esquerda paulistana do século XX. Foi fundador e dirigente da Liga Comunista Internacionalista – seção brasileira da Oposição de Esquerda Internacional impulsionada por Leon Trotsky. Presidiu, no princípio da década de 1930, a Frente Única Antifascista. Exilado na Bolívia durante o Estado Novo, colabora na organização do Partido Operário Revolucionário, seção da recém-fundada IV Internacional. Ao voltar ao Brasil, junta-se a um grupo de militantes que pretendem desenvolver um trabalho marxista no interior do PSB junto com Antonio Candido, Mario Pedrosa, João da Costa Pimenta e Paul Singer. Foi fundador do PT e fundador-presidente do Centro de Documentação do Movimento Operário Mario Pedrosa, atualmente sob guarda do Centro de Documentação da Unesp. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%BAlvio_Abramo>. Acesso em 26 mar. 2008.

Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão (AL, 1950–SP, 1972). Militante da ALN morta pela repressão política em 1972. Mais informações podem ser encontradas no livro *Direito à memória e à verdade*, *op. cit.*, e no sítio <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>.

Geci Lautert Prates (1953–). Ex-presidente do Sindicato dos Gráficos de Caxias do Sul (RS) e fundadora do PT, foi a candidata do partido a vice-governadora do Rio Grande do Sul em 1982, sendo a primeira mulher na história a disputar o cargo. Iniciou sua participação política na Juventude Operária Católica. Trabalhou nas prefeituras de Caxias do Sul e de Porto Alegre e é uma das responsáveis pela recuperação da Usina do Gasômetro, hoje um dos espaços culturais mais significativos da capital gaúcha.

Gelson Reicher (SP, 1949–SP, 1972). Militante da ALN morto pela repressão política em 1972. Há informações sobre ele no livro *Direito à memória e à verdade*, *op. cit.*, e no sítio <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>.

Georg Bernhard Lukács von Szegedin (Hungria, 1885–Hungria, 1971). Filósofo de grande importância no cenário intelectual do século XX. Segundo Lucien Goldmann, Lukács refez, em sua acidentada trajetória, o percurso da filosofia clássica alemã: inicialmente um crítico influenciado por Kant, depois o encontro com Hegel e, finalmente, a adesão ao marxismo. Sua obra mais conhecida é *História e consciência de classe,* escrita entre 1919 e 1922 e publicada em 1923. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Georg_Luk%C3%A1cs>. Acesso em 6 mar. 2008.

Georges Bernanos (França, 1888–França, 1948). Escritor e jornalista francês. Foi soldado de trincheira na Primeira Guerra Mundial e repórter na guerra civil espanhola. Mudou-se para o Brasil aos 50 anos de idade, residindo sucessivamente em Itaipava (RJ), Juiz de Fora (MG), Vassouras (RJ), Pirapora (SP) e Barbacena (MG), onde escreveu diversos trabalhos. Regressou à França em 1946.

Geraldo Irineu Pastana de Oliveira (PA, 1947–). Começou sua carreira pública como sindicalista do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (PA), no início dos anos 1980. Foi o primeiro candidato do PT a prefeito de Santarém, quando a cidade deixou de ser área de segurança nacional, em 1985. Elegeu-se deputado estadual e federal nos anos 1990. Ocupou cargos na direção estadual e nacional do PT, com destaque para a Secretaria Agrária Nacional. Atualmente, é prefeito de Belterra, cidade paraense à margem do rio Tapajós. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Geraldo_Pastana>. Acesso em 5 mar. 2008.

Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (SP, 1952–). Médico formado pela Faculdade de Medicina da Universidade de Taubaté, com especialização em anestesiologia. Elegeu-se vereador em Pindamonhangaba pelo MDB em 1972. Em 1976, foi eleito prefeito da cidade. Filiado ao PMDB após a reorganização partidária de 1979, nas

eleições de 1982 foi eleito deputado estadual em São Paulo e, em 1986, deputado federal constituinte. Em 1988, participou da fundação do PSDB. Em 1990, foi reeleito deputado federal e, em 1994, vice-governador de São Paulo na chapa de Mário Covas. Em 1995, coordenou o Programa Estadual de Desestatização. Permaneceu como vice-governador no segundo mandato para o qual Covas foi reeleito em 1998 e tornou-se governador em 2001, com o falecimento do titular. Reelegeu-se para o cargo de governador em 2002. Nas eleições de 2006, foi candidato à Presidência da República, sendo derrotado no segundo turno pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Geraldo_Alckmin>. Acesso em 24 abr. 2008.

Geraldo Siqueira. Estudante da USP a partir de 1971, vinculou-se à Ação Popular. Tornou-se um dos organizadores das lutas que marcaram a rearticulação do movimento estudantil em São Paulo, como os protestos contra o assassinato do estudante Alexandre Vannucchi Leme, em 1973; a criação do Comitê de Defesa dos Presos Políticos, em 1974; a denúncia do assassinato do jornalista Vladimir Herzog, em 1975; e a greve da Escola de Comunicação e Artes, no mesmo ano. Presidente do Centro de Estudos Geográficos Capistrano de Abreu, foi um dos líderes do processo de reconstrução do Diretório Central dos Estudantes da USP, iniciado em 1976, período em que integrou a corrente Refazendo, que ganhou a direção da entidade. Em 1978, foi eleito deputado estadual pelo MDB, com apoio da militância da Ação Popular. Em 1980, tornou-se um dos primeiros parlamentares do PT, pelo qual foi reeleito em 1982. É chefe de gabinete da Secretaria de Qualidade Ambiental no Ministério do Meio Ambiente. Cf. AZEVEDO, Ricardo. "Memória: Geraldo Siqueira". *Teoria e Debate*, nº 65, São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, fev./mar. 2006. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=3312>. Acesso em 10 abr. 2008.

Germano Antônio Rigotto (RS, 1949–). Cursou Odontologia e Direito na UFRGS. Foi deputado federal e governador do estado (2003–2006) pelo PMDB. Participou das eleições de 2006, mas foi superado por Olívio Dutra (PT) e Yeda Crusius (PSDB). Rigotto tornou-se, assim, o primeiro governador candidato a reeleição a não passar para o segundo turno no Brasil. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Germano_Rigotto>. Acesso em 4 abr. 2008.

Germinal Feijó (SP, 1917–SP, 1999). Estudante da Faculdade de Direito da USP, destacou-se como líder estudantil na oposição à ditadura do Estado Novo e foi um dos fundadores da UNE em 1937. Tornou-se advogado. Em 1954 e 1958, elegeu-se deputado estadual pelo PSB-SP. Em 1962, candidatou-se a deputado federal pelo PTB e obteve uma das suplências. Com as diversas cassações de mandatos após o golpe de 1964, assumiu o mandato federal e, após o AI-2, filiou-se ao MDB. Não se candidatou à reeleição e afastou-se da vida política, passando a atuar no ramo agropecuário em São José do Rio Pardo (SP). Com o fim do bipartidarismo em 1979, participou da organização do PMDB e, posteriormente, da fundação do PSDB naquela cidade. Cf. DHBB/FGV, *op. cit*.

Getúlio Dornelles Vargas (RS, 1882–RJ, 1954). Bacharel pela Faculdade de Direito de Porto Alegre (1907), foi ministro da Fazenda do governo Washington Luís (1926–1927) e presidente do Rio Grande do Sul (1927–1930). Em 1929, candidatou-se à Presidência da República pela oposicionista Aliança Liberal. Derrotado, chefiou o movimento revolucionário de 1930, passando a chefiar o Governo Provisório (1930–1934). Nesse período, Vargas criou o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e deu impulso à legislação trabalhista. Em novembro de 1937, com a instauração do Estado Novo, fechou o Congresso, outorgou uma nova Constituição que lhe conferia amplos poderes e fechou os partidos políticos. Entre 1937 e 1945, deu continuidade à estruturação do Estado, orientando-se cada vez para o nacionalismo econômico. Na Segunda Guerra Mundial, após um período de neutralidade (1939–1941), o Brasil permitiu a instalação de bases militares norte-americanas no Nordeste, recebendo em contrapartida financiamento para a primeira siderúrgica brasileira. Em 1944, a FEB foi enviada para combater na Itália. Com o fim da guerra, as pressões pela redemocratização

cresceram e Vargas foi deposto em 29 de outubro de 1945. Em 1946, foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo. Candidato à Presidência da República pelo PTB em 1950, elegeu-se com 3.849.000 votos. Seu segundo governo foi marcado pela criação da Petrobras e pela radicalização política, com a oposição cerrada da UDN. O atentado contra o Carlos Lacerda, um dos líderes da oposição, em agosto de 1954, detonou a crise final do governo, devido ao envolvimento da guarda pessoal de Vargas no episódio. Pressionado pelas Forças Armadas, Vargas se viu diante da iminência da renúncia ou deposição e suicidou-se em 24 de agosto, deixando uma carta-testamento em que acusava os inimigos da nação de responsáveis por seu suicídio. Cf. DHBB/FGV, *op. cit.*; e Portal CPDOC – Navegando na História – A Era Vargas. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/Getulio_Vargas.asp>. Acesso em 29 mar. 2008.

Gilson Luís Correia de Menezes (BA, 1949–). Foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC de 1978 a 1981 e prefeito de Diadema de 1983 a 1988 pelo PT e de 1997 a 2000 pelo PSB, além de deputado estadual de 1991 a 1996.

Gilvan Procópio Ribeiro é professor do Departamento de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), poeta e crítico literário.

Giovanni Queiroz (MG, 1946 –). Médico, agropecuarista, ex-prefeito de Conceição do Araguaia (PA), foi deputado estadual. Exerce o quarto mandato como deputado federal pelo PDT. Disponível em <http://www.blogger.com/profile/17867015769139225480>. Acesso em 5 mar. 2008.

Glênio Peres. Radialista gaúcho, trabalhando para a Rádio Farroupilha especializou-se na cobertura de grandes eventos políticos internacionais, como a crise do Canal de Suez, em 1958, e a morte de Che Guevara na Bolívia, em 1967. Vereador eleito pelo MDB em 1976, foi cassado pela ditadura militar em razão de um discurso proferido em fevereiro de 1977 (ver nota sobre Marcos Klassmann). Em 1985, foi eleito vice-prefeito de Porto Alegre na chapa encabeçada por Alceu Collares. Disponível em <http://www.carosouvintes.com.br/index.php?option=content&task=view&id=1799&Itemid=97> e também <http://www.qtcbrasil.com.br/historias/view.asp?id=59>. Acesso em 3 abr. 2008.

Godofredo Saturnino da Silva Pinto (RJ, 1943–). Em 1974, mudou-se para Niterói (RJ). Fundador do PT, foi deputado estadual de 1983 a 1995. Em 1992, concorreu a prefeitura de Niterói sem sucesso. Em 2000, foi eleito vice-prefeito de Niterói. Assumiu a prefeitura em 2002, quando o titular Jorge Roberto Silveira renunciou para candidatar-se ao governo estadual. Em 2004, foi reeleito em segundo turno. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Godofredo_Pinto>. Acesso em 12 abr. 2008.

Goffredo da Silva Telles Júnior (SP, 1915–). Foi professor de Direito da USP, onde lecionou desde 1940. Desde 1985, é professor emérito daquela universidade. Em 1977, foi o principal redator da "Carta aos Brasileiros", em que juristas importantes condenavam o regime de exceção e apelavam pelo estado de direito. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Goffredo_da_Silva_Telles_Jr>. Acesso em 21 abr. 2008.

Golbery do Couto e Silva (RS, 1911–SP, 1987). Foi um dos mais destacados intelectuais e articuladores políticos das Forças Armadas brasileiras no século XX. Em 1943, formou-se na Escola de Estado-Maior do Exército e, em 1944, foi para os Estados Unidos estagiar na Fort Leavenworth War School, sendo posteriormente enviado para servir na Força Expedicionária Brasileira. Em 1946, passou a servir no Estado-Maior das Forças Armadas. Promovido a tenente-coronel em 1951, no ano seguinte tornou-se adjunto no Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. Desenvolveu a tese de que deveria ser criada uma "elite tecnocrática, civil e militar, ideologicamente comprometida com um conjunto de objetivos nacionais permanentes". Teve

papel destacado na articulação do movimento golpista contra o segundo governo de Getúlio Vargas – sendo o redator do Manifesto dos coronéis de 1954 –, assim como da tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek como presidente da República em 1955. Promovido a coronel em 1956, foi nomeado chefe do gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional por Jânio Quadros em 1961. Com a renúncia de Jânio, deixou o cargo e redigiu o Manifesto dos ministros militares contra a posse do vice-presidente João Goulart. Em 1962, um ano depois de passar à reserva, criou e dirigiu o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), que teve papel de destaque na preparação do movimento que depôs o presidente João Goulart em 1964. Em 1966, escreveu *Geopolítica do Brasil*, obra de grande destaque entre a comunidade de informações nacional e internacional. Em 1967, tomou posse no Tribunal de Contas da União e, em 1974, no governo Geisel, tornou-se chefe da Casa Civil da Presidência, cargo de que se exonerou em 1981, já no governo Figueiredo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Golbery_do_couto_e_silva>. Acesso em 7 mar. 2008.

Graciliano Ramos de Oliveira (AL, 1892–RJ, 1953). É considerado um dos maiores escritores brasileiros do século XX. Em 1945, ingressou no PCB. O estilo formal de escrita e a caracterização do *eu* em constante conflito (até mesmo violento) com o mundo, a opressão e a dor seriam marcas de sua literatura. Publicou, entre outras obras: *Caetés*, *São Bernardo*, *Angústia*, *Vidas secas*, *Insônia*, *Memórias do cárcere*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Graciliano_Ramos>. Acesso em 21 mar. 2008.

Gregório Lourenço Bezerra (PE, 1900–SP, 1983). Oriundo de uma família de lavradores, migrou para o Recife, onde foi carregador, jornaleiro e ajudante de obras. Preso em 1917 por participar de uma manifestação de apoio à Revolução Bolchevique, permaneceu detido por cinco anos em Recife. Alfabetizou-se aos 25 anos e, em 1929, entrou para a Escola de Sargentos. Filiou-se, em 1930, ao PCB, e, em 1935, liderou no Recife o levante militar promovido pela ANL. Condenado a 28 anos de prisão, foi anistiado com o fim do Estado Novo e eleito, em 1946, deputado constituinte pelo PCB de Pernambuco. Teve seu mandato cassado, em 1947, juntamente com todos os parlamentares comunistas. Viveu na clandestinidade por nove anos. Foi preso imediatamente após o golpe de 1964 e barbaramente torturado. Condenado a dezenove anos de reclusão, teve seus direitos políticos cassados pelo AI-1. Foi libertado, em 1969, juntamente com outros catorze presos políticos, em troca do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, seqüestrado por um grupo de oposição armada. Viveu no México e na extinta União Soviética. Com a promulgação da anistia, voltou ao Brasil em 1979 e logo desligou-se do PCB em função de divergências políticas. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Greg%C3%B3rio_Bezerra>. Acesso em 8 mar. 2008.

Guida Nedda Barata Parreiras Horta. Professora da UFRJ, dirigiu a revista *Calíope: presença Presença clássicaClássica*, do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas daquela universidade.

Guilhermino César (MG, 1908–1993). Consagrou-se como cronista, crítico literário e historiador no Rio Grande do Sul. Foi chefe de gabinete do governador Ernesto Dorneles (1951–1955), professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ministro junto ao Tribunal de Contas do Estado e secretário da Fazenda. Foi também presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Gustavo Corção (RJ, 1896–RJ, 1978). Escritor e pensador católico, autor de diversos livros sobre política e conduta, além de um romance. Formado engenheiro, só obteve notoriedade no campo das idéias aos 48 anos, ao publicar o livro *A descoberta do outro*, narrativa autobiográfica de sua conversão ao catolicismo.

Gustavo Gutiérrez Merino (Peru, 1928–). Teólogo e sacerdote dominicano considerado por muitos como o fundador da Teologia da Libertação. Estudou medicina e letras na Universidad Nacional Mayor de San

Marcos. Foi militante da Ação Católica, o que o motivou a aprofundar os estudos teológicos. Decidido pelo sacerdócio, entrou para o seminário em Santiago do Chile. Estudou filosofia e psicologia na Universidade Católica de Louvaine, Bélgica. Foi ordenado sacerdote em 1959. Na década de 1970, lançou o livro *Teologia da Libertação*. Nos anos 1980, sofreu processo da Cúria Romana, que acusava sua obra de reduzir a fé à política. Ganhou o Prêmio Príncipe das Astúrias em 2003 na Categoria Comunicação e Humanidades. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gustavo_Guti%C3%A9rrez_Merino>. Acesso em 17 maio 2008.

Hélder Pessoa Câmara (CE, 1909–PE, 1999). Em 1964, foi designado arcebispo de Olinda e Recife (PE), exercendo a função até 1985. Integralista na juventude, posteriormente destacou-se na defesa dos direitos humanos e políticos no Brasil, de modo particular durante o período da ditadura. Teve participação ativa no Concílio Ecumênico Vaticano II. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Dom_H%C3%A9lder_C%C3%A2mara>. Acesso em 22 mar. 2008.

Hélio Corbelini atualmente é vereador em Porto Alegre pelo PPS.

Hélio Pellegrino (MG, 1924–RJ, 1988). Psicanalista, escritor e poeta. Em 1942, ingressou na Faculdade de Medicina de Belo Horizonte. Em 1944, com Wilson Figueiredo, Simão Vianna da Cunha Pereira, Otto Lara Resende, Francisco Iglésias e Darcy Ribeiro, editou o combativo jornal clandestino *Liberdade*. Foi fundador da UDN, da qual se desligou no ano seguinte para tornar-se um dos fundadores da Esquerda Democrática (ED). Em 1969, foi mantido preso por dois meses. Em 1980, aderiu, com Mario Mário Pedrosa, Antonio Candido e Sérgio Buarque de Holanda, entre outros intelectuais, ao manifesto de fundação do Partido dos Trabalhadores. Em 1983, integrou a Comissão Teotônio Vilela para as Prisões, do Grupo Tortura Nunca Mais. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/ H%C3%89lio_Pellegrino>. Acesso em 7 mar. 2008.

Hélio Pereira Bicudo (SP, 1922–). Bacharel em Direito pela USP e jornalista. No início da década de 1970, na condição de promotor, desbaratou o Esquadrão da Morte de São Paulo, organização criminosa formada por policiais, cuja característica era a execução sumária de supostos bandidos. Atuando praticamente sozinho contra todo tipo de pressões e ameaças, Bicudo expôs as vísceras do grupo e levou à cadeia alguns de seus membros, entre eles o delegado Sérgio Paranhos Fleury, chefe do Dops e um dos homens mais poderosos da polícia paulista. Posteriormente, foi deputado federal por três mandatos e vice-prefeito de São Paulo, sempre pelo PT, mas acabou rompendo com o partido e se afastando da política eleitoral. Atualmente, preside a Fundação Interamericana de Defesa dos Direitos Humanos (FIDDH). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/H%C3%A9lio_Bicudo>. Acesso em 7 mar. 2008. Ver também <http://www.anovademocracia.com.br/30/07.htm.>; e <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=996>. Acesso em 8 mar. 2008.

Heloísa Buarque de Hollanda. Professora titular de teoria crítica da cultura da Escola de Comunicação da UFRJ. Sua principal linha de pesquisa tem sido as relações entre política e cultura a partir da década de 1960. Publicou vários artigos, ensaios e livros. Disponível em <http://www.pacc.ufrj.br/ciec/pesquisadores/p_heloisabuarque.html>. Acesso em 6 mar. 2008.

Henri Weber (União Soviética, 1944–). É membro do Parlamento Europeu pelo Noroeste da França pelo Partido Socialista Francês. Foi um ativista destacado em 1968 e líder da Juventude Comunista Revolucionária Trotskista e da Liga Comunista Revolucionária. Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/Henri_Weber>. Acesso em 3 abr. 2008.

Henrique de Souza Filho (MG, 1944–RJ, 1988). Conhecido como Henfil, foi cartunista, quadrinista, jornalista e escritor. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde, em 1969, passou a trabalhar no *Jornal do Brasil* e n'*O Pasquim*. Em 1970, lançou a revista *Fradim*. Outros de seus personagens de destaque foram Pó de Arroz, Zeferino, Orelhão, Bode Orelana, Graúna, Cabôco Mamadô, Urubu, Bacalhau e Ubaldo, o paranóico. Foi militante do PT desde a fundação do partido até a sua morte, em decorrência das complicações da Aids, que contraiu após uma das transfusões de sangue a que tinha que se submeter periodicamente por ser hemofílico. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Henfil>. Acesso em 7 mar. 2008.

Henrique Rüth. Alemão, foi bispo de Cruzeiro do Sul (AC) de 1966 a 1988 e atualmente é bispo emérito na mesma diocese. Disponível em <http://mail.cnbb.org.br/Catalogo/prelado.asp?mat=173>. Acesso em 22 mar. 2008.

Henry Graham Greene (Inglaterra, 1904–Suíça, 1991). Romancista inglês cujas obras exploram a ambivalência moral e as questões políticas do mundo moderno. *O poder e a glória* foi publicado originalmente em 1940.

Heráclito Fontoura Sobral Pinto (MG, 1893–RJ, 1991). Jurista, defensor dos direitos humanos, especialmente durante a ditadura do Estado Novo e a ditadura militar instaurada em 1964. Apesar de católico, defendeu Luís Carlos Prestes, preso após o levante comunista de 1935. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Her%C3%A1clito_Fontoura_Sobral_Pinto>. Acesso em 22 mar. 2008.

Herbert José de Souza (MG, 1935–RJ, 1997). Sociólogo formado pela UFMG, foi um dos fundadores da Ação Popular (AP), em 1962. Depois do golpe de 1964, perseguido pelo regime, ficou na clandestinidade. Continuou militando na AP, passando a morar no ABC paulista. Em 1971, partiu para o exílio. No fim da década de 1970, com o aumento das pressões para a abertura política, o nome de Betinho, "o irmão do Henfil", tornou-se um dos símbolos da campanha pela anistia, celebrizado na canção de Aldir Blanc e João Bosco, "O bêbado e o equilibrista". Em 1979, com a anistia, voltou ao Brasil. No início da década de 1980, fundou o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Em 1985, Betinho soube que havia sido infectado com o HIV numa das transfusões de sangue que precisava fazer periodicamente, em função da hemofilia. Em 1986, ajudou a fundar a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (Abia). Tornou-se nacionalmente conhecido a partir de 1992 como coordenador da Ação da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida. Disponível em Portal do Ibase: <http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&pid=40>. Acesso em 31 mar. 2008.

Holofernes. General de Nabucodonosor II, cuja decapitação pela hebréia Judite é contada no livro deuterocanônico de Judite no *Antigo Testamento*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Judith_Holofernes >. Acesso em 10 abr. 2008.

Homero. Poeta grego do século VIII a.C., consagrou o gênero épico com as obras *Ilíada* e *Odisséia*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Homero>. Acesso em 6 mar. 2008.

Humberto de Alencar Castelo Branco (CE, 1900–CE, 1967). Foi o primeiro presidente do regime militar instaurado pelo golpe de 1964. Nomeado chefe do Estado-Maior do Exército em 1963, Castelo Branco foi um dos líderes do golpe que depôs o presidente João Goulart. Eleito presidente pelo Congresso Nacional, iniciou o seu mandato presidencial em 15 de abril de 1964, e ficou no posto até 15 de março de 1967. Durante seu governo, aboliu todos os partidos políticos e tornou indiretas as eleições para presidente e governadores. Foi sucedido pelo seu ministro de Guerra, marechal Costa e Silva, vindo a falecer logo após deixar o poder, em um acidente aéreo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Humberto_de_Alencar_Castelo_Branco>. Acesso em 29 mar. 2008.

Iara Xavier Pereira. Militante da ALN e irmã de Alex Xavier Pereira e de Iuri Xavier Pereira. Era companheira de Arnaldo Cardoso Rocha, também assassinado pela repressão política em 1973, com quem teve um filho. É assessora da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Mais informações estão no livro *Direito à memória e à verdade*, *op. cit.*, e no sítio <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>.

Idibal Piveta. Foi presidente da UNE em 1958. Advogado e teatrólogo, atuou firmemente na defesa de presos políticos em São Paulo durante o período da ditadura. É também o líder e diretor do Teatro União e Olho Vivo, com o nome artístico de César Vieira.

Íris Rezende (GO, 1933–). Foi governador de Goiás por duas vezes, senador, ministro da Agricultura (governo Sarney) e da Justiça (governo Fernando Henrique). É prefeito de Goiânia pelo PMDB. Disponível em < http://pt.wikipedia.org/wiki/Iris_Rezende_Machado>. Acesso em 3 maio 2008.

Ítalo Moriconi. Poeta e professor de literatura brasileira e comparada na UERJ. Seus livros de poesia são *Léu* (1988), *A cidade e as ruas* (1992) e *Quase sertão* (1996).

Itamar Augusto Cautiero Franco (BA, 1930–). Foi presidente do Brasil entre 2 de outubro de 1992 e 1 de janeiro de 1995. Engenheiro civil, foi candidato a vereador em 1958, e a vice-prefeito de Juiz de Fora (MG) em 1962, pelo PTB, não obtendo sucesso em ambas as ocasiões. Com o golpe de 1964, filiou-se ao MDB, elegendo-se para a prefeitura de Juiz de Fora em 1966. Em 1974, concorreu com sucesso ao Senado, sendo reeleito em 1982. Foi candidato ao governo estadual mineiro em 1986 pelo Partido Liberal (PL), mas foi derrotado. Em 1989, foi candidato a vice-presidente da chapa vitoriosa do então governador de Alagoas, Fernando Collor (PRN). Em 1992, Collor foi acusado de corrupção e sofreu processo de *impeachment*, sendo afastado do cargo. Itamar assumiu, então, a Presidência. O Brasil estava em meio a uma grave crise econômica, tendo a inflação chegado a quase 6.000% em 1993. Itamar mudou os ministros da área econômica várias vezes, até que Fernando Henrique Cardoso assumiu o Ministério da Fazenda. Em fevereiro de 1994, o governo Itamar lançou o Plano Real, elaborado pelo Ministério da Fazenda, que estabilizou a economia e acabou com a crise hiperinflacionária. Beneficiado pelo sucesso do plano, Fernando Henrique passou a ser o candidato oficial à sucessão de Itamar e foi eleito presidente em 1994. Exercendo os cargos de embaixador em Portugal e, posteriormente, embaixador junto à OEA, em Washington, Itamar tornou-se um crítico feroz do governo de Fernando Henrique. Em 1998, candidatou-se com êxito ao governo de Minas Gerais. Assim que tomou posse, decretou a moratória do estado de Minas Gerais, alegando a necessidade de empreender uma auditoria na dívida estadual. Retomou judicialmente o controle acionário da estatal de energia elétrica de Minas Gerais (Cemig) e se insurgiu contra a proposta de privatização de Furnas. Compôs um governo de feição centro-esquerdista, com a participação de PMDB, PT, PDT, PSB, PCdoB, PTB, PP e PL, entre outros partidos. Não se candidatou à reeleição e apoiou a candidatura de Aécio Neves (PSDB) para o governo estadual e de Lula a Presidência, ambos vitoriosos. Lula o nomeou embaixador brasileiro na Itália, cargo que deixou voluntariamente em 2005. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Itamar_Franco>. Acesso em 29 mar. 2008.

Iuri Xavier Pereira (RJ, 1948–SP, 1972). Militante da ALN morto pela repressão política em 1972. Mais informações estão disponíveis no livro *Direito à memória e à verdade*, *op. cit.*, e no sítio <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>.

Ivan Martins Pinheiro (RJ, 1946–). É o atual secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, organização mantida por dissidentes comunistas que não aceitaram a decisão, tomada por um congresso realizado em 1992, de transformar o PCB no atual PPS.

Ivan Valente (SP, 1946–). Foi dirigente do Centro Acadêmico da Escola de Engenharia Mauá. Foi perseguido, preso, torturado e condenado pelo regime militar. Ajudou a fundar o Comitê Brasileiro pela Anistia (SP) e dirigiu o jornal socialista *Companheiro*. Foi membro da direção nacional do PT por dezessete anos. Foi deputado estadual do PT por dois mandatos (1987–-1994) e candidato a prefeito de São Caetano do Sul (SP) em 1992. Foi um dos principais líderes da tendência interna Força Socialista, originária do Movimento Comunista Revolucionário (MCR), que por sua vez resultou da fusão do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), da Ala Vermelha e da Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP). Em setembro de 2005, ingressou no PSOL. Em 2006, foi reeleito deputado federal por São Paulo. Disponível em <http://www.ivanvalente.com.br/CN01/trajetoria/trajetoria.htm>. Acesso em 22 mar. 2008.

Ivar Pavan (RS, 1951–). Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aratiba (RS), dirigente regional e estadual da CUT, coordenou o Movimento dos Atingidos por Barragens, apoiou a criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar e integrou a direção regional e nacional do PT. Foi prefeito municipal de Aratiba (1989–1992). Exerce o quarto mandato como deputado estadual gaúcho. Disponível em <http://www.ivarpavan.com.br/perfil.php>. Acesso em 22 mar. 2008.

Ivo Lesbaupin. É professor na UFRJ. Graduado em Filosofia, é mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e doutor em Sociologia pela Université de Toulouse-Le-Mirail, da França. É autor e organizador de diversos livros. Disponível em <http://www.unisinos.br/ihu/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=8843>. Acesso em 17 maio 2008.

Ivo Poletto. Destacado assessor de pastorais sociais da Igreja Católica e educador popular, é autor de vários trabalhos publicados. Fez parte da equipe de mobilização e formação Nacional do Projeto Fome Zero.

Jackson Northman Anderson (1922–2005). Colunista norte-americano, é considerado um dos pais do jornalismo investigativo moderno. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jack_Anderson>. Acesso em 22 mar. 2008.

Jacob Bittar. Fundador do PT, foi presidente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e liderou a greve de 1983 da categoria, que resultou na intervenção do Ministério do Trabalho e na sua destituição. Em 1982, foi um dos candidatos do PT ao Senado por São Paulo. Posteriormente, elegeu-se prefeito de Campinas pelo PT em 1988, mas acabou deixando o partido em meio a conflitos com o diretório municipal e denúncias realizadas por seu vice, Antonio da Costa Santos, o "Toninho do PT".

Jacob Gorender (BA, 1923–). Historiador marxista brasileiro e militante político, publicou, entre outros, *O escravismo colonial* e *Combate nas trevas – A a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*.

Jacques Maritain (França, 1882–França, 1973). Filósofo francês de orientação católica (tomista). Suas obras influenciaram a ideologia da democracia cristã. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jacques_Maritain>. Acesso em 4 mar. 2008.

Jáder Fontenelle Barbalho (PA, 1944–). Filho de Laércio Wilson Barbalho, deputado estadual cassado em 1964, iniciou sua carreira política em 1966 pelo extinto MDB como vereador em Belém. Cursou Direito na UFPA atuando a seguir como advogado. Foi eleito deputado estadual em 1970 e deputado federal em 1974 e 1978. Em 1982, foi eleito governador do Pará pelo PMDB, em parte graças ao apoio de uma dissidência do PDS liderada por Alacid Nunes. Foi ministro da Reforma Agrária e da Previdência Social no governo José Sarney. Em 1990, conquistou seu segundo mandato de governador do Pará. Em 1994, foi novamente eleito senador. Em 1998, foi derrotado na disputa ao governo do Pará por Almir Gabriel,

que foi reeleito governador pelo PSDB. A seguir, foi eleito presidente nacional do PMDB. A partir do ano 2000, enfrenta enfrentou uma troca de acusações com o senador baiano Antônio Carlos Magalhães (PFL), então presidente da Casa. Surgem Surgiram denúncias envolvendo Jáder Barbalho em casos de corrupção e enriquecimento ilícito. Eleito para a presidência do Senado em 14 de fevereiro de 2001, teve que renunciar à presidência do PMDB e à presidência do Senado, antes de abdicar do mandato de senador, de modo a impedir a continuidade do processo por quebra de decoro parlamentar instaurado contra ele pelo Conselho de Ética. Voltou a ser eleito deputado federal em 2002 e 2006. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/J%C3%A1der_Barbalho.>. Acesso em 5 mar. 2008.

Jair Antonio Menegueli (SP, 1974–). Formado pela Escola Roberto Simonsen, do Senai em 1963, no mesmo ano tornou-se ferramenteiro na Willys Overland do Brasil, incorporada pela Ford do Brasil em 1971. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo de 1981 a 1987, permanecendo na diretoria de 1987 a 1990. Foi presidente da CUT Nacional por três mandatos (1983–1991) e deputado federal por dois mandatos. Atualmente é presidente do Conselho Nacional do Sesi.

Jânio da Silva Quadros (MS, 1917–SP, 1992). Formado na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi vereador em São Paulo pelo PDC e deputado estadual, sempre pregando a bandeira da moralização do serviço público. Em 1953, foi eleito prefeito da capital paulista pela coligação PDC/PSB. Promoveu demissões em massa de funcionários, iniciando uma cruzada moralizadora que marcou sua gestão. Em 1954, venceu as eleições a governador do estado de São Paulo. Em abril de 1959, foi lançado no Rio de Janeiro o Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), que propôs a sua candidatura à Presidência da República, que seria vitoriosa em 1960. No mesmo pleito, João Goulart foi eleito vice-presidente. No início do seu governo, Jânio tomou uma série de medidas destinadas a criar uma imagem de inovação dos costumes e saneamento moral. Também investiu fortemente contra alguns direitos e regalias do funcionalismo público. Tentou diminuir o peso do Congresso Nacional e ampliar a esfera de competência da Presidência. Enquanto desenvolvia uma política interna considerada conservadora, procurou afirmar no plano externo os princípios de uma política independente e aberta a relações com todos os países do mundo. Estabeleceu relações com as nações do bloco socialista e condecorou Ernesto Che Guevara, ministro da Economia de Cuba, com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, o que provocou a indignação dos setores civis e militares mais conservadores. A 25 de agosto de 1961, renunciou à Presidência alegando estar sendo pressionado por "forças terríveis", deflagrando uma grave crise política. O vice João Goulart se encontrava em visita oficial à China, e os setores de direita se movimentavam para impedir sua posse, enquanto, a partir do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola comandava a "Cadeia da Legalidade" visando garanti-la. Após a negociação da adoção de um regime parlamentarista, Goulart foi finalmente empossado no dia 7 de setembro. Com o golpe de 1964, teve seus direitos políticos cassados. Com o início da organização de novos partidos políticos em 1979, ingressou no PTB de Ivete Vargas, pelo qual concorreu em 1982 ao governo de São Paulo, sendo derrotado. Em 1985, porém, venceu o pleito à prefeitura de São Paulo, que governou até dezembro de 1988. Cf. DHBB/FGV, *op. cit*. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/Janio_Quadros.asp>. Acesso em 29 mar. 2008.

Jaques Wagner (RJ, 1951–). É governador da Bahia desde 1º de janeiro de 2007. Presidiu o diretório acadêmico da Faculdade de Engenharia da PUC-RJ em 1968. Em 1973, perseguido pela ditadura militar, teve que abandonar o curso de Engenharia, que nunca completou. Nesse mesmo ano, mudou-se para Salvador e ingressou na indústria petroquímica no pólo de Camaçari, litoral da Bahia. Lá se tornou técnico em manutenção. Começou a atuar no Sindicado dos Trabalhadores da Indústria Petroquímica (Sindiquímica), do qual foi diretor e presidente de 1987 a 1989. Foi um dos fundadores do PT e da CUT no estado. Elegeu-se deputado federal em 1990. Depois de três mandatos em Brasília, concorreu ao go-

verno da Bahia em 2002. Derrotado pelo ex-governador Paulo Souto, foi nomeado por Lula ministro do Trabalho. Em 2005, tornou-se ministro de Relações Institucionais, pasta que substituiu a Casa Civil na coordenação política do governo e em suas relações com o Congresso Nacional. Em outubro de 2006, foi eleito governador da Bahia no primeiro turno das eleições. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jaques_Wagner>. Acesso em 5 mar. 2008.

Jarbas Gonçalves Passarinho (AC, 1920–). Militar, foi indicado governador do estado do Pará após o golpe de 1964, permanecendo nessa função até 1966. Foi depois senador (1967–1983 e 1987–1995) pelo Pará, ministro do Trabalho e Previdência Social no governo Costa e Silva, ministro da Educação no governo Garrastazu Médici, ministro da Previdência do governo João Figueiredo e ministro da Justiça no governo Fernando Collor. Foi ainda presidente do senado, de 1981 a 1983. Concorreu ao governo do Pará em 1994, sendo derrotado por Almir Gabriel no segundo turno. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jarbas_passarinho.>. Acesso em 5 mar. 2008.

Jean Maugüé. Autor de *Contribuição à história das idéias no Brasil,* foi o segundo dos mestres franceses em missão na USP, onde lecionou Psicologia de 1935 a 1944. No artigo "Pesquisas no Departamento de Filosofia" (*Estudos Avançados*, vol. 8, nº 22, São Paulo, set./dez. 1994), Franklin Leopoldo da Silva comenta que "sua percepção lúcida das carências e potencialidades do ambiente cultural mostrou-lhe rapidamente que a construção do futuro deveria passar pela aclimatação intelectual da prudência teórica que, bem exercida, exprime-se naquele espírito crítico tão necessário para sentir e medir o peso dos séculos na apropriação do saber filosófico", atitude que se justificaria principalmente "pelo próprio vácuo histórico concernente às idéias filosóficas no Brasil". Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141994000300039&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em 26 mar. 2008; e <http://www.geocities.com/Athens/Delphi/6061/linha2.htm>. Acesso em 26 mar. 2008.

Jean-Baptiste Racine (França, 1639–França, 1699). Foi dramaturgo, matemático e historiador francês.

João Álvaro de Jesus Quental Ferreira (RJ, 1898–RJ, 1979). Adotou o nome artístico de Procópio Ferreira. É considerado um dos grandes nomes do teatro brasileiro.

João Antonio da Silva Filho (MG, 1960 –). Liderança tradicional do PT na zona leste de São Paulo, é advogado e vereador naquela cidade.

João Antônio Felício. Presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) de 1987 a 1993. Presidiu a CUT Nacional de 2003 a 2005, tornando-se, posteriormente, o secretário-geral da entidade e, atualmente, o seu secretário de relações internacionais.

João Antônio Satte. Foi deputado estadual pelo MDB do Rio Grande do Sul (1975–1978).

João Antônio Zuffo. Professor e pesquisador titular da Escola Politécnica da USP, onde coordena o Laboratório de Sistemas Integráveis, o qual produz importantes contribuições para o desenvolvimento tecnológico. Disponível em <http://www.engenheiro2001.org.br/programsa/c-zuffo.htm>. Acesso em 10 abr. 2008.

João Baptista de Oliveira Figueiredo (RJ, 1918–RJ, 1999). Foi o último presidente do regime militar de 1964. Em 1928, obteve o primeiro lugar no concurso para o Colégio Militar de Porto Alegre. Em função das

atividades políticas do pai, o general Euclides Figueiredo, viveu no exílio na Argentina entre 1932 e 1934. Formou-se na Escola Militar de Realengo, em 1937, sendo o primeiro aluno da turma. Após o golpe de 1964, foi encarregado de chefiar a agência do SNI no Rio de Janeiro. Candidato à Presidência da República pela Arena, venceu o também general Euler Bentes Monteiro, do MDB, no Colégio Eleitoral em 1978. No seu governo (1979–1985), ocorreram a anistia política parcial e as primeiras eleições diretas para governador de estado desde 1965. Sua gestão foi marcada por grave crise econômica, com as altas taxas de juros internacionais, altos índices recessivos e inflacionários e com a dívida externa crescente do Brasil. O cenário de instabilidade econômica e de distensão política fomentou uma explosão de movimentos sociais. Durante o seu governo, aconteceu uma série de atentados terroristas – tais como bombas em bancas de jornais e explosões em organismos que defendiam os direitos humanos – atribuídos a grupos de extrema direita vinculados a setores das Forças Armadas contrários ao processo de redemocratização. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Figueiredo>. Acesso em 5 abr. 2008.

João Batista Dos Mares Guia. Sociólogo, iniciou-se na militância secundarista em 1966, em Belo Horizonte. Participante do ciclo de mobilizações conhecido como Setembrada, em 1967 entrou no curso de sociologia da UFMG, onde liderou a luta pela ampliação do número de vagas na universidade e pelo fim das chamadas listas de "excedentes". Vinculado ao Comando de Libertação Nacional (Colina), participou de uma chapa unitária das esquerdas que conquistou a UEE-MG no final dos anos 1960, juntamente com representantes da Ação Popular e com César Maia, vinculado à ALN. Mais tarde, foi um dos fundadores do PT em Minas Gerais e primeiro secretário-geral do partido no estado, sendo eleito deputado estadual em 1982. Atualmente, trabalha como consultor na área de Patrimônio Histórico e Museus da Fundação Roberto Marinho e como consultor em educação do Banco Mundial. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1076>; e <http://www2.uol.com.br/pagina20/16022006/opiniao.htm>. Acesso em 3 abr. 2008.

João Batista Oliveira de Araújo (PA, 1953–). Mais conhecido como Babá, é professor universitário, formado em engenharia mecânica e pós-graduado pelo ITA. Foi vereador em Belém de 1989 a 1990, deputado estadual de 1991 a 1999 e federal de 1999 a 2007. Em 2003, foi expulso do PT, juntamente com a senadora Heloísa Helena (AL) e a deputada federal Luciana Genro (RS). Os três tornaram-se os principais líderes do grupo de ativistas políticos, juvenis, sindicais e populares que, discordando das políticas do governo Lula, fundou o PSOL. Em 2004, transferiu seu domicílio eleitoral para o Rio de Janeiro, e, em 2006, disputou a eleição para deputado federal, ficando como primeiro suplente do PSOL. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bab%C3%A1_%28pol%C3%ADtico%29>. Acesso em 5 mar. 2008.

João Belchior Marques Goulart (RS, 1919–Uruguai, 1976). Formou-se em direito em 1939. Elegeu-se deputado estadual em 1947 e deputado federal em 1950; em seguida, assumiu a Secretaria do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul e a presidência do PTB, primeiro no estado e depois em nível nacional. Em junho de 1953, foi nomeado ministro do Trabalho, defendendo a duplicação do salário mínimo, mas em fevereiro de 1954 foi exonerado do cargo. Após o suicídio de Vargas, tornou-se um dos principais herdeiros da popularidade do ex-presidente. Em 1955 e 1960, foi eleito vice-presidente da República. Em 25 de agosto de 1961, o presidente Jânio Quadros renunciou quando Jango estava em viagem oficial à China. O Congresso aprovou Emenda Constitucional que instalou o parlamentarismo, limitando os poderes de Jango. No final de 1962, Goulart lançou-se na campanha pelo retorno ao presidencialismo, que foi vitorioso no plebiscito de 6 de janeiro de 1963. Para retomar o crescimento econômico e combater a elevação da inflação, tentou pôr em prática o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico, coordenado por San Tiago Dantas e Celso Furtado. Para reconquistar o apoio dos sindicatos, ligas camponesas, entidades estudantis e partidos de

esquerda, como PTB, PCB e PSB, e vendo o insucesso das tentativas de controle financeiro, Jango iniciou uma ofensiva política para consolidar uma frente de apoio às reformas de base. Por outro lado, recrudesceu o movimento conspiratório que desde a posse de Goulart tramava a sua deposição, unindo contra o governo grandes proprietários de terras, interesses norte-americanos e a maioria das forças armadas. Na madrugada de 31 de março, iniciou-se em Minas Gerais o movimento militar que levaria ao golpe. Na noite do dia 1º de abril, Jango viajou para o Rio Grande do Sul para organizar a resistência e defender o poder legal. Contudo, em Porto Alegre, decidiu deixar o país, ao reconhecer que lutar significaria desencadear uma guerra civil. No dia 4 de março de 1964, foi para o Uruguai. Em dezembro de 1976, João Goulart faleceu em sua fazenda, no município uruguaio de Mercedes. Cf. DHBB/FGV, *op. cit.*, Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/Joao_Goulart.asp>. Acesso em 29 mar. 2008.

João Bosco Penido Burnier (MG, 1917–GO, 1976). No dia 11 de outubro de 1976, juntamente com dom Pedro Casaldáliga, dirigiu-se à cadeia de Ribeirão Cascalheira (MT), onde duas mulheres estavam sendo torturadas, e, após uma conversa de cerca de três minutos com o soldado Ezy Ramalho Feitosa, recebeu dele um soco, uma coronhada e um tiro da bala dundum. Veio a falecer no dia seguinte. Disponível em <http://www.pime.org.br/mundoemissao/testembosco.htm>. Acesso em 22 mar. 2008.

João Machado Borges Neto. Economista formado pela UFMG, com mestrado na PUC-SP e doutorado na USP. É professor na PUC-SP. Um dos principais líderes da Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS), que posteriormente se tornou a tendência interna do PT Democracia Socialista, ocupou diversos cargos na direção do PT, entre eles o de secretário nacional de Formação Política. Deixou o PT e é militante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Disponível em <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4751530T9>. Acesso em 22 mar. 2008.

João Magno de Moura (MG, 1960–). Foi professor, bancário e consultor, iniciando sua militância política nos quadros do PT, em Ipatinga (MG), cidade da qual foi prefeito. Eleito deputado federal em 2002, foi um dos deputados acusados de receber recursos irregulares no chamado "escândalo do mensalão", mas foi absolvido no processo de quebra do decoro parlamentar em votação no plenário da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Magno>. Acesso em 5 mar. 2008.

João Mangabeira (BA, 1880–RJ, 1964). Formado em direito, foi deputado estadual, prefeito de Ilhéus (BA), deputado federal pela Bahia e senador. Foi deposto do cargo pela Revolução de 1930. Em outubro de 1934, elegeu-se novamente deputado federal pela Bahia e foi um dos fundadores do Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares para combater a Lei de Segurança Nacional e defender os direitos constitucionais. Preso em 1936 acusado de envolvimento com os comunistas, retornou à Câmara de Deputados depois de mais de um ano de prisão. Com a implantação do Estado Novo, em novembro de 1937, perdeu seu mandato pela segunda vez. Com o final do Estado Novo, integrou a Esquerda Democrática (ED), grupo que atuava no interior da União Democrática Nacional (UDN). Em 1947, foi eleito deputado federal pela ED, que passou a chamar-se Partido Socialista Brasileiro (PSB), do qual se tornou presidente. Na eleição presidencial de 1950, vencida por Vargas, encabeçou a chapa lançada pelo PSB. Foi ministro de Minas e Energia no gabinete parlamentarista de Francisco Brochado da Rocha, em 1962, e da Justiça no de Hermes Lima, em 1963. Cf. DHBB/FGV, *op. cit*. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/Biografias/Joao_Mangabeira.asp>. Acesso em 24 abr. 2008.

João Paulo Cunha (SP, 1958–). Programador de produção e metalúrgico, teve ampla militância nos movimentos sindicais e populares de Osasco (SP). Participou da Pastoral da Juventude, integrou-se aos movimentos

sociais e sindicais e militou nas Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, organizando e integrando o Centro de Defesa dos Direitos Humanos no final da década de 1970. Contribuiu para criar a Oposição Sindical Metalúrgica em Osasco e Região e participou da fundação do PT em Osasco. Em 1982, aos 24 anos, foi eleito vereador naquela cidade. Em 1990, foi eleito deputado estadual e ocupou a liderança do partido na Assembléia Legislativa. Em 1994, foi eleito deputado federal, vindo a se reeleger em 1998, 2002 e 2006. Foi presidente da Câmara dos Deputados no período 2003–-2005. Posteriormente, seu nome foi envolvido nas denúncias referentes ao chamado "escândalo do mensalão", mas foi absolvido no processo de quebra do decoro parlamentar em votação no plenário da Câmara dos Deputados. Disponível em <http://www.joaopaulo.org.br/>; e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Paulo_Cunha>. Acesso em 5 mar. 2008.

João Paulo Pires de Vasconcelos (MG, 1932–). Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade (MG) de 1972 a 1978, foi um dos fundadores da CUT e deputado federal de 1987 a 1995 pelo PT.

João Pedro Stedile (RS, 1953–). Economista e ativista social, é um dos líderes do MST. Formou-se em economia pela PUC-RS, com pós-graduação na Universidade Nacional Autônoma do México. Atuou como membro da Comissão de Produtores de Uva, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Sul. Assessorou a Comissão Pastoral da Terra no Rio Grande do Sul e em âmbito nacional, e trabalhou na Secretaria da Agricultura do Rio Grande do Sul. Foi um dos fundadores do MST e participa desde 1979 das atividades da luta pela reforma agrária. É autor de diversos livros sobre a questão agrária. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Pedro_St%C3%A9dile>. Acesso em 7 mar. 2008.

João Verle. Economista filiado ao PT, foi presidente do Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) durante o governo de Olívio Dutra. Em 2000, foi candidato a vice-prefeito de Porto Alegre na chapa de Tarso Genro. Em abril de 2002, Genro renunciou ao cargo para concorrer a governador do estado, e Verle assumiu o cargo de prefeito. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Verle>. Acesso em 4 abr. 2008.

Joaquim Câmara Ferreira (SP, 1913–SP, 1970). Também conhecido como Velho ou Toledo. Jornalista, entrou para o Partido Comunista em 1933 e esteve preso por vários anos durante a ditadura do Estado Novo. Em 1946, elegeu-se vereador em Jaboticabal (SP), mas, no ano seguinte, com a cassação do registro eleitoral do PCB, perdeu seu mandato. Em 1967, foi um dos principais signatários do "Manifesto do Agrupamento Comunista de São Paulo" – que se tornou o embrião da ALN. Participou pessoalmente do seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Em novembro de 1969, quando Marighella foi assassinado, encontrava-se em Cuba, mas retornou ao Brasil para assumir o comando da ALN. Foi preso no dia 23 de outubro de 1970 e levado, já sob torturas, para o sítio clandestino do delegado Sérgio Fleury, morrendo algumas horas após sua prisão. Disponível em <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/sa/MDDetalhe.asp?CodMortosDesaparecidos=57>. Acesso em 21 mar. 2008.

Joaquim dos Santos Andrade (SP, 1926–SP, 1997). Operário com boa formação técnica, apoiou o movimento político-militar de 1964 e, em seguida, foi nomeado interventor no Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos. Em 1965, foi eleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o que se repetiria nas oito eleições seguintes. Tornou-se o símbolo do peleguismo no Brasil pós-1964. Começou a perder paulatinamente sua liderança nos sindicatos paulistas com o surgimento do Novo Sindicalismo no final da década de 1970. Recusou-se a participar da criação da Central Única dos Trabalhadores e, em 1986, fundou a Confederação Geral dos Trabalhadores, da qual perdeu a presidência em 1988. Fundou então a Central Geral dos Trabalhadores, que foi dissolvida em 1990, em apoio à criação de outra central sindical, a Força Sindical. Filiou-se ao PSDB e apoiou o governo de Fernando Henrique Cardoso. Cf. DHBB/FGV, *op. cit.*

Joaquim Lúcio Cardoso Filho (MG, 1913–RJ, 1968). Escritor, dramaturgo, jornalista e poeta.

Joaquim Maria Moreira Cardoso (PE, 1897–PE, 1978). Poeta, contista, desenhista, engenheiro civil, professor universitário e editor de revistas especializadas em arte e arquitetura. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Joaquim_Cardoso>. Acesso em 6 mar. 2008.

Joaquim Mattoso Câmara Júnior (RJ, 1904–RJ, 1970). Filólogo e lingüista que introduziu no meio acadêmico brasileiro o ensino de Lingüística Geral. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mattoso_Camara_Jr>. Acesso em 17 maio 2008.

Joel Rufino dos Santos. Historiador, professor e escritor. É um dos nomes de referência sobre cultura africana no país. Doutor em comunicação e cultura pela UFRJ, onde leciona literatura. Tem extensa obra publicada: livros infantis, didáticos, paradidáticos e outros. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Joel_Rufino_dos_Santos>. Acesso em 21 mar. 2008.

Jorge Almeida. É doutor em comunicação e cultura contemporânea pela UFBA, onde é professor. Foi militante estudantil da Ação Popular (AP), preso político e, posteriormente, fundador da Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP). Integrou a Comissão Executiva Nacional do PT como secretário de Juventude, de Formação Política e de Movimentos Populares. Deixou o PT e milita hoje no PSOL. Disponível em <http://www.listas.ufba.br/pipermail/facom-l/2004-August/000970.html>. Acesso em 22 mar. 2008.

Jorge Camilo Torres Restrepo (Colômbia, 1929–Colômbia, 1966). Padre católico e guerrilheiro colombiano. Integrou-se ao Exército de Libertación Nacional (ELN) em 1965, declarando, em sua *Mensagem aos cristãos*: "Deixei os privilégios e deveres do clero, porém não deixei de ser sacerdote. [...] Depois da revolução, [nós] os cristãos teremos a consciência de que estabelecemos um sistema que estará orientado para o amor ao próximo". Tentou, sem sucesso, articular uma aliança entre o ELN e o grupo de guerrilheiros que daria origem, em 1966, às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARCFarc). Morreu em 15 de fevereiro de 1966 em combate com tropas do Exército colombiano. Disponível em <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=23212>. Acesso em 22 mar. 2008.

Jorge Mattoso (RS). É professor do Instituto de Economia da Unicamp e foi um dos criadores do Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho (Cesit). Publicou, entre outros trabalhos, o livro *O Brasil desempregado (*São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999). Teve papel importante nos debates sobre questões econômicas no interior do PT desde a fundação do partido. Foi secretário de Relações Internacionais da prefeitura de São Paulo na gestão Marta Suplicy (2001–2003) e presidente da Caixa Econômica Federal (2003–2006). Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2688>. Acesso em 7 mar. 2008.

José Alberto de Fogaça Medeiros (RS, 1947–). Formado em direito pela PUC-RS, atuou como professor de literatura em curso pré-vestibular, apresentador de televisão e rádio e articulista do jornal *Zero Hora*. Também é autor de composições musicais bastante conhecidas em âmbito regional. Foi eleito deputado estadual pelo MDB em 1978. Em 1982 (já pelo PMDB), tornou-se deputado federal. Em 1986, foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul (sendo reeleito em 1994). Em 1990, foi lançado como candidato do PMDB à sucessão do governador Pedro Simon, mas ficou apenas na terceira colocação. Em 2001, acompanhou o ex-governador Antônio Brito ao deixar o PMDB e ingressar no PPS, pelo qual foi eleito prefeito de Porto Alegre em 2004. Em 2007, retornou ao PMDB. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Foga%C3%A7a>. Acesso em 4 abr. 2008.

José Américo de Almeida (PB, 1887–PB, 1980). Escritor, político e professor universitário. Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1908. Foi deputado federal, senador, interventor e ministro da Viação e Obras Públicas, ministro do Tribunal de Contas da União, governador da Paraíba e primeiro reitor da Universidade Federal da Paraíba. Antes do golpe do Estado Novo, em 1937, era um dos principais candidatos às eleições presidenciais marcadas para o ano seguinte. Também se destacou no cenário nacional com a publicação de *A bagaceira* (1928), romance inaugural do movimento literário conhecido como "Romance de 30". Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Am%C3%A9rico_de_Almeida>. Acesso em 26 mar. 2008. A entrevista à qual Antonio Candido se refere foi publicada em 22 de fevereiro de 1945, no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, e marcou o fim da censura à imprensa no Estado Novo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_Novo_%28Brasil%29>. Acesso em 27 mar. 2008.

José Américo Dias, atual vereador do PT e presidente municipal do partido na cidade de São Paulo, é jornalista formado pela Escola de Comunicação e Artes da USP. Coordenou a área de Rádio e TV das campanhas presidenciais de Lula em 1989 e 1998. Foi Secretário de Comunicação da prefeitura de São Paulo na gestão de Marta Suplicy. Disponível em <http://www.fiesp.org.br/clipping.nsf/5b56c69712d7723983256c7d0060a3c9/836f9b18575d4815832573a70058cc83?OpenDocument>. Acesso em 22 mar. 2008.

José Arthur Giannotti (SP, 1930–). Filósofo, foi diretor do Departamento de Filosofia da USP de 1967 a 1968. Com o endurecimento do regime militar, em abril de 1969 foi aposentado compulsoriamente. No início dos anos 1970, foi um dos fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), do qual foi presidente. Em 1979, com a anistia, reassumiu seu cargo na USP. Destacou-se como especialista na análise do pensamento de Karl Marx. Embora tenha participado da fundação do PT, logo se afastou dele, aderindo posteriormente ao PSDB. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Arthur_Giannotti>; e <http://www.abc.org.br/sjbic/curriculo.asp?consulta=jag>. Acesso em 24 abr. 2008.

José Carlos Brandão Monteiro. Funcionário do Banco do Brasil e líder estudantil atuante no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco), da Faculdade Nacional de Direito. Foi secretário Estadual dos Transportes no governo Leonel Brizola (1983–1986).

José Carlos de Azeredo. Lecionou por mais de 25 anos na UFRJ e é atualmente professor adjunto da UERJ, onde coordena o mestrado em Língua Portuguesa do Instituto de Letras. Disponível em <http://www.zahar.com.br/catalogo_autores_detalhe.asp?aut=Jos%E9+Carlos+de+Azeredo>. Acesso em 17 maio 2008.

José Carlos de Oliveira. Destacado militante e fundador do PT gaúcho.

José Carlos Dias (SP, 1939–). Foi advogado de presos políticos durante a ditadura, presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, secretário da Justiça do Governo Montoro (1983-1987) e ministro da Justiça do governo Fernando Henrique Cardoso em 1999 e 2000.

José Corrêa Leite. Professor universitário e membro da Associação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos cidadãos (ATTAC), integra a Secretaria e o Conselho Internacional do Fórum Social Mundial. Foi editor do jornal *Em Tempo*. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modulos/news/index.php?storytopic-541>. Acesso em 3 abr. 2008.

José de Filippi Júnior (SP, 1957–). Engenheiro formado pela USP, começou a militar em movimentos populares em 1978. Em 1980, participou da reunião de fundação do PT. Foi secretário de obras nos dois

primeiros governos do PT em Diadema (SP). Eleito prefeito da cidade pela primeira vez em 1992, foi o candidato do PT mais votado para a Assembléia Legislativa em 1998. Em 2000, foi eleito novamente prefeito municipal de Diadema, cargo para o qual se reelegeu em 2004. Disponível em < http://noticias.uol.com.br/ultnot/eleicoes/segundoturno/diadema.jhtm>. Acesso em 10 abr. 2008.

José de Sousa Saramago (Portugal, 1922–). Escritor, roteirista, jornalista e poeta, ganhou em 1998 o Prêmio Nobel de Literatura. É membro do Partido Comunista Português e foi diretor do *Diário de Notícias*. Publicou, entre outros, *Levantado do chão*, *Memorial do convento*, *O ano da morte de Ricardo Reis*, *A jangada de pedra*, *História do cerco de Lisboa*, *O Evangelho segundo Jesus Cristo* e *Ensaio sobre a cegueira*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Saramago>. Acesso em 22 mar. 2008.

José Dirceu de Oliveira e Silva. (MG, 1946–). Mudou-se para São Paulo em 1961 para estudar e trabalhar. Em 1965, iniciou o curso de Direito na PUC-SP – o qual só pôde concluir em 1983 – e se tornou líder estudantil, chegando à presidência da União Estadual dos Estudantes. Foi preso em 1968 ao participar do clandestino 30º Congresso da UNE em Ibiúna (SP). Um dos 15 presos libertados em troca do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, ele foi banido do país. Durante o exílio, trabalhou e estudou em Cuba, tendo voltado clandestinamente ao país por duas vezes. Na primeira, permaneceu no Brasil entre 1971 e 1972. Voltou, em 1974, quando residiu em Cruzeiro do Oeste (PR) por cinco anos. Com a anistia, voltou à legalidade em 1979. Participou ativamente da fundação do PT. Fez parte da coordenação da campanha das Diretas Já em 1984. Entre 1981 e 1986, trabalhou na Assembléia Legislativa de São Paulo e, em 1986, foi eleito deputado estadual. Em 1990, elegeu-se deputado federal e, em 1994, candidatou-se ao governo de São Paulo, recebendo 2 milhões de votos. Voltou a se eleger deputado federal em 1998 e 2002. Na Câmara dos Deputados, assinou, com Eduardo Suplicy, requerimento propondo a "CPI do PC" (Paulo César Farias), que levou ao *impeachment* do presidente Collor. Foi dirigente do PT de São Paulo e, posteriormente, secretário-geral e presidente nacional do PT. Integrante da coordenação das campanhas de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 1989, 1994 e 1998, foi o coordenador-geral da campanha em 2002. Com a vitória de Lula, assumiu em janeiro de 2003 a função de ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, permanecendo no cargo até junho de 2005, quando retornou à Câmara dos Deputados. Seu mandato foi cassado em dezembro do mesmo ano em decorrência do chamado "escândalo do mensalão". Disponível em <http://www.zedirceu.com.br/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=24&Itemid=73> Acesso em 17 maio 2008.

José Eduardo Cavalcanti de Mendonça (BA, 1944–). Mais conhecido como Duda Mendonça, é um dos mais importantes publicitários brasileiros. Tornou-se notório no cenário nacional por comandar campanhas políticas vitoriosas em diversas eleições, inclusive a de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República em 2002. Também foi o responsável pela campanha de Paulo Maluf à prefeitura de São Paulo em 1992, e pelas campanhas de Ciro Gomes e de Cid Gomes no Ceará, respectivamente, a deputado federal e a governador, em 2006. Em agosto de 2005, o publicitário foi acusado de envolvimento no chamado "escândalo do mensalão" após dizer que tinha aberto conta nas Bahamas – por orientação do empresário Marcos Valério – para receber cerca de 10 milhões de reais como pagamento por serviços publicitários e de assessoria política prestados a campanhas eleitorais do PT. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Duda_Mendon%C3%A7a>. Acesso em 5 mar. 2008.

José Eudes (PE, 1946–). Foi presidente da Associação Recifense de Estudantes Secundaristas (Ares) e dirigiu a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes). Formou-se em Direito pela Faculdade Cândido Mendes no Rio de Janeiro em 1977 e foi bancário de profissão em 1969 a 1978, quando se elegeu depu-

tado estadual pelo MDB. Em 1979, com a extinção do bipartidarismo e a reformulação partidária filiou-se ao PT, conquistando a eleição para deputado federal em 1982. Em 1985, desligou-se do PT por discordar da decisão do partido de não participar do Colégio Eleitoral e, portanto, não votar em Tancredo Neves na eleição presidencial indireta.

José Ferreira da Silva (PE, 1942 –). Conhecido como frei Chico, é um dos irmãos mais velhos de Luiz Inácio Lula da Silva. Torneiro mecânico e retificador, começou a militar no PCB em 1964, quando trabalhava na metalúrgica Metalac, na capital paulista. A partir de 1966, trabalhou em diversas empresas do ABC paulista e tornou-se um organizador de base da categoria. Teve papel decisivo na filiação de Lula ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e, a partir da relação de confiança que tinha desenvolvido com líderes da entidade, como Afonso Monteiro da Cruz e Paulo Vidal, indicou o irmão para uma das suplências da diretoria nas eleições sindicais de 1969. Lula trabalhava na Villares, uma importante fábrica na qual o sindicato não contava com nenhum diretor. Uma vez na direção do sindicato, entretanto, as posições de Lula nem sempre coincidiram com as do irmão. Em 1975, quando Lula se encontrava em viagem ao Japão para um Congresso de Trabalhadores da Toyota, frei Chico foi preso, como parte de uma operação repressiva desencadeada contra a militância comunista no estado de São Paulo. Lula, em trânsito nos Estados Unidos, foi aconselhado a retardar a volta ao Brasil, aguardando que a situação se acalmasse, pois era também acusado de vínculos com o PCB. Ao regressar, descobriu que frei Chico tinha sido torturado durante dias seguidos com o objetivo de extrair uma confissão que comprometesse o irmão sindicalista. Em diversos depoimentos desde então, Lula aponta esse episódio como o desencadeador de uma revolta que transformou sua visão sobre a política. Cf. PARANÁ, Denise. *Lula. O filho do Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002, p. 151-189.

José Fortunati. Ex-presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre e da CUT-RS, foi eleito pelo PT deputado estadual (1987–1990), deputado federal (1991–1996) e vice-prefeito de Porto Alegre (1997–2000). Em 2000, perdeu a disputa na prévia interna do PT para escolha do candidato a prefeito de Porto Alegre e migrou para o PDT, pelo qual se elegeu vereador, tornando-se presidente da Câmara Municipal. Foi secretário estadual de Educação no governo de Germano Rigotto (2003–2006) e atualmente é secretário de Planejamento na prefeitura de Porto Alegre.

José Francisco da Silva (PE, 1940–). Trabalhador dos canaviais da Zona da Mata pernambucana, foi alfabetizado pelo método Paulo Freire no final dos anos 1950, vindo a participar da Juventude Agrária Católica e do Movimento de Educação de Base (MEB). Tornou-se delegado sindical em Vicência (PE) no final de 1961 e, posteriormente, foi eleito secretário-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (Fetape), contando com o apoio de Gregório Bezerra, Franscisco Julião e Miguel Arraes. Após o golpe de 1964, foi detido, processado e depois liberado. Mais tarde, viria a ser um dos primeiros presidentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag). Disponível em <http://www.agronline.com.br/agronoticias/noticia.php?id=574>. Acesso em 24 abr. 2008.

José Freitas Nobre (CE, 1921–SP, 1990). Advogado, jornalista e professor universitário. Foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo por três vezes, e da Federação Nacional dos Jornalistas por duas ocasiões. Seguidor do espiritismo, escreveu vários livros sobre o assunto. Filiado ao PSB, foi vereador e posteriormente vice-prefeito de São Paulo na gestão Prestes Maia (1961–1965). Após o golpe de 1964, afastou-se da política e foi para Paris, onde realizou doutorado em Direito e Economia da Informação na Sorbonne. De volta ao Brasil em 1967, filiou-se ao MDB e elegeu-se deputado federal por quatro mandatos, sendo líder do partido durante cinco anos. Foi reintegrado à USP nos anos 1980, tornando-se professor titular da Escola

de Comunicação e Artes. Depois de rápida passagem pelo PDT, participou da criação do PSDB. Disponível em <http://www.espiritismogi.com.br/biografias/jose_nobre.htm>; e <http://www.eca.usp.br/pjbr/arquivos/dic_f3.htm>. Acesso em 8 abr. 2008.

José Frejat (MA, 1924–). Entre 1961 e 1962, foi subchefe de gabinete do Ministério de Minas e Energia do governo João Goulart. Depois do golpe de 1964, filiou-se ao MDB e foi eleito vereador do município do Rio de Janeiro e deputado estadual. Com a reorganização partidária de 1979, filiou-se ao PDT. Em 1982, foi eleito deputado federal e, em 1986, candidatou-se a senador pelo Rio de Janeiro, sem sucesso. Em agosto de 1987, deixou o PDT e voltou ao PSB. Em 1989, filiou-se ao PSDB. Cf. DHBB/FGV, *op. cit*.

José Genoino Guimarães Neto (CE, 1946–). Integrou a direção da UNE em 1967. Em 1968, filiou-se ao PCdoB. Já vivendo na clandestinidade, acabou preso em abril de 1972 na guerrilha do Araguaia. Depois de cinco anos, retomou a vida em São Paulo, trabalhando como professor de história no Colégio Equipe. Anistiado em 1979, Genoino ajudou a fundar o PT. Em 1982, elegeu-se deputado federal por São Paulo pela primeira vez. Foi reeleito em 1986, 1990, 1994, 1998 e 2006. Em 2002, foi candidato ao governo de São Paulo, sendo derrotado no segundo turno. Assumiu a presidência nacional do PT em dezembro de 2002 e ficou trinta meses no cargo. Com a emergência do chamado "escândalo do mensalão", Genoino acabou renunciando à presidência do PT em julho de 2005. Disponível em <http://www.genoino.org/trajetoria_ver.php?idTrajetoria=1>. Acesso em 5 mar. 2008.

José Gomes (RS, 1921–SC, 2002). Foi bispo da Diocese de Chapecó (SC). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Gomes>. Acesso em 22 mar. 2008.

José Gomes da Silva (1924–1996). Agrônomo e fazendeiro exemplar no município de Pirassununga (SP). Sua fazenda recebeu várias distinções por produtividade e pela forma de tratamento dado aos empregados. Fundador da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), era considerado o maior especialista em reforma agrária do país. Ajudou a redigir o Estatuto da Terra em 1964, a primeira lei de reforma agrária do país. Foi secretário da Agricultura de São Paulo (1982–1983) e presidente do Incra (1985). Cf. STEDILE e MANÇANO, *op. cit.*

José Gomes Pinheiro Machado (RS, 1851–RS, 1915). Defensor da República, foi senador de 1890 a 1893, deixando o cargo para combater o movimento armado da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul (1893–1895), quando recebeu o título de general. Após a vitória da República, voltou a atuar no Senado até o ano de sua morte, 1915. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Gomes_Pinheiro_Machado>. Acesso em 4 mar. 2008.

José Graziano da Silva. Professor da Unicamp e autor do livro *A modernização dolorosa* (Zahar Editora, 1982). Trata-se da análise do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira nos anos 1970, que modernizou as tecnologias mas manteve a concentração da propriedade e a exclusão social. Cf. STEDILE e MANÇANO, *op. cit.*

José Ibrahim. Metalúrgico da Cobrasma, foi um dos líderes da greve de Osasco de 1968. Militante da VPR, foi trocado pelo embaixador norte-americano, juntamente com outros catorze presos políticos, e banido do país em setembro de 1969. Era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco por ocasião da greve. Cf. GRECO, Heloísa. *Dimensões fundamentais da luta pela anistia*. Tese de doutorado em História, FAFICH/UFMG, 2003, p. 159.

José Ingenieros (Argentina, 1877–Argentina, 1925). Seu nome original era Giuseppe Ingegneri. Foi médico, psiquiatra, psicólogo, farmacêutico, escritor, docente, filósofo e sociólogo. Seu livro *Evolução das idéias argentinas* marcou rumos no entendimento do desenvolvimento histórico da Argentina como nação. Destacou-se por sua influência entre os estudantes que protagonizaram a Reforma Universitária de 1918. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Ingenieros>. Acesso em 21 mar. 2008.

José Ivo Lorscheider (RS, 1927–RS, 2007). Foi bispo de Santa Maria (RS). Foi nomeado bispo pelo papa Paulo VI, no decorrer do Concílio Ecumênico Vaticano II, em 1965. Presidiu a CNBB durante o período mais obscuro da ditadura brasileira, entre 1965 e meados da década de 1970. Nesse período, abrigou na Igreja brasileira vários defensores da Teologia da Libertação. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ivo_Lorscheider>. Acesso em 22 mar. 2008.

José Lins do Rego Cavalcanti (PB, 1901–RJ, 1957). É considerado um dos grandes nomes da literatura regionalista brasileira. Publicou, entre outros, *Menino de engenho*, *Doidinho*, *O moleque Ricardo*, *Riacho doce*, *Fogo morto*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Lins_do_Rego>. Acesso 21 mar. 2008.

José Luís Carneiro Cruz. Dirigente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, foi um destacado organizador de base do PT em Porto Alegre, sendo o principal líder do núcleo do partido no Banco do Brasil. Faleceu precocemente no início dos anos 1990.

José Maria Pires (MG, 1919–). É arcebispo emérito da Paraíba. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Maria_Pires>. Acesso em 22 mar. 2008.

José María Vargas Vila (Colômbia, 1860–Espanha, 1933). Escritor, publicou, entre outros, *Aura o las violetas*, *Lo irreparable* e *Ibis*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Mar%C3%ADa_Vargas_Vila>. Acesso em 21 mar. 2008.

José Paulo Bisol (RS, 1928–). Desembargador, foi eleito deputado estadual (1982) e senador pelo PMDB (1986). Em 1988, filiou-se ao PSDB. Convidado para ser candidato a vice-presidente na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva em 1989, filiou-se ao PSB. Foi novamente candidato a vice-presidente de Lula em 1994, porém renunciou à candidatura. Foi candidato ao Senado em 1998, mas foi derrotado.

José Paulo Neto. Professor titular de Serviço Social da PUC-SP e da UFRJ.

José Porfírio de Souza (GO, 1913–DF, 1973). Militante do Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) desaparecido por motivos políticos desde 1973. Há mais informações no livro *Direito à memória e à verdade*, *op. cit.*, e no sítio <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>.

José Sarney de Araújo Costa (MA, 1930–). Bacharel pela Faculdade de Direito do estado, foi literato de vanguarda; professor universitário; deputado federal pelo Maranhão de 1956 a 1966; governador do estado de 1966 a 1970; senador pelo mesmo estado no período 1971–1985; e senador pelo Amapá desde 1991. Foi um dos dissidentes do PDS que formaram a Frente Liberal, tornando-se o candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Tancredo Neves, que foi vitoriosa na disputa com Paulo Maluf (PDS) no Colégio Eleitoral em 1985, encerrando o ciclo de governos militares. Com a doença de Tancredo, que o impediu de tomar posse, Sarney assumiu a Presidência da República em 15 de março daquele ano, e, com a morte do presidente eleito, cumpriu o mandato até 1990. Foi filiado a diversos partidos, entre eles, a UDN, Arena, MDB e o PMDB.

José Veríssimo Dias de Matos (PA, 1857–RJ, 1916). Educador, jornalista e estudioso da literatura brasileira, um dos idealizadores da Academia Brasileira de Letras. Afiliado ao naturalismo, foi um dos expoentes da crítica literária e da historiografia das letras no Brasil. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Ver%C3%ADssimo>. Acesso em 6 mar. 2008.

Josias Gomes da Silva (PE, 1956–). Eleito deputado federal em 2002 pelo PT da Bahia, foi também acusado de receber recursos no chamado "escândalo do mensalão", mas não foi cassado devido ao fato de que o número de deputados favorável à cassação não atingiu o quórum exigido. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Josias_gomes>. Acesso em 5 mar. 2008.

Josimo Morais Tavares (1953–1986). Sacerdote, negro, membro da Comissão Pastoral da Terra, atuava na região do Bico do Papagaio (TO). Foi assassinado por um pistoleiro a mando de fazendeiros da UDR, em 10 de maio de 1986, na cidade de Imperatriz (MA). Apenas o pistoleiro foi condenado. Confessou a mando de quem atuou, mas os fazendeiros estão "foragidos" até hoje. Cf. STEDILE e MANÇANO, *op. cit.*

Juarez Guimarães. Professor de ciência política da UFMG.

Jules Régis Debray (França, 1940–). Filósofo, jornalista e professor francês, doutorou-se na École Normale Supérieure e foi seguidor do marxista Louis Althusser. Amigo de Fidel Castro e de Che Guevara, nos anos 1960 acompanhou o Che na guerrilha, especialmente na Bolívia, onde foi preso em 1967. Nesse mesmo ano, escreveu sua primeira obra, *A revolução na revolução*, na qual, a partir da análise da Revolução Cubana, defende a teoria do "foco revolucionário" como estratégia de enfrentamento ao capitalismo e critica o imobilismo dos PCs alinhados à União Soviética. Pertenceu ao Partido Socialista Francês, do qual se distanciou por diferenças ideológicas. Foi o primeiro presidente do Institut Européen en Sciences des Religions e membro da Comissão Stasi, que deu origem às leis francesas sobre secularização e ostentação de símbolos religiosos nas escolas, em 2003. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Regis_D%C3%A9bray>. Acesso em 21 mar. 2008.

Laerte Méliga. Foi um dos principais assessores de Olívio Dutra na prefeitura de Porto Alegre, no governo do estado do Rio Grande do Sul e no Ministério das Cidades. Ver entrevista de Olívio Dutra, neste volume.

Leandro Konder (RJ, 1936–). Filósofo marxista, formou-se em direito pela UFRJ. Em 1972, forçado a sair do Brasil, foi para a Alemanha. Retornou ao país em 1978. Foi professor no Departamento de História da UFRJ, e desde 1985 leciona no Departamento de Educação da PUC-RJ. Desde os anos 1960, é um dos principais divulgadores do marxismo no Brasil, tendo especial papel na introdução da obra de Lukács. Foi vinculado ao PCB, particularmente ao setor denominado "eurocomunista", por sua proximidade com as posições políticas do Partido Comunista Italiano (PCI). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Leandro_Konder>. Acesso em 6 mar. 2008.

Lélia Gonzáles (MG, 1935–RJ, 1994). Filha de pai negro e mãe índia, graduou-se em história e em filosofia. Fez estudos de pós-graduação nas áreas de comunicação, antropologia, sociologia e psicanálise, concentrando sua produção intelectual na análise da realidade do negro brasileiro, e principalmente da situação da mulher negra. Ajudou a fundar o Movimento Negro Unificado (MNU), o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro. Disponível em <http://leliagonzalez.org.br/historia.htm>. Acesso em 12 abr. 2008.

Léo Lince. Sociólogo, é colunista do jornal *Correio da Cidadania*.

Leonardo Boff (SC, 1938–). Cursou filosofia em Curitiba (PR) e teologia em Petrópolis (RJ). Doutorou-se em teologia e filosofia na Universidade de Munique, Alemanha, em 1970. Ingressou na Ordem dos Frades Menores, franciscanos, em 1959. Durante 22 anos, foi professor de Teologia Sistemática e Ecumênica em Petrópolis, no Instituto Teológico Franciscano. Professor de Teologia e Espiritualidade em vários centros de estudo e universidades no Brasil e no exterior. Esteve presente nos inícios da reflexão que procura articular o discurso indignado diante da miséria e da marginalização com o discurso promissor da fé cristã, gênese da conhecida Teologia da Libertação. Foi sempre um ardoroso defensor da causa dos direitos humanos. É doutor *honoris causa* em Política pela Universidade de Turim (Itália) e em Teologia pela universidade de Lund (Suécia). De 1970 a 1985, participou do conselho editorial da editora Vozes. Em 1984, em razão de suas teses ligadas à Teologia da Libertação, apresentadas no livro *Igreja: carisma e poder*, foi submetido a um processo pela Sagrada Congregação para a Defesa da Fé, ex-Santo Ofício, no Vaticano, sendo condenado a um ano de "silêncio obsequioso" e deposto de todas as suas funções editoriais e de magistério no campo religioso. Dada a pressão mundial sobre o Vaticano, a pena foi suspensa em 1986, podendo retomar algumas de suas atividades. Em 1992, de novo ameaçado de punição pelas autoridades de Roma, renunciou às suas atividades de padre e se promoveu ao estado leigo. Tornou-se professor de Ética, Filosofia da Religião e Ecologia na UERJ. Em 2001, foi agraciado com o Prêmio Nobel alternativo em Estocolmo (Right Livelihood Award). Disponível em <http://www.leonardoboff.com/site/lboff.htm>. Acesso em 17 maio 2008.

Leonel de Moura Brizola (RS, 1922–RJ, 2004). Formado em engenharia, o político gaúcho do PTB foi, entre 1947 e 1958, deputado estadual, secretário estadual de Obras, deputado federal, prefeito de Porto Alegre e governador do estado. Com a renúncia de Jânio Quadros em 1961 e o veto militar à posse do vice-presidente João Goulart, Brizola ocupou as rádios Guaíba e Farroupilha, formando a "cadeia da legalidade", para mobilizar a população em defesa da posse de Jango. Em outubro de 1962, foi eleito deputado federal pela Guanabara com a maior votação até então obtida em todo o país. Foi ardoroso defensor das reformas de base, que incluíam as reformas agrária, tributária e bancária. Após o golpe de 31 de março, exilou-se no Uruguai. Foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos. Em janeiro de 1978, fixou-se em Lisboa. Em 1979, retornou ao Brasil após a anistia. Foi escolhido presidente nacional do novo PTB. Contudo, como o TSE concedeu a legenda petebista ao grupo de Ivete Vargas, Brizola e seus partidários criaram, em maio de 1980, o PDT. Em 1982, contrariando as expectativas, elegeu-se governador do Rio de Janeiro. Em 1984, engajou-se na campanha das Diretas Já. Lançado candidato à presidência da República pelo PDT em 1989, saiu na frente nas pesquisas de intenção de votos, mas foi superado por Fernando Collor de Melo (PRN) e por Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a quem apoiou no segundo turno. Nas eleições de 1990, Brizola foi novamente eleito governador do Rio de Janeiro, e após sua posse, em 1991, se aproximou de Collor, o que lhe rendeu verbas do governo federal e grande desgaste político. Em 1994, concorreu à Presidência da República. O pleito foi vencido no primeiro turno por Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, e Brizola chegou apenas em quinto lugar. Em outubro de 1998, candidatou-se a vice-presidente na chapa de Lula, mas novamente o vencedor foi Fernando Henrique. Em 2000, Brizola ainda disputou sem sucesso a prefeitura do Rio de Janeiro pelo PDT. Cf. DHBB/FGV, *op. cit.* Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/Leonel_Brizola.asp>. Acesso em 29 mar. 2008.

Liszt Vieira. Formado em direito e ciências sociais, integrou movimentos armados de resistência à ditadura militar, sendo preso e torturado. Em 1970, foi trocado, assim como outros companheiros, pela liberdade do embaixador alemão no Brasil, que havia sido seqüestrado. Permaneceu dez anos no exílio em diversos países: Argélia, Cuba, Chile, Argentina e França. Depois da anistia, voltou ao Brasil e foi eleito deputado estadual pelo

PT-RJ em 1982. Foi coordenador do Fórum Global da Conferência Rio-92, do Fórum Brasileiro e do Fórum Internacional de ONGs, de 1991 a 1995. Foi pesquisador visitante da Universidade de Colúmbia, em Nova York (1997–1998). Desde 2004, é professor de Sociologia da PUC-RJ. É doutor em Sociologia pelo Iuperj. Foi secretário de Meio Ambiente do estado do Rio de Janeiro em 2002 e desde 2003 é presidente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.lisztvieira.pro.br/index.asp>. Acesso em 7 mar. 2008.

Livio Barreto Xavier (CE, 1900–SP, 1988). Jornalista, crítico literário e escritor. Aos 15 anos, foi enviado pela família para estudar no Rio de Janeiro. Após os estudos preparatórios, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, onde se formou em 1924. Principalmente por influência de seu professor Edgardo de Castro Rebello, converteu-se ao marxismo. Com Mário Pedrosa, ingressou no PCB em 1926. Foi signatário e um dos articuladores do documento de 2 de maio de 1928 dirigido à direção do PCB, criticando a ausência de democracia interna no partido e exigindo a convocação de uma conferência nacional para solucionar a questão. Entre os 50 signatários, estavam futuros integrantes da Oposição de Esquerda do PCB, que fundaram o Grupo Comunista Lenine (GCL), que depois passou a se chamar Liga Comunista do Brasil e filiou-se à Oposição Internacional de Esquerda, capitaneada por Leon Trotsky. Na nova organização, Xavier, que desde 1926 trabalhava como jornalista na imprensa paulistana, será encarregado de *agit-prop*. Sob o pseudônimo de L. Lyon, redige muitos dos mais importantes textos dos oposicionistas brasileiros. Muitas das traduções de Trotsky divulgadas no Brasil foram de sua autoria (aliás, o próprio Trotsky o autorizou a encarregar-se da edição de seus livros, artigos e outros escritos para o Brasil, em junho de 1933). Em 1935, por ocasião de um debate sobre a questão das relações dos trotskistas com os partidos socialistas, afastou-se da militância ativa, desgostoso com o rumo que a discussão aqui tomou, mas sem abrir mão de suas convicções políticas. A partir daí, dedicou-se sobretudo à critica literária, às traduções e à advocacia. Neste último campo atuou como advogado de sindicatos operários e, em 1963, foi nomeado procurador da Justiça do Trabalho no estado de São Paulo. Escreveu ainda alguns livros de crítica, memórias e poesia. (*Nota redigida por Dainis Karepovs*)

Livio Maitan (Itália, 1923–Itália 2004). Trotskista italiano, líder da Associazione Bandiera Rossa e do Secretariado Unificado da IV Internacional. Formado em Letras Clássicas pela Universidade de Pádua, tornou-se ativo politicamente no período da ocupação nazista na Itália e posteriormente destacou-se como líder da Juventude Socialista Italiana. Em 1947, uniu-se à IV Internacional, da qual se tornou um dos líderes de 1951 ao final da sua vida. Maitan esteve ativamente envolvido no movimento estudantil italiano entre 1969 e 1976. Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/Livio_Maitan>. Acesso em 3 abr. 2008.

Louis-Joseph Lebret, O. P. (França, 1897–França, 1966). Economista e religioso católico dominicano francês, foi um dos introdutores da preocupação com o desenvolvimento global dentro da Igreja Católica. Atuou no Líbano, Senegal, Benin, Costa do Marfim, Brasil, Colômbia, Venezuela e Vietnã do Sul. Foi o inspirador da encíclica *Populorum Progressio* (1967), durante o pontificado de Paulo VI. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Louis-Joseph_Lebret>. Acesso em 21 mar. 2008.

Lúcia Arruda. Eleita em 1982 deputada estadual pelo PT, desenvolveu um trabalho em defesa dos direitos da mulher, do qual resultou, entre outras conquistas, a criação da Delegacia das Mulheres no estado do Rio de Janeiro e a aprovação da Lei nº 832/85, que obrigava a rede pública de saúde do estado a prestar atendimento às mulheres nos casos de aborto permitidos pelo Código Penal, sancionado pelo então governador Leonel Brizola, que posteriormente recuou diante da forte pressão da Igreja Católica. Foi reeleita em 1986. Cf. SHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Érico Vital (org.). *Dicionário das mulheres do Brasil: de 1500 à atualidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2000. Disponível em <http://www.angelaborbafundo.org/a_angela.htm>. Acesso em 12 abr. 2008.

Luciano Pedro Mendes de Almeida (RJ, 1930–SP, 2006). Jesuíta, foi nomeado pelo papa Paulo VI, em 1976, bispo auxiliar de São Paulo, exercendo a função, assim como a de responsável pela Pastoral do Menor, no período de 1976 a 1988. O papa João Paulo II o nomeou arcebispo de Mariana (MG) em 1988. Na CNBB, foi secretário-geral (1979–1986) e presidente (1987–1995). Foi vice-presidente do Conselho Episcopal Latino-Americano (1995–1999). Figura de destaque do episcopado brasileiro, atuou na defesa dos direitos humanos e no serviço aos pobres. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Luciano_Mendes_de_Almeida>. Acesso em 22 mar. 2008.

Luís Carlos Prestes (RS, 1898–RJ, 1990). Formou-se engenheiro ferroviário pela Escola Militar do Realengo no Rio de Janeiro em 1919. Em outubro de 1924, já capitão, liderou um grupo de rebeldes em Santo Ângelo (RS). Em seguida, no Paraná, o grupo juntou-se aos paulistas, formando a Coluna Miguel Costa–Prestes, com 1.500 homens, que percorreu por dois anos e cinco meses 25 mil quilômetros. Transferido no final de 1928 para a Argentina, trava contato com os comunistas argentinos Rodolfo Ghioldi e Abraham Guralski, este último dirigente da Internacional Comunista (IC). Em 1930, retorna clandestinamente a Porto Alegre (RS), onde se encontra com Getúlio Vargas. Convidado a comandar militarmente a Revolução de 1930, recusa-se a apoiar o movimento. A convite da União Soviética, em 1931 passa a morar naquele país. Por pressão do Partido Comunista da União Soviética, é finalmente aceito pelo PCB em seus quadros em 1934. Eleito membro da Comissão Executiva da Internacional Comunista, volta como clandestino ao Brasil no final daquele ano, acompanhado pela alemã Olga Benario, da IC. No Brasil, é aclamado presidente de honra da Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento de cunho antifascista e antiimperialista que congregava tenentes, socialistas e comunistas descontentes com o governo Vargas. Procura aliar o crescimento da ANL com a retomada de contatos no meio militar para criar as bases para deflagrar a tomada do poder. Em julho de 1935, divulga um manifesto exigindo "todo o poder" à ANL e a derrubada do governo. Vargas aproveita a oportunidade e declara a ANL ilegal, o que não impede Prestes de organizar o levante militar liderado pela ANL, em novembro de 1935, o qual é rapidamente debelado. Segue-se um violento processo de repressão e prisões. Em março de 1936, Prestes é capturado e perde a patente de capitão. Sua companheira, grávida, é deportada e morre na câmara de gás no campo de concentração nazista Ravensbrück. Com o fim do Estado Novo, em 1945, foi anistiado, elegendo-se senador pelo PCB. Com o registro do partido cassado em 1947, voltou à clandestinidade. Após o movimento de 1964, seus direitos políticos foram novamente cassados. Exilou-se na União Soviética no final dos anos 1960, regressando ao Brasil com a anistia de 1979. Os membros do PCB que permaneceram no país durante o regime militar divergiram progressivamente das suas orientações e destituíram-no da liderança do partido, o que o levou a lançar a *Carta aos comunistas*, em que defendia um maior enfrentamento ao regime e a reconstrução do movimento comunista no país. Em 1982, junto com vários militantes, sai do PCB. Milita em diversas campanhas, tais como: pelo não pagamento da dívida, pelas eleições diretas, pela eleição de Leonel Brizola no primeiro turno e de Lula no segundo turno das eleições presidenciais em 1989. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lu%C3%ADs_carlos_prestes>. Acesso em 29 mar. 2008.

Luís Gonzaga Travassos da Rosa (SP, 1945–RJ, 1982). Como seminarista, entrou em contato com a atividade política em organizações católicas progressistas. Aos 20 anos, ingressou na Faculdade de Direito da PUC-SP e, no ano seguinte, foi eleito presidente da UEE-SP, sendo preso durante o congresso da entidade. À frente da UNE, em 1967, foi um dos organizadores da Passeata dos Cem Mil, em 26 de junho de 1968. Foi preso em outubro do mesmo ano, durante o XXX Congresso da UNE em Ibiúna (SP). Em setembro de 1969, foi um dos 15 presos políticos libertados em troca do embaixador norte-americano. Enviado ao México, seguiu depois para Cuba, Bélgica e Alemanha, onde se formou em economia na Universidade Livre de Berlim. Com a Anistia, em 1979, retornou ao Brasil. Passou a trabalhar como tradutor de alemão e ingressou

no PT. Morreu vítima de um acidente automobilístico. Disponível em <http://www.mundofisico.joinville.udesc.br/Enciclopedia/437.htm>. Acesso em 3 abr. 2008.

Luís Lindbergh Farias Filho (PB, 1969–). Começou sua trajetória política como presidente da UNE, liderando a campanha dos "caras-pintadas" em 1992 que levou ao *impeachment* do presidente Collor. Radicado no estado do Rio de Janeiro, elegeu-se deputado federal pelo PCdoB em 1994. Aderiu ao trotskismo em 1997 e ingressou no Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Em 2001, filiou-se ao PT e retornou à Câmara em 2002 com mais de 83 mil votos. Em 2004, foi eleito prefeito de Nova Iguaçu – uma das principais cidades da Baixada Fluminense – em coligação com PSB, PCdoB, PSDB e PFL. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Lindbergh_Farias>. Acesso em 12 abr. 2008.

Luís Nicolau Fagundes Varela (SP, 1841–RJ, 1875). Poeta e patrono da Academia Brasileira de Letras. O poema "Cântico do Calvário" foi inspirado pela morte de um filho três meses após o nascimento.

Luiz Antonio Fleury Filho (SP, 1949–). Promotor público de 1973 a 1987 e presidente da Confederação Nacional do Ministério Público, por três mandatos sucessivos. Foi secretário de Segurança Pública do governo Orestes Quércia (1987–1990) e, em 1990, foi eleito governador do estado de São Paulo pelo PMDB. No seu governo, aconteceu o famoso massacre no presídio do Carandiru, quando foram mortos 111 presos que estavam em rebelião. Em 1999, iniciou mandato como deputado federal e tornou-se secretário-geral do PTB. Em 2002, foi reeleito deputado federal, mas, em 2006, não conseguiu se reeleger. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Ant%C3%B4nio_Fleury_Filho>. Acesso em 7 mar. 2008.

Luiz Carlos da Silva (SP, 1955–). Mais conhecido como professor Luizinho, é professor de matemática e ex-deputado federal pelo PT. Um dos fundadores do PT em 1980, sua atividade política iniciou-se quando se tornou vereador em Santo André (1989–1991) e prosseguiu como deputado estadual em São Paulo (1991–1999) e deputado federal (1999–2002, reeleito em 2003). Foi também integrante da Comissão Executiva Estadual do PT, líder do partido na Assembléia Legislativa de São Paulo, vice-líder do partido e líder do governo no Congresso Nacional. Teve seu nome envolvido no chamado "escândalo do mensalão". Foi submetido à investigação pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, mas foi absolvido das acusações no plenário da Câmara. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Professor_Luizinho>. Acesso em 5 mar. 2008.

Luiz Eduardo Greenhalgh (SP, 1948–). Formou-se em 1973 em direito na USP. Neste mesmo ano, iniciou suas atividades jurídicas, em particular na defesa de presos e perseguidos políticos. Fundador do Comitê Brasileiro pela Anistia nos anos 1970, atuou na defesa de religiosos progressistas e sindicalistas do ABC paulista enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Fundador do PT, membro do Diretório Nacional e secretário de Relações Internacionais, foi também vice-presidente do partido e integrante da Executiva Nacional. No período de 1989–-1992, foi vice-prefeito de São Paulo. Foi deputado federal por São Paulo. Disponível em <http://www.greenhalgh.com.br/home/perfil.asp>. Acesso em 22 mar. 2008.

Luiz Felipe da Costa Nogueira (RS, 1951–RS, 2006). Conhecido como "Felipão", foi funcionário do Banrisul, assim como Olívio, de quem foi colega de diretoria no Sindicato dos Bancários de Porto Alegre no período de 1978-1981. Posteriormente, presidiu o Sindicato entre 1987 e 1990.

Luiz Fernando Carceroni. Físico e professor.

Luiz Gushiken (SP, 1950–). Formado em administração de empresas pela FGV, foi militante da organização Liberdade e Luta (Libelu), braço estudantil da trotskista Organização Socialista Internacionalista. Foi

funcionário do Banespa de 1970 a 1999 e presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Foi deputado federal por três legislaturas, de 1987 a 1998, e membro da coordenação das campanhas presidenciais de Lula em 1989 e 1998. Foi ainda chefe da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Em 2005, assumiu a função de chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência. Deixou o governo definitivamente em 2006, pouco tempo após a reeleição de Lula. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiz_Gushiken>. Acesso em 22 mar. 2008.

Luiz Inácio Lula da Silva (PE, 1945–). Migrou com a família para São Vicente (SP) em 1952. A partir dos 12 anos de idade, vivendo já na capital paulista, trabalhou numa tinturaria, foi engraxate e *office-boy*. Após ingressar na categoria metalúrgica, formou-se no curso de torneiro mecânico do Senai. Em 1964, ingressou nas Indústrias Villares, uma das principais metalúrgicas do país, localizada em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, onde passou a ter contato com o movimento sindical, por intermédio de seu irmão José Ferreira da Silva, mais conhecido por Frei Chico (ver nota na entrevista de Djalma Bom). Em 1969, foi eleito suplente da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Na eleição seguinte, em 1972, tornou-se primeiro-secretário da entidade. Em 1975, foi eleito presidente do sindicato, passando a representar 100 mil trabalhadores. Em 1978, foi reeleito presidente do sindicato, no mesmo ano em que a categoria foi sacudida por uma onda de greves. Em março de 1979, 170 mil metalúrgicos pararam novamente o ABC paulista. A repressão policial ao movimento grevista e a necessidade de maior representação dos interesses dos trabalhadores no Congresso Nacional levaram Lula, assim como outros líderes do chamado "novo sindicalismo", a criar o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores (PT), proposta que obteve a adesão de intelectuais, políticos, representantes de movimentos sociais, lideranças rurais e religiosas. Em fevereiro de 1980, o PT foi fundado e, no mesmo ano, nova greve dos metalúrgicos provocou a intervenção do governo federal no sindicato e a prisão por 31 dias de Lula e de outros dirigentes sindicais com base na Lei de Segurança Nacional (ver nota na entrevista de Djalma Bom). Em 1982, Lula disputou o governo de São Paulo. Em agosto de 1983, participou da fundação da CUT e, em 1984, foi uma das principais lideranças da campanha das Diretas Já. Em 1986, foi eleito o deputado mais votado do país para a Assembléia Constituinte. O PT lançou Lula para disputar a Presidência da República em 1989, após 29 anos sem eleição direta para o cargo. Perdeu a disputa para Fernando Collor de Mello, no segundo turno, por pequena diferença de votos. Em 1994 e 1998, Lula voltou a se candidatar a presidente da República e foi derrotado por Fernando Henrique Cardoso. Em 27 de outubro de 2002, com quase 53 milhões de votos, foi eleito presidente da República Federativa do Brasil, vencendo no segundo turno o candidato do PSDB José Serra. Em 29 de outubro de 2006, reelegeu-se presidente da República com mais de 58 milhões de votos, vencendo no segundo turno Geraldo Alckmin, do PSDB. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/presidente/>. Acesso em 24 abr. 2008.

Luiz José da Cunha (PE, 1943–SP, 1973). Militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) morto pela repressão política em 1973. Mais informações podem ser encontradas no livro *Direito à memória e à verdade*: *Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos* (Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007) e no sítio <http://www.desaparecidospoliticos.org.br>.

Luiz Pilla Vares. Jornalista, é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. No início dos anos 1960, militou no PCB, mas logo aderiu às posições de Leon Trotsky e Rosa Luxemburgo, ingressando primeiro no Partido Operário Revolucionário (POR) e depois na Polop. Foi, juntamente com Erich Sachs, Emir e Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Flávio Koutzii, Raul Pont e outros, um dos fundadores do POC. Ingressou no PT e se tornou presidente municipal do partido em Porto Alegre. Foi secretário de Cultura de Porto Alegre nas gestões dos prefeitos Olívio Dutra e Tarso Genro e secretário de Estado da Cultura no governo de Olívio Dutra. Disponível em <http://www.pilla.vares.nom.br/>. Acesso em 3 abr. 2008.

Luiz Sérgio Claudino dos Santos. Foi eleito deputado estadual pelo MDB de São Paulo em 1978. Durante seu mandato, apoiou a criação do PT, partido para o qual se transferiu e pelo qual foi reeleito em 1982.

Luiza Erundina de Souza (PB, 1934–). Assistente social, ganhou notoriedade nacional quando foi eleita a primeira prefeita representando um partido de esquerda em São Paulo, em 1988, pelo PT. Após o término de seu mandato foi nomeada secretária da Administração Federal pelo presidente Itamar Franco, em 1993, o que acarretou a suspensão da sua filiação ao PT, que fazia oposição ao governo federal. Em 1996, foi novamente candidata pelo partido à prefeitura de São Paulo, mas foi derrotada no segundo turno por Celso Pitta (PPB). Após novos desentendimentos com o PT, deixou o partido para filiar-se ao PSB. Elegeu-se deputada federal por São Paulo em 2002 e foi reeleita em 2006. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Luiza_Erundina>. Acesso em 10 abr. 2008.

Lygia Maria Lessa Bastos. Foi eleita aos 25 anos vereadora pela UDN, partido do qual foi uma das fundadoras. Cumpriu dez mandatos consecutivos pela UDN e pela Arena. Parceira da sufragista Bertha Lutz em emendas ao Código Civil, presidente da comissão mista do divórcio, é autora de projetos que permitiram a regulamentação da profissão de artista e a entrada das mulheres na Academia Brasileira de Letras (ABL). Disponível em <http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1276&Itemid=2>. Acesso em 12 abr. 2008.

Lysâneas Maciel (MG, 1926–RJ, 1999). Originário de família de políticos, formou-se em ciências jurídicas e sociais em 1951, no Rio de Janeiro, onde exerceu a advocacia. Iniciou-se na vida política após 1964 quando, como membro da Igreja Presbiteriana, passou a defender os direitos humanos. Em 1970, elegeu-se deputado federal com expressiva votação. Alinhado ao chamado grupo "autêntico" do MDB, foi reeleito em 1974 e cassado pelo regime militar em 1976, passando a residir no exterior. Em 1978, ainda antes da promulgação da Lei da Anistia, retornou ao país. Após a reformulação partidária, filiou-se ao PT. Em 1982, foi lançado candidato ao governo do estado do Rio de Janeiro, mas foi derrotado. Afastou-se temporariamente da política partidária, mas, em 1986, entrou para o PDT e elegeu-se deputado federal constituinte. Em 1990, foi eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro. Cf. FERREIRA, Marieta de Moraes; ROCHA, Dora e FREIRE, Américo. *Vozes da oposição*. Rio de Janeiro: Grafline Editora, 2001. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/425.pdf>. Acesso em 12 abr. 2008.

Manoel Cyrillo de Oliveira Netto (BA, 1946). Em dezembro de 1968, entrou para a ALN em São Paulo, onde foi vice-comandante de um Grupo Tático Armado, tendo participado de ações de grande envergadura, como o seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil e a tomada da Rádio Nacional. Detido em 30 de setembro de 1969, permaneceu dez anos preso. Parcialmente anistiado, foi libertado em setembro de 1979, cumprindo ainda dois anos de liberdade condicional, quando iniciou carreira como publicitário, profissão que exerce até hoje. Cf. Da-Rin, Sílvio. *Hércules 56. O seqüestro do embaixador americano em 1969.* Rio de Janeiro, Zahar, 2008, p. 289-290.

Manuel José dos Santos é conhecido por esse apelido por ter sua base sindical em Serra Talhada (PE).

Manuel Said Ali Ida (RJ, 1861–RJ, 1953). Filólogo, foi considerado por muitos como o maior sintaxista da língua portuguesa. Lecionou alemão na Escola Militar do Rio de Janeiro e no que viria a ser o Colégio Pedro II. Foi ainda professor de francês, inglês e geografia. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Said_Ali_Ida>. Acesso em 17 maio 2008.

Marcello Nunes de Alencar (RJ, 1925–). Bacharel em direito, foi prefeito do Rio de Janeiro de 1983 a 1985 e de 1989 a 1992 pelo PDT, e governador do estado do Rio de Janeiro de 1995 a 1998 pelo PSDB. Cf. DHBB/FGV, *op. cit.*

Marcelo Barros. Monge beneditino, biblicista e teólogo da libertação. Por oito anos, durante a década de 1970, foi secretário e conselheiro de dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, para ecumenismo e relação com outras culturas e religiões. Foi fundador, junto com Carlos Mesters, do Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos no Brasil e conselheiro nacional por mais de 25 anos da Pastoral da Terra e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB). É um dos três membros da Comissão Teológica Latino-Americana da Associação Ecumênica dos Teólogos do Terceiro Mundo (ASETT). Dedica-se a unir a Teologia da Libertação e a Teologia do Pluralismo Religioso. É autor de cerca de 30 livros. Disponível em <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?idioma=ES&cod=2628>. Acesso em 21 maio 2008.

Marcelo Cerqueira. Ocupava juntamente com José Serra a vice-presidência da União Nacional de Estudantes (UNE), quando ocorreu o golpe de 1964. A diretoria da UNE determinou que ambos deixassem o país naquele momento por motivo de segurança. Em 1965, retornou e chegou a ficar detido por cem dias. Ainda naquele ano, retornou à Faculdade de Direito e concluiu o curso. Passou então a atuar como advogado de presos políticos. Em 1978, elegeu-se deputado federal pelo Rio de Janeiro, na legenda do MDB. Cf. DHBB/FGV, *op. cit*.

Márcio Augusto Freitas de Meira. Natural de Belém (PA). É formado em língua e literatura francesa pela Universidade de Nancy e em história pela UFPA, além de mestre em antropologia social pela Unicamp. De 2003 a 2007, foi secretário de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas e também de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. É presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai). Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.html>. Acesso em 22 mar. 2008.

Marco Antônio de Oliveira Maciel (PE, 1940–). Foi deputado federal, presidente da Câmara dos Deputados, ministro da Educação e Cultura, ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República e vice-presidente da República por dois mandatos. É fundador do PFL, atual Democratas (DEM). É professor de Direito Internacional Público da Universidade Católica de Pernambuco e membro da Academia Brasileira de Letras desde 2003. Exerce o cargo de senador por Pernambuco. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Marco_Maciel>. Acesso em 10 abr. 2008.

Marco Aurélio Alencar. Foi secretário da Fazenda durante o mandato de seu pai, Marcello Alencar, como governador do estado do Rio de Janeiro (1995–1998).

Marco Aurélio Garcia (RS, 1942–). Formado em direito e filosofia na UFRGS, pós-graduado na Escola de Altos Estudos e Ciências Sociais de Paris e professor licenciado da Unicamp. Ex-militante do PCB, da Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul, do Partido Operário Comunista (POC) e do Movimiento de Izquierda Revolucionaria (MIR) chileno, foi secretário de Relações Internacionais do PT por mais de dez anos. Foi vereador em Porto Alegre (1967) e secretário de Cultura nos municípios de Campinas (1989–1990) e São Paulo (2001–2002). Coordenou o Programa de Governo de Lula nas eleições de 1994 e 1998. Coordenou o projeto Memória e História da Fundação Perseu Abramo (1996–2001). É assessor especial de Política Externa da Presidência da República. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=76>. Acesso em 22 mar. 2008.

Marcos Aurélio Ribeiro. Foi eleito deputado estadual pelo MDB de São Paulo em 1978. Durante seu mandato, apoiou a criação do PT, partido para o qual se transferiu e pelo qual foi reeleito em 1982.

Marcos Klassmann (RS,1953–RS, 2005). Presidente do setor jovem do MDB-RS em 1974, ganhou notoriedade em 1975 ao denunciar a prisão e tortura de 16 jovens militantes do PCB em Florianópolis (SC). Em 1976, com apenas 23 anos, foi eleito vereador em Porto Alegre, mas em virtude de discurso pronunciado no dia 15 de fevereiro de 1977, no qual endossava as denúncias de seu colega de bancada e líder do partido, Glênio Peres, contra as violações aos direitos humanos e a falta de liberdade no país, foi cassado pela ditadura militar, como tinha ocorrido com Peres dois dias antes. Em 2000, participou de um movimento de dissidência no PDT a favor da candidatura do PT à prefeitura de Porto Alegre. De 2003 a 2005, ocupou a chefia de gabinete do deputado federal Henrique Fontana (PT) em Brasília. Disponível em <http://www.al.rs.gov.br/ag/NOTICIAS/2005/01/NOTICIA93811.htm>. Acesso em 3 abr. de 2008.

Marcos Rolim. Ex-líder estudantil, foi vereador em Santa Maria (RS), cumpriu dois mandatos como deputado estadual e um mandato como deputado federal pelo PT do Rio Grande do Sul. É jornalista e consultor em Segurança Pública e Direitos Humanos, além de professor do Centro Universitário Metodista-IPA, onde coordena a cátedra de Direitos Humanos. Disponível em <http://rolim.com.br/2006/index.php?option=com_content&task=view&id=451&Itemid=18>. Acesso em 3 abr. 2008.

Margaret Thatcher (Inglaterra, 1925–). Ex-primeira-ministra britânica de 1979 a 1990. Apelidada de Dama de Ferro, utilizou habilmente a mobilização de sentimentos nacionalistas durante a guerra contra a Argentina pela posse das Ilhas Malvinas, em 1982, para quebrar a resistência popular às medidas do seu programa econômico neoliberal. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Thatcher>. Acesso em 22 mar. 2008.

Maria Arminda de Souza-Aguiar. Tradutora, verteu para o português a biografia *A Vida de Isaac Newton* e o romance *Morte a crédito*, ambos do escritor francês Louis-Ferdinand Céline.

Maria da Conceição Tavares (Portugal, 1930–). Economista portuguesa naturalizada brasileira. Foi deputada federal pelo PT-RJ na legislatura 1995-1999. É professora titular da Unicamp e professora emérita da UFRJ. Cf. DHBB/FGV, *op. cit.*

Maria da Penha Nascimento Silva (1949–1991). Filha de camponeses, deu início a sua trajetória política em 1972, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande (PB). Fundou o Movimento de Mulheres do Brejo e integrou a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras da CUT-PB. Faleceu em 1991 num acidente automobilístico que vitimou igualmente a socióloga Elizabeth Souza Lobo, destacada militante feminista também filiada ao PT. Disponível em <http://www.mulher500.org.br/biografia_detalhada.asp?area=Ativistas+Pol%EDticas+e+dos+Movimentos+Sociais&estado=PB&seculo>. Acesso em 22 mar. 2008.

Maria de Souza Duarte. Foi secretária de Cultura e Esporte do Distrito Federal no ano de 1995.

Maria do Socorro Gomes Coelho (GO, 1952–). Iniciou a militância política na Ação Popular (AP), em 1967, em Goiás. Ingressou no PCdoB em 1972, legenda pela qual se elegeu vereadora em Belém em 1988, deputada federal pelo Pará em 1990, 1994 e 2000. Em 2005, com a renúncia de Paulo Rocha, assumiu novamente como deputada federal, exercendo o mandato até o final de 2006. Atualmente, participa do governo do estado do Pará, ocupando a Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos. Disponível em <http://www.vermelho.org.br/diario/2005/1020/1020_socorro_gomes.asp>. Acesso em 5 mar. 2008.

Maria Regina Pilla. É tradutora do *Le Monde Diplomatique Brasil*, entre outras publicações.

Maria Rita Kehl. É doutora em psicanálise pela PUC-SP, conferencista, ensaísta e poeta. Atua na imprensa desde 1974 com artigos sobre cultura, comportamento, literatura, cinema, televisão e psicanálise. É autora de diversos livros. Disponível em <http://www.aomestre.com.br/col/khl/kehl.htm> Acesso em 3 abr. 2008.

Maria Victoria Benevides (RJ, 1942–). Socióloga, com trabalho nas áreas de Ciência Política, História Política do Brasil e Sociologia da Educação, é professora titular da USP. Disponível em <http://www.efpa.com.br/Telas/autores2.asp?Id_Autor=104>. Acesso em 7 mar. 2008.

Marie Henri Beyle (França, 1783–França, 1842). Escritor francês conhecido como Stendhal e reputado pela fineza na análise dos sentimentos de seus personagens e por seu estilo deliberadamente seco. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Stendhal>. Acesso em 6 mar. 2008.

Marilena de Sousa Chaui (SP, 1941–). Formou-se em Filosofia em 1965 pela USP, pela qual obteve também o mestrado em 1967, o doutorado em 1971 e a livre-docência em 1977. Em 1987, realizou pós-doutorado na Bibliotèque Nationale de Paris. Desde 1986, é professora titular pela USP. É reconhecida não só pela sua produção acadêmica, mas pela participação efetiva no contexto do pensamento e da política brasileira. Tornou-se uma das vozes mais destacadas da intelectualidade brasileira a partir do final dos anos 1970, no período da abertura política. É fundadora do PT, ao qual permanece filiada. Foi secretária municipal da Cultura na cidade de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina (1989–1992). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Marilena_Chau%C3%AD>; e < http://www.fflch.usp.br/df/site/professores/chaui>. Acesso em 17 maio 2008.

Marina Silva (AC, 1958–). Seu primeiro emprego foi de empregada doméstica. Alfabetizou-se pelo antigo Mobral, fez supletivo e, aos 26 anos, formou-se em história pela Universidade Federal do Acre. No mesmo ano – 1985 – filiou-se ao PT. Participou das Comunidades Eclesiais de Base, de movimentos de bairro e do movimento dos seringueiros. Em 1984, foi fundadora da CUT no Acre, juntamente com Chico Mendes. Foi a vereadora mais votada em Rio Branco em 1988 e deputada estadual (novamente a mais votada do estado) de 1991 a 1994. Eleita pela primeira vez para o Senado em 1994, foi a senadora mais jovem da história da República. Em 2002, foi reeleita e, em 2003, foi empossada ministra de Estado do Meio Ambiente pelo presidente Lula. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/cgti/_arquivos/curriculoport.pdf>. Acesso em 22 mar. 2008.

Mário Barreto. Antigo gramático brasileiro, destacou-se por seus ferozes ataques contra o uso de neologismos.

Mário Covas Júnior (SP, 1930–SP, 2001). Graduou-se em engenharia civil pela USP. Em 1955, foi eleito vice-presidente da UNE. Trabalhou como engenheiro da prefeitura de Santos até 1962, quando foi eleito deputado federal pelo Partido Social Trabalhista (PST). Com a dissolução dos partidos políticos em 1965, foi um dos fundadores do MDB. Em 1968, era o líder da bancada oposicionista na Câmara dos Deputados, sendo cassado em 1969, com a outorga do AI-5. Passou a se dedicar à sua atividade profissional. Em 1982, reconquistados os direitos políticos, foi eleito deputado federal pelo PMDB. No ano seguinte, foi nomeado pelo governador Franco Montoro prefeito de São Paulo. Em 1986, foi eleito senador. Foi um dos fundadores do PSDB e seu primeiro presidente. Foi candidato a Presidente da República em 1989, ficando em quarto lugar. No ano seguinte, foi candidato derrotado a governador de São Paulo, mas em 1994 venceu o pleito, sendo depois reeleito em 1998. Seu mandato foi marcado pela luta contra o endividamento do estado de São Paulo e por uma política de privatizações que atingiu as principais empresas e estradas estaduais. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_Covas>. Acesso 11 abr. 2008.

Mário de Passos Simas. Advogado, foi defensor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar de São Paulo, fundador da Comissão Justiça e Paz e do Centro Santo Dias de Direitos Humanos, ambos da Arquidiocese de São Paulo. É autor de *Gritos de justiça: Brasil, 1963-1979* (FTD, 1986).

Mário Donato (SP, 1915–SP, 1992). É autor de vasta obra literária, que inclui títulos como *Galetéia e o fantasma*, *Madrugada sem Deus*, *Domingo com Cristina* e *Partidas dobradas*, romance de 1978 e que lhe rendeu o Prêmio Jabuti. O livro *Presença de Anita*, publicado em 1948, ocasionou sua excomunhão da Igreja Católica e recebeu a tarja de "romance proibido". Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_Donato>. Acesso em 21 mar. 2008.

Mário Pedrosa (PE, 1900–RJ, 1981). Jornalista, crítico de arte e militante político. Em 1926, ingressou no Partido Comunista do Brasil (PCB). Em 1927, enviado para cursar a Escola Leninista de Moscou, foi obrigado a ficar na Alemanha por problemas de saúde e neste período entrou em contato com os ideais de Trotski. De volta ao Brasil, na década de 1930, acabou rompendo com o partido. Após intenso processo de difusão das idéias trotskistas no Brasil, em 1938 foi para Paris iniciar a formação da IV Internacional, porém, em 1940, após algumas divergências com o próprio Trotski acabou sendo excluído do secretariado. Foi secretário-geral da Bienal de Artes e diretor do Museu de Arte Moderna de São Paulo (1961). Mesmo após o golpe civil-militar de 1964 não se afastou da política e candidatou-se a deputado federal pelo MDB em 1966. Durante o governo Médici, teve sua prisão decretada e exilou-se no Chile. Após o golpe contra Salvador Allende, foi para o México e, depois, para Paris, onde manteve constante atenção ao cenário político brasileiro. Regressou ao país em 1977, já com a saúde debilitada. Envolveu-se nas discussões sobre a fundação do Partido dos Trabalhadores, do qual foi o primeiro militante a assinar a ata de fundação. Cf. ABREU, Alzira Alves de [et al.]. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro* (DHBB/FGV). Rio de Janeiro: Editora FGV/CPODC, 2001; e MARQUES NETO, José Castilho. *Solidão revolucionária: Mário Pedrosa e as origens do trotskismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993. Mário Pedrosa era um dos mais destacados intelectuais trotskistas do Brasil. Apolonio de Carvalho vinha originalmente do Partido Comunista Brasileiro, tendo participado posteriormente da luta armada contra a ditadura militar como fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. Já Manoel, líder camponês, representava a corrente do socialismo cristão materializada na Ação Popular, que posteriormente se vinculou ao maoísmo.

Mario Roberto Santucho (Argentina, 1936–Argentina, 1976). Líder estudantil na Universidad Nacional de Tucumán no final dos anos 1950, comandou a criação do Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT) em 1965, a partir da unificação da sua antiga organização (Frente Revolucionario Indoamericano Popular-FRIP) com o grupo trotskista Palabra Obrera. Em junho de 1970, também por sua iniciativa, o V Congresso do PRT criou o Ejército Revolucionario del Pueblo (ERP). Detido em 1971, no ano seguinte fugiu da prisão de segurança máxima de Rawson rumo ao Chile junto com outros cinco dirigentes dos Montoneros e das Fuerzas Armadas Revolucionarias (FAR). Um outro grupo de 19 fugitivos foi capturado e fuzilado na Base Aeronaval de Trelew, resultando em 16 mortos, entre eles sua esposa, Ana María Villareal. Em novembro de 1972, Santucho regressou à Argentina para retomar a condução do PRT-ERP. Em 1976, morreu durante um enfrentamento com forças do exército argentino. Disponível em <http://es.wikipedia.org/wiki/Mario_Roberto_Santucho>. Acesso em 3 abr. 2008.

Mario Schemberg (PE, 1914–SP, 1990). Considerado o físico teórico mais importante do Brasil, publicou trabalhos nas áreas de termodinâmica, mecânica quântica, mecânica estatística, relatividade, astrofísica e matemática. Foi eleito duas vezes deputado estadual por São Paulo. Em função de suas ligações com o PCB, foi cassado e preso mais de uma vez pela ditadura militar brasileira. Tinha grande interesse em artes plásticas,

tendo convivido com importantes artistas brasileiros, como Di Cavalcanti, Lasar Segall, José Pancetti e Cândido Portinari, e também estrangeiros, como Bruno Giorgi, Marc Chagall e Pablo Picasso. Atuou também como crítico de arte, escrevendo diversos artigos sobre artistas contemporâneos brasileiros, como Alfredo Volpi, Lygia Clark e Hélio Oiticica. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/M%C3%A1rio_Schenberg>. Acesso em 26 mar. 2008.

Markus Sokol. É membro do Diretório Nacional do PT e líder da corrente interna O Trabalho. Ajudou na reconstrução do Diretório Central dos Estudantes da USP. Participou da Oposição Metalúrgica de São Paulo. Disponível em <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/11/28/327358655.asp>. Acesso em 22 mar. 2008.

Mary Ward. Nasceu na cidade britânica de York em 1572, num período marcado pela ruptura do rei Henrique VIII com o Vaticano e pela perseguição aos católicos na Inglaterra. Em 1609, formou uma pequena comunidade dedicada à educação feminina. Identificada com a concepção de vida religiosa e o padrão de treinamento intelectual e atuação social dos jesuítas, sua proposta de criação de uma Ordem religiosa feminina com atuação extramuros, ou seja, fora da clausura dos conventos, provocou fortes reações. Sua proposta para a criação de uma Ordem religiosa chegou a ser aprovada pelo papa Gregório XV em 1621. Em 1631, entretanto, a atuação do Instituto na Itália foi suprimida, e Mary Ward foi condenada e aprisionada pela Inquisição como "herética, rebelde e cismática da Santa Igreja", falecendo em 1645. A oficialização da Ordem só foi confirmada pela Igreja em 1877, e apenas em 1909 Mary Ward foi reconhecida oficialmente como sua fundadora. As primeiras irmãs do Instituto Beatíssima Virgem Maria chegaram ao Brasil em 1934 e se estabeleceram no Rio de Janeiro e em São Paulo. Disponível em <http://www.iebvm.g12.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15&Itemid=18>. Acesso em 8 abr. 2008.

Maurício Soares (MG, 1939–). Em 1965, tornou-se advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, função que desempenhou por 23 anos. Em 1988, elegeu-se prefeito de São Bernardo do Campo pelo PT, cargo para o qual foi eleito por mais duas vezes, em 1992 pelo PSDB e em 2000 pelo PPS. Disponível em <http://www.saobernardo.sp.gov.br/comuns/pqt_container_r01.aspsrcpg=historia_historia_prefeitos_curriculum&area=&ref=8>. Acesso em 31 jan. 2008.

Mauro Borges Teixeira (GO, 1920–). Cursou a Escola Militar do Realengo e a Escola de Comando do Estado. Major do Exército, é filho de Pedro Ludovico Teixeira (ver nota anterior) e continuou a tradição política paterna. Foi deputado federal por Goiás (1958–1960) e governador do estado (1961–1964). Cassado após o golpe de 1964, teve os seus direitos políticos suspensos por dez anos, sendo reformado no posto de coronel. Em 1982, foi eleito senador por Goiás pelo PMDB. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mauro_Borges>. Acesso em 21 mar. 2008.

Mauro Morelli (SP, 1935–). Foi bispo auxiliar e vigário geral da arquidiocese de São Paulo e bispo de Duque de Caxias (RJ). Desde 2005, é bispo emérito de Duque de Caxias e presidente da seção mineira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea/MG). Disponível em <http://mail.cnbb.org.br/catalogo/prelado.asp?mat=304>. Acesso em 10 abr. 2008.

Mayumi Watanabe de Souza Lima (Japão, 1934–Brasil, 1994). Arquiteta, naturalizou-se brasileira em 1956. Formou-se pela Faculdade de Arquitetura da USP e obteve o grau de mestre na UnB, onde também foi professora. Lecionou no Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos e foi diretora do Departamento de Edificações da Secretaria de Serviços e Obras da prefeitura de São Paulo. Atuou na resistência contra a ditadura militar e, posteriormente, foi destacada militante do grupo Tortura Nunca Mais. Faz parte de seu legado uma significativa contribuição, em forma de textos, que retrata sua preocupação social

com as questões relativas à habitação popular, aos espaços públicos destinados à criança e à educação em geral. O Centro Sérgio Buarque de Holanda da Fundação Perseu Abramo detém a posse de seu fundo pessoal. Disponível em < http://www.usp.br/fau/public/pos/12/revistapos12.pdf>. Acesso em 8 abr. 2008.

Michael Philip Jagger (Inglaterra, 1943–). Conhecido como Mick Jagger, é o vocalista dos Rolling Stones, uma das bandas inglesas de rock mais famosas do século XX. Em 2006, os Rolling Stones realizaram um *show* na praia de Copacabana, com um comparecimento de público estimado em 1,2 milhão de pessoas. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mick_Jagger>. Acesso em 12 abr. 2008.

Miguel Arraes de Alencar (CE, 1916–PE, 2005). Advogado, economista e político. Foi prefeito de Recife, deputado estadual, deputado federal e por três vezes governador de Pernambuco. Em 1947, assumiu a Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco no governo de Barbosa Lima Sobrinho. Elegeu-se governador em 1962, pelo PST, apoiado pelo PCB e setores do PSD, impondo uma derrota às oligarquias canavieiras do estado. No governo, forçou usineiros e donos de engenho da Zona da Mata a pagarem o salário mínimo aos trabalhadores rurais e deu forte apoio à criação de sindicatos, associações comunitárias e às ligas camponesas. Com o golpe de 1964, foi deposto e preso no dia 1º de abril, permanecendo detido por onze meses. Solto em 1965, exilou-se na Argélia. Em 1979, com a anistia, voltou ao Brasil. Elegeu-se deputado federal em 1982, governador de Pernambuco em 1986, em ambas as ocasiões pelo PMDB. Seu governo foi caracterizado por programas voltados ao pequeno agricultor. Outro ponto central foi a eletrificação rural. Em 1990, filiou-se ao PSB. Foi eleito mais uma vez governador em 1994, aos 78 anos. Seu último governo foi marcado pela grave crise financeira do estado e pela greve das polícias civil e militar. Perde a reeleição em 1998. Em 2002, com 86 anos, elegeu-se deputado federal, integrando, juntamente com a bancada do PSB, a base aliada do governo do presidente Lula. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Miguel_arraes>. Acesso em 29 mar. 2008.

Miguel Arraes de Alencar Filho (PE, 1953–). Conhecido pelo nome artístico de Guel Arraes, é cineasta e diretor de televisão. Filho do ex-governador pernambucano Miguel Arraes, viveu exilado na Argélia com sua família no período da ditadura. Tem atuado como um dos principais produtores cinematográficos da chamada "retomada" do cinema nacional. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guel_Arraes>. Acesso em 22 mar. 2008.

Miguel Soldatelli Rossetto (RS, 1960–). É técnico em mecânica e cursou ciências sociais. No final da década de 1970, foi candidato na chapa de oposição a presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Leopoldo (RS). Participou do movimento de fundação do PT desde 1979 e integrou a primeira Executiva Estadual do partido. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Pólo Petroquímico de Triunfo (RS) por duas gestões, entre 1986 e 1992, e integrante da Executiva Estadual da CUT-RS, exercendo a função de secretário de Formação Política. Elegeu-se deputado federal, em 1996, e vice-governador do Rio Grande do Sul, em 1998. Em 2003, foi nomeado pelo presidente Lula para o cargo de ministro do Desenvolvimento Agrário. Em 2006, foi candidato ao Senado pelo PT-RS, obtendo a segunda maior votação no estado. Disponível em <http://www.mda.gov.br/arquivos/curriculo_ministro.pdf>. Acesso em 22 mar. 2008.

Milton Nascimento (RJ, 1942–). Mudou-se para Três Pontas (MG) antes dos 2 anos e aos 13 anos já cantava em festas e bailes da cidade, ao lado de Wagner Tiso, no grupo W's Boys. Mudou-se para Belo Horizonte para cursar economia, e ali começou a tocar em bares e clubes noturnos e a compor com mais freqüência. Juntamente com os irmãos Borges (Marilton, Lô e Márcio) e outros músicos mineiros, tais como Fernando Brant e Toninho Horta, gravou em 1972 o LP *Clube da esquina*, que se tornou um dos mais importantes capítulos da história da MPB. É reconhecido mundialmente como um dos mais influentes e talentosos cantores e compositores da MPB. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Milton_Nascimento>. Acesso em 22 mar. 2008.

Milton Soares Campos (MG, 1900–MG, 1972). Foi deputado federal constituinte em 1946, deputado federal (1946–1947 e 1955–1959), governador de Minas Gerais (1947–1951), senador (1959–1964 e 1965–1972) e ministro da Justiça (1964–1965). Cf. DHBB/FGV, *op. cit.*

Milton Temer (RJ, 1938–). Jornalista e político, formou-se oficial da Marinha e foi cassado pelo golpe militar de 1964. Tornou-se jornalista político em destacados jornais e revistas no Brasil. Em 1973, exilou-se na Europa, e, em 1978, retornou ao Brasil, sendo anistiado em 1985. Foi membro do PT de 1988 a 2003, pelo qual exerceu mandatos como deputado estadual (1987–1991) e depois federal (1995–2003). Rompeu com o PT em 2003 por discordar da política econômica do governo Lula. No ano seguinte, colaborou intensamente para a fundação do PSOL. Em 2006, foi candidato a governador do Rio de Janeiro pelo PSOL. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Milton_Temer>. Acesso em 22 mar. 2008.

Moacyr Grechi (SC, 1936–). Arcebispo metropolitano de Porto Velho (RO), pertence à Ordem dos Servos de Maria – Servitas, organização religiosa fundada em 1233, em Florença, Itália. Disponível em <http://www.vilhenaagora.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2531&Itemid=66>. Acesso em 22 mar. 2008.

Modesto Carvalhosa. É advogado especializado em direito societário. Foi professor da Faculdade de Direito da USP entre 1971 e 1985 e presidente do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) entre 1984 e 1987. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u87542.shtml>. Acesso em 21 abr. 2008.

Modesto da Silveira (MG, 1927–). Militante do PCB e advogado de presos políticos, chegou a ser seqüestrado pelas forças de repressão. Candidatou-se pela primeira vez a deputado federal pelo MDB em 1978 e foi eleito. Destacou-se na sua atuação parlamentar pela defesa dos direitos humanos, pela denúncia das torturas e pelo combate à ditadura. Cf. DHBB/FGV, *op. cit.*

Murilo Macedo (MG, 1923–). Foi ministro do Trabalho do governo Figueiredo (1979-1985), assumindo o cargo, em 1979, em plena efervescência do movimento sindical do ABC paulista. Decretou a intervenção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em 1979 e 1980.

Nativo da Natividade. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde (GO), foi assassinado em 23 de outubro pelo pistoleiro Júlio Santana a mando do prefeito da cidade, nos anos 1980, conforme relatado no livro *O nome da morte*, do jornalista Klester Cavalcanti (Editora Planeta). Cf. CASTILHO, Alceu Luís. "Livro sobre matador exibe história da execução de sem-terras." *Correio do Brasil*, 28 de dezembro de 2006. Disponível em <http://correiodobrasil.cidadeinternet.com.br/noticia.asp?c=111743>. Acesso em 22 mar. 2008.

Nelson Fabiano Sobrinho. Advogado, foi eleito vereador em Santos pelo MDB em 1972. Em 1974, foi eleito deputado estadual pelo MDB e teve seu mandato cassado em 1976, por suas ligações com o PCB. Posteriormente, foi presidente do diretório municipal do PPS de Santos (SP).

Nestor Jost (RS, 1917–). Foi prefeito de São Lourenço do Sul em 1939. Em 1947, foi deputado estadual constituinte pelo PSD. De 1950 a 1960, foi deputado federal. Diretor da Carteira Agrícola do Banco do Brasil nos governos Juscelino, Jânio, Jango e Castelo Branco. De 1967 a 1974 foi presidente do Banco do Brasil. Em 1974,, pela Arena, perdeu para Paulo Brossard (MDB) a eleição para senador pelo Rio Grande do Sul. E voltou para o Banco do Brasil. Em 1985, no fim do governo Figueiredo, foi ministro da Agricultura. Cf. DHBB/FGV, *op. cit.*

Newton de Araújo de Oliveira e Cruz (RJ, 1924–). General do Exército, representante da linha mais radical entre os militares, foi chefe da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI) durante o governo Figueiredo. Em 1983, assumiu o Comando Militar do Planalto, quando por duas vezes foram baixadas medidas de emergência na capital federal, inclusive durante a votação da emenda das Diretas Já. Foi acusado da morte do jornalista Alexandre von Baumgarten, sendo absolvido em 1992. Foi candidato pelo PDS à Assembléia Constituinte em 1986, ao governo do Rio de Janeiro em 1994 (PSD-PPR) e a deputado federal (PP) em 1998, não sendo eleito em nenhuma das ocasiões. CF. DHBB/FGV, *op. cit.*

Newton Lima Neto (SP, 1954–). Professor da Universidade Federal de São Carlos, foi dirigente do movimento sindical dos docentes do ensino superior e posteriormente reitor da instituição. Foi eleito prefeito do município de São Carlos (SP) pelo PT em 2000 e reeleito em 2004. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Newton_Lima_Neto>. Acesso em 10 abr. 2008.

Nilmário Miranda (MG, 1947–). Militante da organização Política Operária (Polop), foi preso político por três anos e meio e teve seus direitos políticos cassados por cinco anos. É jornalista e pós-graduado em Ciência Política pela UFMG. Foi secretário de Organização e secretário-geral do PT-MG. Foi eleito, em 1986, deputado estadual. Em 1990, foi eleito pela primeira vez deputado federal, sendo reeleito em 1994 e 1998. Ao lado de outros parlamentares atuantes na área, participou de comissões temporárias para investigar temas importantes de direitos humanos, criando condições para que a Câmara dos Deputados instalasse uma Comissão permanente específica sobre direitos humanos. No começo dos anos 1990, presidiu a Comissão Especial Externa sobre os Desaparecidos Políticos, que culminou com a aprovação da Lei nº 9.140/95, que estabeleceu as condições para a reparação moral das pessoas mortas por motivos políticos, bem como para indenização financeira a seus familiares. Integrou a Comissão Especial do Ministério da Justiça que analisou os processos sobre os desaparecidos. Concorreu ao governo do estado de Minas Gerais pelo PT em 2002 e 2006. De 2003 a 2006, foi o ministro da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Atualmente é vice-presidente da Fundação Perseu Abramo. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/nilmario/nilmario_biograf.html>. Acesso em 7 mar. 2008.

Nilson Mourão (AC, 1952–). É professor de ciências sociais da Universidade Federal do Acre. Participou ativamente do movimento da Teologia da Libertação e das Comunidades Eclesiais de Base. Juntamente com Chico Mendes, Bacurau, Matias, João Eduardo, Hélio Pimenta, Hélio Melo, Zé Gilberto, Ivair Higino e Wilson Pinheiro (todos já falecidos), ajudou a fundar e organizar o PT do Acre. Foi candidato a governador em 1982 e a prefeito de Rio Branco em 1988. Presidiu o Diretório Regional do Acre por duas vezes. Foi deputado estadual por dois mandatos (1991–-1998) e se encontra no segundo mandato como deputado federal. Disponível em <http://www.nilsonmourao.net/biografia/biografia.html>. Acesso em 22 mar. 2008.

Nilson Rodrigues (MG, 1965–). Foi diretor do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, do Festival de Inverno de Bonito (MS) e do Festival de Cinema de Campo Grande (MS). Foi também diretor-executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal e diretor do Departamento Estadual de Cultura de Tocantins. Nomeado em 2005 membro da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Cinema (Ancine), com mandato até 2009. Disponível em <http://www.ancine.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=2137&sid=716>. Acesso em 22 mar. 2008.

Odilon Guedes. Ex-vereador de São Paulo pelo PT e ex-subprefeito na gestão Marta Suplicy, atualmente é militante do PSOL.

Oliveiros da Silva Ferreira (SP, 1929–). Cientista político, historiador, jornalista e escritor, licenciou-se em Ciências Sociais pela USP, onde é professor. Leciona também na PUC-SP. Trabalhou durante anos no jornal *O Estado de S. Paulo*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Oliveiros_Ferreira>. Acesso em 26 mar. 2008.

Orestes Quércia (SP, 1938–). Formado em jornalismo e em direito, iniciou sua carreira política ao ser eleito vereador em Campinas (SP) pelo Partido Libertador em 1962. Após o golpe de 1964, entrou no MDB, sendo eleito deputado estadual em 1966 e prefeito em 1969. Em 1974, foi eleito senador e, em 1982, vice-governador de São Paulo na chapa de Franco Montoro, já pelo PMDB. Em 1986, foi eleito governador. Seu governo foi marcado por inúmeras denúncias de corrupção. Foi candidato ao governo de São Paulo em 1998 e 2006 e a senador em 2002, mas não se elegeu. Foi presidente nacional do PMDB entre 1991 e 1993 e, em 1994, foi o candidato do partido à presidência Presidência da República, mas ficou apenas na quarta colocação. É presidente do PMDB de São Paulo e empresário. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Qu%C3%A9rcia>. Acesso em 11 abr. 2008.

Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior (ES, 1915–RJ, 1975). Militante do PCB, advogado e jornalista. Foi eleito vereador em Belo Horizonte em 1946. Em 1958, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou na *Imprensa Popular* e ajudou a organizar mobilizações de trabalhadores, como a greve dos operários do Morro da Mina, que durou 43 dias. Desapareceu no dia 8 de outubro de 1975. Seu corpo jamais foi encontrado. De acordo com declarações do ex-sargento do DOI-Codi/SP, Marival Dias Chaves do Canto, à revista *Veja* de 18/11/1992, Orlando Bonfim foi capturado no Rio de Janeiro pelo DOI-SP, levado para o cárcere Castello Branco, assassinado e jogado no Rio Avaré. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/b/bonfim_orlando.htm>. Acesso em 7 mar. 2008.

Oscar Beozzo (1941–). Formado em sociologia na Universidade de Louvaine, Bélgica, tornou-se um dos maiores historiadores da Igreja Católica brasileira. É coordenador do Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep) de São Paulo.

Osmar Mendonça (MG). Conhecido como Osmarzinho, foi um dos líderes das greves do ABC no fim da década de 1970. Foi secretário de Habitação e Meio Ambiente de São Bernardo do Campo de 2001 a 2005 e chefe de Gabinete do prefeito William Dib (PSB).

Otto Karpfen (Áustria, 1900–RJ, 1978). Conhecido como Otto Maria Carpeaux, foi importante ensaísta, crítico literário e jornalista. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Otto_Maria_Carpeaux>. Acesso em 6 mar. 2008.

Pablo Ruiz Picasso (Espanha, 1881–França, 1973). Foi um dos mestres da arte do século XX. É considerado um dos artistas mais famosos e versáteis de todo o mundo, tendo criado milhares de trabalhos, não somente pinturas, mas também esculturas e cerâmica. Foi co-fundador do cubismo, junto com Georges Braque. Pintou o painel *Guernica* em 1937 por ocasião da Exposição Internacional de Paris, para que fosse exposto no pavilhão da República Espanhola. Esta tela representa o bombardeio sofrido pela cidade espanhola de mesmo nome em 26 de abril de 1937 por aviões alemães. Atualmente está no Centro Nacional de Arte Rainha Sofia, em Madri. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pablo_Picasso>; e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guernica_%28quadro%29>. Acesso em 21 mar. 2008.

Padre Bruno Sechi. Foi o fundador da República do Pequeno Vendedor e, posteriormente, do Movimento República de Emaús. A mudança na concepção político-pedagógica do trabalho com crianças e ado-

lescentes pobres que caracterizou esses projetos fez com que eles estivessem entre as principais experiências que levaram à criação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua.

Paul Israel Singer (Áustria, 1932–). Nascido numa família judaica radicada no Brasil desde 1940, formou-se em eletrotécnica no ensino secundário em São Paulo, exercendo a profissão durante cinco anos e filiando-se ao Sindicato dos Metalúrgicos. Posteriormente, estudou Economia na USP e doutorou-se em Sociologia na mesma universidade, onde é também professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. É fundador do PT. Trabalha há tempos com o tema da economia solidária e, desde junho de 2003, assumiu a tarefa de implementar a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) do governo federal, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Paul_Singer>. Acesso em 7 mar. 2008.

Paulo Brossard de Souza Pinto (RS, 1924–). Político, advogado, jurista e professor. Foi deputado pelo antigo Partido Libertador. Após o golpe de 1964, filiou-se ao MDB, sendo senador, candidato a à vice-presidência da República na chapa encabeçada pelo general Euler Bentes e ministro da Justiça no governo José Sarney. Após o fim de sua passagem pelo Senado, foi ministro do STF e TSE, em que chegou a ser presidente.

Paulo Cesar Alves Custódio (RJ, 1952–). Conhecido como Paco Cac, formou-se em letras pela UFRJ. É professor de literatura brasileira e portuguesa do Centro de Ensino Superior do Brasil, em Valparaíso de Goiás (GO). Disponível em <http://www.germinaliteratura.com.br/paco_cac.htm>. Acesso em 6 mar. 2008.

Paulo de Tarso Vannuchi (SP, 1950–). Atual ministro titular da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, é cientista político, jornalista, assessor e consultor político e sindical. No final dos anos 1960, ainda estudante, aderiu à militância política clandestina de oposição ao regime militar por meio da ALN. Entre 1971 e 1976, foi preso político em São Paulo, sendo um dos 34 signatários do amplo dossiê entregue à OAB arrolando os nomes de 233 torturadores, descrevendo os métodos de tortura, as unidades onde eram praticadas, e apresentando a primeira lista geral dos assassinados desde 1964. No período de 1980-1985, trabalhou na equipe que realizou o projeto de pesquisa Brasil Nunca Mais, exaustivo levantamento das torturas e dos assassinatos praticados pelos organismos de repressão política durante a ditadura. Foi assessor político na Câmara Municipal de São Paulo, da Direção Nacional do PT e do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. Presidiu o Instituto Cidadania. Disponível em <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/ministro/>. Acesso em 7 mar. 2008.

Paulo de Tarso Venceslau (SP, 1943–). Ex-guerrilheiro da ALN, participou do seqüestro do embaixador norte-americano, Charles Elbrick, em setembro de 1969. Após ter permanecido preso durante cinco anos e de ter se exilado no Chile, Venceslau participou da fundação do PT. Foi assessor da CUT, diretor da Companhia Municipal de Transporte Coletivo da cidade de São Paulo, secretário de Finanças de Campinas e secretário da Fazenda de São José dos Campos (SP). Em 1997, denunciou um suposto esquema de favorecimento em prefeituras administradas pelo PT à empresa Consultoria para Empresas e Municípios (CPEM). Disponível em <http://rleite.wordpress.com/2007/03/29/>; <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/ omb_19980405_1.htm>; e <http://www.radiobras.gov.br/anteriores/1997/sinopses_2805.htm>. Acesso em 22 mar. 2008.

Paulo Emilio Salles Gomes (SP, 1916–SP, 1977). Crítico e historiador de cinema, preso após o levante comunista de 1935, escapa e foge para a Europa, onde passa dois anos. De volta ao Brasil, matricula-se na Faculdade de Filosofia da USP e funda o primeiro Clube de Cinema. Em 1946, muda-se para Paris. Ao retornar, dez anos mais tarde, organiza e dirige a Filmoteca do Museu de Arte Moderna de São Paulo, posterior-

mente transformada na Cinemateca Brasileira. Defensor do movimento do Cinema Novo, realiza, a partir da década de 1960, mostras de filmes em Brasília, que originaram o Festival de Cinema da cidade. Em 1965, cria o primeiro curso superior brasileiro de cinema, na UnB. Três anos depois, torna-se professor de história do cinema brasileiro na Escola de Comunicações e Artes da USP. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Em%C3%ADlio_Salles_Gomes>. Acesso em 26 mar. 2008.

Paulo Francis (RJ, 1930–EUA, 1997). Jornalista, romancista, crítico cultural e polemista, trabalhou n'*O Pasquim*, *Diário Carioca*, *Última Hora*, *Tribuna da Imprensa*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, e foi comentarista da TV Globo. Formado em filosofia pela Universidade do Brasil, foi, durante sua juventude e a ditadura militar, militante de esquerda. Com o restabelecimento da democracia, Francis passou a se destacar como porta-voz de posições de direita. Estabeleceu em suas aparições televisivas e em seus artigos das décadas de 1980 e 1990 um estilo histriônico e preconceituoso, que engendrou comentários como o referido pela entrevistada. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Francis>. Acesso em 18 abr. 2008.

Paulo Maldos, psicólogo formado pela PUC-SP, educador popular, trabalhou por muitos anos com comunidades urbanas, a partir da educação popular; trabalhou com assessoria a movimentos sociais rurais e urbanos, em todo o Brasil, desde os anos 1970. Trabalha no Conselho Indigenista Missionário (Cimi) desde os anos 1990, sendo atualmente assessor político da entidade no Secretariado Nacional em Brasília. Disponível em <http://amaivos.uol.com.br/templates/amaivos/amaivos07/servicos/faq.asp?cod_canal=76>. Acesso em 7 mar. 2008.

Paulo Pereira da Silva (PR, 1956–). Também conhecido como Paulinho da Força, é atualmente deputado federal (PDT-SP). Foi candidato a vice-presidente em 2002, na chapa de Ciro Gomes, e a prefeito de São Paulo em 2004. Foi secretário-geral e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Em 1994, foi escolhido presidente da central sindical Força Sindical. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/biodeputado/index.html?nome=PAULO+PEREIRA+DA+SILVA&leg=53> e também <http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Pereira_da_Silva>. Acesso em 7 mar. 2008.

Paulo Reglus Neves Freire (PE, 1921–SP, 1997). Formado em direito, não exerceu a profissão. De 1946 a 1956, trabalhou na Divisão de Educação do Serviço Social da Indústria (Sesi). Quando Miguel Arraes foi eleito prefeito de Recife, Freire participou de iniciativas na área de cultura e educação, como o Movimento de Cultura Popular. Em 1964, foi convidado para dirigir o Programa Nacional de Alfabetização, experiência frustrada pelo golpe militar. Ficou preso por 75 dias. Partiu então para um exílio de quinze anos, primeiro no Chile, e depois em Harvard e na Suíça. Finalmente, durante os anos 1970, envolveu-se em programas educacionais em diversos países, como Guiné-Bissau, Cabo Verde e Angola. Com a anistia, voltou ao Brasil e tornou-se professor da PUC-SP e da Unicamp. Foi um dos fundadores do PT. De 1989 a 1991, foi secretário de Educação da cidade de São Paulo, na administração de Luiza Erundina. É autor de dezenas de livros, traduzidos em inúmeros idiomas, e conhecido internacionalmente como criador de um inovador método de alfabetização que leva seu nome. Cf. AZEVEDO, Ricardo e MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Rememória – entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, p. 261-62.

Paulo Renato Paim (RS, 1950–). Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas (RS) e membro da executiva da CUT nacional, foi deputado federal de 1987 a 2002. Desde 2003 é senador pelo estado do Rio Grande do Sul pelo PT.

Paulo Salim Maluf (SP, 1931–). Formou-se em 1954 em engenharia civil pela USP, na qual fez parte do Grêmio dos Estudantes. Foi diretor-superintendente das empresas da família (grupo Eucatex). Em 1964, tornou-se vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo. Dirigiu a Caixa Econômica Federal em

São Paulo em 1967–1968 e foi nomeado prefeito de São Paulo para o período 1969–1971, por indicação do presidente da República, Costa e Silva. Foi secretário de Transportes do governo do estado de São Paulo na gestão Laudo Natel (1971–1975). Na convenção da Arena para a escolha de candidato a governador de São Paulo, em 1978, surpreendeu ao derrotar o mesmo Laudo Natel, candidato indicado do presidente Geisel. Sua gestão no governo do estado foi marcada por diversas denúncias de corrupção e por ações truculentas contra a oposição. Foi candidato à Presidência da República no Colégio Eleitoral em 1985 pelo PDS, mas perdeu para Tancredo Neves, do PMDB. Em 1986, candidatou-se ao governo de São Paulo, sendo derrotado por Orestes Quércia (PMDB). Em 1988, perdeu a eleição para prefeito de São Paulo para Luiza Erundina (PT). Em 1989, nas primeiras eleições diretas para presidente após 1964, ficou em quinto lugar. Em 1990, foi derrotado nas eleições para o governo de São Paulo por Fleury Filho (PMDB). Após sete anos de reveses, Maluf ganhou a eleição para a prefeitura de São Paulo em 1992, derrotando Eduardo Suplicy (PT). Maluf voltou a ser derrotado por Mário Covas (PSDB) na disputa pelo governo do estado em 1998 e por Marta Suplicy (PT) em nova contenda pela prefeitura da capital paulista em 2000. Em 2002, concorreu novamente ao governo de São Paulo, mas sequer chegou ao segundo turno, o mesmo ocorrendo nas eleições de 2004 para a prefeitura. Preso em 10 de setembro de 2005, acusado de intimidar uma testemunha, após as graves denúncias de lavagem de dinheiro, formação de quadrilha, corrupção e crime contra o sistema financeiro (evasão fiscal), permaneceu no cárcere da Polícia Federal de São Paulo até 20 de outubro daquele ano. Em 2006, candidatou-se a deputado federal sendo eleito com a maior votação do país. Continua a responder a inúmeros processos no âmbito do STF, do STJ e do Ministério Público Estadual de São Paulo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Paulo_Maluf>. Acesso em 5 abr. 2008.

Paulo Stuart Wright (SC, 1933–SP, 1973). Ex-deputado estadual de Santa Catarina pelo PSP, foi um dos dirigentes da AP que se opuseram à incorporação de seus militantes ao PCdoB, após uma disputa interna que culminou, em setembro de 1972, com a separação definitiva dos dois grupos. Wright ficou entre os que se mantiveram na AP, agora rebatizada como Ação Popular Marxista Leninista (APML). No começo de setembro de 1973, foi seqüestrado e levado ao DOI-Codi/SP, onde foi morto sob torturas em 48 horas. Seu corpo até hoje não foi encontrado. Integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Cf. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 353-54.

Paulo Suess. É coordenador do Núcleo de Pós-Graduação de Missiologia na Pontifícia Faculdade Nossa Senhora da Assunção (São Paulo), assessor teológico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e presidente da Associação Internacional de Missiologia (LAMS). Disponível em < http://www.paulinas.org.br/loja/DetalheAutor.aspx?idAutor=7527>. Acesso em 20 maio 2008.

Paulo Vidal Neto (SP, 1942–). Foi mandrilhador na Molins e presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema de 1969 a 1975. Em 1975, apoiou a candidatura vitoriosa de Lula à sua sucessão. Na sua segunda gestão, ocorreu a criação do Conselho de Coordenação dos Trabalhos de Base (num momento em que as grandes montadoras eram sacudidas por surdas manifestações reivindicatórias), que contribuiu para a formação do grupo de dirigentes de base que viria a liderar as greves do final da década de 1970. Foi também vereador pela cidade de São Bernardo do Campo entre 1977 e 1982 pelo MDB/PMDB.

Paulo Zingg (SP, 1917–SP, 1991). Jornalista, em 1948 fundou o jornal *Folha do Povo*, em Santo André (SP), que dirigiu até 1965. Ligou-se aos militares que organizaram o golpe de 1964, em cuja preparação e execução tomou parte. Foi nomeado em outubro de 1969 secretário de Educação e Cultura, e novamente secretário municipal da Educação de São Paulo, de 1986 a 1988. Foi presidente da Associação Paulista de

Imprensa. Disponível em < http://educacao.prefeitura.sp.gov.br/Arquivos/downloadAction.do?&actionType=download&idArquivo=2693>. Acesso em 8 abr. 2008.

Pedro Casaldáliga. Espanhol nascido na região da Catalunha, reside no Brasil desde os anos 1970. Poeta e escritor, é bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia (MT). Cf. STEDILE e MANÇANO, *op. cit.*

Pedro Jorge Simon (RS, 1930–). Advogado, professor universitário e político. É atualmente senador pelo estado do Rio Grande do Sul, filiado ao PMDB. Foi governador do Rio Grande do Sul de 1987 a 1990.

Pedro Ludovico Teixeira (GO, 1891–GO, 1979). Foi um dos líderes da Revolução de 1930 em Goiás, interventor federal no estado (1930–1933) e governador (1935–1937). Foi responsável direto pela mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia. Interventor federal pela segunda vez (1937–1945) e governador eleito (1951–1954), além de ser senador eleito por duas vezes (1955–1962 e 1962–1970), teve cassado seu mandato e suspensos seus direitos políticos por dez anos, em 1969. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pedro_Ludovico_Teixeira>. Acesso em 21 mar. 2008.

Pedro Tonnelli (RS, 1951–). Ex-deputado estadual e ex-deputado federal pelo PT do Paraná, atualmente preside a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (Cresol Capanema). Disponível em <http://www.alep.pr.gov.br/arquivos/geral_noticias_conteudo.php?notoid=5003&grupo=4>. Acesso em 22 mar. 2008.

Pedro Wilson Guimarães (1942–). Advogado e sociólogo, é professor da Universidade Católica de Goiás e foi reitor da instituição de 1985 a 1988. Filiado ao PT desde 1980, foi vereador em Goiânia e prefeito de Goiânia. Foi presidente e secretário-geral do PT-GO. Foi militante e dirigente da Juventude Estudantil Católica e presidente do Centro Acadêmico XI de Maio da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, assessor da Arquidiocese de Goiânia, presidente da Comissão de Justiça e Paz de Goiânia e coordenador do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). É deputado federal pelo PT-GO pelo terceiro mandato. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/biodeputado/index.html?nome=PEDRO+WILSON&leg=53>. Acesso em 22 mar. 2008.

Perseu Abramo (SP, 1929–SP, 1996). Em 1959, formou-se no curso de Ciências Sociais da USP. Em 1968, obteve o grau de mestre em Ciências Humanas na UFBA. Trabalhou como repórter no *Jornal de São Paulo* e na *Folha Socialista*, semanário do PSB. Em 1952, entrou para *O Estado de S. Paulo*, onde ficou dez anos, passando por várias funções. Coordenou a equipe que fez a cobertura da inauguração de Brasília, com a qual obteve o Prêmio Esso de Reportagem em 1960. Em 1970, ingressou na *Folha de S.Paulo*, onde também exerceu várias funções, sendo demitido em 1979, em função da greve dos jornalistas, de que participara ativamente. Trabalhou no semanário político *Movimento* em 1980–1981. De 1981 a 1983, editou o *Jornal dos Trabalhadores*, órgão do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, e também foi responsável pela segunda fase do *Boletim Nacional* e outras publicações avulsas do PT. Foi professor da Escola de Jornalismo Cásper Líbero (1960–1962); do curso de graduação de Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia da UFBA (1967–1969); coordenador do Setor de Jornalismo da FAAP de São Paulo (1970–1971); professor da Faculdade de Filosofia e Comunicação da PUC-SP (1981–1996). Participou ativamente do projeto de criação e instalação da Universidade de Brasília, onde lecionou no Departamento de Ciências Humanas, de 1962 – quando a Universidade foi inaugurada – até 1964, quando ela foi invadida pelas tropas da ditadura. De 1965 a 1970, lecionou na UFBA. Na década de 1970, participou do movimento de oposição sindical que retomou o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo das mãos dos pelegos que o dominavam e foi um dos idealizadores do Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, criado pela entidade.

No plano político, integrou-se à Esquerda Democrática em 1946. Com a fundação do PSB, oriundo da Esquerda Democrática, passou a integrar a militância desse partido. Opôs-se ao golpe de 64, juntamente com professores e estudantes da UnB, desde os primeiros momentos, tendo sido preso pelo Exército durante a invasão à UnB em 9 de abril de 1964. Ao longo de toda a ditadura, fez oposição ao regime militar. Engajou-se no Movimento Pró-PT e na fundação do PT, participando da elaboração dos documentos básicos (Manifesto, Programa, Estatuto, Regimento Interno). Figurou entre os primeiros signatários da ata de constituição do Partido, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion. Fez parte do Núcleo de Categoria dos Jornalistas e também do Diretório Distrital da Lapa e ocupou o cargo de secretário de Comunicação da prefeitura de São Paulo no ano de 1989, durante a gestão de Luiza Erundina. Foi membro do Diretório e da Executiva Nacional do PT ao longo dos seus 16 anos de militância. A Editora Fundação Perseu Abramo publicou postumamente o livro *Um trabalhador da notícia: textos de Perseu Abramo* (1997) e *Padrões de Manipulação na grande imprensa*. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=74>. Acesso em 17 de maio de 2008.

Pierre Corneille (França, 1606–França, 1684). Foi um dos três maiores autores de dramas na França, durante o século XVII, ao lado de Molière e Racine.

Pierre Lambert (França, 1920–França, 2008). Aos 14 anos, começou a sua militância nas Juventudes Comunistas, aderindo em 1937 ao grupo de seguidores de Leon Trotsky dirigido por Pierre Frank. Após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se um dos principais quadros do Partido Comunista Internacionalista, seção francesa da IV Internacional. Entre 1950 e 1953, confrontou-se com a linha política de ingresso dos trotskistas nos partidos comunistas, defendida por Michel Pablo. Nos anos 1960, o grupo impulsionado por Lambert adotou o nome de Organização Comunista Internacionalista (OCI). A partir de 1984, engajou-se no movimento que deu origem ao Partido dos Trabalhadores da França, participando da constituição da Corrente Comunista Internacionalista (CCI), e, em 1993, da IV Internacional Reproclamada, da qual foi um dos principais dirigentes. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pierre_Lambert>. Acesso em 3 abr. 2008.

Plínio de Arruda Sampaio (SP, 1930–). Promotor público aposentado, consultor da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO/ONU), foi deputado federal em 1962 pelo PDC. Em 1964, foi cassado pelo AI-1. Exilado no Chile, foi colaborador do programa de reforma agrária do governo de Salvador Allende. Foi deputado constituinte em 1986 e candidato ao governo de São Paulo pelo PT. Deixou o PT em 2005 e aderiu ao PSOL, pelo qual se candidatou novamente ao governo paulista em 2006. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pl%C3%ADnio_de_Arruda_Sampaio>. Acesso em 4 maio 2008.

Plínio Mello (RS, 1900–). Em 1925, em São Paulo, conheceu Mário Pedrosa e Livio Xavier. Em 1929, militante do PCB e líder do Bloco Operário Camponês (BOC) no Rio Grande do Sul, tem como missão entrar em contato com a Coluna Prestes. Em 1930, atua no Grupo Comunista Lenin (GCL), com a participação significativa de gráficos e jornalistas paulistas, aderindo à Oposição Internacional de Esquerda, liderada por Leon Trotsky. Em janeiro de 1931, juntamente com Mário Pedrosa, Benjamin Péret (poeta surrealista francês que vivia no Brasil), Livio Xavier e Aristides Lobo, funda a Liga Comunista do Brasil. Entre 1943 e 1947, foi presidente do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Em 1978, Plínio Mello e Mário Pedrosa escrevem uma carta defendendo a luta por um Partido dos Trabalhadores, entregue a Lula em 1979. Ambos tornam-se fundadores do PT em fevereiro de 1980. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Pl%C3%ADnio_Gomes_de_Mello>; <http://www.unicamp.br/~boaventu/page9b.htm>; e <http://www.fundacaoperseuabramo.org.br/td/td07/td07_memoria.htm>. Acesso em 24 abr. 2008.

Porfírio José Peixoto. Ex-deputado estadual pelo PMDB gaúcho, é atualmente conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Raimundo Rodrigues Pereira (PE, 1940–). Em 1960, iniciou o curso de engenharia no ITA, em São José dos Campos (SP). Por sua identificação com posições políticas de esquerda, foi expulso desse instituto após o golpe militar, sendo preso e torturado no Dops e submetido a um Inquérito Policial Militar. Em 1965, iniciou o curso de física na USP, onde permaneceu até 1967, atuando no Centro Acadêmico de Filosofia. No final dos anos 1960, passou a atuar profissionalmente como jornalista em diversos órgãos de imprensa. Em 1968, fez parte da equipe que criou a revista *Veja*, onde permaneceu até meados de 1970. Após a sua saída, trabalhou para uma edição especial a respeito da Amazônia para a revista *Realidade*, que foi contemplada com o Prêmio Esso. Passou a ser reconhecido como um grande nome da imprensa nacional, principalmente devido à sua intensa atuação nos semanários políticos de oposição *Opinião* e *Movimento*. No final dos anos 1970, retornou para a Editora Abril, onde trabalhou por na revista *Ciência Ilustrada* e, posteriormente, no jornal alternativo *Política*, da Editora Três. Outro de seus grandes projetos foi *Retrato do Brasil*, coleção que estuda o período da ditadura militar.O dinheiro arrecadado com a venda dos fascículos e de cotas possibilitou a criação do jornal diário de mesmo nome, que durou apenas dois meses. Em 1997, fundou a Editora Manifesto. Além de levar o título *Retrato do Brasil* para a nova empresa, a equipe criou o *site Oficina de Informações* e a revista mensal *Reportagem*. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=468JDB004>. Acesso em 3 abr. 2008.

Ranulfo Peloso. Militante sindical e educador popular. Participou do I Encontro Nacional do MST na condição de dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA), no qual contribuiu como assessor político. Desligou-se do sindicato e mudou-se para São Paulo, onde passou a assessorar movimentos sociais e sindicais nas áreas de educação popular e pedagogia de massas. Cf. STEDILE e MANÇANO, *op. cit.*

Raul Santos Seixas (BA, 1945–SP, 1989). Cantor e compositor, foi um dos pioneiros do *rock* brasileiro. Tornou-se um ícone da cultura alternativa no Brasil.

Renée de Carvalho (França, 1925–). Filha de militantes comunistas, inicia sua trajetória aos 13 anos de idade participando da União de Moças Francesas, movimento não-oficial filiado ao Partido Comunista Francês. Na Segunda Guerra Mundial, milita na Resistência Francesa contra o nazismo, passando a fazer parte do movimento armado, no qual conhece Apolonio, com quem se casa em 1943. Em 1946, o casal muda-se para o Brasil e participa do pequeno período de legalidade do PCB. De 1947 a 1953, vive na clandestinidade com o marido e os filhos, René-Louis e Raul, que posteriormente aderem, juntamente com Apolonio, ao PCBR, participando da luta armada contra a ditadura militar. Em 1973, Renée retorna à França para se reencontrar com Apolonio, exilado desde 1970. Ambos militam pelo movimento de anistia no Brasil e, em 1979, com a aprovação da Lei de Anistia, regressam ao país, participando da fundação do Partido dos Trabalhadores.

Renzo Rossi (Itália, 1925–). Padre que desempenhou intenso trabalho junto aos presos políticos do regime militar brasileiro entre 1975 e 1981, quando o último preso político foi libertado. Em muitas ocasiões, Renzo chegou a visitar militantes que tinham acabado de passar por sessões de tortura. Em 1977, foi o portador de cartas dirigidas aos juízes militares em que os presos e presas do Rio de Janeiro anunciam o início de greves de fome contra as más condições das prisões e pela transferência das mulheres para um presídio feminino. As greves de fome foram uma importante forma de luta dos presos políticos. Cf: <http://www.emilianojose.com.br/renzo/arquivorenzo.htm>. Acesso em 17 maio 2008.

Ricardo de Azevedo. Sociólogo, ex-militante do movimento estudantil da USP e da Ação Popular, foi preso político durante a ditadura militar (1969–1970) e esteve exilado no Chile e na França (1972–1976). Fundador do PT, foi assessor da bancada do partido na Assembléia Legislativa de São Paulo e membro da Executiva Estadual (1987–1993). Integrou a primeira equipe da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT (1988–1989). Trabalhou como assessor de Celso Daniel na prefeitura de Santo André (SP) e no Instituto Cajamar. Foi o primeiro diretor da revista *Teoria e Debate*, da qual hoje é o coordenador editorial. É presidente da Fundação Perseu Abramo. Disponível em <http://www.ptlisboa.org/notdirfpa.html>. Acesso em 17 maio 2008.

Ricardo de Carvalho Duarte (RJ, 1951–). Conhecido como Chacal, é poeta e letrista. Foi um dos primeiros poetas da década de 1970 a se utilizar do mimeográfo para divulgar sua poesia. Em 1976, teve poemas incluídos na antologia *26 poetas hoje*. Em seguida, lançou *Quampérius*. Nessa época, juntou-se a Charles, Bernardo Vilhena e Ronaldo Bastos para fundarem o Nuvem Cigana, grupo que agitou a vida carioca do final da década de 1970. Para o teatro, escreveu *Aquela coisa toda*, para o grupo Asdrúbal Trouxe o Trombone, e *Recordações do futuro,* para o grupo Manhas & Manias. Em 1983, veio a público *Drops de abril*, reunião dos livros anteriores publicada pela Editora Brasiliense. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ricardo_de_Carvalho_Duarte>. Acesso em 7 mar. 2008.

Ricardo Kotscho (SP, 1948–). Filho de uma família de imigrantes do Leste Europeu, sua carreira jornalística começou no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 1967, onde Kotscho ficaria até 1977. Trabalhou ainda no *Jornal do Brasil* e na revista *IstoÉ*. Assumiu a assessoria de imprensa da primeira campanha de Lula para a Presidência, participando também da segunda campanha e, por fim – após um período na direção de jornalismo da Rede CNT e do Canal 21 –, daquela que levaria Lula à Presidência da República, nas eleições de 2002. Permaneceu por dois anos à frente da Secretaria de Imprensa e Divulgação do governo Lula, posto que deixou em novembro de 2004. Ricardo Kotscho recebeu quatro prêmios Esso de Jornalismo. Disponível em <http://www.paginadois.com/conteudo.php?c=1805>. Acesso em 22 mar. 2008.

Richard Morse (EUA, 1922–Haiti, 2001). Historiador, foi professor de História da Universidade de Yale e um dos mais importantes estudiosos norte-americanos da história do Brasil. No fim dos anos 1940, veio pela primeira vez ao Brasil e escreveu um trabalho acadêmico intitulado *Formação histórica de São Paulo*. Autor de *O espelho de Próspero* e *A volta de McLuhanaima*. Morse não gostava do rótulo de "brasilianista" e tinha dificuldades para publicar nos Estados Unidos porque, segundo ele, "tratava a América Latina e os Estados Unidos da mesma forma, num mesmo plano, o que é absolutamente inconcebível para um editor americano". Cf. *O Estado de S. Paulo*, Caderno 2, 21 abr. 2001.

Robert Crumb (EUA, 1943–). Artista e ilustrador, reconhecido como um dos fundadores do movimento *underground* dos quadrinhos. Seus trabalhos foram bastante apreciados na cena *hippie*. Foi o criador dos personagens Mr. Natural e Fritz, the cat. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Robert_Crumb>. Acesso em 6 mar. 2008.

Roberto João Pereira Freire (PE, 1942–). Começou a militar na política em 1962, quando estudava na Faculdade de Direito da UFPE. Atuou como advogado sindical defendendo trabalhadores rurais sob com a liderança de Gregório Bezerra. Nesse período, estreita suas relações com o PCB. Em 1967, foi aprovado no curso para gerente de Cooperativa Integral de Reforma Agrária realizado pelo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra), antecessor do Incra, pelo qual é procurador aposentado. Em 1974, foi eleito deputado estadual pelo MDB, e posteriormente eleito para quatro mandatos sucessivos de deputado federal, e para um mandato de senador, em 1994. Em 2002, voltou à Câmara Federal para o seu quinto mandato

como deputado; foi reeleito em 2006. Liderou o processo de transformação do antigo PCB em Partido Popular Socialista (PPS), em 1992. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Freire>. Acesso em 10 abr. 2008.

Roberto Schwarz (Áustria, 1938–). Crítico literário e professor aposentado de teoria literária. É um dos principais continuadores do trabalho crítico de Antonio Candido. Publicou importantes estudos sobre Machado de Assis. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Roberto_Schwarz>. Acesso em 6 mar. 2008.

Robinson Ayres Pimenta. É vereador pelo PT em Ipatinga (MG).

Rodolfo Lunkenbein (Alemanha, 1939–MT, 1976). Sacerdote salesiano. Foi assassinado no dia 15 de julho de 1976, quando a aldeia dos índios bororos, em Mato Grosso, foi atacada por sessenta fazendeiros armados, que queriam vingar-se dos indígenas por causa de problemas de terra. Disponível em <http://www.catolico.org.br/santo_do_dia/santo.php?codigo=198>. Acesso em 22 mar. 2008.

Roger Garaudy ou Ragaa (França, 1913–). Filósofo e escritor, durante a Segunda Guerra Mundial foi tomado como prisioneiro de guerra em Djelfa, Argélia, por tropas da França de Vichy. Foi filiado ao Partido Comunista Francês e, nos anos 1970, tentou reconciliar o marxismo com o catolicismo. Posteriormente, abandonou ambas as doutrinas em favor do islamismo sunita, tornando-se muçulmano em 1982 e trocando o seu nome para Ragaa. Vive atualmente em Paris. Garaudy escreveu cerca de vinte livros. Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/Roger_Garaudy>. Acesso em 21 mar. 2008.

Rogério Sottili (RS, 1959–). Historiador, foi assessor sindical rural do Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp), assessor da Secretaria Agrária e da presidência do PT e assessor da Casa Civil da Presidência da República. É secretário adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República.

Rolf Hackbart. Natural de Pelotas (RS), é formado em ciências econômicas pela UFRGS. Atuou como economista e educador popular no Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp). Foi ainda assessor técnico na Assembléia Constituinte Estadual do Rio Grande do Sul, coordenador do Departamento Sindical de Estudos Rurais (Deser) e assessor técnico da bancada federal do PT. Em 2003, assumiu a presidência do Incra. Disponível em <http://www.incra.gov.br/>. Acesso em 22 mar. 2008.

Ronald Wilson Reagan (EUA, 1911–EUA, 2004). Foi presidente dos Estados Unidos por dois mandatos (1981–1989). Ator de cinema e locutor de rádio antes de começar a sua carreira política, sua eleição marcou o início de uma nova onda conservadora internacional, com a adoção de políticas econômicas que posteriormente viriam a ser denominadas neoliberais e o início da chamada Segunda Guerra Fria, que acabou arrastando a União Soviética para uma corrida armamentista que sua economia não podia sustentar. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ronald_Reagan>. Acesso em 22 mar. 2008.

Ronaldo Ramos Caiado (GO, 1949–). Um dos líderes da União Democrática Ruralista, concorreu à Presidência da República em 1989 pelo PSD. Em 1994, candidatou-se a governador de Goiás, terminando em terceiro lugar. Atualmente está no quarto mandato como deputado federal, integrando a bancada ruralista. É filiado ao Democratas (DEM), antigo PFL. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ronaldo_Caiado>. Acesso em 22 mar. 2008.

Rubem Alves (MG, 1933–). Bacharel e mestre em teologia, doutor em filosofia pelo Seminário Teológico de Princeton (Estados Unidos) e psicanalista. Lecionou no Seminário Presbiteriano de Campinas, na Facul-

dade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro e na Unicamp, onde recebeu o título de Professor Emérito. Publicou várias obras de crônicas, ensaios e contos, além de trabalhos acadêmicos. Desde os anos 1960, participou do movimento latino-americano de renovação da teologia. Sua posição liberal logo lhe trouxe problemas em seu relacionamento com o protestantismo histórico – e especificamente presbiteriano. Foi questionado desde cedo por suas idéias e teve de abandonar o pastorado. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Rubem_Alves>. Acesso em 12 abr. 2008.

Rubens Figueiredo (RJ, 1956–). Professor de português e de tradução literária, tradutor, crítico, contista e romancista. Em 1999, recebeu o Prêmio Jabuti de literatura. Disponível em <http://www.livroscotovia.pt/autores/d_e_f/figueiredo_rubens.htm>. Acesso em 6 mar. 2008.

Rui Frazão Soares (MA, 1941–PE, 1974). Militante da Juventude Universitária Católica em Recife, após o golpe de 1964 liderou a resistência estudantil, sendo preso e torturado. Em Pindaré-Mirim (MA), engajou-se nas atividades do Movimento de Educação de Base, ligado à Igreja Católica. Na disputa interna vivida pela AP entre 1971 e 1972, alinhou-se entre os que optaram pelo ingresso no PCdoB. Na manhã do dia 27 de maio de 1974, foi preso na feira de Petrolina (PE) por três policiais armados de revólveres que o agrediram, ameaçaram de morte, algemaram e jogaram no porta-malas de uma viatura preta, da Polícia Federal. Desde então, não foi mais visto. Em sentença de 1991, a Justiça responsabilizou a União pela prisão, morte e ocultação do cadáver de Rui Frazão Soares. Seus restos mortais, no entanto, nunca foram entregues à sua família. Seu nome integra a lista de desaparecidos políticos anexa à Lei nº 9.140/95. Cf. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007, p. 384-85.

Rui Goethe da Costa Falcão (SP, 1943–). Formado em direito pela USP em 1967, tornou-se jornalista de importantes periódicos, além de diretor de redação da revista *Exame* entre 1977 e 1988. Foi membro da diretoria do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (1983–1988). Filiado ao PT desde 1982, é deputado estadual em São Paulo pelo terceiro mandato. Foi presidente interino do PT nacional em 1994 e coordenador da campanha de Lula para presidente naquele mesmo ano. Foi secretário de Governo da cidade de São Paulo na administração de Marta Suplicy. Candidatou-se, em 2004, ao lado de Marta Suplicy, a vice-prefeito de São Paulo. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Rui_Falc%C3%A3o>. Acesso em 3 abr. 2008.

Safo. Poetisa grega que viveu na cidade lésbia de Mitilene, ativo centro cultural no século VII a.C., nascida entre 630 e 612 a.C. Concebeu uma escola para moças, onde lecionaria poesia, dança e música, considerada a primeira "escola de aperfeiçoamento" da história. Os poemas em que retrata sua paixão por Atis, uma das alunas da escola, estabeleceram a associação entre o nome de Safo – assim como de sua região de origem (Lesbos) – e a homossexualidade feminina. Sua poesia, devido ao conteúdo erótico, sofreu censura na Idade Média por parte dos monges copistas. O que restou de sua obra foram escassos fragmentos. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Safo>. Acesso em 6 mar. 2008.

Sandra Starling. Formada em direito e mestre em ciência política pela UFMG, participou do movimento pela fundação do PT em Minas Gerais. Integrou o Diretório Nacional e a Executiva Nacional do partido. Foi deputada estadual (1986–1989) em Minas e nas duas legislaturas seguintes foi eleita deputada federal. Em 1993, foi secretária municipal de Educação no governo de Patrus Ananias. Em 2003, foi secretária-executiva do Ministério de Trabalho e Emprego do governo Lula. Disponível em <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/index.php?storytopic=76>. Acesso em 3 abr. 2008.

Sebastião Machado Oliveira (PI, 1958–). Conhecido como Sibá Machado. Agricultor e bacharel em geografia, atuou em grupos de jovens da Igreja Católica na Prelazia do Xingu. Em 1986, mudou-se com a família para o Acre, onde filiou-se ao PT e passou a atuar na CPT. Foi presidente da CUT-AC. Em 1998, tornou-se primeiro suplente de deputado estadual. Em 1999, assumiu a Secretaria Executiva de Extensão Rural e Garantia da Produção do governo estadual. Em 2001, foi eleito presidente estadual do PT. Um ano depois, foi indicado à primeira suplência da senadora Marina Silva e, com a ida de Marina para o Ministério do Meio Ambiente, assumiu o mandato de senador. Disponível em <http://www.senado.gov.br/web/senador/sibamachado/perfil.asp>. Acesso em 22 mar. 2008.

Selvino Heck. Ex-assessor da Pastoral Operária do Rio Grande do Sul e fundador do Camp, foi deputado estadual pelo PT-RS (1987–-1990). No final de 2004, assumiu o cargo de assessor especial da Presidência da República, no Setor de Mobilização Social do Programa Fome Zero.

Sérgio Buarque de Holanda (SP, 1902–SP, 1982). Foi um dos mais importantes historiadores brasileiros, além de crítico literário e jornalista. É autor de obras fundamentais da historiografia brasileira, como *Raízes do Brasil* (1936), *Monções* (1945), *Caminhos e fronteiras* (1957) e *Visão do Paraíso* (1958). Em 1945, foi um dos fundadores da Esquerda Democrática, que dois anos depois se transformaria no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Viveu na Itália entre 1953 e 1955, onde esteve a cargo da cátedra de estudos brasileiros da Universidade de Roma. Em 1957, assumiu a cadeira de História da Civilização Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. A partir de 1960, passou a coordenar o projeto da *História Geral da Civilização Brasileira*. Em 1969, num protesto contra a aposentadoria compulsória de colegas da USP pelo regime militar, decidiu encerrar a sua carreira docente. Nos anos 1970, atuou no Centro Brasil Democrático, foco de aposição à ditadura. Participou, em 1980, da cerimônia de fundação do Partido dos Trabalhadores. Naquele mesmo ano, recebeu o Prêmio Juca Pato, da União Brasileira de Escritores, e o Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9rgio_Buarque_de_Holanda>. Acesso em 26 fev. 2008; e CANDIDO, Antonio. "Sérgio Buarque de Holanda, por Antonio Candido". In: COSTA, Marcos (org.). *Para uma nova história: textos de Sérgio Buarque de Holanda*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 161-62.

Sérgio Cabral (RJ, 1937–). Jornalista especializado em música popular, foi vereador da cidade do Rio de Janeiro e consultor do Tribunal de Contas do Município. É pai do atual governador do estado. Disponível em <http://www3.uberlandia.mg.gov.br/noticia.php?id=492>. Acesso em 18 abr. 2008.

Sérgio Mamberti (SP, 1939–). Ator, é secretário de Identidade e Diversidade do Ministério da Cultura.

Sérgio Milliet da Costa e Silva (SP, 1898–SP, 1966). Crítico de literatura e arte, poeta e tradutor. Em 1925, junto com Oswald de Andrade e Afonso Schmidt, criou a revista *Cultura*. Participou, em 1933, da fundação da Escola de Sociologia e Política. Com o ensaísta Paulo Duarte e o escritor Mário de Andrade, criou em 1935 o Departamento de Cultura de São Paulo, tornando-se o primeiro diretor da Divisão de Documentação Histórica e Social, onde permanece até sua transferência para a Divisão de Bibliotecas, em 1943. Como crítico, colaborou com os principais jornais e revistas de sua época. Na década de 1950, atuou em diversas frentes: diretor artístico do Museu de Arte Moderna de São Paulo; curador de três edições da Bienal Internacional de São Paulo e da representação brasileira na Bienal de Veneza; presidente da Associação Brasileira de Críticos de Arte. Disponível em <http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_lit/index.cfm?fuseaction=biografias_texto&cd_verbete=5315&cd_item=35&CFID=2850954&CFTOKEN=64253129>. Acesso em 24 abr. 2008.

Sérgio Roberto Vieira da Motta (SP, 1940–SP, 1998). Formou-se engenheiro industrial na Faculdade de Engenharia Industrial da PUC-SP, onde iniciou sua militância política na AP, em 1966. Foi ministro das Comunicações de janeiro de 1995 a abril de 1998 e esteve à frente do processo de privatização das telecomunicações no país.

Sérgio Sister (SP, 1948–). Jornalista, artista plástico e fundador do Partido dos Trabalhadores. Militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) no fim dos anos 1960, Sister era jornalista, artista plástico e estudante de ciências sociais quando foi preso, em 1970. Foi submetido a interrogatório no Dops e cumpriu pena no Presídio Tiradentes, de onde saiu em 1971. Fundador do PT, hoje prossegue como jornalista e artista plástico. Cf. FREIRE, Alípio. "Quem pintou na cadeia". *Teoria e Debate*, São Paulo, Diretório Regional PT-SP, nº 27, dez. 1994/jan./fev. 1995; e <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp021.asp>. Acesso em 25 fev. 2008.

Silvio Tendler. Documentarista, é detentor das três maiores bilheterias de documentários na história do cinema brasileiro: *O Mundo mundo Mágico mágico dos Trapalhões* (1,8 milhão espectadores), *Jango* (1 milhão de espectadores) e *Anos JK* (800 mil espectadores). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%ADlvio_Tendler>. Acesso em 22 mar. 2008.

Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (SE, 1851–RJ, 1914). Crítico literário, ensaísta, poeta, filósofo, professor e político. Escreveu, entre outros trabalhos, *O elemento popular na literatura do Brasil* e *Cantos populares do Brasil.* Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Silvio_Romero>. Acesso em 6 mar. 2008.

Sófocles (Grécia, 496 a.C.–Grécia, 406 a.C.). Dramaturgo, um dos mais importantes escritores de tragédia ao lado de Ésquilo e Eurípedes. Escreveu cerca de 120 peças, das quais apenas sete "sobrevivem" até os dias de hoje. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%B3focles>. Acesso em 6 mar. 2008.

Sônia Bruggemann Pilla. Mestre em Educação pela UFRGS, possui especialização na área de crítica literária pela Faculté des Sciences et Lettres de l'Université de Strassbourg, França. Foi secretária de Educação de Porto Alegre (1993–1996) e, posteriormente, secretária adjunta de Educação da mesma cidade (2004). Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/index.php?option=content&task=view&id=526&Itemid=520>. Acesso em 3 abr. 2008.

Sun Tzu (544–496 a.C.). É considerado um dos maiores estrategistas militares de todos os tempos, é o autor de *A arte da guerra*, famoso livro chinês sobre táticas militares. É considerado também um dos primeiros autores realistas no campo das ciências políticas. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Sun_Tzu>. Acesso em 10 abr. 2008.

Tancredo de Almeida Neves (MG, 1910–Brasília, 1985). Advogado, foi deputado estadual (1947) e federal (1950) pelo PSD. Em junho de 1953, assumiu o Ministério da Justiça no governo de Getúlio Vargas. Em 1960, candidatou-se ao governo de Minas Gerais, mas foi derrotado. Com a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, teve papel destacado na negociação da emenda constitucional do parlamentarismo. Tornou-se primeiro-ministro do primeiro gabinete parlamentarista do governo Goulart, renunciando em junho de 1962. Após o golpe de 1964, filiou-se ao MDB, reelegendo-se deputado federal em 1966, 1970 e 1974. Afirmou-se como liderança da ala moderada do partido e como interlocutor do regime na discussão do projeto de distensão "lenta, gradual e segura". Eleito senador em 1978, com a extinção do bipartidarismo em 1979, constituiu, com outros políticos de centro, o Partido Popular (PP). Com a proibição de coligações partidárias para o pleito de

1982, Tancredo defendeu a fusão de todas as correntes oposicionistas em uma só legenda, o que levou à incorporação do PP ao PMDB. Em 1982, elegeu-se governador de Minas Gerais. Com a derrota da emenda pelas eleições diretas para presidente, em 25 de abril de 1984, o PMDB lançou o nome de Tancredo à disputa no Colégio Eleitoral. Quatro dias depois, a Frente Liberal, dissidência do PDS, rompeu com o governo, aderindo à candidatura de Tancredo e indicando para seu vice o senador José Sarney. Em 15 de janeiro, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo. Um dia antes da posse, marcada para 15 de março de 1985, Tancredo foi submetido a uma cirurgia de emergência. José Sarney tomou posse como presidente. Tancredo faleceu na noite de 21 de abril, depois de ter sido submetido a sete cirurgias. Cf. DHBB/FGV, *op. cit*. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/Tancredo_Neves.asp>. Acesso em 29 mar. 2008.

Tarso Fernando Herz Genro (RS, 1947–). Advogado, foi um dos principais líderes da organização de esquerda do Partido Revolucionário Comunista (PRC), nascida de uma dissidência do PCdoB, que inicialmente atuou no interior do PMDB e posteriormente se transformou na tendência interna do PT Nova Esquerda. Tarso Genro ingressou no PT em 1985 e foi prefeito eleito de Porto Alegre por duas vezes, em 1992 e 2000. No governo Luiz Inácio Lula da Silva, foi ministro da Educação, das Relações Institucionais e da Justiça, pasta que ocupa atualmente.

Tasso Ribeiro Jereissati (CE, 1948–). É filho do ex-deputado e ex-senador Carlos Jereissati. Empresário, é dono de distribuidora de refrigerantes, shopping centers e canais de televisão. Foi governador de seu estado natal, eleito pelo PMDB, durante o período 1987–1991. Em junho de 1988, participou ativamente na fundação do PSDB – partido do qual ocupou por duas vezes o cargo de presidente nacional. Em 2002, elegeu-se senador pelo Ceará. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tasso_Jereissati>. Acesso em 17 maio 2008.

Thomas Stearns Eliot (Reino Unido, 1888–Reino Unido, 1965). Foi um famoso poeta modernista, dramaturgo e crítico literário britânico-norte-americano. Em 1948, ganhou o Prêmio Nobel de Literatura. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/T._S._Eliot>. Acesso em 19 mar. 2008.

Tilden Santiago (MG, 1940–). É assessor especial da presidência da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Foi embaixador brasileiro em Cuba durante o primeiro mandato do presidente Lula (2003–2006). Formado em filosofia e jornalismo, é também um dos fundadores da CUT. Trabalhou no governo Itamar Franco como secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Foi deputado federal por três mandatos consecutivos. Por assumir cargo no governo Aécio Neves em 2007, teve suspensa sua filiação ao PT. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tilden_Santiago>. Acesso em 11 abr. 2008.

Torquato Pereira de Araújo Neto (PI, 1944–RJ, 1972). Poeta, jornalista e letrista de música popular, atuava como agitador cultural e polemista defensor das manifestações artísticas de vanguarda, como a Tropicália, o Cinema Marginal e a Poesia Concreta. Várias coletâneas de seus trabalhos tiveram publicação póstuma. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Torquato_Neto>. Acesso em 6 mar. 2008.

Tucídides (Grécia, entre 460 a.C. e 455 a.C.–Grécia, cerca de 400 a.C.). Historiador, escreveu a *História da guerra do Peloponeso*, obra que relata, em oito volumes, a guerra entre Esparta e Atenas ocorrida no século V a.C. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Tuc%C3%ADdides>. Acesso em 6 mar. 2008.

Valdir Ganzer (RS, 1956–). Fixou-se juntamente com o restante da família na região de Santarém na época de construção da Rodovia Transamazônica. Participou com o irmão, Avelino, da organização dos tra-

balhadores rurais no Pará. Militante do PT, foi eleito deputado estadual pela primeira vez em 1990, candidatou-se a governador do estado em 1994, e em 1998, foi eleito deputado federal, licenciando-se para assumir a função de vice-prefeito de Belém após a segunda vitória eleitoral do partido na capital paraense, em 2000. Eleito novamente deputado estadual em 2006, licenciou-se para exercer o cargo de secretário estadual de Transportes no governo Ana Júlia Carepa (PT). Para maiores detalhes, ver a entrevista de Avelino Ganzer.

Valneri Antunes. Ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), preso em 1968, foi líder comunitário e sindical em Porto Alegre nos anos 1970. Foi eleito vereador pelo PDT em 1985. Em 1986, sofreu um acidente automobilístico fatal quando viajava em campanha para deputado estadual.

Valter Pomar. Doutor em história pela USP. Ocupou diversos cargos na estrutura do PT, sendo o atual secretário de Relações Internacionais. É um dos principais líderes da tendência interna Articulação de Esquerda.

Victor Lvovich Kibalchich (Bélgica, 1890–México, 1947). Conhecido como Victor Serge, foi um revolucionário e fecundo escritor, ativo participante no processo revolucionário russo a partir da sua chegada a Petrogrado, em fevereiro de 1919. Trabalhou no então recém-fundado Comintern (Terceira Internacional, ou Internacional Comunista) como jornalista, editor e tradutor. Foi obrigado a abandonar a União Soviética para fugir à repressão stalinista. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Victor_Serge>. Acesso em 26 mar. 2008; e <http://www.marxists.org/archive/serge/index.htm>. Acesso em 26 mar. 2008.

Vilma Favorito. Doutora em Letras, é professora do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), sediado no Rio de Janeiro.

Vilma Piedade. É assessora de projetos da Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra), no Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.belezapura.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=345&sid=3>. Acesso em 17 maio 2008.

Vilson Santin. Foi deputado estadual pelo PT-SC (1991–1994). É coordenador estadual do MST-SC.

Virgílio Alvim de Melo Franco (MG, 1897–RJ, 1948). Elegeu-se em 1922 deputado pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Esteve entre os principais articuladores da insurreição de outubro de 1930 que depôs Washington Luís. Esperava ser nomeado por Vargas interventor federal em Minas Gerais, o que não ocorreu. Em protesto, renunciou à liderança da bancada mineira na Constituinte. Em 1937, manifestou-se contra a instauração da ditadura do Estado Novo. Em outubro de 1943, foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros, documento que representou o primeiro golpe na censura do Estado Novo, após muitos anos. No final de 1944, foi preso por alguns dias, acusado de atividades contra o regime. Em janeiro do ano seguinte, participou do Congresso Brasileiro de Escritores, evento que representou novo golpe no regime ditatorial. Ainda em 1945, esteve entre os principais articuladores da UDN, partido político que reunia a oposição liberal ao Estado Novo. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/biografias/ev_bio_virgiliodemelofranco.htm>. Acesso em 26 mar. 2008.

Virgilio Guimarães de Paula (MG, 1949–). Estudante de ciências econômicas, foi presidente do DCE da UFMG, onde se formou em 1974. Tornou-se consultor técnico da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. De 1977 a 1982, foi assessor técnico do Dieese e diretor regional do órgão em Minas Gerais. Foi presidente do Sindicato dos Economistas de Minas Gerais (1983–1986) e diretor da Federação Nacional dos Economistas (1986–1989). Foi um dos fundadores do PT, pelo qual foi eleito em 1986 deputado federal constituinte. Can-

didato à prefeitura de Belo Horizonte em 1988, ficou em segundo lugar. Em 1992, foi eleito vereador, sendo o mais votado em Belo Horizonte. Em 1998, foi eleito deputado federal, sendo reeleito em 2002 e em 2006. Presidiu o PT de Belo Horizonte de 1992 a 1993 e é membro do Diretório Nacional do PT. Disponível em <http://www.virgilioguimaraes.com.br/tragetoria/trajetoria_detalhes.asp?id=31>. Acesso em 3 abr. 2008.

Virgulino Ferreira da Silva (PE, 1897–SE, 1938). Conhecido como Lampião, foi o mais famoso cangaceiro do Brasil. Atuou desde 1917 em Sergipe e na Bahia, mas sua influência se irradiou por outras regiões do Nordeste. Por intermédio do padre Cícero Romão, foi chamado pelo governo, nos anos 1920, para combater a Coluna Prestes, recebendo a patente de capitão. Continuou, no entanto, sua vida no cangaço. Seu grupo foi derrotado em Angicos (SE) pelas tropas governamentais, em 1938. Na ocasião, muitos cangaceiros foram decapitados, entre eles Lampião e Maria Bonita. Cf. *Grande Enciclopédia Larousse Cultural*. São Paulo, Nova Cultural, 1998.

Vitorino Freire (PE, 1908–RJ, 1977). Senador em seguidos mandatos, dominou de forma absoluta a política maranhense entre 1956 e 1966, quando perdeu o poder para José Sarney. O coronelismo de Freire, pelas suas particularidades e longa duração, recebeu a alcunha especial de "vitorinismo".

Vladimir Gracindo Soares Palmeira (AL, 1944–). Ingressou no curso de direito da então Universidade do Brasil, atual UFRJ. Ganhou as eleições de 1964 para o Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco), um dos mais tradicionais do país. Como presidente da União Metropolitana dos Estudantes (UME), liderou as grandes manifestações estudantis do ano de 1968, que culminaram na Passeata dos Cem Mil. Preso em outubro de 1968 no XXX Congresso da UNE em Ibiúna, em setembro de 1969 foi um dos prisioneiros políticos libertados em troca do embaixador norte-americano e partiu para o exílio no México, em Cuba, no Chile e na Bélgica, onde formou-se em ciências econômicas. Voltando ao Brasil, foi fundador do PT, candidato ao Senado em 1982, e, quatro anos depois, elegeu-se deputado federal constituinte. Reeleito deputado em 1990, em 1993 ganhou as prévias internas do PT para a definição do candidato ao governo do Rio de Janeiro nas eleições de 1994, mas o resultado não foi aceito em função de questões de quórum. Em 1998, venceu a convenção do partido no Rio de Janeiro, mas a direção nacional interveio para que se apoiasse o candidato Anthony Garotinho (PDT) como parte de uma aliança nacional que incluía a candidatura de Leonel Brizola a vice-presidente da República na chapa de Lula. Em 2006, foi escolhido consensualmente como candidato do PT ao governo do estado do Rio de Janeiro, obtendo a quarta colocação. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vladimir_Palmeira>. Acesso em 3 abr. 2008.

Vladimir Herzog (Croácia, 1937–SP, 1975). Jornalista e professor nascido na Croácia (à época parte da Iugoslávia) e naturalizado brasileiro. Na década de 1970, assumiu a direção do departamento de telejornalismo da TV Cultura de São Paulo. Também foi professor da Escola de Comunicações e Artes da USP. Ligado ao PCB, foi intimado a comparecer na sede do Comando do II Exército, em São Paulo, para prestar depoimento, e encontrado morto na cela que ocupava no dia 25 de outubro de 1975. Uma farsa absolutamente inverossímil foi montada para sustentar a versão de que a morte se devia a suicídio por enforcamento, enquanto todos os indícios apontavam para assassinato decorrente de tortura. O crime gerou uma onda de protestos da sociedade e da imprensa, contribuindo para impulsionar a mobilização em prol dos direitos humanos no Brasil. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Vladimir_herzog>. Acesso em 21 mar. 2008.

Vladimir Vladimirovich Maiakovski (Rússia, 1893–Geórgia, 1930). Poeta, fortemente impressionado pelo movimento revolucionário russo e impregnado desde cedo por obras socialistas, ingressou aos 15 anos na facção bolchevique do Partido Social-Democrático Operário Russo. Foi um dos fundadores do cubo-fu-

turismo russo. Após a Revolução de Outubro, Maiakovski dedicou-se a desenhos e legendas para cartazes de propaganda e, no início da consolidação do novo Estado, fez peças de publicidade para o novo governo. Entrou freqüentemente em choque com os "burocratas" e com os que pretendiam reduzir a poesia a fórmulas simplistas. Suicidou-se em 1930. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Maiakovski>. Acesso em 6 mar. 2008.

Wagner Benevides (PA, 1938–). Ex-presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais e fundador do PT, atualmente é superintendente da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca em Minas Gerais.

Wagner Lino Alves (SP). Metalúrgico e advogado, começou sua militância política em Santos, em 1967, quando participou de movimentos estudantis contra a ditadura militar. Mudou-se para São Bernardo em 1980. Foi eleito vereador pela primeira vez em 1982 e reeleito em 1988 e 1992. Em 1994, elegeu-se deputado estadual. Em 2004, foi novamente eleito para o quarto mandato como vereador, sempre pelo PT. Disponível em <http://www.camarasbc.sp.gov.br/camara_veradores_wagner.asp.>. Acesso em 8 mar. 2008.

Waldir Calheiros. Bispo da diocese de Volta Redonda (RJ) de 1966 a 2000.

Walter Barelli (SP, 1938–). Economista e professor da Unicamp. Foi diretor técnico do Dieese em São Paulo de 1967 a 1990. Foi assessor econômico de Lula na campanha presidencial de 1989 e coordenou a área econômica do seu Governo Paralelo, que visava avaliar as ações do governo federal e formular novas propostas para políticas públicas. Em 1992, a convite do então presidente Itamar Franco, assume o Ministério do Trabalho. Em 1994, filia-se ao PSDB e, em 1995, assume a Secretaria de Emprego e das Relações de Trabalho no governo de Mário Covas em São Paulo. Foi deputado federal pelo PSDB de 2003 a 2007. Cf. DHBB/FGV, *op. cit*. Disponível em <http://www.barelli.ecn.br/?acao=perfil>. Acesso em 8 mar. 2008.

Walter de Freitas Pinheiro (BA, 1961–). Técnico em telecomunicações, começou a militar no movimento estudantil da Escola Técnica Federal da Bahia, no final dos anos 1970. Como técnico da Telebahia, em 1982, entrou para o Sindicato dos Telefônicos (Sinttel). Assumiu algum tempo depois a direção da entidade e, mais tarde, em Brasília, foi coordenador geral da Federação Interestadual dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações (Fittel). Em 1992, foi eleito vereador em Salvador pelo PT, assumindo na época a liderança da bancada. Em 1994, candidatou-se a deputado federal, chegando à segunda suplência pela coligação PT/-PSB. Dois anos depois, foi reeleito vereador. No início de 1997, abdicou do mandato de vereador para assumir, pela primeira vez, a vaga de deputado federal. Reeleito deputado federal para a legislatura de 1999–-2002, foi líder do PT na Câmara dos Deputados. Em 2002, foi reconduzido à Câmara Federal. É membro titular da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática. Disponível em <http://www.walterpinheiro.com.br/historia.php>. Acesso em 5 mar. 2008.

Walter Demarchi. Foi prefeito de São Bernardo do Campo entre 1993 e 1996, pelo PTB. Seu vice era Antonio Tito Costa. Disponível em <http://www.pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Demarchi>. Acesso em 29 fev. 2008.

Walter Sebastião Barbosa Pinto. Jornalista graduado pela UFJF, crítico de arte do jornal *Estado de Minas*, trabalhou como repórter no jornal *Tribuna de Minas*. Foi curador de várias exposições em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Cf. "Prospecções: arte nos anos 80 e 90". In: RIBEIRO, M. A. e SILVA, F. P. (orgs.). *Um século de história das artes plásticas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: C/Arte/Fundação João Pinheiro, 1997.

Wellington Moreira Franco (PI, 1944–). Formou-se em sociologia em 1969 pela PUC-RJ. Fez pós-graduação no Iuperj e possui doutorado pela Sorbonne. Quando estudante, foi dirigente estadual da Ação Popular

(AP). Em 1972, filiou-se ao MDB, na liderança de seu sogro, o senador Amaral Peixoto, partido pelo qual foi eleito deputado federal em 1974 e prefeito de Niterói (RJ) em 1976. Com a reorganização partidária de 1979, o grupo do senador Amaral Peixoto ingressou no PDS, sucessor da Arena. Foi candidato ao governo do estado em 1982, perdendo para Leonel Brizola. Em 1985, foi para o PMDB, pelo qual se elegeu governador no ano seguinte. Em 1994, foi eleito deputado federal e, de 1998 a 2002, a convite do presidente Fernando Henrique, foi assessor especial da Presidência. Em 2002, elegeu-se novamente deputado federal, e, em 2004, concorreu a prefeito de Niterói, mas foi derrotado. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Moreira_Franco>. Acesso em 12 abr. 2008.

Wilson Pinheiro. Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia (AC), foi assassinado dentro da sede da entidade em 1980, a mando de fazendeiros. Disponível em <http://www.chicomendes.org/chicomendes25.php>. Acesso em 22 mar. 2008.

Wladimir Pomar (PA, 1936–). Filho de Pedro Pomar, dirigente histórico do PCB e um dos fundadores do PCdoB em 1962, seguiu os passos do pai na militância política. Foi preso em 1976, no episódio conhecido como Massacre da Lapa (ver nota anterior nesta entrevista), e ficou detido por mais de dois anos. Ingressou no PT em meados dos anos 1980, e, em 1989, foi coordenador da campanha de Lula à Presidência. Foi secretário Nacional de Formação Política e membro da Executiva Nacional do PT. É diretor da Câmara de Comércio Brasil–Vietnã do Rio de Janeiro e colunista do *Correio da Cidadania*. É autor de vários livros, entre os quais destaca-se *Pedro Pomar: uma vida em vermelho*. Cf. POMAR, *op. cit.*

Yeda Rorato Crusius (SP, 1944–). Formada em Economia pela USP, lecionou na UFRGS, na qual ocupou cargos de chefia e coordenação, além de ser diretora da Faculdade de Ciências Econômicas. Até 2006, foi deputada federal pelo PSDB. É a atual gove
rnadora do estado do Rio Grande do Sul.

Zilah Wendel Abramo. Formada em Ciências Sociais pela USP, foi professora na Universidade de Brasília de 1962 a 1964. Fundadora do PT, de 1983 a 1997 atuou na assessoria coletiva da bancada do partido na Assembléia Legislativa de São Paulo. Foi vice-presidente da Fundação Perseu Abramo (1996-2003) e é presidente do Conselho Curador dessa Fundação desde 2003.

Zumbi dos Palmares (c. 1655–AL, 1695). Líder da resistência negra no século XVII, quando se organizaram muitos quilombos em todo o país. Zumbi comandou o Quilombo de Palmares (AL). Foi assassinado por tropas da Coroa Portuguesa em 1695.

GLOSSÁRIO DE ORGANIZAÇÕES PARTIDÁRIAS

Ação Libertadora Nacional (ALN). Organização de esquerda surgida entre 1967 e 1968 sob a liderança de Carlos Marighella. Sua formação remonta a uma cisão ocorrida no Partido Comunista Brasileiro (PCB) ocorrida após a saída de Marighella da Comissão Executiva do partido em 1966. Marighella, como os demais fundadores da Ação Libertadora Nacional (ALN), criticava a ausência de reação ao golpe de 1964 por parte do PCB que, segundo sua avaliação, decorria da subordinação do PCB à burguesia brasileira. A partir de 1968, a organização desencadeia suas primeiras ações armadas, exercendo grande atração sobre contingente expressivo de militantes, principalmente no meio universitário. Em 1969, juntamente com o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a ALN participa do seqüestro do embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, trocado posteriormente por 15 presos políticos. A repercussão da ação fez intensificar a repressão policial sobre o grupo, o que resultou no assassinato de Marighella em São Paulo no dia 4 de novembro de 1969. Após sua morte, Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo, também ex-dirigente do PCB, procura reestruturar a ALN e ampliar os contatos do grupo com outras organizações armadas atuantes no meio urbano, até seu assassinato em 1970. Em 1971 duas dissidências surgem a partir da ALN: a Tendência Leninista, organizada no exílio; e o Movimento de Libertação Popular (Molipo), originado entre os militantes que realizavam treinamento de guerrilha em Cuba. Em 1974, nova onda de prisões desarticula a última direção da ALN, encerrando a trajetória do grupo de maior expressão e contingente dentre os que deflagraram a guerrilha urbana no Brasil. No início dos 1980, já no PT, ex-integrantes da ALN somaram-se ao esforço de formação da tendência Articulação.

Ação Popular (AP). Fundada em junho de 1962 sobretudo por integrantes da Juventude Universitária Católica (JUC), em Congresso realizado em Belo Horizonte-MG. Sua formação foi motivada pelo esforço de conformação de uma espaço político "que permitisse a liberdade de atuação e não envolvesse a hierarquia católica hostil à politização esquerdizante". Hegemônica no movimento estudantil universitário, assumiu como referência ideológica o "socialismo humanista", conforme formulado por Emannuel Mounier, Teilhard de Chardin, entre outros. Ao longo dos anos 1960, já sob a repressão da ditadura civil-militar implantada no país em 1964, a AP aproxima-se do marxismo, particularmente das formulações do líder chinês Mao Tsé-tung, aderindo à tese da guerrilha rural. Em 1968 sofre dissidência que origina o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e, a partir de 1971, passa a denominar-se Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Em 1973, a maioria da APML decide-se pela fusão com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), resultante da aproximação entre os dois grupos decorrente de sua identidade com o maoísmo. A parcela da organização que não adere à fusão acaba praticamente desarticulada pela ditadura. Ao longo dos anos 1970, a APML atravessa um período de recomposição e de retomada de sua atuação junto aos movimentos sociais, sobretudo no meio universitário, assumindo o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) como espaço de atuação legal. Em meados de 1979, com o surgimento do PT, a APML sofre dissidências que se dispersam em diferentes organizações, como o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Parcela significativa dos integrantes da APML adere ao PT, diluindo-se no interior do partido. Parte da organização, concentrada nas seções regionais da Bahia e do Rio Grande do Norte, não aceita a dissolução

do grupo, dando origem em 1981 à Fração Organizada da APML, que em 1982 realizou seu 1º Congresso, do qual surgiu a Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP). Em 1985, em fusão com Movimento pela Emancipação do Proletariado e Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha (PCdoB-AV), a OCDP deu origem ao Movimento Comunista Revolucionário (MCR).

Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Ver **Ação Popular (AP).**

Ação Popular Socialista (APS). Organização fundada em 2004 como tendência interna do PT e egressa do partido no ano seguinte, quando integrou-se ao PSOL. Surgiu da aglutinação de correntes regionais do PT com a tendência nacional Força Socialista (FS). A FS havia sido fundada em 1989 a partir do Movimento Comunista Revolucionário (MCR), que por sua vez resultou da fusão, em 1985, da Organização Comunista Democracia Proletaria (OCDP), Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) e Partido Comunista do Brasil Ala-Vermelha (PCdoB-AV). A saída da APS do PT decorre da crítica aos rumos assumidos pelo governo Lula e à avaliação de que a crise vivida pelo partido em 2005 se deve, entre outros fatores, ao abandono pelo PT, aprofundado ao longo dos anos 1990, da estratégia de acúmulo de forças, consubstanciadas sobretudo nas resoluções de seu 5º Encontro Nacional (1987) e na chamada estratégia democrático-popular. Atualmente, no PSOL, articula um campo de cerca de 1.500 militantes, dos quais aproximadamente 500 são membros orgânicos da corrente, constituindo a maior corrente organizada daquele partido. Possui atuação em especial nos estados do Amapá, Bahia, Espírito Santo, Distrito Federal, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. Sua presença se concentra no movimento sindical, principalmente nas áreas de educação, onde constrói a Intersindical após desvincular-se da CUT em 2007; no movimento estudantil, em que compõe o campo Contraponto e integra o setor minoritário da diretoria da UNE; e movimento popular, notadamente no movimento negro, no âmbito do qual constituiu o Círculo Palmarino.

Aliança Nacional Libertadora (ANL). Organização política de âmbito nacional que foi fundada oficialmente em 1935 por ativistas oriundos de diversas correntes políticas e setores sociais. Teve como principais reivindicações a suspensão definitiva do pagamento das dívidas imperialistas do Brasil, a nacionalização imediata de todas as empresas imperialistas, a proteção aos pequenos e médios proprietários e lavradores, a reforma agrária, amplas liberdades públicas e a constituição de um governo popular orientado exclusivamente pelos interesses do povo brasileiro. Após freqüentes confrontos com os integralistas e manifestações antifascistas, a ANL incorporou ao seu discurso palavras de ordem como: "Abaixo ao fascismo, Abaixo ao governo odioso de Vargas!", "Por um governo popular nacional revolucionário, todo poder a ANL!". Em junho de 1935, Luís Carlos Prestes, presidente de honra da Aliança, chama o povo a pegar em armas contra o governo, o que é utilizado por Vargas como pretexto para fechar a ANL, levando a organização a funcionar na clandestinidade. Em 23 de novembro de 1935, na cidade de Natal no Rio Grande do Norte, ocorreu uma revolta encabeçada por militares de baixa patente para instalar um "governo popular revolucionário", precipitando novas revoltas em Recife e no Rio de Janeiro. Getúlio Vargas declara estado de sítio em todo o território nacional, derrota as revoltas e inicia uma forte reação, com milhares de prisões de militantes de diversas vertentes, numa escalada repressiva que teria continuidade até o golpe de decretação do Estado Novo, em novembro de 1937.

Aliança Renovadora Nacional (Arena). Partido político de âmbito nacional criado em 1966 após decreto do Ato Institucional número 2 (AI-2), que extinguia os partidos políticos existentes, e após o Ato Complementar número 4, que estabelecia as condições para a formação de novos partidos (bipartidarismo). Com sustentação político-parlamentar dos governos militares pós-1964, o partido foi formado em sua maioria por parlamentares da União Democrática Nacional (UDN), do Partido Social Democrático (PSD), do Partido Democrata Cristão (PDC) e do Partido Republicano (PR), todos de cunho conservador. Apesar de ser considerada de importância reduzida na atuação parlamentar, a Arena mostrava bom desempenho eleitoral por ser o partido

de sustentação política de um Executivo autoritário, obtendo maior número de votos, no Nordeste, Norte e Centro-Oeste, e menor número no Sul e Sudeste. Como partido governista, submetia-se docilmente às iniciativas legislativas do Executivo, defendendo-o sistematicamente das críticas da oposição. A Arena desapareceu em novembro de 1979, quando o Congresso Nacional decretou o fim do bipartidarismo e abriu espaço para a organização do sistema multipartidário.

Articulação. Tendência interna do PT constituída em 1983, majoritária em praticamente toda a trajetória do partido. Surgida do chamado "Manifesto da articulação dos 113", reuniu militantes petistas independentes atuantes em sindicatos (como o próprio Lula) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), além de ex-integrantes de organizações de esquerda, como a Ação de Libertação Nacional (ALN). Lançada nacionalmente no 3º Encontro Nacional do PT (1983), sua formação e trajetória inicial fundaram-se na crítica à maioria das organizações de esquerda ingressas no partido, que inicialmente caracterizavam o PT simplesmente como uma frente legal no interior da qual seria possível reaglutinar a esquerda clandestina. Em 1987 recebe a adesão de parte dos militantes da corrente O Trabalho (OT), de origem trotskista. Frente ao quadro mais complexo da disputa interna no PT e em função de pressões da base da Articulação (a chamada "revolta dos bagrinhos"), a tendência eleva seu nível de organicidade, realizando seminários nacionais entre 1988 e 1991. A participação da Articulação no I Congresso Nacional do PT (1991), expõe seus conflitos internos e exacerba as divergências que, em 1993, resultam no lançamento do manifesto "Hora da Verdade" e, posteriormente, na formação da Articulação de Esquerda (AE), próxima às correntes à esquerda no espectro ideológico petista. Desde então, o coletivo passou a denominar-se Articulação - Unidade na Luta. A formação da AE possibilita a constituição de uma direção no PT composta majoritariamente por agrupamentos à esquerda no partido, eleita no 8º Encontro Nacional (1993), reduzindo o espaço de Unidade na Luta nas instâncias decisórias. Em 1995, em aliança com setores como Democracia Radical, a Unidade na Luta compõe o chamado Campo Majoritário, recuperando sua condição de direção majoritária a partir do 10º Encontro Nacional do PT – condição que ocuparia até meados de 2005. No processo de reacomodação das forças existentes internamente ao PT, ocorrido no contexto posterior ao da crise vivida pelo partido entre 2005 e 2006, a maior parcela da Unidade na Luta passa a compor o campo Construindo um Novo Brasil (CNB), lançado nacionalmente no III Congresso Nacional do PT (2007).

Campo Majoritário. Ver **Articulação.**

Causa Operária (CO). Organização trotskista fundada em 1979 a partir de dissidência da Organização Socialista Internacionalista (OSI), motivada por divergências a respeito da situação argentina no âmbito da IV Internacional. Inicialmente denominada Organização Quarta Internacional, posteriormente o grupo passou a ser reconhecido pela denominação de seu jornal porta-voz, *Causa Operária*, publicado desde 1979. Diferentemente da OSI, a CO incorporou-se desde o início ao processo de formação do PT. Atuou em oposição aos grupos hegemônicos no partido, mantendo distância equivalente às correntes à esquerda. Na campanha presidencial de 1989, opôs-se à coligação com partidos considerados burgueses e à candidatura do senador José Paulo Bisol (PSB) à vice-presidente pela chapa petista, o que levou os diretórios do PT em que possuía atuação (como em Volta Redonda e Bauru) a praticamente não se engajarem na campanha. Com base na resolução sobre tendências aprovada no 7º Encontro Nacional do PT (1990), a CO foi caracterizada como organização autônoma, que descumpria os requisitos necessários para sua aceitação como tendência interna. Por essa razão, foi impedida de participar das eleições de 1990 pelo partido (sua candidatura ao governo do Distrito Federal foi impugnada) e também do I Congresso do PT em 1991. Em 1992, após sua expulsão do PT, a CO integrou-se à Frente Revolucionária, composta principalmente pela Convergência Socialista, e que resultou na fundação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Vetada na Frente antes da formação do PSTU, a CO passou investir na sua legalização enquanto partido, o que resultou, em 1995, na fundação do Partido da Causa Operária (PCO). O PCO conquistou seu registro provisório em 1995, tendo participado com legenda própria

nas eleições de 1996 e conquistado registro definitivo em 1997. Nos anos 1990, sofreu dissidência que deu origem à Liga Bolchevique Internacionalista (LBI). Em seu programa, o PCO declara lutar pela conquista de um "governo das organizações dos explorados da cidade e do campo". Possui atuação no movimento estudantil (principalmente USP e Unesp) e sindical (sobretudo junto aos trabalhadores dos correios). Entre suas principais lideranças destacam-se Rui Costa Pimenta, candidato à presidência pelo PCO nas eleições de 2002 e 2006.

Comando de Libertação Nacional (Colina). Originou-se em 1967 de dissidências da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop) nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, formadas na sua maioria por estudantes universitários, aos quais se somaram militares anteriormente vinculados ao brizolismo. Descontente em relação à orientação da Polop como organização alternativa ao reformismo pecebista, o Colina, como grande parte das organizações de esquerda existentes no Brasil nos anos 1960, assumia a luta armada como estratégia de enfrentamento à ditadura instaurada no país com o golpe civil-militar de 1964. Iniciou suas ações armadas em 1968, objetivando a obtenção de recursos que permitissem a implantação do foco guerrilheiro, numa perspectiva de combiná-las às ações nos movimentos de massa, especialmente nos âmbitos sindical e estudantil. No ano seguinte, em 1969, foi duramente golpeada pela repressão, recompondo-se em função da incorporação de inúmeros agrupamentos menores como parte da Dissidência Leninista que não participou da formação do Partido Operário Comunista (POC), a chamada Dissidência da Dissidência (DDD), egressa da Dissidência da Guanabara (DG), do chamado Núcleo Leninista da Ação Popular (AP) do Rio de Janeiro, além de militantes daquela organização atuantes nos Estados da Bahia, Pernambuco e Goiás. Fortalecida pelas novas adesões, a Colina uniu-se com grupos do sul da Bahia e com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), dando origem à Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares).

Convergência Socialista (CS). Organização de esquerda de orientação trostquista surgida em 1978 e atuante no interior do PT até 1992, quando foi expulsa e passou a investir na fundação do PSTU. As origens da CS remetem à fusão entre o grupo Ponto de Partida – constituído em 1974 por brasileiros que regressaram do exílio na Argentina influenciados pelo dirigente argentino Nahuel Moreno – e militantes da Fração Bolchevique Trotkista (FBT) atuantes em São Paulo – uma dissidência do Partido Operário Revoluciário (POR) – que resulta, ainda em 1974, na formação da Liga Operária, posteriormente Partido Socialista dos Trabalhadores (PST). Em 1978, o PST lança o movimento Convergência Socialista (CS), por meio do qual procurava articular outros setores que compartilhassem do propósito de "constituir um partido operário independente e socialista". Em 1979 o PST realiza um congresso em que decide formalmente pela sua diluição no âmbito da Convergência Socialista e discute a necessidade de criação de um partido dos trabalhadores. Aderiu desde o início ao PT, no interior do qual reivindicava uma concepção de partido "independente da burguesia e dos patrões". A proximidade da CS com as posições da Organização Socialista Internacionalista (OSI) desencadeou esforço de fusão entre os dois grupos, posteriormente abortada. Em 1981, sofre dissidência que funde-se à Democracia Socialista. A polarização entre a CS e os grupos hegemônicos no PT se expressaram na sua oposição a governos municipais petistas eleitos a partir de 1982, como o de Diadema (SP) e o de Timóteo (MG) e na da defesa do "Fora Collor" por parte da CS após a derrota desta proposta no I Congresso do PT (1991). Por esses motivos foi acusada de atuar como fração pública do partido, reforçando a posição dos setores do PT que defendiam sua expulsão. Consumada sua expulsão em 1992, a Convergência Socialista, juntamente com outros agrupamentos de menor expressão (como a Causa Operária), integra a Frente Revolucionária, no curso da qual se desliga da organização a dissidência que constituiu posteriormente a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST). Os debates na Frente Revolucionária culminam, em 1994, na fundação do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Nas eleições de 1994, o PSTU integrou a Frente Brasil Popular pela Cidadania em apoio à candidatura Lula. Desde então afastou-se progressivamente do PT, aprofundando suas críticas às formulações aprovadas no 5º Encontro Nacional do partido (1987), consubstanciadas na chamada estratégia democrático-popular. Nas eleições de 1998, o PSTU lança José Maria de almeida – militante estudantil e sindical, ex-preso

político e principal liderança do partido – como o primeiro candidato de orientação trotskista à Presidência da República na história do país. Nos últimos anos este afastamento em relação ao PT e à base aliada do governo Lula culminou com a saída do PSTU da UNE e da CUT, passando a investir na constituição da Coordenação Nacional de Lutas Estudantis (Conlute) e na Coordenação Nacional de Lutas (Conlutas). Nas eleições de 2006 integrou a Frente de Esquerda, formada também por PCB e PSOL, em apoio à candidatura de Heloísa Helena à Presidência da República.

Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST). Organização de esquerda de orientação trotskista surgida a partir de dissidência da Convergência Socialista (CS), após sua expulsão do PT em meados de 1992. Integrou a Frente Revolucionária, iniciativa encabeçada pela CS com o objetivo de constituir um partido de esquerda alternativo ao PT, e que resultou na formação do PSTU em 1994. Antes da fundação do novo partido a CST decide regressar ao PT, desenvolvendo uma política de oposição aos setores hegemônicos do partido, o que, em 2004, culminou na expulsão de sua principal liderança, o deputado federal Babá, juntamente com outros parlamentares petistas, como a deputada federal Luciana Genro e a senadora Heloísa Helena. As expulsões foram justificadas pela posição por eles assumida, contrária à Reforma da Previdência proposta pelo governo Lula. Egressos do PT, os militantes da CST integraram o movimento que resultou, em 2005, na formação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

Democracia Socialista (DS). Ver **Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM-DS).**

Democratas (DEM). Ver **Partido da Frente Liberal (PFL).**

Dissidência da Guanabara (DG). Em 1966, desligando-se do Partido Comunista Brasileiro (PCB), um grupo de estudantes que defendia a ação armada funda a Dissidência da Guanabara que, já em 1968, promove uma série de ações de contestação à política posta em prática pelo governo militar. Foi uma das principais organizadoras da Passeata dos Cem Mil, realizada no Rio de Janeiro em 26 de junho de 1968, em protesto contra as violências praticadas pela polícia alguns dias antes do centro da cidade, atingindo estudantes e populares. Depois do decreto do Ato Institucional número 5 (AI-5), a DG passou a realizar assaltos a banco para obter recursos financeiros. Seqüestrou, juntamente com a Ação Libertadora Nacional (ALN), o embaixador norte-americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, exigindo a sua troca por 15 militantes políticos presos e a leitura e publicação de um manifesto (Disponível em <http://www.franklinmartins.com.br/estacao_historia_artigo.php?titulo=manifesto-do-sequestro-do-embaixador-americano-rio-1969>. Acesso em 20 maio 2008). A partir deste momento, a organização adota o nome de Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) com o objetivo de desmoralizar as forças de repressão, que haviam anunciado com estardalhaço a destruição de um grupo de mesmo nome no mês anterior. Durante a década de 1970, com o recrudescimento da repressão e a crescente aceitação do governo pela população, devido ao sucesso da política econômica posta em prática, os movimentos de contestação armada, e inclusive o MR-8, arrefecem a sua posição. O grupo passa a defender a luta pelas liberdades democráticas e a formação de uma frente popular pela redemocratização do país, o que o levará a se aproximar de uma linha semelhante à do PcdoB, e os seus membros ingressam no MDB, permanecendo no PMDB mesmo quando o bipartidarismo é extinto em 1979. A partir dos anos 1980, o MR-8, no qual nenhum dos fundadores permanece, embora mantenha uma visão antiimperialista, expressa no seu jornal *Hora do Povo*, assume contornos que tornam difícil defini-lo como uma organização de esquerda. A organização se opôs frontalmente à criação do PT e da CUT, e seus militantes atuaram, em muitas ocasiões, como tropa choque vinculada a políticos nacionalistas do PMDB no movimento sindical e em campanhas eleitorais.

Esquerda Democrática (ED). Grupo de políticos e intelectuais de tendência socialista formado em 1945 com o objetivo comum de oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. Consistia na articulação de diversas

"frentes de resistência" que vinham atuando na clandestinidade desde o início da década de 1940. No longo prazo, pretendia criar um partido político que expressasse os ideais do socialismo conjugados com a prática da democracia. Em 1946, transforma-se em partido político mantendo a mesma denominação apesar das propostas de mudança de nome para Partido Socialista Brasileiro (PSB), fato que inicialmente não foi aceito. Em 25 de agosto de 1947, por fim assume finalmente a denominação PSB, incorporando os poucos membros do antigo PSB, de reduzida expressão, que existira de 1932 a 1937.

Liberdade e Luta (Libelu). Ver **Organização Socialista Internacionalista (OSI).**

Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). Grupo clandestino de esquerda formado em congresso realizado em Itaipava-RJ no início de 1976 a partir de organização pré-existente denominada Fração Bolchevique (uma dissidência da OCML-PO constituída em 1970). Integra uma tradição política da esquerda brasileira referenciada nas posições da ORM-Polop, consubstanciadas no Programa Socialista para o Brasil (1967), que caracteriza a estrutura brasileira como capitalista dependente e a revolução como imediatamente socialista. Apesar de não assumir essa definição, o MEP foi identificado por alguns como uma organização trotskista, o que se deve à proximidade de seus militantes exilados na Europa nos 1970 – articulados em torno do jornal *Campanha* – com a Liga Comunista Revolucionária (LCR) francesa. Ao longo de toda sua trajetória, publicou o periódico clandestino *Nova Luta* e, entre 1979 e 1981, o jornal *Companheiro*. Inicialmente implantado no movimento estudantil no Rio de Janeiro, posteriormente consolidou-se no Pará, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo, consolidando sua atuação também junto ao movimento sindical docente e a movimentos de bairro. O MEP adquiriu visibilidade com a onda de prisões ocorridas em São Paulo e no Rio de Janeiro entre junho e agosto de 1977, quando foi detectado pelos órgãos de repressão. Desde o início, participou do movimento pela formação do PT, caracterizado como uma frente legal de organizações hegemonizado pelo reformismo e no interior da qual seria possível o reagrupamento da esquerda revolucionária. Divergente em relação a esta caracterização, um grupo de militantes se desliga do MEP em 1982, diluindo-se no PT. Em 1984, uma parcela dos militantes de Minas Gerais também abandona o grupo, incorporando-se ao processo de formação do Partido Revolucionário Comunista (PRC). Em crise, o MEP intensificou sua política de aproximação com outras organizações, o que, em 1985, resultou na fusão com a Organização Comunista Democracia Proletária (OCDP) e com o Partido Comunista do Brasil-Ala Vermelha (PCdoB-AV), dando origem ao Movimento Comunista Revolucionário (MCR). Ver também **Ação Popular Socialista (APS).**

Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Partido político brasileiro fundado em 4 de março de 1966 como organização partidária de oposição à Aliança Renovadora Nacional (Arena), expressão partidária do regime instaurado no país a partir do golpe civil-militar de 1964. A existência de ambas as agremiações foi estabelecida com a implantação do sistema bipartidário, instituído pelo Ato Institucional número 2 (AI-2). Inicialmente, o MDB foi pouco expressivo como espaço de aglutinação das esquerdas em função da desconfiança alimentada por diversos setores quanto à efetividade de um instrumento político de oposição à ditadura cuja existência era consentida pelo próprio regime. Progressivamente, adquiriu expressão política em função da atuação de parlamentares de orientação progressista, tendo se enfraquecido em fins dos anos 1960, com o recrudescimento da repressão política e a adesão de parcela significativa dos agrupamentos de esquerda à luta armada. Anos mais tarde, no início dos anos 1970, o MDB emerge como instrumento de canalização do descontentamento popular em relação à ditadura, expressas nas vitórias eleitorais conquistadas pelo partido nas eleições de 1974. Derrotada a alternativa de luta armada, as organizações de esquerda então existentes transitam da proposta de voto nulo para a de apoio a candidatos progressistas, chamados "autênticos", do MDB, sobretudo nas eleições de 1978. Nesse período, o MDB converte-se em espaço legal de atuação de inúmeras organizações de esquerda da época, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Ação Popular-Marxista Leninista (APML), dissidências do PCdoB que anos mais tarde constituíram

o Partido Revolucionário Comunista (PRC), além da chamada Tendência Socialista do MDB, existente no Rio Grande do Sul, e que, em 1979, participou da formação da Organização revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS), entre outros. O MDB foi extinto oficialmente em 29 de novembro de 1979 em função da Reforma Partidária que restabeleceu o pluripartidarismo, dando origem ao atual Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Ver **Dissidência da Guanabara (DG).**

Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR). Partido político chileno fundado em outubro de 1965. Formado por diversas organizações estudantis, estabeleceu bases de suporte entre sindicatos e bairros populares de Santiago. Andrés Pascal Allende, sobrinho de Salvador Allende, presidente do Chile de 1970 a 1973, foi um dos seus primeiros líderes. Miguel Enríquez Espinosa foi secretário-geral do partido de 1967 até ser assassinado em 1974 pela (Dina), a polícia secreta chilena. O MIR se considerava um partido de vanguarda revolucionária e advogava um modelo marxista-leninista de revolução, pretendendo liderar a classe operária para a ditadura do proletariado. Embora possuísse seus próprios arsenais de armas leves e não integrasse a Unidade Popular, coalizão do governo de Salvador Allende, o MIR o apoiava mais do que realizava oposição. Por outro lado, contribuiu bastante para a polarização política do período, ao endossar a radicalização dos movimentos sociais e ao realizar forte enfrentamento com as forças de extrema-direita. Durante o período ditatorial de Augusto Pinochet, entre 1973 e 1990, o grupo organizou ações de guerrilha, sendo responsável por vários ataques a prédios e funcionários do governo chileno e até mesmo ao próprio presidente Pinochet, razão pela qual sofreu severa reação dos órgãos de repressão. Logo após a redemocratização do Chile, na década de 1990, o MIR voltou a atuar como partido político, participando hoje da coalizão Juntos Podemos Más. Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/Revolutionary_Left_Movement_%28Chile%29> Acesso 16 jun. 2008.

Nova Esquerda (NE). Ver **Partido Revolucionário Comunista (PRC).**

Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária (OCML-PO). Organização de esquerda surgida em 1969 a partir de dissidência do Partido Operário Comunista (POC), encabeçada por setores divergentes em relação ao processo de fusão da antiga ORM-Polop com a Dissidência Leninista (dissidência do PCB gaúcho) e aos rumos do POC. Crítica em relação às possibilidades da luta armada, decidida a enraizar-se na classe operária e referenciada no Programa Socialista para o Brasil (1967), elaborado pela antiga Polop, a dissidência assumiu a denominação de Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO), ou simplesmente PO, como era mais conhecida. Já no início dos anos 1970, nova divergência se manifesta internamente ao grupo: parte dos militantes do Rio de Janeiro identifica na postura da PO um viés teoricista que, supostamente, prejudicava o encaminhamento prático das posições da organização junto ao movimento operário, constituindo a Fração Bolchevique da PO – que se desligando-se definitivamente do grupo em 1971, formando o Movimento pela Emancipação do Proletariado (MEP) em 1976. A PO mantém-se organizada ao longo dos anos 1970 até o surgimento do PT, quando adere ao partido. Crítica à postura dos setores hegemônicos do PT, que considerava "pragmática" e "direitista", a PO reconhece no partido "um campo de ação inédito", assumindo o desafio de reforçar posições anticapitalistas em seu interior. Por pressões sobre as organizações clandestinas de esquerda, desencadeadas em função de caráter massivo do PT, a PO progressivamente se envasia, diluindo-se definitivamente em 1986.

Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM-DS), Democracia Socialista (DS). Organização de esquerda de orientação trotskista fundada em 1979, inicialmente denominada Democracia Socialista. Surgiu como seção brasileira do Secretariado Unificado da IV Internacional, dirigido pelo economista belga Ernest Mandel. Sua formação resulta da aglutinação de diferentes organizações, sobretudo de

setores atuantes nos movimentos estudantil e sindical em Minas Gerais e da Tendência Socialista, atuante no Movimento Democrático Brasileiro (MDB) gaúcho, em parte integradas por ex-militantes do Partido Operário Comunista (POC). Juntamente com outras organizações, participou da fundação do jornal *Em Tempo* – uma das mais significativas experiências da chamada imprensa alternativa no período – que, após a saída dos demais grupos, se tornou porta-voz da ORM-DS. Incorporou-se desde o início à proposta de formação do PT, no interior do qual atuou em oposição aos setores hegemônicos. Em 1981, recebeu a adesão da Organização Revolucionária dos Trabalhadores (ORT), oriunda da Convergência Socialista, quando passou a denominar-se Organização Revolucionária Marxista-Democracia Socialista (ORM-DS). No ano seguinte, incorpora o Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasilieros (CLTB), dissidência da Organização Socialista Internacionalista (OSI), liderada por Paulo Skromov. Em 1988, assume integralmente a condição de tendência interna do PT, passando a se denominar simplesmente Democracia Socialista (DS), aproximando-se das formulações consubstanciadas nas resoluções do 5º Encontro Nacional do PT (1987) referentes à estratégia democrático-popular. Nos anos 1990, dentro do PT, participou da chapa Opção de Esquerda, integrada também pela tendência Articulação de Esquerda, que conquistou maioria na composição das instâncias nacionais partidárias entre 1993 e 1995. A partir de 2004, sofreu dissidências, que se somaram ao esforço de construção do PSOL, dentro do qual se aglutinaram em um coletivo denominado Enlace. Atualmente, dentro do PT, a DS integra o campo Mensagem ao Partido.

Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop). A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop), ou Polop, como era conhecida, foi uma organização de esquerda surgida em 1961 a partir da fusão de grupos de intelectuais marxistas atuantes em São Paulo, com setores jovens do Partido Socialista Brasileiro (PSB) atuantes na Guanabara, e também do Partido Trabalhista do Brasil (PTB) atuantes em Minas Gerais. Juntamente com a Ação Popular (AP), a Polop constitui uma das primeiras organizações de esquerda, com exceção das trotskistas, a se apresentar no país como uma alternativa ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Sua atuação concentrou-se inicialmente nos meios universitários e suas formulações marcam um momento importante na história da esquerda brasileira: diferentemente da orientação pecebista, o Programa Socialista para o Brasil, aprovado pela Polop em seu 4º Congresso (1967), caracterizava a formação social brasileira como capitalista dependente e a revolução brasileira como imediatamente socialista. No ano seguinte, em 1968 a Polop sofre dissidências que aderem à luta armada, dando origem à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) – nesse caso em fusão com setores desligados do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) – e ao Comando de Libertação Nacional (Colina). Finalmente, os remanescentes da Polop decidem-se, ainda em 1968, pela fusão com a Dissidência Leninista (dissidência do PCB no Rio Grande do Sul), fundando o Partido Operário Comunista (POC). A denominação "Política Operária" será retomada anos mais tarde por outro agrupamento, a Organização de Combate Marxista Leninista-Política Operária (OCML-PO), mais conhecida pela sigla PO.

Organização Socialista Internacionalista (OSI). Organização de esquerda fundada em 1976 a partir da fusão de dissidências do Partido Operário Revolucionário (POR) nos anos 1960. Surgiu como seção brasileira do Comitê Organizativo de Reconstrução da Quarta Internacional (Corqui), dirigido pelo francês Pierre Lambert. Inicialmente possuía atuação no movimento estudantil, no qual organizou a tendência Liberdade e Luta (Libelú); e no movimento sindical, onde se notabilizou pela defesa de sindicatos livres, tendo sido uma das principais forças impulsionadoras dos Encontros Nacionais dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes). Em seus primeiros anos de existência, caracterizava o PT como uma articulação encabeçada por "novos pelegos [...] em apoio à ditadura". A partir de 1980, revê suas posições: reconhece a legitimidade dos sindicatos oficiais entre os trabalhadores, apontando para a necessidade de seu rompimento com o Estado; e identifica o PT como "articulação de agentes da burguesia no movimento operário", mas que não se constituiria em "pilar da ditadura", decidindo-se pela incorporação ao partido. Sua proximidade com a Convergência Socia-

lista desencadeia esforço de fusão entre as duas organizações, posteriormente abortada. Em 1982 sofre cisão que constitui Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros e funde-se à Democracia Socialista. Entre 1983 e 1984, consolida sua opção pelo PT, a partir do que passou a denominar-se Fração Quarta Internacional e a aproximar-se da Articulação. Em 1986 assume integralmente sua condição de tendência do PT, assumindo a denominação de seu jornal porta-voz, *O Trabalho.* A progressiva aproximação de O Trabalho (OT) em relação à Articulação culmina, entre 1986 e 1987, na sua diluição enquanto tendência, tendo parte de seus integrantes aderido individualmente àquele coletivo. Um grupo minoritário, que decide pela manutenção de OT como uma tendência autônoma, condena as resoluções do 5º Encontro Nacional do PT (considerada uma ameaça à independência de classe) e adota uma postura crítica às posições da Articulação (consideradas legalistas e institucionalistas). Ao longo dos anos 1990, este "novo" OT aprofunda sua identidade como uma das tendências internas de esquerda do PT. Atualmente, reivindica que o governo Lula "cumpra seu mandato" mediante o rompimento da aliança com setores das classes dominantes que integram sua base aliada. Em 2006, sofreu dissidência que culminou na formação da tendência Esquerda Marxista do PT.

Partido Comunista Alemão (em alemão **Kommunistische Partei Deutschlands - KPD**). Formado em dezembro de 1918 a partir da Liga Espartaquista, que originalmente era uma tendência radical de esquerda no interior do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), e do grupo Comunistas Internacionalistas da Alemanha (IKD). Ambas as facções se opuseram à Primeira Guerra Mundial, argumentando que se tratava de um conflito imperialista, no qual a classe operária não tinha nenhum interesse a defender. A Liga Espartaquista era dirigida por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, que foram assassinados em janeiro de 1919. O Partido Comunista da Alemanha acabou sofrendo uma cisão quando os comunistas internacionalistas (IKD), juntamente com outros grupos políticos, formaram o Partido Comunista Operário da Alemanha (KAPD), em abril de 1920. A partir dessa ruptura, o Partido passou a ser comandado por Paul Levi e foi se tornando cada vez mais próximo ao Partido Social-Democrata Independente e ao Partido Social-Democrata, antes de ser influenciado pelo bolchevismo russo. Durante a ditadura nazista, o KPD foi brutalmente suprimido e seus dirigentes, militantes e conhecidos simpatizantes foram enviados a campos de concentração. Depois da Segunda Guerra Mundial, na zona de ocupação soviética, o KPD e o SPD unificaram-se para formar o Partido Socialista Unificado da Alemanha (SED), que governaria a República Democrática Alemã até a reunificação do país, em 1990. A partir de então, o SED se converteu no Partido do Socialismo Democrático da Alemanha (PDS), depois chamado Partido da Esquerda, que continua sendo uma força política relevante na Alemanha hoje, especialmente no leste. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Comunista_da_Alemanha>. Acesso em 15 maio 2008.

Partido Comunista Brasileiro (PCB). Partido político de âmbito nacional fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil, posteriormente reconhecido como Seção Brasileira da Internacional Comunista. Entre os atualmente ativos, é o partido político brasileiro mais antigo, embora tenha permanecido clandestino durante a maior parte da sua existência. Em agosto de 1961, modificou seu nome para Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla PCB. Tal mudança realizou-se com vistas a requerer o registro legal do partido perante o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e contornar o argumento que propiciou a cassação da legenda em 1947: a expressão "do Brasil" caracterizaria, no entender do TSE, a representação brasileira de uma entidade estrangeira. Essa decisão, no entanto, não contentou o grupo que, em fevereiro de 1962, discordando desse argumento e pontuando outras divergências, manteve a legenda Partido Comunista do Brasil, sob a sigla PCdoB. As diferenças de ambos os grupos, na verdade, já haviam começado a se estabelecer a partir do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética de 1956, quando são oficialmente reconhecidos os crimes praticados por Joseph Stalin, e o PCB passa a defender a tese de escalada pacífica para o socialismo, com o intuito de se desvencilhar da herança stalinista. Depois do golpe de 1964, novas dissidências do PCB geram organizações que optam pela luta armada contra o regime, enquanto a direção do partido enfatizava a preferência pelo enfrentamento por via institucional, aproximando-se do Movimento Democrático Brasileiro

(MDB). Em 1992, como um dos resultados das colossais mudanças ocorridas na conjuntura mundial a partir do que se convencionou chamar de crise do Leste europeu, o PCB foi declarado extinto no seu X Congresso e seus antigos dirigentes criaram o Partido Popular Socialista (PPS). A decisão não foi aceita por uma parcela minoritária dos militantes, que registrou uma pequena agremiação com o nome Partido Comunista Brasileiro, e, assim como o PCdoB, reivindica ser a legítima herdeira da organização criada em 1922. (DHBB e Dainis Karepovs). Ver também **Partido Comunista do Brasil (PCdoB).**

Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Fundado em 1968 por egressos do Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre eles: Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho e Manuel Jover Telles. Como grande parte das organizações de esquerda do período, assumiu a luta armada como estratégia de enfrentamento à ditadura militar. Realiza suas primeiras ações de propaganda e de assalto a bancos em 1968. Em 1969, no Rio de Janeiro, 13 membros do Comitê Central do partido e muitos militantes foram presos e submetidos à tortura. Em 1970, o PCBR constitui o segundo Comitê Central e reorienta sua atuação, procurando aproximar-se de outras organizações favoráveis à guerrilha. Em 1970 o PCBR sofre novas baixas: Mário Alves é capturado pelos órgãos repressivos e assassinado; enquanto Apolônio de Carvalho é preso e posteriormente enviado para o exílio em troca do embaixador alemão, seqüestrado no Rio de Janeiro. No exterior, o PCBR entra em uma fase de balanço autocrítico. Em dezembro de 1972 e outubro de 1973, membros do terceiro Comitê Central foram assassinados pelos órgãos de repressão e a organização se desestrutura por completo. Após a promulgação da Anistia, em 1979, os dirigentes históricos sobreviventes decidem pela extinção do PCBR e pelo ingresso individual no PT. Outra parte dos remanescentes, entretanto, reorganiza o agrupamento e passa a atuar de maneira sistemática dentro do PT, associando-se às correntes à esquerda no espectro ideológico petista, sem nunca ter oficializado sua condição de tendência. No final dos anos 1990, ainda no PT, o PCBR converteu-se na tendência Brasil Socialista.

Partido Comunista Chinês (PPCh). O Partido Comunista Chinês (PCCh) foi fundado em Xangai em 1927. Sob a supervisão do Comintern (Internacional Comunista), o partido foi reorganizado em linhas leninistas em 1923. Inicialmente, a União Soviética trabalhou pela fusão entre o PCCh e o partido nacionalista Kuomitang (KMT), que também lutava pela libertação do país da dominação estrangeira, estabelecida ao longo do século XIX, política da qual resultou a criação de uma Frente Unida entre os dois partidos. Entretanto, após chegar ao poder, em 1927, o KMT realizou diversos massacres de comunistas, que dizimaram cerca de 4/5 dos militantes do PCCh. A maior parcela dos sobreviventes do partido pertencia à seção organizada em torno de Mao Tsé-tung, que instaurou a República Soviética da China em algumas áreas remotas por meio de rebeliões rurais. Após sofrer diversas investidas militares do exército do KMT, o PCCh teve que abandonar suas bases e iniciar a Longa Marcha (1934—1935) em busca de novas bases. Durante a Longa Marcha, a liderança do partido reexaminou sua linha política e culpou o seu líder militar Otto Braun, um alemão enviado à China pelo Comintern, por fracassos anteriores. Após se restabelecerem em Yan'an, os comunistas nativos, tais como Mao Tsé-tung e Zhu De adquiriram mais poder, e o partido se tornou menos dependente do Comintern e da União Soviética. Durante a Segunda Guerra Sino-Japonesa (1937–1945), o PCCh e o KMT mantiveram uma aliança temporária para lutar contra o inimigo comum. Durante oito anos, o efetivo das forças armadas controladas pelo PCCh cresceu de 10.000 para um milhão. Após 1945, a guerra civil recomeçou e, a despeito de vitórias iniciais do KMT, ele foi derrotado e forçado a fugir para ilhas oceânicas, a maior das quais é Taiwan. A derrota do Kuomintang marcou o deslanchar da Revolução Chinesa, e Mao Tsé-tung proclamou a República Popular da China em Pequim, em 1º de Outubro de 1949. A ideologia do PCCh se modificou muito desde a sua fundação. A revolução liderada por Mao se baseava nominalmente no marxismo-leninismo, com um foco rural baseado na situação social da China na época. Durante os anos 1960 e 1970, o PCCh vivenciou uma ruptura ideológica com o Partido Comunista da União Soviética, então sob a liderança de Nikita Khrushchev. A partir daí, a visão revolucionária camponesa de Mao e a chamada "revolução contínua sob a ditadura do proletariado" estipularam

que os inimigos de classe continuavam a existir mesmo depois da revolução socialista, dando origem à desastrosa Revolução Cultural. Após a morte de Mao, em 1976, todavia, o PCCh, sob a liderança de Deng Xiaoping, adotou a linha do "socialismo com características chinesas" e instituiu reformas econômicas. Na contramão das políticas maoístas de extrema-esquerda, Deng argumentou que a existência do socialismo no país e o modelo de economia de mercado não seriam mutuamente excludentes, enquanto, por outro lado, reafirmava o poder político do partido. Essa nova perspectiva ideológica gerou conflitos tanto com os maoístas como com os liberais progressistas, culminando, com outros fatores sociais, nos protestos de 1989 na Praça Tiananmen, que foram duramente reprimidos pelo governo chinês. A "terceira geração" de líderes do partido, sob a liderança de Jiang Zemin e Zhu Rongji, continuou com as reformas econômicas iniciadas por Deng, que se tornou gradualmente associado ao ressurgimento do nacionalismo chinês nos anos 1990. A "quarta geração" de líderes, sob Hu Jintao e Wen Jiabao, após chegar ao poder, em 2003, tentou enfrentar os problemas sociais criados pela liberalização da economia, desenvolvendo uma ideologia integrada que envolve preocupações econômicas e sociais, guiada pelo conceito de criação de uma "sociedade harmônica" e baseada no "desenvolvimento científico". Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/China_Communist_Party#History>. Acesso em 12 jul. 2008.

Partido Comunista Francês (PCF). O surgimento do Partido Comunista Francês resultou de uma cisão liderada pelos setores de esquerda e de centro que defenderam a filiação da Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) à Terceira Internacional, no Congresso de Tours, em 1920. Os dissidentes formaram inicialmente a SFIC (Section Française de l'Internationale Communiste) e levaram consigo o jornal *L'Humanité*, fundado pelo líder socialista Jean Jaurès em 1904. O novo partido passou a se chamar Parti Communiste Français (PCF) e era três vezes maior do que a remanescente SFIO (120.000 filiados). Até o início dos anos 1930, manteve uma disputa acirrada com os socialistas e se opôs à primeira coalizão de governo de esquerda, formada pela SFIO e pelos radical-socialistas entre 1924 e 1926. Seguindo a linha soviética do final dos anos 1920, sob Stalin, o PCF denunciou a SFIO como "social-fascista" e recusou qualquer cooperação com ela, mantendo a esquerda dividida. Como todos os partidos ligados ao Comintern, o PCF passou por um processo de "bolchevização" e, em 1930, a sua direção foi assumida por Maurice Thorez, um apoiador de Stalin. Já a segunda coalizão de esquerda, em 1932, contou com o apoio do PCF, embora este não participasse do governo. Durante os anos 1930, a popularidade do PCF cresceu rapidamente, alimentada pela mudança de estratégia do Comintern, consubstanciada na defesa das Frentes Populares de luta contra o fascismo. Na França, essa estratégia chegou à vitória em 1936, levando à formação do governo de Léon Blum, que logo entrou em colapso devido a problemas domésticos (tais como a inflação) e de política externa (os radicais eram contra a intervenção na Guerra Civil Espanhola, defendida por socialistas e comunistas). Após a assinatura do pacto Molotov-Ribbentrop e o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, o PCF foi declarado proscrito pelo governo de Edouard Daladier. Quando a Alemanha invadiu a União Soviética em 1941, o PCF aumentou os esforços de resistência na França e passou gradualmente a controlar grandes áreas do país, sofrendo forte repressão das forças alemãs e colaboracionistas, o que o levou a ficar conhecido mais tarde como "o partido dos 75.000 fusilados" (*le parti des 75.000 fusillés*). Parte dos seus membros defendia que ele comandasse uma revolução assim que os alemães se retirassem do país, mas a liderança, seguindo as instruções de Stalin, se opôs a isso e adotou a política de cooperação com os poderes Aliados, o que resultou no ingresso do partido no governo de Charles de Gaulle após a libertação da França, em 1944. No final de 1945, o partido tinha meio milhão de filiados, um avanço impressionante em relação aos 30.000 registrados no início do período da Frente Popular. Nas eleições da Assembléia Nacional Constituinte ocorridas naquele ano, o PCF conquistou 159 dos 586 assentos. Entretanto, em 1947 o governo de Paul Ramadier aceitou a pressão norte-americana para que os comunistas fossem expulsos da sua coalizão, como condição para que a França recebesse a ajuda do Plano Marshall. O PCF continuou sendo importante, mas ficou isolado até a vitória eleitoral de François Mitterrand em 1981. Naquele ano, o secretário-geral do partido, Georges Marchais tinha obtido 15% dos votos, contra 25% de Mitterrand, e o apoio dos comunistas foi decisivo no segundo turno. O partido assumiu posições ministeriais, mas abandonou o governo

em 1984, em protesto contra a mudança na política econômica. A partir daí, sofreu um acelerado declínio de popularidade e militância, acelerado após a queda da União Soviética em 1991. Seu candidato André Lajoinie obteve apenas 6,7% nas eleições de 1988, e os novos secretários-gerais, Robert Hue e Marie-George Buffet obtiveram respectivamente 3,4% e 1,94% nas eleições de 2002 e 2006, ficando, pela primeira vez, atrás dos candidatos trotskistas. Apesar desse severo declínio, o partido não decidiu se extinguir, ao contrário de vários congêneres europeus, e vem investindo num esforço de reorganização e de mobilização político-social, como parte dos movimentos de protesto contra a globalização, contra a Constituição Européia, contra a nova lei do contrato de trabalho e a lei do primeiro emprego, entre outras. No governo Lionel Jospin (1997-2002), o PCF chegou a assumir novamente cargos de destaque, entre eles, o Ministério dos Transportes. Disponível em <http://en.wikipedia.org/wiki/French_communist_party#History>. Acesso em 12 jul. 2008.

Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Partido político de âmbito nacional fundado em fevereiro de 1962 por ex-dirigentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por conta das resoluções do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética em 1956. Foi construído com o objetivo de derrubar o sistema capitalista e, por meio da revolução proletária, atingir o regime socialista. O Partido distinguia-se do PCB pela sua natureza antipacifista e pela sua aproximação com a doutrina socialista chinesa de Mao Tsé-Tung. Com o golpe civil-militar no Brasil em 1964, a organização logo ganha prestígio entre estudantes e militantes favoráveis a luta armada, articulando ações tanto urbanas quanto rurais (mais freqüentes), dentre as mais conhecidas, a Guerrilha do Araguaia, desencadeada nos anos de 1970 no estado do Pará, em que 58 de seus militantes foram mortos pelo regime. Realizando um balanço autocrítico da experiência da luta armada, a partir do final dos anos 1970 o PCdoB passa a investir no trabalho de organização sindical, estudantil e popular e a atuar na política institucional, dentro do MDB (mais tarde, PMDB), até se registrar como partido legal, em 1985. Frustrado com as mudanças promovidas por Deng Xiaoping na China, o partido adota a Albânia como modelo de socialismo e continua a defender o legado de Josep Stalin, abandonado pela União Soviética desde o XX Congresso do Partido Comunista em 1956. Após a queda do muro de Berlim e as primeiras eleições diretas para a Presidência do Brasil, ocorridas em 1989, o PCdoB começa a rever sua linha programática e a se aproximar do PT e de outros partidos de esquerda. Apoiou a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República em todas as eleições e participa do seu governo desde 2003. Mantém presença expressiva em algumas categorias sindicais, tendo ingressado na CUT no final dos anos 1980 e dela se retirado recentemente, com o objetivo de criar uma central sindical própria. Constitui-se também na força majoritária na direção da União Nacional dos Estudantes desde os anos 1980.

Partido Comunista Italiano (PCI). Nasceu (com a denominação inicial de *Partito Comunista da Itália*) da cisão de uma corrente de esquerda do Partido Socialista Italiano liderada por Amadeo Bordiga e Antonio Gramsci, durante o congresso deste no dia 21 de janeiro de 1921 em Livorno, quando foi convocado um congresso constitutivo do novo partido, que foi realizado no Teatro San Marco. Os secretários-gerais do partido foram: Amadeo Bordiga (1921-1924); Antonio Gramsci (1924-1926); Palmiro Togliatti (1927-1964); Luigi Longo (1964-1972); Enrico Berlinguer (1972-1984); Alessandro Natta (1984-1988) e Achille Occhetto (1988-1991). O partido desempenhou um papel fundamental durante a Segunda Guerra Mundial, organizando a resistência contra o governo fascista e as tropas alemãs que ocuparam a Itália no período. Em 1944, após a *Svolta di Salerno* (Virada de Salerno), Togliatti concordou em cooperar com o rei da Itália para o restabelecimento da ordem constitucional no país. Os comunistas fizeram parte do governo de coalizão até maio de 1947, quando dele foram excluídos por pressão dos Estados Unidos. Em 1948, uniram-se ao PSI na Frente Democrático-Popular, que foi derrotada pela Democracia Cristã. A brutal supressão da Revolução Húngara de 1956 criou uma importante divisão no interior do partido. Palmiro Togliatti e Giorgio Napolitano (que, em 2006, se tornou presidente da República da Itália) viram os insurgentes húngaros como contra-revolucionários. Todavia, outros destacados militantes, como Giuseppe Di Vittorio, líder da central sindical comunista CGIL repudiaram a po-

sição dos líderes partidários. Em meados dos anos 1960, o Departamento de Estado norte-americano estimou o número de filiados do partido em 1.350.000 (4,2% da população em idade produtiva, o maior partido comunista proporcionalmente no mundo capitalista na época). A CIA, temerosa de que o PCI pudesse chegar ao poder, financiou as atividades de grupos neofascistas contra os comunistas italianos, incluindo duas tentativas de golpe de estado, em 1964 e 1970. Desde os anos 1960, o partido começou a se distanciar da orientação soviética. Em 1969, seu secretário-geral, Enrico Berlinguer, discordou do relatório de uma conferência comunista internacional realizada em Moscou e disse pessoalmente ao líder soviético Leonid Brezhnev que a invasão da Tchecoslováquia pelas tropas do Pacto de Varsóvia tinha tornado claras divergências no interior do movimento comunista internacional sobre questões fundamentais, como soberania nacional, democracia socialista e liberdade cultural. Na época, o PCI era o maior partido comunista em um estado capitalista, obtendo 34,4% dos votos nas eleições gerais de 1976. As diferenças entre o PCI e a URSS se aprofundaram ao longo dos anos 1970 e 1980, e foram sistematizadas na doutrina adotada pelo primeiro, denominada "eurocomunismo", que incluía a aceitação de valores democráticos universais como parte do projeto político socialista. O PCI buscou ainda estabelecer uma colaboração com a Democracia Cristã, através do chamado "compromisso histórico", mas o assassinato do líder democrata-cristão Aldo Moro pela organização de extrema-esquerda Brigadas Vermelhas, em 1978, inviabilizou essa aliança. O PCI mudou de nome em 1991, tendo se transformado no *Partito Democratico della Sinistra* (PDS, Partido Democrático da Esquerda), que depois passou a se chamar *Democratici di Sinistra* (DS, Democráticos de Esquerda). Também tem suas origens no PCI o *Partito della Rifondazione Comunista* (PRC, Partido da Refundação Comunista) e o *Partito dei Comunisti Italiani* (PdCI, Partido dos Comunistas Italianos). Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Comunista_Italiano>; <http://en.wikipedia.org/wiki/Communist_Party_of_Italy>. Acesso em 13 jul. 2008.

Partido da Causa Operária (PCO). Ver **Causa Operária (CO).**

Partido da Frente Liberal (PFL). Partido político de âmbito nacional de inspiração liberal criado em 24 de janeiro de 1985 por dissidentes do Partido Democrático Social (PDS, antiga Aliança Renovadora Nacional – Arena) após crise sucessória que antecedeu a eleição indireta para a Presidência da República em 1985. Apesar da tramitação da ementa Dante de Oliveira (emenda que recuperava as eleições diretas para a presidência) e da campanha nacional massiva pelas Diretas Já, o ano de 1985 ainda assiste a eleições indiretas impostas pelo governo militar. O presidente Figueiredo apóia publicamente a indicação de Paulo Salim Maluf (PDS) como candidato governista e enfrenta, além de ferozes críticas, a falta de apoio de grande parte da elite dominante e do próprio PDS. A Dissidência, chamada Frente Liberal, forma-se reunindo o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e membros do PDS através da chamada Aliança Democrática, que propunha a redemocratização do país, convocando-se uma Assembléia Nacional Constituinte que indicara Tancredo Neves (PMDB) para a Presidência da República e José Sarney (PMDB) para a vice-presidência, que foram de fato eleitos pelo Colégio Eleitoral em 15 de janeiro de 1985. Tancredo morreu antes de assumir o cargo, o que leva José Sarney a Presidência. Após a eleição, a Frente Liberal transforma-se em partido, adotando a sigla PFL, até que, em abril de 2007, muda seu nome para Democratas.

Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Partido político de âmbito nacional criado em junho de 1988 por dissidentes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) que divergiram internamente no partido ao longo dos trabalhos do Congresso Constituinte em 1987 e 1988. Os fatores internos que levaram à criação do PSDB tinham duas raízes, a primeira tratava-se do predomínio das correntes encabeçadas por Orestes Quércia e por Newton Cardoso, que não deixavam à vontade parte dos congressistas considerados "mais à esquerda" e a segunda pela definição do sistema de governo a ser adotado pela nova Constituição que dividiu o partido entre presidencialistas e parlamentaristas. O grupo, já dissidente em outras questões era favorável ao parlamentarismo. O partido segundo seu programa (publicado no *Diario Oficial da União* em 6 de

julho de 1988) deveria ser amplo bastante para possibilitar a confluência de diferentes vertentes do pensamento político contemporâneo, como por exemplo, liberais-progressistas, democratas-cristãos, social-democratas, socialistas democráticos. Incorporou em 1996 a definição de democracia do membro do partido, ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardozo, segundo a qual a social-democracia é uma corrente política que quer corrigir as injustiças sociais e melhoras as condições de vida do povo, por meio de reformas livremente consentidas pela sociedade dentro de um regime democrático. Após chegar ao poder em aliança com o PFL em 1994, tanto no estado de São Paulo com Mário Covas (que exerceu dois mandatos e, após falecer, foi sucedido por seus correligionários Geraldo Alckmin e José Serra) e quanto no governo federal, com Fernando Henrique Cardoso, o PSDB aderiu a programas de ajuste macroeconômico de inspiração neoliberal, passando a polarizar com o PT na condução dos rumos da política brasileira.

Partido Democrata Cristão (PDC). Partido político de âmbito nacional fundado em 9 de julho de 1945. Nos países de tradição católica foram criados, após a Segunda Guerra Mundial, partidos democratas cristãos com o objetivo de funcionar como instrumento estratégico de organização da sociedade civil católica, sendo agentes modernizadores e reformistas que conduzissem a um capitalismo social. No Brasil, a Igreja Católica não apoiou a fundação do partido, que nasce sem os objetivos reformistas e sem assumir papel de porta voz dos trabalhadores, tendo no seu programa o objetivo de instauração de um governo popular, democrático e cristão (fazendo referência a uma base ética racional), a autonomia dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, a adoção de uma economia social democrática baseada na liberdade individual limitada pelo bem comum e tendo como propulsora a iniciativa privada. O partido teve participação importante na política brasileira durante toda a sua história, sendo um instrumento de representação das camadas médias dos grandes centros urbanos. Foi extinto pelo Ato Institucional número 2 (AI-2) em outubro de 1965 e refundado em 1985, após a volta do multipartidarismo. Disputou eleições até ser fundido com o Partido Democrático Social (PDS) para formar o Partido Progressista Reformador (PPR) em 1993.

Partido Democrático Social (PDS). Foi um partido político fundado em janeiro de 1980 a partir da Aliança Nacional Renovadora (ARENA), antigo partido governista na ditadura militar extinto com o final do bipartidarismo em novembro de 1979. Englobou as principais lideranças que apoiavam o regime nascendo governista e foi majoritário no Congresso Nacional, sendo considerado o sustentáculo do último presidente militar brasileiro João Figueiredo (1979 – 1985). Apesar destes vínculos com o regime, o manifesto do partido o definia como reformador e transformador e propunha a implantação de uma democracia social no Brasil, apoiando o voto direto em eleições municipais e estaduais, em concordância, com o lento processo de abertura proposto pelo regime militar. Durante o final dos anos de 1980 e o começo dos anos de 1990, o partido sofre grande rejeição eleitoral, diminuindo seus números nas casas legislativas e nos Executivos, passando por diversas crises até que em abril de 1993 funde-se com o Partido Democrata Cristão (PDC) dando origem ao Partido Progressista Reformador (PPR) que passa a deter imediatamente a terceira maior bancada do Congresso.

Partido Democrático Trabalhista (PDT). Fundado em 16 de setembro de 1980 por Leonel Brizola depois de disputar com Ivete Vargas o registro do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no qual, ambos atuavam até 1965. Depois de perder a sigla, Brizola, se dedicou a formação de um novo partido, que mantivesse a trajetória do PTB e que incorporasse as exigências do presente. Tentava conjugar a experiência do trabalhismo e a referencia do socialismo europeu, aspecto que incomodava muitos militantes. Os pontos prioritários eleitos pelo partido eram a assistência à infância e os jovens; a defesa dos interesses das mulheres, da população negra, da população indígena e da natureza brasileira; e a recuperação de concessões feitas a grupos estrangeiros. A trajetória eleitoral do partido esteve, por um tempo, extremamente ligada ao seu principal líder, Brizola, que possuía maior atuação política nos estados do RS e RJ, estamos, nos quais, teve as primeiras e mais significativas vitórias eleitorais.

Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Partido político brasileiro formado oficialmente em janeiro de 1980 a partir do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), extinto em 1979 com o restabelecimento do pluripartidarismo. Em razão da fundação do PT em 1980, o PMDB se enfraquece progressivamente como espaço de aglutinação dos setores mais avançados de esquerda, que confluíram para aquele partido. Das organizações então existentes, apenas o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) seguiu assumindo o PMDB como referência partidária, como o faz até os dias de hoje, e como fizeram o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) até 1985, com a obtenção de seu registro legal. Apesar disso, o PMDB consolida-se como canal de expressão do descontentamento popular contra a ditadura, o que se refletiu nas crescentes vitórias eleitorais obtidas pelo partido desde então, sobretudo a partir de 1982. Neste contexto recebe a adesão do extinto Partido Popular (PP). Constituiu uma das principais forças políticas do movimento pelas eleições diretas para Presidente da República. Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, entretanto, assume política de apoio à estratégia de "abertura lenta, gradual e segura" proposta por setores alinhados à ditadura e desejosos em reformar o regime mantendo seus privilégios político-econômicos. Em torno desta proposta, conforma-se a chamada Aliança Democrática (AD), encabeçada pelo Partido Democrático Social (PDS) – sucessor da antiga Arena – e PMDB, além de setores considerados de esquerda como o MR-8, PCB e PCdoB, e responsável, em grande medida, pela eleição de Tancredo Neves na eleição indireta à Presidência da República ocorrida em 1985. No ano seguinte, em 1986, o PMDB ampliou sua representação nos Poderes Executivo e Legislativo, convertendo-se em força decisiva na Assembléia Nacional Constituinte. Descontente em relação a atuação do PMDB no processo Constituinte, um grupo de parlamentares desliga-se do partido, dando origem em 1988 ao Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB). Nos anos seguintes o PMDB não obteve grande êxito eleitoral nas disputas pela Presidência da República ou pelos governos dos principais estados do país, embora seja considerado um dos principais partidos políticos brasileiros, sendo aquele com o maior número de filiações no país e, em diversas legislaturas, o detentor do maior número de assentos no Congresso Nacional.

Partido Liberal (PL). Partido político de âmbito nacional fundado em 25 de junho de 1985 pelo deputado federal, Alvaro Vale. De origem conservadora, propunha em seu manifesto a realização de eleições diretas em dois turnos, o fortalecimento da empresa privada e o reconhecimento da propriedade, a reforma tributária e judiciária, condenando a censura social e política e o fisiologismo. Destacava a importância da defesa dos direitos das minorias e a redução das desigualdades sociais. Definia-se como seguidor de uma doutrina liberal.

Partido Obrero de la Unificación Marxista (POUM). Foi um movimento marxista heterodoxo espanhol de corte trotskista e revolucionário fundado em 1935 e desbaratado em 1937, em plena Guerra Civil Espanhola, sob influência da União Soviética. Nasceu da confluência do *Bloc Obrer i Camperol* (Bloco Operário e Camponês, em catalão) de Joaquín Maurín com o trotskista *Izquierda Comunista* de Andreu Nin. Ambos criticavam a desnaturalização pró-burguesa da revolução russa, acusando abertamente o regime soviético de ter detido e domesticado a revolução e adotado uma política de contenção dos movimentos operários. Inicialmente, o partido chegou a participar do governo republicano espanhol durante a guerra, sendo que Nin assumiu o Conselho de Justiça do Governo da Catalunha. Logo os conflitos se acirram em função de vários fatores. O primeiro é a inimizade do POUM com Moscou, o principal centro de fornecimento de armas e apoio financeiro da República. A URSS acusa o partido de ser um instrumento de desestabilização manipulado pelas potências nazi-fascistas. Em segundo lugar, o POUM ataca a própria República, defendendo a destruição de suas instituições e do seu governo, por serem contra-revolucionários. Embora o governo do socialista Largo Caballero resista às pressões soviéticas para declarar o POUM ilegal, a medida acaba sendo adotada após a insurreição anarco-sindicalista de Barcelona em 1937, na qual a polícia republicana invade o prédio da central telefônica, controlada pela central sindical anarquista CNT, gerando uma resistência armada de vários dias, que contou com o apoio das milícias do POUM. Depois de decretada a ilegalidade da organização, Nin desaparece, tendo sido provavelmente se-

qüestrado e executado por agentes soviéticos. Disponível em <http://enciclopedia.us.es/index.php/POUM>. Acesso em 13 de jul. de 2008.

Partido Operário Comunista (POC). Organização de esquerda surgida da fusão entre a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop) com a Dissidência Leninista (Dissidência do PCB no Rio Grande do Sul/DI-RS). A formação do POC ocorre num momento de enfraquecimento da ORM-Polop devido às cisões que originaram o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) e o Comando de Libertação Nacional (COLINA), ocorridas no contexto de realização de seu 4º Congresso em 1967. Tais cisões por outro lado, reforçaram as posições existentes na Polop em relação à crítica à luta armada e à necessidade de consolidar sua atuação junto aos movimentos de massa. Em função desse processo é que setores egressos do PCB, como a Dissidência Leninista, aproximam-se da ORM-Polop, decidindo-se pela fusão, formalizada no 5º Congresso da Polop em 1968, dando origem ao POC. Desde sua formação o POC assumiu as principais formulações da Polop. Implantado sobretudo no movimento universitário, exerceu influência sobre o movimento de greve ocorrido em Osasco em 1968. Em 1970, o POC adere à luta armada e, no mesmo ano, sofre dissidência que, divergente em relação àquela opção, procura reconstruir a Polop, dando origem à Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária (OCML-PO). Após a cisão, o POC foi duramente atingido pela repressão policial, praticamente extinguindo-se em 1971, o que obrigou muitos de seus militantes a se exilar no exterior. No exílio, os remanescentes do POC dividiram-se em duas tendências: aquela que apontava a necessidade de reaproximação com os movimentos de massa e a que reafirmava a necessidade de continuidade das ações armadas, denominada POC-Combate. Ambas as tendências adeririam ao trotskismo, aproximaram-se do Secretariado Unificado da Quarta Internacional, dirigido pelo economista belga Ernest Mandel, vindo posteriormente a participar da formação da Democracia Socialista.

Partido Operário Socialista Português (PSOP). Denominação adotada pelo Partido Socialista Português no seu II Congresso, de 1878, quando se funde com a Associação dos Trabalhadores da Região Portuguesa, sofrendo influência das teses guesdistas (ligadas ao líder socialista francês Jules Guesde). O partido havia sido fundado em 10 de Janeiro de 1875, na sequência do Congresso de Haia, e assumia-se, então, como marxista, lutando contra a influência do líder anarquista Bakunin sobre o movimento operário português. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_Socialista_Portugu%C3%AAs>. Acesso em 13 de jul. de 2008.

Partido Popular (PP). Partido político de âmbito nacional criado em dezembro de 1979, por um grupo de membros de tendência liberal pertencentes a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e um grupo moderado do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Apresentava-se como um partido de oposição popular, progressista e nacionalista que visava conquistar democraticamente o governo defendendo o voto livre e direto para todos os cargos eletivos, reformas na Constituição visando ao restabelecimento do regime democrático, revisão da Lei de Segurança Nacional, eliminação do latifúndio improdutivo e do mini-latifúndio anti-econômico. Em 1981, o PP propõe uma fusão com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) principal herdeiro do MDB e partido que agremiava uma parte dos fundadores do PP. Apesar da insatisfação de alguns de seus parlamentares que afirmavam que a incorporação ao PMDB extinguiria a proposta original de um partido reformista de centro e significava a volta ao bipartidarismo, o Tribunal Superior Eleitoral considerou legal a incorporação e o PP chega ao fim de sua trajetória sem disputar qualquer eleição.

Partido Popular Socialista (PPS). Ver **Partido Comunista Brasileiro (PCB).**

Partido Republicano (PR). Partido político de âmbito nacional fundado em agosto de 1945 pela ação do ex-presidente da República Arthur Bernardes (1922 – 1926), sendo o sucessor do Partido Republicano Mineiro. Defendia a República federativa sob regime representativo, a autonomia política e administrativa dos

estados, a paz e o prestígio da República, o regime presidencial e a autonomia de municípios, se as mesmas não ferissem o Estado e o voto secreto, direto e obrigatório. O PR defendia ainda a liberdade de opinião, de reunião, de associação, de crença e culto, o desenvolvimento da indústria e o direto ao trabalho, saúde e educação. O partido foi extinto em outubro de 1965 pelo Ato Institucional número 2 (AI-2).

Partido Revolucionário Comunista (PRC). Organização clandestina de esquerda fundada em 1984 por dissidentes do PCdoB (desligados do partido no final dos anos 1970 em função de divergências quanto ao balanço da experiência da guerrilha do Araguaia) atuantes no PT e PMDB desde o início dos anos 1980. Definindo-se como um "partido marxista-leninista", assumiu uma postura crítica em relação ao stalinismo (que identificava como uma "negação do leninismo"), à orientação do PCB, PCdoB e MR8 (considerada moderada), e aos trotkistas. Entre suas principais lideranças destacaram-se José Genoíno Neto (eleito deputado federal pelo PT de São Paulo em 1982). Em seu 2º Congresso (1985), caracteriza o PT como uma frente de organizações hegemonizada por setores reformistas, embora não integrado à política de "conciliação nacional" e, por isso, com "possibilidades de evoluir num sentido democrático radical". Embora não considerasse a possibilidade de que o PT se transformasse num "partido marxista-leninista", atuava em seu interior no sentido de "fortalecer as posições de oposição [...] à Nova República", privilegiando-o desde então como espaço de atuação exclusivo de seus militantes (já que até seu 2º Congresso o PRC participavam também do PMDB). Ainda em 1985, elegeu Maria Luiza Fontenelle prefeita de Fortaleza pelo PT, a qual, por divergências políticas, rompe com o PRC e participa da formação do Partido Revolucionário Operário (PRO), também atuante no PT. Em 1986, como membro do PRC, Genoíno é eleito deputado federal constituinte pelo PT de São Paulo. Nos anos seguintes, influenciadas sobretudo pelo fim da União Soviética, as posições do PRC evoluem em torno de divergências quanto à atualidade do marxismo, o que culmina em sua dissolução em 1989, processo este que resultou, ainda em 1989, na formação da Nova Esquerda (NE) e, em 1990, do Movimento por uma Tendência Marxista (MTM), ambas tendências internas do PT. A NE notabilizou-se por sua profunda crítica ao stalinismo e pelo pluralismo ideológico correspondente à reivindicação do marxismo como referência ideológica não-exclusiva. Próxima ao setor então hegemônico no PT, encabeçado pela Articulação, a NE integrou no início dos anos 1990 uma composição apresentada aos Encontros Nacionais do partido denominada Democracia Radical (DR), que se constituiu num dos campos políticos mais moderados no interior do PT. Em meados de 1995 a DR integra, juntamente com a Articulação, o chamado Campo Majoritário do PT, recuperando a hegemonia no partido no 10º Encontro Nacional após derrotadas no 8º e 9º Encontros (1993 e 1994). Este processo de aproximação evolui ao longo da segunda metade dos anos 1990 e culmina, em meados de 2001, na incorporação definitiva da maioria da DR à Articulação, embora muitos dos militantes que haviam participado da criação da tendência tenham posteriormente tomado outros rumos.

Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT). Organização de esquerda surgida em 1969 a partir de dissidência da Ação Popular, expulsa da organização em fins de 1968. Embora favoráveis, como a AP, à realização de ações armadas, os militantes do PRT divergiam da ação da luta armada como estratégia política e da opção pelo maoísmo, tomadas pela AP, e que implicava na opção preferencial pela guerrilha rural, decorrente da identificação do campesinato como principal agente revolucionário. Próxima ao Partido Operário Comunista (POC) e à Vanguarda Armada revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), realizou ações armadas em 1970. O PRT sofreu inúmeras baixas decorrentes de ações repressivas ocorridas em 1969 e, sobretudo, 1970, quando praticamente extinguiu-se enquanto organização. Embora desarticulados, relatos reforçam a existência de militantes identificados com o PRT, atuantes no movimento sindical rural e urbano no início da década de 1970.

Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT). Partido político argentino fundado em 25 de maio de 1965 por uma fusão entre a Frente Revolucionaria Indoamericana Popular (FRIP) formada por estudantes,

operários,camponeses e intelectuais da pequena burguesia e pelo grupo *Palabra Obrera*, trotskista. Apesar das grandes diferenças que permeavam ambas organizações havia a concordância na necessidade de criação de um partido revolucionário dos trabalhadores que seria a expressão da experiência histórica da luta de classes ante a aglutinação do projeto democrático da burguesia nacional e a falta de um projeto revolucionário por parte do Partido Comunista da Argentina. Era popular nas regiões do noroeste argentino: Tucumán e Santiago del Estero. Disponível em <http://www.prt.5u.com/Nuestra_historia_PRT.htm> Acesso 19 jun. 2008.

Partido Social Democratico (PSD). Partido político de âmbito nacional fundado em 17 de julho de 1945 pelos interventores nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. O programa do PSD era amplo e relativamente progressista para a época – incluindo a defesa da legislação trabalhista (principalmente nas cidades), o serviço militar obrigatório, a intervenção do Estado na economia (sobretudo na fiscalização da exploração das riquezas naturais, na organização das indústrias básicas, na regulação pela livre-concorrência e no controle da conta capital) e a aplicação de uma reforma agrária moderada. Participou da maioria das eleições realizadas no Brasil entre 1945 e 1965, teve como aliado principal o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), embora tenha se aliado inúmeras vezes também à União Democrática Nacional (UDN). Elegeu dois presidentes da República (General Eurico Gaspar Dutra, em 1945 e Juscelino Kubitscheck, em 1955) participando ativamente quase sempre das instâncias de poder Legislativo e Executivo. Foi extinto em outubro de 1965 com o Ato Institucional número 2 (AI-2).

Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Partido fundado em 2004 a partir do movimento Esquerda Socialista e Democrática, que reunia correntes egressas do PSTU e, sobretudo, do PT (neste caso, motivadas pela expulsão de parlamentares justificada por sua oposição ao projeto de Reforma da Previdência apresentado pelo governo Lula, entre os quais a senadora Heloísa Helena e os deputados federais Babá, João Fontes e Luciana Genro). Em 2005, o PSOL recebeu novos adeptos egressos do PT, entre os quais a corrente Ação Popular Socialista (APS) e setores independentes articulados em torno de lideranças como Plínio de Arruda Sampaio e o deputado federal Chico Alencar. Hoje o PSOL atua sobretudo no movimento sindical e estudantil. Conquistou 6% das intenções de voto na eleição presidencial de 2006 com a candidatura de Heloísa Helena. No mesmo ano, elegeu deputados federais no Rio Grande do Sul (Luciana Genro), Rio de Janeiro (Chico Alencar) e São Paulo (Ivan Valente). Com a eleição de Ana Júlia Carepa (PT) para o governo do estado do Pará, assumiu também uma cadeira no senado, com a posse do suplente José Nery. Entre as correntes que compõe o PSOL destacam-se as egressas do PT, como o Movimento de Esquerda Socialista (MES), a Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), a Socialismo Revolucionário (SR), a Enlace (resultante da fusão de dissidências da Articulação de Esquerda e Democracia Socialista), além da APS; além da tendência Coletivo Socialismo e Liberdade (CSOL), oriunda do PSTU. Em seu programa, o PSOL avalia que "o desafio posto [...] é de refundar a idéia e a estratégia do socialismo no imaginário de milhões de homens e mulheres, reconstruindo a idéia elementar [...] de que o socialismo é indissociável da democracia e da liberdade".

Partido Socialista (PS). Partido político de âmbito nacional fundado em julho de 1985. Seu principal expoente foi o jornalista e deputado federal pedetista Sebastião Nery que se definia como marxista e defensor de uma sociedade socialista democrática baseada no controle social sobre os meios de produção, propondo o controle da sociedade sobre as dividas externa e interna. O programa do partido incluía a defesa do sistema parlamentarista de governo com ampla liberdade de pensamento, de organização e de imprensa, e a participação dos trabalhadores nos lucros e na gestão das empresas. O PS lançou candidatos ao Congresso nacional nas eleições de 1986, mas não conseguiu eleger nenhum representante e foi extinto em 1989.

Partido Socialista Brasileiro (PSB). Partido político de âmbito nacional fundado em 6 de agosto de 1947, durante a segunda convenção nacional da Esquerda Democrática (ED), sendo formado praticamente por in-

telectuais. Seu objetivo básico era a transformação da estrutura da sociedade, incluindo a gradual e progressiva socialização dos meios de produção, que procuraria realizar na medida em que as condições do país exigissem. Em outras palavras, propunha aperfeiçoar o regime democrático dentro do sistema capitalista, posição que afastava, de certa forma, adeptos de propostas mais radicais, como socialistas e trotskistas, provocando brigas internas que em 1948 resultariam na exclusão do grupo trotskista e no fechamento do jornal *Vanguarda Socialista*. O partido foi extinto em outubro de 1965 pelo Ato Institucional número 2 (AI-2).

Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Ver **Convergência Socialista (CS).**

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Partido político de âmbito nacional fundado em 15 de maio de 1945 soc inspiração do próprio presidente Getúlio Vargas. Para Vargas o partido destinava-se a ser um anteparo entre os verdadeiros trabalhadores e o Partido Comunista, sendo um veículo para que eles possam expressar seus anseios e suas necessidades, e servindo ao mesmo tempo de freio contra o comunismo e de acicate para o Partido Social Democrático (PSD). Tinha como base os sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho e utilizava-se do prestígio adquirido por Vargas graças à legislação social e trabalhista do Estado Novo para atrair as camadas populares, principalmente urbanas, para a sua legenda. Foi um dos principais partidos brasileiros do período até o golpe civil militar de 1964, elegendo novamente Vargas em 1951. Elegeu ainda por duas ocasiões João Goulart vice-presidente em 1955 (quando foi eleito presidente Juscelino Kubitschek, do PSD) e 1960 (quando foi eleito presidente Janio Quadros, do PDC com apoio da UDN). Em função da renúncia de Quadros, João Goulart tornou-se presidente em 1961, sendo derrubado pelo golpe de 1964. O PTB foi extinto em outubro de 1965 pelo Ato Institucional número 2 (AI-2). Em 1979, durante o processo de redemocratização, Ivete Vargas, sobrinha do ex-presidente Getúlio Vargas, com o apoio do General Golbery do Couto e Silva, logrou obter o registro da sigla, que disputava com o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, então regressando do exílio. Brizola fundou o PDT, mais próximo das origens trabalhistas, enquanto o PTB passou a se caracterizar como um partido de centro-direita carente de uma definição programática mais precisa, mas mesmo assim alcançou média envergadura no cenário nacional.

Política Operária (POLOP). Ver **ORM-Polop.**

União Democrática Nacional (UDN). Fundada em 7 de abril de 1945 como "associação de partidos estaduais e correntes de opinião" contra o Estado Novo participou de todas as eleições, majoritárias e proporcionais, do Brasil até 1965. Nascida como uma frente, a UDN, abarcava grande diversidade de linhas políticas dentre seus membros, teses liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras. O Partido votava a favor do monopólio estatal do petróleo e contra a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, mas, em contrapartida, opunha-se à intervenção do Estado na economia e denunciava a "infiltração comunista" na vida pública e contestava os resultados quando perdia as eleições. Ficou famoso por sua vinculação com militares e com as aspirações da classe média urbana, proclamando-se herdeiro dos movimentos liberais da mesma na história brasileira. Defensor dos interesses econômicos dos proprietários de terras e da indústria aliada ao capital estrangeiro. Sua história é marcada por três diferentes fases: a oposição sistemática a Getúlio Vargas e ao Estado Novo; as denuncias de corrupção administrativa tentando atingir principalmente a aliança governista Partido Social Democrático (PSD) – Partido Trabalhista Brasileiro (PSB) e a fase anticomunista radical com a participação ativa na deposição de João Goulart. A UDN foi extinta pelo Ato Institucional número 2 (AI-2) em outubro de 1965 e a grande parte de seus parlamentares ingressaram na Aliança Nacional Renovadora (ARENA) partido governista.

União Democrática Socialista (UDS). Movimento político constituído em 1945 por iniciativa de intelectuais de esquerda em oposição ao regime ditatorial do Estado Novo. Visava a revogação da Constituição de 1937, a democratização do país, a liberdade de imprensa, a melhoria da condição de vida dos trabalhadores, a

formação de um partido de massas de âmbito nacional e a implantação do socialismo no Brasil. Em agosto de 1945 a UDS endossou o primeiro manifesto da recém criada Esquerda Democrática (ED) e no ano seguinte os dois movimentos unem-se para a formação do Partido Socialista Brasileiro (PSB).

União Social Brasileira (USB). Movimento político lançado no Rio Grande do Sul em 1945, tendo como seu principal articulador Alberto Pasqualini, que posteriormente viria a se tornar um dos principais líderes do PTB no estado e um dos principais expoentes da chamada "ala programática" do partido em âmbito nacional.

Unidade na Luta. Ver **Articulação dos 113.**

Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR – PALMARES). Fundada em julho e 1969, foi o resultado e uma fusão entre o Comando de Libertação Nacional (COLINA) e a Vanguarda Popular Revolucionaria (VPR), organizações originadas de dissidências da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-Polop) em fins dos anos 1960. A fusão foi selada pela chamada "ação grande", considerada uma das mais espetaculares ações da guerrilha urbana no Brasil, que consistiu no assalto ao cofre do falecido governador de São Paulo Ademar de Barros, dotando a nova organização de prodigiosos recursos financeiros – avaliados em cerca de U$2,5 milhões. O resultado da ação refuta a tese de muitos militantes de esquerda da época, que atribuíam as dificuldades da guerrilha a problemas técnicos e materiais. Meses depois, em 1970, após breve período de existência consuma-se uma cisão que reorganiza a Vanguarda Popular Revolucionária, reunindo militantes decididos a implantar a guerrilha no campo; e outra, menos expressiva, denominada Dissidência da VAR-Palmares (DVP), que propunha o recuo das ações armadas e que se extinguiu em 1973, em função da ação policial. Os remanescentes da VAR, divididos entre propostas contraditórias de combinação da ação nos movimento de massas e da guerrilha rural, desarticulam-se após onda de prisões ocorrida em 1971, praticamente extinguindo a organização, embora se tenha notícia de ações armadas protagonizadas por militantes identificados com a VAR até 1972.

Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Organização de esquerda surgida em 1968 a partir da fusão de dissidências da Organização Revolucionária Marxista–Política Operária (ORM-Polop), de parcela significativa dos sargentos e sub-oficiais vinculados Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) – referenciado em Brizola – e por membros do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e integrantes de Comissões de Fábrica – o chamado "Grupo de Osasco". O agrupamento, na prática, existia já desde março de 1968, sob a denominação "O." (abreviação de organização), tendo sido formalmente constituido em dezembro do mesmo ano, quando adotonou a denominação Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). A VPR desde o início desencadeou ações armadas, como a de apropriação de fuzis em ataque ao Hospital Militar do Cambuci em São Paulo e o atendado à bomba ao Quartel General do II Exército, também em São Paulo. Após o ingresso do capitão do Exército Carlos Lamarca na organização, a VPR prepara um assalto ao Quartel de Quintaúna, em Osasco/SP, mediante o que pretendia a apropriarão de armas e munições. Bem sucedida, a ação provocou a intensificação da repressão contra o grupo – possibilidade já alertada por setores da VPR. Reorganizada a duras penas, a VPR funde-se, em 1969, com a organização denominada Comando de Libertação Nacional (Colina) e outros agrupamentos menos expressivos, dando origem à Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares). Em fins de 1969, após breve período de existência, sofre dissidência que procura reorganizar a VPR, que estabelece como prioridade a montagem de uma base para treinamento e formação de guerrilheiros no Vale do Ribeira, cuja localização pelas Forças Armadas resulta no cerco militar da região e na fuga espetacular dos guerrilheiros – uma vitória política e militar da VPR contra a repressão. Em fevereiro de 1970, a VPR seqüestra o cônsul japonês em São Paulo em troca de presos políticos. A essa ação, se seguem os seqüestros do embaixador alemão Von Halleben em junho e do embaixador suíço Giovani Enrico Bucher em dezembro. As tensões internas à organização e as ondas de prisões culminaram na saída de Lamarca, que passou a integrar o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). A última tentativa de reorganizar a VPR acaba abortada em 1973 com assassinato de 8 militantes da organização reunidos na cidade de Salvador/PE.

ÍNDICE REMISSIVO

I Congresso Brasileiro de Escritores, 42
2º Congresso Paulista de Escritores, 52

A

Abdala, Paulo, 223
Abertura política, 45, 201
Abramo, Fúlvio, 42
Abramo, Lélia, 203
Abramo, Perseu, 30, 75, 203
Abramo, Zilah Wendel, 30, 274
Abreu, Márcia Mara, 201
Ação Libertadora Nacional (ALN), 170, 216-218, 239, 243, 247, 248, 250, 252, 255-258, 263, 264
Ação Popular (AP), 22, 23, 57, 65-71, 214, 217, 243, 247, 252, 315
Ação Popular Marxista Leninista (APML), 217, 224
Accioli, Hilton, 268
Accorsi, Darci, 265, 274
Adega Espanhola, 118
Aeronáutica, 246
Affonso, Almino, 49, 89, 203
Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), 245
Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT (ADS/CUT), 159, 177, 178
agentes comunitários de saúde (ACS), 152
agricultura familiar, 73, 131, 162, 328
agronegócio, 74
Ala Vermelha, 214, 215, 217, 219
Albanez, Francisco, 84
Alckmin, Geraldo, 179
Ali, Said, 193
Aliança Nacional Libertadora (ANL), 19
Aliança Renovadora Nacional (Arena), 89, 114, 117, 127, 214, 222, 226, 227, 246, 291, 316
Allencar, Marcelo, 301
Almeida, dom Luciano Mendes de, 256, 266, 313
Almeida, Jorge (Macarrão), 272
Almeida, José Américo, 42
Almeida, Manoel, 148
Alvarez, César, 319
Alves, Castro, 47, 189
Alves, Margarida Maria (Guida), 59, 61
Alves, Mário, 19, 215, 243
Alves, Rubem, 293
Alvim, Francisco, 195
Amorim, Walter, 196
Ananias, Patrus, 186
Anarquismo, 43
Anderson, Jack, 254
Andrada e Silva, Antonio Carlos, 39
Andrada e Silva, Jose Bonifácio de, 39
Andrade, Ademir, 150
Andrade, Carlos Drummond de, 188, 197
Andrade, Flávio, 221, 319
Andrade, Joaquim dos Santos (Joaquinzão), 70, 94, 146, 317
Andrade, Leni, 193
Anistia Internacional, 69
Anistia, 20-22, 26, 57, 117, 119, 202, 223, 254, 255, 259; Comitê Brasileiro pela, 195; comitês de anistia na França, 21; Congresso de Anistia, 21; para dirigentes sindicais, 152
Antunes, Valneri, 117
Anunciata, dona, 84
Apocalipse, 251
Araújo, Carlos, 126, 219, 221
Arena conta Zumbi, 245
Arns, dom Paulo Evaristo, 69, 252, 256, 318
Arquíloco, 192
Arquivo Púbico do Distrito Federal, 275
Arraes, Miguel, 46, 72, 89, 268
arrocho salarial, 84, 88, 90, 120
Arruda, Lúcia, 293, 300
Arruda, Rubens Teodoro de (Rubão), 86-88
Arte da guerra, A, 323
Articulação, 153, 263, 269, 271
Articulação de Esquerda, 269
Articulação dos 113, 149, 264, 265
Articulação Nacional dos Movimentos Populares (Anampos), 121, 147, 172, 260
Asdrúbal Trouxe o Trombone, 195
Assembléia de Deus, 60, 62, 292
Assembléia do Povo, 318
Assis, Machado de, 189
Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação (ABBR), 304
Associação Brasileira de Escritores, 52
Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), 266
Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL), 323
Associação das Empregadas Domésticas de Santos Dumont, 189
Associação das Professoras Primárias de Minas Gerais (APPMG), 198
Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), 262
Associação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, 287
Associação de Moradores de Chapéu Mangueira, 291
Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (Adusp), 38, 49
Associação Paulista de Professores do Ensino Superior (Appes), 38, 48
Athayde, Tristão de, 191
Ato Institucional n. 2 (AI-2), 214
Ato Institucional n. 5 (AI-5), 48, 49, 115, 216, 246
Atos dos Apóstolos, 314
Ayres, Robinson, 221
Azeredo, José Carlos, 193
Azevedo, Álvares de, 189
Azevedo, Fernando, 37
Azevedo, Nilton, 123
Azevedo, Ricardo de, 274

B

Babá (João Batista de Oliveira Araújo), 149, 153
Bacurau, 261
Bagaço, 195
Bagé (Antônio Cândido Ferreira), 223
Baikiri, 257
Bailão, Sebastião, 250
Balaiada, 63
Balduíno, dom Tomás, 255, 256, 262, 265, 266
Balzac, Honoré de, 52
Bamerindus, 161
Banco Agrícola Mercantil, 119
Banco Andrade Arnaud, 115
Banco Central, 134
Banco da Província, 115
Banco do Brasil, 115, 117, 165, 229, 303
Banco do Estado de Santa Catarina, 124

Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul), 107, 108, 111-116, 118, 120, 127, 129, 220, 229
Banco Interamericano de Desenvolvimento, 228
Banco Mundial, 327
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 133, 324, 326
Banco Nacional de Habitação (BNH), 116
Banco Nacional do Comércio, 115
Banco Regional de Brasília (BRB), 275
Banco Rural, 143, 153
Banco Santander, 117
Bandeira, Antônio, 250
Bandeira, Manuel, 195
Banidos, 21
Barbalho, Jader, 148, 173
Barbosa, alfaiate, 43
Barbosa, Bira, 148
Barbosa, José, 67
Barelli, Lurdes Maria Coelho, 87
Barelli, Walter, 87, 152
Barreto, Lima, 189
Barreto, Mário, 193
Barros, Adhemar de, 45
Barros, Alberto Muniz da Rocha, 48
Barros, Marcelo, 258, 261
Bastos, Lygia Lessa, 291
Becker, Cacilda, 188
Beer, Max, 39
Beis, Pedro de Oliveira, 113
Beis, Salustiano do Amaral, 109
Beltrão, Gastone, 247
Benedetti, José, 165
Benedetti, Neli, 165, 170
Benevides, Maria Victoria, 205
Benevides, Wagner, 123, 202
Benjamin, César, 272
Bensaïd, Daniel, 224
Beozzo, Oscar, 257
Bernanos, George, 189
Berzoini, Ricardo, 211
Bettanin, Flávio José, 115
Bezerra, Gregório, 89-90, 204, 262
Bíblia, 168, 172, 251, 262, 293, 319
Biblioteca Pública do Paraná, 244
Bicudo, Hélio, 95
Bisol, José Paulo, 123, 125, 269
Bittar, Jacob, 22, 23, 26, 71, 95, 123, 173
Böeke, Cornélia, 187
Boff, Clodovis, 257
Boff, Leonardo, 257, 292
Bom, Djalma, 79-104
Bom, Douglas Gilvan, 97
Bom, Mara Cristina, 97
Bonfim, Orlando, 204
Borges, Maurício, 221
Borges, Mauro, 243
Bororo de Merure, 257
Bosco, João, 65
Bosi, Alfredo, 191
Bradesco, 119
Branco, Castelo, 244, 245, 266
Brandão, Teresa, 247
Brandão, Zezé, 247
Brandler, 41
Brasil Mulher, 195
Brasil: Nunca Mais, 252
Brecht, Eugen Berthold Friedrich, 192
Brigada Militar, 119, 219
Brigadas Internacionais, 19
Brito, Antonio Lisboa, 64, 66
Brito, frei Fernando, 247, 251, 256
Britto, Antônio, 107, 126, 131, 229, 325
Brizola, Leonel, 72, 89, 112, 119, 123, 124, 195, 205, 223, 268, 273, 295, 301
Brossard, Paulo, 117
Bruno, padre, 147
Buarque, Cristovam, 239, 274
Burnier, João Bosco, 255, 257

C

Cabral, Fernando, 201
Cabral, Sérgio, 296
Cabral, Suzana, 193
Cacaso (Antônio Carlos Ferreira de Brito), 195
Cadeia da Legalidade, 112, 113
Caiado, 243
Caiado, Ronaldo, 267
Caixa Econômica Estadual, 115
Caixa Econômica Federal, 133, 229
Câmara de Vereadores de Porto Alegre, 223, 228
Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, 295, 296, 302, 303
Câmara dos Deputados (Câmara Federal), 25, 28-30, 43, 44, 98-99, 126, 143, 148, 151, 227, 265, 274, 301, 302, 311, 315, 322, 327; Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, 311, 324, 325; Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, 143; Comissão Mista Especial do Projeto Calha Norte, Política de Ocupação Racional da Região Amazônica, 143; Comissão Permanente da Amazônia e de Desenvolvimento Regional, 143; Comissão Permanente de Educação e Cultura, 185; Comissão Permanente de Trabalho, Administração e Serviço Público, 143, 151; Comissão de Trabalho e Legislação Social, 79, 96, 151, 185
Câmara Jr., Mattoso, 193
Câmara, dom Hélder, 256, 259
Camárcio, Valdir, 266
Campanha Contra a Fome, 267
Campanha das Diretas Já, 28, 197, 317, 321, 322
Campanha de 1988, 126
Campanha de 1989, 150
Campanha de 2002, 152, 153, 275
Campanha de 2004, 326
Campanha de 2006, 134
Campanha Nacional de Educandários da Comunidade, 112
Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG), 112, 117
Campo democrático-popular, 117
Campo majoritário, 149-150, 153, 173
Campos, Augusto, 122
Campos, Cíntia, 270
Campos, Milton, 187
Candido, Antonio, 35-54, 191, 205
"Cântico do Calvário", 189
Capital, O, 30
Capitalismo de Estado, 52
Caravanas da Cidadania, 179, 270, 271
Carceroni, Luis, 201
Cardoso, César, 193
Cardoso, Fernando Henrique, 49, 50, 89, 121, 122, 130, 152, 203, 214, 271, 273, 274, 316, 317, 325, 326
Cardoso, Joaquim, 192
Cardoso, Lúcio, 189
Carepa, Ana Júlia, 153
Carlos, Cearense, 65
Carpeaux, Otto Maria, 191
Carta Capital, 325
Caruso, Enrico, 189
Carvalho, Apolonio, 17-33, 71, 205, 215, 243, 260, 264
Carvalho, Beth, 268
Carvalho, João Henrique Ferreira de (Jota), 248-250, 252
Carvalho, René, 25
Carvalho, Renée de, 19, 23, 26, 206
Carvalho, Sérgio Bernardes de, 190
Carvalhosa, Modesto, 49
Casa de Detenção, 253
Casa de las Américas, 259
Casa do Estudante Norte-Goiano (Cenog), 246
Casa do Estudante Universitário (CEU), 191, 194
Casa Rural de São Luís Gonzaga, 114
Casaldáliga, dom Pedro, 253, 255-257, 259, 261, 266, 318
Castrismo, 214
Castro, Célio de, 186
Castro, Fidel, 169
Castro, Manacé, 60
Castro, Raimundo Alves, 60
Causa Operária, 25
Ceici, Kameyama, 218
Celestino, Paulo de Tarso, 247
Centelha, 221

Central de Cooperativa Nova Amafrutas, 159, 177
Central Única dos Trabalhadores (CUT), 66, 121, 125, 143, 146-152, 154, 157, 159, 170-175, 177, 178, 180, 185, 197, 199, 202, 224, 258, 260, 264-267
Centro Acadêmico Oswaldo Cruz (Caoc), 254
Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), 214
Centro de Aperfeiçoamento de Lideranças Rurais (Calir), 260
Centro de Assessoria Multiprofissional (Camp), 257, 264
Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, 66, 73
Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Cepis), 170-171
Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações, (CPqD), 325
Centro Democrático (Centrão), 125, 267
Centros de cultura, 46
Cerqueira, Marcelo, 291
César, Ana Cristina, 195
César, Guilhermino, 117
Cesarino Júnior, Antonio Ferreira, 49
Chacal (Ricardo de Carvalho Duarte), 195
Charles (poeta), 195
Chaui, Marilena, 204
Chaves, Flavio Loureiro, 117
Chinaglia, Arlindo, 271
Chopin, Frédéric, 189
Chrysler, 88
Cinemateca Brasileira, 40
Cinerino, 315
Cintra, Benedito, 316
Clima, 37, 40
Clínica Infantil do Ipiranga, 313
Clube Atlético Ipiranga, 84
Clube da Harmania, 113
Clube de Cinema, 40
Clube de Mães do Jardim Alto da Riviera, Nakamura e Fujiara, 315
Clube do Choro de Brasília, 275
Clubes de Mães, 313-315
Código Penal, 151
Colégio Des Oiseaux, 313
Colégio dos Jesuítas, 190, 191
Colégio Eleitoral, 98, 99, 269, 322
Colégio Estadual do Paraná, 244, 245, 247
Colégio Santo Inácio, 194
Colégio Santos Dumont, 188
Colégio Sion, 22, 23, 45, 51, 67, 71, 95, 260, 319
Colégio União, 213
Collares, Alceu, 126, 135, 226
Collor, Fernando, 269, 270, 302, 324
Coluna Prestes, 246
Comando de Libertação Nacional (Colina), 215, 217
Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), 190
Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial (CTA), 324
Comício da Central, 46
Comissão de Relações Internacionais, 299
Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa), 81, 85
Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) Causas e Dimensões do Atraso Científico-Tecnológico Brasileiro no Sistema de Ensino, Pesquisa e Extensão, 311, 324
Comissão Pastoral da Terra (CPT), 152, 239, 255-261, 266, 267, 320
Comitê Brasileira de Anistia, 21, 195
Companhia Brasileira de Armazenamento (Cibrazem), 165
Companhia de Energia de Brasília (CEB), 275
Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (Sulgás), 129, 131
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp), 248
Companhia de Saneamento de Brasília (Caesb), 275
Companhia Metropolitana de Águas de São Paulo (Comasp), 248
Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), 165
Companhia Rio-grandense de Saneamento do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (Corsan), 129
Comunidades de base, 175, 247, 258, 259, 313, 314, 317, 318
Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), 24, 149, 293, 311, 319
Comunismo, 43, 170
Conceição, Manoel da, 55-78, 260, 261, 267, 320
Concílio Vaticano II, 313, 314, 317
Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), 69, 121
Confederação Nacional da Indústria, 122
Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), 22, 239, 253, 257
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), 72, 73, 159, 170, 177, 258, 260, 261, 265, 267
Conferência de Medellín, 149, 313
Conferência Nacional das Cidades, 132
Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), 146, 171-173, 260
Conferência Nacional de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, 287
Congresso Constituinte, 125; Subcomissão dos Negros, das Populações Indígenas e Minorias, 287; Comissão dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, 287; Comissão de Ordem Social; 287
Congresso da Mulher Paulista, 321
Congresso de Karkov, 52
Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo em Lins, 95, 273
Congresso Nacional, 30, 152, 269, 300
Conrado, Zezé, 188
Conselheiro, Antonio, 62
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), 159, 178
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), 159
Conselho Indigenista Missionário (Cimi), 239, 255-258
Conselho Nacional das Cidades, 133
Conselho Nacional de Política Urbana, 132
Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), 267
Conselho Nacional dos Seringueiros, 149
Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), 131
Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), 123
Constituição Cidadã, 125
Constituição de 1988, 127, 132, 243, 265
Constituinte, 125-127, 132, 150, 227, 261, 266, 267, 269, 287, 296-300, 311, 321,322
Construtora Andrade Gutierrez, 319
Contracultura, 190
Convergência Socialista, 25, 95, 98, 149, 224
Coojornal, 118
Coopagri, 177
Cooperativa da Produção Agroextrativista Familiar do Pará (Coopaexpa), 159, 176, 177
Cooperativa Habitacional dos Operários Bancários, 116
Cooperativa Mista de Produtores (Camp), 177
Cooperativismo, 61-63, 73-75, 175, 177
Coplas, Martín, 259
Coppeti, Américo, 222, 223
Corbelini, Hélio, 126
Corção, Gustavo, 120
Corneille, Pierre, 188
Correia, Antonio Costa, 41, 49
Correia, Inês, 193
Correio Aéreo Nacional, 246
Corrente Sindical Lavradores Unidos, 170
Corrente Socialista dos Trabalhadores (CST), 153
Costa e Silva, Athos Magno, 265
Costa, Antonio Tito, 89
Coudelaria do Rincão, 111
Coutinho, Carlos Nélson, 190
Covas, Mário, 272-274, 324
Crefiel, 161

Cristianismo, 189
Cristina, madre, 171
Crumb, Robert, 190
Crusius, Yeda, 108, 135, 229
Cruz, Afonso Monteiro da, 84, 94
Cruz, José Luís Carneiro, 123
Cruz, Newton, 315
Cunha, Euclides da, 189, 245
Cunha, Humberto, 147-149
Cunha, João Paulo, 153
Cunha, Luís Carlos Mazuhy, 117, 118
Cunha, Luiz José da (Crioulo), 247, 249, 252
Curso Bandeirantes, 218
Curso Santa Inês, 218
Cutrale, 177
Cyrillo, Manoel (Mané), 255, 264
Czaskes, Eric, 41, 43, 45

D

d'Horta, Arnaldo Pedroso, 42, 44
Dallari, Dalmo, 93
DCE Livre da UFRGS, 216
Debray, Regis, 245
Delegacia do Trabalho, 92, 122, 195
Delegacia Regional de Educação, 114
Delegacia Regional de Ensino, 198
Delfim Netto, Antonio, 120
Delore, Renée Jeanne, 291
Demarchi, 100
Democracia Socialista (DS), 153, 224, 231, 271
Democratismo, 100
Departamento de Filosofia da USP, 38
Departamento de Ordem Política e Social (Dops), 93, 95, 201, 219, 252, 254, 313, 315
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), 118, 121, 152
Di Filippi, José, 319
Diário do Grande ABC, 97
Dias, Ana, 315
Dias, Erasmo, 255
Dias, Gonçalves, 189
Dias, José Américo, 267, 268
Dias, José Carlos, 93
Dirceu, José, 97, 216, 230, 256, 263, 264, 267, 271-274, 276, 303, 304
Diretório Acadêmico de Economia, Contábeis e Atuariais, UFRGS (Daeca), 214
Diretório Central dos Estudantes da UFF, 194
Dissidência do Rio do PCB, 216
Dissidência Leninista do PCB, 211, 215
Dita, 315
Ditadura do proletariado, 205
Ditadura militar, 20, 21, 23, 62, 65, 67, 71, 87, 98, 117, 119, 120, 121-123, 127, 147, 159, 191, 192, 197, 203, 204, 213, 215, 225, 226, 239, 248, 259, 260, 265, 266, 314, 317, 321, 324; confronto com a, 315; crise final da, 26; derrota da, 22; denúncia da, 222; endurecimento da, 217; fragilidade da, 218; oposição à, 49, 322; política salarial da, 90; resistência à, 21, 47, 215, 261, 262, 313, 321; terror da, 69
Djavan, 268
Donana, 254
Donato, Mário, 243
Dostoievski, Fiódor Mikhailovich, 189, 242
Dourado, Hélio, 148
Doutrina de Segurança Nacional, 314
Duarte, Maria, 274
Dulci, Alberto, 194
Dulci, Anita, 187
Dulci, Cesário, 187
Dulci, Constância, 189
Dulci, Estevam, 189, 190
Dulci, Luiz, 98, 183-208, 231, 270, 271, 274
Dulci, Otávio, 189
Dulci, Tereza, 190
Dutra, Amélia de Oliveira, 109, 112
Dutra, Antonio de Oliveira, 109
Dutra, Cassiano Xavier, 109, 110, 112
Dutra, Domingos, 73, 267
Dutra, Espártaco, 115, 117
Dutra, Judite, 113, 115-117
Dutra, Laura, 115, 117
Dutra, Olívio, 26, 105-140, 173, 220, 223, 225, 226-229

E

Economia familiar, 74
Economia Solidária, 73, 159, 177, 178
Ecumenismo, 294
Editora Civilização Brasileira, 245
Editora Vozes, 120
Editorial Livramento, 253, 259
Eleição de 1974, 222
Eleição de 1985, 226
Eleições de 1945, 43
Eleições de 1982, 26, 95, 225, 265
Eleições de 1986, 159
Eleições de 2006, 108
Em Tempo, 24, 211, 221-224
Embratel, 268
Empreendedorismo, 177, 323
Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), 324
Encontro Estadual de Professores de História, 200
Encontro Estadual de Professores de Matemática, 200
Encontro Estadual de Professores de Português, 200
Encontro Nacional das Classes Trabalhadoras (Enclat), 146, 147
Encontro Nacional das Oposições Sindicais (Enos), 146
Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (Entoes), 146
Engels, Friderich, 97, 120
Erundina, Luiza, 322
Escola Apostólica São Domingos, 242
Escola de Enfermagem Ana Nery, 191
Escola Kennedy de Política Pública, 324
Escola Militar do Realengo, 19
Escola Superior de Educação Física (Esef), 216
Escola Técnica Conrada, 84
Escola Técnica de Comércio de São Luís Gonzaga, 120
Esquerda Democrática, 41, 42-44
Esquerda Socialista (ES), 37
Ésquilo, 192
Estádio de Vila Euclides, 91
Estado de bem-estar social, 124
Estado de S. Paulo, O, 70, 247
Estado Novo, 37, 40, 41; ditadura do, 37, 40-43, 45, 46, 52
Estatuto da Cidade, 132
Estatuto da Terra, 266, 267
Eudes, José, 23, 98
Evangelho segundo Zebedeu, *O*, 252
Evolução política do Brasil, 39
Exército Republicanos Espanhol, 205
Exército, 19, 47, 63-65, 111, 120, 166, 167, 172, 189, 245, 262, 317

F

Fabiano Sobrinho, Nelson, 89
Fábrega, capitão, 111
Faculdade de Assis, 37
Faculdade de Direito (USP), 37, 40, 41, 49
Faculdade de Filosofia (UFRGS), 214, 220
Faculdade de Filosofia (USP), 37, 39, 47, 48
Faculdade de Letras (UFRJ), 190, 192, 193
Fajardo, Ana, 193
Falcão, Rui, 220
Farias, Lindbergh, 301
Fascismo, 39, 42, 46
Favorito, Vilma, 193
Federação das Favelas do Rio de Janeiro (Faferj), 291
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), 90, 91
Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), 131
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), 146, 150, 258
Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, 114, 115, 117, 220
Federação dos Sindicatos dos Jornalistas, 324

Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), 149
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), 260
Federação dos Trabalhadores na Agricultura no estado de Goiás, 265
Federação Estadual dos Trabalhadores em Agricultura (Fetag), 159
Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), 325
Feijó, Germinal, 41, 42
Felício, João Antônio, 175
Fernandes, Emília, 228
Fernandes, João Manoel, 245
Ferreira, Joaquim Câmara (Toledo), 248
Ferreira, Oliveiros da Silva, 44
Ferreira, Procópio, 188
Figueiredo, Alaor, 250
Figueiredo, João Baptista, 90
Figueiredo, Rubens, 193
Filhos da paixão, Os, 277-278
Fleury Filho, Luiz Antônio, 99
Fleury, Sérgio Paranhos, 69
Fogaça, José, 211, 227-229
Folha da Semana, 245
Folha de S. Paulo, 70, 252
Folha Socialista, 43
Fon Filho, Aton, 264
Fonteles, Paulo, 147, 148
Foquismo, 217; teoria do foco, 214
Força Sindical, 175
Força Socialista, 271
Forças Armadas, 201, 221
Ford, 88, 108, 129, 202, 229
Forster, André, 220
Fortunati, José, 123, 211, 227
Fórum Mundial Social, 128, 230
Fórum Nacional de Reforma Urbana, 132
Fournier, Alain, 189
Fragoso, dom Antônio, 64, 69, 256
Francis, Paulo, 297
Franco, Francisco, 19
Franco, Itamar, 152, 267
Franco, Moreira, 291
Franco, Virgílio de Melo, 42
Frazão, Rui, 64, 65
Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo), 117, 170, 247, 251, 256, 257, 264
Frei Chico (Silva, José Ferreira da), 93, 203
Freire, Nilcéa, 193
Freire, Paulo, 205, 259; método, 62, 290, 314
Freire, Roberto, 324
Freire, Vitorino, 62
Freitas Filho, Armando, 195
Frejat, José, 291
Frente de Resistência (FR), 37, 42
Frente Popular, 131, 134
Fuchs, Werner, 262
Funcionalismo público, 129, 130, 152
Fundação Benedita da Silva, 291
Fundação Cultural, 274
Fundação Ford, 323
Fundação Getúlio Vargas, 179
Fundação Ijuíense de Ensino do Nordeste do Estado, 114 (Fidene)
Fundação Nacional das Artes (Funarte), 276
Fundação Nacional de Saúde (Funasa), 266
Fundação Perseu Abramo, 30, 186, 239, 271, 274-276
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), 114, 134, 325; Conselho Gestor do, 133
Fundo de Greve, 92-94, 101
Fundo Estadual de Construções Escolares (Fece), 315
Furtado, Celso, 50, 246

G

Gabeira, Fernando, 121
Ganzer, Avelino, 149, 150, 157-182, 265, 267
Ganzer, José, 163, 167
Ganzer, Maria, 161
Ganzer, Olívia, 176
Ganzer, Valdir, 150, 175, 267
Garaudy, Roger, 245
Garcia, Marco Aurélio, 215, 216, 270
Garotinho, Anthony, 287, 303-305
Garotinho, Rosinha, 287, 305
Gato, Alberto Marcelo, 89
Gaudium et spes, 314
Geisel, Ernesto, 90, 201, 255
General Motors, 108
Genoino, José, 98, 152, 250
Genro, Tarso, 108, 121, 123, 125, 126, 131, 211, 222, 228, 229
Germer, Claus, 266, 267
Germinal, 92
Getulismo, 46
Gianola, mons. Ângelo, 314, 317
Gianotti, José Artur, 50
Gigli, Beniamino, 189
Gikovate, Febus, 42, 45, 49, 50
Gil, Gilberto, 268, 275
Ginásio Santo Antônio de Pádua, 110
Giuliani, padre Luiz, 318
Goldman, Alberto, 316
Golpe de 1964 (golpe militar), 19, 46, 47, 57, 63-65, 84, 113-116, 121, 146, 190, 213-215, 243, 245, 251, 256, 261, 266, 290
Golpe do Chile, 220, 254
Gomes, dom Fernando, 256
Gomes, dom José, 256
Gomes, Eduardo, 43, 246
Gomes, Paulo Emilio Salles, 39, 40-43, 46, 49, 50
Gomes, Socorro, 150
Gomes, Tiago, 112
Gonçalves, Arnaldo, 123, 204
Gonzáles, Lélia, 300
Gorender, Jacob, 19, 215, 243
Goulart, João (Jango), 46, 62, 112-114, 243
Governo do Distrito Federal, 274
Grafisa, 145, 146, 147
Grassi, Antonio, 275, 276
Graziano, José, 266, 267
Grechi, dom Moacyr, 256, 261
Greene, Graham, 120
Greenhalgh, Luís Eduardo, 253
Greve de 1978, 85, 90, 92, 197
Greve de 1979, 90
Greve de 1980, 92
Greve de professores de Minas em 1979, 197
Greve dos bancários de 1979, 122
Greve dos bancários em 1962, 114, 115, 118, 119
Greve dos petroleiros, 271
Greves do ABC, 26, 257, 260, 317
Gringo, Antonio, 260
Grisolia, José, 110, 111
Grupo dos gráficos, 149
Grupo Escolar José Bonifácio, 84
Grupo Escolar Senador Pinheiro Machado, 110
Grupo Escolar Vieira Marques, 188
Grupo Hospitalar Conceição, 115
Grupo Radical de Ação Popular (Grap), 37, 40, 41
Grupo Silvio Santos, 256
Guedes, Odilon, 319
Guel Arraes (Miguel Arraes de Alencar Filho), 268
Guernica, 245
Guerra do Vietnã, 38, 48
Guerra popular prolongada, 214
Guerrilha do Araguaia, 172, 258
Guevara, Che, 244, 245
Guimarães, Juarez, 221
Guimarães, Nelson Machado, 252, 254, 269
Guimarães, Pedro Wilson, 265
Guimarães, Virgílio, 221
Gushiken, Luiz, 273, 323
Gutiérrez, Gustavo, 262

H

Hackbart, Rolf, 267
Hadad, Amir, 195
Heck, Selvino, 227, 267
Hemingway, Ernest, 243
Henfil (Henrique de Souza Filho), 268
Henriques Neto, Afonso, 195
Herzog, Vladimir, 252, 256
História do socialismo e das lutas sociais, 39
Hitler, 19

Hohlfeldt, Antonio, 124, 226
Holanda ,Sérgio Buarque de, 22, 23, 44, 52, 205
Holanda, Chico Buarque de, 268
Holanda, Maria Amélia Buarque de, 205
Hollanda, Heloísa Buarque de, 192, 195
Holofernes, 319
Homero, 192
Hora da Verdade, 269, 271
Horta, Celso, 255,
Horta, Guida Nedda Barata Parreiras, 192
Hospital Conceição, 115, 220
Hospital do Servidor Público Estadual de São Paulo, 313
Hospital Militar, 201
Hotel Ambassador, 245
Hummes, dom Cláudio, 93, 264

I

Ibañez Ruiz, Antonio, 275
Ibrahim, José, 71
Ibrahim, Leopoldina, 188
Igreja Católica, 112, 117, 123, 149 162, 168, 241, 256, 258, 259, 261, 262, 292; progressista, 117, 119, 321
Igreja de Confissão Luterana, 123, 124
Igreja Evangélica, 292, 293
Ilgenfritz, Clóvis, 220, 223
Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), 127
Imposto Sindical, 122
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), 108, 229
"imprensa nagô", 291
Indústria de Fogões Wallig, 115
Informação, 222, 223
Ingenieros, José, 243
Inquéritos Policiais Militares (IPMs), 114
Instituo Cidadania, 272
Instituto Beatíssima Virgem Maria (Congregação de Jesus), 311, 313
Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), 296
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 321
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), 176
Instituto Cajamar, 267
Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (Iapi), 244
Instituto de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Iepes), 211, 220, 222
Instituto de Filosofia, Ciências e Letras (UFRGS), 116, 117
Instituto de Formação e Assessoria Sindical Sebastião Rosa da Paz (Ifas), 274
Instituto de Previdência do Estado (IPE), 130, 216
Instituto de Tecnologia Social (ITS), 311, 326, 327
Instituto Isaac Akcelrud, 230
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), 162, 163, 165-167, 172, 257
Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), 324
Instituto Sedes Sapientiae, 257, 258, 264
Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), 324
Integralismo, 39, 40
Inteligência Estratégica na Política, 323
"Intentona" de 1935, 39
Internacional Comunista, 26; I Internacional, 39; III Internacional, 260, 264; IV Internacional, 218, 220, 224
Internacional Sport Club, 127
Intersindical, 120, 123, 202, 204
Introdução à sintaxe do Português, 193
Iraci, 315
IstoÉ, 250
Isupero, 86
Itamaraty, 48
Itautec, 326

J

Jagger, Mick, 301
Jequié, professor, 73
Jereissati, Tasso, 272
Jesus, Ismael Silva, 251
Jó, 63
Jornada de um Imbecil até o Entendimento, 116
Jornal do Brasil, 188
José, Emiliano, 253
Jost, Nestor, 117
Judite, 319
Julião, Francisco, 50
Juniorato Intercongregacional, 313
Justiça do Trabalho, 147
Justiça Militar, 93
Juventude Comunista, 40, 41

K

Kaiapó, 256
Karmann-Ghia, 88
Kautski, Karl, 39
Kehl, Maria Rita, 221
Khair, Edson, 291
Klasmann, Marcos, 223
Konder, Leandro, 190
Kotscho, Ricardo, 270
Koutzii, Flávio, 126, 213, 215, 216, 220, 223
Kucinski, Bernardo, 221, 222

L

Laboratório de Sistemas Integráveis da USP, 326
Lacerda, Carlos, 42; governo, 290
Lacerda, Flávio Suplicy de, 244
Ladeia, Mário, 84
Lago, Jackson, 72
Lamarca, Carlos, 217
Lamparina, 259
Lana, Antonio Carlos Bicalho, 247, 249, 252
Lar dos Velhinhos Dona Adelaide, 101
Lavanca, Joaquim, 66
Lavanca, José, 66
Lázaro, André, 193
Lebret, padre, 246
Legal, dom Fernando, 318
Legião de Honra, 19
Lei Afonso Arinos, 297
Lei de Informática, 311, 324
Lei de Segurança Nacional (LSN), 93, 149, 201, 205
Leite, José Corrêa, 224
Leme, Alexandre Vannuchi, 251, 254, 255
Leme, Cristina, 254, 255
Lenin, Vladimir, 39, 44, 97, 262
Leninismo, 50, 87, 225, 295
Lesbaupin, frei Ivo, 247, 251, 256, 257
Levante de 1935, 250
Liberalismo, 50
Liberdade e autonomia sindical, 92, 172
Liberdade e Luta (Libelu), 217, 222
Liberdade, Liberdade, 245
Liberdades democráticas, 42, 51, 205
Libertação, 68, 69
Liechenstein, Carlos, 255, 264
Liga Comunista Revolucionária Francesa, 218
Liga Eleitoral Católica, 262
Ligas camponesas, 50, 62
Light, 291
Lima, Alceu de Amoroso, 120, 192
Lima, Edmilson de Souza, 248
Lima, Mayumi Watanabe de Souza, 315
Lima, Negrão de, 291
Lima, Newton, 319
Lince, Leo, 243
Lindú, dona, 202
Linha de Montagem, 92
Lino, Wagner, 94
Lins, Álvaro, 191
Lions Club, 100
Livraria Ghignone, 245
Livros revolucionários, 291
Lobo, Elizabeth, 215, 216
Longo, Moacir, 252
Lorscheider, dom Aloísio, 256
Lorscheider, dom Ivo, 256
Lucena, Ariston, 255
Ludovico, Pedro, 243
Luft, Celso Pedro, 193
Lukács, Georg, 190
Lula (Luiz Inácio Lula da Silva), 21, 22, 23, 26, 27, 45, 50, 51, 70, 71, 74, 76, 83, 85-97, 99, 101, 120-124, 132, 133, 170,

172-175, 179, 185, 202-205, 225, 231, 232, 259, 264, 266-275, 285, 287, 294, 295, 298-305, 323, 324, 326; campanha de 1989, 150, 209, 322; campanha de 2002, 185, 239; campanha do, 150; governo, 131, 132, 135, 143, 152, 153, 176, 180, 201, 229, 326; na presidência, 29, 75; reeleição de, 134, 175; vitória de, 108, 197
"Lula Lá", 268
Lunatcharski, Anatóli, 52
Lunkenbein, Rodolfo, 257
Luta armada, 171, 180, 216, 218, 245, 247, 255, 258, 259, 263, 265, 316, 216, 218, 245, 247, 255, 258, 259, 263, 316
Luta democrática, 125, 217, 218, 270
Lutas sociais, 62, 68, 124, 120, 125, 204, 257, 258, 261
Luxemburgo, Rosa, 44

M

Macedo, Murilo, 91, 94
Machado, João, 224, 271, 272
Machado, José Roberto Mori (Machadinho), 86, 87
Machado, Pinheiro, 110
Machado, Sibá, 267
Machismo, 198, 299, 300
Maciel, Lisâneas, 124, 301
Maciel, Marco, 324
Magalhães, Antonio Carlos, 325
Magalhães, Isis, 201
Magalhães, Juraci Batista, 88
Magela, Geraldo, 314
Magister, 196
Magno, João, 153
Maia, Carlito, 268
Maia, César, 287, 301, 303
Maia, Wagner, 246
Maiakovski, Vladimir Vladimirovich, 192
Maitan, Livio, 224
Maldos, Paulo, 171
Maluf, Paulo, 38, 99, 316, 322
Malvina, dona, 197
Mamberti, Sérgio, 275, 276
Man Tum: Entrevistas com a velha senhora da guerra do reino de Cham, 323
Mandel, Ernest, 224
Mangabeira, João, 50
Mangüé, Jean, 39
Mao Tse-tung, 67, 68, 76
Maoísmo, 68, 215, 225
Marangon, Antonio, 126
Marenco, Fábio, 219, 247, 252
Mares Guia, João Batista, 221
Maria, Ida, 321
Mariano, vaqueiro, 246
Marighella, Carlos, 243, 245, 247, 248
Marinha, 47
Maritain, Jacques, 120
Marques, Aluísio, 221
Marques, Geraldo, 251
Martins, Ernesto, 215, 217, 218
Martins, Henrique, 41
Marx, Karl, 52, 97, 262, 319
Marxismo, 40, 87, 232, 295
Massacre da Lapa, 258
Mata Machado, Antonio Carlos, 247, 252
Matos, Atanagildo de Deus (Gatão), 149
Mattoso, Jorge, 98, 216
Mazzo, Armando, 88
Medeiros, Borges, 110
Médici, Emílio Garrastazu, 162; governo, 191, 257
Meira, Márcio, 276
Méliga, Laerte, 255, 264
Mello e Souza, Gilda de, 38
Mello, Plínio, 50
Memórias do cárcere, 205
Mendes, Bete, 98
Mendes, Chico, 261, 266
Mendonça, Duda, 152, 268
Mendonça, Osmar (Osmarzinho), 94
Meneguelli, Jair, 94
Menezes, Bernardete, 149
Menezes, Gilson Luís Correia de, 89, 97
Mensagem, 189
Mensalão, 153, 179, 227, 230, 232
Mercado Comum do Sul (Mercosul), 129
Mercedes-Benz, 81, 84-89, 93, 100
Mesters, Carlos, 257
Metalac, 84
Metalúrgicos do ABC, 50, 89, 120
Metas do Milênio, 133
Meyer, Augusto, 191
Michaelsen, Egídio, 119
Milliet, Sérgio, 52
Ministério da Agricultura, 166
Ministério da Ciência e Tecnologia, 326
Ministério da Cultura, 272
Ministério da Educação, 193
Ministério das Cidades, 108, 129, 132, 133
Ministério do Exército, 249
Ministério do Interior, 256
Ministério do Meio Ambiente, 239
Ministério do Trabalho, 42, 46, 61, 62, 92, 151, 170
Miranda, Nilmário, 174, 218
Missa da terra sem males, 259
Missa dos quilombos, 259
Missão Conciliar, 314
Monteiro, Brandão, 195
Montoro, Franco, 316
Moraes, Antônio Ermírio, 179
Morais, Fernando, 259
Morano, Reinaldo, 255, 264
Morelli, dom Mauro, 318
Moriconi, Ítalo, 195
Morse, Richard, 48
Mota, Carlos Guilherme, 48
Motta, Sérgio, 326
Moura, Antonio Carlos, 255
Moura, Enilson Simões de (Alemão), 94, 202
Mourão, Nilson, 261
Movimento Contra a Carestia, 315, 319
Movimento Contra o Custo de Vida, 309, 311, 315, 317, 319
Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), 291
Movimento de Educação de Base (MEB), 57, 61, 62, 64-66
Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), 194, 196, 197, 218
Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), 75
Movimento de Libertação Popular (Molipo), 256, 263
Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (MOSMSP), 170
Movimento Democrático Brasileiro (MDB), 21, 22, 27, 49, 84, 89, 90, 117, 124, 127, 147, 148, 173, 203, 204, 211, 214, 220-224, 226, 227, 231, 265, 291, 311, 316, 317
Movimento dos Agricultores Sem Terra (Máster), 115
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), 50, 74, 75, 115, 170, 178, 237, 239, 267
Movimento estudantil, 21, 117, 147, 193, 213-215, 220, 221, 224, 244, 248, 264
Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), 217
Movimento negro, 294
Movimento operário, 21, 45, 50, 81, 255, 258-260, 263, 264, 270, 271, 274, 317
Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), 94, 171, 216, 245, 258, 299
Movimento sindical do ABC, 21
Movimento sindical, 49, 69, 73, 74, 84, 87, 95, 125, 131, 146, 151, 185, 202, 203, 204, 222, 224, 225, 274, 300
Movimento(s) popular(es), 247, 264, 311, 316-324
Movimento(s) social(ais), 26-28, 50, 57, 124, 128, 132, 133, 204, 225, 239, 257, 261, 267, 270, 271, 276, 296, 315, 318, 323, 327
Movimento, 221, 222, 224
Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR), 218
Müller, família, 168
Mussolini, 19
Mutirão, 127, 291

N

Nacinovic, Ana Maria, 247
Nascentes, Antenor, 193

Nascimento, Milton, 259
Nativo da Natividade, 260
Natura, 177
Neto, José Paulo, 190
Neto, Torquato, 190
Neves, Artur, 42
Neves, Tancredo, 99
Nobre, Freitas, 315, 316
Nogueira, Luiz Felipe da Costa, 123
Notícia, A, 110, 111, 114
Nova Proposta, 220, 221, 223
Novaes, Israel Dias, 47
Novo sindicalismo, 49, 171, 202, 205; rural, 261
Novo Testamento, 314
Nunes, Fábio, 196

O

O papel do indivíduo na História, 120
Oliveira, Chico, 214, 221
Oliveira, Dante, 261
Oliveira, João Justino de (Janjão), 84, 94
Oliveira, José Carlos de (Zezinho), 221
Operação Bandeirante (Oban), 211, 219, 249, 251-253
Opinião, 221
Oposição Metalúrgica de São Paulo, 170, 171, 317
Oposição sindical dos gráficos (Belém), 146
Oposição(ões) sindical(ais), 122, 148, 149, 150, 170, 171, 257, 319; de Goiás, 258; rural, 72
Orçamento Participativo (OP), 100, 107, 108, 126-129, 131, 135, 212, 228, 229
Organização das Nações Unidas (ONU), 133
Organização de Combate Marxista Leninista – Política Operária (OCML-PO), 218
Organização Revolucionária Marxista – Democracia Socialista (ORM-DS), 211, 223, 224
Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop), 215, 217
Origem da família, da propriedade privada e do Estado, A, 120
"Os intelectuais e a criação do PT", 205
Osório, Jefferson Cardim, 245

P

Pacto de Unidade e Ação (PUA), 120
Pacto Germano-Russo, 41
Paes, Elpídio, 117
Paim, Paulo, 125, 227, 298
Paiva, Nilza, 188
Palácio das Esmeraldas, 249
Palácio do Planalto, 322
Palácio Piratini, 130
Palavra cerzida, A, 195
Palmeira, Vladimir, 215, 216, 303, 304
Palmeri, 146
Panair, 47
Pankararé, 257
Paraíso, Lurdes, 201
Paralelo 13, 243
Paraná, marquês do, 203
Parceiros do rio Bonito, Os, 37
Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar), 321
Parti Socialiste Ouvrier Paysan (PSOP), 40
Partido Comunista Alemão, 41, 217
Partido Comunista Brasileiro (PCB), 19, 21, 25, 26, 40, 42-46, 72, 88, 90, 113, 115, 118, 119, 122, 126, 149, 174, 189, 190, 203, 204, 211, 214, 215, 218, 219, 223, 225, 226, 243, 244, 245, 250, 252, 258, 260, 262, 266; 6º Congresso, 214, 243
Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), 25, 26, 96, 122, 215, 224, 256
Partido Comunista da China (PCC), 67, 68
Partido Comunista do Brasil (PCdoB), 26, 115, 117, 122, 126, 129-131, 135, 147-150, 172, 174, 203, 214, 215, 217, 221, 223, 226, 256, 258, 261, 268, 272, 299, 315-317, 319
Partido Comunista Francês, 120
Partido Comunista Italiano, 120
Partido Comunista Revolucionário (PCR), 148
Partido da Frente Liberal (PFL), 273, 274, 299, 313
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), 108, 148, 150, 173, 226, 272-274, 323, 324
Partido Democrata Cristão (PDC), 189
Partido Democrático Social (PDS), 99, 226, 316
Partido Democrático Trabalhista (PDT), 72, 98, 117, 129, 131, 150, 153, 175, 215, 223, 225, 226, 231, 295, 303
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), 26, 81, 98, 99, 108, 117, 121, 126, 131, 134, 135, 148, 153, 173, 225, 226, 228, 261, 272, 273, 299, 320
Partido dos Trabalhadores (PT); I Congresso, 174, 225, 269, 270, 271; III Congresso, 134, 217, 231; 5º Encontro Nacional, 239, 264, 265, 269; base popular do, 28, 29, 295; Comissão de Ética, 230; Comissão Executiva Nacional, 23, 24, 29, 57, 143, 150, 204, 211, 230, 239, 264, 267, 269, 273, 274, 311, 322; comissão pró-PT, 121; Comissão Provisória, 95, 148, 173, 185, 204, 225, 318; construção do, 21, 69, 70, 124, 150, 225, 226, 258, 264, 265, 317, 318; construir o, 66, 71, 224, 225, 295, 317; criação do, 21, 23, 24, 81, 95, 170, 205, 224, 257; de Aço, 73; democracia interna, 23, 24, 29, 225; dinâmica interna do, 276; direção nacional, 24, 97, 150, 269, 299, 304, 326; Diretório Nacional, 23, 70, 99, 107, 159, 173, 199, 229-231, 239, 264, 265, 271, 273, 275, 276, 304; diretório estadual/regional (PA) 143, (RJ) 23, (RS) 108, (SP) 81, 90, 95, 97; direito de tendência, 225, 264, 265; estrela do, 271; formação do, 23, 90, 95, 149, 225, 320; fundação do, 20-22, 30, 38, 49, 67, 71, 95, 107, 146, 147, 197, 211, 223, 258, 259, 264; idéia do, 70, 71, 121, 224, 316, 318; limites da democracia do, 25; luta interna, 29, 226; manifesto do, 24; Movimento pelo, 23, 57; movimento pró-PT, 121, 122, 205, 223; núcleos de base, 23, 28, 29, 70, 71, 90, 99, 174, 203, 225, 230; núcleos populares, 24, 28, 29; reforma estatutária de 2001, 230; tendências internas, 23, 24, 25, 30, 70, 71, 98, 130, 149, 152, 153, 211, 231, 272, 295 300, 319; *xiitas* do, 229
Partido Liberal (PL), 230
Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM), 40, 217
Partido Operário Comunista (POC), 211, 215-220, 224, 247, 252
Partido Popular, 22, 121, 203, 204, 303
Partido Republicano, 43
Partido Revolucionário Comunista (PRC), 148, 149, 222, 261
Partido Revolucionario de los Trabajadores (PRT), 218
Partido Social Democrático (PSD), 43, 147, 242, 243
Partido Socialismo e Liberdade (Psol), 243, 320
Partido Socialista Brasileiro (PSB), 37, 43, 44-46, 49, 50, 52, 72, 117, 129-131, 135, 150, 227, 228, 272, 326
Partido Socialista, 42, 190, 317
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), 43, 45, 112, 113, 119, 205, 226, 227, 231
Pasqualini, Alberto, 112, 113
Passarinho, Jarbas, 122, 148
Passoni, Armelindo, 319
Passoni, Irma, 98, 309-331
Pastana, Geraldo, 148, 150, 170, 173, 265
Pastoral Catequética, 313
Pastoral Operária, 121, 202, 256, 257, 264, 314, 315, 317
Paulo Custódio (Paco Cac), 193
Pavan, Crodowaldo
Pavan, Ivar, 267
Paz, Tião da, 260
Pedro, padre, 168

Pedrosa, Mário, 22, 23, 44, 45, 50, 71, 205, 260, 264
Peixoto, Porfírio, 221, 222
Pelegão, 118, 119
Peleia (corrente política), 221, 223
Pellegrino, Hélio, 197, 205
Pellegrino, Salvador, 84
Peloso, Ranulfo, 258, 267
Pelotão de Investigações Criminais (PIC), 249, 250, 251
Pena, Cornélio, 189
Pena, dom Alano, 256
Penha (Maria da Penha Nascimento Silva), 267
Penitenciária do Estado, 252, 254
Pequim Informa, 67
Pereira, Airton, 241, 247, 252, 254
Pereira, Alex Xavier, 247
Pereira, Astrojildo, 42
Pereira, Athos, 243, 246, 247, 248, 254
Pereira, Carlão, 201
Pereira, Celso, 253
Pereira, Dagmar, 250, 254
Pereira, Duarte, 65
Pereira, Francelino, 198
Pereira, Hamilton, 237-283
Pereira, Hosterno, 242, 243
Pereira, Iara Xavier, 247
Pereira, Nilo, 242-244, 250
Pereira, Raimundo, 221
Pereira, Yuri Xavier, 247
Peres, Aurélio, 320
Peres, Glênio, 223
Petraco, Fúlvio, 227, 228
Petrobras, 216, 291-292, 326
Picasso, Pablo, 245
Piedade, Vilma, 193
Pilla Vares, Luiz, 215
Pilla, Maria Regina, 215, 216
Pilla, Raul, 216
Pilla, Sonia, 215
Pimenta, João da Costa, 43
Pinheiro, Ivan, 122
Pinheiro, Virgínia, 221
Pinheiro, Walter, 152
Pinheiro, Wilson, 261
Pinto, Francisco (Chico), 203
Pinto, Godofredo, 301
Pinto, Luiz Rodrigues, 120
Pinto, Sobral, 254
Pio XII, papa, 242
Pires, dom José Maria, 256
Pitanga, Antônio, 297, 299
Pitigrilli (Dino Segre), 243
Pivert, Marceau, 40
Piveta, Idibal, 252
Plano Nacional de Investimento na Área de Informática (Planin), 324
Plano Real, 269
Plekhanov, 120
Poder e a glória, O, 120
Poemas do povo da noite, 239, 253, 259
Poleto, Ivo, 256
Polícia Civil, 219, 220
Polícia Federal, 113, 122, 123, 147, 176, 248, 249
Polícia Militar, 161, 227, 257
Política Operária (Polop), 41, 43, 197, 217, 218, 224
Políticas neoliberais, 131
Pomar, Valter, 272
Pomar, Wladimir, 265
Pont, Raulo, 209-235
Pontifícia Universidade Católica (PUC), 49
Populismo, 45, 46, 214
Porantim, 255
Porecatu, 262
Porfírio, José, 251, 254
Porfírio, Manoel, 251
Posadismo, 217
Prado Jr., Caio, 39, 42, 214, 246
Prado, Décio de Almeida, 40, 44
Prates, Geci, 223
Prates, Paulo, 96
Prates, Raimundo, 112
Prefeitura de Belo Horizonte, 185
Prefeitura de Belterra, 176
Prefeitura de Porto Alegre, 107, 124, 129, 226
Prefeitura de Porto Nacional (TO), 242
Prefeitura de Santarém, 176
Prefeitura do Rio de Janeiro, 297
Presídio do Hipódromo, 252
Presídio Romão Gomes (Barro Branco), 253
Presídio Tiradentes, 216, 219, 252, 256, 313
Prestes, Luís Carlos, 44, 246, 266
Prestismo, 215
Pretto, Adão, 227
Processo de Eleições Diretas (PED), 229, 230, 271, 273
Processos de Moscou, 40
Produto Interno Bruto (PIB), 130
Produtos Químicos Fontoura, 84
Programa (projeto) democrático-popular, 269, 273
Programa de Ampliação das Telecomunicações (PAT), 311, 326
Programa Fome Zero, 326, 328
Programa Luz no Campo, 131
Protesto armado, 25

Q

Quadros, Jânio, 45, 323
Quatro quartetos, Os, 245
Queiroz, Eça de, 189
Queiroz, Giovanni, 150
Quental, Antero, 39
Quércia, Orestes, 273, 316
Quitéria, dona, 315

R

Racine, Jean Baptiste, 188
Racismo, 297, 300
Radicalidade democrática, 128, 134, 135
Rádio Mayrink Veiga, 112
Rádio Nacional, 248
Rafael, major, 241
Raimundão, 261
Ramos, Arlindo, 198
Ramos, Graciliano, 205, 242, 245
Ramos, Marta, 194
Reagan, Ronald, 270
Realismo socialista, 52
Rebelião armada, 25
Rede Brasil Sul (Grupo RBS), 108
Rede de Tecnologia Social, 323
Rede Povo, 268
Redemocratização, 45, 203
Reforma agrária, 74, 151, 161-163, 178, 239, 261, 266, 267, 322
Reforma universitária, 48, 49
Regime militar, 19, 26, 48, 85, 116; oposição ao, 243; resistência ao, 214, 246
Rego, José Lins do, 243
Rei da Vela, O, 245
Rei momo, O, 252
Reicher, Gelson, 247
Reis Filho, Daniel Aarão, 215
Reis, Rangel, 256
República Espanhola, 19
República Velha, 50
Reserva de mercado, 324
Resistência democrática, 204
Resistência Francesa, 19
Resistência, 147, 149
Restaurante Calabouço, 246
Revista Católica de Cultura, 120
Revolução brasileira, 68, 214
Revolução Chinesa, 68
Revolução Cubana, 51
Revolução de 1930, 46
Revolução Mexicana, 120
Revolução na revolução, 245
Revolução permanente, 217
Revolução Russa, 39, 41, 50, 52
Revolução Verde, 162
Rezende, Íris, 265
Riani, Clodismith, 190
Ribeiro, Devanir, 92, 93, 171
Ribeiro, Gilvan
Ribeiro, Marco Aurélio, 317
Rigotto, Germano, 108, 135, 229
Rocchi, Teresina Carini, 39
Rocha, Paulo, 141-156
Rocha, Matheus, 242
Rocha, Osvaldo
Rocha, Pedro, 254
Rochinha (Francisco Rocha da Silva), 270
Rodrigues, Edmilson, 149

Rodrigues, Jaime, 215
Rodrigues, Nilson, 274
Rolim, Marcos, 222
Rolling Stones, 301
Romero, Silvio, 191
Rosa, Cláudio Roberto, 88
Rosenfeld, Anatol, 191
Rosseto, Miguel, 227, 274
Rossi, Renzo, 253
Rotary, 100
Roussef, Dilma, 219, 221
Rüth Heinrich (Henrique), 261
Ryan, dom Tiago, 168, 170

S

Sader, Éder, 51, 205, 215, 218
Sader, Emir, 215
Sadia, 162
Safo, 192
Sakamoto, aspirante, 245
Sala, Manoel, 316
Sales, Gentil, 246
Salles, dom Eugênio, 258
Sampaio, Plínio de Arruda, 49, 267, 271
Santana, João, 268
Santiago, Tilden, 324
Santin, Vilson, 267
Santo Agostinho, 193, 206
Santo Antônio, 167
Santo Daime, 293
Santos, Abdias José dos, 173
Santos, Antonio Raimundo dos, 59
Santos, Aparecido (Silas), 87
Santos, Joel Rufino dos, 252
Santos, Manuel José dos (Mané de Serra), 72
Santos, Maria Leotéria Frazão, 59
Santos, Samuel Sotero dos, 86
Santos, Sérgio, 317
Santos, Tide, 65
Santucho, Mario Roberto, 218
São Tomás de Aquino, 245, 262
Saramago, José, 266
Sarney, José, 65, 66, 266, 323
Satte, João, 223
Scalabrin, Cerilo, 163
Scalabrini, Erica, 168
Scalco, Euclides, 273
Scania, 79, 88, 89, 92
Scavonne, Arthur, 254
Schemberg, Mario, 42
Schilling, Flávia, 223
Schirmer, César, 221, 228
Schüller, Donald, 117
Schwarz, Roberto, 191
Sebastião, Walter, 190
Secretaria Agrária Nacional do PT, 266, 267, 270, 274
Secretaria da Agricultura do Governo do Estado do Pará, 159
Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos no governo do estado do Rio de Janeiro, 287
Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (Secis), 326
Secretaria de Cultura do PT, 275
Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, 117
Secretaria de Segurança Pública, 327
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 193
Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 254
Secretaria-Geral da Presidência da República, 185
Segunda Guerra Mundial, 40, 189
Segurança alimentar, 239, 267
Seicho-no-Ie, 195
Seixas, Raul, 190
Seminário Mário de Andrade (Sema), 193
Senado Federal, 30, 72, 117, 159, 203, 211, 221, 227, 285, 287, 296, 299, 301, 302, 304
Senna, Airton, 325
Serge, Victor, 40
Serra, José, 271, 301
Sertões, Os, 245
Serviço Especial de Saúde Pública (Fundação Sesp), 167
Serviço Nacional de Aprendizagem Industria (Senai), 91
Serviço Nacional de Informações (SNI), 162, 250
Serviço Social da Indústria (Sesi), 190
Setúbal, Olavo, 121
Silva, Benedita, 285-308
Silva, Golbery do Couto e, 205
Silva, José Francisco, 170
Silva, José Gomes da, 239, 266, 267
Silva, Josias Gomes da, 153
Silva, Luís Carlos (Professor Luizinho), 153
Silva, Marina, 239, 261
Silva, Marisa Letícia da, 299
Silva, Paulo Pereira da (Paulinho), 175
Silva, Sabino Pereira da, 241, 244, 246
Silva, Santo Dias da, 171, 247, 315, 317
Silva, Severino Alves da, 89, 92
Silva, Virgulino Ferreira da (Lampião), 61, 241
Silva Filho, João Antonio (Joãozinho), 171
Silveira, Modesto da, 291
Silveira, Sousa da, 193
Simão, Azis, 42
Simas, Mário, 252
Simon, Pedro, 127, 223, 226
Sincretismo, 290, 292
Sindicalismo de resultados, 270
Sindicato de trabalhadores rurais, 57, 62, 257, 258
Sindicato do Comércio Varejista de Uruguaiana, 213
Sindicato dos Arquitetos, 220
Sindicato dos Bancários de Minas Gerais, 198, 200
Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, 107, 114-117, 119, 120, 122, 125
Sindicato dos Fabricantes de Veículos Automotores (Sinfavea), 90
Sindicato dos Jornalistas de Goiás, 248
Sindicato dos Médicos de Goiás, 266
Sindicato dos Metalúrgicos de Minas Gerais (João Monlevade), 121, 197
Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre, 115
Sindicato dos Metalúrgicos de Santos, 89
Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, 22, 70, 79, 84, 86, 87, 89-92, 94, 101, 120, 171, 264
Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, 94, 317
Sindicato dos Professores da rede privada no Rio Grande do Sul (Sinpro), 211
Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro, 195
Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas de Belém, 143, 146, 147, 149, 150, 154
Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário (Porto Alegre), 123, 125, 126
Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará (Sintepp), 149
Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (Sinttel), 325
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, 159, 170, 175, 176, 258, 259
Singer, Paul, 49, 50, 205
Siqueira, Geraldo, 317
Sister, Sérgio, 22
Soares, Airton, 97, 98
Soares, Delúbio, 153, 266
Soares, Expedito, 95
Soares, Luís, 59, 60, 63
Soares, Maurício, 81, 89, 99, 100
Soares, Octávio, 187
Soares, Ricardo Prata, 247
Social-democracia, 225, 264, 274
Socialismo, 24, 39, 42, 50, 51, 68, 87, 217, 218, 230, 270; de fachada, 124; democrático, 44, 45, 205, 225; independente, 50; petista, 270
Sociedade dos Amigos da América, 41
Sófocles, 192
Sokol, Markus, 272
Sottili, Rogério, 267, 270
Souto, Edson Luiz de Lima, 246
Souza, Herbert de (Betinho), 67, 267, 295
Souza, Luiz Alberto Gomes de, 257
Souza-Aguiar, Maria Arminda de, 193
SS, 252
Stalin, Josef, 44

Stalinismo, 43, 44, 50, 52
Starling, Sandra, 221
Stedile, João Pedro, 74, 170, 258, 261, 267
Stendhal (Marie Henri Beyle), 192
Sue, Eugène, 52
Suess, Paulo, 257
Sun Tzu, 323
Superintendência de Campanhas de Saúde Pública Ministério da Saúde (Sucam), 167
Superior Tribunal de Justiça (STJ), 93
Superior Tribunal Militar (STM), 201
Suplicy, Eduardo, 98, 268, 274, 317
Supremo Tribunal Federal (STF), 153

T

Tanzinha, 315
Tapirapé, 256
Tavares, Josimo, 266
Tavares, Maria da Conceição, 299
Teatro de Arena (Porto Alegre), 116
Teatro do CEU, 195
Teatro Experimental de Ópera, 190
Teatro Nacional de Brasília, 275
Teatro União e Olho Vivo
Tecnologia social, 323, 327
Teixeira, Aloysio, 291
Teixeira, Jaime
Telles Júnior, Goffredo da Silva, 49
Temer, Milton, 273, 274
Tempo e o vento, O, 110
Tendência Socialista do PT, 211, 222, 223
Tendler, Silvio, 274
Tenentismo, 40
Teologia da Libertação, 169, 259, 262, 293, 317
Teoria e Debate, 24, 51, 266
Terra, Alaor, 120
Terra, Ana, 255
Thalheimer, 41, 217, 218
Thatcher, Margaret, 270, 271
Thomas Stearns, Elliot, 245
Tibúrcio, Geraldo, 250
Tierra, Pedro, 239, 253, 254, 259
Tim, Paulo César, 215
Tonnelli, Pedro, 267
Torres, Camilo, 262
Torres, Cláudio, 216
Torrezan, cabo, 250
Trabalhismo, 46, 112, 119, 123; social, 126
Trabalho, O, 261, 271
Transamazônica, 159, 161-168, 170-173, 175
Transbrasil, 162
Travassos, Luis, 215, 216
Tribuna Metalúrgica, 86, 92
Tribunal de Justiça do Estado (RS), 120
Tribunal Regional do Trabalho (TRT), 91
Tribunal Regional Eleitoral (TRE), 148, 223, 230
Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 268
Trombas e Formoso, 251, 262
Tropicalismo, 190
Trotski, Leon, 39, 44, 52, 217, 260, 262
Trotskismo, 40, 43, 44, 50, 217, 224
Tucídides, 192
TV dos Trabalhadores (TVT), 268
TV Globo, 108
TV Pirata, 268
TV Record, 327

U

Umbanda, 292
União da Juventude Comunista (UJC), 19
União Democrática Nacional (UDN), 42, 43, 242
União Democrática Socialista (UDS), 41, 42, 50
União dos Profissionais do Ensino, 199
União dos Trabalhadores do Ensino de Minas Gerais (UTE-MG), 185, 196, 199-201
União Estadual dos Estudantes (UEE), 215
União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), 73
União Nacional dos Estudantes (UNE), 111, 211, 215, 216, 222, 246, 256
União Operária, 113
União São-Luisense de Estudantes, 111
Unidade na Luta, 269, 270, 272, 274
Unidade Sindical, 147, 149
Universidade da Terceira Idade, 101
Universidade de Paris, 48
Universidade de São Paulo (USP), 37, 38, 41, 47, 214, 319, 323
Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), 211, 222
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 38, 211, 220, 221
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (Uergs), 108, 131
Universidade Estadual Paulista (Unesp), 38
Universidade Federal da Bahia (UFBA), 190
Universidade Federal de Pelotas (UFPel), 216
Universidade Federal do Paraná (UFPR), 244
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 185, 190-195, 220
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 116, 211, 213, 216
Universidade Federal Fluminense (UFF), 194
Universidade Mackenzie, 48
Universidade Metodista, 101
Universidade Reg ional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí), 114
Usina do Gasômetro, 127
Ustra, Carlos Alberto Brilhante, 251, 252

V

Val, Terezinha Costa, 193
Vale a pena sonhar, 21, 25
Valenca, Ana Lucia, 123
Valente, Ivan, 272
Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), 115, 217-220
Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), 19, 217, 219, 220
Vanguarda Socialista, 44
Vannuchi, Paulo, 171, 254, 255, 258, 264
Varela, Fagundes, 189
Vargas Vila, 243
Vargas, Beth, 216
Vargas, Getúlio, 19, 42, 46, 112, 113, 243
Vasconcelos, João Paulo Pires de, 121, 197, 202, 260
Veja, 66, 70
Velasco, Domingos, 42
Venceslau, Paulo de Tarso, 263, 264, 270
Veríssimo, Érico, 110
Veríssimo, José, 191
Verle, João, 228
Vianna, Oliveira, 39
Vicente, Antonio, 61
Vicente, José, 64
Vidal, José Carlos, 255, 264
Vidal, Paulo, 86, 87
Vieira, Antonio, 150, 170, 172, 173, 258, 265
Vieira, Lizt, 101, 300
Vilanova, 73
Villaverde, Adão, 223
Viola, Paulinho da, 275
Volks, 88, 92, 94, 256, 317
Voltaire (François-Marie Arouet), 242

W

Wagner, Jacques, 152
Ward, Mary, 313
Weber, Henri, 224
Weffort, Francisco, 205, 214
Wright, Paulo Stuart, 68, 252

X

Xavier, Estilac, 222
Xavier, Inês, 190
Xavier, Lívio, 45

Y

Yazbek, Oscar, 316

Z

Zanatta, Carlos Eduardo, 319
Zero Hora, 108
Ziller, Armando, 204
Zingg, Paulo, 41, 42
Zuffo, João Antônio, 326
Zumbi dos Palmares, 63

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de *et al*. Ed. rev. e atual. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2001. 5 vols.

AGUIAR, Flávio. *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

AZEVEDO, Clóvis Bueno de. *A estrela partida ao meio: ambigüidades do pensamento petista*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

AZEVEDO, Ricardo e MAUÉS, Flamarion (orgs.). *Rememória: entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997.

BETTO, Frei. *Lula: biografia política de um operário*. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

DIRETÓRIO NACIONAL DO PT. Secretaria Nacional de Formação Política.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1996.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Partido dos Trabalhadores: resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

FERNANDES, Florestan. *Pensamento e ação: o PT e os rumos do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes; ROCHA, Dora; FREIRE, Américo. *Vozes da oposição*. Rio de Janeiro: Grafline Editora, 2001.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

GRECO, Heloísa. *Dimensões fundacionais da luta pela anistia*. Tese de doutorado em História, FAFICH/UFMG, 2003.

GUATTARI, Félix. *Félix Guattari entrevista Lula*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GURGEL, Cláudio. *Estrelas e borboletas: origens e questões de um partido a caminho do poder*. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

HARNECKER, Marta. *O sonho era possível*. Casa América Livre: MEPLA, 1994.

KECK, Margaret Elizabeth. *A lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática, 1991.

MARANHÃO, Ricardo. *Os trabalhadores e os partidos*. São Paulo: Semente, 1981. (Libertária.)

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo: mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar – a responsabilidade do Estado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

NÚCLEO AMPLIADO DOS PROFESSORES DO PT/SP (Ed.). *Lula: Luiz Inácio da Silva – entrevistas e discursos*. São Bernardo do Campo: ABCD Sociedade Cultural, 1980.

PONT, Raul. *A estrela necessária*. Porto Alegre: Verapaz, 2005.

QUINTANA, Mário. *Espelho mágico*. São Paulo: Globo, 2005.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do marxismo no Brasil.* Campinas: Unicamp, 2002. 6 vols.

_____. *Imagens da revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SADER, Emir (org.). *E agora PT? Caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

SILVA, Antonio Ozaí da. *História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. São Paulo: DAG, 1987.

SILVA, Antonio Ozaí da. *Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994)*. Dissertação de Mestrado (Ciência Política). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 1998.

TELES, Janaina de Almeida. *Os herdeiros da memória: a luta dos familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil*. Dissertação de mestrado em História, FFLCH-USP, 2005.

VIANA, Gilney Amorim. *A revolta dos bagrinhos*. Belo Horizonte: SEGRAC, 1991.

WEFFORT, Francisco (org.). *PT: um projeto para o Brasil, política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CRÉDITOS DAS IMAGENS

p. 17 Acervo pessoal de Renée de Carvalho
p. 19 Giuliano Cedroni
p. 27 Acervo pessoal de Renée de Carvalho
p. 35 Mary de Camargo Neves Lafer
p. 37 Rogério Abbamonte
p. 47 Acervo pessoal de Antonio Candido de Mello e Souza
p. 55 Ricardo Malta/N Imagens
p. 57 Reiko Miura
p. 67 Jesus Carlos/Imagemlatina
p. 79 Acervo pessoal de Djalma Bom
p. 81 Ricardo Malta/N Imagens
p. 91 Acervo pessoal de Djalma Bom
p. 105 Acervo pessoal de Olívio Dutra
p. 107 César Hideiti Ogata
p. 123 Acervo pessoal de Olívio Dutra
p. 141 Acervo pessoal de Paulo Rocha
p. 143 Centro Sérgio Buarque de Holanda/FPA. Fundo PTDN
p. 151 Acervo pessoal de Paulo Rocha
p. 157 Lisy Leuba Salum
p. 159 Acervo pessoal de Avelino Ganzer
p. 169 Acervo pessoal de Avelino Ganzer
p. 183 Ricardo Stuckert
p. 185 Élida Oliveira
p. 199 Juca Martins/Olhar Imagem
p. 209 Acervo pessoal de Raul Pont
p. 211 Ireno Jardim
p. 221 Acervo pessoal de Raul Pont
p. 237 Acervo pessoal de Hamilton Pereira
p. 239 César Hideiti Ogata
p. 263 Acervo pessoal de Hamilton Pereira
p. 285 Acervo pessoal de Benedita da Silva
p. 287 Roberto Parizotti
p. 297 Acervo pessoal de Benedita da Silva
p. 309 Nair Benedicto/N Imagens
p. 311 Acervo pessoal de Irma Passoni
p. 321 Acervo pessoal de Irma Passoni

Muitos caminhos, uma estrela – memórias de militantes do PT foi impresso na cidade de São Paulo pela Bartira Gráfica em agosto de 2008. A tiragem foi de 3 mil exemplares. O texto foi composto em Adobe Garamond. A capa foi impressa em papel Duo Design 300 g; o miolo, em pólen soft 80g.